

**‘A Ocidente do Imenso Brasil’: as conquistas dos rios
Paraguai e Guaporé (1680-1750)**

João Antonio Botelho Lucidio

João Antonio Botelho Lucidio
‘A Ocidente do Imenso Brasil’: as conquistas dos rios Paraguai e
Guaporé

2013

**tese de Doutoramento em História da Expansão e dos
Descobrimentos Portugueses**

Julho, 2013

**‘A OCIDENTE DO IMENSO BRASIL’:
AS CONQUISTAS DOS RIOS PARAGUAI E GUAPORÉ (1680-1750)**

JOÃO ANTONIO BOTELHO LUCIDIO

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses, realizada sob a orientação científica dos Professores Doutores Ângela Domingues e Pedro Cardim.

Julho de 2013

Para

Olindina Botelho Lucidos e Maria
Yedda Leite Linhares suas lições, força
e perseverança guiam meus passos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, professores doutores Ângela Domingues e Pedro Cardim, pela confiança, disponibilidade, orientação e, sobretudo, pela amizade.

À professora doutora Leny Caselli Anzai, amiga que apoiou e acompanhou esta investigação, em todos os seus passos, desde o primeiro ao último dia.

Aos meus colegas professores do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso pela confiança e apoio incondicionais.

Aos professores doutores Tiago C. P. dos Reis Miranda e Juan Marchena Fernandez, interlocutores perspicazes que acompanharam de perto minha trajetória por Lisboa e Sevilha.

Ao amigo-irmão Roberto Boaventura da Silva, por mais de duas décadas de uma sólida e fecunda amizade.

Ao Mario Clemente Ferreira, meu amigo-irmão de Portugal.

À amiga Alice Saboia sua competência, amizade e carinho ao longo de tantos anos muito me honram.

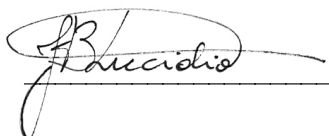
Aos queridos André Bertoli e Camila Ida amizade e apoios mútuos em Lisboa.

Aos meus irmãos que jamais, em tempo algum, me faltaram.

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

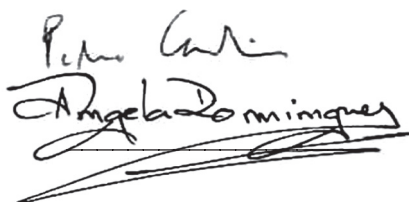
João Antonio Botelho Lucidio,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'J. Botelho Lucidio', written over a horizontal line.

Lisboa, Julho de 2013

Declaro que esta Tese se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

Doutor Pedro António Almeida Cardim,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Pedro Almeida Cardim', written over a horizontal line.

Lisboa, Julho de 2013

**‘A OCIDENTE DO IMENSO BRASIL’:
AS CONQUISTAS DOS RIOS PARAGUAI E GUAPORÉ (1680-1750)**

João Antonio Botelho Lucidio

RESUMO

Esta investigação tem como referência as conquistas portuguesas na parte mais central da América do Sul, espaço geográfico demarcado por dois grandes rios, o Paraguai e o Itenez ou Guaporé. A temporalidade que nos interessa inscreve-se entre 1680 e 1750 – período de muita tensão nos contatos entre os súditos americanos das coroas ibéricas e de indefinições sobre a posse do território. No vale do rio Paraguai fundou-se Cuiabá. Já no curso de afluentes da margem direita do alto Guaporé assentaram-se os arraiais que formaram o Termo do Mato Grosso. Quando os luso-brasileiros se instalaram nos vales do alto Paraguai (1718) e Guaporé (1734), aqueles rios e os povos indígenas que habitavam as suas margens eram já conhecidos dos súditos da Espanha. Na margem do rio Paraguai, haviam construído, em 1537, um Forte que deu origem à cidade de Assunção, em 1541. Ainda na segunda metade daquela centúria, homens saídos de Assunção, fundaram Santa Cruz de la Sierra (1561). Mais de um século depois, os jesuítas abririam as missões de Chiquitos e de Mojos que, em temporalidades várias, mantiveram contatos com colonos de origem luso-brasileira. Nossa investigação propõe uma releitura da “História do Mato Grosso Colonial”. Assim, analisaremos as ações levadas a cabo pelos sertanistas da capitania de São Vicente e, depois de São Paulo, para além de atitudes que visavam à expansão territorial do Brasil. Defendemos que a ocupação dos espaços disputados pelas duas monarquias ibéricas na espacialidade indicada resultou mais dos interesses e das capacidades de seus súditos na América e menos das estratégias gestadas por suas monarquias. Mas, o foco central da tese é perceber o lugar dado pela historiografia aos povos indígenas que ali viviam e debater essa questão. Ao assim proceder, queremos enfocar a história em Mato Grosso como parte de tramas que transcendem o âmbito das fronteiras territoriais definidas ao longo dos séculos XVIII a XX.

PALAVRAS-CHAVE: conquistas, índios, Cuiabá, Mato Grosso, Guaporé, Paraguai, Missões de Chiquitos e Mojos.

**TO THE WEST OF THE IMMENSE BRAZIL:
THE CONQUESTS OF THE RIVERS PARAGUAY AND GUAPORE (1680-1750)**

João Antonio Botelho Lucidio

Abstract

This research has as reference the Portuguese conquests in the most central part of South America, a geographic area bounded by two great rivers, Paraguay and Itenez or Guapore. The temporality that interests us is within 1680 and 1750 – a period of great tension in the contacts between the American subjects of the Iberian crowns and the uncertainties over the ownership of the territory. In the valley of the Paraguay River Cuiaba was founded. In the course of the tributaries of the right bank of upper Guapore villages were settled which formed the Terms of Mato Grosso. When the Luso-Brazilians settled in the valleys of the upper Paraguay (1718) and Guapore (1734), those rivers and indigenous peoples who inhabited its shores were already known by the subjects of Spain. On the banks/edges of the Paraguay River, it was built in 1537 a Fort that originated the city of Asuncion in 1541. While still in the middle of that century, men emerging from Asuncion founded Santa Cruz de la Sierra (1561). More than a century later, the Jesuits opened the missions of Chiquitos and Mojos that in several temporalities maintained contacts with settlers of Luso-Brazilian origin. Our research proposes a re-reading of the “Colonial History of Mato Grosso’. Thus, we will analyze the actions undertaken by explorers of the captaincy of São Vicente, and later of São Paulo, beyond the attitudes that only aimed at the territorial expansion of Brazil. We argue that the occupation of the disputed areas by the two Iberian monarchies, as indicated, relied more on the interests and abilities of their subjects in America and less on the strategies gestated in their monarchies. But the central focus of the thesis is to understand the place given by the historiography to the indigenous people who lived there and discuss this issue. In doing so, we want to frame the story in Mato Grosso as part of plots that transcend the scope of territorial boundaries over the eighteenth to twentieth centuries.

KEYWORDS: conquests, Indigenous peoples, Cuiabá, Mato Grosso, Guapore, Paraguay, Missions of Chiquitos and Mojos.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	9	
LISTA DOS MAPAS	10	
INTRODUÇÃO	11	
CAPÍTULO 01		
CONQUISTAS DE ESPAÇOS E DESENHOS DE TERRITORIALIDADES:		
SINGRANDO RIOS E TRILHANDO SERTÕES	23	
Transpondo muralhas: por rios e sertões desenhando territorialidades.....	23	
O Oriente Boliviano	28	
O alto e médio curso dos rios Paraguai e Paraná	35	
O Guaporé oriental.....	45	
Demarcando Territórios	50	
CAPÍTULO 02		
PARA ALÉM DE GUAYKURUS E PAYAGUÁS:		
DIVERSAS NAÇÕES INDÍGENAS NAS CONQUISTAS DOS		
RIOS PARAGUAI E PARANÁ.....	71	
Muitos povos nos sertões dos rios Paraná e Paraguai	71	
Os Eyiguayegi – Mbayá – Guaycurúes	77	
Os Evuevi – Payaguaés	92	
Da diversidade onde se constituíram poucas <i>nações</i>	111	
CAPÍTULO 03		
AS CONQUISTAS NOS RIOS PARAGUAI E CUIABÁ:		
ÍNDIOS, JESUÍTAS E BANDEIRANTES	124	
As Bandeiras e a Cruz: europeus versus indígenas no alto Paraguai.....	124	
Repensando marcos	139	
As Conquistas do Cuiabá	150	
CAPÍTULO 04		
AS CONQUISTAS HISPÂNICAS E LUSITANAS NO VALE DO GUAPORÉ		174
Jesuítas nas Índias de Castela	174	
A missão de Chiquitos	177	
A missão de Mojos	189	
As reduções dos Baures	197	
O Termo do Mato Grosso: distrito do Cuiabá, capitania de São Paulo	211	

CAPÍTULO 05

AS MONARQUIAS IBÉRICAS E SUAS CONQUISTAS NA

FRONTEIRA OCIDENTAL DO BRASIL 224

Avanços paulistas e segredos de Assunção: o ouro do Cuiabá..... 225

Lisboa: uma corte bem informada por súditos com *El Rey na barriga* 240

Madrid toma ciência dos descobertos de ouro do Cuiabá e Mato Grosso 253

CAPÍTULO 06

VESTÍGIOS DE DESAPARECIMENTOS NA NOITE DOS TEMPOS:

OS POVOS INDÍGENAS DO GUAPORÉ ORIENTAL..... 268

Os povos indígenas do Guaporé Oriental: leituras contemporâneas..... 268

“Hua malsinada falsidade” 276

“Hum mal de tão dificultosa cura” 297

Conclusões 312

FONTES E BIBLIOGRAFIA 317

Fontes Manuscritas 317

Catálogos, Fontes Publicadas, Relatos e Historiais 318

Livros 322

Artigos 328

Dissertações e teses 333

LISTA DE ABREVIATURAS

ABN Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro

AHU Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

AGI Archivo General de Indias, Sevilla

APEMT Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Cuiabá

ARSI Archivum Romanum Societatis Iesu, Vaticano

CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

BNL – Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BPME – Biblioteca Pública Municipal de Évora, Évora

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

RIHGMT – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

RIHGSP – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

PPGHIS – Programa de Pós-Graduação em História

IPDAC – Instituto de Pesquisa D. Aquino Corrêa

CBM – Casa Barão de Melgaço

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional

Universidades do Brasil: UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso); UFF (Universidade Federal Fluminenses); UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro); UFPR (Universidade Federal do Paraná); UNB (Universidade Federal de Brasília); UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais); UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul); UFU (Universidade Federal de Uberlândia); UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados); UFMS (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul); USP Universidade de São Paulo; FFLCH (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras); UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas); UNISINOS (Universidade do Vale dos Sinos).

LISTA DOS MAPAS

Mapa 01 – AMÉRICA DO SUL – RIOS E ÁREAS OCUPADAS 1700/1740.....	63
Mapa 02 – BOLÍVIA /ORIENTE BOLIVIANO	65
Mapa 03 – BACIA DO RIO PARANÁ/PARAGUAI/RIO DE LA PLATA.....	67
Mapa 04 – GUAPORÉ ORIENTAL.....	69

INTRODUÇÃO

Oito de abril de 1719. Primeiro de janeiro de 1727. Nove de maio de 1748. De modo indelével, esses marcos estão imbricados no passado da territorialidade que, nos meados dos setecentos, foi denominada capitania do Mato Grosso e Cuiabá¹. No século XIX, a capitania foi renomeada província e, ainda ao final daquela centúria, estado de Mato Grosso. A cada data atribuiu-se um significado. Todas evocavam e evocam um episódio político que remete à apropriação daquele espaço como constituinte das mais ocidentais conquistas portuguesas na América do Sul.

O oito de abril de 1719 foi eleito e consagrado para se comemorar o aniversário de fundação de Cuiabá. O primeiro de janeiro de 1727 é, de fato, o dia em que o pequeno Arraial do Bom Jesus das Minas do Cuiabá foi alçado à condição de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá². Por sua vez, em nove de maio de 1748, deu-se a conhecer a Provisão que criava a Capitania Régia do Mato Grosso e Cuiabá.

Das três efemérides, a mais comemorada é o oito de abril. Sobre ela construiu-se uma aura de mito fundador. O primeiro de janeiro de 1727 jamais foi aventado como hipótese. Para tanto, foi necessário encontrar documentos que comprovassem a maior antiguidade possível de Cuiabá como o centro primevo da colonização portuguesa na frente mais a oeste do Estado do Brasil. Foram localizar tão rara preciosidade nos ‘Annais do Sennado da Câmara do Cuyabá’³.

1 Não existia forma única de grafar e nominar a capitania. Criada a nove de maio de 1748 seu nome aparece escrito de diversos modos. Nas instruções que orientavam o governante que a implantaria a nominaram do seguinte modo: “**Ao governador do Matto Grosso e Cuiabá** parece pelas razões sobreditas se deve ordenar que faça a maior parte de sua residência no Matto Grosso,...”, donde se conclui que a nominaram Capitania do Matto Grosso e Cuiabá. Ver: “Consulta do Conselho Ultramarino sobre os novos governos em Goiás e Mato Grosso, Lisboa, 29 de Janeiro de 1748”, A.H.U., Mato Grosso, cx. 4, doc 2.

2 O Termo de fundação da Vila do Senhor Bom Jesus de Cuiabá aparece como um dos anexos do documento “Carta do Ouvidor Geral de Cuiabá, Antônio Álvares Lanhas Peixoto”, A.H.U., Mato Grosso, cx. 01, doc. 04. Existem três versões impressas deste documento: Estevão de Mendonça, *Datas mato-grossenses*, Nitheroi, Escolas Typ. Salesianas, 1919, p. 10; J.M.P. de Alencastre, “Annaes da Província de Goyaz”, in *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, B.L. Garnier, Tomo 27, V. II, 1864, pp. 43/44; e também Otávio Canavarros, *O poder metropolitano em Cuiabá (1722-1752)*, Cuiabá, EdUFMT, 2004, págs. 170/71.

3 Vale ressaltar que os Anais do Cuyabá foram parcialmente impressos com o título de “Chronicas do Cuyabá ou Relação Chronologica dos estabelecimentos, factos e sucessos mais notáveis que aconteceram nestas minas do Cuyabá, desde o seu estabelecimento por ordem da Rainha Nossa Senhora...”, in *Revista do IHGSP*, São Paulo, Typ. Andrade, Mello & Comp., vol. IV, 1898/1899, pp. 4-217. Em Mato Grosso sua divulgação coube à Revista do IHMT que o publicou em formato de fascículos nos números que vão do Tomo I (1919) aos Tomos XXXV-XXXVIII (1936-1937) com o título “CHRONICAS do Cuyabá (Dos Annaes do Senado da Câmara)”. A última edição desse texto é resultado do trabalho de transcrição dos manuscritos, sob a guarda do Arquivo Público de Mato Grosso, e veio a lume com título: *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830* [transcrição e organização Yumiko Takamoto Suzuki], Cuiabá, Entrelinhas/Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

O documento escolhido para comprovar a importância de tal efeméride foi uma carta que teria sido redigida em oito de abril de 1719. Quem a transcreveu foi José Barbosa de Sá, e não sabemos notícias de outras pessoas que viram ou dela tiveram ciência. Segundo interpretação hegemônica, ali se informaria às autoridades metropolitanas e à posteridade não apenas os novos descobertos de ouro, mas o início do povoamento no vale do rio Cuiabá. Ao instituir aquele dia como o do aniversário de fundação de Cuiabá, justificava-se, pela antiguidade, o poder dali emanado. Com tal estratégia, as demais datas tiveram seu valor simbólico minimizado.

A valoração histórica da referida data fez parte de uma estratégia política visível nas comemorações do bicentenário da fundação da cidade de Cuiabá e do centenário da independência do Brasil, ocorridas entre os anos de 1919 a 1922 ⁴. Foi decidido que a *História de Mato Grosso* teria início a partir de referências que se acreditava estariam expressas na cópia da transcrição da “junta que fez o capitão mór Pascoal Moreira Cabral com seus companheiros aos oito dias do mes de Abril da era de mil setecentos e dezanove annos neste Arrayal do Cuyabá” ⁵. Sendo tal suposto documento o mais antigo, onde aparece grafada a expressão “Arrayal do Cuyabá”, e foi suficiente para transformá-lo no marco primevo do existir cuiabano.

Ficou consagrado que os termos da referida carta eternizariam o início da ocupação não indígena da territorialidade que, ao depois, chamou-se capitania do Mato Grosso e Cuiabá. Desde então, estudiosos adeptos das mais diferentes interpretações historiográficas, invariavelmente, tomam esse documento como ponto de partida ou de chegada. É bem verdade que, nos últimos anos, tem-se feito algum esforço na tentativa de se repensar esse marco. Tanto que o retrocederam ao ano de 1716. Afirma-se que desde essa data, Pascoal Moreira Cabral já garimpava o ouro de aluvião nas margens e leitos dos ribeirões afluentes do rio Cuiabá. Teria sido a presença da bandeira de Antônio Pires de Campos que o incentivou a anunciar oficialmente à coroa seus achamentos ⁶.

4 Essas duas datas referem-se, respectivamente, à comemoração do factício bicentenário de Cuiabá e do centenário da independência do Brasil. Num esforço de construção de uma identidade matogrossense, as duas datas fizeram parte de um contínuo de comemorações da elite política cuiabana em que sobressaíram: a institucionalização e reconhecimento do oito de abril como sendo o dia do aniversário de Cuiabá, a fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso e de uma Revista como veículo de divulgação da concepção de história de seus membros, a composição do Hino de Mato Grosso, a criação de Bandeira e de um Brasão para o Estado; a instalação da Academia Matogrossense de Letras; a edição a obra *Mato Grosso de Virgílio Correa Filho* e, finalmente, a Exposição Cartográfica da Comissão Rondon e a publicação da Carta de Mato Grosso de 1922, ambas assinadas pelo Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon.

5 Nesta investigação nominamos tal documento como “Termo de certidão para noticia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó invocação de Nossa Senhora de Penha”. Tomamos esta liberdade uma vez que, para além de José Barbosa de Sá que afirma tê-lo “**copiada do próprio original**”. Ver: José Barbosa de Sá, “Relação das povoações do Cuyabá e Mato grosso de seus princípios até os presentes tempos”, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Vol. XXIII (ano/1901), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904, pp. 5 a 58.

6 Thereza Martha Borges Pressotti, *O novo descobrimento dos sertões e Minas do Cuiabá. A mentalidade da conquista*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHISIS da UNB, Brasília, 1996.

Mas, como já nos ensinou, há algum tempo, Alfredo Bosi, *Datas são pontas de iceberg*⁷. Nesta investigação, o oito de abril de 1719 será apenas isto: a ponta de um *iceberg*. É nosso propósito entender as atividades que luso-brasileiros levaram a cabo nos descobertos auríferos nos vales dos rios Cuiabá e Guaporé como decorrentes de remotas temporalidades, resultado de várias décadas de ações dos sertanistas paulistas na bacia dos rios Paraná e Paraguai. Queremos destacar a sua perseverança e menos a sua itinerância.

Iremos portanto, ressaltar outros fatos que nos remetam ao espaço abarcado pelas bacias dos rios Paraná/Paraguai e do Guaporé/Mamoré. Episódios ocorridos nos sertões da capitania de São Vicente. Vivências experimentadas nas províncias do Paraguai e de Santa Cruz de la Sierra das Índias de Castela. Decisões políticas tomadas em Portugal e Espanha. Conflitos materiais, por corpos e almas indígenas entre jesuítas e colonos naquelas conquistas. Para tanto, remontaremos às últimas décadas do século XVII.

Nossa investigação tem como referência as conquistas portuguesas na parte mais central da América do Sul, espaço geográfico demarcado por dois grandes rios, o Paraguai e o Itenez ou Guaporé. No vale do rio Paraguai, fundou-se Cuiabá. Já no curso de afluentes da margem direita do alto Guaporé, assentaram-se os arraiais que formaram o Termo do Mato Grosso. Os dois núcleos compunham-se de paulistas, reinóis, índios administrados, negros escravos e libertos e de mestiços. As suas ligações com Lisboa efetuavam-se intermediadas por São Paulo e, depois de 1750, também pelo Pará. Dentre os muitos aspectos que distinguiram aquelas conquistas, destacamos: a distância dos portos de mar e sua posição limítrofe fosse, com distintas nações de ameríndios não catequisados, fosse com os hispano-americanos das cidades de Assunção e de Santa Cruz de la Sierra, bem como se avizinhavam dos jesuítas e índios das missões de Chiquitos e de Mojos.

Quando os luso-brasileiros se instalaram nos vales do alto Paraguai (1718) e do alto Guaporé (1734), aqueles rios e os povos indígenas que habitavam as suas margens eram já conhecidos dos súditos da Espanha. No rio Paraguai haviam construído, em 1537, um Forte que deu origem à cidade de Assunção, em 1541. Ainda na segunda metade daquela centúria, homens saídos de Assunção, fundaram Santa Cruz de la Sierra (1561)⁸. Mais de um século depois, os jesuítas abririam

7 Alfredo Bosi, “O tempo e os tempos”, in Adauto Novais (org.), *Tempo e História*, São Paulo, Cia das Letras, 1992.

8 Uma análise dos eventos que culminaram com a fundação de Santa Cruz de la Sierra desde Assunção e/ou de La Plata pode ser acompanhada pelos escritos de: Enrique de Gandia, *Historia de Santa Cruz de la Sierra una Nueva Republica en Sud América*, Buenos Aires, Tallares Gráficos Argentinos de L.J. Rosso, 1935; Enrique Finot Franco, *Historia de la conquista del Oriente boliviano*, La Paz, Editorial Juventud, 1978 (1ª ed. 1946); José María García Recio, *Análisis de una sociedad de frontera: Santa Cruz de la Sierra en los siglos XVI y XVII*, Sevilla, Diputación Provincial de Sevilla, 1988, [2ª ed.] 1990; Herbert S. Klein, *Historia general de Bolivia*, La Paz: Juventud, 1988; Alcides Parejas Moreno, *Historia del Oriente Boliviano Siglos XVI–XVII*, Santa Cruz de la Sierra, Universidad Autónoma Gabriel Moreno, 1979; José Luis Roca, *Economía y Sociedad en el Oriente Boliviano. (Siglos XVI e XX)*, La Paz, Cotas Ltda. 2001; Thierry Saignes, *Los Andes Orientales: Historia de un olvido*, La Paz, CERES/IFEA, 1985.

duas missões que, em temporalidades várias, mantiveram contatos com colonos de origem luso-brasileira. As 25 reduções da missão de Mojos (1680/1767) postaram-nas ao longo do rio Mamoré e em afluentes dos rios Beni e Guaporé. Por sua vez, as 11 de Chiquitos (1690/1767), situaram-nas num altiplano divisor das bacias amazônica e platina, em rios tributários do Mamoré/Guaporé e Paraguai.

Esta investigação propõe uma releitura da “História do Mato Grosso Colonial”. Assim, analisaremos as ações levadas a cabo pelos sertanistas da capitania de São Vicente e, depois de São Paulo, para além de atitudes que visavam à expansão territorial do Brasil. Defendemos que a ocupação dos espaços disputados pelas duas monarquias ibéricas no vale dos rios Paraguai e Guaporé resultou mais dos interesses e das capacidades de seus súditos na América e menos das estratégias gestadas por suas monarquias.

Defendemos, e procuraremos demonstrar, que tais conquistas não podem mais ser entendidas, sem esclarecermos o lugar das distintas *nações* indígenas nessas conquistas. Em que pese à exploração a que foram submetidos, cada uma das *nações*, dos grupos ou até os indivíduos que ocupavam aqueles espaços souberam encontrar seu caminho, fosse aceitando alianças com os jesuítas, fosse como administrados, fugidos, ou recompondo-se e resistindo pela força das armas.

A temporalidade que nos interessa inscreve-se entre 1680 e 1750 – por ser um dos períodos de muita tensão nos contatos entre os súditos americanos das coroas ibéricas e de indefinições sobre a posse do território. É ainda característica daquele espaço-tempo, a presença jesuítica junto a vários dos povos ameríndios que ali viviam. Mas, o foco central da tese é perceber e debater sobre o lugar dado pela historiografia aos povos indígenas que habitavam tal espacialidade. Ao assim proceder, queremos enfocar a história em Mato Grosso, como parte de tramas que transcendem o âmbito das fronteiras territoriais definidas ao longo dos séculos XVIII a XX.

Sistematizar as fontes disponíveis sobre um lugar de fronteira territorial entre as duas monarquias ibéricas na América requereu uma ampla pesquisa junto aos arquivos e bibliotecas de várias cidades sul-americanas e da Europa. Iniciamos nossos trabalhos, a partir de um conjunto de *Catálogos, Guias de Fontes e Revistas especializadas em História*, publicados desde a segunda metade dos oitocentos por instituições guardiãs de importantes acervos documentais sobre as conquistas portuguesas e hispânicas na América⁹.

9 Entre outros catálogos de fontes vejam-se: Gabriel René Moreno del Rivero, *Catálogo del Archivo de Mojos y Chiquitos*, Santiago de Chile, Imprenta Gutemberg, [1888], Lib. Ed. Juventud, La Paz, 1973; Pablo Pastells e [Francisco Mateos], *História de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Peru, Bolivia, y Brasil) segun los documentos originales del Archivo General de Indias extractados y anotados por el R.P. Pablo Pastells*, vol. I-V (Madrid 1912-1933), obra continuada por F. Mateo: vol. VI-VIII/2, Librería General de Victorino Suárez y Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, Madrid 1912-1949, 8 tomos; ARCHIVO General de Indias, *Catálogo descriptivo del material del Archivo de Indias referente a la historia de Bolivia*: Sevilla, 1933 / José Vázquez-Machicado, La Paz: Ministerio de Educación y

Começar a abordagem das fontes, utilizando tais instrumentos de pesquisa, permitiu visualizar, em parte, o volume do *corpus* documental com o qual nos depararíamos. Ao proceder a uma primeira aproximação dos milhares de documentos que, ao longo dos séculos XIX e XX, haviam sido catalogados nos arquivos de Portugal, Espanha, Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Peru, foi possível verificar que um alentado número deles havia sido publicado em revistas especializadas nas duas últimas centúrias ¹⁰.

É vasta a documentação escrita que versa sobre o espaço Mato Grosso do século XVIII. Na quase totalidade são documentos de caráter oficial – produzidos por pessoas ligadas às instâncias governativas das monarquias ibéricas. Considerada a situação de fronteira física da capitania, a rigor, encontramos fontes manuscritas que informam sobre acontecimentos ali ocorridos em dois continentes e em oito países.

No Brasil, para além dos arquivos do Mato Grosso, as fontes encontram-se dispersas nos seguintes estados: Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo e Pará. Na América hispânica, os maiores volumes documentais concentram-se na Bolívia, em especial nas de cidades de Sucre, Santa Cruz de la Sierra e La Paz, além de Assunção, no Paraguai; Buenos Aires, na Argentina; e de Lima, no Peru. Na Europa limitamos-nos aos arquivos de Portugal com destaque para aqueles das cidades de Lisboa, Porto e Évora; e, na Espanha, trabalhamos em Sevilha e Madrid. Entretanto, não nos foi possível debruçarmos sobre todos os acervos existentes em cada um dos locais acima referidos.

Considerando fatores como maior acessibilidade aos acervos, tipologia das fontes, tempo para a realização do doutoramento e disponibilidade financeira, restringimos as

Cultura Instituto Boliviano de Cultura, 1989; Alcides Parejas Moreno, *Documentos para la historia del oriente boliviano: siglos XVI y XVII: Catálogo de documentos de la Sección V (Audiencia de Charcas) del Archivo General de Indias*, Santa Cruz, 1981; Elda E. González Martínez, *Guía de fuentes manuscritas para la historia de Brasil conservadas en España*, Fundación Mapfre Tavera, Ministério da Cultura do Brasil, Projeto Resgate – Barão do Rio Branco, Madrid, 2002; Herbert Baldus, *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*, Comissão do IV Centenário de São Paulo, São Paulo, 1954; João Cabral de Melo Neto, *O Arquivo das Índias e o Brasil: Documentos para a História do Brasil existentes no Arquivo das Índias de Sevilha*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1966; Vera Randazzo, *Catálogo de Documentos Históricos de Mato Grosso*, São Paulo/Cuiabá, Vaner Bicego/Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977, (4 volumes); *CATÁLOGO dos Manuscritos Ultramarinos* da Biblioteca Pública Municipal do Porto [1938], Porto, 1988; ÍNDICE Geral dos Números de 1 a 399, in Revista do IHGB, ano 159, nº 400, jul./set., 1998, pp. 643-1563; Elizabeth Madureira Siqueira (Org.), *Catálogos da Casa Barão de Melgaço: Coleção de Documentos do Instituto de Pesquisa D. Aquino Corrêa*, Cuiabá, IHGMT, 2000, (Col. Publicações Avulsas, nºs. 30 e 31).

10 Apesar de não podermos consultar os arquivos das cidades de São Paulo/São Paulo, Goiás/Goiás, Belém/Pará, Sucre/Bolívia, Assunção/Paraguai, Buenos Aires/Argentina, e Simancas/Espanha, localizamos um conjunto de documentos, dos acervos de arquivos daquelas cidades, que foram publicados e permitem que os mesmos não deixem de estar contemplados por esta investigação. No momento oportuno, faremos referências a cada um deles. Com respeito às fontes constantes nos arquivos dos jesuítas em Roma/Itália, só foi possível contemplá-las mediante as publicações das Cartas Anuais. Ainda que muitos dos documentos constantes naqueles arquivos encontrem-se no Archivo General de Indias/Sevilha, ficará sempre a lacuna de não termos realizado o confronto entre os fundos documentais existentes nas cidades hispânicas da América e com os que foram para a Espanha e para a sede da Companhia de Jesus.

investigações aos arquivos a seguir relacionados: em Mato Grosso – Arquivo Público do Estado e Arquivo da Casa Barão de Melgaço; no Rio de Janeiro – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Histórico do Exército e Arquivo do Itamarati; em Lisboa – Arquivo Histórico Ultramarino, Academia das Ciências, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Biblioteca Nacional de Lisboa; em Sevilha – Archivo General de Índias e Escuela de Estudios Hispano-Americanos; e em Madrid – Archivo Histórico Nacional de Madrid y Biblioteca Nacional de Madrid.

Em Mato Grosso, foram três as instituições que tomaram para si o encargo de guardar os documentos da sua história: o Arquivo Público do Estado, o Instituto Histórico e Geográfico e o Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional/UFMT. Vale ressaltar que cada uma delas criou instrumentos para divulgar seus trabalhos e publicar documentos históricos. Contudo, é bem verdade que poucos se preocuparam em apresentar os documentos, informar-se se os mesmos já haviam sido editados, bem como de explicar os motivos de suas escolhas. Fazer o estudo crítico do documento era uma prática pouco usual entre as instituições que davam prioridade à publicação das fontes.

O Instituto Histórico de Mato Grosso, fundado em 1919, possui um arquivo de importância notável para história regional e das relações entre ibero-americanos da bacia amazônica à bacia platina. Desde aquele ano edita sua *Revista*, também publicou a coleção intitulada *Documentos Avulsos*. Desse acervo, interessou-nos os manuscritos referentes ao século XVIII que pertenceu ao Instituto de Pesquisas Dom Aquino Correa (IPDAC). Ao se usar essa documentação é preciso estar atento para os casos de duplicação, uma vez que – era prática da coroa enviar a correspondência para o Mato Grosso pelas frotas do Rio de Janeiro e do Pará (1ª e 2ª vias) e ao se proceder ao arranjo do acervo, os organizadores não se ativeram para estas circunstâncias.

No Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, existem duas grandes coleções: os *Documentos Avulsos* e os *Livros da Governadoria*. Considerando que o primeiro dos fundos estava sendo arranjado, não foi consultado com a mesma acuidade que o segundo. Entretanto, foi possível constatar que parte significativa dos *Documentos Avulsos* é constituída por “originais” que foram transcritos para os *Livros da Governadoria*.

Os *Livros da Governadoria* trazem tanto os documentos recebidos como os documentos emitidos. A vantagem em utilizá-los está em poder verificar o circuito documental percorrido pelas solicitações, bandos, reclamações, etc. desde a sua formulação até à sua resolução por parte do governante, ou funcionário régio, que deveria se pronunciar sobre a demanda. Nos *Livros* era assentada, pela Secretaria de Governo, a correspondência recebida e emitida pelo Senado da Câmara, por ouvidores, provedores da Fazenda Real, capitães-generais, motivo pelo qual foram escolhidos como fonte preferencial. Foram preservados no Arquivo Público do

Estado de Mato Grosso 72 *Livros da Governadoria* (não se sabe quantos eram ao todo), dos quais, 18 possuem correspondências referentes ao período em análise.

No Rio de Janeiro, as investigações concentraram-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Em certa medida, a escolha destas duas instituições deveu-se ao fato de elas manterem, sob sua guarda, cópias de documentos que foram transcritos dos arquivos de Portugal, ao longo da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

O IHGB possui uma valiosa coleção de manuscritos sobre o Brasil, organizada de 1861 a 1865, e encadernada em 79 volumes. Segundo consta, seriam cópias de documentos, à época sob a guarda da Biblioteca Pública de Évora, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo da Marinha e Ultramar, coligidas por ordem de D. Pedro II, e que cobrem o espaço temporal de 1561 a 1807. São 4 os livros referentes ao Mato Grosso. Entretanto, a mesma capitania aparece nos livros destinados a Goiás, Pará e São Paulo. Há ainda documentos avulsos que foram enviados ao IHGB por Adolpho Varnhagen. No IHGB fizemos uma primeira seleção de documentos, quando confrontamos aqueles que aí se depositam com outros encontrados nos arquivos de Cuiabá, bem como com os documentos do AHU divulgados pelo *Projeto Resgate – Barão do Rio Branco*.

No caso da Biblioteca Nacional/RJ, trabalhamos um conjunto de documentos da Seção de Manuscritos, que estão arrançados por Fundos ou Coleções, e, sobre o Mato Grosso, localizamos manuscritos

- nos Fundos: Mato Grosso, Pará, Limites do Brasil, Missões Espanholas na América e Paraguai;
- e nas Coleções: Pedro de Angelis, Alexandre Rodrigues Ferreira, Carvalho, Rio Branco, Morgado de Mateus¹¹, Linhares, Jaime Cortesão¹² e Biblioteca Nacional.

11 Alguns documentos da coleção Morgado de Mateus foram publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional/RJ*, vol. 107, 1987, sob o título: “Notícias pertencentes à comunicação do Matto Grosso com o Estado do Maranhão. Anno 1748 – Excertos do Arquivo do Morgado de Mateus”, pp. 33 a 142. A coleção foi adquirida em Lisboa, por compra, no ano de 1959 ao conde de Mangualde e Vila Real. O acervo compreende 38 códices – com de 9.481 documentos –, 3.512 textos avulsos e 23 mapas, num total de 13.132 peças. Suas datas limites são 1603 e 1775 e informa sobre temas como: expedições, mineração, agricultura, povoamento e as questões de fronteira com a monarquia espanhola. Uma parte significativa dos documentos que compõe essa coleção havia sido publicada no Brasil sob o título: “Yguatemy”, in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, São Paulo, Arquivo do Estado, vols. IV-X (1895-1902).

12 O que a BNRJ chama de “Coleção Jaime Cortesão” são cópias de documentos, algumas datilografadas, que o historiador português mandou transcrever dos arquivos de Lisboa (ANTT e AHU), ao longo da década de 1940/50. Dos quais, muitos foram publicados in Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1950/1956, (9 volumes).

Ao todo, foram identificados 130 documentos de dimensões e conteúdos variados. Vale ressaltar que, ao longo do século XX, muitos deles foram publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional* ou mesmo em outros periódicos ¹³.

Em Portugal, consultamos manuscritos nos arquivos indicados e fizemos novo confronto desses documentos com as cópias sob a guarda do IHGB de 1860/65, bem como com aqueles microfilmadas pela UFMT, em 1975. Da Biblioteca Pública Municipal do Porto, para além da cartografia, verificamos que não são muitos os documentos diferentes daqueles localizados nos arquivos do Brasil. Na Biblioteca Pública de Évora, encontramos poucas novidades – uma vez que as fontes que interessavam à investigação já haviam sido publicadas. Na sequência, selecionamos aquelas afeitas ao tema que não haviam sido editadas e (ou) transcritas por alguma instituição ¹⁴.

Com relação aos arquivos da Espanha, as leituras iniciais e a consulta aos catálogos nos permitiram concluir a necessidade de concentrar os esforços no *Archivo General de Índias*, em Sevilha, e no *Archivo Nacional de Madrid*.

No *Archivo General de Índias*, atenção especial foi dada aos documentos que estão na *Seccion V – Gobierno*, com destaque para as subseções *Audiência de Charcas*, *Buenos Aires* e *Lima*. Os documentos da Audiência de Buenos Aires dão conta das questões mais ligadas à parte sul do Brasil – área compreendida pelos rios da bacia platina, e trata de temas mais atinentes às províncias de Buenos Aires e do Paraguai. Já os documentos da Audiência de Charcas tratam predominantemente das questões referentes à província de Santa Cruz de La Sierra e ao espaço que veio a ser chamado de Mato Grosso.

A consulta dos *legajos* nos permitiu verificar que vários dos documentos ali encontrados são, em parte, aqueles enviados pelos governantes da capitania de Mato Grosso e que também foram copiados, na sua maioria, nos *Livros da Governadoria* do APEMT, em Cuiabá.

Ao mesmo tempo, pudemos verificar que era intensa a correspondência sobre a presença portuguesa na região de fronteira, entre as diversas instâncias governativas do vice-reinado do Peru e, também, com o rei e com o Conselho de Índias, na Espanha.

13 Como exemplo de manuscrito sob a guarda da BN/RJ que foi publicado tomamos o documento identificado como: “Navegação do rio Madeira principiada em 25 de setembro de 1749. [S.l.], 1752. 264 p. Consta na Lombada: Navegação do Rio da Madeira. Possui um mapa no final do códice. Original. Manuscrito”. No século XIX esse documento recebeu duas edições. A primeira, na coleção *Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos Domínios Portugueses ou lhe são vizinhos*, Lisboa, Academia Real das Ciências, tomo IV, 1826. A segunda, só ocorreria cerca de cinquenta anos depois num volume que leva o título: “Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão cujo territorio comprehende hoje as províncias do Maranhão, Piahy, Grão-Pará e Amazonas”, Rio de Janeiro, 1874, organizado por Cândido M. de Almeida.

14 Queremos deixar registrado aqui nosso agradecimento ao investigador Mário Clemente Ferreira que, de modo gentil e absolutamente generoso, cedeu-nos um grande volume de documentos que ele havia transcrito no Arquivo Histórico Ultramarino.

Foi possível constatar que eventos que abrangem as relações entre os súditos das duas coroas, tanto no rio Paraguai, como no Guaporé, e sobre os quais há poucos documentos nos arquivos de Cuiabá e de Lisboa, os há em maior profusão em Sevilha ¹⁵.

Além dos documentos manuscritos, há uma grande massa documental, que foi publicada ao longo dos séculos XIX e XX – em geral “peças inéditas”, encontradas por pesquisadores em várias instituições e que, por achá-los “interessantes”, acabaram por publicá-los. Para esta investigação, destacamos quatro instituições que editaram periódicos divulgando documentos sobre o Mato Grosso: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; e o Instituto Histórico de Mato Grosso.

Acreditamos, entretanto, que a publicação de documentos por tais instituições não o seja por achá-los “interessantes”. Do nosso ponto de vista a seleção de documentos reflete os posicionamentos político-ideológicos dos partícipes das diferentes correntes historiográficas. Assim ao mapearmos os tipos de documentos publicados nestas revistas, encontramos séries e temáticas diferenciadas.

Por exemplo, o IHGB ao divulgar os documentos sobre as disputas de fronteiras, os povos indígenas e as expedições de reconhecimento do território mato-grossense podia estar exercendo uma política de legitimidade de soberania sobre aquele espaço e sobre as pessoas que o ocupavam como parte integrante da nação e do império brasileiro, à época em construção. Por sua, vez o IHGSP deu preferência aos documentos sobre a ação bandeirante e aos anos iniciais do povoamento do Cuiabá, quando aquela vila fazia parte da capitania de São Paulo, uma linha temática tradicional que sublinha o contibuto pioneiro dos bandeirantes paulistas na incorporação de territórios e na formação territorial do Brasil¹⁶. Já o IHMT, trilhando caminhos da história regional, e visando consolidar o espaço político de sua segunda capital, preferiu divulgar os documentos sobre os ocorridos no Cuiabá/rio Paraguai, em detrimento dos da Vila Bela/rio Guaporé.

15 Por exemplo: os governadores de Buenos Aires e do Paraguai trocavam correspondência fosse com o Vice Rei do Peru ou mesmo com o governador de Santa Cruz de La Sierra; os missionários da Companhia de Jesus tanto podiam escrever aos seus superiores eclesiásticos na América, quanto aos governadores das províncias próximas às missões, como ao Vice Rei, ao Conselho de Índias ou mesmo diretamente ao Rei de Espanha; por sua vez o governador e capitão general da província de Santa Cruz de La Sierra tinha que responder as ordens, consultas ou demandas de várias instâncias como: do Rei, do Conselho de Índias, do Vice Rei, do Presidente da Real Audiência de Charcas, dos seus Ouvidores, dos governadores de Buenos Aires e do Paraguai, do Bispo e dos próprios jesuítas.

16 Entre 1890 a 1940 o governo do estado de São Paulo tomou diversas iniciativas de divulgar fontes que informavam sobre o passado glorioso de seus ascendentes e publicou as coleções: ‘Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo’ – a primeira fase 1894 a 1903 trata de documentos das entradas no século XVIII, portanto muito importantes para o Mato Grosso; as ‘Actas da Camara de São Paulo’, em 1914; os ‘Registros Geral da Câmara Municipal de São Paulo’, em 1917; e os ‘Inventários e Testamentos’, de 1920; além financiar a edição dos Anais do Museu Paulista, a partir de 1922, que publicou grande parte dos documentos mandados transcrever em Sevilha por Afonso de Taunay, que era o diretor do Museu e o editor da Revista.

Para além dos Institutos Históricos, a BNRJ também publicou documentos através de seus *Anais*. Sobre o Mato Grosso chamam particularmente a atenção dois conjuntos documentais: um oriundo dos Arquivos da Marinha e Ultramar ¹⁷; e outro relativo ao Tratado de Limites de 1750 provenientes do Arquivo de Simancas/Espanha ¹⁸. Finalmente, foi ali que se deu lume à obra “Relação do Cuiabá...”, de José Barbosa de Sá.

Na primeira metade do século XX, diversos investigadores escreveram sínteses históricas e (ou) editaram documentos sobre a espacialidade Mato Grosso do XVIII, entre os quais destacamos: Arthur Ferreira Reis (1948), Jaime Cortesão (1950/58), Marcos Carneiro de Mendonça (1985 e 1997), cujas obras serão referenciadas ao longo da investigação.

Fora dessa temporalidade, vale destacar ainda o esforço da Universidade Federal de Mato Grosso que mandou transcrever nos arquivos de Lisboa vasta documentação. De tal iniciativa resultaram um catálogo e duas coletâneas: a correspondência do primeiro governador da capitania D. Antônio Rolim de Moura ¹⁹; e a *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)* ²⁰.

De entre as fontes selecionadas e transcritas, procedemos a uma série de recortes temáticos e analisamos aquelas especialmente relevantes para o âmbito de nossa investigação, a saber: a correspondência dos governadores das províncias do Paraguai e de Santa Cruz de la Sierra com as instâncias governativas de sua monarquia; a correspondência dos padres da Companhia de Jesus das Índias de Castela com seus superiores, com as instâncias civis de sua coroa e com o governador da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura; as “histórias” escritas pelos jesuítas, narrando a epopeia de seus membros na América; a correspondência dos governadores da capitania de São Paulo, do Senado da Câmara, dos ouvidores e provedores da Fazenda Real, radicados na Vila do Cuiabá, com o rei e o Conselho Ultramarino; relatos de expedições, entre outros.

17 Em fins da década de 1910, a BNRJ elaborou um programa de transcrição de documentos intitulado: “Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil nos Arquivos de Marinha e Ultramar”. Organizado para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro por Eduardo de Castro e Almeida, 1º Conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa e Director de Secção IX (Archivo de Marinha e Ultramar).

18 Os manuscritos originais se encontram sob a guarda do “Arquivo Geral do Governo” em Simancas (Espanha). No Brasil existem cópias que foram transcritas em meados do século XIX e estão sob a guarda do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores/Itamaraty – Coleção Varnhagen [Francisco Adolfo de] que as emprestou à Biblioteca Nacional para a publicação e que, por sua vez, a organizou da seguinte forma: no Vol. LII, com 544 páginas, encontra-se um conjunto de documentos de ordem mais geral, mas a maioria refere-se às Comissões Demarcadoras de Limites na parte sul das duas monarquias na América. Por sua vez o volume Vol. LIII, com 440 páginas, concentra os documentos relativos à Demarcação do Norte.

19 Ana Mesquita Paiva (et al.), *D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; Correspondências*, Cuiabá, Imprensa Universitária, 1983, (04 volumes).

20 Eliane Maria Oliveira Morgado, [et al.], *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*, Entrelinhas/Edufm, Cuiabá, 2007, (5 volumes).

Para entendermos distintos aspectos das conquistas ibéricas entre os rios Paraguai e Guaporé e rediscutirmos o lugar tradicional destinado aos povos indígenas pela historiografia em tais conquistas, estruturamos a tese ao longo de seis capítulos.

O capítulo 1 intitula-se “Conquistas de espaços e desenhos de territorialidades: singrando rios e trilhando sertões” tem como objetivo apresentar como o espaço físico compreendido pelas bacias dos rios Paraná, Paraguai, Guaporé e Mamoré foi apropriado e representado pelos conquistadores das coroas ibéricas. A novidade deste capítulo consiste na formulação dum olhar voltado para o espaço que nominamos Guaporé Oriental. Chamamos também a atenção para o modo como os historiadores abordaram a temática indígena em geral e, em particular, sobre os povos indígenas que viviam no espaço-tempo recortado e qual foi o lugar que a historiografia os colocou na história pátria brasileira.

Intitulado “Para além de Guaykurus e Payaguás: diversas nações indígenas nas conquistas dos rios Paraguai e Paraná”, o capítulo 2, trata de recuperar aspectos das ações dos moradores da capitania de São Vicente, da vila de São Paulo e da província do Paraguai nas conquistas ocorridas desde os dois principais formadores do rio de La Plata. Nossas reflexões questionam a atenção excessiva que historiografia dedicou aos índios das *nações* Guaykuru e Payaguá em detrimento de outros ²¹. Para tanto, partimos de uma leitura crítica sobre o lugar que a historiografia destinou a essas duas nações no construto da história nacional. Por fim, apresentamos outras nações que conviviam naquele espaço.

“As conquistas nos rios Paraguai e Cuiabá: índios, jesuítas e bandeirantes” é o título do terceiro capítulo. Três pontos são ali discutidos: as ações de jesuítas e bandeirantes junto dos povos indígenas que ocupavam o alto curso do rio Paraguai antes dos descobertos de ouro que levaram às conquistas do Cuiabá; a crítica à “história do Mato Grosso” construída pelos membros das elites paulista e mato-grossense, abrigados em seus respectivos Institutos Históricos; e, finalmente, propomos uma releitura das fontes usuais e, ao mesmo tempo, vamos recuperando a importância da presença indígena naquelas conquistas para as entendermos de uma perspectiva mais inclusiva.

21 Desde 1953 na primeira reunião da Associação Brasileira de Antropologia, foram sugeridas normas para a grafia dos etnônimos brasileiros. Segundo essas normas, os substantivos e adjetivos são invariáveis e grafam-se, no caso dos primeiros, com inicial maiúscula e os segundos com minúscula: *os Payaguá, os Bororo, a cerâmica karajá, a pintura kadiwéu*. Tais deliberações foram publicadas na Revista de Antropologia, Vol.2, nº 2, dezembro de 1954. Isto, entretanto, não significa que na atualidade todos os estudiosos da temática indígena adotem tal grafia. Nesta tese, vazada na norma culta, variante brasileira da língua portuguesa, são observadas as regras gramaticais desse padrão linguístico na íntegra. Desse modo no que diz respeito à convenção adotada pelos antropólogos, em relação aos grupos étnicos, mantêm-se suas regras apenas nos textos de outras autorias, por uma questão de fidelidade ao texto original.

No capítulo 4, abandonamos a bacia platina e adentramos no espaço amazônico. Em “As conquistas hispânicas e lusitanas no vale do Mamoré e Guaporé”, tratamos de dois temas: as ações dos “soldados” da Companhia de Jesus das Províncias Jesuíticas do Paraguai e do Peru, fundando, respectivamente, as missões de Chiquitos e Mojos – em que dedicamos atenção especial às reduções chamadas dos Baures; e, na sequência, com base nos *Anais de Vila Bela*, apresentamos uma narrativa sobre a ocupação luso-brasileira desde o Cuiabá até os descobertos de ouro nos altos afluentes da margem direita do Guaporé – as ditas minas do Mato Grosso ²².

O quinto capítulo intitula-se “As monarquias ibéricas e suas conquistas na fronteira ocidental do Brasil”. A discussão gira entorno de dois temas: visa discutir as razões pelas quais os súditos da coroa espanhola não barraram os avanços dos sertanistas luso-brasileiros naqueles espaços – em especial os moradores de Assunção; num segundo momento, chamamos a atenção para o fato de que, em consonância com as correntes historiográficas contemporânea, muitas respostas a estes questionamentos residem, sobretudo, no âmbito das colônias e menos nas monarquias ibéricas na Europa.

Em “Vestígios de desaparecimentos na noite dos tempos: os povos indígenas do Guaporé Oriental”, o capítulo 6, retomamos as conquistas portuguesas no vale do Guaporé e encerramos nossa investigação. Seguindo pistas deixadas por Denise Maldí, propomos uma primeira incursão sobre as conquistas luso-brasileiras e dos jesuítas de Castela, junto aos povos indígenas da margem direita ou oriental do rio Guaporé. Finalizamos nossas reflexões, trazendo à tona a questão dos descimentos indígenas e indicamos as tensões e as contradições entre a legislação portuguesa, e as práticas sertanistas no exercício da administração dos índios nas conquistas do Cuiabá e Mato Grosso.

Finalmente, resta esclarecer sobre o título “A Ocidente do Imenso Brasil: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)”. A expressão ‘*A Ocidente do Imenso Brasil*’ é do hino de Mato Grosso, composto em 1919 pelo então bispo e presidente do Estado, D. Aquino Correa. A letra exalta a heroicidade e força do homem cuiabano, bem como designa um lugar para o índio no imaginário de seus habitantes que ainda hoje é presente. Utilizamos tal expressão porque ela sintetiza muitos dos olhares que se contruiu sobre espacialidade Mato Grosso. Antes de ser uma homenagem é um recurso discursivo que alerta para os pontos que pretendemos questionar ao longo desta tese: as ideias de grandeza daquele “território” apenas como uma fronteira geopolítica e de o mesmo ser representado como uma dádiva da colonização luso-brasileira.

²² Para uma descrição detalhada dos primeiros anos das minas do Mato Grosso ver: Janaina Amado, e Leny Caseli Anzai (org.), *Anais de Vila Bela 1734-1789*, Cuiabá, Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.

CAPÍTULO 01

CONQUISTAS DE ESPAÇOS E DESENHOS DE TERRITORIALIDADES: SINGRANDO RIOS E TRILHANDO SERTÕES

Transpondo muralhas: por rios e sertões desenhando territorialidades

As conquistas ibéricas na América não podem ser dissociadas da capacidade que os homens que ali se radicaram tiveram para navegar oceanos e rios e trilhar sertões. Desde a Europa dois importantes núcleos urbanos ilustram bem esta assertiva: Lisboa e Sevilha. Um situado na margem do rio Tejo e o outro no Guadalquivir. Cidades de portos fluviais que buscavam o mar e de onde partiram milhares de homens que alcançaram as conquistas brasileiras e as Índias Ocidentais de Castela.

Ao cruzar o oceano Atlântico aqueles ibéricos depararam-se com grandes cursos d'água que nele desaguavam. No delta do Amazonas os lusitanos fundaram Santa Maria de Belém do Pará²³. Já os castelhanos ocuparam o estuário do rio da Prata onde estabeleceram *la Ciudad de la Santísima Trinidad y Puerto de Nuestra Señora del Buen Ayre*. A seu tempo, ambas as cidades constituíram-se nas portas de acesso de conquistadores ibero-americanos para os sertões interiores da América do Sul.

Mas o delta do Amazonas e o estuário do Prata não foram as únicas vias de entrada de portugueses e espanhóis em direção às partes centrais no sul do continente americano. Desde a cidade de Lima, no Peru, e da vila de São Vicente, no Brasil, os súditos das coroas ibéricas transpuseram verdadeiras muralhas até alcançar os vales de rios como o Mamoré – Guaporé – Madeira, e do Paraná – Paraguai. Rios que correm para o centro da América Meridional onde existem duas grandes planícies, por eles periodicamente alagadas, e só depois inflectem em direção ao oceano Atlântico. Para os conquistadores hispânicos, chegados pelo Pacífico, havia que atravessar a cordilheira dos Andes. Já os vicentinos galgaram a Serra do Mar em busca de negros da terra, também nos quinhentos, e fundaram a vila de São Paulo de Piratininga de onde, seguindo cursos d'água que vertem para o interior, aprenderam a reconhecer os sertões mais distantes dos portos de mar.

23 Através do grande rio Amazonas os portugueses só iniciariam suas conquistas em 1612 com a fundação do forte denominado do Presépio, na baía de Guajará, em seu entorno surgiu a povoação de Nova Lusitânia que daria origem a Santa Maria de Belém do Grão Pará. Apenas depois de 1650 foi que expandiram rio acima e ao abrir o século XVIII alcançaram o rio Madeira até as cachoeiras. As quais seriam transpostas em 1722/23 quando da expedição comandada por Francisco de Mello Palheta desde Belém até missão jesuíta de Exaltación no rio Mamoré. Todavia, a rota desde as Minas do Mato Grosso pelo Guaporé – Mamoré – Madeira – Amazonas até Belém só seria retomada em 1740 e oficializada na década seguinte. Ver: Arthur Cezar Ferreira Reis, *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: A fronteira com as Colônias Espanholas*, 2º Tomo, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.

No exercício de conhecer, conquistar, procurar tesouros, catequizar ou mesmo escravizar os povos indígenas e transpor as duas muralhas que davam acesso aos sertões interiores da parte sul do continente americano demorou mais de um século até que os súditos portugueses e espanhóis comessem a se defrontar. Naquelas imensidões de terras e águas os ibero-americanos fundaram núcleos de povoamento. No rio Tietê, as vilas de São Paulo, Parnaíba, Itu e Sorocaba ²⁴. No rio Paraguai, a cidade de Assunção. No rio Cuiabá, as minas e vila homônimas. Entre os rios Piray e Grande fixou-se Santa Cruz de la Sierra. Ainda no vale dos rios Mamoré e Guaporé, do lado hispânico, as missões de Mojos e Chiquitos e da banda lusitana, os arraiais das minas do Mato Grosso (Ver mapa 01).

Eram lugares muito distantes uns dos outros. Num continente povoado por centenas de *nações* ameríndias, os novos e adventícios moradores usaram os rios para garantir suas sobrevivências e, também, para interligar suas pequenas ‘ilhas de civilidade’.

Singrar rios é muito distinto de cruzar oceanos. Embarcações pequenas e leves, águas encanadas, rebojos, corredeiras, saltos, cachoeiras, naufrágios, perdas de vidas e fazendas. Rios que eram domínios de povos nativos que conheciam os seus segredos. Um mundo novo de descobertas e um sem fim de aprendizados para os colonos. Necessidades de alianças. O locomover-se e conquistar os interiores das terras sul-americanas, seja por súditos hispânicos ou lusitanos foi mais ou menos acelerado, à medida que a navegação dos rios foi sendo possível e ensinada pelos ameríndios.

A apropriação do espaço compreendido pelo alto vale dos rios Paraguai e Guaporé por descendentes europeus e a transformação das territorialidades ameríndias em territórios das coroas de Portugal e Espanha resultaram de um longo processo histórico que foi primeiro explicado a partir da busca do *El Dorado* ²⁵. Outra possibilidade de leitura permitiu aos historiadores aludirem

24 As conquistas lusitanas pelo interior da América do Sul se iniciaram em 1554 com a fundação do colégio jesuíta de São Paulo de Piratininga, feita vila em 1560. Mas, só nas décadas iniciais dos seiscentos se daria a dispersão daqueles moradores pelos sertões mais longínquos. Primeiro seguiram os rios que nascem na Serra do Mar e vertem para o interior onde capturaram as populações indígenas. Depois, partiram ao encontro da frente de expansão oriunda desde Assunção e Buenos Aires. Para tanto, utilizaram os rios Paranapanema e Tietê, através dos quais alcançavam o Paraná e o Paraguai. Ver: John Manuel Monteiro, *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

25 Sobre o ouro como alavanca das conquistas no mundo ocidental e nas Índias Ocidentais de Castela ver, entre outros: Enrique Gandia, *História crítica de los mitos de la conquista americana*, Buenos Aires, Juan Roldan, 1929; Sérgio Buarque de Hollanda, *Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959; Jean Delumeau, *Uma história do Paraíso*, Lisboa, Terramar, 1995; Laura de Mello e Souza, *O diabo e a terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986; Johnni Langer, “O mito do eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI)” in *Revista de História*, São Paulo, FFLCH/USP, nº. 136, 1997, pp. 25-40; Sirlei Silveira, *Em busca do país do ouro: sonhos & itinerários*, Cuiabá, MT, Carlini & Caniato: EdUFMT, 2009; e

àquelas conquistas, reafirmando a primazia de uma das duas nações ibéricas sobre o espaço. Tal abordagem surgiu desde 1740, no bojo das negociações e demarcação das fronteiras coloniais, e acirrou-se na centúria seguinte com a constituição dos estados nacionais sul-americanos. Ainda na atualidade há historiadores que sustentam afirmativas do tipo: “mediante cédula de 15 de febrero de 1560 el virrey Andrés Hurtado de Mendoza, marqués de Cañete, creaba La Gobernación de Moxos, que comprendía Mato Grosso, Chiquitos e Moxos”. Identificam-se, no século XVI, as unidades político-administrativas e territoriais do Mato Grosso, de Mojos e de Chiquitos num tempo em que elas não existiam. Não parece que façam isto por ignorância, mas por escolhas ²⁶.

Fugir às armadilhas de perceber os eventos ocorridos no passado circunscritos a territorialidades que lhes são estranhas não é fácil. O tipo de raciocínio acima indicado tem levado os investigadores a entender e explicar as conquistas ibéricas na parte central da América do Sul apenas da perspectiva do conquistador europeu. O recorte temporal que escolhemos (1680 – 1750) antecede, por exemplo, a criação da capitania de Mato Grosso. Entretanto, desde Virgílio Correa Filho, lugares geográficos que só foram incorporados ao território daquela capitania ao fim do período colonial são referidos para os séculos anteriores como mato-grossenses ²⁷. Não queremos repetir tais práticas que, insistimos, não são erros. Desta perspectiva, não os estaremos corrigindo ao propormos apreender aqueles espaços com outros referenciais que não apenas os geopolíticos ou estratégicos ²⁸.

Isabelle Combés, “Planchas, brazaletes y hachuelas: las rutas prehispánicas del metal andino desde el Guapay hasta el Pantanal” in *Revista Andina* 47, Cuzco, 2010, p. 53-82.

26 Entre outros historiadores ver: Alcides Pareja Moreno y Virgilio Suárez Salas, *Chiquitos: historia de una utopía*, La Paz, Bolivia, Sirena, 1992, p., 57.

27 Virgílio Corrêa Filho, *As Raias de Matto Grosso*, Secção de Obras d'O Estado de São Paulo, São Paulo, 1924-1926 (4 vols). Estamos nos referindo a autores, como os acima citados, que relacionam a ocupação de um determinado território com a ideia de nação e sentimento de pátria, muito em voga desde a segunda metade do século XIX e que perdurou até anos avançados da centúria seguinte. A prática foi muito comum na América do Sul no período que mediou entre as independências (1810/20) até a demarcação definitiva das fronteiras nacionais daqueles países, cerca de 1940. Mas as análises que privilegiam as perspectivas geopolíticas seriam ainda reavivadas pelos grupos que patrocinaram Golpes Militares nos países sul-americanos entre as décadas de 1960/70. Para uma leitura crítica dessas abordagens ver a obra pioneira de: Friedrich Ratzel, *Géographie Politique*, Paris, Editions Régionales Européennes, 1988; Paul Sutermeister, “Ratzel contra os economistas: acesso a mercados, destruição criadora e teoria social darwiniana na obra *geografia política*”, 1º SIMPGEIO/SP, Rio Claro/SP, 2008; e, Marcelo José Lopes de Souza, “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento” in *Geografia: conceitos e temas*, in Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa (Org.), Rio de Janeiro, Bertrand Russel, 2001, pp. 77-116; além das reflexões de Milton Santos, *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo, EdUSP, 2002, entre outros.

28 Para uma reflexão sobre o construto de uma memória historiográfica em Mato Grosso e “a utilização desta memória para justificar determinadas condutas e ações políticas” ver: Oswaldo Zorzato, *Conciliação e Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*, tese de doutorado apresentada ao PPGHIS da FFLCH/USP, São Paulo, 1998; Lylia de S. Guedes Galetti, *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre o Mato Grosso*, tese de doutorado

O espaço que estudamos vivenciou múltiplas experiências de ocupação. É fato que ali existiam dezenas de territorialidades ameríndias cuja lógica é muito distinta da europeia e devia seguir códigos que não conseguimos apreender muito bem. Sabemos igualmente que foram sobre as espacialidades nativas que se fundaram as circunscrições jurídicas, administrativas, de governo e eclesiásticas próprias do universo europeu, representadas pelas monarquias ibéricas, que as pleiteavam. O espaço então passou a ser referido como território, com os pontos de fricção nominados como áreas de fronteiras em litígio.

Sabemos, igualmente, das disputas entre os ameríndios por locais geográficos onde houvesse melhores condições de sobrevivência. Como os povos indígenas viviam estágios diferentes em relação às suas capacidades de controle da natureza, é possível que tivessem expectativas distintas em relação ao uso do espaço. Por exemplo, aos grupos paleolíticos que foram chamados de Payaguás, que eram canoeiros e viviam da pesca e do comércio, interessaria apenas o domínio dos rios? Já os povos neolíticos como os Chiquitos ou os Chanés, que eram agricultores, prefeririam viver nas terras altas e não alagáveis? Haveria sobreposição de territorialidades ameríndias ou havia fronteiras demarcadas? Não temos ainda elementos informativos nem clareza suficientes para responder tais indagações.

Na América do Sul o delimitar grandes espaços por linhas fixas foi uma questão que só passou a existir e a requerer solução após os súditos das coroas ibéricas começarem a se encontrar de modo sistemático no interior do continente, quando, então, configuraram-se os conflitos de interesses. Para definir os domínios e posses de cada monarquia, foi necessário não apenas conhecer, mas criar representações do espaço. Não cabe aqui historiar esta importantíssima discussão ²⁹.

apresentada ao PPGHIS da FFLCH/USP, São Paulo, 2000; Vilma Eliza Trindade, *Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho, 1887-1973*, Campo Grande, UFMS, 2001; Gilmara H. e Franco, *A construção da identidade mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho (1920-1940)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS da UFMS/Grande Dourados, Dourados, 2007.

29 Antes de tudo é preciso indicar que existe uma vasta documentação cartográfica sobre aqueles espaços que pode ser encontrada nos arquivos de vários países sul-americanos e da Europa. Também foram publicados relatos e diários de viagens de sertanistas, jesuítas, agentes a serviço de suas coroas, bem como os trabalhos dos demarcadores de limites. Tão extensa quanto as representações cartográficas é a bibliografia sobre o tema, entre outros ver: Isa Adonias, *Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial: 1500-1822*, Brasília, Ministérios das Relações Exteriores, 1960, 2v.; Jaime Cortesão, *História do Brasil nos Velhos Mapas*, Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, Vol I e II, 1971; João Carlos Garcia (coord.), *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Insua*, CNCDP, 2001; Mário Clemente Ferreira, “Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no século XVIII: notas de uma investigação”, in *Territórios e Fronteiras* – Revista do PPGHIS da Universidade Federal de Mato Grosso, vol. 7, nº 1, Janeiro/Junho de 2006, pp. 37-56; *ANais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, Universidade de São Paulo, Museu Paulista, Nova Série, Vol. 17, Nº 2, Jul.-Dez., 2009; Francisco Roque de Oliveira e Héctor Mendoza Vargas (orgs.), *Mapas de metade do mundo, A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX*, Lisboa/Ciudad de México, 2010; Paulo Miceli, *O desenho do Brasil no teatro do mundo*, Campinas, Editora da Unicamp, 2012.

Neste momento inicial da nossa narrativa interessa situar as conquistas portuguesas do Cuiabá e do Mato Grosso, em relação aos núcleos de ocupação hispânica a elas circunvizinhas. Para tanto, tomaremos como referência um conjunto de signos e informações consolidados ao longo dos últimos séculos e que são universalmente reconhecidos pelo mundo ocidental. Então os lugares geográficos distintivos de tal espaço serão referidos a partir dos nomes recebidos tanto de luso-brasileiros, como de hispano-americanos no ato de exercício das conquistas ³⁰.

Se considerarmos que o marco que delimita o centro geodésico da América do Sul encontra-se postado no caminho que, no século XVIII, ligava o porto do rio Cuiabá à vila homônima, podemos concordar que as conquistas luso-brasileiras, nos afluentes do alto curso do rio Paraguai, iniciaram-se num ponto equidistante entre os oceanos Pacífico e Atlântico. Ou, se preferirmos a narrativa do historiógrafo inglês Robert Southey, “Foi no coração mesmo da América do Sul que o paulista Paschoal Moreira Cabral descobriu as minas de Cuyabá” ³¹. Ponto equidistante ou coração da América Sul, enfim não era fácil chegar ou sair de um lugar tão central que, apesar disto, foi conquistado. Assim, o tomaremos como referência para nos situarmos em relação às demais áreas ocupadas pelos súditos das monarquias ibéricas na porção sul do continente americano.

Para melhor visualizarmos o espaço circunscrito pelas bacias dos rios Paraguai e Guaporé, vamos apresentá-lo a partir de três lugares geográficos: o oriente boliviano, o alto e médio cursos dos rios Paraguai/Paraná e o Guaporé oriental. A temporalidade que nos interessa inscreve-se entre 1680 e 1750 – por ser um dos períodos de muita tensão nos contatos entre os súditos das coroas ibéricas e de indefinições sobre a posse do território. É ainda característico daquele espaço-tempo a ‘aceitação’ da presença dos jesuítas pelos colonos hispano-americanos junto a vários povos indígenas que ali viviam.

30 Isto não significa que sejam nomes europeus, mesmo porque este exercício de (re)nomear os lugares que se ia perlustrando era realizado por sertanistas que se faziam acompanhar de índios administrados. Não podemos esquecer de que a aliança dos hispano-paraguaios foi com os Tupis de língua Guarani, de que pode decorrer semelhanças com o Tupi falado no Brasil. Nas palavras de um historiógrafo paulista do início do século XX: *As levas que partiam do litoral a fazer descobrimentos falavam, no geral, o tupi; pelo tupi, designavam novos descobertos, os rios, as montanhas, os próprios povoados que se fundavam...*, ver: Teodoro Sampaio, “O tupi na geografia nacional” in *RIHGSP*, São Paulo, v. 6, 1902, p. 493. Para o caso do Mato Grosso há o trabalho pioneiro do barão de Melgaço, Augusto Leverger, “Apontamentos para o Diccionário Chorographico da Provincia de Matto-grosso” in *RHIGB*, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert & C., 1884, pp. 307 a 504. Mas nem todos os topônimos são de origem Tupi-Guarani a literatura histórica dos jesuítas hispânicos fornece vários exemplos de nomes de origem Mbaia/Guaykuru, ver: José Sánchez Labrador, *El Paraguay Católico*, Tomos I e II, Buenos Aires, Imprenta de Coni Hermanos, 1910.

31 Robert Southey, *História do Brasil*, tomo quinto, tradução do Dr. Luis J. de O. Castro e anotações do cônego J.C.F. Pinheiro, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1862, p. 242.

O Oriente Boliviano

O espaço que leva este nome foi definido a partir das experiências de conquistas protagonizadas pelos hispano-americanos radicados tanto em Assunção, quanto em Lima no Peru. Desde o século XVI passou a ser periodicamente visitado por “malocas” que iam aprisionar índios ³². Foi consolidado sobre distintas territorialidades ameríndias, e sua expansão teve como ponto de partida a cidade Santa Cruz de la Sierra. Ainda hoje é um lugar política e economicamente importante na Bolívia e para apresentá-lo tomamos de empréstimo a delimitação contemporânea proposta por Alcides Pareja Moreno.

Se conoce con el nombre de Oriente Boliviano una amplia zona de la República de Bolivia, que se extiende desde las ultimas estribaciones de la Cordillera de Los Andes, hacia el Este, hasta la región del Mato Grosso en el Brasil; y desde los ríos Madera y Abuná, en el Norte, hasta las llanuras del Chaco Boreal en el Sur. Ocupa los actuales departamentos de Pando, Beni y Santa Cruz y parte do La Paz y Cochabamba más de 50% del territorio nacional³³ (Ver mapa 02).

No espaço delimitado fundaram-se cidades, vilas e *reduções* geridas por órgãos e indivíduos com jurisdições legislativas, administrativas, fiscais e eclesiásticas. Numa primeira instância, desde a Espanha, existia a hierarquia de poder e de mando constituído pelo rei, os Conselhos e, depois, as Secretarias de Despacho Universal; já nas Índias de Castela o poder era executado ou emanava, no plano civil, a partir do Vice-reinado do Peru – com sede em Lima; da Audiência de Charcas – abrigada em La Plata; e do Governador e do Cabildo de Santa Cruz de la Sierra – na cidade homônima. No âmbito religioso, o Arcebispo e a Província Jesuítica do Peru, em Lima; e, finalmente, o bispado de Santa Cruz de la Sierra e suas missões subordinadas.

Duas foram as experiências hispano-americanas de ocupação no oriente boliviano. A primeira, de caráter civil, iniciou-se com a fundação de Santa Cruz de la Sierra, às vezes, também referida como San Lorenzo de la Barranca. Já a segunda, foi comandada pelos jesuítas que fundaram as missões de Mojos e Chiquitos.

32 Se denominan “malocas” a las expediciones armadas organizadas por los colonos cruceños con el simple propósito de capturar indígenas para mantener trabajos agrícolas y la industria azucarera en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, donde de hecho los nativos presos vivían en condición de esclavos. Estas entradas armadas, que no estaban motivadas ni por intereses pobladores ni respondían a provocaciones bélicas de los indígenas eran llamadas por los cruceños ‘corredurías’, y afectaran a los chiquitanos desde los inicios de la conquista del oriente boliviano perdurando todo el siglo XVII.” Roberto Tomichá Charupá, *La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos, en Bolivia (1691-1767)*, Cochabamba/Bolivia, Editorial Verbo Divino, Universidad Católica Boliviana y Ordo Fratrum Minorum Conv, 2002, pp. 379-380.

33 Alcides Pareja Moreno y Virgilio Suárez Salas, *Chiquitos: historia de una utopía*, cit., p. 19.

Também foram duas as correntes de expansão que deram origem a Santa Cruz de la Sierra. Uma partiu da cidade de La Plata e foi comandada por Andrés Manso (1557). A outra saiu de Assunção e foi liderada por Ñuflo de Cháves (1558). É consenso entre os historiadores que, enquanto as expedições oriundas das terras andinas buscavam capturar índios nas planícies alagáveis onde vivia o povo nominado de Mojo; as provenientes do rio Paraguai tentavam abrir uma ligação entre a província homônima e as minas de Potosí, até La Plata. Os que vieram de Assunção se radicariam em territorialidade de vários dos grupos que foram identificados como Chiquitos. Logo se configuraram os conflitos de interesses entre ambas as ondas conquistadoras (1559/60) e criou-se então a *Gobernación de Moxos*, subordinada ao Vice-reinado do Peru e à Audiência de Charcas. Pouco depois, Ñuflo de Cháves fundou, a 26 de fevereiro de 1561, a cidade de Santa Cruz de la Sierra.

No século XVI, Santa Cruz era o ponto mais interior das conquistas hispânicas e ligava as terras altas do Peru com as planícies amazônica e do pantanal. As dificuldades que se apresentaram para mantê-la foram muitas. Passados 30 anos desde seu início e de várias experiências que incluem a fundação de outros núcleos de povoamento, tanto os colonos ou *veciños cruceños*, como as autoridades da Audiência de Charcas entenderam ajuntar seus moradores com os de San Lorenzo de la Barranca ou de la Frontera. Mas, segundo consta, isto só ocorreu em 1621. Ou seja, 60 anos depois de fundada, a cidade encontrou seu sítio definitivo exatamente onde estava o de San Lorenzo, a *escasos cinco kilómetros al Este del río Pirai*,³⁴. Daquele ponto ficava mais fácil ligar-se às cidades de La Plata e Potosí e destas à de Lima.

A nova localização de Santa Cruz também facilitava o acesso às áreas de maior concentração de povos indígenas que deram nome a um espaço geográfico conhecido como *Llanos de Mojos*. Que se tratava de uma grande planície alagável. Segundo a narrativa dos historiôgrafos jesuítas, entre 1595 e 1671 ocorreram 10 entradas de cruceños para capturar índios nos *Llanos de Mojos*, autorizadas pelos governadores de Santa Cruz de la Sierra e pelos Presidentes e Fiscais da Audiência de Charcas ³⁵. Faz-se necessário, portanto, apresentarmos tal espaço onde os padres da Companhia de Jesus da Província do Peru vieram fundar o conjunto das

34 Os parágrafos sobre Santa Cruz de la Sierra foram escritos a partir da leitura dos seguintes autores: Enrique Finot Franco, *Historia de la conquista del Oriente boliviano*, cit., pp. 245-248. Segundo nos explica outro autor os *cruceños* foram tão habéis que se apropriam não só do espaço onde estava fundada San Lorenzo de la Barranca como se sobrepuseram a este. A estratégia teria sido sutil. “Comenzó a escribirse ‘San Lorenzo de la Gobernación de Santa Cruz de la Sierra’ o más sencillamente ‘San Lorenzo de Santa Cruz de la Sierra’; y este último nombre por la ley de la menor resistencia, por ser más antiguo o más conocido y que abarca mayor jurisdicción fue sobreponiéndose hasta reemplazar a la ciudad en forma absoluta”. Ver também: Humberto Vázquez Machicado, “Santa Cruz de la Sierra en los siglos XVI y XVII” in *Obras completas de Humberto Vázquez Machicado*, Vol. II, La Paz, Don Bosco, 1988, p. 95.

35 Entre outros ver: Rubens Vargas Ugarte, SJ, *Historia de la Compañía de Jesus en el Peru*, Tomo III, Burgos, Imprenta de Aldecoa, 1964, pp. 1 a 15.

25 reduções que, em referência aos primeiros grupos indígenas que aceitaram a catequese, nomearam como missão de Mojos.

O exercício de delimitação do espaço geográfico da missão e dos *Llanos de Mojos* foi realizado por vários investigadores. Escolhemos as reflexões de David Block³⁶. Seriam dois nichos ecológicos: um formado por terras alagáveis seis meses por ano e o outro, por terrenos não inundáveis. Deste conjunto, 75% das terras abrangeriam uma *sabana* compreendida desde o sopé mais baixo dos Andes até a margem esquerda do rio Guaporé. Esta maior área é entremeada por ‘ilhas’ de pequenas elevações do terreno que perfazem 15%, dos 75%. Durante as cheias dos rios era nestes 15% que se construía as aldeias, plantavam as roças, caçavam e retiravam madeiras para confeccionar canoas e armas e como combustível. Os demais 25% eram formados por terras altas de bosques, situadas nos altiplanos andinos e pelas mesetas ao norte do Planalto de Chiquitos, do que se conclui que os rios e o regime de suas águas, com cheias e vazantes, são fundamentais para entendermos a ocupação e conquista daquele espaço (Ver mapa 02).

Foi navegando os rios Pirai e Grande ou Guapai que os moradores de Santa Cruz de la Sierra alcançaram o Mamoré e dali os afluentes da margem direita do Beni e da esquerda do Guaporé e, assim, estabeleceram contato com os povos indígenas que ali viviam. A este tema voltaremos no capítulo 4. Por hora, interessa ressaltar que, ao longo do rio Mamoré e seu confluente, o Guaporé, as conquistas hispano-americanas foram iniciadas pelos civis e, depois, levadas a cabo pela Companhia de Jesus. Ou seja, trataremos de um espaço onde a conquista espiritual dos indígenas substituiu com maior sucesso a experiência laica.

Nascem nos Andes Orientais os principais rios formadores do Mamoré que recebe esse nome na confluência do Chaparé com o Mamorecillo. Com uma extensão de 1.931 km, sua calha principal flui para o norte, atravessando a parte mais central de uma extensa savana que, desde os meses de outubro e novembro, começa a ser por ele inundada. Dezembro e janeiro são de máximas chuvas e todos os seus tributários, da margem ocidental e oriental, se emendam formando um gigantesco lago, com 13.750 léguas quadradas ou 200.000 km². Finalmente, nos meses de março e abril, as águas refluem e de maio a outubro, ocorre o período de estio nos *Llanos de Mojos* – quando os rios, mais uma vez, correm céleres dentro de suas calhas ³⁷ (Ver mapa 02).

36 David Block, *La cultura reduccional en los llanos de Mojos: tradición autóctona, empresa jesuítica & política civil, 1670-1763*, La Paz, Tupac Katari, 1997.

37 Se compararmos com os países ibéricos, por exemplo, podemos ter uma ideia aproximada do tamanho da área conhecida como *Llanos de Mojos*. Portugal tem uma superfície total de 92.074 km², sendo que 88.994 km² correspondem à superfície de Portugal Continental e, 3.080 km² às Ilhas dos Açores e da Madeira. Já Espanha Continental possui cerca de 493.515 Km², Ilhas Baleares 4.992Km², Ilhas Canárias 7.447 Km², área total de Espanha é 505.954 km². Ou seja, os *Llanos de Mojos* eram mais de duas vezes o tamanho de Portugal e quase ½ da extensão da Espanha. Já o Oriente Boliviano tem uma superfície territorial de 648.162 Km² e isto equivale a um espaço maior que Espanha e Portugal juntos.

Desde Santa Cruz de la Sierra, o Mamoré foi o principal dos rios navegados pelos hispano-americanos na planície amazônica. Quando os jesuítas, a partir de 1670/80, iniciaram seus trabalhos de catequese junto aos povos indígenas que viviam nas terras baixas, fizeram-no a partir daquele rio. Às suas margens, fundaram as primeiras e mais longevas das quantas reduções que vieram a constituir a missão de Mojos.

Com informações deixadas pelos jesuítas, distintos investigadores, identificaram os seguintes grupos vivendo naquele espaço: os Mojos, – localizados em ambas as margens do Mamoré, desde a foz do rio Grande até a altura da foz do Aperé; os Mobinas e Kayubabas moviam-se por sua margem ocidental, desde a foz do Aperé até quase o seu encontro com o Guaporé; pela margem oriental do Mamoré, encontravam-se os Canisianas desde que acabavam os domínios dos Mojos e por todo o alto vale do rio Machupo; por sua vez, os Itonomas avizinhavam-se com os Canisianas, mas concentravam-se desde o lago San Luís e pelo baixo curso do rio que tomou emprestado seu nome do povo; finalmente, os Baures, que viviam desde a margem direita do rio Itonoma e numa área próxima à confluência do rio que recebeu seu nome daquele povo, no Guaporé ³⁸.

Para os jesuítas, os Baures eram os mais ‘civilizados’ de entre todas as nações de índios com as quais conviveram. O espaço por eles ocupado abrigou um conjunto de 5 reduções. Um lugar geográfico demarcado a partir dos principais afluentes da margem esquerda do Guaporé e são eles: o Paraguá; o San Simón, o San Martín e o Blanco – que formam o rio Baures; o São Miguel; o Itonomas; o Machupo; e o próprio Guaporé. Quando, no século XVIII, os luso-brasileiros descobriram as minas do Mato Grosso e fundaram seus arraiais na margem oriental do Guaporé, aquele espaço viveu intensas disputas não só territoriais, mas também pelo controle de seus moradores ameríndios.

Queremos reforçar que os rios são fundamentais para entendermos a ocupação indígena e as conquistas hispânicas no Mamoré. Não existiam também, barreiras naturais que dificultassem os contatos, amistosos ou de guerra, entre os diversos povos que ali conviviam. Parece-nos que grupos de um mesmo povo poderiam radicar-se tanto nas terras altas como na *savana*. Por sua vez, havia outros que habitavam num único nicho ecológico, como era o caso dos Chiquito, instalados nos altiplanos e que sequer sabiam navegar.

38 David Block, *La cultura reduccional en los llanos de Mojos: tradición autóctona, empresa jesuítica & política civil, 1670-1763*, cit.; Denise Maldi Meireles, *Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, séculos XVIII*, Petrópolis/RJ, Vozes, 1989; Josep M. Barnadas, “Introducción”, in Francisco Javier Eder, SJ, *Breve Descripción de las Reducciones de Mojos*, Cochabamba, Historia Boliviana, 1985.

Evidências arqueológicas apontam para a existência de trocas entre os ameríndios que viviam tanto nas áreas alagáveis, quanto no planalto ³⁹. A presença dos hispano-americanos e a criação das governações do Paraguai, de Santa Cruz de la Sierra e, depois, das missões de Mojos e Chiquitos nos passam a falsa ideia de separação/isolamento entre os grupos indígenas radicados nos *Llanos de Mojos* e no Planalto dos Chiquitos. Do mesmo modo, os Chiquito mantinham contatos com os demais povos que ocupavam áreas das planícies alagáveis da bacia do rio Paraguai – lugares conhecidos como Chaco e Pantanal. Muitos historiadores, ao entenderem a ocupação do espaço apenas da perspectiva europeia, negligenciaram as estratégias indígenas para enfrentar os conquistadores.

Ao passarmos dos *Llanos de Mojos* e galgarmos as terras mais altas onde se situa o chamado Planalto dos Chiquitos, adentramos pelo universo da experiência catequética, levada a cabo pelos jesuítas da província do Paraguai. Podemos resumir alguns acontecimentos que remetem à fundação da missão de Chiquitos do modo como se segue.

Na década de 1680, os padres da província jesuítica do Paraguai estavam empenhados em atuar junto de outros povos indígenas que não apenas os dos rios Paraná e Paraguai. A seara era imensa. Após vários estudos, considerando preservar e reforçar as ligações entre as distintas cidades e províncias do vice-reinado do Peru, resolveram que era o momento de investir seus esforços junto dos povos que viviam no Chaco ⁴⁰.

39 Entre os estudos de arqueologia sobre esse espaço ver: Branislava Susnik, *Apuntes de etnografía paraguaya*, Asunción, Manuales del Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1961; William M. Denevan, *La geografía cultural aborigen de los Llanos de Mojos*, La Paz, Juventud, 1980; Clark L. Erickson, “Sistemas agrícolas prehispánicos en los Llanos de Mojos”, *América Indígena*, México, XL/4, 1980, pp. 731-755; Maria Clara Migliaccio, *O doméstico e o ritual: cotidiano Xaray no Alto Paraguai até o século XVI*, tese de doutorado apresentada ao Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006; Isabelle Combès, “El Candire de Condori. El Saypurú inca y la “tierra sin mal”, in *Arqueologia, etnologia e etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia, antropologia em aplicação*, in Rodrigo Luiz Simas de Aguiar, Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira (Orgs.), Dourados/MS, Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2010; Luis Fernando Erig Lima, *A ocupação Pré-Colonial na Fronteira Ocidental – Adaptabilidade Humana, Territorialidade e Aspectos Geomorfologicos na Microrregião do Alto Guaporé*, Mato Grosso, tese de doutorado apresentada ao Museu de Arqueologia da USP, São Paulo, 2010.

40 O Chaco foi uma área menos frequentada pelos conquistadores luso-brasileiros. As notícias que ficaram são dos jesuítas que por ali traficaram, por quase dois séculos, na tentativa de catequizar os povos indígenas que o habitavam. Vejamos uma das definições que aquele espaço recebeu: “Conviene precisar un poco lo que con este nombre (Chaco) se significa. El vulgo llamaba ordinariamente Chaco a las vastísimas llanuras que se extienden al oeste del río Paraguay hasta que llegan a encontrarse las primeras estribaciones de los Andes. Recientemente los litigios que se han suscitado entre las naciones americanas sobre le cuestión de límites han obligado a precisar mejor los territorios significados con este nombre. (...) han convenido generalmente en distinguir tres regiones en el Chaco. La primera es la que se llama Chaco Austral, o sea la inmensa planicie situada al sur del río Bermejo y que se extiende desde este río hasta las regiones poco más o menos de Santiago del Estero. Llamamos Chaco central a la faja extensísima que corre desde el río Paraguay hacia el noroeste entre los dos ríos principales, Bermejo e Pilcomayo. Por último han recibido el nombre de Chaco Boreal las regiones situadas entre el Pilcomayo, el Paraguay y el sur de la república de Bolivia”. Ver: Padre Antonio Astrain, *Historia da la Compañía de Jesús en la Asistencia de España*, Tomo VI (1652-1705), Madrid, Administración de Razón y Fe, 1920, pp. 698/99.

Um dos pontos de partida para as incursões de catequese e de tentativas de fundar missões no Chaco foi a província de Tucumán. Na medida em que crescia a demanda por produtos e bens agropastoris nas minas de Potosí, aumentava a necessidade por incorporar terras para a expansão pastoril. Esse movimento gerava enfrentamentos entre os colonos hispânicos e as populações indígenas do Chaco ⁴¹. Entremeando as guerras, os jesuítas procuravam obter sucesso em suas ações de pacificá-los.

A catequese entre os Chiquitos teria surgido dum destes fracassos. Em 1686, o padre José Arce foi mandado viver entre os Chiriguanos do Chaco. Quatro anos depois estava convencido que poderia fundar ali uma missão e foi à Santa Cruz de la Sierra solicitar autorização ao governador. Experiente no trato com os Chiriguanos, com os quais fazia alianças temporárias e dos quais os moradores de sua província compravam índios cativos, o governador Don Agustín Arce, o alertou “que eran éstos una gente sumamente voluble y probablemente abandonarían pronto los misioneros... En cambio les propuso que se extendiesen hacia el Oriente de Santa Cruz de la Sierra y visitasen a los indios Chiquitos, de cuyo carácter estaba muy satisfecho” ⁴².

Poucos meses depois, o jesuíta, ao ser expulso pelos Chiriguanos, resolveu aceitar a proposta do governador. Ainda em fins de 1690, redirecionou suas ações para os Chiquitos. Assim, os jesuítas do Paraguai, deslocavam seu o campo de atuação das nações indígenas radicadas no Chaco para aquelas localizadas nas terras altas a oriente de Santa Cruz de la Sierra. Nos anos iniciais de abertura da missão os jesuítas tiveram que enfrentar a oposição dos colonos *cruceños* que rejeitavam tal projeto, pois sabiam que isto dificultaria seus negócios e a organização das *malocas* com fito de cativar índios.

Para delimitarmos a área de terras destinada à missão de Chiquitos, passemos então a palavra ao padre jesuíta Francisco Burgés, que a descreveu do seguinte modo:

La Nación de los Chiquitos confina por el Occidente con la ciudad de San Lorenzo y Provincia de Santa Cruz de la Sierra. Su distrito corre azia el Oriente hasta el Río Paraguay por espacio de ciento y quarenta leguas; por la parte del Norte se termina en la Sierra de los Tapacuras, que divide

41 Sobre essas conquistas e guerras ver: Beatriz Vitar, *Guerra y misiones en la frontera chaqueña del Tucumán (1700-1767)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997.

42 A sequência narrativa deste parágrafo e dos demais referentes à missão de Chiquitos ampara-se nas seguintes obras: Padre Antonio Astrain, *Historia da la Compañía de Jesús en la Asistencia de España*, Tomo VI, cit., pp. 690 a 717; Roberto Tomichá Charupá, *La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos, en Bolivia (1691-1767)*, cit., pp. 209 a 295; além de fontes primárias referenciadas.

esta Misión de la de Moxos, y corre la Serranía desde el Poniente hasta el dicho Río Paraguay. Y por la parte de Sur confina con Santa Cruz la Vieja y su Serranía, que asimismo corre hasta el mismo Río [Paraguay]. La distancia que ay de Norte à Sur será de cien leguas ⁴³.

A circunscrição do espaço da missão de Chiquitos confundia-se com o território ocupado pelos índios Chiquitos. Do nosso ponto de vista, interessa destacar que aquela área situava-se no divisor de águas das bacias amazônica e platina. Assim, participava de quatro ecossistemas distintos: as terras altas ou altiplanos de Chiquitos; a planície amazônica; a planície pantaneira; e as terras nominadas como Chaco, o que pode significar, para os povos indígenas ali radicados, maior diversidade de uso dos recursos naturais, bem como amplas possibilidades de trocas culturais.

Passamos do Planalto dos Chiquitos e chegamos ao alto curso do rio Paraguai, que são espaços contíguos. Do ponto de vista geológico, o Planalto dos Chiquitos é uma continuidade do chamado Planalto dos Parecis que é um dos nomes que o Planalto Brasileiro recebe – esta formação estende-se do oceano Atlântico, desde a costa do Espírito Santo, passando por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bolívia até alcançar o sopé da cordilheira dos Andes (Ver mapa 01).

Área geológica muito antiga é o divisor de águas dos rios que vertem para o sul ou para o norte das terras sul-americanas. As serranias que o compõem têm altitudes variando entre 500 e 900m. De suas vertentes, nascem os mananciais que, de início pequenas veredas, vão formar as bacias do Paraná/Paraguai. Já fluindo rumo norte/ noroeste, brotam ali tributários da bacia amazônica entre os quais destacamos: o Tocantins e o Araguaia; o Xingu; o Teles Pires, Arinos e o Juruena, formadores do Tapajós; além do Guaporé que, ao juntar-se ao Mamoré e ao Beni, dá vida ao Madeira.

Assim, a distinção entre os espaços do alto Paraguai e do Planalto dos Chiquitos é meramente geopolítica e acaba por dificultar entender como se organizavam os povos indígenas que ali conviviam. Também na bacia platina os espanhóis iniciaram suas conquistas antes dos lusitanos.

43 Padre Francisco Burgués, “Memorial al Rey nuestro señor en su Real, y Supremo Consejo de las Indias, sobre las noticias de las Misiones de los Indios llamados Chiquitos, y del estado que hoy tienen estas, y las de los Ríos Paraná, y Uruguay, que están à cargo de los Padres de la Compañía de Jesús, de la Provincia del Paraguay”, in *Colección Jesuitas*, tomo 55, n. 33, Madrid, Biblioteca da Real Academia de la Historia, impresso de um manuscrito de 1703. Há uma versão um pouco diferente desse mesmo documento publicada por Jaime Cortesão, *Antecedentes do tratado de Madrid. Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751)*, *Manuscritos da Coleção de Angelis*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, vol. VI, 1955, pp. 231 a 245.

Ainda na primeira metade do século XVI, largaram-se desde a boca do rio da Prata, subiram o rio Paraguai, continuaram por terra e galgaram os Andes até alcançar o Peru. Neste périplo e para assegurar a posse do território frente aos nativos, fundaram Assunção (1541) e Buenos Aires (1580) e ocuparam a margem esquerda do rio Paraná. Na centúria seguinte, vieram os jesuítas e abriram as missões nos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, quando, então, começaram a ocorrer encontros, conflitos de interesses e embates entre os súditos das coroas ibéricas naquelas plagas.

O alto e médio curso dos rios Paraguai e Paraná

Desde os escritos de Afonso de Taunay defende-se que a presença de paulistas num ponto entrincheirado nos campos da Vacaria (1680), em local próximo às ruínas de *Jerez* (1580/1630), teria assegurado para o Brasil a posse do território situado entre o médio e alto curso dos rios Paraná e Paraguai; e também, que saíram dali os descobridores do ouro do Cuiabá. Para além, barraram as pretensões dos paraguaios sobre aquele território ⁴⁴. Depreende-se desses fatos que, nos anos finais do século XVII, aquele lugar já pertenceria à coroa portuguesa. Esse tema será retomado no capítulo 3. Por hora, interessa descrever tal espaço e apresentar sua ocupação da perspectiva dos súditos das coroas ibéricas.

O rio Paraná passa a existir como tal, quando ocorre a junção das águas dos rios Paranaíba e Grande. Nos dias atuais, o rio Grande divide os estados de São Paulo e Minas Gerais e o Paranaíba é limítrofe entre o Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás. Com uma extensão de 4.500 km – da nascente do Paranaíba até a foz do rio de *la Plata* no Atlântico – o rio Paraná corta o eixo central da bacia à qual ele empresta seu nome e rega uma área de 1,5 milhões de km². Situada na porção centro-leste da América do Sul, a bacia do Paraná abrange desde o centro-sul do Brasil, o leste do Paraguai, o nordeste da Argentina e o norte do Uruguai (Ver mapa 03).

O rio Paraná foi primeiro navegado e ‘conhecido’ pelos conquistadores hispânicos que pelos lusitanos. Foi a partir de Assunção que, por caminhos de terra, os *asunceños* ⁴⁵ saíram e fundaram em sua margem esquerda, acima do Salto Grande, três núcleos urbanos: *Ontiveros* (1554), *Ciudad Real del*

44 Afonso de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, Tomo Quarto, São Paulo, Typografia Ideal, 1928, p. 50 e ss.

45 “Asunceños” esta é a forma como a expressão aparece grafada por Branislava Susnik, em suas obras sobre o Paraguai, e será esta a forma que adotaremos nesta investigação para nos referirmos aos moradores da cidade de Assunção, capital da Província do Paraguai. Eventualmente, no corpo de uma ou outra citação, o termo poderá aparecer grafado de modo um pouco distinto.

Guairá (1557) e *Villa Rica del Espíritu Santu* (1570). Ainda no século XVI *Villa Rica* seria trasladada para a bacia do rio Paraguai (1599). A ocupação de afluentes deste rio se iniciara em 1580 com a fundação de *Santiago de Jerez*, no rio Mbotetey, e de *pueblos* indígenas de onde saíam a extrair erva-mate (*Ilex Paraguariensis*) nas cabeceiras dos rios Guarambare, Jejui e Tebiquari Miní.

Ao iniciar a centúria seguinte, os religiosos da Companhia de Jesus fundaram a Província Jesuítica do Paraguai (1607). Dois anos depois, foram enviados para a província do Guairá e abriram no rio Paranapanema, junto a índios de *encomienda*, as reduções *Nuestra Señora de Loreto* e *San Ignacio Miní* ⁴⁶. Nas décadas seguintes, fundaram mais 12 reduções nos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, que constituíram a missão do Guairá ⁴⁷. Segundo Jaime Cortesão, os paulistas já aprisionavam índios na territorialidade que os padres diziam sob sua jurisdição desde 1612. Ao que as fontes indicam, também os moradores da vizinha *Ciudad Real del Guairá* e de Assunção iam ali capturar índios ⁴⁸.

A província e a missão do Guairá tiveram vidas efêmeras e, entre 1628 e 1631, sofreram invasões de bandeiras paulistas que capturavam, inclusive, índios reduzidos. À desorganização do espaço que se seguiu a estes ataques, seus moradores restantes foram removidos para abaixo do Salto Grande ou para a missão do Tape. Já os missionários levaram sua experiência para a missão do Itatim (1632/33), no rio Paraguai. Em termos geográficos, as reduções constitutivas dessa nova missão ocupavam uma área compreendida, desde o rio

46 Há inúmeros estudos que tratam não só da abertura das missões, como também das ações dos - bandeirantes paulistas naquele espaço-tempo. Entre outros ver: Antonio Ruiz de Montoya, *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús, en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay, y Tape*, Imprenta del Reyno, Madrid, 1639; Alfredo Elis Junior, *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*, São Paulo, Companhia e Editora Nacional, 1934; Jaime Cortesão, *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1649-1640)*, Manuscritos da Coleção de Angelis, Tomo I, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951; _____, *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*, Manuscritos da Coleção de Angelis, Tomo II, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952; _____, *Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)*, Manuscritos da Coleção de Angelis, Tomo III, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1969; Maria Leônia Chaves de Rezende, *Visões da Conquista: Verso e reverso (as missões jesuíticas nos séculos XVI e XVII)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993; Bartomeu Mélia, *El Guaraní conquistado y reducido – ensayos de etnohistoria*, Biblioteca Paraguaya, vol. 5, Asunción, Universidad Católica, 1993 e; José Manoel Miranda Neto, *A utopia possível: missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767*, Brasília: FUNAG, 2012.

47 José Manoel Miranda Neto, *A utopia possível: missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767*, cit. Segundo consta desde o Guairá os jesuítas se expandiram, já no ano de 1615, para a faixa de terras compreendida entre os rios Paraná e Uruguai e fundaram as reduções da Missão de Tape.

48 “Parecer do padre Diogo Gonçalves sobre os diferentes gêneros de «malocas», as suas injustiças e a maneira de restituir os índios escravizados, Assunção, 1-VII- 1610”, in Jaime Cortesão, *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1649-1640)*, cit, pp. 138 a 143. Ver também: Antonio Ruiz de Montoya, *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús, en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay, y Tape*, cit. Para uma reflexão sobre o expansionismo asunceño: Uacury Ribeiro de Assis Bastos, *Expansão territorial do Brasil no vale do Paraguai*, São Paulo, FLFCH/USP, 1978.

Taquari, ao norte, até o rio Apa, ao sul. Também eles sofreriam novas incursões dos bandeirantes e dos índios Mbayás. Desde 1648, mudaram para mais próximo de Assunção e das zonas de coleta da erva-do-Paraguai (*Ilex Paraguariensis*), afastando-se da margem do rio Paraguai ⁴⁹.

Foi ainda nos séculos XVI e XVII, que os colonos luso-brasileiros navegaram dois dos afluentes da margem esquerda do Paraná: o Tietê e o Paranapanema. Seguindo o curso desses rios, que nascem na Serra do Mar e correm para o interior, alcançaram o rio Paraná. Nesses périplos, os sertanistas paulistas usaram caminhos indígenas, abriram novas rotas na captura dos Guaranis, chegaram até Assunção, mantiveram comércio e depois fizeram guerras com os colonos hispânicos e jesuítas que viviam nas cidades da província e missão do Guairá, situadas à margem esquerda do Paraná, como indicado ⁵⁰.

A experiência que civis e religiosos hispânicos tiveram em terras das bacias dos rios Paraná e Paraguai foi ameaçada pelos moradores da capitania de São Vicente desde 1620, acentuou-se na década de 1630, para amainar depois de 1648.

Muito já se escreveu sobre as bandeiras paulistas e sua importância para a expansão das fronteiras do Brasil colonial. Contudo, a maioria dos historiadores evita lembrar que tais expedições eram de caráter predatório e deixaram conhecimentos exíguos sobre os lugares que trafegaram ⁵¹.

Estudos contemporâneos, como os de John Monteiro, propuseram uma releitura do fenômeno bandeirantismo. Preferem entendê-lo como uma atividade que, ao se estruturar a partir do apresamento de indígenas, impulsionou a economia agrícola local e menos a indústria açucareira litorânea. Tal olhar permitiu ainda perceber os distintos rumos que as bandeiras seguiam e como as mesmas foram redimensionadas ao longo do tempo. Assim, entre as décadas de 1580 e 1640, teriam prevalecido expedições por terra que buscavam os Guaranis que viviam na bacia do rio Paraná.

49 Regina Maria A. F. Gadelha, *As Missões Jesuíticas do Itatim: estruturas sócio-econômicas do Paraguai Colonial – séculos XVI e XVII*, cit. pp. 195 e 196. Segundo consta dos documentos jesuítas a missão entre os Itatim se revestia de importância crucial, pois visava também, pacificar os Guaykurus e assim assegurar a abertura de uma via de comunicação mais célere entre o Paraguai e o Peru.

50 Para entender as “conexões horizontais estabelecidas entre a vila paulista e a região paraguaia, em especial o Guairá, numa perspectiva que nos permita ir além das bandeiras de puro apresamento” ver: José Carlos Vilardaga, *São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*, tese de doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

51 Para além da historiografia produzida no âmbito do IHGSP ou por alguns membros da elite paulistana devemos destacar como divulgador dessa linha de abordagem os escritos de Jaime Cortesão supracitados. Para uma leitura crítica desta historiografia laudatória dos feitos bandeirantes ver: Ilana Blaj, “A construção das imagens”, in *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial 1681-1721*, São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, Fapesp, 2002 pp. 39-85.

A reação política de jesuítas junto às cortes europeias e ao papa, além da formação de milícias de índios armados com bocas de fogo, bem como as lutas entre os clãs paulistas e a participação de forças militares paulistas na *Guerra dos Bárbaros*, teriam levado a uma crise da economia estruturada desde São Paulo e arrefecido as entradas de capturas de ‘negros da terra’ na bacia do Paraná ⁵². Isto posto, entende-se o hiato temporal que mediou entre as bandeiras contra os Guaranis (1580/1648) e o devassamento dos sertões da margem direita do mesmo Paraná até o alto curso do rio Paraguai, (re)iniciado em 1670.

Os afluentes da margem direita do rio Paraná seriam trafegados nessa segunda fase, dos quais sobressaem: *o Sucuriú, Verde, Pardo, Ivinheima e Amambahi* ⁵³. Parece-nos que a navegação destes rios foi utilizada apenas pelos luso-brasileiros. Foram eles também que inauguram a prática de transpor suas canoas da bacia do Paraná para a do Paraguai. Tal uso permitiu que as bandeiras trafegassem desde São Paulo ou de Sorocaba ora a pés, ora por via fluvial, até aos sertões do alto Paraguai.

Nas palavras de Augusto Leverger, era através do rio *Anhanduhi*, afluente do *Pardo*, “que antigamente navegavam as expedições de São Paulo para esta província. Erão as cargas e as canôas varadas por terras do Anhanduhi para um dos galhos do Emboteteiu (hoje Aquidauana); ha porém quasi 150 annos (1725) que começarão as ditas expedições a subir o Rio-pardo até suas cabeceiras...”.

Assim como o rio *Anhanduhi* é contravertente de um galho do *Aquidauana*, muitos outros rios do alto curso dos rios Paraná e Paraguai também são contravertentes. Isto se explica porque vários afluentes da margem direita do Paraná e esquerda do Paraguai têm suas cabeceiras nos altiplanos das Serras de *Amambahi* e *Maracajú*. Tal característica geográfica facilitou o trânsito das bandeiras paulistas e depois de 1720 das monções pelos sertões interiores ao sul do continente americano ⁵⁴.

Augusto Leverger chama de Serra de *Amambahi* o conjunto de formações com altitude variando entre 800/900 metros e que começaria “um pouco depois do paralelo 18°”. Ali a Serra de *Amambahi* desprende-se da *Serra Geral* – no ponto em que é o divisor das águas dos formadores do rio Araguaia e Paranaíba. Portanto,

52 Ver: John Manuel Monteiro, *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo...*, cit. e Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Hucitec, EdUSP, Fapesp, 2002.

53 Na medida em que usaremos as reflexões de Augusto Leverger, *Apontamentos para o Dicionário Chorographico da Provincia de Matto-grosso*, cit., p. 317, como referência, não atualizamos, neste capítulo, a grafia moderna dos rios e acidentes geográficos, por este motivo, optamos por grafá-los em itálico.

54 Para um estudo das monções que saíam de São Paulo rumo aos descobertos das minas do Cuiabá, ver: Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, 2ª ed, São Paulo, Alfa-ômega, 1976 [1944].

(...) ela seria uma variante do espigão mestre que divide os tributários do Amazonas dos do Prata. São por ella cortados os varadouros dos Rios-Pardo para o Coxim, Anhanduhi para o Aquidauana e Brilhante para o Nioac. Pelo lado do Paraguay apresenta a serra alguns declives um tanto íngremes; (...) Na proximidade do paralelo 24º e das principaes cabeceiras do rio Jejuhi, lança na direção de E. um grande ramo, que, com nome de serra de Maracajú, vai formar no Paraná o notável Salto, grande ou de Guayrá ⁵⁵ (Ver mapa 03).

Uma primeira constatação: o que hoje se chama Serras de Maracaju e Amambai são espaços distintos daqueles referenciados nas fontes do século XVI ao final do XIX. O segundo ponto que queremos ressaltar diz respeito ao relevo do terreno. Por um lado os suaves declives facilitavam transportar as canoas. Já os *declives um tanto íngremes* propiciaram refúgios seguros a grupos de índios Guaranis nominados de *Caainguas* ⁵⁶ que fugiam dos *encomenderos* de Assunção, dos índios Guaykurus/Mbayás, dos bandeirantes paulistas e, também, da catequese dos jesuítas.

Cem anos após terem iniciado a navegação dos rios Tietê, Paranapanema e Paraná, as bandeiras transpuseram as cabeceiras de importantes afluentes do rio Paraguai. Neste ponto de interseção entre os afluentes dos dois maiores formadores do rio de *la Plata* fundaram um arraial (1680) de onde saíam a capturar índios desde o rio Miranda ao sul, passando para índios Chiquito a oeste, até alcançar os Pareci ao norte, já nas mais altas cabeceiras dos rios Jauru e Paraguai, onde alcançaram os galhos formadores do Guaporé e Juruena. Foi neste périplo que se descobriu ouro no rio Cuiabá que é afluente do Paraguai.

O rio Paraguai tem suas mais remotas nascentes no extenso Planalto Brasileiro, num ponto em que é conhecido, desde o século XVIII, como “Campo ou Chapada dos Parecis” – uma clara alusão ao povo indígena que ali habitava (ver mapa 01). Já nos tempos primevos das conquistas, o rio ocupou lugar destacado no imaginário de espanhóis e portugueses. Primeiro, foi tido como local que podia guardar ou dar acesso a imensas riquezas. Depois, existiram controvérsias e certa aura de mistério pairava

⁵⁵ Augusto Leverger, *Apontamentos para o Dicciónario Chorographico da Provincia de Matto-grosso*, cit, p. 316.

⁵⁶ Ver: o Alain Fabre, “Tupi”, in *Diccionario etnolingüístico y guía bibliográfica de los pueblos indígenas sudamericanos*, 2005, p. 85. Disponível em: <http://butler.cc.tut.fi/>. Os Caainguás pertenceriam à família linguística Tupi-Guarani, oriunda do tronco Tupi, receberam e podem ser identificados, a partir dos seguintes etnônios: kaiwá, kaiowá, kaingua, ka’ayguá, cayuá, cayová, pã, pañ, avá, pãitavyterã, (dialectos: teüi, tembekuá, kaiwá), guarani-kaiowá e terenohé.

sobre as suas nascentes e a origem do seu nome⁵⁷. Desde os oitocentos, historiadores, em defesa dos interesses de suas nações, publicaram relatos ou narraram de modo epopéico as ações de conquistadores espanhóis e luso-brasileiros nas terras por ele banhadas.

As primeiras apreciações ou estudos de caráter científico sobre o rio Paraguai datam de fins do século XVIII e nos foram legadas por homens doutos, de ambas as coroas ibéricas, tais como Félix de Azara e Ricardo Franco de Almeida Serra, que haviam sido designados para os trabalhos de demarcação das fronteiras decorrentes da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777). Na primeira metade do século XIX por ali passaram cientistas viajantes e, desde 1840, num contexto de formação dos estados nacionais, foram retomadas expedições militares que visavam ao seu reconhecimento ⁵⁸.

Com uma extensão de 2.540 km e uma bacia cujos afluentes regam as terras de quatro países (Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina) e cobrindo uma área de 1.097.000 km², o rio Paraguai constitui, ao longo de seu curso, diversas zonas fisiográficas (Ver mapa 03). São mais evidentes duas: o Pantanal e o Chaco. A primeira das áreas estende-se por um longo trecho da sua margem esquerda e a segunda pela orla direita. Para esta investigação interessa apresentar o espaço conhecido como Pantanal. Para discorrermos sobre essa zona e sua ocupação humana tomaremos de empréstimo as reflexões de Virgílio Corrêa Filho, Uacury Ribeiro de Assis Bastos e Branislava Susnik ⁵⁹.

57 Sobre as antigas controvérsias quanto ao nome do rio, que remontam à segunda metade do século XVIII, ver: Felix de Azara, *Descripción y Historia del Paraguay y del río de la Plata*, Buenos Aires, 1943; e Juan Francisco Aguirre, “Diario del Capitán de Fragata”, in *Revista da Biblioteca Nacional de Buenos Aires*, t. XVIII, 1º e 2º trimestre de 1948, n.ºs 45 e 46, p. 256; Max Schmidt, “Los Payaguá”, in *Revista do Museu Paulista* (Nova Série), volume III, São Paulo, 1949, pp. 129 a 269. Para uma reflexão acurada sobre construção de uma “geografia fantástica das terras interiores da bacia do Alto Rio Paraguai” ver: Maria de Fátima Costa, *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*, São Paulo, Estação Liberdade, Kosmos, 1999. Também sobre as nascentes do rio Paraguai construiu-se uma narrativa fantástica. Durante mais de 200 anos hispano-americanos sustentaram ser a *Laguna de los Xarayes* o seu berço. Já os luso-brasileiros a situaram nas Sete Lagoas.

58 Referimo-nos aos trabalhos de Félix de Azara, *Descripción y Historia del Paraguay y del río de la Plata*, cit.; Joaquim José Ferreira e Ricardo Franco de Almeida Serra, “Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso, oferecida ao Ilmo Sr. João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres”, in *RIHGB*, tomo XII, Rio de Janeiro, 2ª Ed., Typographia de H. Laemmert, 1874, pp. 377 a 399; Alcide Dessalines d’Orbigny, *Viaje a la América meridional: Brasil, República del Uruguay, República Argentina, La Patagonia, República de Chile, República de Bolivia, República del Perú*, Buenos Aires, Futuro, 1945, 4 volumes; e Augusto Leverger, “Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do São Lourenço até o Paraná”, in *RIHGB*, tomo XV, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert, 1862, pp. 211 a 284. Assim como Ricardo Franco de Almeida Serra havia feito no século XVIII, este último autor realizou, desde a década de 1840 a 1860, um notável conjunto de estudos sobre a bacia do rio Paraguai e a grande maioria deles foi publicada nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

59 Virgílio Corrêa Filho, *Pantanais Matogrossenses (Devassamento e Ocupação)*, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1946; Uacury Ribeiro de Assis Bastos, *Expansão Territorial do Brasil Colonial no vale do Paraguai (1767 – 1801)*, São Paulo, Gráfica da FFLCH/USP, 1978 e Branislava Susnik, *Los Aborígenes del Paraguay I: etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)*, Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1978.

Para além das áreas fisiográficas Chaco e Pantanal – terrenos periodicamente alagáveis –, o rio Paraguai, em sua extensão, é comumente subdividido, desde o nascente até a sua foz, em alto, médio e baixo Paraguai.

O alto Paraguai. Do ponto de vista da extensão é a maior das três zonas e insere-se em dois ecossistemas: o planalto brasileiro e a planície pantaneira. Compreende o trecho do rio Paraguai em terras que foram definidas como sendo do Brasil. Quanto aos aspectos geofísicos, os estudiosos contemporâneos o divide em duas seções.

Uacury Bastos chama de *1ª Seção* o trecho que se iniciava desde a mais distante nascente do Paraguai, no ribeirão Amolar, até ao lugar em que o rio Jauru nele deságua. Nesta seção recebe pela margem direita os maiores afluentes que são: o Branco, Bugres, Sepotuba, Cabaçal e o próprio Jauru. Todos nascem na Serra dos Parecis. Já os tributários do lado esquerdo são menores e correm espremidos entre um ramo da Serra dos Parecis, que de norte para sul/sudoeste recebe os nomes de Serra do Tombador, das Araras, Salobra, Currupira, e Jauquara, até a altura em que esta se abeira do rio Paraguai, pouco abaixo à margem oposta da foz do rio Jauru.

A dita *2ª Seção* inicia-se na foz do rio Jauru e termina na foz do Apa. Este trecho, pela sua margem esquerda, é o que propriamente hoje se chama Pantanais. É formado por uma grande depressão, cuja extensão é de 770 km e a largura máxima podendo alcançar 250 km, perfazendo uma área de 138.183 km². Este espaço, desde os séculos XVI ao XVIII, passou a ser conhecido a partir das narrativas espanholas como *Xarayes* e depois como *Laguna de los Xarayes* ⁶⁰. Já os luso-brasileiros, partícipes das conquistas do Cuiabá, o nominaram como Pantanal. À exceção do Jauru, os principais rios que irrigam esta planície são tributários da margem oriental do Paraguai. Deles se destacam: o Cuiabá, Taquari, São Lourenço, Piquiri, Negro, Nabileque, Aquidauana, Miranda e Apa ⁶¹.

Nos anos de 1940 foi se substituindo o designativo Pantanal por Pantanais. “Na realidade existem várias áreas inundadas sem continuidade. Assim é que podemos falar nos Pantanais do S. Lourenço, do Cuiabá, do Taquari, do Negro,

60 Sobre as diferentes construções e representações deste espaço tanto por conquistadores hispânicos, quanto lusitanos ver: Maria de Fátima Costa, *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*, cit. Segundo a autora, ainda que referido e divulgado pelos espanhóis desde 1530, as partes alagáveis do rio Paraguai não era apresentadas como uma Laguna. Isto ocorreu no alvorecer do século XVII.

61 Nas palavras de um ex-morador das Minas do Cuiabá: “Pantanal chamam os Cuiabanos a umas vargens muito dilatadas, que começando no meio do Taquari, vão acabar quase junto ao mesmo rio Cuiabá”. “Notícia Prática das Minas do Cuiabá e Goiasés, na Capitania de S. Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às Minas do Cuiabá no ano de 1727”, in Afonso de E. Taunay, *Relatos Monçoeiros*, São Paulo, Livraria Martins, 1976, p. 118.

do Miranda, do Jauru e do próprio Paraguai”⁶². O que os caracterizariam são os transbordamentos anuais do rio Paraguai e dos seus afluentes. O espraçamento das águas pelos campos não se dá concomitante ao das máximas chuvas (dezembro a março). Assim, as inundações variam, por exemplo, desde janeiro no rio Taquari e março/abril no Cuiabá. Por sua vez, as vazantes podem iniciar-se em maio e, dependendo do volume das águas, arrastar-se até fins do mês de julho/agosto. À medida que as águas refluem, os animais que se abrigaram nas partes mais altas voltam à planície. Do mesmo modo sua ocupação humana, já antes da presença ibérica, obedecia ao fluxo e refluxo das águas.

O espaço que se convencionou chamar de médio Paraguai inicia-se na foz do Apa – fronteira do Brasil com o país Paraguai – e estende-se abaixo da sua capital Assunção 47 km, na altura do lugar em que o rio é conhecido como Ponta de Itapiru. Neste trecho, entram nele pela margem esquerda os rios: Aquidaban, Ipané, Jejui e Tebiquari. Já os afluentes da direita são rios de menor volume d’água e nascem no Chaco. São eles: o Otuquis ou Negro, Mosquito, Alegre, Yacaré, São Carlos, Verde, Siete Puntas, Monte Lindo, Guaxu, Yabebiri ou Confuso e o Pilcomayo.

Pela margem esquerda encontram-se as terras mais férteis de toda a extensão do rio Paraguai. São áreas não alagáveis e de topografia levemente ondulada. Nas cabeceiras dos rios que vertem daquela orla se encontram os ervais nativos. Foi neste espaço que os espanhóis se fixaram na parte sul do continente americano ao fundarem Assunção. Isto se deveu não só à fertilidade do solo e ao clima ameno, como também por terem encontrado ali uma concentração de índios (os Guaranis-Cários) que aceitaram ser seus aliados. Nos séculos XVI e XVII, desde Assunção até a altura do rio Miranda, os espanhóis encetaram várias experiências de estabelecer núcleos populacionais ao longo de seu curso ou de seus afluentes, dentre os quais se destacam a cidade de *Santiago de Jerez*, pueblos de coletores de erva-mate e a missão de jesuítica de Itatim.

O baixo Paraguai compreende os últimos 344 km do rio desde a ponta de Itapiru à confluência com o rio Paraná. Este espaço, muito importante para se entenderem as ligações entre as missões do Paraná e Uruguai com Assunção, é de pouco interesse para esta investigação. As referências que, por ventura, possamos fazer a ele serão relacionadas ao trânsito dos índios Payaguás-Agaces em suas “guerras” com os *asunceños* (capítulo 2).

62 Pedro de Moura, “Bacia do Alto Paraguai”, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano V, nº 1, janeiro/março de 1943, pp. 19 e 20.

Se hoje em dia é praxe mapear a ocupação dos vales dos rios Paraguai e Paraná, a partir das fronteiras internacionais de quatro países, não é comum identificar e localizar os povos indígenas que ali viviam quando da chegada dos europeus (1530). Por exemplo, pela margem esquerda, desde o rio Miranda para o sul até o rio Jejui, era território dominado pelos Itatins; já os Cários assenhoreavam os campos, desde o rio Jejui, para o sul até o Tebiquari. Depois de 1640, tal território, seria apossado pelos Guaykurus/ Mbayás ⁶³.

Hoje é consenso entre antropólogos e historiadores que o rio Paraguai comportava uma variada gama de povos indígenas. Segundo Branislava Susnik, “El río Paraguay constituía una verdadera frontera entre los Chaqueños y los Guaraníes del Paraguay Oriental, diferentes racial, cultural y lingüísticamente, pámpidos y paleolíticos los primeros, amazónides y neolíticos los últimos”. Portanto, estamos falando de uma área de intensas trocas culturais. Outra questão a considerar é que ela os percebe vivendo em espaços para além das fronteiras geopolíticas ou das zonas fisiográficas ⁶⁴.

Os estudos arqueológicos e os informes dos primeiros conquistadores dão conta que os rios Paraguai, Paraná e seus afluentes abrigavam povos oriundos de pelo menos quatro correntes migratórias: pela calha do próprio rio Paraguai, do sul para o norte, teriam deslocado “los expansivos canoeros pámpidos”; do norte, entenda-se a bacia amazônica, vieram os protoneolíticos através do rio Guaporé; também oriundos da bacia amazônica, pela via do Tapajós/Juruena/ Arinos, chegaram grupos neolíticos e instalaram-se até a confluência do Jauru no Paraguai; no rio Paraná, segundo Branislava Susnik, viviam expressivos grupos Guaranis migrados do litoral Atlântico e que...

“Al iniciar-se la conquista hispana, los Avá-Guaraníes hallábase nucleados en el área comprendida entre los ríos Paraguay, Miranda, Paraná, Tiete-Añemby, Uruguay, Yacuí, y con algunos asentos en el litoral atlántico. Dentro de esta extensa área geográfica, los Guaraníes no constituían siempre una población regionalmente compacta y homogénea; (...) en muchas regiones los Avá constituían simples “colonias” neolíticas de avazanda migratoria...” ⁶⁵

63 Uacury Ribeiro de Assis Bastos, *Expansão Territorial do Brasil Colonial no vale do Paraguai (1767 – 1801)*, cit.

64 Branislava Susnik, *Los Aborígenes del Paraguay I: etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)*, cit., pp. 9 e segs.

65 Branislava Susnik, “*Los Aborígenes del Paraguay*” II: *Etnohistoria de los Guaraníes – época colonial*, Asuncion, Museo Etnografico Andres Barbero, 1979-1980, p. 9.

Começando de sul para norte, ou seja, do baixo para o médio Paraguai, a margem direita ou ocidental do rio era controlada pelos “canoeros pámpidos” (Payaguás, Mocoretá-Mococoviés e Yaaukaniga-Abipones) e, para terra mais adentro, seus parentes que eram caçadores pedestres (Mbayá-Guaycurúes, os Lenguas – Cochaboths e os Enimagás) e que depois aprenderam criar cavalos e se transmutaram em guerreiros equestres. Nesta área, os Payaguás dominavam o leito e as ilhas do rio Paraguai. Já a sua orla esquerda era habitada pelos Guaranis-Cários e, mais afastados do rio, viviam os Guaranis-Caainguas que fugiam ao contato fosse com civis, fosse com religiosos. Voltaremos a este tema no capítulo 2.

Ainda no mesmo sentido, ou seja, da foz para a nascente do rio, desde a boca do rio Mbotetey até o Jauru, no alto Paraguai, adentramos o espaço nominado pelos conquistadores como *Laguna de los Xarayes* ou Pantanal. Nas palavras de Susnik, apesar de as fontes do século XVI indicarem que ali existiam muitas tribos, não ficaram registradas suas filiações linguísticas, o que dificulta identificá-las. A autora lista ali “cinco grupos etnoculturales: protopobladores canoeros-pescadores (Guatós), Guasarapós, Mataráes, ‘Orejones’ y Xarayes”⁶⁶.

Se, do ponto de vista geográfico, não há solução de continuidade entre os *Llanos de Mojos*, o Planalto dos Chiquitos, a Planície do Pantanal e o Chaco, as Serras de Amambai e Maracaju também ela não existe, em relação ao Planalto dos Parecis. Como já foi indicado, nele nascem rios contravertentes como o Paraguai e Jauru (integrantes da bacia platina) e o Arinos, Juruena, Guaporé (constituintes da bacia amazônica). Foi subindo o rio Cuiabá até as nascentes, caminhando pelo espigão mestre da serra dos Parecis, que moradores da vila do Cuiabá alcançaram e descobriram ouro em tributários da margem direita do alto Guaporé e fundaram arraiais no lugar que chamaram de “o Mato Grosso” (ver mapa 01).

66 Para apontar as possíveis localizações e os povos indígenas que trafegavam pela bacia dos rios Paraguai e Paraná nos apoiamos estudos pioneiros e já clássicos de Branislava Susnik, em especial o já indicado. Infelizmente suas investigações não alcançaram os afluentes da margem esquerda do alto Paraguai como o Taquari, São Lourenço, o Cuiabá ou mesmo o rio Paraguai para além da foz do Jauru.

O Guaporé oriental

O que estamos chamando de Guaporé oriental compreende a faixa de terras regada pelos afluentes da margem direita do rio Guaporé, que pode ser delimitada tendo como ponto inicial o veio nascente do Guaporé (coordenadas 14° 36' 12'' S e 50° 57' 05'' W), na Serra dos Parecis; desde aí, temos duas linhas limítrofes: o Guaporé até sua foz (coordenadas 11° 55' 06'' S e 65° 01' 01'' W) e a Serra dos Parecis – até à altura da nascente do rio Cautário e se segue por este rio Cautário até sua foz no Guaporé ⁶⁷ (ver mapa 04).

No seu périplo o rio Guaporé corta uma extensão aproximada de 1.470 km e apenas seus afluentes orientais regam uma área de 43.961 km². Naquela margem seus maiores tributários foram conhecidos e nomeados ainda no século XVIII e são os seguintes: Sararé, Galera, Rio Leme, Quariteré ou Buriti, São João ou Piolho, Cabixi ou Branco, Corumbiara, Mequens, Colorado, São Simão ou Grande, Branco, São Miguel, Cautarinho, São Domingos e Cautário ⁶⁸.

O espaço seria perlustrado pelos moradores do Mato Grosso ainda em 1741 e desde 1750 passou a ser referido nas reflexões políticas dos representantes da coroa portuguesa, tanto do Estado do Maranhão e Grão-Pará, quanto do Conselho Ultramarino ⁶⁹. Os governadores Luiz de Souza Coutinho, Luiz e João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres fomentaram expedições nas terras que mediavam a margem oriental do rio Guaporé e a Serra dos Parecis em 1769, 1784 e 1795, respectivamente.

67 Para delimitar este espaço usamos como referência o importante estudo cartográfico que se fez intitulado: “Candido M. S. Rondon, *Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas* (1952), Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, Ministério da Guerra, Estado Maior do Exército, São Paulo: Companhia Litográfica Ipiranga, 1 mapa, colorido, 2,30 m X 1,98 m. Projeção policônica americana, Escala 1:1.000.000”. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart341767/galeria/. Para uma reflexão sobre os vários sentidos que se pode atribuir à construção da Carta do Estado de Mato Grosso, 1952, ver: Luiz Gustavo de Souza Lima, *Por uma geodésia dos acontecimentos: a operação cartográfica na obra de Candido Rondon 1910-1952*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS/UFMT, Cuiabá, 2010.

68 Para indicar os afluentes supra listados consultamos: Augusto Leverger, “Apontamentos para o Dicionário Chorographico da Provincia de Matto-grosso”, cit.; Candido M. S. Rondon, “Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas (1952)”, cit.; e Denise Maldi Meireles, *Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, séculos XVIII*, cit. p. 15.

69 Para entendermos as ações da coroa portuguesa através dos governadores do Maranhão e Grão Pará no reconhecimento dos rios Madeira e Guaporé ver: “Ofício do Governador e Capitão-General do Estado de Grão-Pará e Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o Secretário de Estado e Negócios do Reino e Mercês, Pedro da Mota e Silva, relatando a viagem de João de Souza de Azevedo, partindo das minas de Mato Grosso e navegando para a cidade de Belém do Pará pelos rios Madeira e Guaporé, trazendo alguma correspondência para os moradores da Câmara desta cidade, e que tendo sido interpelando por uma escolta estabelecida no arraial de Nossa Senhora da Conceição... Belém do Pará, 10 de Setembro de 1750. [Anexo – Pará, 22 de Abril de 1749 – carta do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão]; [Anexo – Pará, 5 de Julho de 1750 – cópia da instrução para José Gonçalves da Fonseca observar na sua viagem pelo rio Madeira até às minas de Mato Grosso]; [Anexo – Pará, 3 de Julho de 1749 – cópia do regimento que o Sargento-Mór Luís Fagundes Machado deveria observar na sua viagem pelo rio Madeira até às minas de Mato Grosso]”, A.H.U., Pará, cx.32, doc. 2992.

Os primeiros reconhecimentos mais acurados sobre tal espaço foram realizados por Ricardo Franco de Almeida Serra, sargento-mór de Engenheiros, ele integrava o grupo dos Demarcadores de Fronteiras do Tratado de 1777⁷⁰. Chegou a Vila Bela, capital da capitania de Mato Grosso, em 1781. No exercício de seu labor procedeu ao reconhecimento de vários pontos das fronteiras entre as monarquias portuguesa e espanhola tanto no vale do Madeira, quanto dos rios Jauru e Paraguai. Em Relatório do ano 1797, assim definia do espaço entre a margem direita do Guaporé e a Serra dos Parecis:

Já fica dito que as Serras dos Parecis estendem uma alta e prolongada face a rumo de N. – N.O. paralelo ao Guaporé, que corre de 15 a 25 leguas distantes d’ellas, seguindo as suas curvidades: na sumidade de quais Serras tem o seu nascimento não só o Guaporé, mas todos os rios que n’elle confluem pela sua margem direita ⁷¹.

Há narrativas anteriores a essa que demonstram como tal espaço era conhecido dos sertanistas que vivam nos arraiais e minas do Mato Grosso e por funcionários da coroa. Dos quais são exemplos a narrativa do secretário do governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, José Gonçalves da Fonseca (1749/50) e o Diário da Expedição Encarregada da Abertura de uma Estrada do Forte de Bragança até Vila Bela (1769) ⁷².

Para nosso objeto de estudo, interessa investigar os povos indígenas que habitavam aquele espaço e como foram contatados. Ao tratar daquela espacialidade no século XVIII, alguns autores contemporâneos acreditam em assertivas como: “Enquanto a margem oriental (do Guaporé) ostentava uma paisagem dominada pela floresta e pelos campos vazios de homens, os tributários da margem esquerda exibiam as missões, algumas com milhares de habitantes” ⁷³.

Há evidências de que não fosse bem assim. Muitos povos indígenas viviam ao longo dos afluentes da margem oriental do Guaporé. É fato que existem

70 “Extracto da Descrição Geographica da Provincia de Matto Grosso, feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Sargento Mór de Engenheiros”, in *RIHGB*, Tomo Sexto, Rio de Janeiro, Kraus Reprint, Nendeln/Liechtenstein, 1973 [1844], pp. 156 a 196.

71 “Extracto da Descrição Geographica da Provincia de Matto Grosso, feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Sargento Mór de Engenheiros”, cit, p. 189.

72 “Primeira Exploração dos Rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749 por Ordem do Governo, in: Memórias para a História do Extincto Estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as províncias do Maranhão, Piahy, Grão-Pará e Amazonas”, colligidas e annotadas por Candido Mendes de Almeida, Tomo Segundo, Rio de Janeiro, Nova Typographia de J. Paulo Hildebrand, 1874, pp. 267 a 418; e “Relação da expedição q. o Ill^{mo}. e Ex^{mo}. S.^r. Luis Pinto de Sousa Cout^o. Fes p.^a. afactura do Caminho do Forte de Bragança p.^a. o Cuyabá, Forte de Bragança, 23 de Junho de 1770”, ACBM – IPDAC, Acesso Pasta 114, n.^o. 787.

73 Denise Maldi Meireles, *Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, séculos XVIII*, cit. p. 10.

dificuldades em conseguir fontes escritas para identificá-los. Por outro lado, a complexidade de organização da missão de Mojos e o volume de fontes dos jesuítas soam como o canto da sereia aos ouvidos dos investigadores.

A documentação sobre o lado oriental é bastante escassa. São vários os motivos. Primeiro, os jesuítas não eram bem vistos pela maioria dos povos que viviam ao longo das duas margens do rio Guaporé. Tudo indica que só foram aceitos por volta de 1740, por medo que os índios tinham dos mineiros do Mato Grosso que os caçavam. Já os sertanistas luso-brasileiros não deixavam registros escritos de suas práticas ancestrais de prear índios. Finalmente, é preciso ter em conta que os agentes da coroa lusa que trafegaram pelos rios Guaporé e Madeira não se desviavam de seu itinerário, ou seja, da madre do rio. Assim, só deram notícias dos índios que viviam às margens dos rios.

A primeira expedição oficial que avançou para além da madre do rio foi a de João Leme do Prado (1769 – ver mapa 4). Depois vieram os Demarcadores de Fronteira do Tratado de 1777. Entre outros destacamos Ricardo Franco de Almeida Serra – 1781/1809. Das décadas iniciais do século XIX, ficaram os relatos de Alcides D’Orbigny. Augusto Leverger (1860) nos legou importantes informações em seus “Apontamentos para o Dicionário Chorographico da Província de Mato-grosso”. Na segunda metade mesma centúria, veio outro demarcador de fronteiras, João Severiano da Fonseca (1875 a 77). Contudo, foi somente com Cândido Rondon (1907/40) que se fizeram reconhecimentos mais sistematizados e surgiram notícias detalhadas sobre os povos indígenas que ali viviam e sobre muitos dos quais ele afirmava ter informações que remontavam ao século XVIII ⁷⁴.

Para além do rio Guaporé, proposto como limítrofe entre as monarquias ibéricas, o outro ponto referencial naquele espaço era a Serra dos Parecis. Tal acidente geográfico não comporta apenas as nascentes dos rios da margem direita do Guaporé. Dele vertem as cabeceiras de importantes afluentes da margem direita do Madeira como o Ji-Paraná, o Jamari e o Aripuanã, rios que já eram conhecidos, em seus baixos cursos, por coletores das drogas do sertão vindos de Belém do Pará desde fins do século XVII (ver mapa 04). Para muitos estudiosos contemporâneos

74 Pela ordem em que são referidos: “Relação da expedição q. o Ill^{mo}. e Ex^{mo}. S^r. Luis Pinto de Sousa Cout^o. Fes p^a. afactura do Caminho do Forte de Bragança p^a. o Cuyabá, Forte de Bragança, 23 de Junho de 1770”, ACBM – IPDAC, Acesso Pasta 114, n^o. 787; Ricardo Franco de Almeida Serra, “Diário do Rio Madeira. Viagem que a expedição destinada à demarcação de limites fez do rio Negro até Villa Bella, capital do governo de Matto-Grosso”, in *RIHGB*, Tomo XX, 4^o trimestre, Rio de Janeiro, Kraus Reprint, Nendeln/Liechtentstein, 1973 [1857]; Alcide Dessalines d’Orbigny, *Viaje a la América meridional: Brasil, República del Uruguay, República Argentina...*, cit., Tomo III; João Severiano da Fonseca, *Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)*, 2 Vol., Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & C, 1881; Augusto Leverger, “Apontamentos para o Dicionário Chorographico da Provincia de Matto-grosso”, cit.; Cândido Mariano da Silva Rondon, **Índios do Brasil: do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso**, Volume I, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Proteção ao Índio, 1946.

da arqueologia e da linguística na bacia do rio Ji-paraná, “estaria localizado o centro de dispersão dos grupos de língua do tronco Tupi, devido à grande diversidade de línguas deste tronco que lá se encontra”⁷⁵.

A análise das fontes também indica que a presença dos jesuítas de Mojos e dos sertanistas das minas do Mato Grosso e as disputas que travaram pelos descimentos dos nativos fizeram com que os índios da margem direita do rio Guaporé fugissem para as suas cabeceiras, e se deslocassem nos contrafortes e reentrâncias da Serra dos Parecis. Deste modo, aquele espaço comportaria, desde 1740, uma enorme variedade de grupos indígenas de origens distintas. Assim, a Serra dos Parecis, que no ponto referido tem cerca de 1.200 quilômetros de extensão, era um lugar de abrigo, onde pode ter ocorrido disputas, trocas e convivências de remanescentes de povos indígenas que, até pouco tempo antes de se iniciarem aquelas conquistas, eram inimigos declarados.

Ainda hoje, aos olhos de um viandante comum, a chamada Serra ou Planalto dos Parecis, apesar de real, é quase como se fosse uma miragem. Quando lá estamos avistamos sempre ao longe, na linha do horizonte, uns montes elevados a que chamamos de serras. Como que para acentuar sua amplitude e sensação de lonjura, parece-nos que por detrás delas céu e terra se aproximam até se tocarem. Mas se procuramos alcançá-la elas como que desaparecem sob nossos pés e vistas e, logo depois, ao olharmos novamente para o horizonte, em qualquer direção, elas se nos afiguram ainda mais distante, e assim as perseguimos sem jamais conseguirmos lograr a certeza de termos chegado aos seus cumes.

Esta miríade de impressões só cessa quando nos aproximamos dos limites do Planalto dos Parecis. Se tomarmos como referente os cursos d’água que vertem no rumo sul (o rio Paraguai e seus altos tributários) vamos chegar ao ponto em que o planalto é abruptamente interrompido por altas escarpas a partir das quais começa a grande planície formada pelo rio Paraguai – o Pantanal. Ao contrário, se andarmos no sentido norte, e acompanharmos alguns afluentes das bacias do Tapajós e do Madeira nos deparamos com escarpas mais suaves, escondidas pela mata e que marcam a transição do planalto para a planície amazônica.

75 Daniel Gabriel da Cruz, *Lar doce lar? Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO)*, dissertação de mestrado apresentada ao Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Com base em estudos arqueológicos tal autor quer averiguar a validade da tese formulada pelo linguista Aryan Dall’Igna Rodrigues que defende a hipótese das cabeceiras de dois formadores do rio Madeira (o Ji-Paraná e o Aripuanã) serem o centro de dispersão Tupi para o sul do continente americano. Ver também: Aryan Dall’Igna Rodrigues, “A classificação do tronco linguístico Tupi”, in *Revista de Antropologia*, (12), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1964, pp. 99-104; e _____, “Relações internas na família lingüística Tupi-Guarani”, in *Revista de Antropologia*, (27-28), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1985, pp. 33-53.

Dentre as fontes consultadas parece-nos que quem primeiro descreveu este conjunto de sensações, de ilusões e jogos de ótica causados pelo Planalto dos Parecis foi o engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra. Nos séculos posteriores cientistas viajantes, etnógrafos e etnólogos, como o militar Cândido Rondon e o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss padeceram e compartilharam das mesmas sensações ⁷⁶. Para termos uma ideia de como tal espaço foi inicialmente apreendido passemos a palavra a Ricardo Franco.

[os] famosos campos dos Parecis são assim chamados pela nação de índios d'este nome, que n'elles habitavam compreendendo estes campos uma extensa superfície, não plana, mas sim formada por altas e prolongadas medas ou combros de arêa ou terra solta (...) o espectador no meio delle, vê sempre em frente um distante e prolongado monte; encaminha-se a elle decendo um suave declive, atravessa a vargem e d'ella sobe outra escarpa igualmente doce, até se achar, sem lhe perceber que subira o cume que viu, offerecendo-se logo à vista outra altura⁷⁷.

Um dos pontos que interessa destacar é o fato de que na Serra dos Parecis nascem, em locais relativamente próximos, rios que são contravertentes e tributários de três grandes bacias hidrográficas: Madeira, Tapajós e Paraguai. Ainda segundo o mesmo expedicionário demarcador de fronteiras, “O rio Guaporé tem seu nascimento no cume das serras e campos dos Parecis... seis léguas a O. da fonte principal do Jaurú, duas a leste do Juruena”.

Outra característica a ressaltar é o fato de que se tal Serra, num primeiro momento, divide as três bacias supracitadas a mesma, a partir dum lugar geográfico entre a cabeceira do rio Pequi (alto afluente direito do Jaurú) e do córrego Lagoinha (o mais alto tributário esquerdo do Guaporé), se bifurca. Um ramal segue com o nome de Serra dos Parecis e passa a ser o divisor secundário das bacias Guaporé/Juruena e depois do Guaporé/Ji-Paraná. Por sua vez, o maciço que continua sendo o divisor de águas das bacias platina e amazônica passa a receber os nomes de Serra de Santa Bárbara e Serra do Aguaphey. Após entrar no território da Bolívia passa a ser identificado como Planalto dos Chiquitos e continua a separar as nascentes dos altos tributários do Guaporé/Mamoré com os do Paraguai, até o sopé da cordilheira dos Andes.

76 Cândido Mariano da Silva Rondon, *Conferências Realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo*, Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1922, p. 88; e também Claude Lévi-Strauss, *Tristes Trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996 [1957], p. 303.

77 “Extracto da Descrição Geographica da Provincia de Matto Grosso, feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Sargento Mór de Engenheiros”, cit, p. 158.

Enfim, o espaço denominado “Serra dos Parecis” é um maciço geológico que se ramifica em várias direções. É formado por degraus de altitudes que variam entre 500, 700, até 900 metros com aclives e declives muito suaves em que o viajante passa de um degrau ao outro sem se aperceber muito. Os cursos d’água que ali nascem são pontuados por inúmeras cachoeiras até que alcançam as planícies que lhes são vizinhas e serpenteiam em direção ao mar. Os rios que vertem para o norte deságuam no Amazonas. Já os que seguem o rumo sul convergem para o rio de La Plata. Ambos os caminhos levam ao oceano Atlântico e, respectivamente, às cidades de Santa Maria de Belém do Pará e *la Ciudad de la Santísima Trinidad y Puerto de Nuestra Señora del Buen Ayre* (ver mapa 01).

Para esta investigação interessa não apenas o espaço compreendido entre a Serra dos Parecis e a margem direita do rio Guaporé, mas também os rios que nela nascem e fluem para a bacia dos rios Juruena e Ji-Paraná. Em momento oportuno (capítulo 6) iremos discutir que povos indígenas residiam ali por ocasião das conquistas portuguesas.

Por ora, esperamos ter demonstrado que, do ponto de vista físico, os sertões interiores da América do Sul eram lugares bastante interligados e que as populações que ali viviam poderiam interagir umas com as outras fosse pelas trocas, pelas guerras, por alianças, etc. Procuramos também salientar como a apropriação e a transformação de territorialidades ameríndias pelas coroas ibéricas em territórios por elas considerados seus permanecem raias tão demarcadas que, muitas vezes, limitam e embaçam nossos olhares sobre aqueles espaços e as leituras que deles fazemos.

Demarcando Territórios

Não são poucos os estudos que se debruçaram sobre as conquistas das coroas de Espanha e de Portugal na bacia do rio da Prata ao longo dos séculos XIX e XX. Nessas abordagens os séculos XVI e a segunda metade dos setecentos são, ainda hoje, preferidos. Alguns temas receberam tratamento privilegiado, dentre outros: a fundação de Assunção, Buenos Aires, São Paulo e da Colônia de Sacramento; a cooptação dos Guaranis como aliados dos espanhóis e dos Tupis pelos portugueses; as primeiras viagens exploratórias pelo rio Paraguai acima; as bandeiras paulistas e a expansão territorial do Brasil colonial; as missões jesuíticas do Guairá, Tape, Paraná e Itatim; e, finalmente, a questão dos limites e fronteiras coloniais/nacionais da qual se ocuparam por mais de 100 anos⁷⁸. As investigações sobre as conquistas na bacia amazônica só tomariam corpo após a década de 1990 e os rios Madeira e Guaporé foram pouco contemplados.

78 Enrique de Gandia, *Historia de Santa Cruz de la Sierra una Nueva Republica en Sud América*, cit.; Virgílio Corrêa Filho, *As Raias de Matto Grosso*, 4 vols., cit.; Jaime Cortesão, *História do Brasil nos Velhos Mapas*, cit.; Humberto Vázquez Machicado, “Santa Cruz de la Sierra en los siglos XVI y XVII”, in *Obras completas de Humberto Vázquez Machicado*, cit.; Alfredo Elis Junior, *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*, cit.; entre outros.

Entre as críticas aos historiadores que seguiram tais linhas de investigação estão as – inegavelmente válidas, embora anacrônicas – de que estes estudos, elaborados de acordo com perspectivas tradicionais e exaltadoras das ações de íbero-americanos, negligenciaram a história e o lugar das populações ameríndias nas conquistas empreendidas na América desde a chegada dos europeus. No Brasil e em outros países sul-americanos, como Chile, Argentina e Bolívia, tais discussões só estariam no cento das preocupações de historiadores e antropólogos após 1990.

Se a precedência das novas abordagens é oriunda de autores ingleses e norte-americanos, os debates fomentados a partir dos países de língua hispânica tiveram ressonância na Europa, principalmente na Espanha e na França. Não cabe aqui mencionar os meandros da contenda que tal debate gerou. Interessa antes recuperar alguns argumentos que sustentam as investigações realizadas ⁷⁹.

Como é de praxe, os historiadores adeptos das novas abordagens fizeram a crítica aos investigadores que os precederam, sustentando-se em dois pilares. Ainda que não o digam explicitamente, as apreciações são endereçadas a historiadores e antropólogos filiados no pensamento positivista e marxista. Em primeiro lugar, evocam um afastamento entre história e antropologia que teria ocorrido desde a segunda metade do século XIX e acentuado ao longo do século XX. O segundo argumento é dirigido aos antropólogos que, preferencialmente, estudavam os povos indígenas que resistiram e não capitularam ao domínio europeu, as chamadas “sociedades puras” que mantinham suas tradições ancestrais – cujos mitos, crenças, costumes e territorialidades remontavam aos “tempos imemoriais” ⁸⁰.

79 Não temos conhecimento de obras de sínteses sobre as discussões teóricas levadas a cabo para o conjunto dos distintos países sul-americanos. Entretanto, vale ressaltar que muitos dos argumentos são comuns. Entre outros historiadores ver: Raúl Mandrini, “Hacer Historia Indígena: el desafío a los historiadores”, in Raúl Mandrini y Carlos Paz, *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII y XIX*, Neuquén, Instituto de Estudios Históricos Regionales, Universidad Nacional del Sur, 2003; John Manuel Monteiro, *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*, tese ao concurso de Livre Docência, Departamento de História da UNICAP, Campinas, 2001; Maria Regina Celestino de Almeida, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio Janeiro*, Rio Janeiro, 2003.

80 Devemos esclarecer que a expressão “imemorial”, usada por etnólogos da segunda metade do século XX, remete a uma conjuntura política datada e bastante importante na defesa da demarcação de terras indígenas de etnias que haviam resistido aos conquistadores ao longo de quase 500 anos, nesse sentido, refere-se à memória que determinado povo tem sobre a ocupação de um espaço geográfico. Vejamos como os etnólogos definem tal expressão-conceito: “Sendo etno-historicamente constituído, o habitat imemorial de um determinado grupo étnico é marcado pelos eventos, pelas tradições míticas e rituais, pelos estabelecimentos e pela nomenclatura na língua materna dos rios, dos acidentes geográficos, da fauna, da flora e dos demais elementos nele presentes. Esses dados encontram-se registrados na memória social dos povos oralizados – os quais tradicionalmente não possuem escrita – através de mecanismos particulares que garantem a sua reprodução através dos tempos.” Ver: “Edir Pina de Barros, Laudo histórico-antropológico: ação de desapropriação indireta - Processo n.17.624/86-V”, in Denise Maldini et al. (eds.), *Direitos indígenas e antropologia: laudos periciais em Mato Grosso*, Cuiabá: EdUFMT, 1994, p. 103.

Mas afinal como os povos indígenas apareciam na história e na antropologia? O que mudou após 1990? Para responder aprofundadamente a essa questão que, nas últimas décadas, tem afligido grupos de historiadores em distintos países sul-americanos, importa remontar ao século XIX. Tal escolha ou predileção não é ingênua e deve buscar-se na origem da construção das histórias nacionais. Dessa perspectiva, caberia aos historiógrafos positivistas o ônus de tirar dos povos indígenas o direito à história. Esta acusação, também anacrônica, é antiga e, pelo menos no Brasil, foi formulada por historiadores, sociólogos e antropólogos, marxistas e/ou funcionalistas, desde meados do século XX ⁸¹.

Tomemos como exemplo dois historiadores contemporâneos, um argentino e outra brasileira, e vejamos como fundamentaram seus argumentos e criticaram a produção científica que os precederam. Raúl J. Mandrini e Maria R. Celestino de Almeida estudam, respectivamente, as sociedades indígenas “pampeanas” caracterizadas por – povos paleolíticos, caçadores-coletores com acentuado *ethos* guerreiros –; e as transformações e estratégias adotadas por grupos indígenas tupi-guaranis que foram aldeados e conviveram “amistosamente” com os colonizadores – os agora chamados de índios coloniais.

Tanto Maria Regina Celestino de Almeida quanto Raúl Mandrini se dispuseram a um “acerto de contas” com a historiografia e a etnologia, esquecendo-se de que, entre os anos de 1950 e 1980, os sociólogos, particularmente os de formação marxista, foram partícipes em tal debate. Respeitadas suas filiações teórico-metodológicas, ambos os historiadores, consideram como determinante das interpretações anteriores o momento em que a escrita da história passou a ser concebida pelas elites de seus respectivos países. Isto significa dizer que suas reflexões prescindiram das contribuições que nos foram legadas por sociólogos e etnólogos filiados ao pensamento marxista.

De um modo contundente, R. Mandrini, acusa os positivistas de, ao negarem aos povos ágrafos o direito à história, propiciarem o afastamento entre história e antropologia. De acordo como sua interpretação, os positivistas decidiram que: “las sociedades indígenas percebidas como detenidas en tiempo, si cambio ni

81 Como exemplo de estudos que denunciava as atrocidades das conquistas e reforçavam a importância de se preservar os índios que viviam mais afastados da civilização ver: Florestan Fernandes, *A organização social dos Tupinambá*, São Paulo, Difel, 1963; e ____ *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*, São Paulo, Ed. Anhambi, 1958. Para entender a precedência das discussões sobre incorporação do índio ao espaço colonial/nacional de uma perspectiva que fugia ao estereótipo das sociedades “puras” versus índios aculturados ver os estudos pioneiros de: Roberto Cardoso de Oliveira, *O índio e o mundo dos brancos: uma interpretação sociológica da situação dos Tukuna*, São Paulo, Livraria Pioneira, [1964], 1972; e ____ *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, [1960], 1976; Eduardo Galvão, “Estudos sobre a Aculturação dos Grupos Indígenas do Brasil”, in *Revista de Antropologia*, vol. 5, n.º 1, São Paulo, junho, 1957; Darcy Ribeiro, “Convívio e Contaminação”, in *Sociologia*, vol. XVIII, n.º 1, São Paulo, março, 1956.

historia, vestígios fossilizados de estadios superados en occidente hacía milenios”, deveriam ser estudadas pelos etnólogos. Segundo ele, tal divisão teria perdurado entre historiadores europeus e norte-americanos até os anos de 1950 e que, entre os sul-americanos, persistiria até fins da década de 1980.

Ao terem retirado da história os povos indígenas ágrafos – como é o caso dos Pampas -, os investigadores positivistas fizeram seleções: em suas escritas da história entrariam apenas os povos nativos que detivessem os símbolos distintivos que remetessem a uma antiga e “superior” civilização, os Astecas, Maias e Incas, e cujo passado imaginado e idealizado conferisse às elites futuras/nacionais “nobreza” e “civilidade.

Nesta mesma linha, este autor argumenta ainda que a trajetória da disciplina, marcada pela confluência dos postulados ideológicos do liberalismo, da tradição nacionalista do romantismo e dos pressupostos metodológicos do positivismo, teria criado e legitimado o mito histórico da “nação argentina” como branca e etnicamente homogênea, e isso significava ignorar a existência de sociedades indígenas ou atribuir-lhe valores altamente depreciativos ⁸².

Por seu lado, Maria Regina Celestino, tomando uma posição crítica em relação a Adolfo Varnhagen e aceitando como verdade a frase “para os índios [...] povos na infância não há história, há só etnografia”⁸³, segue a mesma linha de pensamento de Raúl Mandrini. A autora entende que o pensamento de Varnhagen foi extensivo a toda a historiografia nacional, para quem “o lugar dos índios limita-se, grosso modo, a um capítulo anterior ao início da colonização e, portanto, anterior também à própria história do Brasil”.

Mantêm-se a denúncia da separação entre história e etnologia.

Se a compartimentação científica que caracteriza grande parte do século XX delegou aos etnólogos a precedência no estudo dos povos indígenas, caberia então verificar como Maria Regina Celestino e Raúl Mandrini chegam à suas conclusões críticas e metodológicas que são, aliás, bastante próximas. A primeira seria a ausência de uma leitura dos povos indígenas da perspectiva etno-histórica. Consideram que tais abordagens limitaram as interpretações e as possibilidades

82 Raúl Mandrini, “Hacer Historia Indígena: el desafío a los historiadores”, in: Raúl Mandrini y Carlos Paz, cit. p 16.

83 Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, vol.1, 3.ed., São Paulo, Melhoramentos, 1962 [1854], p. 42. Apud: Maria Regina Celestino de Almeida, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio Janeiro*, cit., p. 26. Para uma leitura bem fundamentada sobre Varnhagen e a sua obra ver: Renilson Rosa Ribeiro, “Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade”: *Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil Colônia no Brasil Império*, Tese de doutorado apresentada ao departamento de História da UNICAMP, Campinas, 2009.

de apreensão das dinâmicas internas que os povos indígenas vivenciavam em situações de contato. Segundo, como consequência, os etnólogos optaram por estudar preferencialmente os povos que resistiram ao contato. Assim, os grupos indígenas submetidos nas guerras, capturados e registrados como “índios descidos” aldeados, ou aculturados despertavam pouco interesse. Finalmente, ressaltam que essas abordagens valorizavam as ações dos europeus no exercício das conquistas.

E, em nossa opinião, não há muito em que discordar de tais conclusões.

Entre as críticas atribuídas aos historiadores e etnólogos dos tempos mais remotos identificadas como indispensável às nossas reflexões está a proposição de repensar as identidades aplicadas ou impostas aos povos da América. Isso nos remete ao modo como foram nominados, agrupados e apresentados para a posteridade, o que também se liga às estratégias de conquistadores e colonos, para quem era mais cômodo “encontrar” ou “construir” “nações ameríndias”, tendo como referenciais as experiências em seus países de origem. Talvez, no afã de facilitar e implementar formas eficazes de dominação, tenham preferido apresentar aqueles homens e mulheres com que iam contatando, e que falavam a mesma língua como se “nações” fossem, à moda europeia ⁸⁴.

Guillaume Boccara, seguindo a linha de pensamento proposta por Jean Laup Amselle (1990), enfatiza o perigo que etnólogos e historiadores correm ao lerem os documentos do período colonial e seguirem reafirmando construções étnicas e realidades ameríndias, que apesar de plurais e dinâmicas, foram classificadas e ordenadas de acordo com as vicissitudes das conquistas.

Nesta investigação, ao discutirmos os Guaykurus e Payaguás, procuraremos aclarar como se dá essa reiteração de identidades que remonta ao século XVI e às quais se agregaram características que fortaleciam e cristalizavam jeitos de ser de pequenos grupos de pessoas que, por viverem juntos, foram reconhecidos como integrantes de uma “nação. Segundo os autores citados, os agentes das coroas europeias construíram identidades ameríndias que podemos considerar como simbólicas. “Criaram” povos e estabeleceram territórios como se os índios os habitassem desde sempre, e os circunscreveram dentro dos limites físicos pretendidos pelas monarquias detentoras de colônias no Novo Mundo.

Atualmente não resta dúvidas sobre a importância do diálogo entre historiadores e antropólogos, cada vez mais fecundo, bem como da abordagem da temática a partir de conceitos como etnogênese, etnicidade, resistência, mestiçagem

84 Guillaume, Boccara, “Fronteras, Mestizaje y Etnogénesis en las Américas”, in Raúl Mandrini y Carlos Paz, *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII y XIX*, cit., p. 70.

e, para os autores de língua hispânica, os de “frontera”⁸⁵. Da perspectiva desses autores, que comungam das abordagens propugnadas pela história cultural, o que os historiadores e antropólogos tinham feito até então era reiterar e fundamentar, desenvolvendo uma “argumentação e metodologia científicas”, os discursos e práticas utilizados pelos conquistadores desde o século XVI.

De nossa parte, defendemos que os historiógrafos dos oitocentos, longe de negar aos índios um lugar na história, reinventaram “nações” ameríndias que, por atos de bravura ou por pertencerem a “civilizações perdidas”, fariam parte e engrandeceriam a história de seus recém-criados países. Caso contrário, não há como entender os debates travados sobre o passado, o presente e o futuro das “nações” ameríndias pelos homens que fundaram os Institutos Históricos e Geográficos e instituições congêneres. De igual modo, não se justificariam em suas estruturas organizacionais as *secciones* de Etnologia e Arqueologia.

Para as linhas de raciocínio que desenvolveremos ao longo desta investigação, é fundamental perceber como as “nações” indígenas foram reinventadas no século XIX. Apesar de concordarmos em muito com as assertivas sugeridas por Raúl Mandrini e Maria Regina Celestino de Almeida, afastamo-nos de suas proposições em alguns pontos. O principal é a afirmativa, peremptória, de que os historiadores positivistas delegaram à etnologia o estudo das sociedades indígenas. No nosso entendimento, a temática indígena ocupou lugar de destaque nas preocupações daqueles historiógrafos, ao menos das décadas de 1840 a 1870, e foi tão marcante que nos influencia até aos dias atuais.

Interessa-nos ressaltar a possibilidade de lançarmos um olhar distinto do habitual sobre o lugar do índio no projeto de construção da nação Brasil. Quem sabe se, deste modo, não podemos contribuir para as reflexões sobre outros ameríndios, os que “desapareceram” da história; ou, então, esclarecer que, para o espaço-tempo recortado, historiadores e antropólogos insistirem em estudar unicamente os povos indígenas que foram reinventados como nações pelos historiógrafos de oitocentos. É com este objetivo que nos propomos revisitar e reler a historiografia e as fontes, utilizando os conceitos apresentados pelos historiadores da nova história cultural.

Tal como Raúl Mandrini e Maria Regina Celestino de Almeida, voltamos ao início: o século XIX. Interessa-nos saber como os índios, os do passado e os contemporâneos, eram vistos pelos membros do IHGB.

85 Para a definição destes conceitos utilizamos as reflexões de: Guillaume, Boccara, “Fronteras, Mestizaje y Etnogénesis en las Américas”, in Raúl Mandrini y Carlos Paz, *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII y XIX*, cit.. Ver também: Guillaume, Boccara, “Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo, Nuevo Mundo, Mundos Nuevos”, n.1, 2001, disponível em: «<http://nuevomundo.revues.org/document426.html>» [on-line desde 2005]. Acesso junho de 2012.

Com esse objetivo, verificamos a frequência com que são referidos nos artigos, documentos e monografias publicados na *Revista do IHGB*. Foi ainda necessário identificar os argumentos principais que fundamentavam os posicionamentos divergentes sobre o tema ⁸⁶.

Os estudos atuais sobre os debates travados no interior do IHGB apontam que, para seus membros, a questão indígena esteve na ordem do dia. Assinalam duas vertentes polarizadoras. De um lado, os patronos da filantropia, que ansiavam incorporar os índios à civilização. De outro, os que propugnavam a sua extinção física através da violência. Haveria defensores destas correntes tanto nos sertões e províncias distantes, como nos salões e gabinetes da corte ⁸⁷. Vale ressaltar que tais homens podiam ocupar cargos públicos, exercerem mandatos políticos, como também serem comerciantes e/ou produtores de bens de subsistência e para exportação. Intermédio a tudo isto, havia que se considerar a opinião pública e os olhares e julgamentos de instituições congêneres internacionais – talvez, por isso, a proeminência dos filantrópicos nas páginas da Revista⁸⁸.

Que se falava dos índios nas páginas da Revista do IHGB é fato. Por que, então, ao longo do século XX, os historiadores insistiram em dizer ou apresentar o IHGB como um espaço que negava o lugar do índio na história? Esta indagação ainda carece de explicações. Fica evidente que, das duas teses em voga na pauta das discussões daquela instituição, a que preconizava a integração dos índios à civilização foi a que prevaleceu. Sem desconsiderarmos o fato de que propor a “civilização” dos índios também era uma forma de extingui-los, enfatizamos que a eles foi dada visibilidade tanto nas páginas da Revista do IHGB, quanto nos debates fomentados desde aquela instituição.

Porque para subtrair aos índios o papel de agentes históricos, foi necessário falar sobre eles e definir seu lugar no passado e presente da jovem nação Brasil. Ao procederem assim, os historiógrafos do IHGB deixaram muitos registros sobre eles e, portanto, asseguraram-lhes um lugar, ainda que discutível,

86 Para os propósitos da nossa investigação e levando em conta as mudanças que ocorreram na linha editorial da Revista consultamos os números publicados entre 1839 a 1870. Tal recorte indica que estaremos tratando de uma fase em que as reflexões que cientificavam as leituras sobre a realidade brasileira eram preferencialmente iluministas. Para uma reflexão inicial sobre a fundação do IHGB ver: Manuel Luís Salgado Guimarães, “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. I (1), 1988.

87 John Manuel Monteiro, *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*, cit., pp. 142 a 157.

88 Para saber mais sobre este debate ver: César Augusto Doriguello Júnior, *Os indígenas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1888-1873)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS, UNESP, Assis/SP, 2008, pp. 99 a 111.

na história. Procurou-se conhecer e dar a conhecer suas línguas, mitos, usos e costumes. Foram classificados entre aptos e não aptos a se tornarem civilizados, entre aliados e/ou inimigos.

Esta operação requereu investimentos e escolhas e mobilizou importantes intelectuais da elite brasileira.

Então, os debates e documentos reproduzidos na Revista do IHGB são, no mínimo, um importante repositório de informações sobre os povos indígenas e hoje podem nos propiciar, à luz de novas abordagens e conceitos, releituras sobre o tema.

Partindo do pressuposto de que os povos indígenas da América eram remanescentes de uma antiga civilização que se teria degenerado, os historiadores do IHGB, deveriam produzir discursos que, de algum modo, incluíssem os nativos como parte do passado da nação brasileira. Considerando que não encontraram resquícios de civilizações e impérios ameríndios, como os do México e Peru, foi necessário reinventar e revestir de alguma dignidade e nobreza as “decadentes nações” indígenas habitantes do solo pátrio. Talvez por isto tenham buscado e valorizado os Guaykurus como uma aguerrida “nação”, aliada dos brasileiros na defesa das fronteiras do Brasil contra o Paraguai.

Acreditamos que não havia um plano consciente para definir quais seriam os índios que entrariam na história da “Nação Brasileira”. Eles teriam que estar no local e na hora certas e aptos a acolher os signos da civilização. Em outras palavras, aqueles que viviam nas áreas de fronteira internacional em litígio e “contribuíssem” para a defesa dos interesses nacionais, bem como os que possuíssem índole pacífica e sedentária seriam vistos como aliados e poderiam ter seu passado valorizado, seu presente modificado e seu futuro assegurado. Já os índios internados nas “brenhas”, mas distantes das áreas fronteiriças em disputas e que não aceitavam civilizar-se foram reconhecidos negativamente pela sua belicosidade, o que justificava seu extermínio.

Ao que tudo indica dos historiadores que se têm voltado para as análises dos discursos gestados e veiculados através do IHGB, poucos atentam para o fato que estas discussões refletem, para além de debates ácidos, uma situação real em que os índios, em espacialidades distintas, impediam efetivamente a expansão cafeeira ou pastoril. Tais índios, genericamente chamados de “Botocudos”, eram o presente negativo, a “raça degenerada”⁸⁹. O mesmo não se dizia dos ameríndios que estavam nas “brenhas” das fronteiras entre o Mato Grosso e o

89 Ver: César Augusto Doriguello Júnior, *Os indígenas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1888-1873)*, cit., pp. 94/95.

Paraguai, por exemplo. Esses foram nominados, distinguidos e identificados (Guaykurus e Guanás) e sobre as relações deles com os íbero-americanos se publicaram documentos oficiais régios e de funcionários coloniais, bem como relatos e memórias tanto das expedições militares, quanto científicas, que remontam do século XVI ao XIX ⁹⁰.

Assim, mesmo a ferocidade dos Guaykurus acabou sendo exaltada, na medida que se considerava que os portugueses teriam sido mais hábeis que os espanhóis ao se adiantarem numa aliança com eles. Todavia, se os índios podiam ser aliados, isso não significava que necessariamente constituíssem parte integrante do povo brasileiro, porque haviam se degenerado e perdido sua “civilidade” ancestral. Portanto, precisariam antes (re)civilizar-se.

Na condição de aliados eram vistos como *nações*, uma expressão bastante ambígua, cujo sentido, neste contexto, é difícil apreender e precisar, uma vez que essas “nações” estavam inseridas dentro do território do império do Brasil. Em pleno século XIX, num momento em que as elites dos países recém-independentes se digladiavam para definir seus territórios nacionais, seria inconcebível aplicar o termo na acepção europeia aos “índios bárbaros”? Parece-nos que não foi. O que advogamos é que não nos podemos esquecer de que, nos oitocentos, coexistiram duas concepções de nação: a do pensamento iluminista e, ao depois, a do positivismo e que não se pode confundi-las ⁹¹.

Ao nos referirmos às representações dos Guaykurus na Revista do IHGB, entramos, assim, na discussão mais especificamente relacionada com a espacialidade Mato Grosso. Das províncias que compunham o império do Brasil, o Mato Grosso foi a mais contemplada nas páginas do citado trimensário. Entretanto, não se tratava de uma deferência, mas de uma contingência. A mais ocidental das províncias possuía a maior área contínua de fronteiras terrestres com os vizinhos hispânicos. Era pouco conhecida, escassamente povoada por “brancos” e densa de índios que habitavam suas brenhas.

90 A título de ilustração ver os Tomos 20 (1857) e 21 (1858) da Revista do IHGB onde foram publicados significativos volumes de documentos sobre as fronteiras e índios das províncias de Mato Grosso e São Pedro do Rio Grande, respectivamente. O motivo provável de tanto zelo pode ter sido o acirramento das tensões nos debates sobre os limites entre Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina na década de 1850 que culminou com chamada Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança (1864/1870).

91 Uma primeira recusa crítica em ver os “índios do Brasil” como divididos em dezenas de “nações” pode ser encontrada numa carta de Adolfo Varnhagen. “Ethnographia Indígena. Línguas, emigrações e archeologia. Padrões de Mármore dos primeiros descobridores. Carta do Sr. Francisco Adolpho Varnhagen, Madrid, 1º de Abril de 1849”, in *Revista do IHGB*, tomo 21, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert & C., pp. 389/398. Para uma discussão atualizada e fundamentada nas teorias em voga sobre o tema ver: João Pacheco de Oliveira, *Ensaio em Antropologia Histórica*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999. Já para nos situarmos sobre o sentido do termo nação no âmbito da constituição dos estados nacionais europeus do século XIX ver: Eric J. Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

Em se tratando do Mato Grosso, em que pese o grande número de memórias, relatos e documentos oficiais selecionados e veiculados na Revista do IHGB, parece-nos não serem os índios o foco da publicação, mas, ao invés, a questão das fronteiras. Assim, os textos ali divulgados querem comprovar a anterioridade, posse, integração e conhecimento do “território”. Para tanto dão a lume os relatos de expedições militares e científicas ocorridas nos séculos XVIII e XIX ⁹². Editaram narrativas dos tempos primevos da capitania. E também querem demonstrar que o Mato Grosso, através da navegação, ligava-se tanto com São Paulo/Rio de Janeiro, como ao Pará; e por terra a Goiás, Minas Gerais, Bahia e São Paulo ⁹³.

Em resumo, poderíamos dizer que, de um conjunto de 95 textos referentes ao Mato Grosso, publicados na Revista do IHGB entre 1839 e 1870, a maioria versava sobre o século XVIII. No geral, visavam “comprovar” como, desde o início, seu território integrava e interligava-se com o das demais capitanias/províncias do Brasil. Acontece que em tal espaço vivia numerosa gama de índios. Mais que isto, as pretensas fronteiras ao longo do rio Paraguai eram povoadas por índios, com especial destaque para os “belicosos” Guaykurus. Além deles, dá-se visualidade aos Guanás e Guatós. Também há breves referências aos Bororos e Caiapós. Todos habitavam a bacia do rio Paraguai/Paraná ⁹⁴.

92 As discussões de temas como as bandeiras e o papel do bandeirante paulista na expansão territorial no Brasil colonial só tomaram corpo e repercutiram pós-1889 e estiveram mais presente nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e menos nas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

93 Sobre a importância da abertura dos caminhos terrestres para a expansão da pecuária e integração da província de Mato Grosso ao mercado interno ver: João Antonio Botelho Lucidio, *Nos confins do império um deserto de homens, povoados por bois (a ocupação do planalto sul Mato Grosso 1830-1870)*, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

94 A seguir, a título de ilustração, elencamos artigos sobre os Guaykurus que aparecem na Revista do IHGB entre 1839/65. Francisco Rodrigues do Prado, “História dos Índios Cavaleiros ou da nação Guaycuru”, in *RIHGB*, 1º trimestre de 1839 / Tomo I, nº. 1, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert & C., pp. 25 – 57; Ricardo Franco de Almeida Serra, “Extracto da descripção geographica da província de Mato Grosso feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, sargento mór de Engenheiros”, in *RIHGB*, nº. 22, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert & C., 1859, pp. 156 – 196; Ricardo Franco de Almeida Serra, “Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus e Guanás, e a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes escritos por Ricardo Franco de Almeida Serra”, in *RIHGB*, nº. 25, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert & C., 1862, pp. 204 – 213; Caetano Pinto de Miranda Montenegro, “Resposta do General Caetano Pinto de Miranda Montenegro a este Parecer”, in: *RIHGB*, nº. 26, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert & C., 1863, pp. 213 – 218; Ricardo Franco de Almeida Serra, “Continuação do Parecer sobre os índios Uaicurus, Guanás, etc, que se começou publicar nesta revista n.26, pág. 204 do T 7º, etc.” in *RIHGB*, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert & C., 1863, pp. 348 – 395; Luiz d’Alincourt, “Reflexões sobre o systema de defesa que se deve adaptar na fronteira do Paraguay, em consequência da revolta e dos insultos praticados ultimamente pela nação dos índios Guaicurus ou Cavalleiros”, in *RIHGB*, Tomo XX, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert & C., 1857, pp. 360 a 365; Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, “Exploração do Rio Paraguay e Primeiras praticas com os índios Guaycurús”, in *RIHGB*, Tomo 28, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert & C., 1º trimestre de 1865, pp. 70 – 80. Devemos, finalmente, registrar que após o início da guerra com o Paraguai diminuíram a frequência de notícias sobre os índios Guaykurus nas páginas da revista.

Aos poucos vamos identificando, através da Revista mencionada, que índios foram “eleitos” os preferidos e como o seu “existir” e presença nas páginas do trimensário, estavam associados às tensões fronteiriças. É fato que os documentos de setecentos trazem informações sobre os povos indígenas que viviam no vale do Guaporé. Todavia, a eles não se dedicou única página na Revista ⁹⁵. Isto se explicaria em função das disputas lindeiras terem sido deslocadas, desde fins do século XVIII, para o vale do rio Paraguai. A resistência e a inconstância das alianças Guaykurus e a incapacidade de luso-brasileiros e hispano-americanos em subjugar-los numa faixa territorial sem posse definida permitiram que se destinasse a eles um tratamento ambíguo e diferenciado. Ora são traiçoeiros e ferozes, ora altivos e aliados ⁹⁶.

É interessante notar que ainda que se tenham publicado textos como as “Memórias” de Antônio Pires de Campos, que lista oitenta e quatro grupos ou “nações” de povos indígenas radicados nos vales do Paraná/Paraguai, a eles não se deu uma atenção especial. Apenas eram referidos como “nações” que habitavam o território brasileiro: os Guaykurus – muitos migrados de solo paraguaio – e os Guanás. Mesmo os relatos das viagens realizadas ao baixo Paraguai, na década de 1840, trazendo informações sobre numerosa população Guaranis-Kaiowás – eles receberiam pouca atenção dos historiadores ⁹⁷.

95 Vale observar que nas páginas da Revista do IHGB, os índios que viviam no vale do Guaporé foram referidos de passagem apenas num documento da lavra de Ricardo Franco de Almeida Serra, supracitado, e que quer demonstrar o “perigo” que representariam por terem sido aldeados pelos jesuítas e viverem aliados aos espanhóis. Mesmo a Revista do IHGMT, fundada em 1919, jamais chegou a publicar documentos ou artigos sobre os povos indígenas do Guaporé.

96 Nos dias que correm o modo como os Guaykurus foram representados na história vem sendo repensado. Mas, muitos historiadores ainda continuam a privilegiar sua ações no espaço-tempo Mato Grosso e no período pós 1790, ou seja, os Guaykurus em estreito contacto com luso-brasileiros. Dessa perspectiva aplicar a essa “etnia” conceitos como os de etnogênese e etnicidade se torna quase inócuo. Ver: Francismar Alex Lopes de Carvalho, “Etnogênese Mbayá-Guaykuru: notas sobre emergência identitária, expansão territorial e resistência de um grupo étnico no vale do rio Paraguai (c. 1650-1800)”, in *Fenix: Revista de História e Estudos Culturais*, vol., 3, ano, III, n.º 4, Universidade Federal de Uberlândia, 2006, disponível em: www.revistafenix.pro.br; Maria de Fátima Costa, “Los Guaikurú y la Guerra de la Triple Alianza”, 2006, disponível em: <http://nuevomundo.org/documento1667.html>/ acesso junho de 2012; Chiara Vangelista, “Los Guaikurú, Españoles y Portugueses en una Región de Frontera: Mato Grosso, 1770-1830”, in *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Tercera serie, num. 8, 2^{do} semestre de 1993; Andrey Cordeiro Ferreira, “Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX”, *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2009, v. 52 n.º 1, pp. 97 a 136.

97 Como exemplo da divulgação de expedições de reconhecimento do baixo Paraguai e regiões fronteiriças destacamos, entre outras: Henrique de Beaurepaire Rohan, “Viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catharina, em 1846, por Henrique de Beaurepaire Rohan, major imperial corpo de engenheiros, e membro correspondente do Instituto”, in *RIHGB*, N.º. 7, 3º trimestre de 1847, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert & C., pp. 376 – 397; João Henrique Elliot, “Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto de Villa Antonina e o Baixo Paraguay na província de Mato Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliot”, in: *RIHGB*, N.º.10, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert & C., 2º trimestre de 1848, pp. 153 -177; Joaquim Francisco Lopes, “Itinerário de Joaquim Francisco Lopes encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a província de S. Paulo e a de Matto Grosso pelo Baixo Paraguay”, in: *RIHGB*, Tomo XII, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert & C., 3º trimestre de 1850, pp. 315 – 335.

Ainda sobre esse período, ressaltamos que, mesmo os documentos oficiais, entre outros os referentes à implantação da Diretoria dos Índios na província (1846), concentram suas informações sobre as nações radicadas na bacia do rio Paraguai. Destas notícias, destacamos: o registro de apenas 21 aldeias; e que, nessas aldeias, os índios eram regidos por si, sem interferências do governo; que eram nominados *nação* e que se procuravam distinguir que grupos (tribos) fariam parte de qual *nação*; e, finalmente, percebe-se o cuidado que, desde o período colonial, tanto moradores, quanto agentes da coroa, tiveram em estabelecer boas relações com os índios que viviam nas áreas de fronteira com a província, depois república do Paraguai ⁹⁸.

O que reiteramos em nossos argumentos é que a temática indígena esteve presente no debate fundador da construção do pensamento historiográfico brasileiro. Ainda que Varnhagen tenha sido apontado, depois de 1878, como o principal historiógrafo daquele século, não se pode atribuir à sua escrita da história a culpa de tirar os índios da história, nem tampouco concordar com uma influência excessiva de seu pensamento sobre os demais historiadores que, posteriormente, se envolveram nesta discussão.

Os recentes estudos sobre as instituições fundadas no século XIX com o intuito de salvaguardar a memória nacional, nos têm possibilitado entender melhor os debates travados sobre o lugar dos índios na sociedade de então e o lugar que os índios ocupariam no construto da identidade da nação Brasil. No sentido de contribuir, de forma clara, para esta discussão é propósito desta tese repensar as conquistas ibéricas nos vales dos rios Paraguai e Guaporé para além dos limites dados pela historiografia laudatória dos feitos paulistas. É nosso objetivo, na medida do possível, indicar quais e como os povos indígenas ali radicados participaram em tais conquistas. Interessa-nos, pois, ir além das “nações” selecionadas pelos historiógrafos do século XIX.

Mas as ponderações presentes nesta tese são antes de tudo devedoras de reflexões teóricas mais atuais. Estamos nos referindo às investigações desenvolvidas por historiadores portugueses e brasileiros a partir do livro

98 Ricardo José Gomes Jardim, “Creação da Directoria dos Índios na Provincia de Mato Grosso, (officio dirigido ao Governo Imperial pelo presidente da sobredita provincia o Ex.^{mo} Sr. Coronel Ricardo José Gomes Jardim, membro correspondente do Instituto)”, in *RIHGB*, N.º 7, Rio de Janeiro, Typographia de H. Laemmert & C., 3.º trimestre de 1847, pp. 548-554.

As vésperas do Leviathan (1994) de António Manuel Hespanha ⁹⁹. Neste sentido compreendemos que, no Antigo Regime, as relações de poder entre os súditos coloniais e a monarquia portuguesa possam ser analisadas de uma perspectiva mais negociada e menos como de um “Pacto Colonial”.

Para a maioria dos historiadores brasileiros contemporâneos, cristalizou-se a ideia de que, entre os séculos XVI e os anos iniciais do XIX, o pequeno reino de Portugal construiu um vasto e integrado império – mesmo a coroa, muitas vezes, não tendo o controle sobre as ações de uma parcela significativa dos seus súditos. A partir de meados do século XVII o elo das ligações do *império português* seria o mar Oceano Atlântico e teria sido, também por aquela época, que as conquistas portuguesas na América passaram a ocupar lugar de destaque para a manutenção do mesmo *império* face às conquistas nos outros continentes ¹⁰⁰.

Finalmente devemos informar que as reflexões aqui desenvolvidas trilham os caminhos em que se propõem “novas amarrações do mundo colonial” a partir de análises que relativizam o poder absoluto da coroa, valorizam o papel do poder local, das redes clientelares, os arranjos informais e as negociações diretas entre os colonos e a metrópole e entre os próprios colonos radicados em diferentes pontos do império.

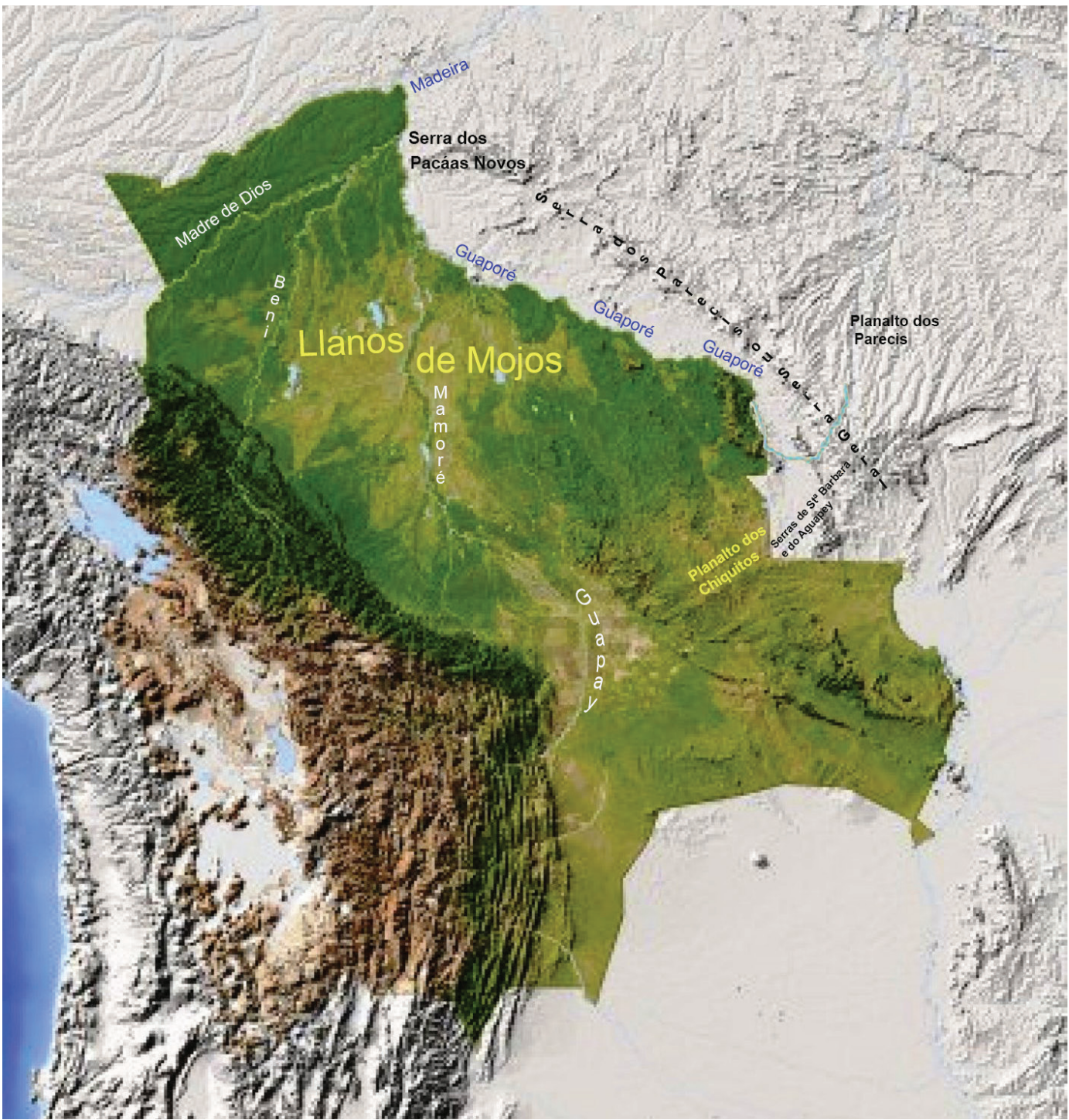
99 António Manoel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal século XVII, Coimbra, Livraria Almedina, 1994; _____, “A Constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”, in Maria Fernanda Bicalho, e João Luis Fragoso, et al. *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001; _____, “Por que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos”, in Laura de Mello e Souza, Júnia Ferreira Furtado e Maria Fernanda Bicalho (org.), *O governo dos povos*, São Paulo, Alameda, 2009; Pedro Cardim, *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Cosmos, 1999; _____, “‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”, in Maria F. Bicalho, e Vera L. do A. Ferlini, *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*, São Paulo: Alameda, 2005; Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (orgs.), *Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005; e Pedro António de Almeida Cardim, *O Poder dos Afectos: Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas, Lisboa, 2000.

100 Ver os trabalhos publicados ao longo da década de 2000: Fragoso, João; Bicalho, M^a Fernanda; Gouvêa, M^a de Fátima Silva (org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. RJ, Civilização Brasileira, 2001; Bicalho, M^a Fernanda; Ferlini, Vera Lúcia Amaral (org.), *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo, Alameda, 2005; Souza, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo Cia da Letras, 2006; Furtado, Júnia Ferreira (Org.), *Diálogos Oceânicos: minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2001; Souza, Laura de Mello e, Furtado, Júnia Ferreira e Bicalho, Maria Fernanda (org.), *O governo dos povos*, São Paulo, Alameda, 2009.

Mapa 01 – AMÉRICA DO SUL – RIOS E ÁREAS OCUPADAS 1700/1740



Mapa 02 – BOLÍVIA /ORIENTE BOLIVIANO



Mapa da Bolívia em detalhe verde o espaço chamado de Oriente Boliviano



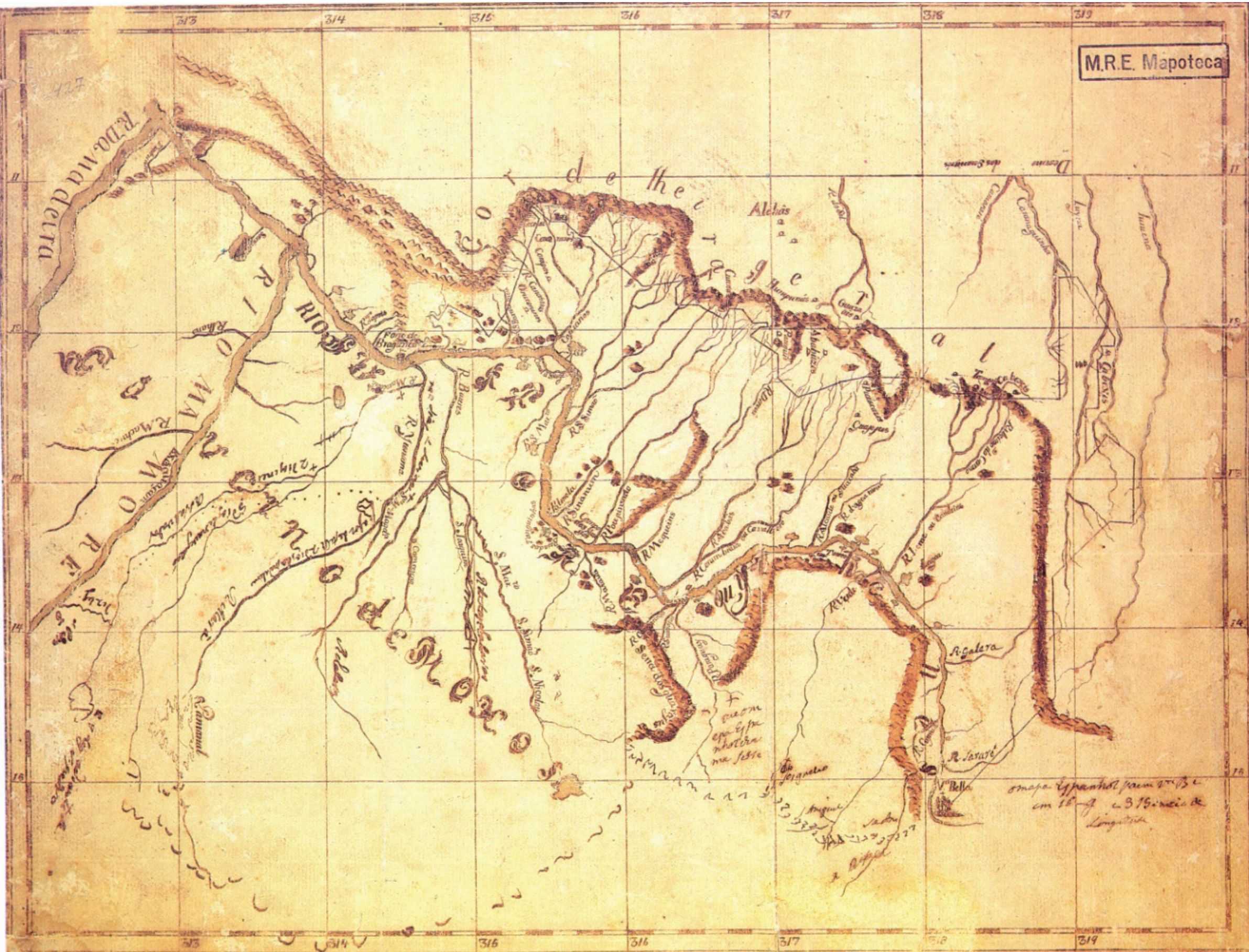
Fonte: JPL global imagery Service Servidor WMS:HTTP://wms.jpl.nasa.gov/wms.sgi

Mapa 03 – BACIA DO RIO PARANÁ/PARAGUAI/RIO DE LA PLATA



Fonte: <http://www.mirabolivia.com/mapas/>

Mapa 04 – GUAPORÉ ORIENTAL



Fonte: João Carlos Garcia (coord.), *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia*, CNCDP, 2001.

CAPÍTULO 02

PARA ALÉM DE GUAYKURUS E PAYAGUÁS: DIVERSAS NAÇÕES INDÍGENAS NAS CONQUISTAS DOS RIOS PARAGUAI E PARANÁ

Muitos povos nos sertões dos rios Paraná e Paraguai

O espaço físico que investigamos neste capítulo abarca a faixa de terras que compreende a margem ocidental do rio Paraná, desde a boca do rio Tietê, ao norte, até a altura do Salto Grande ou do Guairá, ao sul. No outro extremo, a oeste, está o rio Paraguai desde a boca que nele faz o rio Jauru até a altura do rio Jejui, ao sul. No rio Paraguai o enfoque concentrar-se-á em sua margem oriental, entre os rios Jauru, ao norte, e Jejui, ao sul. Divide a bacia dos dois rios a formação rochosa chamada Serra de Maracaju.

É sabido, desde os historiógrafos dos oitocentos, que, entre as décadas de 1670/80, os moradores da capitania de São Vicente, referidos pelos habitantes *hispanocriollos* da província do Paraguai como *mamalucos de San Pablo del Brasil*, estabeleceram duas bases de apoio em afluentes dos rios Paraná e Paraguai. Apesar da nomenclatura genérica de paulistas ou bandeirantes, o grupo atuante no espaço supradelimitado provinha das vilas de Sorocaba, Parnaíba, Itu e São Paulo. Também se resolveu que suas ações de prear índios teriam sido cruciais para definir a grandeza e conquista do território nacional brasileiro¹⁰¹.

Como as fronteiras entre as monarquias ibéricas na América foram discutidas, embora não chegassem a ser definidas, na temporalidade colonial, as ditas bandeiras paulistas foram apontadas como prova da posse brasileira daquele território. Na mesma linha de raciocínio, os povos indígenas que ali viviam foram tidos como defensores ou traidores do solo pátrio. Um exemplo bastante difundido é o dos Payaguás e Guaykurus. Os primeiros, acusados de aliaram-se aos espanhóis, são representados como ferozes traidores. Já os segundos, *aliados* dos portugueses, foram valorizados por sua “resistência” aos espanhóis. Mas as bandeiras eram endereçadas a outros povos que não aparecem registrados nos documentos e, portanto, não fazem parte da história.

Para além das referências a Payaguás e Guaykurus, pouco se sabe do impacto de tais bandeiras para outros povos indígenas ali radicados. Após 1670, os índios que foram capturados, ou eufemisticamente *descidos*, pelos paulistas não faziam parte das

101 Sobre a figura do bandeirante na conquista das terras de oeste ver, entre outros: Afonso de Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1920/40, 11 volumes. Quanto ao debate crítico a respeito da figura do bandeirante na produção historiográfica brasileira ver: Ilana Blaj, “Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial”, in *Revista de História da Universidade de São Paulo*, n.º. 142-143, 2000, pp. 239-259.

reduções jesuíticas. Em sua maioria eram índios que resistiam ao contato, pela força das armas ou através da fuga. Consequentemente, as informações sobre eles são exíguas e, salvo engano, apenas as encontramos nos relatos dos jesuítas hispânicos. Quem e quantos eram? Que língua(s) falavam? Que quantidade foi *descida* ou capturada pelos bandeirantes? Como se organizavam do ponto de vista social, material e espiritual? Talvez jamais tenhamos respostas cabais a estas e outras perguntas. Mas não podemos nos eximir de procurá-las.

Para os colonizadores ibero-americanos, a espacialidade acima recortada foi alvo de várias tentativas de controle. Desde meados do século XVI, têm-se notícias da presença dos hispânicos em luta com os nativos ali radicados. As guerras, ou as disputas travadas, entre espanhóis e diferentes povos indígenas, remontam à fundação de Assunção (1541) e continuavam acirradas no século XVIII. Assim, por volta de 1680, quando os paulistas fixaram bases de apoio (arraiais) nos campos da Vacaria, de onde saíam para capturar *negros da terra*, as populações das cidades e *pueblos* da província do Paraguai viviam sitiadas e em confronto aberto com distintas *nações* indígenas em diversas frentes.

Uma leitura mais apressada dos documentos exarados pelos moradores civis, representantes da coroa de Espanha e religiosos da Companhia de Jesus, pode nos levar a crer que havia ali apenas os índios aliados e duas ou três *nações de inimigos infieis*. Delas fariam parte os Guaranis, os Guaykurus-Mbayás e os Payaguás¹⁰². Outros povos, quando se opunham à conquista, eram referidos, indistintamente, com o epíteto *infieles fronterizos*. Em se tratando das chamadas *nações* que aceitaram a dominação, poucas foram as nominadas e não tiveram seus modos de viver descritos. Isto é válido, ao menos, para o século XVII e primeira metade da centúria seguinte.

Do lado da coroa portuguesa, a produção de documentos sobre o espaço-tempo recortado foi menos profícua. Em primeiro lugar, os jesuítas a serviço de Portugal não se fizeram ali presentes. Por sua vez, os bandeirantes, ao prear índios, sabiam que infringiam as leis que proibiam a sua escravidão e, portanto, evitavam deixar registros de seus atos. Digno de nota é que a partir de 1720, altura em que existe um maior volume de fontes, os inimigos declarados são os mesmos da monarquia espanhola: Guaykurus e Payaguás. O que, certamente, não é uma coincidência.

A resistência dos chamados *Guaycurús-Mbayas e Payaguás* lhes assegurou um lugar visível na história da conquista da América. Seus feitos correram o mundo

102 Do que se pode depreender da bibliografia os chamados Mbayá seriam parte constitutiva da família linguística *Guaykuru* que na passagem dos séculos XVII para o XVIII viviam ao norte de Assunção e tinham como submetidos os Guaná, povo da família linguística *Arawak*. Entretanto, pelas informações das pessoas que viviam nos séculos XVII e XVIII eles constituíam *povos* ou *nações* distintos. No caso dos demais grupos hoje ditos pertencentes à família linguística *Guaykuru* e que viviam espalhados pelo Chaco tiveram que enfrentar as incursões dos moradores da província de Tucumán. Sobre as guerras levadas a cabo pelos moradores de Tucumán contra diversos povos indígenas que habitam o espaço conhecido por Chaco ver: Beatriz Vitar, *Guerra y misiones en la frontera chaqueña del Tucumán (1700-1767)*, cit.

ainda no século XVII fosse em Madrid ou mesmo em Roma, seja através dos relatos de funcionários e autoridades ligadas à coroa de Espanha, seja pelas cartas ânuas ou pelos os escritos históricos dos jesuítas ¹⁰³. O reconhecimento desses povos, por parte da monarquia lusitana, foi mais tardio. Ocorreu após 1725, quando do primeiro ataque a uma monção que saíra de São Paulo com destino ao Cuiabá. Desde então surgiram com maior frequência na correspondência dos agentes da coroa portuguesa e em relatos de colonos. Somente em 1728, foram declarados inimigos e, portanto, concedida autorização para que se lhes fizesse guerra justa.

Ainda no Brasil independente, ao menos os Guaykurus continuaram a ter seu lugar na história. Agora não mais pela resistência, mas por “capitularem”. No bojo do projeto de construção da ideia de nação e constituição de uma territorialidade brasileira foram tidos como exemplo. Segundo consta, a aliança que fizeram com a coroa portuguesa, em 1790, teria assegurado, para o Império brasileiro, argumentos para reivindicarem como seus um vasto território ao sul da província de Mato Grosso.

Não é por acaso que o artigo de caráter histórico que inaugura a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1839) intitulava-se “História dos Índios Cavalleiros ou da Nação Guaycurú” ¹⁰⁴. A pecha de defensores do território nacional seria reforçada “por sua participação na guerra com o Paraguai” (1864/1870) ¹⁰⁵. Nos últimos anos, vários estudos, como os de Roberto Cardoso de Oliveira, Branislava Susnik, Chiara Vangelista e Andrey Cordeiro Ferreira, têm repensado, a partir de perspectivas teóricas distintas, o lugar destinado aos Guaykurus na história da conquista da América portuguesa e espanhola ¹⁰⁶.

Mas nem todos os povos tiveram a mesma força, determinação e resistência de Guaykurus/Mbayás e Payaguás. Mas nem todos os povos tiveram a mesma determinação, e força de Guaykurus/Mbayás e Payaguás. Já apontamos a dificuldade

103 Pedro Lozano S.J., *Historia de la Compañia de Jesús de la Provincia del Paraguay*, Tomo Segundo, Madrid, Imprenta de la Viuda de Manuel Fernanadez, M.DCC.LV; Martin Dobrizhoffer, *Historia de los Abipones*, Resistencia, Universidad Nacional del Nordeste, 1967/70, Tomos I-III; Félix de Azara, “Diário de Azara, ano de 1785”, in Pedro De Angelis, *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Rio de la Plata*, Buenos Aires, Vol. 6, Buenos Aires, Editorial Plus Ultra, 1836, p.183-449; José Sánchez Labrador, *El Paraguay Católico*, cit.,

104 Francisco Rodrigues do Prado, “História dos Índios Cavalleiros ou da Nação Guaycurú”, cit.,

105 Tal epíteto de defensores do Brasil contra os paraguaios foi divulgado a partir de escritos como os de Alfredo de Escagnolle de Taunay, *Entre os nossos índios: Chanés, Terena, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurús, Caingangs*, São Paulo, Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo e Rio de Janeiro, Editora Cayeiras, 1931 (Edição póstuma).

106 Roberto Cardoso de Oliveira, *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*, 1976, cit.; Branislava Susnik, *Los aborígenas del Paraguay III/1 – Etnohistória de los chaqueños 1650–1910*, Asunción, Museo Etnográfico “Andres Barbero”, 1981; Elaine Smaniotto, *Relações de Gênero entre Populações Indígenas Nômades do Chaco: Abipón, Mocovi, Toba, Payaguá e Mbayá século XVIII*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS, UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2003; Chiara Vangelista, “Los Guaikurú, Españoles y Portugueses en una Región de Frontera: Mato Grosso, 1770-1830”, in *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, cit., 1993; Andrey Cordeiro Ferreira, “Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaikuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX”, cit.,

de se reconstituírem os conflitos e as territorialidades, envolvendo o conjunto de indígenas na mesopotâmia Paraná/Paraguai, antes do contato com os europeus e ao longo dos séculos XVI e XVII. Todavia, relatos dos primeiros conquistadores, de religiosos e civis que por ali transitaram dão conta de como eram complexas as tramas, as disputas e as alianças estabelecidas.

Um dos problemas é que um mesmo povo podia ser identificado por diferentes referenciais e por várias formas: pelos espanhóis/*asunceños*; distintos vizinhos aliados ou inimigos; portugueses/paulistas; jesuítas; e por eles próprios. Por outro lado, com o passar dos tempos, as alianças e as pressões podem ter feito com que grupos se fundissem, com que as pronúncias dos nomes fossem alteradas, com que grupos com o nome de seus chefes tivessem sido renomeados após a morte desses¹⁰⁷. De igual modo é impossível contar os que foram dizimados pelas guerras entre si e com europeus, “descidos” pelos paulistas e reduzidos como cativos ou administrados, submetidos às *encomiendas* pelos *criollos* de Assunção ou os vitimados por epidemias de gripes, varíola e sarampo, etc.

Para encetar uma releitura daquele espaço faz-se necessário perceber a consciência que os povos indígenas adquiriram dos mecanismos da conquista ao longo do tempo, particularmente a de quem eram os outros à sua volta. Cremos que era a partir dessa percepção que se tomavam as decisões. O fato de sentirem-se ameaçados levava às escolhas. Fugir para uma área distante implicava fazer guerra com outro(s) povo(s) ou acatar algum tipo de sujeição, uma vez que não havia territórios vazios. Aceitar a paz com a coroa de Espanha significava viver sob ordens de seus funcionários e o sistema de *la encomienda*.

Assim, submeter-se aos desígnios da Cruz e ao grêmio da Igreja acabou sendo uma solução para muitos. Mesmo sob tal “proteção” não estavam isentos de prestar serviços e compor os exércitos que combateriam os índios ditos *infiéis* e os temidos *mamalucos de San Pablo*. Finalmente, há indícios de uma quarta via: vagar em pequenos grupos por terras montuosas ou alagadiças de difícil acesso e, aparentemente, de ninguém. Ai residia o perigo maior de ser cativado por grupos inimigos, pelos *encomenderos* de Assunção ou pelos sertanistas do Brasil.

A leitura de uma carta do jesuíta Cristóbal de Altamirano, superior das missões do Paraná e Uruguai, nos permite clarificar duas das situações acima descritas. Tendo notícias de três bandeiras de *mamalucos de San Pablo del Brasil*

107 Um exemplo elucidativo da confusão/diversidade de nomes que um determinado povo podia receber é o dos chamados *Guaycurú* – propositadamente grafamos o nome do povo tal como aparece na maioria das fontes de origem hispânica –, ver: Ludwik Kersten, *Las tribus Indígenas del Gran Chaco Hasta Fines del Siglo XVIII, Una Contribución a la Etnografía Histórica de Sudamérica*, Resistencia, Universidad Nacional del Nordeste, 1968, pp. 64 e segs.

próximas à antiga *ciudad de Jerez* e temendo pela sorte de seus índios reduzidos afirma ter espalhado vigias ao longo do rio Paraná acima. Segundo ele...

...tuvo noticia cierta da la espía que despachó... como estaban tres banderas de certonistas en los parajes, que declararon los que llegaron al Paraguay y **que venían recogiendo los infieles que habían por la costa del río, lo cual se supo de unos indios infieles, que salieron al encuentro del espía, pidiendo los llevase a las doctrinas, porque el portugués, que ya venía corriendo y asolando las márgenes de dicho río, no los llevase**¹⁰⁸ (grifos nossos).

Em 1678, o bispo do Paraguai solicitava ao seu rei autorização para introduzir naquela província mais vinte missionários. Os argumentos para tal pedido se justificariam pela demanda, pois, “que en los montes del Paraná de su Obispado, los Caaiguas han pedido Padres para que se les hagan pueblos y les doctrinen, y que pocos días ha los tupíes llagaron à Caazapa, doctrina de franciscanos, à pedir el mismo”¹⁰⁹. Tal como este, há outros exemplos que indicam como os grupos ameríndios compostos de poucos indivíduos, frente às ameaças externas, se ofereciam para fazer parte de alguma redução. O que denota que esses indígenas eram capazes de ponderar sobre os riscos que corriam e fazer escolha.

Através dos relatos deixados pelos jesuítas e por agentes da coroa de Espanha, conseguimos saber os nomes com os quais alguns povos indígenas ali estabelecidos foram referidos e passaram a ser conhecidos. Para esclarecer nossa assertiva, destacamos um dos muitos episódios de conflitos protagonizados por Guaykurus e *asunceños*.

No dia 20 de janeiro de 1678, os moradores de Assunção desferiram um violento ataque às *tolderias* de um grupo Guaykuru, estabelecido na margem do rio Paraguai oposta àquela cidade. Consta das fontes que 600 foram mortos e 300 aprisionados. Nas palavras de Frei Faustino de las Casas, bispo daquela província, com tal ação, “con que se ha abierto con seguridad el paso para muchas naciones bárbaras, y reducir las al suave yugo de la ley, que por ser fáciles de conquistar”¹¹⁰. Sobre esse episódio a

108 “Carta del P. Cristóbal de Altamirano, Superior de las Misiones del Paraná y Uruguay, al Gobernador de Buenos Aires, D. José de Garro. Doctrina de San Carlos, 6 de Noviembre de 1679”, in R. P. Pablo Pastells, S.J., (Cont. Francisco Mateos, S.J.) *História de la Compañía de Jesús la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil), segund los documentos originales del Archivo General de Indias*, Tomo III, Librería de Victoriano Suárez y Consejo Superior de Investigaciones Científicas Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, Madrid, 1912 a 1949, (8 tomos), pp. 247/48.

109 “Informe que hace á S. M. el Obispo del Paraguay, Fray Faustino de las Casas. Asunción, 31 de Marzo de 1678”, in Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay...*, Tomo III, cit., pp. 158/59.

110 Idem.

correspondência entre o governador, D. Felipe Rexe Gorbalán, e o padre Nicolás del Techo, reitor do Colégio Jesuíta de Assunção, nos informa ainda que:

...se ha tenido noticia que hay otras muchas naciones de más doméstico natural para introducirles la fe, como son: **Los guanas, naparus, layana, quiniquina, chogalete, enimate, quiquila, payagua, tubichuare; lenguas calchaquíes, chiri guazú, guaycurú guazú** y demás de que se tiene noticia; quitado el impedimento de los guaycurús, sería bien solicitar su conversión por dichos Rv^{dos}. Padres misioneros¹¹¹ (grifos nossos).

Ao elencar os 13 povos ou *nações* que sofriam a ‘má influência’ dos Guaykurus, o governador nos dá os nomes de outras *nações* que viviam no vale do rio Paraguai e que, aos olhos dos espanhóis, não ofereceriam resistência à conquista. Ao compararmos os dados da fonte acima com os mapas desenhados pelos padres da Companhia de Jesus, veremos que os povos mencionados encontravam-se na territorialidade denominada como Chaco¹¹². Mais ainda, que a maioria deles pertencia ao que, modernamente, se classifica como famílias linguísticas Arawak e Guaykuru – entretanto, para este informante existiu uma *nação* Guaykuru que submetia ou influenciava negativamente outras *nações*.

Ao iniciar a década de 1670 a situação política e militar da província do Paraguai era delicada. Fazia parte do vice-reinado do Peru, à qual respondia e recorria quando se tratava de segurança e guerra. Em questões civis e políticas, estava subordinada à Real Audiência de Charcas. Possuindo um aparente extenso território, confinava ao norte com a província de Santa Cruz de la Sierra, a oeste com a de Tucumán e ao sul com a de Río de la Plata. A leste, tendo como referencial as serranias de *Mabaracayu* ou Maracaju, ficaria a nebulosa fronteira com os *mamaluços de San Pablo del Brasil*. Ao longo do rio Paraguai, os conquistadores espanhóis e seus descendentes tinham como nuclear a capital da província homônima. Com uma população de 2.000 *vecinos*, a cidade de Assunção, que também abrigava a sede do governo, se confundia com a própria província.

Apesar de situar-se num espaço geográfico bastante interior do continente sul-americano, o gigantesco território definido como sendo da província do Paraguai havia que ser conquistado. Ali os inimigos não eram os súditos da coroa portuguesa

111 “Auto exhortatorio del Gobernador del Paraguay, D. Felipe Rexe Gorbalán, al P. Nicolás del Techo, de la Compañía de Jesús, Rector del Colegio de la Asunción. Asunción, 22 de Marzo de 1678”, in Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay...*, Tomo III, cit., pp. 154/55.

112 PARAQUARIE PROVINCAE SOC. JESU CUM ADIAACENTI(US) NOVISSIMA DESCRIPTO POST ITERATAS Peregrinationes, & plures observationes Patrum Missionarium eiusdem Soc. tum huius Provinciae, cum & Peruanae accuratissime delineata & emendata Anno 1732.

ou de qualquer outra potência europeia, mas variada gama de povos indígenas. Tendo que dominar *la frontera de los indios infieles*, a situação militar do Paraguai não era das mais confortáveis, dada a falta de soldados, armas e munições. A guerra que se travava com Guaycurús, Mbayás y Payaguás, havia já dois séculos, mantinha sua população exaurida¹¹³. Assim sendo, a segurança da capital *asunceña*, das suas chácaras e *haciendas*, e a exploração dos ervais nativos, requereram sempre muito cuidado e dispêndio. Para manter a integridade dos moradores, seus governantes construíram uma rede de fortificações no rio Paraguai acima e abaixo de Assunção.

Segundo o padre Diego Altamirano, os “guaycurús y otras naciones bárbaras; cuyas tierras empiezan a tiro de mosquete de dicha ciudad, sin que medie más distancia que la del río Paraguay, que las divide”, significavam, de fato, uma ameaça à população de Assunção. Suas ações impediam os *asunceños* de ampliar os povos de *encomienda*, incrementar a produção agropastoril e de extração de erva-mate, além de impossibilitar a abertura de um caminho de acesso direto e célere ao maior mercado consumidor das Índias Ocidentais de Castela: Potosi. Considerando que os Guaykurus, Mbayás e Payaguás foram as *nações* indígenas mais referidas nas fontes pelos primeiros conquistadores e depois, no século XVII, pelos colonos *hispanocriollos* e jesuítas tentaremos, ao seguir seus passos, encontrar referências sobre os demais povos ameríndios que ali viviam.

Os Eyiguayegi – Mbayá – Guaycurúes

O povo indígena referenciado ora como guaykuru, ora como mbayá e também como mbayá-guaykuru, ou como guaykuru-mbayá, pode ser e pode não ser o mesmo. Após o primeiro século das conquistas hispânicas Guaykurus e Mbayás podem ter-se fundido e, desde então, foram reconhecidos como uma só “nação”. Viviam na orla ocidental do rio Paraguai da foz do Pilcomayo, ao sul, até a altura do rio Yabereri ao norte. A partir da segunda metade do século XVII, os já chamados *Guaycurús-Mbayas* passaram a ocupar também a margem esquerda do rio Paraguai. Segundo consta, instalaram-se no antigo *pais* dos Guaranis-Itatins, numa área que começava desde o rio Jejui, ao sul, e alcançava as proximidades do lago Xaraiés, ao norte. Devemos ressaltar que este território não era contínuo e seu uso era compartilhado com outros povos o que, muitas vezes, gerava conflitos.

113 Um sintético histórico datado do Colegio Imperial de Madrid a 5 de Febrero de 1688 reconstitui, de forma elucidativa, os momentos de maior tensão entre os moradores da província do Paraguai e os povos indígenas daquela territorialidade in “Carta - relación del P. Diego Altamirano, de la Compañía de Jesús, escrita por orden del Consejo, en Junta de 25 de Septiembre de 1687, tocante á lo que informó el Gobernador del Paraguay D. Francisco de Monforte en cartas de 20 de Abril, 19 y 20 de Julio de 1686”, AGI, Seccion V, Charcas, Legajo 283.

Para além dos *asunceños*, os Guaykurus mantinham contato com moradores *hispanocriollos* da província de Tucumán. Quanto aos povos indígenas, que lhes eram vizinhos e com os quais tinham relações, destacavam-se: os Payaguás, com quem podiam fazer alianças pontuais, sem que ainda saibamos a lógica dessas associações; os Guaranis (Carios e Itatins), seus inimigos declarados; os Lengua-Juiadegés, os Enimagá-Cochaboths, os Lules, os Vilelas, os Matamaco-Mataguayos, com os quais podiam fazer guerras ou alianças; e, finalmente, os seus “vassalos”, os Naperus e os Guanás. Toda esta gama de povos guerreava ora entre si, ora com os *hispanocriollos*, radicados em Assunção e em Tucumán, gerando instabilidade. Entretanto, os Guaykurus, segundo as reflexões de padre Altamirano, seriam os menos fiáveis e os mais ardilosos:

Los guaycurús se aunan con los guaycurutis, payaguás, caaguás y otros; que si no tuvieran su fomento, no se atrevieran contra el español, y quizá se convirtieran á nuestra santa fe y ahora inquietan toda la provincia y aun se atreven á la de Buenos Aires hacia las Corrientes y riveras del Río de la Plata ó Paraná; impidiendo á los Misioneros que se internen á pacificar otras naciones dispuestas para recibir la luz del Santo Evangelio¹¹⁴.

Antes de mais é preciso dizer que o padre se refere a grupos de Guaykurus atuando no espaço abaixo da cidade de Assunção, o que foi comum na primeira metade do século XVII. Como se percebe pela citação destacada, os jesuítas e as autoridades civis de Assunção não só possuíam conhecimentos sobre vários dos povos que se podiam ou se queriam conquistar, como tinham clareza do lugar proeminente dos Guaykurus frente aos demais vizinhos. De suas perspectivas, o sucesso de uma possível aliança dos europeus com os outros grupos indígenas que ali viviam passava pelo controle e/ou extermínio dos Guaykurus. Aqui se recoloca a questão: quem eram esses índios? Por exemplo, o grupo humano que a antropologia contemporânea nomina como *etnia Mbayá-Guaykuru* é o mesmo que as fontes escritas dos séculos XVI a XIX chamam de *nação Guaycurú*¹¹⁵? Quem seriam os *Mbayás* ou *Vayás* que aparecem nas fontes? Ao nominá-los *nação*, os hispânicos os reconheceriam como uma unidade linguística, política, territorial e cultural? É preciso de igual modo, estar atento para não confundir o povo chamado guaykuru com a família linguística Guaykuru.

114 “Carta relación del P. Diego Altamirano, de la Compañía de Jesús, escrita por orden del Consejo, Colegio Imperial de Madrid a 5 de Febrero de 1688”, in AGI, Charcas, Legajo 283, cit. Vale ressaltar que tal informação remete ao período anterior a 1650.

115 Destacamos como exemplo outras formas de grafar o etnônimo Guaykuru: Pedro Lozano, *Historia de la conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán*; Buenos Aires: Casa Editora “Imprenta Popular”, 1873-75, 5 v., Biblioteca del Río de la Plata, Colección de Obras, Documentos y Noticias inéditas o poco conocidas para servir á la Historia Física Política y Literaria del Río de la Plata, publicada bajo la dirección de Andres Lamas; e Francisco Rodrigues do Prado, “História dos Índios Cavalleiros ou da Nação Guaycurú”, cit., pp. 25-57.

Vejamos antes como aparecem na documentação colonial. Segundo o padre Pedro Lozano, a *nação Guaycurú* encontrava-se localizada...

...entre los Ríos Pilcomayo, y Yabebirí, que ambos tributan sus aguas al Paraguay, ... que no tienen casa, ni habitación cierta, pero vaguean... porque en aquellas guaridas, más propia de fieras, que de racionales, se aseguran de las correrías del Español, contra quien quedan inexpugnables, sin que jamás en doscientos años los ayan podido conquistar¹¹⁶.

E ao referir-se aos grupos que formariam aquela *nação* assim se expressa:

Componese de tres parcialidades esta Nación, y si bien usan todas un mismo idioma, visten un proprio trage, y observan el proprio modo de vida, ritos, y costumbres, sin embargo reyna entre ellos casi ninguna unión... La primera parcialidad es de Guaycurús, que en su lenguaje llaman *Codollate*, ó *Taquiyyiquí*, como si dixeran los de ázia el Sur... La segunda es la de los que llaman los Españoles Guaycurutis, y en su mismo idioma *Nupinyiqui*, que significa los de ázia el Poniente... La tercera parcialidad es la de los Guaycurús guazú, que quiere decir Guaycurús grandes, y en su lengua nombran *Epiquayiquí*, que equivale à gente de ázia el Norte¹¹⁷ (grifos nossos).

Ainda que a intenção do padre fosse reforçar a ideia de unidade, a citação nos remete exatamente à ideia contrária. A falta de união reclamada pelo padre pode indicar a autonomia dos distintos grupos que o europeu insistia em homogeneizar como nação. Digna de nota é a percepção de como os próprios Guaycurus se autonominavam de forma distinta da que era utilizada pelos conquistadores. Outro dado que se pode ressaltar é a referência específica a uma suposta nação Guaykuru composta por três parcialidades onde não aparecem os Mbayás. Ao fazermos esta observação, queremos agregar elementos para pensarmos o etinômio *Mbayá-Guaykuru*, aplicado a uma *nação*, como uma invenção de jesuítas e colonos no exercício das conquistas e depois reproduzido, de forma acrítica, pelos investigadores ao longo do século XIX e por toda a centúria seguinte.

O Padre Lozano nos informava ainda que, junto à *parcialidad Guaycurutis* encontravam-se os *Naparús*, “indios de menos bríos, en quienes los Guaycurutis dominan como Señores, sí bien no se desdeñan emparentar, casando con sus hijas”. Aqui

116 Pedro Lozano, S.J., *Historia de la Compañía de Jesús de la Provincia del Paraguay*, Tomo Segundo, cit., p. 224. O padre Pedro Lozano nasceu na Espanha em 1697 e desde 1714 até sua morte em 1752 viveu entre as províncias jesuíticas de Tucumán e do Paraguay.

117 Pedro Lozano, S.J., *Historia de la Compañía de Jesús de la Provincia del Paraguay*, Tomo Segundo, cit., pp. 224/25.

se enunciam alguns dados característicos do modo de ser daquele grupo: a necessidade de dominar um ou mais povos vizinhos, de preferência agricultores, que se submetiam a regras sociopolíticas complexas expressas na possibilidade dos submetidos poderem se casar com pessoas de *status* menos nobre na hierarquia social *Guaycurutis*. Em certa medida estas uniões vinham ao encontro do *ethos* do povo que eles dominavam – os *Napariús* – que pertenceriam ao tronco linguístico Arawak.

Na passagem do século XIX para o XX os etnógrafos, que então estudavam os povos oriundos e remanescentes do Chaco, sentiram necessidade de definir que grupos haviam sido historicamente chamados de *Guaycurú*. Foi desse período em diante que se levantou a questão se havia diferenças e quais seriam as mais notórias entre “as tribos” que as fontes nominavam de *Mbayás* e *Guaycurús*. Já em 1905, Ludwig Kersten, ao publicar seus estudos sobre as “*tribos indígenas del Gran Chaco*”, sistematizava os diversos significados empregados para os etnônimos *Mbayá* e *Guaycurú*¹¹⁸.

Do que se pode depreender do conjunto de fontes analisado, o etnônimo *Guaycurú* foi apropriado por espanhóis que o “emprestaram” dos Guaranis. Na acepção originária o termo era usado para referir, genericamente, o coletivo de grupos indígenas que viviam no espaço conhecido como Chaco – à margem direita do rio Paraguai. O uso da expressão pelos conquistadores/colonos comportou distintas conotações e, com o passar do tempo, dependendo do referencial, o sentido do termo alterou-se e a ideia original do Chaco como espaço que comportava um coletivo de povos foi sendo substituída pelo entendimento de que os povos que ali viviam constituíam uma unidade. Por exemplo, para os luso-brasileiros os *Guaycurús* podiam ser todos os índios situados em ambas as margens do rio Paraguai que se tornaram cavaleiros. Assim, “Cavalleiros” eram tanto os *Mbayás* como os *Lenguas*. Foi apenas em meados do século XIX que os ditos “cientistas viajantes” como Pluto Eschwege e Francis Castelnau passaram a identificar os *Guaykurus* como *Mbayás*¹¹⁹.

Para melhor entendermos a constituição/distinção do povo e da família linguística nominada pela moderna antropologia de *Guaykuru*, apoiamo-nos na obra de Branislava Susnik, publicada na série intitulada *Los Aborígenes del Paraguay*¹²⁰.

118 Este parágrafo e o seguinte foram escritos a partir das referências contidas na obra de: Ludwik Kersten, *Las tribus Indígenas del Gran Chaco Hasta Fines del Siglo XVIII*, cit. pp. 64 a 75.

119 Francis Castelnau, *Expedição às regiões centrais da América do Sul*, São Paulo, Brasiliana, 1949 e W. L. Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, Vol. 1 e 2, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

120 Segundo a autora “esta serie pretende enfocar a los indígenas de nuestro país en toda su dimensión vivencial, desde sus orígenes hasta el presente”. A obra foi editada em oito tomos. Em especial nos apoiamos nos seguintes: Branislava Susnik, *Los aborígenes del Paraguay*, tomo I, cit.; *Los aborígenes del Paraguay*, tomo II, cit.; e *Los aborígenes del Paraguay, Etnohistoria de los Chaqueños (1650-1910)*, tomo III/1, Museo Etnográfico Andrés Barbero, Asunción, 1981.

Bajo el nombre “Guaycurú” entiéndese hoy una extensa familia lingüística que incluye varias tribus, todas racialmente pámpidas y culturalmente paleolíticas, con el abierto ethos de cazadores agresivos, ocupando con preferencia las llanuras del Chaco o adueñándose del R. Paraguay: Eyiguayegi – Mbayáes, Toba, Abipones, Mocovíes, Pilagá Payaguaés y Guasarapos¹²¹.

Susnik, assim como o padre Lozano em um período recuado, localiza-os em três ambientes ao longo do rio Paraguai, seja no Chaco ou no Pantanal: a) *Los sureños: Abipones, Mocovíes y Tobas*; c) *Los norteños: los Eyiguayegi – Mbayáes*; y c) *el grupo central: Los Lengua – Cochaboth y los Enimagás*. Além dos canoeiros Evuevi – Payguáes. Em áreas não contínuas estendiam seus domínios desde a foz do rio Brejeiro ao sul, até a boca do Taquari, ao norte. Por sua vez, os Guasarapos, também canoeiros, viviam da boca do Taquari às *lagunas de Xaraiés*.

Não vamos especificar aqui as características de cada uma dessas *parcialidades*, para usarmos uma expressão cara a Susnik. Tão pouco é nosso foco dar conta de recuperar aspectos da história de contato de todos eles com os europeus. Interessa-nos, da família linguística Guaykuru, aqueles que ela chama de Eyiguayegi – Mbayáes que são os mesmos que o padre Lozano diz se autonominarem *Epiquayiqui*. Nas palavras de Susnik:

Los norteños: los Eyiguayegi – Mbayáes, con la particularidad de asociar como sus “niyolola – vasallos” a los cultivadores Chanés e integrar una clase de “cautivos – esclavos”, **lucharon por más tiempo a conservar su estructura sociocultural**, si bien el último grupo sobreviviente – los Caduveos – tenía que adaptarse a las pautas subsistenciales de una comunidad sedentaria dentro del ambiente rural mattogrossense¹²².

A transformação do *ethos* Guaykuru que de caçadores agressivos se tornaram sedentários foi, contudo um longo processo. Iniciou-se a partir de meados do século XVIII, após mais de dois séculos de resistências, expressos através de guerras, pilhagens, butins, alianças, breves de paz, trocas comerciais, aprendizado do uso do cavalo para suas guerras, migrações sem conta e padecimentos com as epidemias de sarampo e varíola.

Voltemos à segunda metade do século XVII, quando os *Eyiguayegi-Mbayá-Guaycurúes* já eram referidos como “nação” e haviam se transformado em guerreiros

121 Branislava Susnik, *Los aborígenes del Paraguay*, tomo I,... cit., p. 72.

122 Branislava Susnik, *Los aborígenes del Paraguay, Etnohistoria de los Chaqueños (1650-1910)*, tomo III/1, cit., p. 9. Sobre este tema, para além desta autora, ver também: Herbert Baldus, “Introdução”, in Guido Boggiani, *Os Caduveos*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1945, pp. 11 a 46; e G.A. Colini, “Notícia Histórica e etnográfica sobre os Guaicuru e os Mbayá”, in Guido Boggiani, *Os Caduveos*, cit., pp. 249 a 301.

equestres. Segundo depreendemos das fontes e da bibliografia, desde os anos de 1640 passaram a frequentar as terras onde existira a Província Jesuítica de Itatins, uma área à margem oriental do rio Paraguai, entre a foz do rio Mbotetêú ao norte e a do Apa ao sul. Essa conquista pressupôs várias ações armadas e efêmeras alianças com os Payaguás-Sarigués e Guanás. Vejamos como algumas fases da conquista são referidas nas fontes:

Entre los años de 1640-1660, muchos mitayos guaraníes, oriundo de los pueblos Guarambaré, Atyrá, Arecayá, al viajar a Asunción para prestar su servicio de encomendados, fueron atacados y cautivados... atacaron en 1661 los pueblos de S. Ignacio y Sta. María de Fe, llevándose todo el botín posible... en 1673 atacaron Atyrá, matando y cautivando unos 120 pueblerinos.¹²³

Através de outros informantes temos notícias de que, no mesmo período, os guaranis reduzidos nas missões do Paraná e Uruguai foram deslocados até Assunção por mais de uma dezena de vezes, para reprimir as correrias Guaykurus. De entre as ações de maior repercussão, atribuídas a grupos do povo Guaykuru, consta a ação punitiva em decorrência da quebra da paz ocorrida em 31 de dezembro de 1671. Não encontramos documentos que descrevessem o episódio. Ele é apenas referenciado como algo muito grave. Pinçando informações em diversas cartas das autoridades civis e eclesiásticas da província, foi possível depreender que naquela fatídica noite um breve de paz que existia entre *asunceños* e Guaykurus foi desfeito “con muerte y prisión de españoles y naturales, robo y saco de sus haciendas, estancias, ganados y chacras”. Outra fonte diz que só do “pueblo de Atirá sacaron de los montes más de 600 almas, adonde se habían retirado”¹²⁴.

O preço pago pelos Guaykurus por aquele conjunto de ofensivas armadas foi pesado. O plano de vingança foi urdido ao longo de seis anos (entre 1672 e 1678). Primeiro os moradores de Assunção trataram de informar as autoridades constituídas na América e na Espanha do ocorrido. Em carta alarmante onde dizia temer a perda de toda a província do Paraguai para os Guaycurus, o governador informava sobre “el desaliento de los naturales, à vista de tanto cadáver de indios, muchas criaturas cautivas vueltas á su gentilidad, dos Sacerdotes profanados y quemados los templos, y el Santísimo Sacramento en poder de bárbaros”. Logo conseguiram autorização da sua coroa para lhes fazer guerra ofensiva.

123 Branislava Susnik, *Los aborígenes del Paraguay, Etnohistoria de los Chaqueños (1650-1910)*, tomo III/1, cit., pp. 60/61.

124 “Real Cédula de la Reina Gobernadora al Gobernador de Paraguay, D. Felipe Rexe Gorbálán, Madrid, 23 de Octubre de 1675”; e “Translado del original del exhortatorio que el Cabildo de la ciudad de la Asunción, presidido por el Alférez Real Rodrigo de Rojas Aranda [por la prisión, ausencia e impedimento de su Gobernador, D. Felipe Rexe Gorbálán], dirige al Mestre de Campo D. Andrés de Robles, Gobernador del Río de la Plata, Asunción, 19 de Marzo de 1676”, in R. P. Pablo Pastells (S.J.), *História de la Compañía de Jesús la Provincia del Paraguay...* Tomo III, cit., pp. 105 e 110, respectivamente.

A partir de então, começaram a se armar. Antes, porém, trasladaram os *pueblos* de Atyrá, Ypané e Guararambaré para locais mais próximos de Assunção. Quando tudo estava pronto, a ofensiva teve que ser retardada devido ao episódio da invasão de Villa Rica del Espiritu Santo e dos pueblos de San Francisco de Ibira Pariyara, Nuestra Señora de la Candelária, San Andrés de Mabaracayú, Ypané e Guarambaré por paulistas¹²⁵. Em fevereiro e março de 1676 a bandeira de Francisco Pedroso Xavier teria levado dali mais de quatro mil índios cativos. Passaram-se mais dois anos de aprestos até que na noite de 20 de janeiro de 1678, no dia de São Sebastião, desferiu-se uma grande ofensiva contra os Guaykurus, aldeados em frente a Assunção, na margem oposta do rio Paraguai.

Apenas 10 dias depois, o governador do Paraguai narrava ao rei o macabro episódio. Assim, ficamos sabendo que os preparativos finais para o ataque iniciaram-se em novembro de 1677. Em assembleia, o Cabildo de Assunção deliberou que se alistassem duzentos *vecinos* espanhóis e quinhentos índios amigos – guaranis – trazidos das missões do Paraná e Uruguai. O que desencadeou a ação foram boatos de que “algunos indios infieles habían hecho liga con otras naciones y que para la conjunción de la luna determinaban sorprender esta ciudad”. A 16 de janeiro seguinte traçou-se o plano final.

Em linhas gerais, a tática de ação passava por distribuir e esconder os espanhóis e índios guaranis aliados em lugares estratégicos e a um sinal previamente acordado todos atacariam seus alvos simultaneamente. Assim...

...fue Dios servido que en menos de una hora se degollasen todos los que pasaron á esta ciudad; y al mismo tiempo, con la misma arma, embistieron á su ranchería los que habían pasado de la otra banda, y por el río las canoas no malograron el matar los que se escapaban á nado;... Matáronsele al enemigo de una y otra parte al pie de 600 personas, y entre ellos ocho caciques y diez hechiceros, y se le apresaron más de 300 de la chusma¹²⁶...

125 Sobre essa bandeira e suas repercussões ver: Taunay, Affonso de E., *História Geral das Bandeiras Paulistas*, Tomo IV, São Paulo, Typografia Ideal, 1930, pp. 69 a 118.

126 “Carta del Gobernador y Capitán General do Paraguay, D. Felipe Rexe Gorbalán, á S.M., Asunción y Enero 28 de 1678”, in Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay...*, Tomo III, cit., pp. 144 a 147. Entretanto, existe outra versão para este episódio. Vejamos: “El Teniente Gobernador Don José Abalos fingió enamorarse de la hija de un Cacique principal y la solicitó en matrimonio prometiendo renunciar al traje español y vestirse de indio Guaycurú. Así lo hizo y al celebrarse la ceremonia del casamiento unos trescientos indios que pasaron a presenciar el acto en la Ciudad fueron pasados por las armas, al mismo tiempo que un cuerpo de infantería y otro de caballería atacaban la toldería de los Guaycurús, el 20 de Enero de 1678”, in Alejandro Audibert, *Los Límites de la Antigua Provincia del Paraguay*, Buenos Aires, Imprenta “La Económica”, 1892. Este episódio foi tão impactante que povoou a memória do povo Guaykuru por mais de um século e, em 1767, os descendentes dos índios atraicionados reduzidos em *Santa María de Belén* o narraram de outra perspectiva, entretanto, não economizaram na riqueza dos detalhes. Ver: José Sanches Labrador, *El Paraguay Catolico*, cit, pp. 54 a 57.

A sequência da narrativa é ainda mais dramática. Os índios fugidos foram perseguidos por meses. A vitória só foi tida completa quando se soube que uma peste de varíola os assolava “y que solo quedarían 60 indios tierra adentro, en compañía de su principal, que está muí viejo”. Mas os Guaykurus não desapareceriam derrotados nessa ação. Segundo B. Susnik, os sobreviventes de tal ataque se incorporaram aos Mbayás. Talvez seja por esta razão que Felix de Azara, em fins do século XVIII, dizia que em seu tempo os Guaykurus eram já praticamente extintos.

A capacidade que possuíam em fazer alianças e de se recompor como grupo foi sempre surpreendente. Tanto jesuítas, como governantes e funcionários da coroa espanhola que conviveram e escreveram sobre os Guaykurus tiveram dificuldades em entender quem eram eles, quantos eram e como se dividiam, se agrupavam e se recompunham. Também não são raros os historiadores contemporâneos que padecem dos mesmos limites. Ainda hoje encontramos abordagens que apresentam os Guaykurus como uma unidade étnica que atacava tanto os súditos espanhóis como os portugueses. Da perspectiva desses investigadores, em fins do século XVIII, eles escolheram conviver com luso-brasileiros. Assim, na centúria seguinte, teriam participado da construção e definição das fronteiras da nação brasileira e desempenhado importante papel na “Guerra do Paraguai”.

Antes de enredar nosso fio narrativo sobre os *Eyiguayegi-Mbayá-Guaycurúes*, é preciso saber quem são eles. Já apontamos sua localização aproximada. Indicamos que a ausência dos aliados espanhóis e guaranis, expulsos de Jerez e Itatins, aguçou suas pretensões pela margem oriental do rio Paraguai. Estas ambições justificavam-se por sua pauta de subsistência. Na área pretendida havia abundância dos *juncos* para as flechas e fartura das palmeiras que chamavam *mbocayá*, pasto para os cavalos, fartura de caça e pesca ¹²⁷. Além de que se manteriam próximos de seus *Niyolola* – os Guanás.

Tratemos agora de apresentar quais eram as *parcialidades* que compunham o grupo situado ao norte de Assunção, cujos membros foram tão duramente atacados no dia de São Sebastião de 1678. Segundo Branislava Susnik, os Mbayás nortenhos ficaram donos absolutos das terras entre os rios Jejui e Mbotetê por

127 Segundo um antigo relato, “Não conhecem Deus, e nas suas calamidades a nada sobrenatural recorrem: festejam o aparecimento das sete estrelas, não como divindade, mas por ser precursor do tempo de sazonalidade duns côcos chamados *bocayuvás*, que lhes servem de precioso alimento”, Francisco Rodrigues do Prado, “História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaycurú”, cit, pp. 25-57. cremos que *mbocayá* e *bocayuvás* se trate da mesma espécie de palmeira muito comum nos pantanais dos afluentes da margem oriental do rio Paraguai. Sobre os deslocamentos Guaykurus desde o século XVI ver: Ana Lúcia Herberts, *Os Mbayá Guaicuru: área, assentamento e cultura material*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS, UNISINOS, São Leopoldo/RS, 1998; e Valéria Nogueira Rodrigues, *Os índios Kadiwéu no século XIX: alteridade, identidade e transculturação*, dissertação de mestrado, PPGHIS, UFMT, Cuiabá, 2009.

mais de oitenta anos. Foi por essa altura que teriam adquirido uma nova pauta sociocultural: a de acumuladores. “Cada joven guerrero eyiguayegi trataba de demostrar su “valía” mediante dos trofeos: el número de sus caballos y el número de sus cautivos”.

Susnik nos indica seis parcialidades como constituindo os chamados Guaykurus do norte. “Cada parcialidad tenía sus cazaderos fijos, en una y otra orilla del R. Paraguay; todos disponían, empero, de la zona periférica despoblada que les servía para “el paso libre” y para retirada con botín o defensa”. Daquela área, entre os anos 1680 a 1760, continuaram a fazer suas incursões em rumos diversos. Reafirmamos, todavia, que os dados a seguir apresentados sobre as seis parcialidades *Eyiguayegi-Mbayá-Guaycurúes* são a nossa compreensão das reflexões propostas por Branislava Susnik.

Os Apacachodegodegis – os dos campos das emas – concentravam suas áreas de caça e coleta entre os rios Apa e Ipané, com frequentes incursões pelo rio Aquidaban. Foram os únicos que abandonaram as correrias pelo Chaco, sem deixar de se reunir aos seus parentes quando das grandes convocatórias para festas ou guerras. Compensava-os o acesso aos *Cayngué-Monteses*, que cativavam. Eram os que estavam mais próximos de Assunção e das zonas dos ervais. Este grupo, juntamente com os Lichagotegodis, iniciou negociações de paz com os espanhóis por volta de 1760. Também foram eles os que aceitaram uma redução jesuíta em seu território: *Santa María de Belén*.

Os Lichagotegodis – os da terra vermelha – ocupavam as duas margens do rio Paraguai. Na orla ocidental concentravam-se próximo à boca do riacho San Carlos, área de ocorrência de *sus Algarrobales* e também de caças. Da parte oriental percorriam desde os rios Apa e Branco. Também participariam das negociações de paz desde 1760 e da primeira fase da redução de *Santa María de Belén*.

Os Eyibegodegis – os setentrionais, desde meados do século XVII, conhecidos como Enacagas – os escondidos – viviam ao norte do rio Branco até aos pantanais do rio Negro (depois campos de Coimbra), e, mais para leste, que corresponderia uma parte do território antigo dos Itatines. Seus vassalos eram os *Naperúes* do alto Paraguai. Cativavam *los Curuguateños y los Guaraníes Monteses* e os índios reduzidos nas missões de Chiquitos. Os próprios Mbayás os consideram os mais belicosos e os que menos seguiam *la pauta de la pureza étnica eyiguayegi*. A necessidade de guerreiros os levava a integrar em seus bandos os filhos mestiços mbayá-chané, criados a seu modo.

Os Gotocogegodegis – os do Canavial – constituíam o grupo mais a leste e afastado do rio Paraguai e viviam além do rio Branco. Suas alianças eram com os Eyibegodegis. Entre seus cativos constava muitos *criollos*. Possuíam apenas dois

caciques e o menor número de guerreiros entre as seis parcialidades. Ainda no século XIX sua população integrar-se-ia à de outros indígenas, sendo incorporados como mão de obra em fazendas na província de Mato Grosso.

Os Guetiadegodis – os Serranos – viviam na margem ocidental, portanto, no Chaco entre o atual Porto 14 de Mayo e a Bahia Negra. Sua área de busca de escravos concentrava-se junto aos povos independentes do Alto Paraguai e às missões de Chiquitos. A última grande ação guerreira dessa parcialidade parece ter sido aquela contra a redução de *Santo Corazón* em que teve como aliado um dos caciques Eyibogodis. A reação desencadeada foi uma catástrofe para eles. Tiveram seu território invadido, suas *tolderías* incendiadas e o número de mortos e cativos chegou a quinhentos¹²⁸.

Os Cadiguegodis – *los Caduveos* – eram *os más feroces de los Mbayés*. Viviam na margem ocidental do rio Paraguai entre o Forte Borbón/Olimpo e o riacho San Carlos. Seu território era basicamente o mesmo dos Chanés Guanás, a quem submetiam. Naquele espaço reservavam para si as melhores áreas de caça e pesca e as melhores pastagens para seus cavalos. Essa convivência simbiótica teria levado os *Caduveos* a adotar hábitos que lhes valeram capacidade de sobrevivência num contexto de sedentarização.

Mas, afinal esse conjunto de grupos eram partes de uma mesma nação? Quem eram os Mbayás e quem eram os Guaykurus referidos tanto por hispânicos quanto por luso-brasileiros? Mais recentemente, Branislava Susnik tentou elucidar tal questão. Após exaustiva consulta às fontes, chegou à conclusão de que, se não são o mesmo grupo, existiriam elementos identitários entre os Guaykurus e os Mbayás. Seguindo a linha interpretativa porposta por Susnik, a investigadora Valéria Rodrigues defende que,

Ambos os grupos tinham as mesmas máximas existenciais: caça, guerra e festa; as mesmas representações “shamânicas” e a mesma interpretação sobre o mito do carcará, embora guardassem algumas peculiaridades devido à adaptação “periférico-vecinal” apresentando, assim, diferenças atribuídas ao cavalo e na relação com os Chanés¹²⁹.

128 A palavra *toldería*, nós a encontramos na literatura hispânica. Refere-se ao tipo de habitação das parcialidades Guaykurus quando esses já estavam adaptados ao uso do cavalo. Um toldo equivale a uma habitação feita com feixes de vara devida e corretamente amarrados, envolto e coberto por couros. De fácil armação, desmontagem e transporte foram muito usados pelos grupos indígenas que se locomoviam sobre cavalos. *Toldería* refere-se a um conjunto de casas Guaykuru. Como se fosse uma aldeia portátil.

129 Valéria Nogueira Rodrigues, *Os índios Kadiwéu no século XIX: alteridade, identidade e transculturação*, cit., p. 38.

Em resumo, da perspectiva da historiografia hispânica, não existiu uma unidade Guaykuru. Os Eyiguayegi-Mbayás eram genérica e indistintamente chamados de *nação Guaikurú*. Por mais de cem anos viveram e transitaram entre o rio Jejuí ao sul, a Serra da Bodoquena a leste, o rio Mboteteú ao norte e o Chaco a oeste¹³⁰. Parte daquele território havia pertencido à missão jesuítica do Itatim. Ataques desencadeados pelos próprios Eyiguayegi-Mbayás e por bandeirantes levaram ao despovoamento da região pelos colonos europeus e seus aliados índios, os guaranis. De tal espaço, os Guaykurus e os sertanistas de São Paulo podem ter-se constituído nas duas forças raptoras de maior impacto sobre os povos indígenas radicados na mesopotâmia compreendida pelas bacias dos rios Paraná e Paraguai entre 1650/1760.

Recuperar aspectos dos modos como as parcialidades Guaykurus acima descritas se relacionavam internamente ou umas com as outras é tarefa que não nos propusemos nesta investigação. Quisemos, acima de tudo, ressaltar que (1.) apesar de os conquistadores *hispanocriollos* e jesuítas os nominarem como “nação”, eles eram grupos distintos que não podem ser apreendidos como unidade; (2.) as territorialidades indígenas não eram fixas e podiam ser descontínuas; (3.) a “construção” dos Guaykurus como uma nação ocorreu numa temporalidade posterior à dita colonial. No caso da historiografia brasileira, sustentamos que tal formulação amparou-se nas fontes tardias portuguesas pós-década de 1720 e foi elaborada desde meados dos oitocentos.

É chegado o momento de fazer uma breve reflexão sobre a forma como os Guaykurus aparecem nas fontes portuguesas. Já indicamos no capítulo 01 como os historiógrafos do IHGB se apropriaram dos Guaykurus como “índios brasileiros”. Esta designação domina, de certo modo, o período e as fontes específicas para o estudo deste tema, produzidas depois de 1770. Desde então, orientados pelas políticas das monarquias ibéricas, os luso-brasileiros passaram a ocupar, efetivamente, o rio Paraguai abaixo da foz que nele faz o rio Taquari. No sentido oposto, duas décadas antes, as autoridades paraguaias e os colonos assuncenhos subiram pelo mesmo rio, a partir da foz do Guarambare. Essas pressões sobre o espaço e o desgaste duma guerra bisecular travada com os *hispanocriollos* e com outras “nações” indígenas podem ter

130 Na segunda metade do século XIX, Augusto Leverger em seus “Apontamentos para o Dicionário Chorographico da Provincia de Matto-grosso”, cit. p. 396, relembra que, no passado, os Guaykurus dividiam-se “em nove hordas ou tribus, a saber: Uatadeos, Ejuéos, Cadioéos, Pacajudeos, Oleos, Biakeos, Xacotéos”. Ainda nas suas palavras “da grande nação que outr’ora occupou ou vagueiava pela margem esquerda do Paraguay, da foz do Jauru para baixo, e grande parte do districto de Miranda, presentemente existem a dos Cadioéos, sobre o riacho Nabilek, na margem esquerda do Paraguay, e algures no districto de Miranda os Biakeos. As outras tribus estão extinctas ou dispersos uns poucos individuos que restam”. Ainda que este autor tenha elencando um número maior de grupos que Branislava Susnik, a última informação que nos lega corrobora as conclusões de Susnik que, dentre as seis parcialidades descritas, a dos “Cadioéos” foi que a teve melhor capacidade de sobreviver como grupo.

contribuído para que os distintos grupos Guaykurus reordenassem suas territorialidades e recompusessem suas alianças, inclusivamente com os luso-brasileiros ¹³¹.

Interessa-nos ressaltar que a historiografia, crente na tese dos Guaykurus, como “índios brasileiros” e de que existira uma aliança entre eles e os Payaguás, não consegue enxergá-los fora do debate que se construiu sobre *a expansão territorial do Brasil Colonial*. O fato de terem recebido o epíteto de “índios brasileiros” pode ter contribuído para uma negação das fontes hispânicas e, assim, fundamentam a falsa noção que entrariam na história apenas numa fase tardia das conquistas ibéricas no continente americano. Aos historiadores brasileiros parece não despertar maior interesse o existir dos Guaykurus anteriormente a 1780.

Nesta investigação, procuramos trilhar por essas lacunas. Retomemos então às décadas de 20 a 50 dos setecentos.

A análise das fontes sobre as conquistas do Cuiabá é um indicador de como, ao longo dos tempos, os Guaykurus foram representados pelos colonos e pelos agentes da coroa portuguesa. Se nos restringirmos à primeira metade do século XVIII e à documentação encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, constatamos quão escassa é a mesma de informes sobre os Guaykurus. Sua presença nos documentos é tão tênue que se não fora associada à dos Payaguás passaria despercebida.

A rigor, as fontes registram apenas três episódios de confrontos deste grupo com os luso-brasileiros. Talvez certos exageros sobre ataques dos Guaykurus às monções possam ser explicados, se considerarmos que foram relatados, muitas vezes, às autoridades constituídas como aos governadores das capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro, o Vice-rei do Brasil, ao Conselho Ultramarino e ao rei, ou ainda pelos argumentos, fantasiosos, que os colonos tiveram que “construir” para justificar a necessidade de lhes fazer guerra¹³².

131 Só podemos entender a propalada aliança entre um dos grupos Guaykurus e a coroa portuguesa, ocorrida em 1791, se tivermos em conta que ela foi realizada numa conjuntura completamente distinta dos inúmeros acordos de paz que diversos grupos Guaykurus vinham fazendo, e não cumprindo, com os *hispanocriollos* de Assunção desde os seicentos. Uma cópia de tal “pacto de aliança” foi reproduzida por Virgílio Corrêa Filho, *História de Mato Grosso*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969, pp. 117/118.

132 Entre os documentos que rezam sobre os pedidos para se fazer guerra aos Payaguás, Guaykurus e Kaiapós consta a “Carta do Juiz mais velho do Senado da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei [D. João V] sobre o quinto do ouro das Minas da Vila de Cuiabá, Paranapanema e Goiás, a urgência de se fazer guerra ao gentio e a necessidade de se definir as competências dos Provedores dos Defuntos e Ausentes. Cuiabá, 25 de Março, Vila de 1728”, A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 23. Do que se depreende da leitura de tal carta se diz que os Payaguás “unidos com outro Gentio de cavalo por terra, chamados Guaycuruzes, e outra nação chamada Cayapó, que todos tem feito grande prejuízo”. A palavra aliança não foi dita. Outro ponto é que devido às distâncias físicas Payaguás e Kaiapós, não poderiam ser aliados, o que significa que neste contexto a expressão “unidos” não deve ser tomada como sinônimo de aliados.

Antônio Pires de Campos e Francisco Palácio foram os primeiros a narrar uma ameaça de ataque Guaykuru a um grupo de monçoeiros, vindos de Povoado (São Paulo), com destino às minas do Cuiabá no ano de 1726. Podemos resumi-la do seguinte modo: sete canoas se adiantaram do combio principal e, no rio Taquari, foram cercadas pelos “Cavaleiros”. Refugiaram-se num capão de mato, onde se mantiveram por cinco dias e, finalmente, escaparam incólumes. Esse mesmo episódio, incluindo a participação dos Payaguás como intervenientes, foi depois relatado por Francisco Adolfo Varnhagen e, desde então, sua versão foi repetida até se tornar prova da existência de uma poderosa aliança entre os Guaykurus e Payaguás, ao ponto de impedir que o espaço territorial perlustrado por aquelas duas nações fosse apropriado pelos hispânicos da província do Paraguai ¹³³.

Atendo-nos apenas às fontes de setecentos, vamos comparar os escritos de Pires de Campos e Palácio. Todavia, importa esclarecer que não há consenso entre as duas narrativas.

Pires de Campos, cujas “Notícias” foram publicadas na revista do IHGB com transcrição pouco fiável, dá a entender que os Payaguás estariam “unidos” com os Guaykurus no citado ataque. Na sequência, ele afirma que o dito malogrou “por virem os inimigos, sem as canoas”. Mas, se a canoa era o meio de locomoção por excelência dos Payaguás e seu habitat era o rio Paraguai como poderiam alcançar o distante pantanal do rio Taquari sem as suas canoas? A resposta é que dificilmente poderiam, pois teriam que andar mais de 300 quilômetros por trilhos alagadiços impossível de ser percorrido a pé. Outro dado é que os Payaguás só faziam grandes jornadas usando canoas.

Já a narrativa de Francisco Palácio, ao descrever o mesmo ataque, em momento algum insinua que Guaykurus e Payaguás estiveram “unidos”.

Amparados em outras fontes, não entendemos que tal ataque tenha sido desferido em conjunto pelas duas “nações” ¹³⁴. A leitura destas narrativas possibilita,

133 Pela ordem em que aparecem no parágrafo: Antônio Pires de Campos, “Breve Notícia que dá o Capitão...”, in *Relatos Sertanistas*, cit., p. 183; Francisco Palácio, “Roteiro da Viagem para as Minas do Cuiabá que fez Francisco Palácio no ano de 1726”, in *Revista Eletrônica Documento Monumento: Edição Especial Rios e História*, NDIHR, UFMT, Cuiabá, 2010, p. 123; e Francisco Adolfo Varnhagen, *História Geral do Brasil*, tomo IV, São Paulo, Companhia Melhoramentos, s.d., p. 127. Virgílio Corrêa Filho, *As Raias de Matto Grosso*, vol. 1., cit.; e Uacury Ribeiro de Assis Bastos, *Expansão Territorial do Brasil Colonial no vale do Paraguai (1767 – 1801)*, cit.

134 Devemos registrar que este mesmo episódio foi também relatado na “Carta do Ouvidor Geral de Cuiabá, Antônio Álvares Lanhas Peixoto, para o Conselho Ultramarino onde descreve a viagem que efectuou desde São Paulo até Cuiabá, quando acompanhou o Governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses. Anexo: certidão da criação da Vila do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1 de Janeiro de 1727), 1727, Cuiabá, 3 de Fevereiro”, A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 04. Para além de pequenas divergências narrativas, é interessante notar que ouvidor não fez referência à participação dos Payaguás no episódio. Virgílio Corrêa Filho, *História de Mato Grosso*, cit., p. 93, insiste que a ideia de uma aliança entre Payaguás e Guaykurus, que teria perdurado desde 1719 até 1768, foi colhida do artigo publicado por Francisco Rodrigues do Prado, *História dos Índios Cavaleiros ou da Nação...*, cit.

no máximo, aventar que talvez pudessem agir em consórcio, mas não em aliança. Os Payaguás atacavam quem trafegava pela via fluvial, e os Guaykurus poderiam atacar quem aportassem ao longo das barrancas dos rios. Entretanto, é conveniente reforçar, as monções passavam à margem do território perlustrado por Guaykurus.

No ano de 1731, ocorreu um segundo encontro entre um grupo Guaykuru e uma armada, cujo cabo era o brigadeiro Antônio de Almeida Lara, composta de 400 homens, que saíra do Cuiabá com propósito de fazer guerra aos Payaguás. Segundo José Barbosa de Sá, cinco dias de viagem abaixo da boca que o rio “Mateteu” (Miranda) faz no Paraguai começaram a ver sinais dos Payaguás. Navegaram mais alguns dias e avistaram um grande número de “Aycurús” que seguiam os luso-brasileiros com seus cavalos das barrancas do rio. Navegaram mais alguns dias e avistaram um grande número de “Aycurús” que os seguiam com seus cavalos das barrancas do rio. Os Payaguás subiram pelo rio, aportaram e se uniram aos Guaykurus. A armada então se preparou para uma eventual batalha.

A escaramuça que se seguiu foi rápida, pois os índios não conheciam ainda o poder de fogo e alcance de “huma pessa de Artilharia” e, ao usar suas práticas de incitar os oponentes ao combate, aproximaram-se em demasia. Foram, então, surpreendidos com uma carga da artilharia que, disparando “bala meuda causou neles grande estrago e mortandade”. Atemorizados, os índios fugiram e foram perseguidos.

Contudo, por ora, fixemo-nos no que ocorreu aos Guaykurus ¹³⁵.

A armada seguiu rio abaixo, sendo acompanhada da barranca pelos Guaykurus. Um tal Alexandre Correa resolveu abordá-los e distribuindo facas e machados, persuadiu dois deles a acompanhá-lo. Ao cair a noite, como os atraídos não foram soltos, o acampamento foi atacado por flexas e alguns Guaykurus mortos por balaços. Pela manhã, uma embaixada composta pelo cacique e sete homens com suas mulheres – sinal que vinham em paz – pediram para falar com o brigadeiro Antonio de Almeida Lara¹³⁶. Após receberem presentes, foram convencidos a voltar com mais índios para comerciar. Confiado, o cacique retornou e então uns foram

135 Todos os parágrafos e extratos de citações que se referem às ações de conflito entre Guaykurus e luso-brasileiros têm como referência os escritos de José Barbosa de Sá, “Relação das povoações do Cuyabá e Mato grosso de seus princípios até os presentes tempos”, cit.

136 Antonio de Almeida Lara teve uma presença marcante na história das minas do Cuiabá e do Mato Grosso. Segundo os linhagistas das estirpes paulistas o Brigadeiro Antonio de Almeida Lara começou sua vida como mineiro em Pitangui, Minas Gerais, depois foi para rio das Contas, na Bahia, onde esteve entre 1713 a 1719. No ano de 1720 já se encontrava nas minas do Coxipó onde teve atuação destacada. Viveu entre as minas do Cuiabá, a Chapada de Serra Acima e as Minas do Mato Grosso, até o ano de sua morte em 1750 e participou de modo bastante ativo da vida política daquelas minas. Ver: Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, Vol. II, 2ª Edição, São Paulo, Livraria Martins, 1950; e Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil: século XVI, XVII, XVIII*, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

tomados reféns e outros, após terem mutiladas as mãos e/ou orelhas, foram soltos. Isto feito, a armada continuou a navegar em demanda dos Payaguás.

Entendemos que esse encontro não foi um ataque de Guaykurus contra moradores do Cuiabá. O que ocorreu foi que, tendo seu espaço sido invadido por uma grande armada, determinado grupo de Guaykurus coligou-se a outro de Payaguás e desta aliança saíram a confrontar tal ousadia.

Outro ponto que destacamos foi a disposição do cacique Guaykuru em negociar com o “inimigo”, depois que se separaram dos “aliados” Payaguás.

Também vimos como os expedientes usados pelo cabo da armada estiveram distantes de uma guerra franca. Neste episódio, insistimos, as ações dos Guaykurus não podem mais ser lidas como ataque a luso-brasileiros. Em verdade, os índios foram covardemente emboscados.

Enquanto os confrontos entre os Payaguás e os luso-brasileiros se acirravam, os Guaykurus deixaram de ser referidos, por quase dez anos, e só voltariam a aparecer nas fontes em 1740. Mais uma vez, foram eles contatados no espaço em que viviam. Naquele ano, o ouvidor do Cuiabá (João Gonçalves Pereira) e o senado da Câmara da vila em Junta decidiram formar bandeira e mandar comprar cavalos aos Guaykurus. Mas diziam que o fito primeiro de tal iniciativa era lhes propor uma aliança contra os Payaguás.

A expedição aos Guaykurus partiu de Cuiabá, em julho de 1740, sob o comando do capitão Antônio João de Medeiros. Era composta por 140 homens de armas e 12 canoas de guerra e bagagens, “armas, petreixos e fazendas para presentear os Aicurús e fazer com elles negocio”. Contavam como “linguará” com o filho do cacique trazido prisioneiro da emboscada de 1731. Considerando que a mesma foi financiada pelo senado da Câmara, pelo ouvidor João Gonçalves Pereira, o brigadeiro Antônio de Almeida Lara, e alguns comerciantes da vila, não há como negar seu caráter oficial e seus propósitos mercantis ¹³⁷.

Acompanhemos seu desenrolar.

Uma vez alcançado o “distrito dos Aicurús”, foi despachado o linguará e dois soldados para declarar as intenções do grupo. Por segurança, os demais membros aportaram numa ilha. O primeiro encontro entre o cabo da bandeira e o cacique Guaykuru

¹³⁷ Ainda que Bandeira tenha sido expedida apenas em 1740 ela vinha sendo debatida na vila do Cuiabá desde pelo menos 1736. Portanto, quando a mesma aconteceu era já se conhecimento do governador da capitania e do Conselho Ultramarino. Vejam-se: “Carta do Ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] em que remete a cópia dos autos de Juta acerca da conservação ou demolição dos engenhos, o comércio com o gentio Paiaгуá, a guerra com o gentio, a abertura do caminho para Goiás, investida contra os Paiaгуá e o ajuste que se fez com o Capitão Pinho de Azevedo para ir abrir o caminho para Goiás”. Anexo: 6 autos, Vila de Cuiabá, 7 de outubro, 1736, in A.H.U., Mato Grosso, cx. 01, doc. 89.

foi animador, pois trocaram presentes, acordaram em fazer guerra aos Payaguás e negociar cavalos, e ainda “plantou-se ahy huma crus aclamouce em vozes altas: Viva El Rey de Portugal”. Ao findar o dia de boa paz, recolheram-se a seus respectivos acampamentos.

No dia seguinte, confiados e gananciosos, os membros da bandeira passaram à terra firme com suas mercadorias e puseram-se a negociar com os Guaykurus, que, por seu lado, haviam urdido uma trama e, seduzindo os soldados com promessas de trazer cavalos, tomaram suas armas que se achavam enterradas e “introu a matar nos nossos que andavaó com elles baralhados”. Os homens que ficaram na ilha dispararam a peça de artilharia, o que pôs os Guaykurus em fuga, deixando cinquenta mortos entre os membros da expedição e, dos índios, cinco. Destroçada, a bandeira retornou a Cuiabá.

Ao longo dos tempos, as narrativas dos episódios destacados foram reproduzidas muitas vezes e com tons e tintas de vários matizes ¹³⁸. Entretanto, até o presente, não se havia dimensionado seu número: três. Apenas em 1731, os Guaykurus agiram em consórcio com os Payaguás e foi uma situação de defesa e não de ataque. Parece-nos que, ao aceitar sem questionar, a tese da “aliança dos Guaykurus com os Payaguás”, alguns historiadores “perdem” as noções básicas de espaço, territorialidade, mobilidade e localização. E, possivelmente, da capacidade que os índios tinham de fazer e desfazer alianças em função de interesses específicos e temporários.

Os Evuevi – Payaguaés

Mas, além dos Guaykurus, as fontes dos séculos XVII e XVIII ainda nomeiam como nação inimiga de *hispanocriollos* e de luso-brasileiros, os *Payaguaés*. Segundo consta da documentação e na voz corrente de historiógrafos, eles trafegariam em canoas e teriam como pontos fixos algumas aldeias ao longo da margem ocidental ou mesmo em ilhas do rio Paraguai.

Quando ocorreram os contatos iniciais com os europeus (1528/1537), concentravam-se em duas áreas principais. Os que navegavam desde a foz do rio Bremejo até a do Pilcomayo foram nominados Agaces ou Tacumbú. Já aqueles que transitavam desde a boca do rio Manduvirá, acima do local onde se fundou Assunção, até próximo à foz do rio Taquari, foram conhecidos como Sarigués ou Cadigué ¹³⁹.

138 A investigação mais recente que insiste na tese da aliança entre Payaguás e Guaykurus, a partir de um desses episódios, é a de Chiara Vangelista, “Os Payaguá e o rio Paraguai: uma fronteira étnica aos limites dos impérios ibéricos”, in *Revista Eletrônica Documento Monumento: Edição Especial Rios e História*, NDIHR, UFMT, Cuiabá, 2010, pp. 136 a 149.

139 Branislava Susnik, *Los aborígenes del Paraguay*, tomo I, *Etnología del Chaco Boreal y su Periferia (siglos XVI y XVII)*, tomo III/1, cit. pp. 93 a 108; Branislava Susnik, *Los aborígenes del Paraguay, Etnohistoria de los Chaqueños (1650-1910)*, cit., pp. 105 a 140; e Magna Lima Magalhães, *Payaguá: os senhores do rio Paraguai*, dissertação de mestrado apresentada PPGHIS, UNISINOS, São Leopoldo/RS, 1999; Chiara Vangelista, “Confini e frontiere: conflitti e alleanze inter-ethniche”, in

O etinônimo *Payaguaés* ou em português Payaguás, a partir do qual foram e são referidos e reconhecidos ainda hoje, teria sido adotado pelos espanhóis por influência dos Guaranis, entretanto há controvérsias sobre tal versão ¹⁴⁰. Entre as características elencadas para distingui-los, destacava-se o uso da canoa.

Mas eles não eram os únicos povos canoeiros que trafegavam pelos rios Paraguai e Paraná. Branislava Susnik, após estudar outras *nações* (os Yaaukániga-Mepenes ribeiros do baixo rio Paraná e os alto-paraguaiense Guatós e Guasarapos), aponta três caracteres que lhes seriam distintivos e lhes confeririam identidade como povo, que apresentamos a seguir.

Em primeiro lugar, importa definir as áreas geográficas das espacialidades: os demais povos canoeiros eram sedentários e ocupavam áreas com pesqueiros fixos, em extensões não muito grandes de ambas as margens dos rios, e eram obrigados a compartilhar, temporariamente, alguns daqueles espaços. Por sua vez, os Payaguás haviam conquistado, pela força das armas, o direito de trafegar por cerca de 1.000 quilômetros, mas apenas na margem chaquenha do rio Paraguai.

Uma segunda característica diz respeito aos tipos de relações estabelecidas com os vizinhos. Da banda ocidental do rio, podiam contar com a “tolerância” dos muitos grupos que compunham a família linguística Guaykuru, essencialmente caçadores e, portanto, com uma pauta subsistencial um pouco distinta – o que significa que não competiam pelos mesmos tipos de alimentos. Na margem oriental, estavam os Guaranis-Carios seus inimigos declarados. Considerando que os Guaranis praticavam a antropofagia ritual, é possível que a “tolerância” dos Guaykurus para com os Payaguás tivesse a ver com o fato desses se posicionarem na linha de frente nos confrontos com os Carios.

A terceira das características estaria expressa no fato de possuírem “la conciencia sociopolítica tribal, basada en la identidad de la lengua y en la obligatoria reciprocidad de visitas interparciales”. Vale ressaltar que tais visitas eram motivadas por interesses e competitividade, expressos na chamada “lucha a puños”. Era também um modo de redistribuir e fazer circular bens materiais e de

América Meridionale, Século XVIII, Torino, Il Segnalibro, 2001.

¹⁴⁰ Um ponto de situação preliminar sobre a origem e adoção do nome Payaguá é-nos apresentado por Magna Lima Magalhães, *Payaguá: os senhores do rio Paraguai*, cit. pp. 32 e 33. Segundo as análises com as quais ela concorda, o etinônimo derivaria de “Mbayáguá” ou “Mbayaquá” – expressão dialetal dos Cadigú que significaria “gentes que vivem adelante de los Mbayás”. De certa forma, isso explicaria por que, nos anos iniciais daquelas conquistas, o termo foi empregado somente para os grupos canoeros que viviam acima de Assunção e, portanto, avizinados dos Mbayá. Com o tempo, a designação de identificação adotada pelo conquistador “soprepõe-se aos apelativos singulares de cada tribo” e então, passaram a ser chamados pelos espanhóis e seus descendentes na América de *Payaguaés*.

demarcar o lugar social do indivíduo no grupo, uma vez que o vencedor dos jogos se apropriava do bem mais precioso do homem Payaguá: as canoas do vencido. Segundo B. Susnik, esta consciência de si como grupo, é que unia os Payaguás conhecidos como Agaces com os Sarigués. Ao analisar os pontos acima ressaltados, a autora já indica aquele que se considera o traço mais distintivo do modo de “ser” Payaguá: o seu etnocentrismo.

O etnocentrismo Payaguá pode ter sido a causa do sucesso de sua longa resistência ao conquistador *hispanocriollo*, do modo como se relacionava com as demais *nações* indígenas e, já no século XVIII, com os luso-brasileiros, bem como o motivo da sua finitude como povo. A partir dos registros escritos deixados pelos conquistadores, concordamos com Susnik, para quem o fato de os Payaguá trafegarem por um amplo espaço, onde não conviviam diretamente com outros povos canoeiros, e de não terem necessidade de estabelecer alianças com seus vizinhos, aguçava-lhes sentimentos de auto-suficiência, segurança e superioridade que eram determinantes no seu comportamento. Assim, por exemplo, evitariam se tornar parentes dos povos agricultores que aprisionavam, o que não significa que desconhecamos a existência de uniões pontuais deles com seus cativos.

Para entendermos o etnocentrismo que influiria o comportamento Payaguá nos dois séculos e meio em que resistiram às conquistas, é preciso voltar a um tempo mais recuado e recuperar alguns aspectos de suas relações com os Guaranis-Carios.

O cenário é o rio Paraguai, em seu médio e alto curso, numa extensão de cerca de 1000 quilômetros. De uma margem do rio, viviam guerreiros paleolíticos canoeiros-pescadores que raptavam pessoas e as devolviam mediante pagamento de resgate. A outra margem era habitada por povos sedentários e agricultores, com suas práticas de antropofagia ritual. Através da narrativa dos conquistadores espanhóis como Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, encontramos pistas que permitem verificar como eram tensas as relações entre ambas as *nações* ainda na primeira metade do século XVI.

Procurando não incorrer em julgamentos precipitados vejamos as impressões de Cabeza de Vaca sobre o modo como os Payaguás tratavam seus vizinhos os Guaranis-Carios:

...y tienen por costumbre de tomar captivos de los Guaraníes, y tráelos maniatados dentro de sus canoas y llégan-se a la propia tierra donde son naturales y salen sus parientes para rescatarlos, y delante de sus padres, hijos, mujeres y deudos, les dan crueles azotes y les dicen que les trayan de comer, si no que los matarían. Luego les traen muchos mantenimientos, hasta que les cargan las canoas; y se

vuelven a sus casas, y llévanse los prisioneros, y esto hacen muchas veces, y son pocos los que rescatan; porque después que están hartos de traerlos en sus canoas y de azortalos, les cortan las cabezas y las ponen por la ribera del rio hincadas en palos altos...¹⁴¹

A narrativa de Cabeza de Vaca nos permite, também, saber como os Guaranis-Cários, antes de aceitarem a catequese, tratavam os Payaguás. Este conquistador, ao narrar o direito que os Cários, reivindicaram sobre alguns dos Agaces, feitos prisioneiros de guerra por sua expedição, reproduz, à sua maneira, a litania comum aos grupos tupi-guaranis que antecedia o rito sacrificial de seus inimigos. Vejamos:

...diciendo que ya es muerto por sus manos su enemigo, que mató a sus parientes, que ahora descansarán y tomarán por ellos placer... llegan con sus hachetas y primero el mayor de ellos o el hijo del principal, y dando con ellas en su cabeza tantos golpes, hasta que le hacen saltar la sangre, y estándoles dando, los indios les dicen a voces que sean valientes y se enseñen, y tengan ánimo para matar a sus enemigos, y para andar en las guerras¹⁴².

A litania entoada durante os sacrifícios rituais tinha sentido quando era recitada para prisioneiros de origem tupi-guarani, mas não devia ter o mesmo efeito para povos que não praticavam a antropofagia ritual. Talvez para os Payaguás, o saber que os Guaranis comiam carne humana os colocasse numa categoria de não humanos. Assim, aos poucos, elucidamos os ódios e vinganças que intermediavam as relações entre ambos os povos e que perdurariam pelas centúrias seguintes. A citação ainda nos permite perceber a aliança dos Guaranis-Cários com os espanhóis de outra perspectiva, fundamentada na vingança contra os Payaguás, antigos e reais inimigos. Também nos apresenta os Cários antes de aceitarem o Deus dos cristãos e de renegar a antropofagia¹⁴³.

141 Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, *Naufragio y Comentarios*, Ed. Espasa – Calpe, 3ª ed. Buenos Aires, 1947, p. 197. No Brasil a primeira edição dessa obra é: Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, “Comentários”, Redigido por Pedro Fernandes, traduzido por Tristão Alencar Araripe, in *RIHGB*, Tomo LIV, Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brazil, Parte I, pp. 190-344. Optamos pelo texto espanhol pelo fato da “tradução” brasileira ser vertida de uma tradução francesa e não do espanhol. Na edição nacional supra indicada as duas citações que destacamos encontram-se nas páginas 227 e 228.

142 Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, *Naufragio y Comentarios*, cit. pp. 195/96. Não por coincidência vamos encontrar, para os séculos XVI e XVII, descrições muito próximas a essa nas narrativas das crônicas de viagens e dos religiosos que atuaram na América portuguesa, entre outros ver: Frei Claude, D’abbeville, *História da Missão dos Padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, tradução de Sérgio Milliet, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975 [1614]; Pe. Fernão Cardim, *Tratado da Terra e gente do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980 [1625]; Jean de Léry, *Viagem à Terra do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980 [1578]; Hans Staden, *Duas Viagens ao Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1974; e Fr. André, Thévet, *As singularidades da França Antártica*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1978.

143 Um instigante e elucidativo artigo sobre construção ideológica dos Guaranis como povo indígena mais apto a receber a palavra de Deus e de negar seus costumes, é o de Carlos Fausto, “Se Deus Fosse Jaguar: canibalismo e cristianismo entre os guarani (séculos XVI-XX)”, in *MANA* 11(2): 385 - 418, 2005.

Quanto aos Payaguás, ficamos na certeza de que, iniciadas as conquistas, eles apenas estenderam as práticas de aprisionamento de pessoas e butim aos *hispanocriollos*, aos *pueblos* de Guaranis cristãos, a outras nações indígenas e depois aos portugueses para posteriormente pedirem resgates e fazerem trocas de prisioneiros. Uma importante aquisição radica no fato de aprenderam a importância do ferro e da prata, passando a incluir tais bens em seus “negócios”. Apesar de fazerem “guerras” e “comércio” com *hispanocriollos*, é sabida a resistência que tinham em adotar os hábitos dos conquistadores. Segundo Félix de Azara, por volta de 1790, quando já haviam aceito a paz, “Los Payaguá se hallan como en tiempo de la Conquista porque no han recibido de los españoles armas, cuadrúpedos, ni costumbres que hayan alterado su constitución”.

Não cabe aqui reconstituirmos a trajetória dos Payaguás ao longo dos séculos em que demorou sua capitulação. Todavia, interessa-nos alguns aspectos do modo como eles atuavam frente aos conquistadores e seus aliados. Considerando que os Payaguás-Sarigués resistiram por mais tempo, viviam preferencialmente radicados no alto curso do rio Paraguai e foram eles que estabeleceram contato com luso-brasileiros que trafegavam entre as minas do Cuiabá e a cidade de São Paulo, na primeira metade dos setecentos, centraremos sobre eles nossa investigação.

Mas antes, são necessárias algumas considerações sobre as relações dos Payaguás com os moradores de Assunção. Quando estudamos o período anterior a 1720, as fontes de que dispomos são de origem hispânica. Tanto a documentação exarada por civis, governantes e jesuítas, quanto as narrativas de historiadores e antropólogos, apontam que nessa fase as ações foram mais intensas do alto para médio curso do rio Paraguai.

Ainda que os cronistas e historiógrafos relatem preferencialmente os ataques dos Guaykurus-Mbayás junto à população da província do Paraguai, é fato que os Payaguás também desencadearam “guerras” contra os *hispanocriollos*. As fontes referenciadas nos informam que, entre fins do século XVI e início do XVII, os Payaguás-Sarigués já se haviam estabelecido próximo a Assunção – na altura da boca que o rio Manduvirá faz no Paraguai – e dali, controlavam o tráfego de pessoas, canoas e mercadorias, que demandavam aos afluentes daquele rio em cujas margens se exploravam os ervais. Tal mudança facilitava ainda as alianças com os Payaguás-Agaces radicados ao sul de Assunção.

De seus postos, limitavam, ou mesmo impediam, a comunicação entre a missão jesuítica do Itatim com Assunção e com as missões do Paraná-Uruguaí. Naquela primeira metade dos seiscentos, suas ações foram tão intensas que, para continuar e explorar os ervais, tanto os civis *asunceños*, como os religiosos da Companhia de Jesus tiveram que suspender a navegação pelo rio Paraguai e abrir uma estrada carreteira.

Em se tratando do abandono das áreas ao norte da capital da província, que incluiu a missão do Itatim e diversos pueblos de onde se extraía a erva-mate, a historiografia atribuiu o fato primeiro aos bandeirantes paulistas, depois aos Guaykurús, mas pouca atenção deu a uma possível participação payaguá em tais episódios ¹⁴⁴.

Para a segunda metade do século XVII, há vários relatos de ataques às embarcações que trafegavam entre as cidades de Corrientes e Assunção, bem como aquelas procedentes da zona dos ervais, e que navegavam pelo rio Tebiquari. Em tal espacialidade viviam os Payaguás-Agaces. Diante dos ataques, o governador D. Juan Diez de Andino informava que, entre 1665 e 1670, teria construído 140 canoas para “el castigo de los payaguas y otros corsarios de este río”.

O governador seguinte, D. Felipe Rexe Gorbálán, diz que, em 1677, realizou obras, reforçando e aparelhando de armas “los cuarteles de Santa Rosa, de San Antonio de Padua, Lambaré, Tacumbú, río abajo; y río arriba, los de San Pedro Guiray, San Sebastián, Gaila, San Ildefonso, San Lorenzo y Tovati”¹⁴⁵. Dois anos depois, arremata que... “tenía hecho dos fuertes, para resguardo de las costas del río y embarazar à los indios infieles payaguas las hostilidades; con que se halla aquella provincia en mucha quietud, así de estos indios como de los guaycurús”¹⁴⁶. Ao todo seriam 14 fortificações ao longo do rio ¹⁴⁷.

Os Payaguás voltariam a aparecer nas fontes em 1686. Naquele ano, o governador D. Francisco Monforte ter-lhes-ia desencadeado uma guerra. Em carta enviada ao rei de Espanha, informava dos bons sucessos que teve com balsas de combate que havia fabricado e de como “habiendo peleado con sus canoas, obligándolos à retirarse con muerte de algunos indios, y quitándoselas todas, que eran 16. É preciso ter em conta que as “guerras” não eram atividades constantes.

144 Um exemplo da ausência dos Payaguás, como partícipes das conquistas que culminaram com fundação e abandono da missão jesuítica de Itatins, é registrada no trabalho de Maria Regina A. F. Gadelha, *As Missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai*, cit..

145 “Carta del Gobernador del Paraguay, D. Felipe Rexe Gorbálán a S.M. Asunción del Paraguay, 20 de Octubre de 1677”, in Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay...*, Tomo III, cit., pp., 131 a 135.

146 “Carta del Gobernador del Paraguay, D. Felipe Rexe Gorbálán a S.M. Assunción del Paraguay, 22 de Octubre de 1679”, in Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay...*, Tomo III, cit., p., 241.

147 Segundo o Padre José Cardiel, havia a necessidade de definir as funções e esclarecer para os europeus o que eram essas fortalezas, também chamadas de *fuertes o castillos*. “Son para defender la Provincia de los infieles, que desde el principio hasta ahora les hacen guerra por varias partes, y están repartidos por donde es mayor el peligro. Quien oye en Europa fuertes y castillos, piensa que son como los de acá, de piedra de sillería, de cantería, o de ladrillo, con sus baluartes, fosos, etc. Todos éstos no son otra cosa que un cerco o como corral de palos del grosor de una pierna o muslo clavados en la tierra y sin labrar, toscos como los cortaron, de tres varas o poco más de altos, unidos entre sí y atados; y en medio de este cerco hay uno o dos aposentos de tapia francesa, cubiertos de paja: éstos son los que en los papeles e informes llaman castillos”. Ver: José Cardiel, *Compendio de la historia del Paraguay: 1780*, Buenos Aires, Fundación para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 1984, p. 59.

Tanto os ataques Payaguás, quanto as expedições punitivas que se mandavam fazer contra eles, eram espaçados e podiam ser intercalados por muitos anos.

Acompanhando a documentação exarada pelos governantes do Paraguai, e verificando o modo de fazer guerras dos Payaguás, estamos convencidos de que os ataques por eles desferidos ocorriam próximo dos locais onde se concentravam as atividades econômicas, mas não atingiam as propriedades.

Outro dado a ser ponderado é que a capital, Assunção, parece não estava em seus planos de conquista, mas era vista como porto comercial. Ou seja, após os ataques desferidos contra os hispano-criollos, os Payaguás se dirigiam ao Porto da capital asunceña onde realizavam a troca dos prisioneiros e das mercadorias que roubavam por bens metálicos. Por mais de uma vez, os moradores daquela cidade seriam admoestados por funcionários da coroa para não comerciarem com aqueles índios.

Isto nos leva a refletir sobre o sentido da “guerra” para aqueles índios. Parece-nos que não passava pela defesa de um território ou pela necessidade de expulsar os invasores de seus domínios. Se considerarmos o fato de que, após as “batalhas”, eles propunham breves de paz com o “inimigo” para trocar os prisioneiros por mercadorias e que tais mercadorias eram depois comercializadas com outros povos ameríndios, talvez possamos traduzir o sentido da “guerra” para os Payaguás como uma forma de incrementar ou preservar a sua sobrevivência. Desta perspectiva, o vizinho “inimigo” poderia não só ser aceito como útil, desejado e necessário.

Em outras palavras, se é verdade que existia um ódio ancestral dos Payaguás aos Guaraní-Cariós, o fato destes conviverem com *hispanocriollos* e jesuítas diversificou sua capacidade acumulativa. Assim, aos olhos dos Payaguás, os Cariós, tiveram seu valor como mercadoria ampliado, uma vez que, sendo aliados dos conquistadores, eles também detinham metal. Em certa medida isso justificaria porque mesmo após os Cariós deixarem de comer ritualisticamente os Payaguás, a “guerra” entre eles tenha persistindo.

Já a “guerra” contra os súditos civis e religiosos da coroa de Espanha pode ser explicada levando em conta o fato de que as atividades econômicas na província jamais foram desenvolvidas na margem ocidental do rio Paraguai – espaço de uso Payaguá. Tanto a agricultura e a pecuária, quanto a exploração dos ervais e a abertura da missão entre os Itatins ocorreram em território dos grupos Guaranis e na margem oriental do citado rio. Então, considerando a diversidade de novos produtos que os conquistadores introduziram, talvez seja lícito dizer que os Payaguás viam os jesuítas e *hispanocriollos* como uma oportunidade e não apenas como inimigos.

Cabe-nos perguntar agora sobre o sentido dos butins e do valor dos seqüestrados ou cativos para os Payaguás. Parece que esses seqüestrados eram

aprisionados apenas para as trocas por metais, contas, espelhos, enfeites, anzóis. Tais mercadorias eram desejadas não só pelos Payaguás, mas por outros povos que temiam estabelecer contato direto com os conquistadores. Para além de guerreiro, o homem payaguá era também comerciante. Segundo Branislava Susnik “los hombres Evuevi eran en gran parte bilingües, hablando guaraní y payaguá; les interesaba el hieiro y la plata”. Tais produtos não apenas lhes facilitavam a vida cotidiana, como era o caso dos instrumentos de ferro utilizados na confecção das canoas, como davam projeção social aos indivíduos, como acontecia com a utilização da prata. A posse dos metais, tão cobiçados, assegurava-lhes um lugar de poder frente às demais *nações* indígenas do Chaco, na medida que “servín de intermediarios en los trueques intertribales, llegando a la ciudad (Assunção) las famosas mantas tejidas por los Chanés”¹⁴⁸.

Mas os registros mais sistemáticos dos Payaguás-Sarigués, atuando no alto curso da bacia do rio Paraguai só apareceriam depois de 1690, quando da abertura da missão de Chiquitos e das tentativas, por parte dos jesuítas, da abertura de uma comunicação fluvial ligando a nova missão às do circuito Paraná-Uruguai. A passagem dos padres pelo espaço controlado pelos Payaguás-Sarigués, desde sua base nas proximidades da boca do rio Manduvirá, legou-nos importantes dados sobre os povos indígenas que habitavam o alto curso daquele rio e que, desde 1680, também eram alvos das incursões de paulistas arraialados nas cercanias da antiga cidade de *Jerez*, como se detalhará no próximo capítulo.

Desde 1692, encontramos notícias deixadas pelos jesuítas que confirmam como a navegação fluvial do rio Paraguai dependia dos Payaguás. Naquele ano, o padre Pedro Lascamburu foi encarregado de comandar um grupo que deveria sair de Assunção e subir o dito rio até um ponto acima da abandonada missão de Itatim, onde se encontraria com outros jesuítas saídos da nova missão dos Chiquitos.

A narrativa que o padre Lascamburu nos legou denota o medo que sentia tanto dos Payaguás, quanto dos *Guaycurus* e *Mbayás*¹⁴⁹. Para ele, uma ligação só seria possível depois que tais povos fossem dominados pela força das armas ou aceitassem a catequese cristã. Interessa-nos reafirmar que aquele trecho do rio, na última década dos seiscentos, continuava de uso exclusivo dos Payaguás. O intento foi empreendido, mas não pleno de êxito, e os incansáveis soldados da Companhia de Jesus esperariam mais 10 anos até formarem nova e fracassada expedição.

148 Branislava Susnik, “*Los Aborígenes del Paraguay*”: *etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos CVI y XVIII)*, cit. p. 107.

149 Ver: “Dificultades que al presente se ofrecen acerca del Viage de los PP. en balsas, por el Río Paraguay arriba á los Itatines, y de allí al parage del Pueblo nuevo de los Chiquitos, Por el P. Pedro de Lascamburú fecho en 27 de Junio de 1692”, in Jaime Cortesão, *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)*, *Manuscritos da Coleção de Angelis VI*, cit., pp., 303 a 310.

Entre 10 de maio de 1702 e 04 de fevereiro de 1703, os padres Bartolomé Ximenes, Juan Bautista de Zea, Joseph de Arce, Juan Bautista Neuman, Francisco Hervás e o irmão Silvestre González empreenderam uma viagem desde a missão de Candelária, no rio Paraná, até o lago de Xaraiés no rio Paraguai. Dessa empreitada ficaram três relações. Uma apócrifa, publicada por Juan Patricio Fernández, outra assinada por Bartolomé Ximenes e a terceira da lavra de Joseph de Arce. Apesar das discrepâncias das narrativas, geradas por expectativas distintas sobre o mesmo objeto, os autores nos legaram significativo conjunto de informes sobre os povos indígenas que viviam no alto Paraguai e dos quais se tinham raras notícias, que datavam das incursões dos primeiros conquistadores do século XVI (1530/60).

Das relações supracitadas, depreendemos que os Payaguás-Sarigués transitavam e ocupavam algumas ilhas acima da foz do rio Jejui ao sul, passando pelo Mboteteú até alcançar as proximidades do lago Xaraiés, ao norte, local onde começaria a territorialidade defendida pelos Guasarapos ou Guachíes. O padre Bartolomeu Ximenez, após reafirmar “que es la nación Payagua de condición cobarde y traidora, sagaz para el urdiembre de cualquiera traición”, dá-nos sua localização.

Ella está al presente dividida en dos parcialidades, que distarán entre si como 180 leguas. Son los Piratillas de corso en todo este Río; la parcialidad de arriba corre con sus canoguelas hasta el lago Grande de los Harayes... la otra parcialidad estará 80 leguas de la ciudad de la Assunp.^{on}, y son los que ordinariam.^{te} molestan esta Ciudad con robos...¹⁵⁰

Apesar do padre apresentá-los como inimigos de todo o mundo em seu redor, outra fonte, também jesuíta, indica-nos que os Payaguás estabeleceram com os vizinhos uma espécie de interação em que eles patrulhariam o rio, avisando-os da presença de inimigos e receberiam em troca *tabacos, cueros, telas y vituallas*. O narrador também conta que a comunicação alertando para os perigos se daria lançando *muchos humos en el aire*. Este processo era chamado por ele de *correo volante*¹⁵¹. Nas palavras de Susnik “Este rol de canoeros – guardianes comenzó ya en siglo XVI, continuó cuando las entradas de bandeirantes y se revivió con las primeras exploraciones jesuitas del Alto Paraguay”.

150 Ver: “Relação duma viagem de exploração no rio Paraguai com o fim de estabelecer ligação com as Missões dos Chiquito pelo padre Bartolomeu Ximenez, 1703”, in Jaime Cortesão, *Antecedentes do Tratado de Madrid (1703-1751)*, *Manuscritos da Coleção de Angelis VI*, cit., 1955, p., 51.

151 Juan Patricio Fernandez, S. J., *Relación Historial de las Misiones de Indios Chiquitos que en el Paraguay tienen los Padres de la Compañía de Jesús*, Reimpresa fielmente según la primera edición que sacó á luz el p. G. Herrán, en 1726, Madrid, Librería de Victoriano Suárez, editor, 1895, p. 184.

Ainda de acordo com Susnik, os Payaguás desenvolveram um sentido de acumulação distinto dos Guaykurus. Assim, por exemplo, seus cativos eram mercadorias a serem trocadas e não uma forma de demonstrar riqueza. Interessavam-se por capturar guaranis e *criollos* pelos quais podiam pedir resgate em Assunção. Cativavam também indígenas que viviam próximos a eles, todavia esses tinham menor valor como moeda de troca junto aos castelhanos. Através dos povos que lhes eram vizinhos, conseguiam produtos como as mantas de tecidos Chané, cobiçadas pelos *asunceños*. Era exatamente a capacidade de negociar com os moradores de Assunção o diferencial que lhes garantia ser respeitados e temidos juntos aos demais povos indígenas.

Ilustrando a prática de os Payaguás manterem cativos outros povos, narramos o padre Ximenes uma negociação entabulada com dois de seus chefes que o abordaram solicitando que abrisse entre eles uma missão. Como os Payaguás eram conhecidos por suas traições, o padre exigiu uma prova de que os caciques agiam de boa fé e trouxessem os cativos até ele. Ao resgatá-los, a ideia que animava o padre era instruí-los na língua guarani para, em outra oportunidade, utilizá-los na conversão dos próprios Payaguás. Segundo sua narrativa...

Vinieron luego trajendonos tres muchachos y tres muchachas que rescatamos por platos de peltre en que empleé todos los que llevaba, por bayetas, cuñas y abolorios de que son mui codiciosos. De los muchachos uno es Penoqui de los Chiquitos con una hermana suya que siendo prisioneros de los Portugueses, se huieron y dieron en manos de Payaguas. Otro es Sinemaca de nacion que habita mas ariba del Caaguazu Puesto antiguo de los Pueblos de S. Tiago y de N. S.^{ra} de Fee, otros es de Nacion Erebé de hacia los Chiquitos, otra muchacha es Guarani de la parcialidad de Juan Monora del lago Maniore. Y la ultima de las tres es de Nacion Curubina, de los que el Padre Francisco Herbas reduxo al Pueblo de S. Rafael¹⁵².

Como se percebe pela citação havia uma pequena diversidade de *nações* entre os cativos: *Penoqui*, *Senemaca*, *Erebé*, *Guarani*, *Curubina*. Outro ponto a ser ressaltado é a localização de origem dos cativos – dois eram Chiquitos e fugitivos de uma bandeira paulista, outra Guarani do lago Maniore, o que significa sua filiação ao povo Guarayo, etc. Finalmente, queremos destacar que tipo de mercadorias os Payaguás aceitaram para a troca dos prisioneiros: “por platos de peltre en que empleé todos los que llevaba, por bayetas, cuñas y abolorios”. Para além do uso pessoal, tais produtos serviriam como “moeda” junto a outros povos. É possível que a ascendência Payaguá sobre as demais

152 Ver: “Relação duma viagem de exploração no rio Paraguai com o fim de estabelecer ligação com as Missões dos Chiquito pelo padre Bartolomeu Ximenez, 1703”, in Jaime Cortesão, *Antecedentes do Tratado de Madrid (1703-1751)*, *Manuscritos da Coleção de Angelis VI*, cit., 1955, p. 49.

nações indígenas do alto Paraguai não se desse apenas pela força das armas. O que nos impede de aceitar que muitos de seus escravos poderiam ser adquiridos em trocas por metais?

Mas nos interessa em especial anotar a presença portuguesa e a compreensão do padre de que a aproximação payaguá era com propósitos claros de combatê-los. Vejamos.

Por lo cual sus dos Caciques, llamados el uno Yarechacú y el otro Arapichirigua, con todos sus vasallos, ofrecieron hacerse Xpistianos y sujetarse y entregarse a los padres para que cuidasen de sus almas y de sus cuerpos, mujeres e hijos, añadiendo que ellos hablarían con los Guatos y Guacharapos y otras naciones de aquel rio **para reducirse y formar unos Pueblos suficientes para defenderse de los Portugueses y demás enemigos** ¹⁵³ (grifos nossos).

Os informes dos jesuítas sobre os Payaguás-Sarigués não deixam dúvidas sobre a presença dos tais paulistas, perlustrando a bacia do alto Paraguai na primeira década dos setecentos.

De igual modo, é importante notar que os jesuítas eram testemunhas que, na memória ancestral ameríndia, havia lembrança dos encontros com os *mamalucos* em tempos mais recuados. Entre os episódios anotados, queremos salientar um que ilustra quão intensas eram as relações humanas naquele espaço e como a presença dos paulistas era percebida. Na viagem de retorno, os padres teriam sido abordados por uma canoa em que estavam três índios guaranis e um payaguá. Antigos conhecidos que eram de Juan Manora, remeiro da canoa do padre Juan Ximenes, foi possível entabular conversações. Assim, vieram a saber das histórias de cada personagem. Todos eram cativos dos Payaguá- Sarigués. Ali viviam há muito tempo, tinham-se casado e tido filhos. Possuíam parentes na mesma condição de cativos. Outro ponto em comum era a forma como a maioria deles tinha sido ‘resgatado’ “en otro tiempo aviendose escapado de los Portugueses, de quienes iban prisioneros, avian dado en manos de Payaguas y quedandose entre ellos”.

Na sequência, a mesma fonte informa que os Payaguás tentavam se organizar para combater os sertanistas que passavam por seus domínios. “Pero en vano p.^r que los Mamalucos de S. Pablo les an reducido a mui pocos con invasiones y continuos repelos de los suyos todos los años como ellos mismos

¹⁵³ Idem, pp. 48/49.

nos aseguraron”¹⁵⁴. Desse modo, insistimos que, como já afirmou há muito tempo Sérgio Buarque de Holanda, os Payaguás não deveriam ser gente desconhecida dos moradores de São Paulo e, por conseguinte, do Cuiabá, quando iniciaram os ataques às monções que demandavam aquelas minas ¹⁵⁵.

Apesar das frequentes referências aos portugueses nas fontes hispânicas, não localizamos, na documentação lusitana, registros de confrontos entre Payaguás e paulistas antes do século XVIII. Segundo consta da narrativa de Barbosa de Sá, os moradores das minas do Cuiabá, muitos deles antigos sertanistas, não souberam precisar quem eram os índios com os quais se defrontaram, apenas identificados pelos testemunhos orais de alguns dos seus índios descidos do alto Paraguai. Acompanhemos um trecho de sua narrativa.

Inquirindo-se dos índios domésticos, naturaes das vargens, scientes das nações circunvizinhas, que gente seria aquella, responderam que eram Payaguás, (...) **e que enquanto o gentio Guató teve forças nunca Payaguá fez aventuras por ser delles caçados e viveram temerosos**, e que como os Guatós estavam acabados pelos brancos os destruírem, já os Payaguás tinham gangues¹⁵⁶... (grifos nossos).

A escolha desta citação não é fortuita. Invariavelmente todos os historiadores que trataram do tema a reproduzem. Autores como Sérgio Buarque de Holanda consideram verdadeiras as informações deste suposto diálogo com os Guatós domesticados, *reproduzido* por Barbosa de Sá e procuram em fontes de outra natureza dados ou mesmo evidências que as confirmariam. Assim, persiste a versão de que o primeiro contato entre sertanistas da capitania de São Paulo e Payaguás dataria de 1725. Discordamos de tal assertiva. Ainda hoje, lamentavelmente, historiadores com perspectivas de análise mais românticas que acadêmicas insistem em não ler criticamente tal fonte.

Vamos começar nossa reflexão pela crítica à assertiva, disseminada por Barbosa de Sá, de que os Guatós impediriam a entrada dos Payaguás rio Paraguai

154 “Relação duma viagem de exploração no rio Paraguai com o fim de estabelecer ligação com as Missões dos Chiquitos pelo Padre Bartolomeu Ximenes”, in Jaime Cortesão, *Antecedentes do Tratado de Madrid (1703-1751)*, *Manuscritos da Coleção de Angelis VI*, cit., pp. 34 a 54. Neste mesmo documento aparecem outros exemplos de que paulistas e Payaguás fossem velhos conhecidos como atesta a história de vida do personagem chamado de Peregrino que, sendo capturado por uma bandeira, depois fugiu da mesma e não sabia dar notícias dos *mamalucos*, com quem aprendeu a língua geral ou o tupi-guarani. Sua experiência por distintos “mundos” lhes conferia o status de *lenguará* e era intérprete entre os seus (os Payaguás), os jesuítas e os Guaranis.

155 Sérgio Buarque de Holanda, *Extremo Oeste*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 59.

156 José Barbosa de Sá, “Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso...” cit., p. 15.

acima. Se considerarmos que as fontes hispânicas atribuem aos índios chamados *Guasarapos* a tarefa de enfrentar os Payaguás por que não aventar a hipótese de que os Guatós, ao se atribuírem o lugar de valentes inimigos dos tão temidos Payaguás, não buscavam ser mais respeitados pelos conquistadores?

Estranhamos o fato de a historiografia insistir em que, entre tantas bandeiras em trânsito pelo rio Paraguai e seus afluentes entre 1680 e 1720, nenhuma os ter confrontado. Como já indicamos em citações anteriores, os próprios Payaguás diziam aos jesuítas que os *mamalucos de San Pablo* os capturavam. Assim sendo, esse desconhecimento alegado pelos mineradores paulistas que viviam no Cuiabá é, no mínimo, duvidoso.

Deixar de ser predador e passar à condição de presa dos Payaguás foi uma situação que os luso-brasileiros só vivenciaram depois de 1725. O contexto político, em que isto ocorreu, ainda não foi explorado pela historiografia. Uma explicação hipotética seria a de que os ataques e a autorização para fazer “guerra justa” aos Payaguás davam àqueles sertanistas motivos para justificar a escravidão dos povos indígenas do alto Paraguai.

Entretanto, os historiadores preferem crer apenas nas atrocidades relatadas pelos homens partícipes das conquistas do Cuiabá.

Deste modo, computaram onde e quantos ataques ocorreram. Há episódios, como o da monção em que pereceu o ouvidor Antônio Álvares Lanhas Peixoto, que foram narrados com minudências mórbidas. Já se quantificaram o número de “brancos” que eles mataram, os prejuízos em ouro e mercadorias que causaram. De como eram traiçoeiros. Da sua destreza na água. Da aliança com os Guaykurus. De como roubavam os brasileiros para vender aos paraguaios. Sabemos das lições que receberam por matarem cristãos súditos da coroa portuguesa. Finalmente, de como aceitaram viver em paz com os paraguaios. Quase nada há a acrescentar sobre os Payaguás.

Só não encontramos abordagens dispostas a refletir sobre as razões pelas quais os Payaguás faziam “guerra” aos luso-brasileiros que trafegavam pelo alto rio Paraguai e seus afluentes. Para nós, talvez nem fosse “guerra”. É claro que acreditamos na ocorrência dos terríveis episódios acima referidos, os quais, há dois séculos, são narrados incessantemente por historiógrafos e historiadores. Entretanto, carecemos de explicativas que nos possibilitem entender os confrontos. Porque então não relermos as fontes?

Tal como para os Guaykuru, defendemos que para o caso dos Payaguás não existia uma unidade. Talvez eles tivessem, aos olhos do conquistador, elementos de características identitárias, mas isto não os constituía necessariamente como “nação”, no sentido dado pelo europeu à expressão.

Como já foi demonstrado, foram inicialmente referidos como dois grupos situados um ao norte e outro ao sul de Assunção. Enquanto os *Agaces* estavam localizados abaixo daquela cidade, os *Cadigué* ou *Sarigué* viviam ao norte. Divididos

em muitos subgrupos menores, cada qual com suas lideranças, traficavam pelo alto e médio curso rio Paraguai e seus afluentes.

Ao analisarmos as fontes, verificamos que esses Payaguás-Sarigués que atacavam os luso-brasileiros usavam as mesmas táticas que, nos séculos anteriores, regulavam suas “guerras” contra os *hispanocriollos*, quais sejam: interceptavam à força comboios fluviais, matavam e capturavam pessoas, roubavam mercadorias e depois as trocavam. Não havia intenção de expansão e defesa territorial, por exemplo. Tampouco os cativos possuíam importância capital fosse na realização de trabalhos domésticos ou de qualquer atividade econômica de produção extrativa ou de subsistência.

A função da “guerra” era propiciar o comércio. Ao longo de dois séculos os moradores de Assunção “aprenderam” ou se “adaptaram” às suas práticas. Não nos parece que eles tenham mudado o modo de operar quando se voltaram para as monções e para os moradores das minas do Cuiabá. A diferença básica é que não tiveram que “ensinar” aos moradores dessa vila a trocar com eles seus butins – como no passado haviam feito em Assunção. Se os *asuncenhos* eram antigos “parceiros” de troca e se já havia uma dinâmica estabelecida tornava-se desnecessário irem ao Cuiabá. Talvez o fato dos Payaguás não ter ido negociar com os moradores do Cuiabá tenha limitado, aos homens do século XVIII e depois aos historiadores, entenderem o sentido da “guerra” para os Payaguás.

Ao sustentarmos que a “guerra” era uma parte fundamental da identidade dos Payaguás como povo e não uma atividade de expansão ou mesmo de defesa territorial, afastamo-nos de algumas teses consolidadas, defendidas por Virgílio Correa Filho e autores contemporâneos como Francismar Alex Lopes de Carvalho. Assim, não os percebemos como aliados da coroa de Espanha e inimigos de Portugal ou do Brasil. Reconhecemos sua astúcia para a guerra, mas negamos sua fereza e bestialidade. Não duvidamos de que os chefes tribais, eventualmente, tenham feito alianças temporárias. Todavia, não encontramos fundamentos para afirmar que tivessem mantido uma aliança de 60 anos com os Guaykurus, pois se eles se constituíram como unidades e/ou “nações”, tal aconteceu apenas na perspectiva dos ibero-americanos.

Mas, por que então os moradores do Cuiabá e os agentes da coroa portuguesa alardearam os ataques que sofreram dos Payaguás? Teriam os conquistadores “criado” tal inimigo? De fato, cada um dos grupos Payaguás que os atacavam, fossem coligados ou independentes, eram poderosos mas não invencíveis. Talvez, possamos aventar uma “valorização” dos ataques, por parte dos sertanistas, como uma estratégia para justificar atos políticos ou recompensas/mercês/reconhecimento de feitos para evocar o direito de privilégios. Da perspectiva historiográfica, tais confrontos precisam ser repensados. Vê-los apenas como “entrave à expansão territorial do Brasil Colonial” é uma abordagem desgastada e bastante limitadora.

Propomos redimensionar nosso olhar sobre tais eventos. Qual era o significado de “guerra justa” contra os Payaguás para os homens partícipes das conquistas do Cuiabá? É fato que perderam muitas vidas e fazendas, mas então o que ganharam? Sendo a “guerra” declarada tanto aos Payaguás, quanto aos Guaykurus, Kayapós e seus “confederados”, por que os moradores do Cuiabá formaram bandeiras e dispenderam grandes somas em ouro para combater apenas os primeiros?

Uma primeira hipótese é que defendiam suas vidas e patrimônio. Em segundo plano, entrariam questões de ordem política e de projeção social. Basicamente seriam dois os tipos de “ganhos”: justificar muitas das medidas adotadas pelas instâncias governativas e administrativas do Cuiabá, às vezes contrárias as determinações de Lisboa; e, com propósitos similares, no plano das disputas internas, visavam legalizar a situação dos seus plantéis cativos de *negros da terra*. Era também a oportunidade de requisitarem honras, patentes, cargos e outras mercês por serviços prestados junto à sua coroa ¹⁵⁷.

Na ponderação desta questão, importa perceber também como a coroa portuguesa se posicionou face às denúncias dos luso-brasileiros acerca dos ataques desferidos pelos Payaguás.

Entre o primeiro ataque dos Payaguás a uma monção, datado de 1725, e a Provisão Régia de 28 de dezembro de 1728, autorizando que se formasse Junta na capitania de São Paulo para deliberar sobre a guerra ao citado gentio, passaram-se apenas três anos. Em junho de 1730, formar-se-ia tal Junta na vila de Santos. O tema continuou presente nas discussões do Conselho Ultramarino e, em decorrência, lavrou-se a Carta Régia de 07 de março de 1732¹⁵⁸. Entre as mais disposições, autorizava a “guerra justa” e mandava queimar e destruir as aldeias, bem como cativar todos os Payaguás e seus confederados, os quais, pagos os quintos devidos a Sua Majestade, seriam repartidos na forma costumeira¹⁵⁹.

157 Entre os anos de 1736 a 1761 tramitou entre a Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá e a cidade de Lisboa, o processo de pedido de mercês que se iniciou com o “Requerimento do Capitão Antônio Pinho de Azevedo ao rei D. João V em que pede, pelos serviços que prestou, o posto de Capitão-mor das minas da Vila de Cuiabá e os ofícios de Escrivão da Ouvidoria, Escrivão da Câmara, Escrivão dos Órfãos e Ausentes e Tabelião para quatro filhos que tem, com o Hábito de Cristo para cada um deles com a tença de 50 mil réis, e dotes para as quatro filhas”. Anexo: 3 docs., A.H.U., Mato Grosso, cx. 01, doc. 93. Dentre os mais serviços que diz ter prestado à coroa e que justificariam seu pedido há um maior destaque para sua participação nas três armadas que foram dar combate aos índios Payaguás.

158 Conforme consta da cópia de outra Carta Régia datada de Lisboa, 11 de Março de 1732, in Carta do Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Conde de Sarzedas (Antônio Luiz de Távora), para (D. João V),... São Paulo, 20 de Agosto de 1732. NDIHR, Documentos Ibéricos: Documentos sobre a História de São Paulo – Doc. 24.

159 A nossa narrativa sobre as Armadas que se montaram para dar combate aos Payaguás segue os relatos dos *Anais do Senado da Câmara do Cuiabá*, cit., p. 65 e segs.; bem como Augusto Leverger, *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*, Cuiabá, IHGMT, Coleção Publicações Avulsas, nº 19, 2001, pp. 21 a 28.

Apesar de respaldados por Provisões Régias, pela Junta de Santos e por Bandos dos governadores da capitania, os moradores e governantes das minas do Cuiabá formaram apenas três bandeiras para combater os Payaguás.

A primeira data de setembro de 1730 a janeiro de 1731. Foi uma resposta ao ataque desferido contra a monção, em que pereceu o ouvidor Lanhás Peixoto. Financiada pelos “homens bons” da vila, mas comandada por um reinol, não localizou os índios e, neste sentido, redundou em fracasso. Ficou conhecida pejorativamente, como “Bandeira dos Emboabas”.

A segunda bandeira de guerra contra os Payaguás saiu de Cuiabá, em 4 de abril de 1731, e já nos referimos a ela quando tratamos dos Guaykurus. Para além das mortes causadas pelos tiros da artilharia, a perseguição aos Payaguás não foi exitosa, pois esses alcançaram aldeias cristãs da província do Paraguai. Temendo infringir o *Regimento* recebido de seu governador, o cabo da armada ponderou que, por terem os Payaguás se refugiado junto a índios *cattholicos*, não se aplicaria mais o princípio da guerra nos termos autorizado por Sua Majestade. Voltaram sem mais combates.

A terceira bandeira foi maior e melhor estruturada e foi a última que se formou contra os Payaguás. Iniciada em agosto 1733, saiu do porto de Ararituaba com 400 homens de guerra. Chegaram ao Cuiabá em março seguinte e logo começaram os aprestos para sua montagem final. Em parte financiada pela coroa, a ela se agregou a maioria dos homens de posses daquelas minas. O comando geral pertencia ao reinol tenente-general Manoel Rodrigues de Carvalho que, no Cuiabá, apresentou a novidade, iniciada em São Paulo, da venda de patentes a quem fosse participar da armada. Se, por um lado, a coroa arrecadava recursos, por outro, desagradava aos principais moradores do Cuiabá onde as patentes eram um distintivo de poder na hierarquia social ¹⁶⁰.

A armada ficou composta do seguinte modo: 842 homens, entre brancos, pardos e negros, repartidos em três regimentos e conduzidos em 28 canoas de guerra, 80 de bagagens e 3 balsas-casas. Todas as ações do grupo deveriam se pautar pela Provisão Régia, de 06 de março de 1732, e pelo Regimento de 1733 ¹⁶¹. Após um mês rodando pelo rio Paraguai abaixo, deram num acampamento Payaguá onde, dizem, mataram cerca de 600 e capturaram 266, que foram repartidos como escravos.

160 Reproduzimos a seguir um trecho de crítica à montagem de tal armada, em que o narrador se mostra bem pouco satisfeito com a venda de patentes. “Tudo o que era branco por pobre que seja digo que foce, trazia Patente do Gnr.^{al} de Mestre de Campo, de Capitaens, Tenentes, Alferes, Ajudantes, Furrieis, Sargentos e Cabos de Esquadra e estas patentes mandavão-se lhes entregar ao embarcarem na Ararituaba, e logo lhes fazia pagar o custo dellas, humas a des moedas, outros a oito, e outros atantas dobras, conforme o posto que na patente se declarava”, in *Anais do Senado da Câmara do Cuiabá*, cit., p. 66.

161 “Registro do Regimento que se faz para a tropa que sae a dar guerra ao gentio Payaguases. Posto de Ararataguaba aos trinta dias do mês de Agosto, 1733”, in Livro de registro das cartas expedidas. Governo Rodrigo Cesar de Menezes e Luiz de Mascarenhas. APEMT, Manuscrito – Livro – C – 02.

A ação acima descrita foi considerada um sucesso. Chegou-se a declarar que o inimigo fora extinto. Mas dois anos depois, os Payaguás atacaram no distrito do Carandá em 19 de março de 1736. O reaparecimento dos Payaguás, em tão pouco tempo após sua propalada “extinção”, foi muito alardeado pelo ouvidor da vila do Cuiabá.

A valorização dada a tal episódio ajuda-nos a entender o conjunto de medidas políticas tomadas naquele ano. Entre as diferentes deliberações, resolveu-se abrir o caminho de terra para as minas de ouro de Goiás. Contudo, esta ligação era proibida por decreto real.

Os documentos analisados indicam que as autoridades da vila usaram os ataques dos Payaguás como a principal justificativa para encontrar atenuantes para a sua desobediência.

O primeiro é um *Auto Sumário* mandado tirar pelo ouvidor João Gonçalves Pereira, junto aos homens da monção atacada em 19 de março de 1736. Foram tomados nove depoimentos de reinóis que viviam de seus negócios e moravam no Cuiabá. Consta que o *Auto* deveria “averiguar as mortes e o roubo que o gentio Paiaguá fez...”. Oito dos inquiridos, todavia, incluíram em suas respostas que “pra siguranssa dos Quintos de Sua Magestade, ouro de partes, e brevidade das remessas e utelidade do comerssio he munto util abriresse Caminho destas minas para as dos Goyazes”¹⁶².

O segundo documento é composto por seis Juntas convocadas na vila do Cuiabá entre os meses de março a maio de 1736. Em todas elas, tentou mostrar-se como seria importante para a preservação daquelas minas a abertura do caminho “destas minas para as dos Goyazes”. O argumento central era o perigo representado pelos ataques dos Payaguás.

Interessa-nos ressaltar que as cópias destas Juntas só seriam encaminhadas pelo ouvidor ao rei e ao governador da capitania em outubro¹⁶³. Parece-nos que tal demora não significaria falta de oportunidade, nem tão-pouco negligência, apesar de o *Auto Sumário*, concluído depois das Juntas, ter sido despachado para Lisboa e São Paulo, cabeça da capitania, ainda em junho daquele mesmo ano.

Considerando que a deliberação para abrir o dito caminho para as minas de Goiás e a montagem da bandeira que deveria efetua-lo ocorreram nos meses de maio e junho, respectivamente, entendemos que o “cuidado” do ouvidor e do senado da

162 “Auto (treslado) sumário que mandou fazer o Ouvidor João Gonçalves Pereira para averiguar as mortes e roubos que o gentio Paiaguá fez na última tropa que chegou ao povoado.” Vila de Cuiabá, 12 de Abril de 1736, A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 84.

163 Carta do Ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] em que remete a cópia dos autos de Junta acerca da conservação ou demolição dos engenhos, o comércio com o gentio Paiaguá (sic) [Guaykuru], a guerra com o gentio [Payaguá], a abertura do caminho para Goiás, e o ajuste que se fez com o Capitão António Pinho de Azevedo para ir abrir o caminho para Goiás. Anexo 6 autos. Vila de Cuiabá, 7 de Outubro de 1736, A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 89.

Câmara da Vila em tardar o envio das deliberações das Juntas assegurava que uma proibição exarada de São Paulo ou de Lisboa chegaria ao Cuiabá depois do fato consumado. Ao evocar o perigo representado pelos Payaguás, a insegurança que seus ataques geravam, e sobretudo a perda que isso significava para a arrecadação dos quintos da coroa, os moradores, governo e administração das minas do Cuiabá procuravam atenuantes para a sua desobediência.

Resta-nos, ainda, demonstrar como as declarações de “guerra justa” poderiam beneficiar os homens que viviam do descimento de índios do sertão. É fato que havia as leis gerais de 1609, 1611, 1688 e 1707 que proibiam e disciplinavam o cativo dos índios do Brasil, as quais eram conhecidas dos sertanistas. Mas como os índios eram indispensáveis enquanto mão de obra, criavam-se subterfúgios que justificassem o cativo ou a possibilidade de mantê-los cativos, através da figura do “administrador”. Para não incorrer em desobediência às ordens emanadas da coroa, a sociedade colonial manipulava as leis. Parece-nos que estas “interpretações livres” da legislação eram facilitadas pelas “brechas” que as diversas provisões, os regimentos e os bandos, que dispunham sobre os casos que requeriam urgência, abriam ¹⁶⁴.

Voltemos ao caso da “guerra justa” declarada aos Payaguás, Guaykurus, Kaiapós e seus confederados e, para tanto, analisamos, com mais pormenor, as duas Provisões Régias de 1728 e 1732, bem como o Regimento para se fazer a guerra aos Payaguás, de 1733. Queremos, ainda, evocar e refletir sobre as deliberações de duas Juntas: a primeira realizada na vila de Santos, em 26 de julho de 1730, e a segunda, no Cuiabá, em 6 de março de 1736.

Em 1º de setembro de 1737, o ouvidor João Gonçalves Pereira recebeu a notícia de que o capitão Antônio de Pinho Azevedo retornara com sucesso da abertura do caminho para Goiás. Antônio de Pinho, ao abrir o citado caminho, fizera muitas presas entre os Bororos. Ao chegar à Vila Boa de Goiás, encontrou o conde de Sarzedas, governador da capitania, que ali estava em diligências. Diante da inesperada novidade, o sertanista tratou de esclarecer ao governador os motivos do cativo dos índios e, ao assim proceder, os registrou como se escravos fossem, o que lhe facultava deles dispor da forma costumeira.

Entre as explicativas que Antônio de Pinho deu, a mais contundente foi a de serem os Bororos confederados com os Cayapós. Como a coroa havia autorizado *guerra justa* aos Payaguás, Guaykurus e Cayapós desde 1728/32, confirmada pelo Regimento de 1733, tal suposta aliança justificaria o aprisionamento dos Bororos. Com esse argumento,

¹⁶⁴ Para uma reflexão preliminar da legislação sobre os índios no período colonial e as interpretações que podia estar sujeita ver: Beatriz Perrone-Moisés, “Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”, in Manuela Carneiro da Cunha (org.), *Historia dos Índios no Brasil*, cit., pp. 115 a 132.

o sertanista conseguiu do governador a emissão de um bando em que se confirmava a guerra e o cativo de todas as “nações de índios confederadas aos Cayapós”.

O que sertanista se esqueceu de dizer ao seu governador foi que, uma Junta formada na Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, da qual ele participava, tinha deliberado que...

“... e pello que respeita ao gentio Bororo dos Morros como tenham sesado as suas ostelidades e seja **gentio que por hora nos não faz mal com força de armas** (...) e andem actualmente algumas bandeiras na conquista do dito gentio **que vay emtrando de pás sem força de Armas acharam e asentarão que por hora não convinha fazerçelhe guerra**”¹⁶⁵ (grifos nossos).

Apesar da explícita decisão dos homens bons do Cuiabá de suspender a guerra aos Bororos, ela seria ignorada por um de seus membros mais relevantes. No caso em análise, não há sombra de dúvidas que a “brecha” permitida pela Provisão Régia foi decisiva para justificar o cativo dos Bororos. Mesmo o capitão Antonio Pinho de Azevedo, partícipe da deliberação tomada pelo senado da Câmara do Cuiabá, não hesitou diante da oportunidade de “legalizar” o cativo dos índios que desceu. Como veremos no capítulo 06, tal manobra lhe valeria a “inimizade” temporária do seu aliado, o ouvidor das minas do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, em outras manobras para ludibriar a coroa.

Ao propormos reler as fontes sobre os Guaykurus e Payaguás foi nossa intenção apresentar uma reflexão sobre as conquistas luso-brasileiras no alto curso do rio Paraguai, de uma perspectiva em que as tensões e as estratégias de sobrevivência fossem valorizadas. Defendemos que tal espaço pode ser entendido como privilegiado a partir da diversidade das experiências humanas que comportava e não por ser palco de disputas territoriais travadas pelos súditos da coroa portuguesa ou espanhola.

Por fim, contrariamente às abordagens contemporâneas, não acreditamos que existiu ali *um delicado equilíbrio de territorialidades*, rompido pelos conquistadores. Tal leitura denota um completo desconhecimento da *humanidade* dos povos ameríndios ¹⁶⁶. As territorialidades dependiam do poder bélico e das alianças das forças litigantes. Os povos indígenas que conviviam nas bacias dos rios Paraná/Paraguai disputavam espaços de áreas produtivas, de caça, pesca ou coleta de frutos, que lhes possibilitavam melhor sobreviver.

165 Vejam-se: “Cópia do auto da junta realizada em Cuiabá sobre a guerra com os índios Paiaguá, Vila de Cuiabá, 6-3-1736, [Anexo 3º], in Carta do Ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] em que remete a cópia dos autos de Junta acerca da conservação ou demolição dos engenhos... cit. Vila de Cuiabá, 7 de Outubro de 1736, A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 89.

166 Thereza Martha B. Presotti, *Na Trilha das Águas: Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII)*, Tese de Doutorado apresentada ao PPGHIS, UNB, Brasília, 2008, p. 84.

Tais contendias geravam sentimentos de vingança e guerras constantes. Na luta, a morte e o cativo dos vencidos era uma prática comum. A presença de ibero-americanos viria a agravar uma situação que por si já era de muitos conflitos. Pensamos que estes fatores nos ajudam a entender as muitas estratégias postas em prática por conquistados e conquistadores no lento exercício de realização das conquistas.

Da diversidade onde se constituíram poucas *nações*

No Brasil, os historiadores que escreveram sobre a ocupação do vale do rio Paraguai pelos súditos das coroas ibéricas ao longo dos séculos XVII e XVIII limitam a existência histórica de Payaguás e Guaykurus a partir dos setecentos. Outra característica é a de que dedicaram seus esforços de análise a um reduzido número de populações indígenas. Para além dos citados Payaguás e Guaykurus, destacam também: os Guatós, Guanás, Bororos, Parecis, Kayapós e Chiquitos, tal qual aparecem na documentação.

A fonte mais referida são os escritos de Barbosa de Sá. Apesar deste autor ter notado que existiam ali tantas “nações que não cabe na memória”, deve-se salientar que, até à presente data, elas ainda não foram objeto de investigação acurada.

As abordagens históricas sobre as populações indígenas inscritas naquele espaço circunscrevem-nas a territórios tal como foram definidos no século XIX, quando se constituíram os Estados nacionais independentes sul-americanos. Acreditamos, todavia, que tal questão pouco tem a ver com a compreensão de território que defendem, mas antes com o espaço. Ou seja, uma das limitações está no modo como os historiadores pensam o espaço e tentam encaixar nesses espaços o que muitos deles agora chamam de etnias. Não se apercebem de que havia uma sobreposição de territórios e de fronteiras porque havia também uma pluralidade de territórios e fronteiras: as ameríndias, as coloniais e depois nacionais.

Bastante elucidativa dessa confusão entre espaço e território, que limitam as territorialidades ameríndias às dos Estados-nações sul-americanos, é a releitura que se vem fazendo sobre os Guaykurus. Vejamos um exemplo:

Pretendemos demonstrar que a destruição das alianças indígenas (em especial a aliança Guaicuru/Guana) e o estabelecimento das alianças entre portugueses e indígenas foi fundamental para a construção do Estado-Nacional no Brasil. Assim, os índios Guaicuru e Guana (incluindo-se neles os subgrupos remanescentes, como os Kadiweu e os Terena) enquanto grupos

subalternizados, desempenharam um papel fundamental na história da formação do Estado-Nacional no Brasil ¹⁶⁷.

Talvez não seja fortuito que Andrey Cordeiro Ferreira, em suas investigações, tal como se verifica com a maioria dos estudos realizados no Brasil sobre o espaço que tratamos, prefira iniciar suas reflexões partindo do período imediatamente posterior a 1770. Ao mesmo tempo, parte de uma assertiva da documentação portuguesa, reiterada pela historiografia desde meados do século XIX, de que existiu uma aliança entre os Payaguás e Guaykurus que teria impedido a ocupação do Pantanal pelos súditos das coroas de Portugal e Espanha até final dos setecentos.

Consideramos, contudo tal premissa passível de uma reflexão diferente. Com raras exceções, historiadores e antropólogos têm abordado as histórias dos distintos povos indígenas e dos contatos com ibero-americanos a partir de uma perspectiva limitada pelas fronteiras dos países constituídos nos oitocentos ¹⁶⁸. Por conseguinte, pouco interessa o que teria passado no país vizinho. Desta feita, quase sempre, ignoram-se as continuidades/descontinuidades das territorialidades ameríndias por uma questão de (de)formação condicionada pelas fronteiras dos Estados nacionais traçadas desde meados do século XIX.

Assim, os estudos sobre os povos ameríndios são olhares que não permitem ver e, portanto, compreender as territorialidades desorganizadas, ao longo dos cinco séculos que dura a conquista da América. Dessa perspectiva, as territorialidades que se sucederam, foram reordenadas e desapareceram entre fins dos seiscentos e a primeira metade dos setecentos são ignoradas. É como se, antes de se formarem as nações independentes das monarquias ibéricas, existissem índios brasileiros, paraguaio e bolivianos, etc.

Mas, para além dos grupos indicados que receberam atenção de investigadores, haveria outros? Quem eram? Onde viviam? Desapareceram? Que vestígios deixaram? Numa tentativa de procurar respostas a essas e outras indagações, fomos encontrar esparsos dados nos relatos de viajantes ou exploradores desde o século XVI até fins dos setecentos. Documentos exarados por funcionários de governo e da administração das coroas conquistadoras. Relatos, denúncias e histórias escritas por jesuítas.

167 Andrey Cordeiro Ferreira, “Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Gaucuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX”, cit., p. 98.

168 Devemos informar que há análises sobre o povo conhecido como Chiquitos que procuraram fugir das armadilhas de estudá-los como índios bolivianos ou brasileiros e os apresentam como dispersos por uma territorialidade hoje reconhecida como em partes de Bolívia e Brasil. Ver: José Eduardo F. Moreira da Costa, *A coroa do mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano*, cit.; e Roberto Tomichá Charupá, *La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos, en Bolívia (1691-1767)*, cit..

Como identificar e localizar espacialmente povos indígenas que aparentemente desapareceram? As fontes, quanto mais recuadas no tempo, apresentam uma maior profusão de nomes. Parece-nos que os jesuítas, após convívio e observação dos grupos ameríndios, foram os que começaram a estabelecer critérios para identificá-los. Ainda que não tenham sistematizado regras, distinguem-nos em alguns relatos como *nação*, composta por *parcialidades* vivendo em um ou mais *país(es)*.

Relembremos como no século XVIII o padre Pedro Lozano se refere aos Guaykurus. “Componese de tres parcialidades esta Nación, y si bien usan todas un mismo idioma, visten un proprio trage, y observan el proprio modo de vida, ritos, y costumbres”. Ou seja, uma nação dividir-se-ia em parcialidades, e o que os definiria como nação era possuírem o mesmo idioma, modo de vida, ritos e costumes. O fato de esses grupos, eventualmente, fazerem guerras entre si não era impeditivo para que fossem identificados como pertencentes a uma mesma nação. Em outras palavras, parece que, naquele tempo, a ideia de nação não estava vinculada à ideia de território, mas a comportamentos identitários de grupos.

Os conquistadores espanhóis leigos, ainda no século XVI, chamavam de *nação* a todos os grupos cuja língua percebiam como distinta ; e o território onde se encontravam de *país*. Também a opinião dos índios aliados, que talvez nem entendesse muito o que lhes estavam perguntando, era considerada e influía na identificação das distintas *nações*.

É fato demonstrado que a maioria dos povos conquistados pelos espanhóis na bacia dos rios Paraguai e Paraná foram nominados em função dos epítetos que lhes davam os Guaranis aliados. Dois séculos depois de iniciadas as conquistas, Félix de Azara, em fins dos setecentos, chamava a atenção para tal fato. Ao descrever os Guanás, alertava:

Además reconocen en esta nación ocho hordas diferentes, llamadas layana, ethelonoé o quinquinao, chabaraná o choroaná, o tchoaladi, caynaconé, nigotisubué, yunaeno, tay y yamoco. Tales son los nombres que les dan los indios salvajes... **y se le pregunta si se trata de naciones diferentes, ellos dirán que sí porque no saben lo que es una nación y creen que cada horda forma una nación distinta**¹⁶⁹ (grifos nossos).

169 D. Félix de Azara, *Viajes por la América Meridional*, Madrid, cit., tomo II, pp.53 e 54. Sobre este autor, sua formação ilustrada e o conhecimento científico que produziu sobre o Paraguai ver: Julio Rafael Contreras Roqué, *Félix de Azara su vida y su época*, Tomo I “La Forja de un ilustrado altoaragonés (1742-1781)”, Diputación de Huesca, Zaragoza, 2011; Alvaro Mones, & Miguel A. Klappenbach, *Un ilustrado aragonés en el virreinato del Río de la Plata, Félix de Azara (1742-1821): estudios sobre su vida, su obra y su pensamiento*, Montevideo: Museo Nacional de Historia Natural de Montevideo, 1997, volumen. VI; Augusto Ocampos Caballero, *La conquista científica de Azara en el Paraguay su fascinación y respeto hacia la naturaleza*, Huesca: Instituto de Estudios Altoaragoneses, 1999.

Nós também, assim como *los indios salvagens*, temos dificuldades em distinguir o que os homens dos séculos XVII e XVIII chamavam de *nação* no contexto das conquistas na América. Talvez a multiplicidade e as distintas denominações dos povos americanos nos levem a indefinições e exageros. É fato que, do ponto de vista demográfico, esta conquista foi um genocídio. Entretanto, em que pesem aos estudos realizados, não sabemos com clareza que povos ou *nações* foram exterminados.

Félix de Azara, numa fase já bastante tardia das conquistas, e à luz do pensamento ilustrado, define assim o termo...

Llamaré nación a toda reunión de indios que se consideren ellos mismos como formando una sola y misma nación y que tiene el mismo espíritu, las mismas formas, las mismas costumbres y la misma lengua. Poco importa que se componga de pocos o muchos individuos, porque éste no es carácter nacional. Advierto aún que cuando marque los lugares habitados por estas naciones no se debe creer que sean estables, sino sólo que el paraje designado es como el centro del país que habitan... Prevengo, por fin, que cuando diga que la lengua de una nación es diferente de la otra debe entenderse que esta diferencia es al menos tan grande como entre el inglés o el alemán y el español, de manera que no hay una solo palabra en que se parezca la una a la otra ¹⁷⁰.

Desta e de outras reflexões se depreende que, quando os espanhóis se referiam a um grupo como *nação*, pressupunham identificar algumas características comuns fundamentais.

Entretanto, raramente nos colocamos a questão de pensarmos como os diferentes povos indígenas que se percebiam distintos de seus vizinhos e, muito mais dos europeus, reconheciam-se e reconheciam o outro, o diferente. Por exemplo, para Félix de Azara a *nação* dos Guanás era composta por *ocho hordas diferentes*. Mas será que os próprios Guanás se percebiam como uma unidade composta por oito *hordas*, uma vez que cada um se autodenominava de forma própria? Haveria para o povo que os europeus chamavam de Guaná signos identitários que faziam com que cada uma das tais *hordas* se sentisse parte de um todo? Como se percebiam e se identificavam e qual seria sua marca distintiva perante os muitos outros, em especial aqueles grupos de Guaykurus que os submetiam? Nosso olhar “civilizador” os homogeneizou e lhes conferiu identidades com base em signos europeus e, assim, seguimos ao longo de cinco séculos.

170 D. Félix de Azara, *Viajes por la América Meridional*, tomo II, cit., pp. 2 e 3.

Um fato que importa destacar é que os grupos constituintes dessas *nações* muitas vezes faziam guerras entre si, ainda que se soubessem parentes. Mas faziam também alianças temporárias contra um inimigo comum.

Finalmente, queremos reforçar a ideia de que havia critérios para o uso e emprego do termo *nação*. O fato de os europeus terem nomeado um determinado povo como nação composta de vários grupos sem unidade política, administrativa e territorial leva-nos a supor que o termo nação tinha, naquela época, um sentido bem diverso do que passou a ter desde meados dos oitocentos ¹⁷¹.

Outro ponto a ser mencionado é que reconhecê-los como nações, tentar dominá-los, cooptá-los e fazer deles aliados, assinar ou acertar verbalmente, em nome dos reis ibéricos, acordos de paz e vassalagem indica que os europeus tinham consciência de serem conquistadores. Guardadas as especificidades das muitas e distintas estratégias adotadas por espanhóis e portugueses, por laicos e religiosos nas conquistas, o lugar em que o conquistador se colocava era o de portador de uma civilização superior. O discurso que informa as fontes é o da salvação, redenção e civilização de povos referidos como *bárbaros e inféis*.

Mesmo homens rudes e acostumados às lides no sertão, como um Pascoal Moreira Cabral, descobridor das minas do Cuiabá, ao escrever a seu rei, acreditava-se digno de receber mercês por ter conquistado *reynos de gentios* para o grêmio da igreja e vassalos para Sua Majestade. Da perspectiva dos religiosos são arquétipos cabais as ações dos jesuítas. Não são poucos os exemplos em que a resistência indígena, ou os insucessos de alguma empreitada, eram atribuídos a *las trazas de Satanás*, reconhecido este como o principal inimigo da Companhia de Jesus na catequese dos nativos das Índias de Castela ¹⁷².

A conquista dos distintos grupos humanos que compunham a população da América pressupôs um longo aprendizado, ao mesmo tempo que requereu muitas estratégias e justificativas. Cada qual orientou suas ações do modo como pode ou como foi possível. A ambição pelos metais e pedras preciosas e por novas tecnologias pode ser uma chave que nos ajuda entender as relações ali travadas. Se de um lado, os europeus ansiavam por ouro, prata e pedras preciosas; de outro, as populações autóctones, não cobiçavam menos o ferro, as armas e as novas tecnologias trazidas pelo conquistador.

171 Para uma discussão sobre a evolução termo/conceito de nação ao longo dos séculos XIX e XX ver: Eric J. Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, cit..

172 Sobre o tema da demonização na América portuguesa ver: Laura de Mello e Souza, *Inferno Atlântico: Demonologia e colonização séculos XVI – XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993. Ver também, Ronald Raminelli, *Imagens da colonização: representação do índio de Caminha a Vieira*, São Paulo, Zahar, 1996.

A composição das alianças, as guerras e os acordos que se estabeleceram e foram desfeitos, permitiram diferentes arranjos entre europeus e indígenas na sociedade colonial. Em alguns casos, facilitou e, em outros, dificultou as conquistas. Ao longo do tempo, a historiografia que tratou de tal tema privilegiou distintos aspectos dessa conquista. Uma das abordagens de maior força foi aquela estruturada a partir da constatação da violência e da denúncia do extermínio da maioria das populações indígenas da América. Esta tese, muito em voga na segunda metade do século XX, foi construída a partir dos registros de massacres, guerras, epidemias, cativeiro, expropriação da terra e aculturação, ocorridos ao longo de quase quinhentos anos ¹⁷³.

A ênfase nos aspectos negativos da conquista é compreensível, na medida que se viviam no Brasil e na América Latina contextos de valorização da luta indígena pelo direito à terra. Como forma de enfrentamento e práxis política, o foco direcionou-se para os povos indígenas que, pela resistência, haviam sobrevivido enquanto grupo e que permaneciam com o existir físico e cultural ameaçados. Assim, os povos que haviam estabelecido alianças com os conquistadores foram menosprezados.

Hoje a crítica fundamental que se faz àquela abordagem é que ela cristaliza e reduz a imagem do índio a um passado distante. Seus defensores são também acusados de uma visão preconceituosa, na medida em que deixam transparecer que os índios cooptados seriam colaboradores da sociedade colonial. Daquela perspectiva, *um índio menos índio*. Os verdadeiros índios seriam os que viveram à margem da sociedade colonial, não integrados, no sertão, em “estado puro”. Segundo John M. Monteiro, para essas interpretações, fossem de historiadores ou antropólogos...

A esfera da sociabilidade nativa é aquela que está totalmente externa à esfera colonial, em parte porque o recurso da “projeção etnográfica” frequentemente isola a sociedade indígena no tempo e no espaço, mas também porque nas percepções marcadas pela perspectiva de aculturação, os índios assimilados ou integrados à sociedade que os envolve seriam, de alguma maneira, “menos” índios¹⁷⁴.

Nas últimas décadas do século passado surgiram novas demandas, e importantes parcelas de grupos indígenas que haviam sido incorporados à sociedade nacional voltaram a se reconhecer como tal e a exigir seu direito

173 Entre outros autores ver: Eduardo Bueno, “Genocídio de ontem e hoje”, in *Bartolomé de Las Casas, O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias*, 6ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1996, pp. 09-23; León-Portilla, Miguel, *A visão dos vencidos: a tragédia da conquista narrada pelos astecas*, Porto Alegre: L&PM, 1985; Tzvetan Todorov, *A conquista da América: a questão do outro*, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988; Edmundo O’gorman, *A invenção da América*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

174 John Manuel Monteiro, *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de história indígena e do indigenismo*, cit., pp. 4 e 5.

à terra. Dessa perspectiva, os estudos sobre os índios coloniais, em especial aqueles que, como estratégia de sobrevivência tinham se deixado cooptar, fizeram-se e fazem-se imprescindíveis¹⁷⁵.

Considerando o valor inegável destas distintas abordagens, defendemos que para refletirmos, com propriedade, sobre a tese dos povos indígenas como em vias de extinção, bem como sobre a tese que sustenta os estudos sobre o índio colonial, é necessário saber, antes de tudo, quem eram eles. Ao menos para o espaço-tempo que investigamos.

Voltemos, então, aos grupos indígenas que, no século XIX, foram identificados como circunscritos à espacialidade conhecida como sul da província de Mato Grosso. Tomando como referência os cursos médio e alto das bacias dos rios Paraná e Paraguai resolvemos, para uma melhor clareza expositiva, dividir esta área em quatro partes. Informamos que tal recorte espacial observa o fato de serem áreas de ação dos sertanistas de São Paulo e por constituírem microecossistemas distintos. Ressaltamos que não trataremos dos reordenamentos espaciais que se acentuaram desde os contatos com os europeus. Tentaremos apenas identificar os grupos encontrados.

Não cremos que seja muito difícil fazer um levantamento sistemático de quais foram os índios que os sertanistas raptaram das missões da Província Jesuítica do Paraguai¹⁷⁶, tampouco identificar a diversidade de *nações*, cultural e linguisticamente distintas, que lá se concentravam. Entretanto, as dificuldades acentuam-se, ao tratarmos de índios não reduzidos. Esses, quando aparecem referenciados nas fontes, ocupam um lugar ínfimo, negativo e pouco elucidativo.

Em primeiro lugar, consideraremos o planalto e as serras compreendidos entre a margem ocidental do rio Paraná e as serranias de Maracaju e Amambai. Quando se fundou Assunção, a faixa de terras entre os rios Paraná e Paraguai – até altura dos rios Mbotetê e Taquari ao norte – era povoada por muitos grupos Guaranis. Contudo, ao longo dos séculos XVI e XVII, a configuração humana ali existente foi bastante alterada.

Os relatos, tanto de colonos e autoridades quanto de jesuítas da coroa espanhola, dão conta que naquela região vivia parte dos chamados *Guaranís Montesés*. Desde 1625, são reiterados os pedidos dos moradores de *Jerez* – situada às margens do rio

175 Sobre os índios coloniais na historiografia ver: Maria Leônia Chaves de Rezende, *Gentis Brasíliaos. Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*, tese de Doutorado apresentada PPGHIS, UNICAMP, Campinas/SP, 2003; Maria Regina Celestino de Almeida, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, cit..

176 Para o caso específico das missões de Chiquitos ver: Roberto Tomichá Charupá, *La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos*, cit.

Mboteteú, mas já numa área de planalto – para se trasladarem de sítio. Os argumentos eram a insalubridade do clima e o perigo de índios inimigos. Se tomarmos em conta que, de Jerez para oeste, estava a missão dos Itatins com índios reduzidos, é lícito supor que entre os ditos inimigos estavam também os *Guaranís Monteses*.

Em 1678, quando a missão jesuítica do Itatim já havia sido despovoada, fosse pelos ataques de bandeirantes paulistas, fosse pelo de grupos *Guaikurú-Mbayá*, seguimos encontrando notícias de prováveis Guaranis naquela faixa constituída pelos rios Paraná/ Paraguai. Segundo o governador do Paraguai, D. Felipe R. Gorbálán, “en la barra del río Monday, sobre el del Paraná, en el distrito que fué de la Villa Rica del Espíritu Santo hay una población de indios bárbaros y cristianos prófugos”¹⁷⁷. A existência dos prófugos é explicável porque, se muitos índios aceitavam a evangelização, depois se arrependiam e voltavam a seus modos anteriores de viver. Isto não os impedia de, tempos depois, pedir nova catequese às reduções jesuíticas ou mesmo de outra ordem religiosa. O que pode ser traduzido como uma estratégia para conseguir bens metálicos, fugir das ameaças de sertanistas ou de antigos e conhecidos inimigos vizinhos ameríndios.

Em carta datada de 1678, o padre Nicolas del Techo, reitor do Colégio de Assunção, afirmava que recebera carta de frei Buenaventura de Villasboas, da Ordem de São Francisco, dando conta de que, a 70 léguas do *pueblo* de *Caazapa*, teria encontrado alguns caciques trajados como se fossem *guaicurús* mas que eram lavradores e falavam a língua dos guaranis¹⁷⁸. Em apenas 4 dias, teria sido visitado por 8 caciques com 182 índios. Todos se mostraram muito pacíficos, festejaram com seus modos costumeiros e lhes deram presentes como forma de demonstrar que desejavam ser cristãos e, para tanto, que o padre abrisse em seu território uma missão.

No mesmo ano ainda o bispo do Paraguai, Fray Faustino de Las Casas, direcionando ao rei uma súplica da parte dos jesuítas, arrolava entre seus argumentos: “que en los montes del Paraná de su Obispado, los Caaiguas han pedido padres para que les hagan pueblos y les doctrinen, y pocos días ha **los tupíes** llegaron à Caazapa, doctrina de franciscanos, á pedir lo mismo”¹⁷⁹. As autoridades em Assunção atribuíam essas solicitações dos indígenas aos jesuítas a uma derrota infringida aos Guaykurus. De

177 “Auto exhortatorio del Gobernador del Paraguay, D. Felipe Rexe Gorbálán, al P. Nicolás del Techo, de la Compañía de Jesús, Rector del Colegio de la Asunción. Asunción, 22 de Marzo de 1678”, in Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay...*, Tomo III, cit., pp. 154 e 155.

178 “Exhortatorio dirigido por D. Felipe Rexe Gorbálán, al P. Nicolás del Techo, de la Compañía de Jesús, Rector del Colegio de la Asunción. Asunción, 29 de Marzo de 1678”, in Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay...*, Tomo III, cit., pp. 155 a 157.

179 “Informe que hace a S.M. el Obispo del Paraguay, Fray Faustino de las Casas. Asunción, 31 de Marzo de 1678”, in Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay...*, Tomo III, cit., pp. 157 a 158.

nossa parte, percebemos-nas mais em decorrência da fundação de um arraial de paulistas na antiga povoação de *Jerez* ¹⁸⁰, como demonstraremos no próximo capítulo.

A leitura das fontes e a literatura recente sobre os Guaranis leva-nos a crer que os chamados *Guaranís Monteses* são parte do grupo hoje conhecido como Guaranis-Mbyás. Já um antigo estudo de Paul Ehrenreich nos informava que, “no baixo e médio Paraná devem chamar-se Tupis puro os Cainguas ou Cayuas” ¹⁸¹ (que talvez sejam os Tupis acima referidos por frei Faustino de Las Casas). Entendemos que, nos espaços que vimos tratando, viviam pequenos grupos que, nos séculos XVII e XVIII, não aceitaram alianças, seja com jesuítas ou *hispanocriollos*. Como estratégias de sobrevivência optaram por habitar numa área de terras férteis, mas montuosa e de difícil acesso para os caçadores de índios e onde praticavam a agricultura, a coleta e a caça de pequenos animais ¹⁸².

Branislava Susnik insiste em informar que dois grupos constituintes do povo Eyiguayegi-Mbayá-Guaycurúes, os Apacachodegodegis e os Eyibegodegis, tinham entre seus cativos os *Caaynguás-Monteses* e *los Guaraníes Montes*. Há indícios de que, eventualmente, pequenos grupos eram descidos pelos sertanistas de São Paulo. Em 1679, o padre Cristóbal de Altamirano informa sobre a atividade de três bandeiras que transitavam pelos rios Paraguai e Paraná, recolhendo os *infíeis* de suas margens – a notícia lhes chegou através de índios não reduzidos que pediram aos seus espias para serem levados até aos jesuítas por temerem os sertanistas ¹⁸³.

A segunda área de concentração indígena ficava no pantanal do rio Paraguai. Desde sua margem oriental, os limites iam do rio Ipane ao sul até o Mbotetêú ao norte; a leste, as faldas da serra da Bodoquena. Entre fins do século XVI e meados dos seiscentos, foi território dos Guaranis-Itatins que aceitaram ser reduzidos em vários *pueblos* na missão jesuítica do mesmo nome. De 1630 a 1650, foram constantemente atacados pelas bandeiras saídas de São Paulo. Na sequência, sofreram incursões dos Mbayás-Guaykurus até que seus *pueblos* foram transferidos para local mais próximo de Assunção. Desde então, e por cerca de cem anos, aquele espaço pertenceria aos

180 Em 1676 e 1678 ocorreram dois episódios dramáticos para os moradores indígenas da província do Paraguai. A invasão de Vila Rica e dos pueblos de San Francisco de Ibirá Pariyara, Nuestra Señora de la Candelária, San Andrés de Mabarakayú e São Pedro de Terecañe, pela bandeira comandada por Francisco Pedrosos Xavier. Dois anos depois a fixação de uma base de apoio das incursões sertanistas de São Paulo nos campos próximo ao antigo povoado de *Jerez*.

181 Paul Ehrenreich, “A Ethnographia da América do Sul ao começar o século XX”, in *RIHGSP*, Volume XI, 1906, São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1907, pp. 280 a 305.

182 Em fins do século XVIII Félix Azara informava sobre de que modo os Guaranis não reduzidos viviam e acaba por referir como eles eram nominados. Em suas palavras: *En algunas tribus, que son hoy salvajes y que llaman generalmente caayguás, los hombres...* D. Félix de Azara, *Viajes por la América Meridional*, tomo II, cit., p. 39.

183 “Carta del P. Cristóbal de Altamirano, Superior de las Misiones del Paraná y Uruguay, al Gobernador de Buenos Aires, D. José de Garro. Doctrina de San Carlos, 6 de Noviembre de 1679”, in Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay...*, Tomo III, cit., pp. 247/48.

Eyiguayegi-Mbayá-Guaycurúes. Será que isso a tornava zona de menor interesse para os sertanistas de São Paulo? Não sabemos. Mas é fato que alguns registros jesuítas os apontam trafegando naquela espacialidade desde fins dos seiscentos.

Na margem ocidental do rio Paraguai, fica o Chaco, a terceira e mais estudada das quatro áreas que elegemos¹⁸⁴. Devemos reconhecer que, no entanto, foi a menos frequentada pelos paulistas. Desde o rio Pilcomayo, ao sul, até o riacho Yacare, ao norte, ocupavam-na grupos Eyiguayegi-Mbayá-Guaycurúes, e seus vassallos os Guanás-Chanés e os Naporus. Dos primeiros, Félix de Azara identificou os seguintes grupos: Layanas, Ethelonoés ou Quinquinaos, Chabaranás ou Choroanás ou Tchoaladis, Caynaconés, Nigotisubúes, Yunaenos, Tays e Yamocos¹⁸⁵. Além desses grupos, compartilhavam o território os Lenguas e os Payaguás, todos eles aguerridos na defesa de seus sistemas de vida e com vasta experiência de enfrentamento de espanhóis.

Pouco conhecida e menos frequentada até 1680, a quarta zona de condensação humana iniciava-se da barra do Mbotetê para cima, transpondo o lago de Xaraiés e, inflectindo para o poente, alcançava os formadores do rio Mamoré. Branislava Susnik localiza ali os seguintes grupos: Guasarapos, Guatós, Arataneses, Yacares, Sacocis, Xaqueses, Arianococis, Orejones, Perabazenes, Xarayes, Urtueses, Saravecas (no rio Paraguai e afluentes); Sirinos, Chiquitos, Otuquis, Gorgotoquis (estes vivendo às margens de rios formadores do Mamoré)¹⁸⁶. Mas os cremos em maior número.

Em relação às fontes, já foi dito que os paulistas não costumavam deixar relatos de suas passagens pelos sertões na faina de prear índios. Por outro lado, os moradores de Assunção, durante o século XVII e primeira metade dos setecentos, não passaram além do rio Manduvirá. Portanto, a partir desse ponto da narrativa, recorreremos às informações deixadas pelos jesuítas que trafegaram pela espacialidade de que tratamos.¹⁸⁷

Quando, em 1702, os jesuítas das reduções do Paraguai começaram a incursionar pelo alto curso do rio do mesmo nome, os sertanistas de São Paulo já o faziam desde 1680. Cursando os afluentes mais ocidentais do alto Paraguai, como o Jauru, entravam cerca de

184 Entre outros ver: Ludwig Kersten, *Las Tribus Indígenas del Gran Chaco Hasta Fines del Siglo XVIII. Una Contribución a la Etnografía Histórica de Sudamérica*, cit.; Beatriz Vitar, *Guerra y Misiones en la frontera Chaqueña del Tucumán (1700-1767)*, cit., 1997; Raúl Mandrini y Carlos D. Paz (compiladores), *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX un estudio comparativo*, Neuquén, Instituto de Estudios Históricos Regionales, Universidad Nacional del Sur, 2003.

185 No século XIX o Diretor Geral de Índios de Mato Grosso informava que *as quatro tribos de que se compõem esta nação eram os Terena, Kiniquinao, Echoaladi e Laiana* ver: Joaquim A. Ferreira, “Notícia sobre os índios de Matto-Grosso dada em officio de 2 de dezembro de 1848 ao ministro e secretário d’Estado dos Negócios do Imperio, pelo director geral dos índios da então Província”, in *O Archivo: Revista destinada à vulgarização de documentos geographicos e historicos do Estado de Matto-Grosso*, Cuiabá: [s. n.], a. 3, v. 2, 1905. pp. 79-96.

186 Branislava Susnik, *Los aborígenas del Paraguay III/1 – Etnohistória de los chaqueños 1650–1910*, cit;

187 Juan Patricio Fernandez, S. J., *Relación Historial de las Misiones de Indios Chiquitos que en el Paraguay tienen los Padres de la Compañía de Jesús*, cit.

oitenta léguas rumo oeste até alcançar os povos radicados nas margens dos rios Guapay e San Miguel – afluentes do Mamoré; o que corroboraria a preocupação e as denúncias dos jesuítas quanto ao diminuto número de habitantes ameríndios ali encontrados.

Isso significa também que as notícias sobre os povos indígenas que os jesuítas nos legaram são de um período tardio de suas conquistas e descimentos. Em carta sigilosa ao seu superior, o padre Ximenes alertava quão despovoadas se achavam aquelas paragens. Nas suas palavras, o *lenguara* Juan Manora assim se expressaria:

(Juan Manora)...se maravillaba ahora al ver tantos Pueblos destruidos, que él conoció, visitó y comunicó. Aquí en este Paraje, estuvieron tales, en este otro, de tal nación, en este los de esta, y así maravillado, dixome ardiente: padre esto todo está destruido, toda la gente se ha llevado el Portugués, no dexé yo esto como lo hallo ahora¹⁸⁸.

É bem verdade que o padre Ximenes era pouco entusiasta de fundar uma missão no alto Paraguai, ligando Chiquitos com as reduções do Paraná, de tal modo que seus informes podem minimizar o número das populações ali existentes. Ao mesmo tempo, não nos parece que os paulistas estivessem convencidos desse despovoamento.

Mais entusiasta, o padre J. Patricio Fernández reproduz em sua *Relación Historial de las Misiones de Indios Chiquitos* uma narrativa distinta daquela do padre Ximenes. Nele encontramos uma extensa lista com os nomes dos povos situados ao longo do rio Paraguai desde a boca do Mboteteú para cima. Vejamos.

POVOS INDÍGENAS RECONHECIDOS NA 2ª VIAGEM DE ABERTURA DA ROTA FLUVIAL ASSUNÇÃO – MISSÃO DE CHIQUITOS					
Povos da Margem Ocidental – Habitavam o Chaco		Povos da Margem Oriental – Habitavam o Pantanal			
Arianes	Curubinas	Tapaquis	Cubieches	Zurucas	Itapares
Lenguas	Coes	Payaguás	Chicaocas	Ayuceres	Cutaguas
Guaras	Guaresis	Guachicos	Coroyas	Cubies	Arabiras
Chibapucus	Jarayes	Itatines	Trequis	Xaimes	Quichiquichis
Ecanaquis	Caraberes	Aginis	Gucamas	Guañanis	Guannaguazus
Napiyuchus	Urutues	Sinemacás	Guatus	Curuaras	Guatoguazus
Guarayos	Guahones	Abiais	Mbiritis	Cuchipones	Nambiquas
Tapyminis	Mboyaras	Abaties	Eleves	Aripones	Jasintes
Ayguas	Paresis	Guithis	Cuchiais	Arapares	
Cunicanis		Tarayus	Imbues	Cutuares	

Fonte: Fernández, Patricio Juan, S.J., *Relación historial de las misiones de Chiquitos, que en el Paraguay tienen los Padres de la Compañía de Jesús*, cit., p. 192.

188 “Carta do Padre Ximenez ao Provincial da Companhia no Uruguai fazendo crítica do plano intentado com a viagem anterior”, in Jaime Cortesão, *Antecedentes do Tratado de Madrid (1703-1751)*, *Manuscritos da Coleção de Angelis VI*, cit., p.64 e 65.

Ao todo, elencou 58 grupos ou *nações*. O padre Juan Patricio esclarecia que a maior concentração de *nações* na margem oriental do rio Paraguai se explicaria por uma maior facilidade de defesa frente aos *mamaluco de San Pablo* e concluía seu raciocínio expressando sua preocupação sobre número de habitantes de cada nação.

Verdad es, que **estas naciones las más se reducen á dos ó tres Rancherías, otras á poco más de trescientas ó cuatrocientas almas** y otras también en mayor número, y se distinguen por la diferencia de las lenguas, porque todas tienen distinto idioma, ni se entienden entre sí, aunque vecinas y confinantes, porque ó son enemigas, ó no tienen comercio unas con otras¹⁸⁹ (grifos nossos).

Saber que os diversos grupos indígenas ali radicados se achavam diminuídos demograficamente talvez ajude a entender a facilidade que os padres encontraram para persuadi-los à catequese, pelo poder das palavras e pela força das armas. Ao verificarmos as cartas ânuas do Paraguai, relativas aos anos de 1730 a 1734, percebemos que se estabeleceu como prática na missão de Chiquitos, as saídas de expedições de catequese, compostas por um número de partícipes que variava entre cem a duzentos índios reduzidos, em busca de índios *infieis*. Tais ações ocorriam todos os anos nos meses de estio, entre julho a outubro (dependendo da vazante das águas dos pantanais).

Sobre os povos que foram agrupados pelos jesuítas junto à missão de Chiquitos, o padre Roberto Tomichá elenca, entre 1691 e 1709, os seguintes grupos: Boros, Cusicas, Penquis, Pequicas, Petas, Piñocas, Purasis, Quiviquicas, Suberecas, Tabicas, Tanipicas, Taus, Tubasis, Xamarus, todos Chiquito. Pertencentes a outros grupos, encontravam-se ali remanescentes de Guarayos, Curuminas, Curucanes, Qués (Coes) e Tapacuras¹⁹⁰.

De 1710 até 1720, ampliou-se a procura de refúgio junto aos jesuítas. De entre os Chiquitos, agregaram-se os Manasicas e dos demais povos: os Cozocas, Carabecas, Cúpies, Xarayes, Otuquis, Ecobares, Carerás, Betaminis, Aripuires, Lipis, Fedes, Morotocos, Cucutades, Tapis, Zinotecas, Japorotecas, Zamuco, Quiripecodes, Ugaraños, Paunacas, Napecas e Cosiricas. A diversificação de grupos não Chiquitos que aceitaram ir conviver nas reduções pode estar relacionada com o trânsito de paulistas pelo rio Paraguai e com o

189 Juan Patricio Fernandez, S. J., *Relación Historial de las Misiones de Indios Chiquitos que en el Paraguay tienen los Padres de la Compañía de Jesús*, cit., pp., 193 e 194.

190 Roberto Tomichá Charupá, *La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos*, cit. pp., 239 a 253.

medo que suas ações sempre infundiram nos índios. Entretanto, ao contrário do que pensávamos, apesar da descoberta do ouro e da fundação de arraiais de súditos da coroa portuguesa naquela espacialidade, não parece ter ocorrido um aumento das bandeiras ditas para *desinfestar* as minas, na direção dos Chiquitos, e sim na direção oposta.

À medida que o século XVIII avançava, houve um aumento na quantidade dos povos adventícios incorporados aos Chiquitos e, ao mesmo tempo, as referências a eles desapareceram. Os estudos de frei Roberto Charupá indicam o papel crucial desempenhado pela missão e também dá conta de nos apresentar um quadro bastante complexo dos grupos radicados entre o alto Paraguai e os afluentes da margem oriental do alto Mamoré e ocidental do alto Guaporé.

Ao esmiuçar o modo como se organizava o povo referido pelos *hispanocriollos* como Chiquitos e que mantiveram contato ou estiveram ao abrigo dos jesuítas, frei Roberto Charupá conclui o que segue. A língua dos Chiquitos constituía-se de quatro dialetos principais (Tao, Piñoco, Manasí e Penoqui). Era falada por 36 grupos (ou *parcialidades*) distintos que viviam distribuídos nas 11 reduções, fundadas entre 1690 e 1767, que abrigavam outros 42 grupos de *nações* de línguas diversas, fugidas do assédio dos colonos de Santa Cruz de la Sierra, de Assunção, do Cuiabá e do Mato Grosso.

Entre fins do século XVII e primeira metade dos setecentos, um conjunto de eventos veio reordenar a organização política e social que se ia construindo entre os grupos que estavam radicados no alto Paraguai. Por uma infeliz fatalidade, duas frentes distintas e dissociadas de colonizadores, uma de Santa Cruz de la Sierra e outra de São Paulo, começaram a mover-se em direção àqueles grupos. Trataremos no próximo capítulo, com mais vagar, da presença dos sertanistas de São Paulo naquele espaço.

CAPÍTULO 03

AS CONQUISTAS NOS RIOS PARAGUAI E CUIABÁ: ÍNDIOS, JESUÍTAS E BANDEIRANTES

As Bandeiras e a Cruz: europeus versus indígenas no alto Paraguai

Entre os anos de 1810 e 1817, foi editada em Londres a obra de Robert Southey intitulada *History of Brazil*. Em seis volumes, o trabalho resultava de uma longa investigação nos arquivos de Lisboa e Londres e da leitura de manuscritos comprados em livrarias portuguesas. Quarenta e cinco anos se passariam até que fosse traduzida para o português. Sua edição no Brasil data de 1862 e aconteceu num contexto radicalmente distinto do que justificara a sua publicação na Europa.

A obra não foi muito bem aceita pelos historiadores de então. Dentre os defeitos que a desqualificavam, estava o que consideramos uma virtude: relacionar a expansão portuguesa para oeste, durante o século XVIII, com as missões jesuíticas de Chiquitos e Mojos. Introduzir num livro sobre a história do Brasil um capítulo para discutir a ocupação do espaço fronteiriço, privilegiando outro espaço que não fosse apenas o da Colônia de Sacramento foi perspicaz. Mas, a historiografia brasileira fez ouvidos moucos às ideias ali apresentadas e à extensa investigação que suportava as conclusões do autor ¹⁹¹.

As conexões entre os bandeirantes, as missões jesuíticas de Chiquitos e Mojos, a descoberta de ouro no vale do Cuiabá e Guaporé, a resistência/dominação indígena e, finalmente, as disputas territoriais e humanas entre as monarquias ibéricas naquelas fronteiras só muito lateralmente aparecem na historiografia brasileira. Isto não significa dizer que dita espacialidade estivesse ausente das reflexões de historiadores como Adolfo Varnhagen, Capistrano de Abreu e Basílio de Magalhães, por exemplo. Eles apenas não fizeram as conexões entre os eventos. Era como se as linhas limítrofes traçadas para as fronteiras entre os países sul-americanos fossem barreiras intransponíveis.

Para Southey, que escreveu quando estava em curso a independência das colônias sul-americanas, entender aquele espaço como pertencente a monarquias distintas, mas interligado, talvez não implicasse escolhas ideológicas.

Já não se pode dizer o mesmo dos homens indicados para escrever a história de um Brasil independente. Antes de mais, havia a necessidade de o Brasil se autoafirmar como nação. Num espaço de formação de Estados nacionais, as disputas

¹⁹¹ Um estudo pioneiro sobre a tal obra é o de Maria Odila Leita da Silva Dias, *O fardo do homem branco: Robert Southey, historiador do Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional, 1974 (Coleção Brasileira, 344).

fronteiriças fizeram com que o *outro*, o adversário potencial, fosse cada um e todos os países vizinhos, de língua hispânica. Naquela conjuntura, era conveniente buscar rupturas e não conexões com as nações limítrofes.

Assim, os historiógrafos do século XIX, selecionaram uns poucos eventos que ressaltariam características que positivavam as ações dos homens partícipes das conquistas sul-americanas. Com o passar dos anos, tais eventos se transformaram em verdades. Um exemplo: absolutamente todos os historiadores que trataram das descobertas e *do sofrido viver nas minas do Cuiabá* são unânimes em afirmar que existiu uma aliança entre Payaguá e Guaykuru que quase impediu a constituição daquelas conquistas. Alguns autores conseguiram precisar seu início em 1719 e a sua duração passaria de sessenta anos. Seu mérito se traduziria em evitar a expansão paraguaia no lugar que ficou conhecido como sul da capitania Mato Grosso.

Essa suposta aliança, sobre a qual não temos clareza, mas apenas referências pouco convincentes, como demonstramos no capítulo 2, foi muito útil para justificar e positivar a força, pertinácia e heroicidade dos homens do Cuiabá partícipes daquelas conquistas. Simbolicamente, a ruptura entre Payaguás e Guaykurus, ocorrida em 1769, e as escolhas que os Payaguás, “aliados” aos paraguaios em 1740 e 1790, e os Guaykurus, “aliados” do Brasil desde 1791, fizeram representariam as escolhas de todos os outros povos indígenas – que não receberam atenção daquela historiografia.

Os estudos sobre as bandeiras paulistas que incursionaram naquela espacialidade comungam do mesmo viés ideológico acima indicado. De modo geral, as bandeiras são apresentadas como pontas de lança da *expansão territorial do Brasil Colonial*. O Mato Grosso seria então a conquista mais distante na frente oeste ou ocidental da América portuguesa. As ações de mais de um século de bandeirantes e de seus descendentes, que perseveraram nos descobertos de ouro do Cuiabá e Mato Grosso, teriam barrado o avanço espanhol rumo aos vales dos rios Paraguai e Guaporé.

As bandeiras são um fato. O que se pode discutir é o modo como as mesmas são representadas pela historiografia ¹⁹². No presente caso, interessa-nos averiguar o impacto que podem ter causado junto às populações indígenas radicadas na bacia dos rios Paraná e Paraguai. E, também, demonstrar que tipo de inquietações traziam aos governantes e jesuítas da província do Paraguai.

192 Um estudo sobre “como a figura do bandeirante foi representada na escrita de Virgílio Corrêa Filho e na poesia de Dom Aquino, visando, sobretudo, a contribuir para o entendimento acerca de como este personagem histórico, na perspectiva destes dois autores, influenciou na formação da identidade mato-grossense” é o de Ana Cláudia Marques Pacheco, *As Representações sobre o Bandeirante: heroísmo e civilização na tentativa de formação da identidade mato-grossense (1922 – 1946)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2008, p. 9.

Entre 1670 e 1720, bandeiras saídas das vilas de Sorocaba, Itu e Parnaíba buscavam os rios Paraná e Paraguai¹⁹³. Ainda que a navegação do rio Tietê já fosse utilizada, preferia-se a rota Paranapanema / Paraná. Esse caminho era, em parte, o mesmo que ligava os guaranis do interior aos tupis do litoral, antes de os europeus chegarem à América. No século XVII, foi o mais usado. Por ele, os paulistas foram comerciar em Assunção do Paraguai nas décadas iniciais daquela centúria¹⁹⁴. Também por ele, as bandeiras paulistas alcançaram e atacaram as missões do Guairá e Itatins, reduções de povos guaranis.

Um dos episódios celebrados pelos historiógrafos das bandeiras foi a fundação, por volta de 1678, de um arraial nas proximidades das ruínas da povoação hispânica denominada *Jerez*. Nas palavras de Affonso de Taunay “Assim durante uns trinta annos mantiveram-se os paulistas entrincheirados na antiga Xerez e foi isto que provavelmente lhes permitiu avanço para o norte, a conquista de Cuiabá e a definitiva barragem das pretensões hespanholas para o lado septentrional da bacia do Paraguai”¹⁹⁵. Na verdade, discordamos desta última assertiva do autor. Já demonstramos que se alguém barrou o avanço espanhol no vale do rio Paraguai foram os povos indígenas.

Já as hipóteses levantadas pelo Cônego Castanho de Almeida são as de que, instalados às margens do rio Mbotetê e não distantes das serras de Amambai, os paulistas buscavam escravizar gentios e contrabandear com os vizinhos hispânicos. Este autor fia-se em dois documentos: uma solicitação dos moradores de Sorocaba ao rei de Portugal, D. Pedro II, datada de 1688, para entrar na Vacaria – que foi negada, mas nunca obedecida; e um papel anônimo, com data de 27 de Outubro de 1694, que subiu ao Conselho Ultramarino sobre “as conveniências de fundar-se povoação no

193 Segundo João Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, a posição geográfica favorável teria “facilitado” ou atraído os homens do planalto de Piratininga para o sertão. O rio Tietê – levava às bacias do Paraná e do Paraguai; o rio Paraíba apontava o caminho para o norte; Para o sul os vastos descampados facilitam a exploração; a Este apenas uma vereda, fácil de obstruir, estabelecia ligações com o litoral; finalmente o clima naquela altitude favoreceu uma lavoura muito parecida com a da península [Ibérica]. Diferente de seus contemporâneos, Capistrano, atribuiu ao meio e não ao heroísmo a expansão dos sertanistas de São Paulo e, em suas palavras: *Ao contrário o meio agiu como evaporador: os paulistas lançaram-se a bandeirantes* (p. 113).

194 Para entender o tráfego de pessoas e as relações entre as capitânias de São Vicente e os moradores do Paraguai ver: Sérgio Buarque de Holanda, “Expansão Paulista em fins do século XVI e princípios do século XVII”, *Seminário de estudos das fontes primárias para a História de São Paulo no século XVI*, Publicações do Instituto de Administração, São Paulo, 1948. Sobre os roteiros em uso em fins do século XVII ver também: “Notícias utilíssimas à coroa de Portugal e suas conquistas”. Apud, “Inventário dos documentos referentes ao Brasil no Archivo da Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida”, in *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Volume XXXIX, Rio de Janeiro, Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1921, pp. 223/24. O estudo mais recente que trata desta ligação é o de José Carlos Vilardaga, *São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*, cit.

195 Affonso de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, Tomo Quarto, cit, p. 50.

sítio já conhecido dos Paulistas, entre o Paraná e o Paraguai, para completar a recente fundação da Colônia do Sacramento”¹⁹⁶.

Desconfiamos de que tal sítio, *conhecido como dos paulistas*, localizava-se num rio afluente do Paraná que os paraguaios chamavam de Yaguary. Quanto ao contrabando, não há como comprová-lo ou negá-lo. No Archivo de Índias, localizamos um conjunto significativo de documentos que tratam da presença incômoda dos paulistas que haviam se fixado nas proximidades *de la antigua ciudad de Jerez* desde 1679. Na perspectiva das autoridades civis hispânicas, tanto em Assunção como em Madrid, havia o medo de que tais sertanistas pudessem dar as mãos aos portugueses da Colônia de Sacramento e, assim, “usurpar” amplos territórios ditos de Espanha em América.

Essa mesma documentação nos permite afirmar que, até as primeiras décadas do século XVIII, os espanhóis tinham clareza de que os limites entre as duas coroas ibéricas no vale do rio Paraguai eram as Serras de Amambai e Maracaju e não o rio Paraguai, como ficou depois ajustado pelo Tratado de 1750. Vejamos um dos muitos exemplos.

El Conde de Castellar siendo Virrey del Perú en carta de 13 de Diciembre del año pasado de 1676 dio cuenta a V.M^d. de que **los portugueses del Brasil, llamados comúnmente mamalucos que habitan la Villa de San Pablo, tan vecina a la Provincia del Paraguay que una Cordillera sola las divide**, tuvieron siempre por costumbre el pasarla con número de gente e prevención de armas, para apresar Indios, y llevarlos a sus haciendas, y servirse de ellos como de esclavos,¹⁹⁷ (grifos nossos).

São inúmeros os exemplos que denotam a preocupação das autoridades hispânicas em patrulhar as terras entre a margem oriental do rio Paraguai e as citadas serranias de Maracaju e Amambai. Assim, já em carta datada de 1682, o governador do Paraguai D. Juan Diez de Andino alertava Sua Majestade que,

... unos Portugueses, por la via de San Pablo, dieron noticia de que los del Brasil, se poblavan, ó, intentavan poblar, en el sitio, donde estuvo la Ciudad de Jerez, por haber en las Campañas de aquel territorio mucho ganado Bacuno, y había despachado una escuadra de soldados y indios con 60 cavallos al reconocer, si era cierta la dhta población procurando traer el Ganado Bacuno que pudiese, [...] porque de poblarse en Jerez, ó, otra parte de esa Provincia, sería posible lo intentasen

196 Esses dois documentos encontram-se publicados, ver: Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 53, cit. pág. 38 e pág. 47, respectivamente.

197 “Junta de Guerra de Indias, Madrid, a 18 y Agosto de 1678”, A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 9.

también en la Isla de San Gabriel, ó en Montebidió, y darse la mano para sus hostilidades por aquellas y esas tierras de que podrían resultar daños irreparables¹⁹⁸.

Consultamos também o conjunto de documentos, disponível nos arquivos de Assunção, que se refere aos autos de inquirição de fugitivos e prisioneiros portugueses, bem como aos autos de verificação de território. Em ambas as fontes, encontramos dados seguros sobre o tráfego de pessoas entre a vila de São Paulo e cidade de Assunção do Paraguai. Mas não há indício de contrabando. Todavia, as evidências apontam que aquela mobilidade humana alimentava uma intrincada rede de fugas de índios, espionagem e troca de informações entre índios e brancos, súditos de ambas as coroas, com as autoridades e agentes da coroa radicados na cidade de Assunção¹⁹⁹.

Desde a fundação da Colônia de Sacramento (1680), as autoridades de Espanha passaram a exigir do governador da província do Paraguai uma maior vigilância *con los vecinos de San Pablo*. Assim, em 1682, todos os ex-moradores de São Paulo, fugitivos ou não, que haviam chegado pelo caminho proibido por terra a *la ciudad de Assunción del Paraguay* foram expulsos daquela cidade e enviados à província de Tucumán, para *la ciudad de Vera Cruz de las Siete Corrientes*²⁰⁰. As autoridades de Assunção eram zelosas em preservar dados sobre sua localização e defesa. Os estrangeiros eram tratados com desconfiança. Havia o medo de que fossem enviados pelos paulistas e não serem fugitivos, como alegavam. Ao situá-los em Tucumán, as autoridades do Paraguai isolavam-nos e aumentavam a população de regiões periféricas.

Em 1687, continuavam os autos de inquirição de índios fugitivos identificados como Tupis que se diziam evadidos dos domínios dos *mamalucos de San Pablo del*

198 “Real Cedula de 26 de Junio de 1697 con copia da Real Cedula 9 de Abril de 1685 para el Gobernador del Paraguay ordenándole lo que había de ejecutar para desalojar a los portugueses de los pueblos que se tenía entendido ocupan en dominios de S. M^{sd}.”, A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 9. Este documento nos permite entender que, em 1697, a polêmica presença de paulistas arraialados na antiga cidade de Xerez (Jerez) ainda preocupava as autoridades da coroa de Espanha. A transcrição em epígrafe é trecho de uma carta escrita pelo Governador do Paraguai ao rei da Espanha datada de 30 de Abril de 1682 e cuja cópia foi anexa a Real Cédula de 26 de Junho de 1697.

199 Desde 1945, a Divisão do Arquivo Histórico, do Departamento de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura da cidade de São Paulo, iniciou negociações para mandar copiar no Arquivo Nacional do Paraguai documentos *referentes às atividades bandeirantes na região paraguaia*. Desse esforço resultou a obra *Bandeirantes no Paraguai - Século XVII (Documentos Inéditos)*, Prefeitura do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, volume XXXV, São Paulo, Publicação da Divisão de Arquivo Histórico, 1949. Utilizando este conjunto de fontes os historiadores mais antigos que deram relevo à ação dos bandeirantes paulistas elegeram como espiões e, portanto, inimigos da pátria brasileira a dois descendentes hispânicos: Juan de Mogelos Garcez e Juan de Peralta. Apesar de se terem publicado vários autos em que os índios tupis fugidos do cativeiro prestam informações sobre o movimento dos paulistas na mesopotâmia Paraná – Paraguai, eles não foram objeto de reflexão por parte dos historiadores bandeirantistas.

200 Ver: “Autos proveydos por el Governador Dⁿ. Juan Diez de Andino, con agregacion de la carta del s^{ra}. Presidente Dⁿ. Bartolome Gonsalez Poveda para la expulsion de Portugueses de esta ciudad, su jurisdicción y la del Rio de la Plata. Año de 1682”, in *Bandeirantes no Paraguai...* cit., pp. 123/124.

Brasil. Das muitas narrativas, uma se destaca pela quantidade de detalhes que apresenta. A do índio *Ygnacio*. Acompanhado de sua mulher, dois enteados, o irmão e mais uma índia e um *muchacho*, fugiram da vila de Sorocaba e alcançaram Assunção no Paraguai.

Ygnacio dizia-se ser natural *Yuraraez* e que, ainda pequeno, seu povo fora atacado pelos paulistas, quando então foi levado para São Paulo e ali criado, veio a constituir família própria. Era “administrado” do português Domingos Gripeos. Ao responder ao inquérito, deixou claro conhecer bem a rota: saindo de Sorocaba após quinze dias em caminho por terra, os fugitivos chegaram ao rio Paranapanema, pelo qual desceram até o Paraná. Subiram por este rio vários dias e depois entraram pelo *Yaguary* que navegaram até não mais dar calado às canoas. Por caminhos terrestres, transpuseram as serranias de Amambai. Encontradas as cabeceiras do rio Mbotetei, fabricaram novas canoas e desceram até o rio Paraguai e dali navegaram até Assunção²⁰¹. A rota traçada, a segurança na condução do grupo e o sucesso da empreitada nos faz suspeitar que Ygnacio já acompanhara seu administrador em outras incursões naquele sertão.

Sobressai da narrativa de Ygnácio a informação dum outro arraial de paulistas que não o das proximidades de *Jerez*. Confrontando seus informes com os do Mestre de Campo Salvador Marecos, oficial régio em Assunção, confirma-se a existência deste outro arraial num afluente do rio Paraná, do que se conclui que tal rota se encontrava bem organizada e, provavelmente, os dois núcleos deviam ser complementares, seja como espaço de defesa e/ou de abastecimento das bandeiras. Tanto Salvador Marecos, quanto Ygnacio haviam passado pelos mesmos lugares no ano de 1686. Ambos descrevem um sítio às margens do rio Yaguary. Comparemos suas impressões.

Diz Ygnacio que:

...aporto al **dicho rio Yaguary** a donde allo portugueses poblados y lo que pudo reconozzer fueron Diez Casas y muchas labransas y chacaras de mays y todos generos y que este declarante receloso de los portugueses se oculto e reconoció lo referido Procurando no ser sentido y vio Portugueses y yndios que andavan sembrando²⁰² (grifos nossos).

201 É difícil identificar os nomes dos rios e serras por tais narrativas, uma vez que topônimos são nominados de modo distinto pelos distintos povos indígenas e/ou conquistadores. No caso em tela, ao confrontarmos a narrativa com um mapa dos jesuítas de 1732, desconfiarmos que Ygnacio tenha subido pelo rio que os paulistas chamava de Pardo.

202 “Auto para el exsamen de los Yndios. En la ciudad de la Asuncion en quatro Dias del mes de Marzo de mil y seiscientos y ochenta y siete años”, in *Anais do Museu Paulista*, volume 13, São Paulo, Diário Oficial, 1929, pp. 609/610.

Mais detalhista Salvador Marecos assim se expressava:

...y sin saber en que paraje se hallava topo con un camino usado de gente de a pie y rastros frescos y haviendo seguido topo con un **río llamado yaguary** que corre al del Parana y caudaloso el qual paso a la otra banda y asi que paso topo con casa de paja y tapia de embarrado que llaman francesas y no halando Gente ninguna en ellas sin embargo de que eran once Casas Capases y con señales de abitar gente española en ellas estaban bacias con solo puertas de cuero y tenian algodón y una fragua y cerca de las mismas Casas dos chacaras de maiz, tavaco, Mani y otras miniestras [sic] algodonaes y otras chacaras que encontro con las mismas simenteras por varios caminos que andubo y estubo tres dias descurriendo y examinando estos parajes y labransas y por non haver salido Gente ninguna de las Montañas que havia²⁰³... (grifos nossos).

A discrepância entre as duas narrativas está em quem habitaria o local. Salvador Marecos, que não viu pessoa alguma, inferiu que seriam espanhóis – mesmo sabendo que espanhóis não andavam a pé por paragens tão distantes de Assunção. Por sua vez, Ygnacio parece não ter dúvidas que se tratava de paulistas e seus índios e afirma tê-los espreitado. Os dados encontrados nessas e noutras fontes não deixam dúvidas de que, desde 1679, os chamados bandeirantes instalaram bases de apoio em afluentes dos rios Paraná e Paraguai, de onde saíam e aprisionavam pequenos ou grandes grupos de povos indígenas que viviam na bacia dos dois rios.

No período recortado por nossa investigação, as relações entre os súditos das duas coroas se mostravam muito tensas. O que fica evidente nas fontes é que, no alto curso dos rios Paraná e Paraguai, ocorria um caça intensiva ao índio pelas bandeiras paulistas. Por outro lado, as autoridades de Assunção despendiam esforços em homens e recursos para patrulhar um território que eles haviam ocupado desde fins do século XVI. A historiografia insiste em que foram muitas as bandeiras que ali se arraialaram. Todavia, não sabemos exatamente quantas foram, apesar dos esforços de Afonso de Taunay²⁰⁴.

Conseguimos identificar trinta e duas referências a bandeiras que, ao longo de cinquenta anos, entre 1670 e 1720, percorreram os rios Paraná e Paraguai. Entretanto, esses números estão longe da realidade. Por exemplo, de 1678, listamos quatro bandeiras: Francisco Pedroso Xavier comandaria vinte e dois portugueses e trinta

203 “Testimonio de las dilig.^{as} fechas sobre el Viaje de Xerez. En la ciudad de la Assumpcion del Paraguay en quice dias del mes de febrero de mil y seiscentos y ochenta y siete años”, in *Anais do Museu Paulista*, volume 13, cit., pp. 601 a 605.

204 Afonso de E. Taunay, *Ensaio da Carta Geral das Bandeiras Paulistas: Séculos XVI-XVII-XVIII*, 2p. São Paulo, Diário Oficial, 1929.

tupis; Antônio Antunes chefiaria trinta portugueses e dezoito tupis; Manuel de Campos Bicudo, o velho, estaria à frente de quinze portugueses e doze tupis e; finalmente, João Nunes Bicudo, com setenta brancos e grande quantidade de tupis. No ano seguinte, o padre Altamirano alardeava que três bandeiras vinham *maloqueando* índios pelos mesmos rios. Como saber que não se tratava das mesmas bandeiras? Ou ainda que não constituíssem quatro divisões de uma única bandeira com distintos capitães?

Importa, portanto, fazer algumas considerações a este respeito. John M. Monteiro foi quem chamou a atenção sobre a necessidade de redimensionar a magnitude que a historiografia tradicional dá às bandeiras. Segundo ele, desde 1670, ocorreram mudanças significativas no papel das bandeiras para a economia local. Elas deixaram de comportar os grandes investimentos de capital e pessoas e assumiram um caráter mais de “empresa familiar”, na medida em que os pais podiam financiar os filhos mais novos nas expedições e em troca recebiam metade dos índios descidos²⁰⁵.

No período que decorre entre 1670 e 1690, temos poucas informações sobre essas bandeiras. Sabemos, por exemplo, que havia uma evidente relação de parentesco entre os bandeirantes. Assim, em 1682, Pascoal Moreira Cabral estava em *Jerez* e seus cunhados Braz Mendes Paes e Pedro Domingos Paes nos campos da Vacaria. Oito anos depois, o irmão de Moreira Cabral, Brás Moreira, voltava à Vacaria sob o comando do capitão Salvador Moreira e, dois anos mais, reaparecia na pia batismal de Sorocaba com quinze índios descidos. A seguir os estudos de John M. Monteiro, esses dados nos permitiriam entender as ações de jovens colonos, acompanhados de homens experientes no sertão, como uma fonte de renda e possibilidade de enriquecimento.

A questão do número de índios descidos é talvez ainda mais difícil de precisar. Os dados apresentados por jesuítas e funcionários da coroa de Espanha são exorbitantes! Entre 1610 e 1650, de catorze reduções, os bandeirantes retiraram trezentos mil índios. A bandeira de Raposo Tavares levou quarenta mil guaranis. A de Francisco Pedroso Xavier, de 1676, quatro mil índios reduzidos de quatro pueblos²⁰⁶. Em 1691, Manuel de Campos Bicudo e outros apresaram entre os Chiquitos mil e quinhentos Peñoqui ainda não cristãos.

Por sua vez, as fontes paulistas apresentam números bem mais modestos, quando se trata de registros dos índios descidos do Paraguai. Considerando que o rio Paraguai era área de ação dos moradores de Sorocaba, vamos tomar como exemplos qualitativos dados que constam do 1.º *Livro de Batismo de Carijós da*

205 John Manuel Monteiro, *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, cit., pp. 85 a 91.

206 “Carta del Sargento mayor D. Juan Diez de Andino, Gobernador del Paraguay a Su Majestad, Asunción del Paraguay y Abril 30 de 1682”, in A.G.I., Sección V, Gobierno, Charcas, Legajo, 279.

vila de Sorocaba ²⁰⁷. Aparece ali o nome dos administradores dos índios, as datas e os nomes dos adultos levados a batismo. Fica evidente que o auge dos descimentos foram os anos de 1684 a 1694. Ao atentarmos para outras fontes, verificamos naquela década uma concentração de dez bandeiras que, desde o arraial próximo às ruínas de *Jerez*, alcançaram o rio Paraguai.

Um fato que chama atenção é a pequena quantidade de índios batizados pelos sertanistas. Dentre os homens de Sorocaba que levaram índios à pia batismal todos seriam, nas palavras de Castanho de Almeida, *bandeirantes de nomes conhecidos* e, deles, o autor destacou, para o ano de 1685, André de Zuninga com cinquenta e três peças entre adultos e crianças; Diogo Domingos Vidal e o capitão-mor Martim Garcia Lumbria, ambos com trinta e uma peças. Ele ressaltava ainda que, quanto maior era o número de peças que o sertanista possuía, mais importante era sua hierarquia na bandeira.

Na sequência, apresenta uma lista com os nomes de outras pessoas que batizaram três ou quatro peças, que tanto podiam ser de homens que participaram no descimento, como de moradores de Sorocaba que os receberam em pagamento de algum adiantamento para a montagem da expedição. No rol, há pessoas não partícipes da bandeira e que aparecem na pia batismal, como é o caso de Pascoal Moreira Cabral, o velho. Outro dado importante é que Pascoal Moreira Cabral, o novo, que se encontrava na Vacaria com André Zuninga em 1684, batizou menos de dez peças.

É preciso atentar que o número de peças assentado no Livro de Batismo e atribuído a um determinado sertanista pode não corresponder ao número de indivíduos que ele trouxe do sertão. Conforme nos alertou John M. Monteiro, as peças eram divididas entre quem ia ao sertão e seu(s) financiador(es).

Parece-nos que, aos representantes de ambas as coroas, interessavam superestimar esses números. Tanto o lugar de vítima como o de herói eram vantajosos quando se tratava de pedir benesses. Por exemplo, os jesuítas conseguiram convencer o Conselho de Índias e a Audiência de Charcas a lhes autorizar armar seus índios em várias ocasiões. Reforçavam, assim, seu lugar de poder frente aos moradores de Assunção ou mesmo de Buenos Aires²⁰⁸. Do lado da coroa portuguesa, não são poucos os casos de sertanistas que invocavam os serviços prestados nos sertão com risco de perder vida e fazendas para solicitar cargos, patentes e outras mercês para si ou seus filhos.

207 Luís Castanho de Almeida, “Bandeirantes no Ocidente”, in: *RIHGSP*, vol. XL, 1942, pp. 357/358.

208 Dos muito embates travados entre jesuítas e colonos, entre os mais acirrados consta as autorizações para o uso de armas pelos índios reduzidos. Os padres argumentavam que, sem armas, não poderiam se defender *dos mamalucos del Brasil* e dos índios não reduzidos que atacavam as reduções. Por sua vez, os colonos contra-argumentavam que os índios, uma vez armados, poderiam se rebelar contra os padres e o sistema de trabalho a que estavam submetidos. Também temiam o poder que os padres teriam ao controlar grandes exércitos de índios armados, uma vez que as populações das missões do Uruguai e Paraná sempre ultrapassaram cifras superiores a cento e vinte mil almas.

Se não sabemos a quantidade dos índios descidos, sabemos agora a sua origem. Desde 1680, que os descimentos ocorreram preferencialmente nos rios Paraná/Paraguai. Com maior ênfase desde a boca do rio Mboteteú, passando pela *Laguna Xaraiés*, e os afluentes de ambas as margens do alto Paraguai. Em muitas incursões, inflectiam para oeste e alcançavam as cabeceiras de alguns afluentes do Mamoré. Conforme, informava o padre Diego Altamirano, *Procurador General de la Compañía de Jesús de las provincias del Río de la Plata*, já em 1682 os portugueses...

... ahora dos años, se atrevieron á pasar toda la provincia del Paraguay y llegar 40 de ellos hasta una nación que habita no lejos de Santa Cruz de la Sierra, y **apresaron cantidad de indios, que dejando descuidar á dichos portugueses los mataron á todos; y este año supo el informante en el Brasil** que se aprestaba otra escuadra de portugueses de San Pablo á proseguir la misma empresa²⁰⁹ (grifos nossos).

Aqui aparecem as características mais evidentes das fontes: o exagero e a exaltação. Quando não se sabe o número de índios descidos, sempre se superestima a quantidade. Além disso, do ponto de vista do colonizador, a preferência é o narrador relatar numa posição de extremos e posicionar-se como herói ou vítima.

São várias as notícias de bandeiras totalmente dizimadas pela reação seja dos índios, seja desses em parceria com os hispânicos. No caso em tela, não encontramos a contraprova na documentação portuguesa.

Outro dado é que fazem muitas referências a espiões, o que indica preocupação em monitorar os passos dos portugueses.

Um caso emblemático de espionagem é de Amaro Fernández Guato – provavelmente o informante referido na citação acima. Guato havia *desertado* para a Vila de Itu em 1676. Naquela ocasião, estava em Vila Rica del Espírito Santo e resolvera acompanhar a bandeira de Francisco Pedroso Xavier. Dois anos depois, o encontramos enviando duas cartas a Assunção onde indicava quais as bandeiras que haviam saído a *maloquear* no rio Paraguai. Entretanto, os detalhes maiores de sua carta foram sobre os preparativos dos portugueses para fundar povoação na foz do rio da Prata (que veio a ser a Colônia de Sacramento).

É preciso dizer que as cartas eram enviadas através de índios guaranis descidos pelos sertanistas e que fugiam para Assunção. Uma hipótese é a de que as fugas para levar

209 “Informe del P. Diego Altamirano, Procurador General de la Compañía de Jesús de las provincias del Río de la Plata del estado de la población de los portugueses en la colonia del Sacramento y de los inconvenientes que hay de que ésta prosiga en su poder, 1684”, A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 265. Ver também Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay...*, Tomo IV, cit., pp. 81 a 87.

as informações fossem financiadas por moradores da província do Paraguai que viviam nas vilas da capitania de São Vicente. A fuga pressupunha dispor de alimentação, armas, munições e canoas e dependiam, portanto, de algum investimento. A permanência de Gauto em terras da coroa de Portugal foi longa, pois em, 1696, – vinte anos depois de sua *deserção* – era nomeado chefe de uma bandeira na Vacaria ²¹⁰.

Retomando o fio narrativo, os dados sobre o número das populações indígenas ao longo do rio Paraguai são escassos. Das estimativas apresentadas pelos jesuítas, as menos otimistas são as do Padre Bartolomé Ximenes, em 1702:

Los Payaguas, que solos discurren por este rio mas de 500 leguas, dudo mucho lleguen a 200 indios. Los Nambiquas o Orejones, se an reducido a dos pequeñas tolдерías. Los Guarayos, que eran muchísimos, se an reducido a un Cacique con poco vasallos... Los Guacharapos, Guatos y Biritis, dicen son pocos y mezclados entre si los mas de ellos, los Harayes están casi destruidos²¹¹...

Em sua carta, o padre Ximenes esclarecia a seus superiores que não se podia confundir o número de habitantes das ditas nações indígenas com as nações da Europa, provavelmente porque “nação” tinha sentido diferente para o padre. Ele ainda explica que o trabalho catequético no rio Paraguai não amearia tantas almas como acontecia nas missões do Uruguai e Paraná. Em seus argumentos, apontava três motivos para a diminuição das populações da “costa del río Paraguay: las pestes, las guerras entre los diversos pobos, y los portugueses, que ha sido la mayor peste, que estas naciones de este río han padecido y padecen, por más de cuarenta años continuos”.

Também sabemos que havia muita confusão e dificuldade em precisar quem eram os povos indígenas, quantos eram, que línguas falavam e como se caracterizavam, como aliás já referimos no capítulo 2. No espaço-tempo que recortamos, conseguimos indicar mais de meia centena de grupos, que os conquistadores qualificavam como *nações* estabelecidas em *países* (territórios).

Talvez devêssemos agora tentar entender como se davam as estratégias de sua captura. Os historiais escritos pelos jesuítas, depois de 1690, permitem identificarmos três estratégias sobre os modos de atuação dos bandeirantes. A primeira e mais conhecida eram as invasões e aprisionamento pela força das armas. A segunda era fingirem-se de jesuítas. Segundo o padre J. Patrício...

210 Afonso de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, Tomo Quarto, cit., pp. 166 a 170.

211 “Carta do Padre Ximenez ao Provincial da Companhia no Uruguai fazendo crítica do plano intentado com a viagem anterior”, in Jaime Cortesão, *Antecedentes do Tratado de Madrid (1703-1751)*, *Manuscritos da Coleção de Angelis VI*, cit., p.64 e 65.

... lo peor es el (mamaluco) habernos hecho aborrecibles y abominables á todas las naciones, usando de las mismas trazas é industrias de que usan y se valen nuestros Misioneros (...) Fingen, pues, los dichos Mamalucos que son jesuitas, usando el nombre del Padre. Después, enarbolando cruces y mostrándoles retratos de Cristo Nuestro Señor y su Santísima Madre, entran en las tierras, acariciando la gente con regalos y brujerías, persuadiéndoles dejen su nativo suelo y sus pobres Ranchos para fundar una numerosa Reducción, junto con otros pueblos; y cuando ya los tienen asegurados, meten en prisiones á los caciques y principales y se llevan por delante la chusma²¹².

Conclui o padre que este comportamento dificultava em muito o trabalho dos missionários que eram confundidos por muitos povos com os *mamalucos*.

Havia ainda a terceira estratégia. A cooperação em troca de prováveis benefícios, o que não causa nenhum estranhamento, se considerarmos as distintas possibilidades de alianças que eram comuns entre os povos do rio Paraguai, mesmo antes da chegada dos europeus. Temos um único exemplo, o de um grupo de Guarayos. A narrativa nos remete ao ano de 1691 e a uma derrota dos bandeirantes frente aos Chiquitos comandados pelos moradores de Santa Cruz de la Sierra e pelos jesuítas.

Mientras éstos (os portugueses) atravesaban la laguna Mamore, **ciertos Guarayos que por gran tiempo habían, militado á su sueldo, abiertos los ojos y volviendo sobre sí mismos para ponderar el poco bien y mucho mal que se les hacía**, y que al fin no podían esperar de aquel azaroso oficio más que una muerte desgraciada por término de una vida infeliz, resolvieron desertar y ... no mucho después, deseando salir de la gentilidad y hacerse cristianos se vinieron á vivir y hacer sus casas en nuestra Reducción de San Juan Bautista²¹³ (grifos nossos).

Em que pese a toda a valoração moral dada pelo padre, em relação à atitude dos índios que tomavam consciência do mal que faziam ao próximo, percebemos tal episódio de outra forma. Na correlação de forças existentes, a aliança com derrotados (os bandeirantes) era uma ameaça. Os Guarayos podem ter procurado a segurança da missão, temendo mais aos parentes e/ou aliados dos povos que eles haviam ajudado os paulistas a subjugar, do que propriamente a Deus.

212 Juan Patricio Fernandez, S. J., *Relación Historial de las Misiones de Indios Chiquitos que en el Paraguay tienen los Padres de la Compañía de Jesús*, cit., pp, 73.

213 Juan Patricio Fernandez, S. J., *Relación Historial de las Misiones de Indios Chiquitos que en el Paraguay tienen los Padres de la Compañía de Jesús*, cit., pp, 103.

Finalmente, as fontes indicam que, desde a fundação das primeiras reduções de Chiquitos, travou-se uma disputa surda entre jesuítas e sertanistas ²¹⁴. Com os descobertos de ouro no vale do Cuiabá e do Guaporé, essa luta pode ter-se acentuado. Os índios, por sua vez, viam-se cada vez mais cercados e suas populações diminuídas. Segundo Tomichá Charupá, as reduções de Chiquitos foram um espaço de condensação dos povos que não tinham pessoas em número suficiente para continuar a existir de forma independente.

Antes de discutirmos o impacto da descoberta do ouro e da presença dos súditos da coroa de Portugal no Cuiabá, é preciso retomar as prováveis conexões entre o arraial próximo às ruínas de *Jerez* e tais descobertos. Para os historiógrafos antigos, não paira dúvidas sobre tal ligação. Nas palavras de Afonso de Taunay, o arraial teria sido importante por três motivos: propiciou o avanço e reconhecimento do alto curso do rio Paraguai; levou ao descoberto do segundo eldorado brasileiro, o Cuiabá; e barrou as pretensões dos moradores de Assunção de conquistar todo o rio Paraguai.

Com relação às duas primeiras explicativas, não vemos maiores problemas. Ainda neste capítulo defenderemos a ligação entre o sertanista Pascoal Moreira Cabral, vários anos arraialado próximo a *Jerez*, e o reconhecimento do alto Paraguai até aos descobertos de ouro no Cuiabá. Entretanto, atribuir aos paulistas a interrupção do avanço dos moradores de Assunção em direção ao alto Paraguai parece-nos fora de propósito. Em primeiro lugar, a elite *criolla* da província do Paraguai levava a cabo várias frentes de guerra com distintas populações indígenas. Em segundo, não consta que eles tivessem forças militares ou interesses em ir além do rio Mbotetê – os campos cortados por este rio eram vistoriados com frequência. Finalmente, encontramos, para os anos entre 1682 a 1726, referências a doze entradas dos agentes da coroa espanhola de Assunção que foram em reconhecimento dos campos de *Jerez*.

A novidade é que nem todas as entradas comprovavam vestígios de paulistas naquelas paragens, como ocorreu em 1692. Por outro lado, encontros fortuitos podiam confirmar tal presença, como atesta a denúncia do governador do Paraguai feita à coroa de Espanha em março de 1709. Contudo, desde aquela data que os paulistas não mais foram vistos arraialados nos campos de *Jerez*. Uma hipótese é que eles já tivessem subido pelos rios Paraguai/São Lourenço/Cuiabá e fundado o arraial que tomou o nome “do Carandá”.

214 Ver: “As Ânua do Paraguai. Ânua Relativa as Missões do Paraná, Uruguai e dos Chiquito. Entre os anos de 1730 a 1734”, in Jaime Cortesão, *Antecedentes do Tratado de Madrid (1703-1751)*, *Manuscritos da Coleção de Angelis VI*, cit., p.153 a 211. Este documento dá uma idéia de como agiam os jesuítas. Todos os anos de cada uma das sete reduções ou pueblos de Chiquitos saiam expedições montadas por pequenos exércitos de indígenas. Dependendo dos perigos a se enfrentar, o número variava entre 50 e 200 homens que *convertiam*, se preciso fosse, à força, o maior número possível de infiéis. Em dois momentos apenas da narrativa, surgem informações de infiéis fugidos dos paulistas. Todos próximos à redução de San Rafael de los Chiquitos – situada mais a oriente e próxima do rio Paraguai.

Não pode pairar dúvidas também sobre a consciência que os jesuítas possuíam de quão importante e estratégico era, para a ampliação das missões, controlar a navegação do rio Paraguai entre Assunção e o *Lago de los Xaraiés*. Se de um lado, a coroa espanhola e as autoridades constituídas na América hispânica foram negligentes, em relação as iniciativas expansionistas nessa direção, de outro, os soldados da Companhia de Jesus não mediram esforços econômicos e de vidas humanas para tentar interligar a província do Paraguai com a de Santa Cruz de la Sierra ²¹⁵.

É muito provável que a coroa de Espanha tivesse interesse em manter isoladas aquelas terras que entendia como suas. Tanto assim que, em 1718, mandou *cerar con soldados* o caminho aberto pelos jesuítas desde a redução de San Rafael de los Chiquitos até Assunção ²¹⁶. Entre os argumentos arrolados pelas autoridades estava “o de haberse introducido por dicho camino varias veces el enemigo Mamaluco”. Caso não obedecessem à dita provisão, a multa alcançaria o valor de dois mil pesos. A fragilidade do argumento é patente, uma vez que se sabia que os *mamalucos* há mais de trinta anos, muito antes de se fundar a missão de Chiquitos, conheciam tal caminho por usá-lo para capturar índios.

Os jesuítas contra-argumentaram. Diziam ter feito elevados gastos materiais e humanos com as perdas de vida de padres. Defendiam a facilidade de comércio e redução de distâncias e tempo de viagem ligando as duas províncias hispânicas. Afirmavam patrulhar e garantir a segurança da fronteira com seus índios. Defendiam seus direitos exclusivos sobre a administração e catequese daqueles índios, uma vez que o rei os havia reconhecido como seus vassalos e, portanto, os isentado de pagar *encomienda*. A certa altura de sua contra-argumentação, o padre, simultaneamente trocista e exasperado, perguntava ao governador em sua súplica ...

Y deseamos saber de qué modo los han de cerrar los que han informado contra ellos (el camino); si han de ser con cal, canto ó palizada: porque está será otra obra como el muro de la China; pues en la distancia de más de cien leguas de norte a

215 Um trabalho pioneiro sobre as tentativas de ligações entre as missões do Paraguai com a de Chiquitos é o de Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718*, São Paulo, Coleção da Revista de História XX, 1960.

216 As tentativas por parte da monarquia pouguesa de tentar impedir as comunicações entre partes das colônias era uma prática comum. Por exemplo, o Alvará Régio, de 27 de outubro de 1733, vedava a abertura de “caminhos novos para entrar ou sair de quaes quer Minas estabelecidas” consequentemente, proibiu que as minas de Mato Grosso e Goiás tivessem ligação com o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Ver: Arthur Ferreira Reis, “Paulista na Amazônia e outros ensaios”, in: *RIHGB*, nº 175, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1940, pp. 217 a 338.

sur, que tiene esta costa de los Chiquitos, por la parte del Río Paraguay, no es uno, sino varios los caminos que tienen los Portugueses para entrar en nuestras tierras²¹⁷.

Todos os contra-argumentos do padre reforçam a ideia de que a proibição visava mais retalhar a Companhia de Jesus que defender os interesses da coroa de Espanha. Os moradores de Assunção tinham entendimento de que tal ligação colocaria mais facilmente a erva-mate extraída pelos índios reduzidos nas missões do Paraná no mercado de Santa Cruz de la Sierra e Potosi e a preços bem mais competitivos que os deles.

Não sabemos se a Provisão foi seguida à risca. O fato é que, desde então (1718), as fontes jesuíticas deixaram de informar sobre a presença dos temidos *mamalucos de San Pablo* vindos pelo Paraguai, apesar de os mesmos jesuítas aparecerem referidos nas fontes portuguesas ainda naquele ano e em outras circunstâncias. Causa espanto que, em 1738, ao responder a uma solicitação do governador de Santa Cruz de la Sierra, o padre Agustín Castañares informasse que não tinham notícias de portugueses pelo rio Paraguai.

Mesmo a coroa portuguesa tendo, em 1717, expedido ordens para que seus súditos evitassem trafegar pelo caminho da Vacaria e do Mbotetê, as possibilidades de encontros eram maiores exatamente a partir da boca do rio Taquari, que era o caminho franqueado. A localização das reduções de Chiquitos deixava, como zona de incursões em busca de índios infiéis, o norte (o alto Guaporé), o sul (o Chaco) e o leste (o rio Paraguai). Cerca de quinze anos se passaram sem encontros entre os jesuítas e seus índios reduzidos e os sertanistas paulistas, num contexto de descoberta de ouro, é difícil de crer.

A leitura da documentação hispânica indica, para o alto Paraguai, uma ausência de encontros, a não ser casuais. Parece que os paulistas reorientaram suas rotas de prear povos indígenas e evitavam se aproximar da missão de Chiquitos, ainda que fosse reclamada falta de mão de obra nas novas minas. Assim, entre 1720 e 1750, só encontramos duas notícias: uma dada por índios fugidos para a missão e divulgada nas cartas anuais de 1734; o segundo núcleo de informações origina-se das duas expedições feitas pelos moradores do Cuiabá e Mato Grosso a *San Rafael de los Chiquitos* em 1740²¹⁸.

217 “Real Provisão da Audiência de la Plata, mandando cerrar o caminho e comércio entre as missões dos Chiquitos e as da província do Paraguai, acompanhada de vários documentos, entre os quais uma súplica do padre superior das primeiras missões”, in Jaime Cortesão, *Antecedentes do Tratado de Madrid (1703-1751)*, *Manuscritos da Coleção de Angelis VI*, cit., p. 131 a 140.

218 Esta informação só é válida para as fontes geradas pelos jesuítas. As autoridades de Assunção sabiam das minas do Cuiabá desde 1723. Ver *Bandeirantes no Paraguai...* cit., pp. 378 a 433.

Se, a partir de 1718, as fontes hispânicas sobre a presença portuguesa na bacia do alto Paraguai são mais escassas, foi por aquela data que as fontes portuguesas começaram a ser mais profícuas. Os descobertos de ouro nos afluentes do rio Cuiabá propiciaram a instalação de núcleos de povoamento e a sua consequente organização político-administrativa. Isto gerou muitas informações de caráter oficial que, de certa forma, pode ter contribuído para o tipo de narrativa histórica que prevalece sobre aquelas conquistas.

No tópico a seguir, procuraremos discutir o modo como os descobertos auríferos do Cuiabá foram apropriados pelos colonos do Estado do Brasil e funcionários da coroa portuguesa. Interessa-nos também saber sobre a presença indígena naquelas conquistas. Já os primeiros registros deixados pelos colonos diziam da necessidade de desinfetar as minas dos gentios que ameaçavam as gentes ali radicadas.

Repensando marcos

Já há para mais de um século que autores como Robert Southey, João Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães, Washington Luís, Affonso de E. Taunay, Alfredo Ellis Júnior e Virgílio Correa Filho afirmaram que os descobertos de ouro das Minas do Cuiabá estiveram diretamente ligados ao episódio *Guerra dos Emboabas* ²¹⁹. Aos poucos, essa assertiva foi se transformando em *verdade histórica*. Bem, ao menos em consenso. Então, guardadas as diferenças teóricas, passou a ser aceito que os descobertos de ouro do Cuiabá eram um desdobramento, ou melhor, o resultado do descontentamento dos paulistas. Altivos, teriam eles “preferido deixar as ricas minas de ouro das Gerais aos forasteiros a se submeterem aos mandos e desmandos dos representantes e da coroa portuguesa”.

Assim, nos anos subsequentes à Guerra dos Emboabas, o espírito livre e aventureiro dos paulistas voltou-se para o sertão *ignoto* e, em pouco, tempo estava descoberto o Cuiabá: o segundo *Eldorado brasileiro*! Ainda que saibamos de

219 Robert Southey, *História do Brasil*, tomos V e VI, cit.; João Capistrano de Abreu, *Caminhos Antigos e Povoamentos do Brasil*, Rio de Janeiro, cit.; Basílio de Magalhães, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Epasa, 1944; Washington Luís, *Capitania de São Paulo – Governo de Rodrigo César de Meneses*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938; Afonso de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, cit.; Alfredo Ellis Júnior, *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*, cit.; Virgílio Corrêa Filho, *História de Mato Grosso*, cit. Uma investigação crítica sobre as diferentes interpretações que tal episódio recebeu ao longo dos últimos dois séculos é o de Adriana Romeiro, *Paulistas e Emboabas no coração das Minas. Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2008; e _____, “Guerra dos Emboabas: balanço histórico”, *Belo Horizonte, Revista Arquivo Público Mineiro*, Ano 45, vol. 1, jan/jun, 2009, pp. 106-117.

documentos nos quais se insinua que os mineiros do Cuiabá não queriam ligações com as Minas das Gerais, é instigante aventarmos hipótese distinta ²²⁰. As evidências apontam que as pessoas que ocuparam cargos de mando nas minas do Cuiabá estavam mais ligadas à coroa que a um suposto grupo de paulistas descontentes. Outros, como Pascoal Moreira Cabral, não consta que tenham ido alguma vez às Minas das Gerais.

Nos dias que correm, historiadores como Otávio Canavarros, Carlos Alberto Rosa, Thereza Martha Borges Pressotti e Nauk Maria de Jesus, nas obras já aqui citadas, amparados na vasta documentação deixada pela administração portuguesa, também concordam e aprofundaram a existência de tais vínculos. Vejamos um exemplo.

A História de Cuiabá, como a de qualquer outra vila colonial brasileira, deve ser vista como um capítulo da formação do Brasil Contemporâneo. **Ela é, na verdade, a continuação da História dos paulistas nas Minas Gerais após a “guerra dos emboabas”**, que ocorreu logo no início dos grandes achados auríferos. ²²¹ (grifos nossos).

Ainda que com perspectivas teóricas diversas da afirmativa contemporânea acima destacada, os autores mais antigos insistem na *estreita ligação* entre os descobertos de ouro das Gerais e os do Cuiabá. Assim, iniciaremos nossa discussão dialogando com dois deles que podem ser tidos como os pioneiros da dita abordagem, Affonso de Taunay e Virgílio Corrêa Filho ²²². Interessa-nos destacar como eles apresentam um dos muitos personagens que participaram da Guerra dos Emboabas: João Antunes Maciel. Na medida do possível, destacaremos como a sua trajetória se liga à Fernão Dias Falcão, personagem chave na montagem dos aparatos de governo e administração nas minas do Cuiabá.

João Antunes Maciel *era de cepa de bandeirantes!* Seu pai, tios, primos, o sogro e cunhados eram todos homens experimentados no sertão. Ele, como os seus

220 Parece-nos que essa crença dos mineiros que foram para o Cuiabá sentirem-se feridos com os acontecimentos nominado Guerra dos Emboabas fundamenta-se, também, na consulta que o governador da capitania de São Paulo Rodrigo César de Menezes fez ao Conselho Ultramarino, cujo despacho final data de 6 de Julho de 1726. Alegava o dito governador que “... não parece justo que depois de terem tido n’aquelle descobrimento tanto trabalho, perda de fazenda e vidas, os Paulistas experimentem o que nas Minas Geraes se lhes fes, cuja ferida ainda parece lhe verte sangue, quando do golpe d’ella se lembram”, in Arquivo do IHGB, Códice Conselho Ultramarino, 1-2-2, fls. 8 a 9v. Também publicado em Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, parte III, Os Antecedentes do Tratado, Tomo II, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1951, pp. 21 e 22.

221 Otávio Canavarros, *O Poder Metropolitano em Cuiabá (1727 – 1752)*, cit, p. 55.

222 Afonso de E. Taunay, *História das Bandeiras Paulistas*, Tomo II, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1975. Este autor, nas décadas de 1930/40, foi um dos que mais defendeu esta idéia de uma ligação quase que natural entre as *Minas Gerais* e as *Minas do Cuiabá e dos Goias*. A discussão sobre o tema em epígrafe encontra-se às pág. 47 e 48. Vale registrar que a narrativa de Taunay sobre João Antunes Maciel foi elaborada a partir dos escritos de Pedro Taques de Almeida, do Cônego Luis Castanho de Almeida e da Carta Patente que lhe passou em 1724 o governador de São Paulo Rodrigo César de Menezes.

irmãos Miguel, Gabriel, Antônio e Felipe, também o era. Nascido na vila de São Paulo em 1674, aos 25 anos, era reputado capaz para exercer cargos de confiança da coroa nas tumultuadas “Minas das Geraes”. Segundo consta do *Livro de Patentes de Provisões da Secretaria de Governo da Capitania de São Paulo*, datado de 1724, ele teria...

...servindo por mais de 20 annos nas Minas-Geraes, de capitão de cavallos e de sargento-mór por occasião em que os francezes invadiram o Rio de Janeiro, para onde marchou com 40 homens pagos à sua custa e os sustentou, ...e passando a tenente-coronel de um regimento das ditas Minas, o exercitou por cinco annos, e depois na occupação de guarda-mór das minas de ouro de São João d’El-Rei e S. José, onde servio por sete annos, sendo eleito primeiro juiz ordinário por ocasião da elevação da villa de São João d’El-Rei no arraial do Rio das Mortes...²²³

Por seu turno, Virgílio Corrêa, ao transcrever o mesmo documento acima citado que nomeava João Antunes Maciel para Superintendente das minas do Cuiabá, chama a atenção para o fato de que “fôra [Maciel] três vezes a conquistar o sertão do Cuiabá, aonde conquistou algum gentio. Quando soube que lá havia ouro foi quarta vez a ele com a sua chegada e diligência fez aumentar aquele descobrimento por ter muitos negros e ser um dos maiores mineiros desta Capitania”²²⁴. Considerando que João A. Maciel se encontrava nas minas do Rio das Mortes desde seus primórdios, então as ditas três primeiras entradas que fez para as bandas do rio Cuiabá seriam de fins do século XVII.

Apesar do silêncio do cronista Barbosa de Sá sobre este personagem, os dados que temos sobre João Antunes Maciel apontam para um homem rico e experiente em administrar negócios públicos e privados nas minas de ouro. Vejamos. Ele radicou-se no Rio das Mortes desde o princípio daqueles descobertos. Ali participou de batalhas contra seus conterrâneos no episódio da *Guerra dos Emboabas* em 1709. Comandou tropa em defesa da cidade do Rio de Janeiro em 1711. Desempenhou cargos de mando a serviço da coroa nos arraiais de São João e São José d’El Rei desde 1713 até 1717.

Por motivos que não se sabe precisar, em 1717 teria se retirado das Minas de ouro das Gerais. Segundo documentos da vila de Sorocaba, coligidos pelo cônego Castanho de Almeida, entre os meses de junho daquele ano e junho de 1718 João Antunes Maciel e seus irmãos Gabriel, Miguel e Antonio batizariam os filhos uns dos outros naquela paróquia, reforçando assim seus laços de solidariedade e proteção familiar. Confrontando esses dados com outros, como uma carta escrita por Pascoal Moreira Cabral, em 1722, se pode afirmar que ainda no ano de 1718 João Antunes Maciel partiu de Sorocaba em

223 Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, vol. II, cit., p. 30.

224 Virgílio Corrêa Filho, *História de Mato Grosso*, cit., p. 235, nota 29.

bandeira e se fixou com seus homens no arraial do Carandá. É possível que estivesse na pista dos descobertos auríferos do Cuiabá, que estavam ainda por ser oficializados.

Outro nome referenciado pela historiografia paulista e menos pela mato-grossense é o de Fernão ou Fernando Dias Falcão. Sua experiência em áreas de mineração remonta aos inícios dos Setecentos. Quando se confirmaram as notícias dos descobertos das Gerais, morava na vila de Sorocaba. Desempenhara ali os cargos de capitão e sargento-mor das ordenanças, juiz ordinário e de órfãos. Depois que foi para as minas das Gerais, estabeleceu-se nas lavras do Serro Frio, no arraial do Pitangui. Por sua atuação e experiência, recebeu ordens do governador D. Baltasar da Silveira de erguer pelouro e elevar o arraial a vila do mesmo nome.²²⁵ Apesar de viver nas Gerais, parece que manteve suas fazendas, haveres e família em Sorocaba. No decorrer das décadas de 1700 e 1710, mais de uma vez aparece nos registros paroquiais daquela vila.

Ainda no ano de 1715, voltou em definitivo aos seus negócios em Sorocaba. Uma vez que ele continuava a servir com fidelidade a coroa seis anos após a Guerra dos Emboabas, não nos parece que tenha abandonado suas lavras auríferas por desgosto. Três anos depois teria partido com os seus para o Cuiabá. Desde o final do ano de 1717, corriam notícias nas vilas da capitania de São Paulo de descobertos de ouro num ribeiro afluente do rio Paraguai, muito vizinho dos castelhanos²²⁶. Os motivos que o fizeram deslocar para os novos achados auríferos do Cuiabá podem bem ter sido tais boatos.

Consta que Fernando Dias Falcão chegou ao vale do rio Cuiabá pela primeira vez no ano de 1718. Em um arraial denominado do *Carandá* teria encontrado bastante faltos de armas e munições e sob risco de ataques de índios, as bandeiras de Pascoal Moreira Cabral e de João Antunes Maciel. Segundo documento coevo, Dias Falcão, com seus 130 homens de guerra, fez logo *as suas entradas no gentio bravo e ficaram as minas desinfestadas*. Ou seja, sua primeira ação foi proteger os novos descobertos, de que resultou o apresamento de indígenas que, possivelmente, cativou²²⁷.

225 Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil: século XVI, XVII, XVIII*, cit., p. 149. Ver também: “Creação de Villas no Período Colonial: Villa do Pytanguí”, in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol. 02, fas. 01, 1897, pp. 90-92. Ou ainda a “Carta Patente de Rodrigo César de Menezes em nomeia Fernando Dias Falcão para o posto de capitão-mór regente”. Apud Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, vol. II, cit., p. 265/66.

226 “Consulta do Conselho Ultramarino referente a uma carta do Ouvidor Geral de São Paulo, Rafael Pires Pardinho, sobre as informações relativas ao povoamento efectuado pelos castelhanos dos sertões que sempre tinham sido frequentados pelos sertanistas portugueses, Lisboa, 23 de Agosto de 1720”, *Conselho Ultramarino*, cód. 233, fs. 205-206.

227 “Certidão passada por Pascoal Moreira Cabral a favor de Fernão Dias Falcão”, onde reza que: “O capitão-mór Fernando Dias Falcão me chegou a este arraial do Carandá, com 130 homens de guerra de socorro, na era de 1718, estando eu e os mais sem armas, sem pólvora, sem chumbo e sem ferramentas, sem termos nenhuma resistência e com este socorro ficamos remediado de tudo e restaurou nossas vidas, que estávamos sentenciados pelo gentio à morte, e logo fez o dito capitão-mór as suas entradas no gentio bravo e ficaram as minas desinfestadas...”, Antonio Toledo Pizza, “Comentários às Crônicas Cuiabá”, cit., p. 15. Ver também: Virgílio Corrêa Filho, *História de Mato Grosso*, cit., p. 230, nota 5.

Com base em documentação exarada pelo senado da Câmara de Sorocaba, o cônego Castanho de Almeida nos informa que, no ano seguinte, a 25 de abril de 1719, Fernão Dias Falcão recebeu certidão de como se achava em viagem para o Cuiabá. Ao atentar para essa data, verificamos uma diferença de apenas 17 dias entre esta e o propalado oito de abril. Ou seja, por este documento, antes da suposta notificação de Moreira Cabral à coroa, Falcão, fora ao Cuiabá e socorrera os que ali encontrou, retornou a Sorocaba e já voltava para os mesmos descobertos abastecido de víveres e ferramentas de minerar. Em sua companhia, levava homens experientes nas artes de garimpar.

Nesta segunda viagem, levava “quarenta negros, entre os quaes iam ferreiros, carpinteiros e alfaiates, muita bagagem (6 arrobas de pólvora pelo preço de 64\$000) que importou em bastante dinheiro, além das quantias que emprestou a muitas pessoas que iam com ele para pagarem na volta”²²⁸. Também consta que financiou homens como o capitão-mór Braz Mendes Pais, os capitães Gabriel e Antônio Maciel. Ou seja, experiente no exercício de mando e de organização nas minas do Serro Frio, Dias Falcão tratava agora de garantir o povoamento dos descobertos do Coxipó investindo recursos próprios²²⁹.

No ano seguinte, Fernão Dias Falcão seria eleito pelo povo *cabo maior destas minas*. Azevedo Marques transcreve um documento que reza:

Hoje, a 6 de Novembro de 1720, se juntaram os moradores d’estas minas a praticar de que modo poderiam conquistar estas minas, para melhor exercitarem e trabalharem n’ellas, porquanto se acham grandes perigos de vários inimigos, tanto de castelhanos que têm suas conquistas n’estas vizinhanças, como também o muito gentio que são moradores n’estas minas, os quaes impedem com suas mortes, assim de brancos como de escravos²³⁰...

228 Cônego Luiz Castanho de Almeida, “Bandeirantes no Ocidente”, cit., p. 344. Essa mesma informação havia aparecido nas “Crônicas do Cuiabá”, cit., pp. 15 a 18, organizada por Antônio Toledo Pizza. Esta edição teve o cuidado de manter as notas escritas em fins do século XVIII pelo ouvidor da Vila do Cuiabá Diogo de Lara Ordonhes. No caso, o excerto destacado pertence à nota (1). Para uma leitura sobre a atuação política de Fernando Dias Falcão nas minas do Coxipó e Cuiabá ver: Carlos Alberto Rosa, *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808*, tese de doutorado apresentada à FFLCH/USP, São Paulo, 1996, pp. 67 a 71.

229 Desde os primeiros anos de ocupação daqueles descobertos há referências de que os filhos varões de Fernão Dias Falcão acompanhavam-no pelos sertões, e são eles: Antônio de Almeida Falcão – morador no Cuiabá desde 1720, cujos filhos Pascoal de Arruda Botelho e José de Almeida Falcão, em 1746, fundaram o arraial de Santa Isabel próximo ao rio Arinos; José Paes Falcão – descobridor das minas dos Cocaes em 1738; antes porém, em 1725, este último junto com o irmão Tomé de Lara Falcão descobriram o varadouro de Camapuã; e Francisco de Almeida Falcão de quem apenas se sabe ter falecido nas minas do Cuiabá em 1736. Ver: Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, vol. II, cit., pp. 265 a 267 e Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, cit. p. 143.

230 Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, vol. II, cit., pp. 118 e 119. Diz o cito autor que transcreveu o documento do “Livro 5.º de Registro dos Têrmos de Junta, que serviu na Secretaria de Governo de São Paulo, pelos anos de 1720 a 1728”.

Na sequência, passam a enumerar as qualidades necessárias ao bom desempenho daquele cargo e “moradores e povo” chegaram ao acordo de que, dos homens ali radicados, o que melhor os governaria era o capitão-mór Fernando Dias Falcão por “todos os merecimentos necesarios e toda a capacidade e ser das principaes famílias da cidade de S. Paulo, muito opulento, e haver exercitado e ocupado muitos postos no serviço de Sua Magestade... muito fidedigno para todo o bem commum.”²³¹ Entre as mais decisões que *praticaram*, constou a de conservarem o seu guarda-mór, Paschoal Moreira Cabral. Essa estratégia mantinha Pascoal Moreira Cabral no cargo por ele requerido em 1719, mas de fato era Dias Falcão quem passava a governar os povos daquelas minas.

Segundo o mesmo Pascoal Moreira Cabral, Dias Falcão, no exercício da função de cabo maior, “obrou tudo catolicamente, acomodando a todos nós particulares, movidos cá amorosamente conservando o povo unido para se entabolarem estas minas”²³². Mas ao contrário da harmonia que transparece dessa fala, os registros que ficaram dos primeiros tempos nas minas do Cuiabá denotam acirradas disputas políticas entre facções. O exemplo mais emblemático é o caso dos irmãos Leme, bastante lembrado pelos historiógrafos da primeira metade do século XX²³³.

Segundo o historiador Carlos Alberto Rosa, a luta pelo poder e a complexidade das tramas políticas que envolveram os moradores das Minas Novas do Cuiabá remontam a 1721. Também ressalta que tais lutas e tramas devem ser vistas, considerando as intrincadas relações de parentesco e os cargos públicos que exerceram seja nas Minas Gerais seja em outras vilas da capitania de São Paulo²³⁴.

No ano de 1723, no auge de intestinas lutas políticas travadas entre os potentados locais pelo controle das minas do Cuiabá, Dias Falcão partiu para Povoado (a cidade de São Paulo) com o argumento de levar o ouro dos quintos da coroa²³⁵. Ali já se

231 Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, vol. II, cit., pp. 118/119.

232 Cônego Luiz Castanho de Almeida, “Bandeirantes no Ocidente”, cit. p. 15.

233 Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, vol. II, cit., pp. 70 a 83, para além de sua versão sobre tal episódio, nos apresenta um conjunto significativo de documentos que permite entender um pouco das ações políticas encetadas pelo governador Rodrigo César de Menezes ao tratar dos episódios políticos que envolviam as minas do Cuiabá.

234 Carlos Alberto Rosa, *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808*, cit., pp.65 a 82.

235 João e Lourenço Leme da Silva foram os dois personagens mais controversos dos quantos participaram dos descobertos de ouro do Cuiabá. Como a grande maioria deles eram netos e filhos de outros sertanistas. Sobre eles pesam inúmeras acusações de crimes. Para uns eram ricos, soberbos, arruaceiros e impiedosos. Para outros, foram vítimas dos ardis do primeiro governador de São Paulo Rodrigo César de Menezes. É certo, porém, que participaram das conquistas e disputas políticas travadas pelo mando nas minas do Cuiabá. Uma leitura mais atual sobre os irmãos Leme encontra-se em: Carlos Alberto Rosa, *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808*, cit., pp. 75 a 82; sem maiores acréscimos à leitura de Rosa ver também Nauk Maria de Jesus, *Na trama dos conflitos a administração na fronteira oeste da América Portuguesa (1719-1778)*, tese de doutorado apresentada ao PPGHIS, UFF, Niterói, 2006, pp. 62 a 70.

encontravam, desde o início do mês de janeiro, João e Lourenço Leme. A trama, ao que parece, engendrada pelo governador Rodrigo César de Menezes passou-se entre São Paulo e Itú e foi cercada de muita astúcia. Em cartas escritas a seu irmão Vasco Mendonça César de Menezes, vice-rei do Brasil, e ao rei, fica claro como urdiu para dominá-los ²³⁶.

Após o desfecho da morte ou assassinato dos Leme, Fernando Dias Falcão e João Antunes Maciel foram agraciados com cargos por César de Menezes. O primeiro para as funções de regente e o segundo para as de superintendente das minas do Cuiabá ²³⁷. De volta àquele arraial, Falcão assumiria outras funções como a de provedor da Fazenda Real. Também foi ele quem, a primeiro de janeiro de 1727, ergueu pelouro, alçando o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá em Vila Real com o mesmo nome.

A leitura dos excertos destacados e as breves notas sobre João Antunes Maciel e Fernão Dias Falcão confirmam as ligações entre as distantes áreas de exploração mineral nas conquistas da coroa portuguesa na América. Do nosso ponto de vista, questionamos, assim, as abordagens que veem os descobertos do Cuiabá (e também de Goiás) como uma consequência das ações dos derrotados e descontentes da Guerra dos Emboabas.

Diante das evidências, não negamos o intenso trânsito de pessoas entre as distintas áreas mineradoras. Entretanto, preferimos entender a busca por ouro nos afluentes dos rios Paraguai e Cuiabá como uma atividade complementar e contínua no tempo, que pode remontar aos anos oitenta dos seiscentos. O achamento dos veios auríferos pressupôs décadas de explorações e conhecimentos acumulados e consumiu mais de uma geração de sertanistas. Não o vemos como obra do acaso e fruto da recompensa de homens rebeldes e descontentes com a coroa portuguesa que, apesar das injustiças que sofreram nas Minas das Gerais, encontraram novos e ricos veios auríferos.

Suspeitamos que talvez não existisse um grupo coeso de paulistas descontentes. Como se pode exemplificar com o caso de João Antunes Maciel, que recebeu patente

236 Sobre as leituras que parte da historiografia paulista fez do governo Rodrigo César de Menezes ver: Laura de Mello e Souza, “Morrer em colônias: Rodrigo César de Menezes, entre o mar e o sertão”, in *O sol e sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*, cit., pp. 284 a 326. Ver também: Luiz Henrique Menezes Fernandes, “Rodrigo Cesar de Menezes e o papel da Metrópole na incorporação das minas do Cuiabá à América Portuguesa (1721-728)”, in *Ideias*, Campinas (SP), n. 2, Nova Serie, 1ª Semestre, 2011.

237 Que existia uma disputa política entre os irmãos João e Lourenço Leme e Dias Falcão nas minas do Cuiabá e que a mesma foi decidida em São Paulo não há dúvidas. Em carta resposta ao governador Rodrigo César de Menezes, datada de 30 de Maio de 1723, Lourenço argumenta que não poderá aceitar o cargo de provedor das minas do Cuiabá por dois motivos: o primeiro era que seu irmão se eximira de assumir o cargo de sargento-mór das minas do Cuiabá, por já ter em outras ocasiões sido capitão-mór; o segundo era sua lealdade para com seu irmão. Acontece que o posto de capitão-mór daquelas minas estava ocupado por Fernando Dias Falcão. Ao declinar das mercês recebidas faz um pedido reiterado: *N’estes termos queríamos que V. Ex. proveesse no dito posto de Fernando Dias Falcão outro qualquer homem, pois nas ditas minas não faltam capazes para o poderem ocupar e fazerem n’elle um grande serviço a Sua Magestade, que Deus guarde, e o povo ficar muito satisfeito.* “Carta de Lourenço Leme da Silva ao Governador da capitania de São Paulo Rodrigo César de Menezes”, apud Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, vol. II, p. 74 (grifos nossos).

de Capitão-mór Regente das Minas do Cuiabá, do governador Rodrigo César de Menezes por ter “pelejado contra seus parentes e naturais, não por ter dêles queixa, mas por o obrigarem o zelo e a fidelidade de que ficassem as Minas na obediência de Sua Majestade”²³⁸. Esta ideia da unidade dos bandeirantes paulistas, tão cara a Taunay e a Virgílio Corrêa Filho, parece mais uma estratégia discursiva produzida no âmbito de grupos hegemônicos que têm por práxis negar as dissensões. Devemos, todavia, desconfiar de que João Antunes Maciel tenha *pelejado* contra outros paulistas por zelo à coroa. É bem possível que ele tivesse seus interesses e negócios particulares a defender.

Outro consenso que diz respeito à história em Mato Grosso é o argumento de que o ouro foi descoberto por acaso às margens do rio Coxipó. A tal estória de que Pascoal Moreira Cabral buscava os índios Coxiponés e que, sendo derrotado por esses, acabou encontrando ouro encravado nas barrancas do rio. Este discurso parece ter tomado corpo a partir de *interpretações mais livres* da narrativa de Barbosa de Sá ²³⁹. O fato é que se foi convencendo que, no vale do rio Cuiabá, desde os descobertos do *ribeiro do Coxipó* até as opulentas Lavras do Sutil, se achava ouro por sorte e obra do acaso.

Acompanhemos uma das narrativas reputada como das mais abalizadas para melhor visualizar o problema:

De sua roça, à beira do Cuiabá, não distante da barra do Coxipó, despachara Miguel Sutil dois índios à procura de mel. Tardaram até alta noite e ao retornarem ao rancho, admoestados pelo patrão, que lhes estranhara a demora, respondeu-lhe o mais ladino: ‘vós viestes a buscar ouro ou a buscar mel?’ E depositou-lhe na mão que trazia, embrulhado em folhas do mato. Eram granetes de ouro, que pesavam 120 oitavas, **colhidos**...²⁴⁰ (Grifo nosso).

238 “Provisão do Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo Rodrigo César de Menezes nomeando João Antunes Maciel Regente das Minas do Cuiabá, de 23 de Junho de 1723”, in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional - cartas e ofícios (1717-1723)*, Rio de Janeiro, Tipografia Batista de Souza, vol. XIII, s/d., e Virgílio Corrêa Filho, *História de Mato Grosso*, cit., pág. 235, nota 29.

239 É importante comentar que, ao longo do tempo, e ao sabor das conveniências, os escritos de Barbosa de Sá ora são tomados como verdade, ora como absurdo, exagero, equívoco ou mesmo como invencionice. Vejamos como Affonso de Taunay que não se furta a transcrevê-lo mais de uma dezena de vezes a ele se refere: *Penoso como só podia ser, prosseguia o povoamento do Cuiabá. Conta Barbosa de Sá, lamurioso, que 1742 correria...*; e, páginas antes, afirmara que “...a versão de Pedro Taques traz consigo tantos pormenores – pois esteve o linhagista em Mato Grosso antes de 1740 – que sua palavra como que assume a feição de contraprova a Barbosa de Sá (grifos nossos). Primeiro discordamos de Taunay, pois não se comprovou ainda esta ida de Pedro Taques ao Cuiabá. É certo que morou nas minas de Goiás. Retomando Barbosa de Sá, é fato que todos que se propõem a escrever uma história do Mato Grosso se refere aos seus ‘Apontamentos Cronológicos’, como se fossem uma espécie de texto fundador da história ali vivida. Na verdade ainda não se fez uma leitura crítica dos *Apontamentos*... existe o trabalho de Christian Fausto Moraes dos Santos, *Uma cosmologia do novo mundo: Os dialogos geograficos de Joseph Barbosa de Saa no anno de 1769*, tese de doutorado apresentada à Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005, mas tal investigação está longe de uma análise crítica bem fundamentada.

240 Virgílio Corrêa Filho, *História de Mato Grosso*, cit., pág. 206.

Virgílio Corrêa Filho faz uma leitura muito particular da narrativa de Barbosa de Sá. Destacamos dois pontos. Em primeiro lugar, o pressuposto de que os descobertos de ouro que deram origem ao arraial do Bom Jesus do Cuiabá foram encontrados sem intencionalidade. Num segundo plano, a tentativa de construir uma imagem positiva de um Miguel Sutil, que deixou de ser administrador de índios e passou a *patrão* de índios ladinos, aos quais ele apenas *admoestara*, por chegarem tarde de uma tarefa que lhes fora designada.

Outro dado importante que muitos historiógrafos esquecem de anotar é que Miguel Sutil e Pascoal Moreira Cabral eram conhecidos de longa data. Em 1699, ambos estiveram juntos nos descobertos de Curitiba “pesquisando minas de ouro, sendo que o Sutil descobriu então as que ficaram denominadas de Santa Cruz”²⁴¹. Talvez os *ladinos índios* do Sutil que saíram em busca de mel estivessem bem orientados pelo seu *patrão*.

Questionando ainda o argumento da descoberta acidental do ouro, interessamos destacar as ações encetadas por seu descobridor: Pascoal Moreira Cabral. Se é verdade, como nos afirma o historiador Carlos Alberto Rosa, e como as fontes que consultamos em arquivos, em parte, confirmam que é...

Pascoal Moreira Cabral Leme era natural da cidade de São Paulo e morador em Sorocaba. Entre 1684 e 1695, esteve nas margens do rio Miranda, no atual Estado de Mato Grosso do Sul, incursionando nas terras hispano-jesuíticas, no serviço de preamento de índios. Mais tarde, entre os anos de 1697 e 1699, se deslocou para as Minas do Curitiba, empenhando-se na prospecção e mineração de ouro²⁴².

Ao contrário do que aparece na citação, devemos esclarecer que o arraial às margens do rio Miranda não foi ocupado de modo contínuo ao longo de onze anos. Por outro lado, não há como negar que estamos então diante de um homem com experiência acumulada de preador de índios e de exímio conhecedor da mesopotâmia formada pela bacia dos rios Paraná e Paraguai. Além disso, trata-se de uma pessoa que, por ter frequentado as minas do Curitiba, deve ter adquirido alguns conhecimentos nas artes de reconhecer terrenos auríferos e de minerar.

Conferindo crédito a outras narrativas, podemos seguir vários dos passos trilhados por Pascoal Moreira Cabral. Segundo o Cônego Castanho de Almeida²⁴³, as pistas sobre ele estariam nos arquivos referentes à vila de Sorocaba. Utilizando

241 Francisco de Assis C. Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, cit., pág. 213.

242 Carlos Alberto ROSA, *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808*, cit., p. 68.

243 Luis Castanho de Almeida, “Bandeirantes no Ocidente”, cit., pp. 343 a 381.

fontes transcritas por Castanho de Almeida, foi possível recuperar parte dos deslocamentos e permanências de nosso personagem entre os anos de 1680 a 1716. Vejamos alguns dados:

Ano	ATIVIDADES QUE EM PASCOAL MOREIRA CABRAL APARECE ENVOLVIDO
1682	Estava na paragem conhecida como antiga cidade de Jerez, às margens do rio Mboteteú, comandado por André de Zuniga.
1683	A 25 de Julho reconhece e batiza em Sorocaba um filho ilegítimo (Francisco) que teve com uma serva (índia administrada?) que residia na casa de seu pai.
1684	Estava no sertão da Vacaria a sertanejar índios. Ao que indicam as fontes, ainda desta vez continuava na companhia de André de Zunéga. Se no ano anterior ele estava em Sorocaba as entradas de 1682 e 1684 são distintas.
1685	Conforme consta do 1.º <i>Livro de Batismo de Carijós</i> de Sorocaba, em Janeiro batizou uma dezena de índios. Confirma-se que no ano anterior esteve no sertão.
1691	A 19 de Novembro reconhece e batiza mais um filho ilegítimo (José) tido com uma serva (índia administrada?).
1692	Casou-se, aos trinta e sete anos, com Isabel de Siqueira Cortes, da vila de Itú.
1693	A 29 de Março batizado da primeira filha, de nome Mariana.
1694	A 26 de Março batizado da segunda filha, cujo nome não se sabe.
1697/99	Deslocou-se até as minas de ouro do Curitiba.
1700	A 26 de Julho batiza outra filha, de nome Maria. O que significa que desde setembro do ano anterior deveria encontrar-se em Sorocaba.
1710	Aparece como padrinho de batismo.
1712	A 20 de Julho foi batizado o filho Tomé recém nascido que corria perigo de vida. O que significa que em 1711 ele também estava em Sorocaba.
1715	Apadrinha um casamento na vila de Sorocaba.
1716	Saída de Sorocaba com a última bandeira que comandou antes de se anunciar os descobertos de ouro do vale do Cuiabá.

A leitura de fontes escritas e da bibliografia indicam momentos de ciclos variáveis de permanência no sertão, alternados com outros de estadias prolongadas na vila. Ou seja, Pascoal Moreira Cabral devia ser um homem como qualquer outro do seu tempo; ora dedicava-se às bandeiras de capturas de índios no sertão, ora a cultivar relações de sociabilidade, constituir família, cuidar de suas fazendas, administrar seus índios descidos, etc., o que nos permite inferir que as agruras e sofrimentos da vida no sertão podiam ser mediados por temporadas, também de muito trabalho, junto a seus afetos e desafetos e ocupado em outras funções que não apenas as de prear índios.

De acordo com estudos contemporâneos, homens como Pascoal Moreira Cabral que comandavam pequenas tropas e às vezes ensinando seus segredos a seus

filhos, parentes e conhecidos, e demandavam aos sertões em busca de “negros da terra”, eram tidos como necessários à sociedade colonial. Além disso, o modo de vida que levavam os fazia atuar como “pontes” entre mundos distintos. Ao tomarmos por base a conceituação proposta por Ângela Domingues, nosso personagem pode ser visto como “intermediário” ou, para usar uma expressão de época, um régulo do sertão ²⁴⁴.

É fato que, desde 1680, Pascoal Moreira Cabral se manteve arraialado nas proximidades do antigo povoado hispânico de *Jerez*. Cabral era, provavelmente, um dos grandes conhecedores da bacia do alto rio Paraguai. Desde 1682, que seu nome encontra-se citado na documentação espanhola ²⁴⁵. Isso nos permite inferir que as suas ações, de algum modo, preocupavam os súditos daquela coroa na bacia do rio da Prata e lhe confere certa distinção. Ao que tudo indica, *residiu* boa parte de sua vida entre a vila de Sorocaba e o vale do Paraguai (1680 – 1724). Se ele nasceu em 1654, então teria passado mais de metade de sua existência indo e vindo por aquela região.

Assim, dizer que ele tenha encontrado ouro por acaso pode denotar desconhecimento de suas quatro décadas de trabalho e risco de vida no sertão, na faina de prear índios. Não foram poucos dos seus conhecidos os que pereceram naquela lida. Ele mesmo, só na bandeira de 1716/18, teria perdido vários de seus homens e um dos filhos. É o que argumenta em carta ao rei, datada das minas do Coxipó, em 15 de julho de 1722:

como ando a seis annos nesses sertões, ocupado no Real serv^o. de V. Mag^{de}. em minha comp^a. cincoenta e seis homens brancos, fora escravos e servos, sustentandoos a minha custa, conquistando os reynos do gentio e adquirindo m^{tos}. delles para o gremio da Igreja, na dilig^{ca}. de descobrir ouro, prata e pedras preciosas, distante da cidade de S. Paulo serra acima quatro meses de viagem, ao depois de perder hum filho e quinze homens brancos e alguns escravos q^e. os mataram e comeram o gentio, com inúmeros riscos de vida, tanto por rios, como por terra, nas cabeceyras do Cuyabá descobri um rib^o. chamado Cuxipó com m^{tas}. datas de ouro ²⁴⁶.

244 Ângela Domingues, “Régulos e absolutos”: episódios de multiculturalismo e intermediação no norte do Brasil (meados do século XVIII), in Rodrigo Bentes Monteiro e Ronaldo Vainfas, *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*, São Paulo, Alameda, 2009, pp.119 a 138.

245 “Testimonio legalizado del auto proveído en la ciudad de la Asunción, en 22 de Febrero de 1682, por D. Juan Diez de Andino, Gobernador del Paraguay. Relativo á las invasiones de los portugueses que invadieron por la vía del Brasil las provincias del Paraná y Paraguay, intentando poblar en el sitio en que estaba la antigua ciudad de Jerez”, in Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay...*, Tomo III, cit., p. 457 e sgs.

246 “Carta de Pascoal Moreira Cabral Leme, dirigida ao Rei (D. João V), relatando os serviços feitos na conquista do gentio, conseguindo trazer muitos deles para o gremio da Igreja. Minas do Coxipó, 15, de Julho de 1722”, A.H.U., São Paulo, Projeto Resgate, CD 1.7/003/001, fotogramas 152 a 154. Ver também Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, cit., pp. 213/14.

Considerando que esta carta foi escrita em 1722 e que a mesma remonta a episódios de cinco anos passados, os indícios e o vazamento da notícia de que podia haver muita *grandeza* de ouro nos afluentes do rio Cuiabá pode remontar a 1717. No ano anterior, Pascoal Moreira Cabral retornara dos sertões para Sorocaba. Após recobrar as forças e abastecer-se de víveres, armas e munições, fez torna viagem. Ainda no ano de 1717, João Antunes Maciel e seus irmãos Gabriel e Antônio teriam montado uma bandeira e se deslocaram no encalço de Cabral.

No seguinte ano, que era o de 1718, Fernão Dias Falcão, à frente de um grupo com cerca de cento e trinta homens fora encontrar Moreira Cabral e os Antunes Maciel em situação de risco de morte no arraial do *Carandá*. Só é possível entender as ações, bem como os investimentos de capital daqueles homens, tão experientes nas lidas do sertão e nas artes de minerar, se admitirmos que as notícias dos descobertos já fossem conhecidas antes da propalada notificação de Pascoal Moreira Cabral aos agentes da coroa portuguesa, datada de oito de abril de 1719.

É cada vez menos crível a tese, formulada a partir da narrativa de Barbosa de Sá, de que exista um documento e data fundadores da história de Cuiabá ou mesmo de Mato Grosso. Parece-nos difícil ignorar ou aceitar, sem questionamentos, a construção de que os descobertos de ouro do Cuiabá são fruto do acaso. Por outro lado, aceitar que Pascoal Moreira Cabral, ao ser derrotado pelos índios Coxiponés, acabaria por ter mais sorte que os outros sertanistas, pode ser uma estratégia discursiva que evita questionar a construção do oito de abril de 1719 como o mito fundador da *História de Mato Grosso*.

Mas, para além dos sertanistas com seus índios administrados, dos contingentes de homens e mulheres livres pobres que para aquelas minas acorreram, dos funcionários régios e da instalação dos aparatos de governo naquelas minas, das disputas políticas locais, das negociações na Europa entre os representantes das monarquias ibéricas pela posse daqueles vastos sertões, as conquistas do Cuiabá foram antes de tudo sobre as populações ameríndias. Este é o tema a ser discutido no próximo tópico.

As Conquistas do Cuiabá

Ao longo do tempo, os historiadores que escreveram a *História de Mato Grosso* tiveram como foco de análise Cuiabá. Foi a primeira vila a ser erguida e, no século XIX, passou a ser a capital da já então província de Mato Grosso, posto que mantém até os dias correntes. Sem dúvida, as *conquistas do Cuiabá* localizavam-se num dos pontos mais distantes alcançados pelos súditos da coroa portuguesa no Estado do Brasil. O povoamento daquelas plagas requereu muito esforço físico e investimento de capitais e ceifou muitas vidas de seus partícipes – índios, europeus, negros e de seus descendentes.

As narrativas dos fatos ocorridos nas minas do Cuiabá têm privilegiado as agruras. Podemos dizer que, em linhas gerais, as distintas abordagens que se

sucederam ao longo do tempo seguiam um padrão ²⁴⁷. Vejamos. O ouro teria sido descoberto por acaso. Os inimigos seriam alguns povos indígenas e os vizinhos hispânicos. A natureza desconhecida impingia grandes sofrimentos aos colonos. A fome, as feras e as doenças foram companheiras constantes daqueles homens. Houve apenas uma disputa pelo poder naquelas minas – o caso dos irmãos Leme. A coroa, com a mão de ferro de seus funcionários, mais atrapalhou que ajudou. Não obstante todas essas agruras a que estiveram expostos, os moradores do Cuiabá – não os do Mato Grosso – asseguraram para a monarquia portuguesa e, depois, para o império do Brasil, a posse de vastos territórios.

É fato inegável que esses episódios ocorreram. Contudo, não nos parece que eles sejam a marca distintiva da sociedade que ali se organizou. Mesmo que seja verdade que o seu abastecimento era difícil também deve considerar-se que havia uma produção local que permitia alimentar o conjunto das pessoas ali radicadas. Independentemente do *status* social, todos os moradores das minas deveriam se alimentar pelo menos uma vez por dia e não apenas quando chegavam as monções anuais. Se uma praga de ratos, como afirma Barbosa de Sá e depois repetido por todos os historiadores, comesse toda safra de alimentos, as pessoas morreriam de fome ou as minas se despovoariam.

O que defendemos não é uma releitura de tais episódios. Mas que eles sejam minimizados e que a historiografia se ocupe de questões que entendemos mais relevantes.

Não conseguimos enxergar inovação teórica ou metodológica em se reler vezes sem conta o episódio da troca do baú que saiu de Cuiabá com ouro e chegou a Lisboa com chumbo ²⁴⁸. Na nossa perspectiva, uma reinterpretação da problemática que nos importa merece que se considerem fatos como o da viagem financiada pelo senado da Câmara da Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá à redução de San Rafael de los Chiquitos em 1740, até agora entendida apenas como mera evidência de contrabando ou descaminho²⁴⁹. Pouco se perguntou sobre como seus moradores descobriram o caminho e sobre quem os guiou. De igual modo, importa também considerar quais as repercussões de tal viagem junto aos agentes das coroas de Espanha e Portugal na América e, até mesmo, em Madrid e em Lisboa. Sequer sabemos se e como os povos indígenas transitaram entre os jesuítas hispânicos e os colonos do Cuiabá e Mato Grosso.

247 Estamos nos referindo a autores como Robert Southey, Adolpho Varnhagen, Affonso de Taunay e Virgílio Corrêa Filho. Mesmo os estudiosos mais contemporâneos gostam muito de relembrar e reforçar tais agruras, aqui nos referimos a Otávio Canavarros, Carlos Alberto Rosa e Nauk Maria de Jesus. Todos os autores e suas respectivas obras são ou já foram citados ao longo deste e dos capítulos anteriores.

248 Nauk Maria de Jesus, *Na trama dos conflitos a administração na fronteira oeste...*, cit., p.93.

249 Mário Clemente Ferreira, “O conhecimento da área de fronteira entre o Mato Grosso e a América espanhola no século XVIII: a procura de informações geográficas e cartográficas por portugueses e castelhanos”, in Francisco R. de Oliveira e Héctor M. Vargas, *Mapas de metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX*. Lisboa/Ciudad de México, 2010, pp. 267 a 297.

É certo que muitas das verdades consolidadas até agora estão a ser repensadas. Nas duas últimas décadas, surgiram novos estudos sobre a agricultura e o abastecimento, a distribuição de sesmarias, a alimentação, as doenças e as curas, a escravidão, o comércio, a administração interna da capitania, as demarcações de fronteiras, as relações com as missões de Mojos e Chiquitos, as ligações com o Estado do Maranhão e Grão Pará, o poder simbólico das festas, abordagens centradas nas ações dos governadores, estudos sobre urbanização através das trajetórias de algumas de suas vilas.

De entre tantas possibilidades em reapreciação pela moderna historiografia mato-grossense, a temática indígena também foi contemplada. Não se pode, de fato, dizer que os povos indígenas estiveram ausentes na escrita da história dita tradicional, fosse no âmbito local, fosse da perspectiva dos historiográficos paulistas.

Vejamos algumas verdades consolidadas. A motivação das bandeiras era a caça ao índio. Pascoal Moreira Cabral, por ter sido derrotado pelos *bravos* Coxiponés, teve como recompensa descobrir o ouro nas barrancas do rio Coxipó. Os Guatós informaram quem eram os Payaguás. Os Bororos, com seus quinhentos arcos, ajudaram Antônio Pires de Campos, o novo, a derrotar os Kayapós. Uma aliança entre Payaguás e Guaykurus impediu aos paraguaios dominarem o Pantanal. Os Guaykurus fizeram alianças com os portugueses e os Payaguás com os paraguaios. Os Parecis eram os índios mais cordatos, etc ²⁵⁰.

250 As releituras sobre a temática indígena ocorreram no âmbito de programas de pós-graduação. Vejam-se: Edir Pina de Barros, *Kura Bakairi/Kura Karaiwa: dois mundos em confronto*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UNB, Brasília, 1977; Romana Maria Ramos Costa, *Cultura e Contato: um estudo da sociedade Paresi no contexto das relações interétnicas*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985; Edir Pina de Barros, *História e cosmologia na organização social de um povo Karib: os Bakairi*, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da FFLCH/USP, São Paulo, 1992; Maria Fátima Roberto Machado, *Índios de Rondon: Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Waimaré e Kaxiniti, grupos Paresi*, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1994; Cláudio Alves Vasconcelos, *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 1995; Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa, *Senhores da Memória: uma história dos Nambiquara do Cerrado*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS, UFMT, Cuiabá, 2000; Verone Cristina da Silva, *Missão, aldeamento e cidade: os guanã entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS, UFMT, Cuiabá, 2001; Loiva Canova, *Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS, UFMT, Cuiabá, 2003; Sandra Nara da Silva Novais, *Ruínas de Xerez: marco histórico do colapso do projeto colonial castelhano em Mato Grosso (1593 – 1632)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS, UFGD, Dourados, 2004; Thereza Martha Borges Pressotti, *Na Trilha das Águas: Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul...*, cit.; Alessandra Resende Dias Blau, *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS, UFMT, Cuiabá, 2007; Ione Aparecida Martins Castilho Pereira, *Missão Jesuítica Colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo uma Missão num espaço de fronteira (1743-1769)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS/PUC-RS, Porto Alegre, 2008; Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa, *O homem algodão: uma etno-história Nambiquara*, Cuiabá, Carlini & Caniato/EdUFMT, 2009; Aloir Pacini, *Identidade étnica e Território Chiquitano na fronteira (Brasil-Bolívia)*, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFRGS, Porto Alegre, 2012, entre outras dissertações e teses já citadas.

Com relação ainda às abordagens mais recuadas no tempo, não nos parece que elas fossem desprovidas de escolhas. Assim, quanto aos grupos acima nominados, é interessante verificar como alguns deles aparecem na historiografia e que simbolismos podem conter suas representações.

Os Payaguás, apesar de traiçoeiros, seriam valentes, aguerridos combatentes e foram objeto de muitas bandeiras e guerra justa. Após mais de cinquenta anos de embates teriam se afastado do alto Paraguai. Enfraquecidos, fizeram alianças com os paraguaios (1740/1790), retirando-se para Assunção onde, alcoólatras, acabaram por ser extintos. A degradação veio com a aliança celebrada com outro *nosso inimigo*: os paraguaios. Parece-nos que essa imagem, aparentemente ambígua dos Payaguás, queria transmitir a ideia de que “quanto mais forte e astuto é o inimigo que eu venço, maior é meu poder”. Reforçava-se também quão ruins e perigosos podiam ser os paraguaios que destruíram inimigos tão poderosos. O Payaguá, como figura majestática, o inimigo forte de quem se conquistou o território, apareceu pela primeira vez na letra do Hino de Mato Grosso (1919) ²⁵¹. No imaginário que, desde então, passou a ser construído pela elite intelectual cuiabana a perpetuação da força e a homenagem à pertinácia desse povo extinto traduziu-se também na escolha do nome da sede do governo do Estado de Mato Grosso: *Palácio Paiaguás*.

Por seu turno, Guaykurus, Kayapós, Bororos e Parecis só alcançaram ser nomes de ruas, oficinas mecânicas, de hotéis, de rios e até de cachorros, mas nunca de lugares de poder. O que explica isto? Porque aguerridos em seus modos de ser todos foram! Ora, os Guaykurus teriam lutado ao lado do Brasil na guerra contra o Paraguai! Segundo interpretações antigas e contemporâneas, eles contribuíram para a formação do território nacional. Os Parecis jamais nos fizeram guerras e suas mulheres eram asseadas, bem feitas de corpo e boas esposas. Os Bororos... Bem... os Bororos são os parentes do Marechal Rondon, a mais ilustre personalidade do estado. O que os impediu, então, de ascender a um lugar de respeito no imaginário mato-grossense? Cremos que é exatamente o fato de não terem sido extintos, como ocorreu com os Payaguás.

O número de povos indígenas que tiveram visibilidade, através da representação escrita, fez com que de um lado se cristalizasse a ideia de que não passavam de meia

251 A letra do hino de Mato Grosso foi composta em 1919 pelo bispo de Cuiabá que ocupava o cargo de Presidente do Estado. Foi apresentada em público por ocasião das comemorações dos factícios 200 anos da fundação de Cuiabá. Já na primeira estrofe da letra do hino aparecem os Payaguás vejamos: “Limitando, qual novo colosso, / O ocidente do imenso Brasil, / Eis aqui, sempre em flor Mato Grosso, / Nosso berço glorioso e gentil! / Eis a terra das minas faiscantes, / Eldorado como outros não há / **Que o valor de imortais bandeirantes / Conquistou ao feroz Paiaguá**”! (grifos nossos). Aqui o “Paiaguá” sintetiza todos os índios. Como o hino é cantado nas escolas, desde criança, se aprende e se exalta a conquista do Mato Grosso como devida aos bandeirantes conquistadores dos Payaguás que sequer viviam próximo ao rio Cuiabá. A terra pertencia a um inimigo feroz que não se vê porque não existe, portanto, livre para ser ocupada.

dúzia (Guaykurus, Kayapós, Guanás, Guatós, Bororos e Parecis). Por outro lado, a apropriação de suas terras e a matança indiscriminada que os vitimou gerou a necessidade de justificativas. Tal situação, ao longo do tempo, alimentou ácidos debates entre aqueles que apregoavam seu extermínio e os que defendiam a sua integração à sociedade brasileira. Aos poucos, no plano de senso comum, disseminaram-se as noções e epítetos de que eram preguiçosos, sujos, traiçoeiros, indolentes.

No discurso de muitos dos ideólogos da construção do Estado Nacional brasileiro, o que se pregava era que, por serem todos brasileiros, os índios deveriam ser incorporados à sociedade nacional. Para tanto, deveriam deixar seus hábitos selvagens e adotar os costumes “civilizados”, transformando-se em trabalhadores nacionais.

Até onde sabemos, os historiadores brasileiros não fizeram leituras amplas e inclusivas sobre os povos indígenas que, nos séculos XVI a XVIII, ocupavam a territorialidade compreendida pelas bacias do alto Paraguai e alto Guaporé. Apesar das mudanças que a historiografia vivencia, ainda se insiste em estudar apenas os povos que, segundo os historiógrafos do século XIX, sobreviveram às conquistas. Outra característica dos estudos atuais é o recorte temporal centrado na segunda metade dos setecentos, em especial o impacto causado pelo chamado *Diretório dos Índios* ²⁵².

Nosso tempo em análise é mais recuado. Interessam-nos, sobretudo, os anos iniciais daquelas conquistas. A dificuldade maior reside em encontrar fontes. Assim, como a maioria dos historiadores que trataram da capitania de Mato Grosso no século XVIII, também nós, usaremos como referencial o documento considerado marco primevo para aquela espacialidade, sobre os índios em contato com os conquistadores portugueses, a saber, “*Breve Notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu reconcavo...*” ²⁵³.

Começemos por identificar o autor e sua *Breve Notícia*. Filho de Manuel de Campos Bicudo, Antônio Pires de Campos, nasceu em Itu, por volta de 1659, e morreu na mesma vila em 1749. Sua vida, no entanto, foi permeada de muita aventura. Aos 14 anos de idade esteve pela primeira vez nos sertões que, ao depois,

252 Sobre este tema ver os seguintes trabalhos pioneiros: Rita Heloísa de Almeida, *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*, Brasília, Ed. da UNB, 1997; e Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, CNCDP, 2002.

253 “Antônio Pires de Campos, Breve Notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu reconcavo, na qual declara-se os reinos a que chegou e vio por maior, sendo em tudo diminuto, porque seria processo infinito, que se quizesse narrar as varias nações, nos mesmos usos, e costumes, trajes e vantagens que fazem, e menos numeral-os, por se perder o algarismo, principalmente no dilatado reino dos Parecizes, tão extenso e dilatado, e seus habitantes por extremo asseadíssimos e estáveis, e tão curiosos que podem competir com as mais das nações do mundo no seu tanto, e dos que aqui não faz menção, e farão outros mais curiosos que elle. Se o faz, do que a experiencia lhe tem mostrado no decurso de tantos anos, até o dia 23 de Maio de 1723”; in *RIHGB*, Tomo XXV, Rio de Janeiro [1862], Nendeln/Liechtenstein, Kraus Reprint, 1973, pp. 437 a 449.

vieram constituir as capitanias de Mato Grosso e Goiás. Em 1679, passou às minas de Paranaguá com o sogro (Salvador Jorge Velho). Em 1682, percorreu outra vez os sertões onde se descobririam as minas que vieram a ser chamadas de Goiasés, na companhia de Bartolomeu Bueno da Silva, o velho.

Quando se anunciaram os descobertos de ouro nas Gerais, mudou-se por algum tempo para as minas dos Cataguases. Após a Guerra dos Emboabas, voltou para Itu. Em 1716, consta que estava no rio Cuiabá, onde capturara grande número de índios Coxiponés que levou para São Paulo. Ao Cuiabá só retornaria em 1724, onde permaneceria dez anos. Ao longo desse período participou da vida política e da defesa daquelas minas.

Segundo a narrativa de Sá Carvalho, teria asilado os irmãos Leme em Itu, dos quais era parente, no episódio já referido. Por este motivo, quando retornou ao Cuiabá e, entre 1724 e 1728, não teria morado na Vila, mas nas sesmarias que possuía em áreas que abarcavam a serra de São Jerônimo, as cabeceiras dos rios das Mortes e do São Lourenço, e descendo por este rio abaixo. Tal espacialidade era povoada pelos índios conhecidos como Coroados e Porrudos. Consta que foi ajudado pelo seu irmão, o frade Manuel de Campos Bicudo, quando aldeou os Porrudos dos rios São Lourenço e Cuiabá num lugar conhecido como “Baía do Frade”. Antes disso, teria fundado aldeamentos com os índios Coxiponés no espaço intermédio ao rio Aricá e a Serra dos Coroados ²⁵⁴.

Para os historiógrafos das bandeiras, a partir da altura da década de 1720, começa um período confuso ao se narrar as ações dos Antônio Pires de Campos (o pai que nasceu por volta de 1659 e o filho nascido pós 1680). Parece-nos que tal confusão se deveu ao fato de pai e filho terem vivido sempre muito próximos. A ascendência que os Pires de Campos adquiriram sobre os grupos indígenas no entorno das minas do Cuiabá lhes assegurou lugares de poder. Com sesmarias contínuas localizadas tanto nos afluentes da bacia amazônica (no rio das Mortes), como platina (no rio São Lourenço), eles podiam ser pontos de apoio e mobilizar suas forças para-militares indígenas em diversas direções.

Desde 1730, participaram das expedições que foram dar combate aos Payaguás. Tendo em vista a localização de suas sesmarias, é bem provável que tenham armado e levado nessa bandeira os Bororos do São Lourenço, portanto, os Porrudos. Novamente em 1733, seriam convocados sob a alegação que deveria participar da guerra justa

²⁵⁴ Sá Carvalho, “O grande bandeirante Antonio Pires de Campos (1716-1756)”, in *RIHMT*, Tomos LIII a LVI, 1946, pp. 89 a 96 (dos estudos disponíveis este talvez seja a menos confiável, dadas as confusões que este autor faz ao não conseguir separar as ações dos Antônio Pires de Campos – pai e filho). Entre outros estudiosos ver: Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário das Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, cit., pp.97 e 98.

que então se declarou aos Payaguás. Na enxurrada de patentes que o governador da capitania de São Paulo, o conde de Sarzedas, vendeu aos paulistas partícipes da guerra, foi “nomeado” coronel de um regimento de infantaria, e seus irmãos Pedro Vaz de Campos e frei Manoel de Campos Bicudo, respectivamente, tenente-coronel e capitão-capelão. Finda a guerra e já gasto pelos muitos anos vividos, Antonio Pires de Campos, o velho, regressou, em 1735, a Itú onde residiu até fim dos seus dias (1749). Contava então cerca de 90 anos de idade ²⁵⁵.

A *Breve Notícia* de Antônio Pires foi estampada como sendo do ano de 1723, talvez por se ter entendido esse como o ano de sua redação. Todavia, no corpo da narrativa, há indicações de que foi escrita nas minas do Cuiabá, em data posterior a 1727 e anterior a 1730 – uma vez que não cita episódios como o do ataque dos Payaguás à monção do ouvidor Antônio Alvares L. Peixoto. Defendemos que as informações por ele compiladas sejam uma seleção de fatos e experiências que vivenciou e/ou ouviu falar sobre os sertões dos rios Paraná e Paraguai entre as décadas de 1670 a 1720.

Sabemos de duas edições da *Breve Notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos*. Uma publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1862; e outra, sem data, editada por Affonso de Taunay e reeditada em 1952, 1953, 1976 e 1981 ²⁵⁶. Ao que parece, este é um dos poucos textos da coletânea organizada por Taunay em que não se utilizaram as cópias manuscritas da Biblioteca de Évora, nomeadamente o códice CXVI/1-15 da coleção do Padre Diogo Suarez. Tudo indica que Taunay apenas atualizou a grafia da edição da Revista do IHGB. Confrontando as duas edições e os manuscritos de Évora, percebemos que, no que tange à grafia dos nomes dos grupos indígenas, há discrepâncias. O problema dessas “transcrições” atualizadas é que um investigador menos atento, ao consultar o manuscrito de Évora, possa “descobrir” novas *etnias* ²⁵⁷.

255 Este parágrafo é um resumo dos dados apresentados por Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, cit., p. 97. Vale esclarecer que os feitos atribuídos a Antônio Pires de Campos, o jovem, datam da década de 1740/50 e estão relacionados aos serviços de seus Bororos, vendidos ao governador da capitania de São Paulo, quando se foi dar guerra aos Kayapós.

256 Afonso de E. Taunay (introdução e notas), *Relatos Sertanistas*, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, pp. 179 a 194.

257 Há um recente estudo sobre as “Notícias Práticas sobre as Minas do Cuiabá”, em que se pretendeu uma análise do texto de Antônio Pires de Campos, e que se utilizou dos manuscritos sob a guarda da Biblioteca de Évora. Infelizmente, a autora, também não manteve a grafia dos nomes dos povos indígenas tal como consta nos manuscritos. Assim, se compararmos a edição da Revista do IHGB, as transcrições da tese referida e o manuscrito de Évora, percebemos que, em alguns casos, o nome de uma *nação* pode vir grafado de três formas distintas. Ver: Thereza Martha B. Presotti, *Na Trilha das Águas: Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso...* cit.,.

Mas do que trata tal opúsculo? Até onde sabemos, é o documento, em língua portuguesa, que detalha com maior profusão quais eram os povos indígenas encontrados ao longo de vários formadores das bacias dos rios Paraná e Paraguai. Seu autor não indica a temporalidade que vai tratar, mas, confrontado com a literatura jesuítica sobre o alto Paraguai, tudo indica que ele tenha recorrido à sua memória de sertanista e, ao assim proceder, tenha informado, também, sobre povos dos quais apenas ouviu falar e de outros com os quais teve contato esporádico, entre fins do século XVII e princípios do XVIII.

Ao se referir aos povos indígenas que diz ter conhecido, Pires de Campos os nomina ora como nação, ora como lotes. Mas, infelizmente, o narrador não especifica o sentido que atribui às expressões *lotes* e *nação* ²⁵⁸.

Passemos então à nossa mais conhecida fonte. “Todos estes sertões e gentios de que dou notícia foram descobertos pelos paulistas”. É com esta frase que Antônio Pires de Campos encerra a narrativa encetada na *Breve Notícia que dá o capitão....* Ali diz relatar sobre o que viu e conheceu ao longo de mais de cinquenta anos, período em que foi várias vezes a incontáveis e longínquos sertões. Muitos historiadores e antropólogos já lançaram mão desse documento para confirmar suas hipóteses de investigação. Outros pretenderam dar visibilidade a meia dúzia de povos ameríndios.

Em que pese os aspectos narrativos fantasiosos sobre os povos que descreveu, os *esquecimentos* providenciais como o de não explicar o que faziam os paulistas por aqueles sertões, o ignorar a presença dos jesuítas de Castela nas reduções de Chiquitos, Pires de Campos nos apresenta não só o mais completo elenco de nomes dos grupos indígenas jamais arrolado por qualquer outra fonte portuguesa que conhecemos, mas, também nos oferece suas possíveis localizações ²⁵⁹.

Ao todo, ele nomina 87 *lotes* e/ou *nações de gentios*, dos quais mais de 60 na bacia do alto Paraná e Paraguai. Ao localizar os grupos indígenas, a sua narrativa dá conta do périplo realizado pelos sertanistas das capitanias de São Vicente e São Paulo. Assim, o espaço físico ali perlustrado, inicia-se pelo rio Tietê, percorre o Paraná, o

258 Entre os estudos que identificam povos que viviam na bacia do rio Paraguai, anteriores à conquista, está o de Jorge Eremites de Oliveira, “Da pré-história à história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoieiros do Pantanal”, in *Revista de Arqueologia*, 16, 2003; e o de Maria Clara Migliacio, *O doméstico e o ritual: cotidiano xaray no alto Paraguai até o século XVI*, cit.

259 Dos estudos sobre os povos indígenas na territorialidade Mato Grosso que aparecem nos meados do século XIX, destacamos os de Augusto Leverger, já citados, e o de João Augusto Caldas, *Memória histórica sobre os indígenas da Província de Matto-Grosso pelo Capitão João Augusto Caldas*, Rio de Janeiro, Typ. Polytechnica de Moraes & Filhos Editores, 1887. Esse autor, ao referir-se aos primórdios do século XVIII, elenca sessenta e quatro grupos indígenas que teriam habitado as *margens dos rios por onde navegavam os sertanistas*. Argumenta ainda que daqueles povos restariam, no tempo em que ele escrevia, apenas a *tradição*.

Pardo, o varadouro de Camapuam, os rios Coxim, Taquari, Mboteteu, Paraguai, Jaurú, Sepotuba, Porrudos, Piquiri e Cuiabá e transpõe a bacia platina para a amazônica, nas cabeceiras do Sepotuba e Cuiabá. Não obstante, importa considerar que ele não faz referências às margens ocidentais do rio Paraguai, onde se situavam os grupos indígenas que viviam no Chaco, bem como os que migraram para a missão de Chiquitos.

Sua narrativa é, até certo ponto, envolvente. As diferentes *nações* ou *lotes de gentios* são apresentados como se o leitor/viajante estivesse embarcado com o autor no rio Tietê e ambos fossem em demanda das minas do Cuiabá. Logo de saída, um primeiro espanto: a inexistência de povos indígenas no curso do mais paulista dos rios desde pelo menos 1670. No momento em que apresenta o primeiro grupo, começa a nos surpreender na medida em que procura distingui-los ou dar-lhes identidade, através da descrição de elementos distintivos e identitários de cada um dos *lotes* ou *nação* daqueles gentios.

O que seriam estes elementos distintivos? Parece-nos que elegeu os seguintes: a língua; as vestimentas; as armas; o rol de alianças e guerras entre os *lotes*; os modos de subsistência; e, finalmente, o local onde viviam e as formas de habitação. Mas, não necessariamente nesta ordem. Não há um método que siga e estes seis itens não são *respondidos* para todos os grupos que elenca.

Um dado coincidente em sua narrativa, bem como na dos jesuítas espanhóis, é a ausência de outros grupos nas áreas patrulhadas pelos Payaguás e Guaykurus ao longo da margem oriental do rio Paraguai.

Outro é a escassez de povos na bacia do rio Paraná. O investigador terá que atentar para o fato de que o autor se refere a alguns grupos usando o tempo pretérito.

Já no terceiro grupo ou como ele chama *lote*, que *habitou e habita por este rio Tacoary*, encontramos expressos muitos dos aspectos que ele se propõe informar. Após localizá-los no espaço físico – que é outra característica de sua narrativa – afirma...

...todos estes são de **uma língua**, e de **um traje**, e no viver não difere uns dos outros, **vivem de montarias, algumas lavours** que tem de mandioca e suas batatas, cousa muito pouca, é gente sem aldêas, nem lugar certo... Estes gentios em sentindo brancos em suas terras **unem-se todos com uma paz geral para darem guerra aos brancos...**²⁶⁰ (grifos nossos).

É muito evidente nesta citação que ele percebia a existência de elementos identitários e diferenciadores ao nominar os distintos *lotes*, *reinos* ou *nações* de gentios. Neste caso, ele destaca como aquele conjunto de *lotes*, apesar de fazer guerras entre si, era capaz de se unir frente a uma ameaça externa: os sertanistas ou bandeirantes paulistas.

260 Antonio Pires de Campos, “Breve Notícia que dá o capitão...”, cit. pp. 438 e 439.

Para reforçar e clarificar melhor nossos argumentos, vamos utilizar outro exemplo: o dos Sarayez. Também conhecidos como Xaraiés, que eram os mesmos Jarayes, Xarayes (Zarabecas e Saravecas) dos jesuítas e colonos das Índias de Castela.

Visinhos a este rio (Jauru) acima **morou** o gentio Sarayez, **esta nação é reino repartido em muitas aldêas**, em uma d'ellas se contaram novecentas e tantas choças, gente mui limpa e aceiada, no seu viver pouco ocioso e mui grandes lavradores, **assim viviam muito abundantes de mantimentos, e outras farturas, que lhes permitiam os seus paizes**, e muito pacíficos, vivendo com o mais gentio de paz, que nunca soube se puzesse guerra a ninguém e todos viviam em terra firme e aldeados; os **nomes d'elles são os seguintes: Manui, Curataré, Guaçadacuri, Oticotó sana, Creigua verodosano e outras mais nações, que não me lembro...**²⁶¹ (grifos nossos).

Desta citação interessam-nos dois aspectos. Primeiro, chamar a atenção para o fato de que os Xaraiés são referenciados no tempo pretérito. O que pode ser um indicativo de que, quando o autor escreveu suas *Notícias*, eles não fossem mais tantos no rio Jauru. Desde o século XVI, que esses índios são referenciados nos relatos espanhóis como hábeis agricultores e morando em aldeias densamente povoadas. Se for verdade, tal como nos informa B. Susnik, que já em fins dos quinhentos, as grandes aldeias do povo Xaraiés, organizadas em *barrios-cacicatos*, se diluíram, então de onde viria a informação de *aldeias com novecentas choças* dada por Pires de Campos? Para o século XVIII, os dados dos jesuítas de Chiquitos, datados de 1705, revelam os *Xarayes* (*Sarabes*) vivendo naquelas reduções. Três anos antes, o padre Ximenes já os considerava em reduzido número²⁶².

O segundo aspecto diz respeito às informações sobre a organização política dos *Sarayez*. Pires de Campos apresenta os *Sarayes* como uma *nação* composta por vários *lotes* os quais falavam a mesma língua e tinham os mesmos costumes. Por sua vez, os *países* que ocupavam eram férteis e povoados por aldeias de agricultores, onde viviam *lotes* com denominações distintas, cada *lote* em seu país e formavam assim um grande *reino*. Do que se percebe, as expressões – hoje conceitos – *nação*, *reino* e *país* aparecem ali com sentidos bastante distintos. Depreendemos então que o reino dos *Sarayes* era formado por uma nação (povo com costumes similares) e constituído por um país ou por países (território ou territórios onde grupos com mesmos costumes viviam, trabalhavam e se reproduziam).

261 Antônio Pires de Campos, “Breve Notícia que dá o capitão...”, cit. p. 442.

262 “Carta do Padre Ximenez ao Provincial da Companhia no Uruguai fazendo uma crítica do plano intentado com a viagem anterior. N. S.^{ma} de Fee y En^o. de 1704”, in Jaime Cortesao, *Os Antecedentes do Tratado de Madrid, (1703-1751), Manuscritos da Coleção de Angelis VI*, cit., pp. 55 a 67.

Entre outros pontos que aparecem naquela narrativa, podemos destacar aspectos relacionados ao *ethos* de alguns dos grupos ali arrolados. É desta forma que “viver de corso e montarias e sem aldeias” pode significar uma referência a povos paleolíticos. Ou seja, canoieiros, pescadores, caçadores e coletores. De igual modo, “ser de aldeias e exímios agricultores” e viver em terra firme – pode indicar um grupo Tupi-guarani. Ser de índole pacífica – Arawak; de índole guerreira – Macro-Jê ou Guaykuru –, os grandes troncos linguísticos que abrigavam os falantes das diversas línguas que viviam no alto Paraguai.

O conhecimento demonstrado por Pires de Campos sobre as muitas *nações* e *lotes* indígenas que habitavam as bacias do alto Paraná e Paraguai nos leva a pensar se todos eles fizeram parte dos contingentes humanos descidos pelas bandeiras paulistas entre fins do século XVII e as primeiras décadas do XVIII. Nosso narrador passou ao largo do tema dos descimentos e das vendas e uso dos índios como cativos.

Uma outra questão que importa, de modo pertinente, considerar é o debate sobre os usos da mão de obra indígena e a legislação que tal prática demandou, durante o período colonial, já que tal assunto vem alimentando boa discussão entre os historiadores. Nas últimas décadas, surgiram investigações que tratam da questão para as capitanias que compunham tanto o Estado do Brasil – incluindo o extremo sul da América portuguesa –, quanto o Estado do Grão-Pará e Maranhão ²⁶³.

Parece-nos que esta temática ainda não foi pensada para o espaço das altas bacias dos rios Paraná/Paraguai. As indicações que surgem nas fontes apontam para práticas sertanistas que, desde 1680, desciam índios para as vilas da capitania de São Vicente e, depois, de São Paulo.

Analisando as fontes, não percebemos argumentos explicativos de suas ações. A prática dos descimentos nos parece uma atividade escamoteada pelos sertanistas. Por

263 Entre outros estudos ver: Nádia Farage, *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas e a colonização do Rio Branco*, Rio de Janeiro: Paz & Terra/ANPOCS, 1991; Beatriz Perrone-Moisés, “Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”, in Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992, pp. 115 a 132; Rita Heloísa de Almeida, *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do Século XVIII*, cit.; Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, cit., 2002; John Manuel Monteiro, *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*, cit., 2001; Patrícia Maria Melo Sampaio, *Espelhos Partidos: Etnia, Legislação e Desigualdade na Colônia. Sertões do Grão-Pará, c. 1755 – c. 1823*, tese de doutorado apresentada ao PPGHIS, UFF, Niterói, 2001; Almir Diniz Carvalho Júnior, **Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)**, tese de doutorado apresentada ao PPGHIS, UNICAMP, Campinas, SP, 2005; Mauro Cesar Coelho, *Do Sertão para o Mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 2005; Elisa Fraühauf Garcia, *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*, Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. Entretanto, há estudos pioneiros sobre o tema como o de: João Lúcio de Azevedo, *Os jesuítas no Grão Pará. Suas missões e a colonização*, Coimbra, Imprensa Universidade, 1930;

exemplo, nos pedidos à câmara de São Paulo solicitando autorização para as saídas das bandeiras, os solicitantes evocavam cartas recebidas do rei de Portugal que elogiavam suas bravuras e argumentavam que, em defesa dos interesses da coroa, suas entradas eram mais em busca de metais preciosos e menos para descer índios ²⁶⁴.

A historiografia tradicional jamais tratou do tema dos descimentos e da incômoda situação do cativo indígena. Mas sempre fez questão de ressaltar casos de associações entre sertanistas e nações de índios “amigos” para dar combate a outros índios que, por não aceitarem se submeter, foram declarados inimigos. Para as minas do Cuiabá é conhecido o caso de Antônio Pires de Campos, o moço, chamado pelos Bororos pelo nome de Pai-Pirá. Segundo consta, entre 1741 a 1751, comandando quinhentos arcos Bororos, foi contratado para fazer guerra justa aos Kayapós das minas de Goiás ²⁶⁵.

Entretanto, há outras narrativas menos épicas que nos permitem refletir sobre os distintos usos e formas de controle dos índios. Vejamos o exemplo de dois fugitivos de um arraial que abastecia de gêneros agrícolas as minas do Cuiabá. Miguel e Vitorino fugiram do arraial do Carandá, em abril de 1723, e ambos foram parar em Assunção do Paraguai. Pertenciam aos irmãos João e Miguel Antunes Maciel, respectivamente. O índio Miguel falava português e guarani e foi considerado o mais ladino dos dois ²⁶⁶.

O motivo de Miguel ser assim considerado não sabemos explicar. Parece-nos, entretanto, que ele havia ido mais vezes ao sertão, e que seus informes continham mais detalhes. Seu relato destoa em alguns pontos, daquela narrativa oficial que já conhecemos sobre os primeiros anos das Minas do Cuiabá. Fatos e personagens aparecem em datas e locais distintos, o que denota, antes de mais, a importância, nesta época, das “histórias contadas” e da transmissão oral; mas, também, a fragilidade da memória na perpetuação de fatos ocorridos em tempos que não podem ser classificados de remotos. Para além disso, importa considerar, igualmente, que os eventos narrados podem ser passíveis de manipulação ou significar a compreensão parcelar que diferentes narradores tiveram ou valorizaram da realidade em que viveram.

264 Cópias dessas cartas elogiando e incentivando os sertanistas a saírem em busca de riquezas minerais, datadas entre 1673 a 1700 e que teriam sido assinadas de próprio punho pelo rei D. Pedro, foram transcritas nos *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá 1719-1830*, cit., pp. 54 e 55.

265 Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, cit., pp. 97/98. Sobre o combate dado por Antonio Pires de Campos, o jovem, aos índios Kayapós ver: Pe. Luiz Antonio Silva e Sousa, “Memória sobre o Descobrimento, Governo, População, e cousas mais Notáveis da Capitania de Goiaz”, in *Revista do IHGB*, vol. 12, Rio de Janeiro [1849], Nendeln/Liechtenstein, Kraus Reprint, 1973, pp. 429 a 510.

266 Todas as referências a estes dois personagens foram extraídas da leitura dos: “Autos sobre el viaje que hizo a los Campos de Jerez el Maestre de Campo Don Alonzo Benitez de Portugal”; e “Varios autos del Gobernador Don Josef de Antequera y Castro y varias declaraciones tomadas a los Cautivos Portuguezes”, in *Bandeirantes no Paraguai...* cit., pp. 378 a 433.

O relato do índio Miguel talvez ajude a entender a razão por que homens como João Antunes Maciel e Fernão Dias Falcão não assinaram o documento em que Pascoal Moreira Cabral notificava às autoridades constituídas da capitania de São Paulo dos achados auríferos do Coxipó-mirim. Se é verdade, como diz Pascoal Moreira Cabral, que ele e João Antunes Maciel receberam socorro de Fernão Dias Falcão no arraial do Carandá em 1718, então ambos, face às evidências do ouro, podem ter voltado às suas vilas de origem para se reabastecerem e se apetrecharem de instrumentos para minerar antes que as minas fossem oficiadas. Retornaram no ano seguinte, e, já em 1720, assumiriam lugares de poder naqueles descobertos, como analisamos no segundo tópico deste capítulo.

Voltando à narrativa do índio Miguel, seu amo (João) teria partido para o rio Coxipó-mirim depois que o irmão Gabriel Antunes chegou à vila de São Paulo com a carta de Moreira Cabral e uma amostra de meia arroba de ouro. Fizeram armada e levaram munições, ferramentas e demais apetrechos para minerar. O caminho, Miguel diz que já conhecia. Embarcaram no rio Tietê, entraram no Paraná, passaram ao rio Verde, varadouro por terra, tomaram os rios Taquari, Paraguai, Porrudos e Cuiabá, até o rio Coxipó-mirim. Antes de alcançar as minas, mandava a experiência de anos no sertão que se fizessem roças e assim, “pararon en las chacras que hicieron los Primeros descubridores donde había gente Poblada y hicieron también sus Chacras y sementeras para socorrerse y acavadas prosiguieron...”²⁶⁷. Mais uma vez o arraial do Carandá surge como centro de produção de alimentos para abastecer as minas do Cuiabá.

Vitorino tinha mais ou menos vinte e oito anos e lembrava-se de que, em tenra idade, vivia com seus parentes no rio Paraguai acima, de onde havia sido levado para São Paulo, onde foi batizado. Comparando sua idade com a data da fuga, é possível que tivesse nascido por volta de 1695 e sido aprisionado logo depois de 1700. Também falava a língua guarani. A diferença entre ele e o índio Miguel estava na ocupação: ele ficara radicado na lavoura e jamais havia subido até as minas do Coxipó-mirim. Vitorino afirmava que só vira ouro, quando da passagem das moções que desciam do Cuiabá para Povoado (como era também chamada a vila de São Paulo) ou quando índios ou moradores das minas, que vinham se abastecer nas roças do Carandá, lho mostravam.

A narrativa de Miguel e Vitorino permite-nos distinguir algumas ocupações nas quais se empregavam os índios administrados. Para além de trabalharem nas roças, como remeiros e na extração de ouro, muitos andavam armados em diligências de pesca e caça de animais silvestres e de mel. Os produtos de tais coletas não só sanavam as necessidades de seus senhores, como também podiam ser vendidos a quem pudesse pagar.

267 “Autos sobre el viaje que hizo a los Campos de Jerez el Maestre de Campo Don Alonzo Benitez de Portugal”, in *Bandeirantes no Paraguai...* cit., pp. 378 a 433.

No auto, ao serem perguntados sobre as defesas nas minas, disseram que onde viviam não tinham preocupações, pois os índios infiéis estavam muito abaixo daquele arraial. Ao darem esta resposta, os inquiridos deixam transparecer que os moradores dos descobertos auríferos do Coxipó já haviam *desinfestado* aquelas minas dos índios mais próximos e que os enfrentavam, fazendo guerras.

Um dado interessante é que os dois inquiridos não fazem referência de que aqueles mineiros tivessem preocupação ou medo de serem atacados pelos moradores de Assunção. Ao não se referir aos “castelhanos”, deixam entrever que o principal elemento humano com que contactavam e que os mobilizava naqueles sertões era a presença indígena.

Não há como dissociar os descobertos do ouro e as conquistas do Cuiabá da presença indígena. Sua relevância é tal que os primeiros documentos dali exarados indicam o cuidado dos colonos em criar normas para regular a devolução dos índios administrados que ali trabalhavam. Em novembro de 1720, na assembleia em que elegeram Fernão Dias Falcão como cabo-maior daquelas minas, entre as mais deliberações constava que...

Praticaram mais os moradores d'estas minas **de que sorte poderiam possuir o gentio da sua terra depois de conquistados, por serem tão desleaes a seus administradores**, e ajustaram de observar que, fugindo uma peça apanhando-se em seu districto, se tornará a entregar ao seu administrador, o qual pagará 16 oitavas de ouro, e quando seja apanhada fóra de seu districto, conforme a distancia, se respeitará o achado, e quando a dita peça vá para outro districto, será o mesmo que o seu districto, e sendo pagem se dará 8 oitavas, e sendo em lote de gente, por pequeno que seja, se dará tempo de um anno para seu dono tornar a haver, aliás que o não haja ficará a gente desobrigada ²⁶⁸ (grifos nossos).

Sobre a citação, antes de tudo, é preciso ter em conta que as minas do Cuiabá pertenciam à capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Que seus moradores eram oriundos daquela espacialidade e, portanto, trouxeram consigo não só as “artes” de apresar índios, mas também o exercício de administrá-los no sentido de que deveriam obedecer aos costumes de seus antepassados.

Considerado que estamos nos referindo à temporalidade que precede à instalação da vila do Cuiabá (1727), seus moradores pautavam suas ações pelas deliberações da câmara da cidade de São Paulo e eram administrados e governados pelo governador e capitão-general da citada capitania e pelo ouvidor-geral da

268 “Termo que fizeram os primeiros exploradpres que se acharam nas minas de Cuyabá”, in Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, cit., vol. II, p. 118.

mesma vila. Deste modo, ao tratar do uso da força de trabalho indígena (expressa sob o termo índios administrados), os homens responsáveis por capturar os índios que não aceitavam a dominação, bem como aqueles homens que os recebiam e se comprometiam “civilizá-los” (os administradores), provavelmente, orientavam suas condutas pelas práticas consuetudinárias, as normativas camarárias, bem como pela legislação reinol então vigente ²⁶⁹. Isto não significa dizer que as aceitassem e não procurassem burlar tais normativas e leis.

Com relação ainda à citação, queremos destacar o cuidado ou a necessidade que os primeiros moradores daquelas minas tiveram de regulamentar o estabelecimento de mecanismos de captura, devolução e recompensa de índios administrados que fugiam aos seus administradores, no mesmo dia em que decidiram sobre quem, na falta de um ouvidor ou outro funcionário régio, os governaria. A recompensa que os administradores dariam sobre os índios capturados procurava assegurar a devolução dos fugitivos a seus “donos” e evitaria que fossem mantidos por quem os capturasse ou “comerciados” junto a outrem. Numa sociedade que começava a se estruturar, onde disputas por questões aparentemente simples poderiam acender antigas mágoas e desencadear encarniçadas lutas por poder, parece-nos que tais práticas seriam indispensáveis ao seu bom funcionamento ²⁷⁰.

À medida que se consolidavam aquelas conquistas, a documentação deixa escapar referências aos povos indígenas ali radicados. Conforme será demonstrado no capítulo 4, as fontes que analisamos indicam que a caça ao índio parece ter arrefecido na margem ocidental do rio Paraguai desde 1720. Assim, as ações dos sertanistas nos novos descobertos teriam sido centradas sobre os povos radicados nos afluentes da margem oriental do rio Paraguai. As terras a leste da vila do Cuiabá e também o alto curso do rio Cuiabá passaram a ser visitadas por aqueles homens que “desinfestavam” as minas.

As fontes portuguesas pouco esclarecem sobre os nomes dos povos mais vizinhos aos descobertos e com os quais guerreavam. Reza a tradição que o primeiro sertanista que subiu o rio Cuiabá, fê-lo em busca de gentio. Foi ele Antônio Pires de

269 Um conjunto de referências fundamentais para entendermos de modo não contraditório a política e legislação indigenista, postas em prática no Brasil desde Portugal é o de Beatriz Perrone-Moisés, “Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”, in Manuela Carneiro da Cunha (org.), *Historia dos Índios no Brasil*, cit., pp. 115 a 132; ver também Beatriz Perrone-Moisés, “Inventário da Legislação Indigenista (1500-1800)”, in Manuela Carneiro da Cunha (org.), *Historia dos Índios no Brasil*, cit., pp. 529 a 566.

270 Segundo Carlos Alberto Rosa, “a aclamação de Fernando Dias Falcão como Cabo Maior Regente das Minas do Cuiabá, em 6 de novembro de 1720, pode ser resultado de suas ações de intensificar as explorações auríferas, para isto dizimando e apreendendo indígenas da área, e simultaneamente iniciar a fixação povoadora, (...) Pascoal Moreira Cabral e Fernando Dias Falcão, ligados por laço de parentesco, personificavam um a exploração, outro o povoamento”. Carlos Alberto Rosa, *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808*, cit., pp., 67/68.

Campos – personagem de quem vimos tratando. Sobre a data exata, há controvérsias entre 1716 e 1717. Mas há consenso em relação ao que buscava: índios. De igual modo é certo que sua bandeira aprisionou os índios Coxiponés.

Seguindo a narrativa de Barbosa de Sá, os únicos índios nominados onde se descobriram as minas foram os Coxiponés. Pires de Campos teria encontrado uma aldeia na boca de um ribeiro que caía no Cuiabá e que foi então chamado Coxipó. Dos índios encontrados, teria prendido muitos e voltou “em procura das mais frotas que andava por essas largas e dillatadas bahias em procura das mais nascoens”. Ou seja, tudo indica uma grande bandeira arraialada num ponto fixo – talvez o Arraial do Carandá – dividida em vários grupos, patrulhando os afluentes do alto curso do rio Paraguai ²⁷¹.

O próximo sertanista a subir aquele rio, Pascoal Moreira Cabral Leme, fê-lo com o mesmo intuito. Contudo, sua sorte era outra e encontrou ouro. Uns dizem que, achando ouro fez pouso e “seguio rio asima thé o lugar chamado hoje Forquilha; ahy achou o gentio em quem fes presas...”. Outros, que foi derrotado pelos índios Coxiponés. Ele próprio informa ter perdido naqueles sertões “15 homens brancos, escravos e um filho que os mataram e comeram os gentios”. Com a confirmação da fartura do ouro, trataram logo de se fixar fazendo casas e plantando lavouras. Nessa faina, teriam “extinguido huma aldeya que se achava no lugar chamado hoje porto do Borrvalho” ²⁷².

O documento, tido como primevo da fundação das minas do Cuiabá, rezava entre as mais funções do seu guarda-mor regente “botar bandeiras tanto a minas como aos inimigos bárbaros” ²⁷³. Em carta datada de 1722, o mesmo Moreira Cabral comunicava ao rei que, em função de informação dada pelos índios, estava de partida com setenta homens de guerra para fazer novos descobertos. Ou seja, ela dá indícios de que os ameríndios que conheciam bem aquela espacialidade o teriam avisado sobre outros locais onde havia ouro ²⁷⁴. Nesta leitura, os indígenas aparecem como aliados e informantes dos conquistadores.

Não nos parece, todavia, que a “contribuição” indígena tenha sido constante. Noutros casos, há resistencia e oposição. Em documento já citado, Pascoal M. Cabral

271 Segundo as investigações de Roberto Tomichá Charupá nos anos de 1712, 1715, 1717 e 1718, teriam chegado até o território dos Chiquitos algumas bandeiras de paulistas. Sabemos que um dos caminhos usados era pelo lago de Xaraiés, rios Paraguai e rio Jauru. Ver Charupá, Roberto Tomichá, *La Primera Evangelización en las Reducciones de Chiquitos...* cit., p. 401, “Tabla 30. Ingreso de los Bandeirantes Paulistas a la Zona Chiquitana”.

272 José Barbosa de Sá, *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até presentes tempos...* cit., p. 7.

273 José Barbosa de Sá, *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até presentes tempos...* cit., p. 8.

274 “Carta de Pascoal Moreira Cabral Leme, dirigida (ao Rei D. João V), relatando os serviços feitos na conquista do gentio, conseguindo trazer muitos deles para o gremio da Igreja,... Minas do Cuxipo, 15 de Julho de 1722”. A.H.U., São Paulo, Projeto Resgate, CD 1.7/003/001, fotogramas 152 a 154; e Conselho Ultramarino, São Paulo, Cx 03. Doc. 247.

afirma que, em 1718, o capitão-mor Fernando Dias Falcão o teria encontrado com seus comandados no Arraial do Carandá onde tudo lhes faltava, e “sentenciados pelo gentio a morte, e logo fez o dito capitão-mor as suas entradas ao gentio bravo e ficaram as minas desinfestadas”. Os casos, seja de cooperação, seja de resistência, ilustram a complexidade das relações entre colonos e indígenas.

Da análise das fontes portuguesas, ressalta o fato de que a maioria dos grupos indígenas que eram cativados não eram nominados. Felizmente, Pires de Campos, nos legou em suas *Breves Notícias*... não só os nomes de dezenas de grupos, como também sua localização no espaço. Todavia, encontramos poucas fontes para confrontar com os dados que ele nos fornece, embora, alguns dos grupos citados por Pires de Campos aparecerem referenciados pelos jesuítas de Castela, como estando próximos às missões dos Chiquitos, desde 1704 e, nas décadas seguintes daquela centúria, como fazendo parte dos índios missionados nas reduções da mesma missão.

Ao confrontarmos as fontes portuguesas e espanholas, temos mais confiança da existência física e real do elenco dos grupos apresentados por Pires de Campos. Ou seja, ele não teria inventado os nomes de povos indígenas. Em que pesem as dificuldades de identificação, pudemos constatar como os nomes de vários grupos aparecem repetidos nos informes dos agentes das duas coroas ibéricas.

Vejamos os exemplos. Guaykurus, Payaguás, Guatós e Parecis são identificáveis consensualmente. Guasarapos, Orejones, Guarayos, Guarecis, Coxiponés e Caracarás – com variações de letras nas suas grafias – também eram referidos. Há um conjunto de grupos e/ou *nações*, cujos nomes em espanhol e português, são parecidos como os Ayguas/Ahiguas, Jarayes/Sarayez, Arapares/Araparis, Guahanes/Guahanez, Eleves /Elives, Cuchiasis/Cuchianes, Arabiras/Aravira, Ariponez/Araripoçonez e Itapores/Itaporiz, que sustentamos não serem grupos distintos. Este emaranhado de nomes, já há mais de um século, vem colocando para os etnólogos questões como: quantos e quais grupos foram extintos, a que troncos linguísticos pertenceriam, etc.

Uma vez consolidadas as explorações auríferas no Cuiabá, mineiros e agentes da coroa deram continuidade aos trabalhos de *limpar* as proximidades das minas, perseguindo grupos indígenas que viviam ao longo do caminho e mais próximos dos núcleos mineradores. Segundo carta do ouvidor Antônio Álvares Lanhas Peixoto, “a multiplicidade do gentio Indio, que habita daqui 2, 3, ou 4 dias de jornada não deixa alargar os homens a fazerem descobrimentos”²⁷⁵.

275 “Carta do Ouvidor Geral de Cuiabá, Antônio Álvares Lanhas Peixoto, para o Conselho Ultramarino onde descreve a viagem que efetuou desde São Paulo até Cuiabá, quando acompanhava o Governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses. Anexo: certidão da criação da Vila do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Cuiabá, 3 de Fevereiro de 1727”, A.H.U., Mato Grosso, cx. 01, doc. 04.

O governador Rodrigo César de Menezes é pródigo em contar seus feitos na perseguição que desencadeou aos índios.

Como estas minas se achavão infestadas pella multidão do gentio, impedindo alargaremçe os mineiros, não sô fazendo roubos, mas matando e comendo a gente, procurei logo atalhar esta desordem e asim mandei por duas vezes pombeiros, aos caziques para que sem demora alguma, se metecem de pâs, e vieçem dar obediência, e para os obrigar mais lhes remeti huns mimos de que elles mais gostão, [...] e mo remeterão outra vez dizendo que erão homens como os maiz, e sô por força de armas se renderião, a vista de que escolhi hum cabo, e lhe dei a gente que bastava, ordenandolhe os foçe atacar vigurozamente, o que executou com bom subçesso, [...]e matandolhe sincoenta e tantos Bugres, prizionou os maiz, fugindolhe o cazique com quatro, ou sinco ²⁷⁶.

Antes de tudo, é preciso ter alguma posição crítica em relação a esse relato em que os índios teriam recusado os presentes e desafiado o governador. Ela mais parece justificativa para referendar as bandeiras expedidas. Para além de que o mesmo governador passava informações desencontradas sobre o número de índios que a bandeira matou e não era capaz de nomear que índios atacaram. Assim, por exemplo, se na carta escrita a Diogo de Mendonça Corte Real, dizia que foram *cinquenta e tantos os bugres mortos*, já na carta que endereçou ao rei relatava que seriam quarenta e tantos os mortos.

Outra novidade presente nesta carta foi a de que ele acrescentou a informação que os índios prisioneiros foram repartidos pelo cabo e demais partícipes das bandeiras, “ficando sogeitos a administração dos brancos”.

Do ponto de vista da legislação portuguesa, essa distribuição só era possível para os casos em que se autorizava guerra justa. O que pode significar que os argumentos arrolados pelo governador, de que os índios desafiaram sua autoridade, recusando a paz proposta, e que insistiam em pegar em armas, pode ser apenas uma justificativa para corroborar sua decisão em fazer-lhes guerra e dá-los em administração.

Em documentos outros, sabemos quais foram os homens indicados para chefiar tais bandeiras e as rotas que seguiram. Ângelo Preto deveria conquistar “o gentio dos morros vezinhos a estas minas”, o que significa que rumaram na direção leste da vila do Cuiabá. Antônio Borralho de Almada foi mandado combater os índios das cabeceiras do rio dos Porrudos (hoje São Lourenço) ²⁷⁷, o que nos faz

276 “Carta do [governador e capitão general da Capitania de São Paulo] Rodrigo César de Meneses ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real em que dá conta da jornada que fez às novas Minas e dos perigos e carestia da terra. Cuiabá, 10 de Março de 1727”, A.H.U., Mato Grosso, cx. 01, doc. 08.

277 Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. XIII, São Paulo, Publicação Oficial do Arquivo de São Paulo, 1895, pp. 88/89, 108 e 121/122.

supor que essas bandeiras foram armadas contra um povo então conhecido como Porrudos e Coroados – na segunda metade do século XIX seriam todos tidos como pertencentes à *grande nação Bororo*.

Esses ditos Bororos, à época em que Pires de Campos escreveu, ainda não eram referenciados como tal nas fontes. Suas primeiras aparições datam de 1727, tidos como inimigos e identificados como “Bararós”²⁷⁸. Nos anos de 1730, fizeram paz com os Pires de Campos (pai e filho). A aliança foi com o grupo conhecido como Coroados e foram usados no combate aos Payaguás, tal como, na década de 1740, o seriam em relação aos Kayapós das minas de Goiás. As fontes indicam que eles suportaram bem os desmandos dos colonos do Cuiabá até a década de 1770 e que, só então, voltaram a atacá-los novamente²⁷⁹.

Há muito se diz serem os índios Coxipós, ou Coxiponés, parte do povo Bororo. Aliás, desde meados do século XIX, começou-se a divulgar que as minas de ouro do Cuiabá se incrustavam no coração do território Bororo. No rio São Lourenço, habitariam os Porrudos; entre os rios Paraguai e Jauru os Araripoconés e os Aravirás; no rio Cabaçal, os Cabaças; os Coroados e Aráes viviam a leste da vila do Cuiabá, desde as nascentes do rio das Mortes ao Araguaia²⁸⁰. Entretanto, ainda não se precisou a filiação da maioria dos grupos identificados por Pires de Campos desde os rios Paraguai, Jauru, Porrudos até as cabeceiras do Cuiabá. Seriam todos Bororos? Não sabemos ainda responder.

Uma referência bastante antiga sobre a “composição” do povo Bororo foi-nos deixada por Augusto Leverger. Segundo suas investigações, quando da descoberta do ouro no Cuiabá, os “Bororós” viviam preferencialmente na bacia do rio Paraguai. Os escritos de Leverger foram reproduzidos pelos investigadores que o precederem, uns simplificam suas conclusões e muitos nem sequer o citam, se não vejamos:

Bororós: com este nome existia antigamente uma numerosa nação, que se estendia entre o rio Paraguay ao Cuiabá, e à qual pertenciam muitas tribus hoje extinctas, como os Beripoconés, os

278 “Carta do Ouvidor do Cuiabá, Antônio Álvares Lanhas Peixoto, para o Conselho Ultramarino onde descreve a viagem que efectuou desde São Paulo até Cuiabá, quando acompanhou o Governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, Cuiabá, 03 de Fevereiro de 1727”, A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 04.

279 As informações sobre os ataques de índios que eram chamados de Bororos aos moradores das minas do Cuiabá durante todo o século XVIII devo ao investigador Mario Olimpio Clemente Ferreira que gentilmente cedeu os quadros que elaborou, com base nos documentos sob a guarda do A.H.U., no caso estamos nos referindo ao “Quadro 4 Ataques dos Índios Bororó”, ainda não publicado.

280 Mario B. Enawurêu, *Os Bororos na história do Centro Oeste Brasileiro 1716 – 1986*, Campo Grande, Missão Salesiana de Mato Grosso, CIMI, 1987, pp. 2 e sgs. Ver também: João Augusto Caldas, *Memoria histórica sobre os indígenas da província de Matto-Grosso*, cit.

Coxiponés etc. Agora existem apenas os seguintes: Bororós da Campanha, na margem direita do Paraguay e Jauru, e Bororós Cabaçal, quasi extinctos, entre Villa Maria e o registro do Jaurú, Coroados: nas cabeceiras do São-Lourenço ²⁸¹.

Como se pode perceber não há diferenças dignas de notas entre esta citação e o que escrevemos dois parágrafos acima, com base nas investigações do padre Mario B. Enawurú. Entretanto, este autor prefere outra fonte, João Augusto Caldas, que viveu e foi Presidente da Província de Mato Grosso vinte anos após a morte de Leveger. Não sabemos se por extinção ou fusão das várias “tribus”, mas desde então o povo Bororo foi resumido aos *da Campanha, do Cabaçal e Coroados*.

Mas, continuemos com os índios dos setecentos. Passados os anos de coleta mais fácil do ouro de aluvião, teria sido aberta nova fase nas relações entre os moradores do Cuiabá e os povos indígenas circunvizinhos. Segundo a narrativa do provedor da Fazenda Real daquela vila, Felipe Nogueira Coelho, no calor das disputas travadas entre o governador Rodrigo César de Menezes e o ouvidor Lanhas Peixoto (1726/27), seus moradores, teriam desertado. Uns retornaram para Povoado (São Paulo) e para as novas minas dos Goias e outros se embrenharam “nos sertões a buscar os gentios Bororós e Parecis”. Sem atribuir juízos de valores sobre as disputas políticas ali ocorridas, Nogueira Coelho indicava aquele ano como de crise da mineração. Assim, parte dos colonos buscou velhas alternativas de enriquecimento no sertão: índios ²⁸².

A partir de então, multiplicaram-se os apelos e justificativas dos colonos de que “estas minas se não podem alargar, por se verrem oppremidas com muito Gentio”. Conforme consta da solicitação, os deputados do senado da câmara do Cuiabá apresentam a El-rei um pedido para que...

... quando hajão algumas pessoas, que á custa de Sua fazenda queyrão hir dar guerra a estes gentios, que infestão os caminhos, e o curso destas minas **ordenar que lhe dem captivas as prezas que fizerem**, pagando somente o real quinto de V. Mag^e. porque de outra sorte se não poderão povoar estas terras nem fazerse diligencia pellos metaes ²⁸³ (grifos nossos).

281 Augusto Leverger, *Apontamentos para o Dicionário Chorographico da Provincia de Matto-grosso*, cit, pp. 395/96.

282 Felipe José Nogueira Coelho, “Memórias Chronologicas da Capitania de Matto-Grosso, Principalmente da Provedoria e Fazenda Real e da Intendência do Ouro”, in *RIHGB*, Tomo VI, Rio de Janeiro, Typographia Laemmert, 1850.

283 “Carta do Juiz mais velho do Senado da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei [D. João V] sobre o quinto do ouro das Minas da Vila de Cuiabá, Paranapanema e Goiás, a urgência de se fazer guerra ao gentio e a necessidade de se definir as competências dos Provedores dos Defuntos e Ausentes, Vila do Cuiabá, 25 de Março de 1728”, A.H.U., Mato Grosso, cx.01, doc. 23.

Ou seja, ao tempo em que o provedor da Fazenda Real Nogueira Coelho apontava uma grande crise na mineração, verificava-se uma nova corrida aos sertões, em busca de novos achamentos de metais e, sobretudo, de índios. Foram duas as novas frentes de expansão. Para rumo oeste, encontravam-se os Parecis e, em sentido contrário, para leste, adentrava-se em espaço dos Coroados (um dos ramos do povo Bororo).

É fato, entretanto, que a coroa autorizou guerra justa apenas aos Payaguás e Kayapós. Contudo, seus agentes faziam vistas grossas ao aprisionamento daqueles povos que os colonos acusavam de não aceitar a paz. Por sua vez, os colonos fizeram ouvidos moucos às recomendações da coroa e aprisionavam e desciam mesmo os índios ditos de índole pacífica, como os Parecis.

Em 1727, os capitães-mores Antônio Pires de Campos e Gabriel Antunes Maciel, que haviam ido ao sertão fazer diligências para descobrir ouro, a mando do governador Rodrigo César de Menezes, davam notícias de “que o gentio da nasção Parasis tem feito algumas mortes e impede as bandeiras que vão aquelle certão a descobrimentos de ouro”. Para o ano seguinte, ficamos sabendo que o alferes Antônio Moreira da Costa, seu filho Bernardo Moreira Botelho e um seu sobrinho, ao regressarem do sertão dos Parecis, com muitos índios que haviam cativado, caíram prisioneiros dos Payaguás, quando desciam o rio Paraguai ²⁸⁴. Os dois relatos dão conta de informar que a resistência indígena ainda era uma constante, mas também que os Parecis já caíam cativos dos moradores do Cuiabá.

Para o ano de 1731, portanto antes de se descobrir o ouro do Mato Grosso, o então ouvidor-geral do Cuiabá mostrava-se muito contente com os resultados dos trabalhos desempenhados pelos Parecis administrados pelos moradores daquela vila. Vejamos.

Como esta nasção dos Parasis he menos barbara ainda que depois de domesticados tem alguns fugido e morto a seus admenistradores, o que tem acontecido muitas vezes nas Rossas do destrito destas minas, onde se acha muito grande numero desta gente, que se apanharaõ em bandeiras, sem

284 O trajeto até os Parecis seguia preferencialmente o seguinte caminho: os moradores do Cuiabá navegavam pelo rio Cuiabá abaixo, São Lourenço até o Paraguai pelo qual subiam até alcançar o Sepotuba, pelo qual entravam e subiam até suas cachoeiras, ali deixavam as canoas e galgavam o extenso platô que divide as águas das bacias amazônica e platina e assim alcançavam os índios Parecis. Foi desse povo que se emprestou o nome àqueles altiplanos que por este motivo ficou conhecido como Chapada dos Parecis.

outro justo titullo, e se occupaõ no cultivo das Rossas, por cuja cauza hã abundancia de mantimentos, ²⁸⁵ (grifos nossos).

Entretanto, os descimentos dos Parecis não eram suficientes, e o ouvidor José de Burgos Vila Lobos se preocupava em informar e requerer de Sua Majestade que “as nasções do gentio que confinaõ com estas dos Parasis são cruellissimos, e comem carne humana, e andão huns com outros em continua guerra: e por estas hostelidades devia todo o gentio ser cativo”. Aqui o ouvidor quer subverter a lei.

Da sua perspectiva, os índios não precisariam mais atacar os sertanistas, bastava que guerreassem entre si e já podiam ser tomados como cativos. Dando sequência ao seu discurso, conclui que: “com o interesse das peças que se prizionarem poderão estes certanistas animarse na conquista”.

Entretanto, as ações do ouvidor e de sertanistas parecem ter sido tão excessivas que incomodaram os oficiais da câmara e o juiz ordinário da vila do Cuiabá, Domingos Gomes Beliago, que escreveram cartas ao rei denunciando que o ouvidor autorizava os sertanistas a *devassarem o gentio Peracis* ²⁸⁶.

Também representamos a V. Majestade a persecução que padece o gentio Parecy com as entradas que a ele continua fazer varios certanistas. E na verdadde Senhor que he digno de compaixão vez que não avendo recebido os vassalos de V. Majestade per juízo algum desse gentio o vão inquietar a partes tão distante como a em que abita tirando liberdade aos que podem servir e a vida aos inuteis sendo que nos parece ser entre todo o gentio da America o que melhor disposição tem para receber a nossa Santa Fé se houvesse quem nela administrasse ²⁸⁷.

Apesar de não crermos que as autoridades acima nomeadas defendessem os direitos dos Parecis, as denúncias tiveram repercussão junto do poder central e, em 1732, a coroa proibia as bandeiras com o fito de aprisioná-los e os mandava restituir à sua liberdade. Mas ao que tudo indica, o assunto não foi resolvido

285 “Carta do Ouvidor da vila de Cuiabá, José de Burgos Vila Lobos, ao rei D. João V sobre as mortes causadas pelo gentio Pareci, que impedia a continuação dos descobrimentos do ouro, Cuiabá, 7 de Abril de 1731”, A.H.U., Mato Grosso, cx. 01, doc. 52.

286 “Carta dos oficiais da Câmara ao rei D. João V sobre as despesas que fez para a guerra com o gentio Paiaгуá e a perseguição que fazem os sertanistas aos Pareci, a quem escravizam e matam, Anexo 03, Vila do Cuiabá, 10 de Abril de 1733”, A.H.U., Mato Grosso, cx 1, doc. 42;

287 “Carta do Juiz Ordinário da Vila de Cuiabá Domingos Gomes Beliaga ao Rei (D. João V) sobre a atuação do Ouvidor José de Burgos Vila Lobos em relação a arrecadação a reforma do regimento dos Oficiais da Câmara. Pede também a diminuição do direito dos quintos do ouro, Vila do Cuiabá, junho de 1732”, A.H.U., Mato Grosso, cx 1, doc. 63.

de imediato, pois em maio de 1733 e novembro de 1734, o tema, mais uma vez, seria objeto de debate e consulta pelo Conselho Ultramarino ²⁸⁸. Como ilustração, transcrevemos trechos da decisão real sobre a matéria.

... e no que respeita ao gentio Paracy, vos ordeno apliqueis todo o cuidado a evitar os injustos cativeiros que se tem feito aos ditos gentios, mandando proibir por bando, o qual se continue hostilizar esta nação e fazendo proceder contra os transgressores e outro fim sou servido se ponhão em liberdade os mesmo gentios Paracy que se acharem cativos de que vos aviso para que assim facaes executar. E el Rey Nosso Senhor mandou ²⁸⁹.

Sabemos que a determinação real acima destacada não foi obedecida. Igualmente sabemos que, ao caçar os Parecis os moradores do Cuiabá descobriram as minas de ouro que nominaram do Mato Grosso. No interregno temporal que medeia entre os descobertos auríferos do Cuiabá e os do Mato Grosso, não teremos notícias de outros povos indígenas que não os já referidos. É bem verdade que Antônio Pires de Campos, o velho, em sua *Breve Noticia* ao dedicar atenção especial aos Parecis informou sobre alguns de seus vizinhos, dos quais nomeou as nações: Mahibarez, Poritacas e Cavihis. Entretanto, os povos confinantes com os Parecis só seriam conhecidos dos sertanistas do Cuiabá, que haviam se transferido para as minas do Mato Grosso, após 1737.

As análises das fontes indicam que os maiores contingentes de índios trabalhando nas minas do Cuiabá eram de Bororos e Parecis: os primeiros por uma possível aliança com os conquistadores; já os segundos, apesar da índole pacífica, foram conquistados e descidos pela força das armas, o que não significa a ausência de vários dos povos que viviam na bacia do alto Paraguai naquelas conquistas.

288 Sobre o tema dos descimentos, uso da mão de obra e regulamentação da administração dos índios Parecis são vários os documentos: “Carta do Governador e Capitão general da Capitania de São Paulo, Conde de Sarzedas, Antônio Luiz de Távora, para (D. João V), informando-o de que dará as ordens necessárias para se levar em conta o dinheiro despendido pelos oficiais da Câmara de Cuiabá, bem como se tomarão medidas necessárias para se não fazer opressão sobre o gentio da nação Pareci, São Paulo, 20 de agosto de 1732”, Academia das Ciências, Coleção Livros Vermelhos, Arquivo Histórico Colonial, Ministério das Colônias, Livro II, Documento 856; “Registro de uma Portaria sobre lei e ordem de Sua Majestade da liberdade do gentio, e bandos que se lancarão e também sobre os índios Parecizes. São Paulo, 27 de Maio de 1733”, APMT, Manuscrito, Livro C – 2; e “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre as respostas que deram o governador do Rio de Janeiro, Bispo e governador de São Paulo ás ordens que lhe foram sobre missões para o gentio Pareci e acerca da Vigaria da Vila de Cuiabá, Lisboa, 18 de Novembro de 1734”, A.H.U., Mato Grosso, cx. 1, doc 70.

289 “Carta do Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Conde de Sarzedas, Antônio Luiz de Távora, para (D. João V)”, cit.

Retomando as considerações gerais sobre os índios que viviam nas minas do Cuiabá, ainda faltam-nos investigações que determinem com clareza sobre as atividades em que eram empregados.

Dados pontuais indicam-nos utilizados em serviços como os de guias, remeiros, coletores de frutas e mel silvestres, pescadores, caçadores, cultivadores de roças, como mineiros, em serviços domésticos, como artífices ou mesmo compondo corpos de milícias particulares dos homens conhecidos como “régulos do sertão”. Já as mulheres tanto podiam cuidar dos afazeres domésticos nas casas de seus administradores e trabalhar em suas roças; prestar serviços para outrem na vila, tais como os de lavar e passar roupas e vender comidas; bem como servir aos apetites sexuais dos colonos. São vários os casos de denúncias de que conviveram amancebadas com eles, dos quais pariram muitos filhos ²⁹⁰.

Mas afinal qual seria o estatuto jurídico desses índios que foram levados ao convívio com outros índios há muitos anos administrados e de origens distintas, bem como com moradores não índios radicados nas minas do Cuiabá? O de livres? Administrados? Escravos? Qual era a distinção entre administrados e escravos?

A seguirmos as análises propostas por Ângela Domingues, é necessário que compreendamos que “a legitimação da escravatura baseava-se em duas justificações: guerra justa e resgate.” A mesma autora nos alerta para o fato de que “estes conceitos foram objecto de controvérsia, quer quando aplicados ao Brasil quer quando pensados no contexto mais abrangente da Hispanoamérica”²⁹¹. Na prática, a decisão em considerar as distintas nações que se ia contatando como “amigas” ou “inimigas” era dos colonos. Para entendermos como isto se aplicou ao caso específico das minas do Cuiabá e do Mato Grosso, retornaremos a este tema no capítulo 6.

²⁹⁰ A título de exemplo, mas para um período tardio ao nosso, destacamos: “Visitas Pastorais, Livro 2, Devassas, Ano: 1785”, Cuiabá, Visitador: Bruno Pina, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Neste mesmo capítulo já nos referimos aos filhos que o descobridor das minas do Cuiabá, Pascoal Moreira Cabral, teve com duas administradas de seu pai e que ao batizar como seus os reconhecia como legítimos.

²⁹¹ Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, cit., p. 26.

CAPÍTULO 04

AS CONQUISTAS HISPÂNICAS E LUSITANAS NO VALE DO GUAPORÉ

Jesuítas nas Índias de Castela

As missões dos Chiquitos e dos Mojos, assim como as dos Itatins, Tapes, Guairá, Paraná e Uruguai foram fundadas pelos padres da Companhia de Jesus, a serviço de Deus e da coroa de Espanha. Enquanto que as duas primeiras são menos conhecidas, as outras receberam especial atenção dos próprios jesuítas, dos agentes da sua coroa na América e na Europa, e de historiadores, ao longo dos últimos três séculos. Abrigando populações indígenas numericamente mais modestas, situadas numa área geográfica em que as disputas fronteiriças entre as monarquias ibéricas foram menos acirradas, o passado que elas encerram parece não ter despertado ainda tanto interesse.

Ao contrário do que ocorreu com suas congêneres, as missões de Chiquitos e de Mojos, não viveram situações de dramaticidade extrema que causasse tanta comoção. Não foram invadidas e destruídas por bandeirantes como as de Itatim, Tapes e Guairá; não tiveram um padre Ruiz Montoya ou José Sanches Labrador e homens ilustrados como Félix de Azara e Juan de Aguirre que sobre elas construíssem representações que perduram até aos dias atuais ²⁹².

Os jesuítas que as dirigiram não se envolveram em questões políticas intensas como a Revolução dos Comuneros; não constituíram milícias que enfrentaram bandeirantes, depois usadas por governadores para catequizar outros povos indígenas ou mesmo para a reposição da legalidade contra *criollos* mais descontentes, bem como para defender o porto de Buenos Aires ou promover cerco à Colônia de Sacramento. Tampouco seus habitantes protagonizaram episódios como a Guerra Guaranítica, em que índios reduzidos enfrentaram os exércitos das duas nações europeias.

Que especificidades guardariam então? Que povos indígenas as constituíram? Como eles viviam e a quais mudanças a que tiveram que se adaptar? Como foram suas relações com espanhóis, *criollos* e luso-brasileiros? Que motivações os índios tiveram para aceitar a catequese? Eram agentes passivos da catequese ou criaram formas sutis ou explícitas de enfrentamentos? Tiveram alguma importância no jogo político travado entre as potências europeias nas fronteiras em que se situavam? Enfim, os povos subjugados ao grêmio da Igreja perderam suas identidades ou reordenaram seus modos de viver e construíram novas identidades? Tão complexas quanto as perguntas são as respostas.

²⁹² Todos os autores e eventos citados nestes parágrafos iniciais já foram referenciados nos capítulos anteriores e constam da bibliografia ao final. Por este motivo não achamos produtora repeti-los.

Nem todos os historiadores que escreveram sobre as missões dos Chiquitos ou dos Mojos viram naquelas experiências espaços de tensão. De modo geral, o que se percebe são tentativas de justificar positivamente os trabalhos catequéticos dos jesuítas. Há que se considerar que o volume de informações produzido sobre aquelas missões, em sua grande maioria, é fruto da reflexão dos próprios jesuítas, ao longo dos séculos XVIII a XX. Foram eles que mais escreveram e publicaram memórias e histórias, editaram catálogos não só dos documentos que geraram, mas também daqueles dos governos civis que versava sobre suas ações. Com raras exceções, fizeram-no de uma perspectiva auto-elogiosa ²⁹³.

Da narrativa favorável aos jesuítas são muitas as resenhas históricas que dão conta de explicar os esforços hercúleos, as abnegações, riscos de morrer, martírios e sucessos da empresa catequética. Aqueles autores também ressaltaram, na maioria das vezes expressando seus juízos de valor, características dos modos de ser e de viver das nações ameríndias. A ideia geral que estas narrativas passam pode levar leitores menos atentos a compreender o processo histórico que envolveu a catequese como advindo da vontade indígena em aderir à fé e às práticas e ensinamentos do cristianismo.

Os padres teriam suprido uma vontade expressa pelos nativos de se tornarem cristãos. Discordamos desta passividade e das manifestações de fé dos povos contatados. Usando os mesmo documentos que os historiógrafos pró-jesuítas que construíram esta versão da aceitação indígena da cruz e das palavras de Cristo vamos destacar neste capítulo aspectos que apontam outras possibilidades de leituras das conquistas patrocinadas por aqueles religiosos.

Antes de tudo, é preciso esclarecer que os padres da Companhia de Jesus em Mojos e Chiquitos viveram experiências distintas de trabalho missionário. Mojos foi a primeira missão da catequese de índios ditos infieis, fundada pelos jesuítas da província do Peru – cem anos após terem chegado à cidade de Lima. Por outro lado, Chiquitos foi levada a cargo pelos experientes jesuítas da província do Paraguai.

O ponto em comum entre as duas áreas é que os povos indígenas ali radicados sofriam perseguições dos moradores de Santa Cruz de la Sierra. No caso de Chiquitos, também dos súditos portugueses da capitania de São Vicente, referidos como *mamaluco del Brasil*. Outra característica é que as duas missões foram fundadas junto a povos da família linguística Arawak, o que significou trabalhar com grupos de agricultores e, portanto, mais sedentários.

293 José Sánchez Labrador, *El Paraguay Católico*, Buenos Aires, cit.; Rubens Vargas Ugarte, SJ, *Historia de la Compañía de Jesus en el Peru*, Burgos, Tomo III, cit.; P. Antonio Astrain, *Historia de la Compañía de Jesús en la Asistencia de España*, Tomo VI (1652-1705), cit., entre outros.

Ao que as fontes indicam, os jesuítas de Chiquitos preferiram evitar o confronto com os colonos do Cuiabá e, de 1720 até 1740, praticamente nem se viram. Entretanto, relembando experiências ocorridas no passado, os padres viveram o medo, a tensão e a expectativa de que esse encontro poderia acontecer e ser catastrófico para seus índios.

Não foram poucas as vezes que alegaram, para os agentes de coroa espanhola, os riscos que corriam. Já estes, os acusavam de esconder informações sobre os portugueses do Brasil. Quando o encontro finalmente aconteceu, a configuração política nas minas do Cuiabá era tão distinta que eles foram abordados por comerciantes que queriam travar relações de mercado e não por sertanistas em busca de índios para cativar.

Para esta investigação, Chiquitos é importante não apenas como espaço fronteiro e de tensão, mas por ter recolhido variada gama de índios, de *distintas nações*, que viviam e traficavam nas bacias dos rios Paraguai e Guaporé. Assim, ao analisarmos as fontes referentes à missão, o nosso olhar está também voltado para a identificação dos povos indígenas e para o modo como os mesmos foram incorporados às suas reduções.

Em Mojos, as relações entre jesuítas e luso-brasileiros oscilaram entre o comércio e a captura de índios. Os comerciantes tentaram negociar com os padres e os sertanistas reeditaram as práticas de prear índios reduzidos, donde advieram confrontos. A hipótese que nos ocorre é que os colonos das minas do Mato Grosso eram, na grande maioria, remanescentes do Cuiabá.

Como os comerciantes do Cuiabá já haviam desrespeitado as determinações da coroa de não se aproximarem dos súditos de Espanha, eles não tiveram receios em fazer o mesmo. A proximidade entre sertanistas mineradores e missionários levou a disputas travadas tanto pelos índios reduzidos como pelos ditos *infieis*, o que fez do Guaporé um lugar de muita tensão.

Naquela primeira metade do século XVIII uma das especificidades que notamos nos encontros ocorridos em Chiquitos e Mojos entre os jesuítas a serviço de Deus e da Espanha e os colonos luso-brasileiros, foi a ausência de civis hispano-americanos e de agentes da coroa espanhola. Enquanto que na primeira missão o conflito entre os representantes das duas monarquias foi evitado, na segunda foi uma constante, de que é exemplo as tensões ocorridas no vale do Guaporé, as quais trataremos no capítulo 6.

Afirmamos que a importância desses lugares residiria mais em fornecer pistas sobre a ocupação do espaço por distintos grupos ameríndios antes e durante as conquistas hispânicas e lusitanas.

Defendemos que a importância desses lugares residiria mais em fornecer pistas sobre a ocupação do espaço por distintos grupos ameríndios antes e durante as conquistas hispânicas e lusitanas. Neste capítulo interessa-nos discutir as estratégias que os súditos das coroas ibéricas, tanto religiosos como civis, utilizaram naquelas conquistas. Ao mesmo tempo, queremos indicar algumas das formas de resistência indígena frente a tal aproximação. Para maior clareza expositiva vamos apresentar as experiências vividas em Chiquitos, Mojos e no Mato Grosso em momentos distintos da nossa narrativa

A missão de Chiquitos

Sem sombra de dúvidas a missão de Chiquitos recebeu muito mais atenção dos investigadores do que a de Mojos. A explicação é lógica. A primeira delas teve vida longa e, mesmo após a expulsão dos jesuítas dos domínios de Espanha (1767), seus descendentes mantiveram sete, das onze reduções fundadas, até aos dias atuais. Já as reduções que constituíam Mojos, com o passar do tempo, foram transformadas em cidades ou abandonadas e engolidas pela floresta, e, assim, descaracterizaram-se ou perderam-se. Por sua vez, os grupos humanos que as constituíram se diluíram entre os nacionais bolivianos ou voltaram a viver nas matas ²⁹⁴.

Enquanto, é possível que os índios reduzidos de Mojos, que permaneceram em contato com os agentes coloniais (e depois nacionais), tenham ressignificado a identidade que os caracterizava no período em que foram conquistados, tal como é certo que os de Chiquitos construíram nova identidade pós-conquista e passaram a se autonegar *Chiquitanos* ²⁹⁵.

294 Entretanto, isto não significa que os povos indígenas reduzidos, em especial os mojos, tenham perdido as referências dos tempos dos jesuítas e voltado a viver como antes, como se nada houvesse ocorrido em suas vidas. Investigações recentes têm demonstrado os esforços de índios catequisados para manter o estilo de vida que inaugurara com os jesuítas. Ver: Akira Saito, “Las misiones y la administración del documento: El caso de Mojos, siglos XVIII-XX”, in Clara López Beltrán y Akira Saito (eds.), *Usos del documento y cambios sociales en la historia de Bolivia*, Osaka, National of Ethnology, 2005.

295 O investigador Roberto Tomichá Charupá, após exaustivo levantamento de fontes, em que discute a identidade étnica e, na busca por fundamentar a origem e o significado do nome ‘chiquito’ e sua distinção em relação ao vocábulo ‘chiquitano’, conclui que: llamamos “chiquitanos” a todos los nativos reducidos que, prescindiendo de la propia nación o cultura de origen y después de un período de aculturación reduccional, incorporaron la lengua chiquita como medio de comunicación habitual. Por el contrario, como ya se ha dicho, **llamamos “chiquitos” aquella etnias que ya antes de su conversión a la fe cristiana hablaban le lengua chiquita**. Esta distinción es válida única y exclusivamente para el período jesuítico de este estudio (1691-1767), pues los indígenas que en la actualidad hablan la lengua chiquita, sean que procedan de las antiguas naciones chiquitas o de las etnias diversas, son llamados – como ellos mismos suelen denominarse – con el término genérico y colectivo de “chiquitanos”. p. 231. Também nós ao tratarmos daquele povo na temporalidade séculos XVII e XVIII os nominaremos Chiquitos.

Parece-nos que a construção das representações do *ser Chiquitano* em detrimento do *ser Chiquito* requereu muito investimento no passado. Isto explicaria o maior volume de estudos sobre a missão ²⁹⁶.

A construção do *ser Chiquitano* em detrimento do *ser Chiquito* também nos aponta para outra característica dessa produção histórica que é a de ressaltar os aspectos de aceitação em detrimento da negação da catequese. Com uma clara tendência para justificar a ação jesuítica como positiva.

Entretanto, há análises mais críticas, em especial as abordagens que fogem do campo da história missionária e aprofundam as questões etnológicas. Mesmo sendo o nosso principal interlocutor frei o Roberto Tomichá Charupá e ainda que utilizemos, sem parcimônia, as fontes e estudos históricos deixados pelos jesuítas, também procuramos fazer uma leitura mais crítica da primeira das linhas de investigação.

O fato é que, apesar das dificuldades iniciais que encontraram para se estabelecer, os jesuítas prosperaram junto aos Chiquitos e, entre 1691 e 1767, abriram onze reduções, sendo que as três últimas foram posteriores a 1755. Isto significa dizer que o tempo de conquista tanto dos grupos ditos Chiquitos, como de seus vizinhos, foi largo e ininterrupto e demorou toda a primeira metade do século XVIII.

Ao verificarmos a composição das populações residentes nos *pueblos* fundados entre 1691 e 1720, é possível entendermos quão diversificados os povos que foram cooptados ou capturados e sofreram influência da ação jesuítica. Para fins de nossa investigação, interessam sobremaneira os grupos que habitavam próximo ao rio Paraguai. Entendemos que encontrá-los ali nos permitirá recuperar pistas sobre quais foram as *nações* de onde se levaram cativos, primeiro para as vilas da capitania de São Paulo e, depois, para as minas do Cuiabá.

Ao lermos as muitas histórias e ao consultarmos as fontes que os jesuítas de Chiquitos deixaram, temos a impressão de que o processo de catequese ocorreu quando os índios, pressionados por algum acontecimento externo ao seu viver, solicitavam, ou mesmo imploravam, pela presença do padre e anuíam deixar seus costumes pagãos e aceitavam ser civilizados, obedecendo aos preceitos da fé cristã. Ao aceitar os ensinamentos pregados pelos padres, os índios concordariam em esquecer costumes ancestrais e os modos de vida anteriores.

Passam também a idéia que as maiores dificuldades adivinham da presença de civis ibéricos e, às vezes, das limitações de um determinado grupo em prover sua

296 É preciso ter em conta também que a expressão “Chiquitos” é uma invenção dos primeiros colonos espanhóis que fundaram Santa Cruz de la Sierra. Segundo frei Roberto Tomichá Charupá *fuieron llamados con otros diversos nombres además del ya conocido “chiquitos”: trabacosis, tapuymirí, choropa y m’oñeyca*. Ver: Roberto Tomichá Charupá, *La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos*, cit., pp. 225 e segs.

subsistência física. Apesar dos pontos gerais acima indicados serem os mais destacados nas narrativas jesuíticas, as fontes nos fornecem pistas para outras leituras.

Não cabe no âmbito desta investigação reconstituir um amplo quadro histórico das conquistas jesuíticas que redundaram na missão de Chiquitos. Entretanto, fazem-se necessárias algumas observações que nos permitirão entender aspectos e características de importantes eventos para os povos indígenas radicados na bacia do rio Paraguai.

Acreditamos que perceber aquelas conquistas para além das narrativas dos jesuítas, que reivindicam para si o protagonismo absoluto daquela história, permitirá entender melhor as ações das diversas nações que ali viviam como resultado de escolhas e, ao mesmo tempo, reconhecer os povos indígenas como capazes de tomar as decisões que influenciavam as suas vidas.

Percebemos a catequese levada a cabo na missão de Chiquitos a partir de uma aparente dicotomia: participações ativas e ao mesmo tempo resistências, às vezes veladas e outras explícitas, ao processo, o que nos remete para a capacidade que os indígenas tiveram de avaliar, selecionar e negociar com os jesuítas, em distintos momentos, sobre fatos que diziam respeito a suas vidas.

Sustentamos que o sucesso da empresa jesuítica só foi possível porque, em muitos casos, os conhecimentos, a opinião e a vontade dos índios foram ouvidos, ponderados e/ou prevaleceram. Aos padres coube o mérito de financiar e coordenar as mudanças, embora nem sempre tivessem sensibilidade suficiente para não tencionar as relações. Quando assim o fizeram, ou seja, quando não deram ouvidos aos sinais emitidos pelos índios, pagaram com a vida e foram proclamados mártires – o que era uma glória almejada por muitos deles.

Um dos pontos que nos interessa discutir e que aparece como fulcral na narrativa pró-jesuítica é a ideia da ampla aceitação do padre no meio indígena como pacífica e desejada, como se os padres fossem sempre convidados, bem recebidos e tidos como esperança de redenção das suas agruras. Uma espécie de tábua de salvação.

Por mais que os religiosos tenham feito esforços, no sentido de perpetrar essa imagem, ela muitas vezes não condiz com os fatos. Tal como nos quer passar a impressão de uma unidade indígena que desconfiamos não existisse. Para além disso, essa construção quer esconder as enormes dificuldades que os padres tiveram em aprender como tratar com povos, quase sempre, com costumes e línguas tão distintos.

Do nosso ponto de vista, a abertura de reduções junto a determinado grupo de *nações* indígenas era tarefa de extrema complexidade. Antes de mais, pressupunha a aceitação do padre por parte do grupo, o que podia não ser tão fácil. Para que isto acontecesse, concorria um conjunto de fatores internos e exógenos dos quais, entre os mais evidentes, podemos destacar: pressões de hispano-americanos e de luso-

brasileiros, doenças desconhecidas, desorganização da estrutura produtiva, vazios de poder temporal e espiritual, além das guerras entre nações ou facções.

Há que se considerar também a contrapartida oferecida pelos missionários aos grupos que se mostravam mais propensos à catequese. Dentre os ganhos possíveis numa eventual aliança/aceitação de se deixar reduzir, percebemos os seguintes: segurança contra invasões externas, possibilidade de uso de armas de fogo nos embates com inimigos ancestrais, remédios que curavam as doenças desconhecidas, instrumentos metálicos, em especial ferramentas de trabalho que permitiam ampliar a produção de alimentos e, finalmente, poder comerciar com os súditos da coroa de Espanha, ainda que por intermédio do padre.

Claro deve estar que cada experiência foi distinta, e que o poder de negociação variou de povo para povo. Por exemplo, é voz corrente que a catequese dos Chiquitos ocorreu devido aos fracassos das muitas tentativas de catequizar seus vizinhos Chiriguanos. Este episódio foi contado desde 1725, pelo padre Juan Patricio Fernández e, depois, repetido por todos os historiadores.

Da sua narrativa, interessa-nos ressaltar como os esforços do padre José Arce foram recebidos de formas distintas pelos grupos que constituíam aquelas duas nações. Enquanto os Chiriguanos, que possuíam uma população maior e eram melhor apetrechados para a guerra, puderam adiar a presença jesuítica em seus domínios, os Chiquitos capitularam ainda em fins do século XVII ²⁹⁷.

Quando o padre José Arce aceitou o convite do governador de Santa Cruz de la Sierra e internou-se pelo país dos Chiquitos, a situação dos grupos que viviam mais próximos àquela cidade era desesperadora. Havia sobrevivido a várias incursões dos *cruceños*, mas, em 1690, padeceram um grande ataque seguido de derrota, em que, para além dos mortos, sofreram também a perda de muitos que foram feitos prisioneiros. Os colonos justificaram tal atitude pelo fato de aqueles índios, na calada da noite, roubarem objetos de ferro de suas fazendas. Mais para o fim do ano, veio o golpe definitivo: a peste. Este termo genérico tanto podia significar uma epidemia de gripe, sarampo ou varíola ou a uma conjugação de duas ou mais destas enfermidades ²⁹⁸.

297 Patricio, Fernández S.J., *Relación historial de las misiones de Chiquitos*, cit..

298 Não conhecemos investigações que informem quão devastadoras foram as epidemias no processo de conquista dos povos ameríndios da bacia do alto Paraguai. Entretanto, são cada vez mais frequentes na historiografia brasileira os estudos que apontam as epidemias como um inimigo mais avassalador que os próprios conquistadores. Ver: Maria Regina Celestino Almeida, *Metamorfoses Indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, cit. Esta autora, ao tratar do Rio de Janeiro, recupera o papel das doenças naquelas conquistas e nos informa que os goitacazes “foram vencidos, inicialmente, ‘por uma mortífera doença de bexigas, que padeceram’, depois da qual se sujeitaram ao capitão Estevão Gomes, dizendo que queria ser seus compadres e dos brancos e comerciar com eles”, p. 60.

Naquele surto de doenças desconhecidas, também é possível que a maioria das lideranças religiosas (os *Iriabós*) houvesse perdido a vida. É simples de entender. A forma de tratamento que os *curandeiros* praticavam impunha o contato físico com o doente. A cura pressupunha que o *Iriabó* sugasse com a boca as partes enfermas do corpo do paciente – e depois expelisse o mal pelo vômito. Considerando que aquelas epidemias se transmitiam pelo contato, é de se supor uma grande mortandade de *Iriabós*.

Diante do exposto, vimos sustentar que a aceitação inicial dos jesuítas entre grupos dos chamados *Chiquitos* ocorreu num momento em que eles vivenciavam uma fragilidade militar, decréscimo populacional, fome, desorganização dos meios de produção e, principalmente, ausência de lideranças espirituais. Se os padres podiam protegê-los, por que não aceitá-los?

Ao contrário do que se quer fazer parecer, os Chiquitos e outros povos agricultores não eram frágeis. As narrativas que ficaram nos apresentam pequenos grupos muito bem organizados militarmente e que resistiram às investidas dos conquistadores. Detentores da técnica de produzir veneno foram capazes de, em algumas ocasiões, infligir derrotas tanto aos moradores de Santa Cruz de la Sierra, como aos bandeirantes paulistas ²⁹⁹.

Eram temidos de seus vizinhos e inimigos indígenas. O que nos parece foi que, na conjuntura da última década do século XVII, muitas das *parcialidades* que foram nominadas como Chiquitos estavam numericamente reduzidas e fragilizadas. Ou seja, depois de mais de cem anos de resistência, havia condições objetivas que forçaram parte daqueles índios a aceitarem a submissão. Certamente, facilitava o *convencimento* os padres oferecerem, para além da palavra de Deus, bens materiais e segurança frente aos ataques que padeciam, o que lhes garantia a sobrevivência física mais imediata.

Seguindo uma metodologia particular, os jesuítas que atuavam naquele espaço e junto aqueles povos, procuravam conhecê-los e identificá-los, pois só assim agiriam com segurança em seu projeto transformador. À medida que iam conhecendo os costumes de um determinado grupo, os mesmos eram divulgados junto de outros missionários. Nesse sentido, um dos documentos mais conhecidos foi escrito pelo Procurador-Geral da Companhia da Província Jesuítica do Paraguai, Francisco Burgés, e trata-se de um *Memorial* apresentado ao Conselho das Índias.

²⁹⁹ Sobre o poder bélico dos Chiquitos e do medo que impingiam a seus vizinhos durante o século XVI ver: “Relacion de la ciudad de Santa Cruz de la Sierra y su Gobernación, calidad de tierra y otras cosas y (así) la cual dio Juan Perez de Zurita que ha sido della, cerca de 1586”, apud: Marcos Jiménez de la Espada, *Relaciones geográficas de Indias: Perú*; Edición y estudio preliminar por José Urbano Martínez Carreras, Madrid: Atlas, 1965, tomo II, pp. 171 e 172.

A importância de tal documento reside no fato de conter o primeiro esforço para identificar, os muitos grupos contatados, entre eles os Chiquitos, apesar das línguas distintas que falavam. Vejamos abaixo:

Piñoca	Quiviquica	Tubasis	Penoquis	Tabicas	Guapas	Taus
Guarayos	Curiminas	Coes	Guatos	Curucos	Borasíes	Xarayes
Boros	Penotos	Taotos	Cusicas	Tamacucas	Xamarus	Tanipicas
Pequicas	Quimes	Suberecas	Paramies	Símiquíes	Taucas	Payores

É certo que o padre Francisco Burgés fez confusões e incluiu em sua lista povos que não eram Chiquitos. Ao todo ele elencou 28 grupos. De qualquer modo, é um dos primeiros registros que podemos usar para comparar com as fontes portuguesas e que nos permite ter noção sobre alguns dos grupos indígenas que habitavam as margens do rio Paraguai e que procuraram refúgio ou aceitaram o abrigo dos jesuítas. Muitos deles, desde então, foram declarados extintos, como é o caso dos Xarayes. É interessante notar como vários dos nomes que ali aparecem eram referenciados nas fontes já no século XVI e continuaram pelas centúrias seguintes e existem até hoje, de que são exemplos os *Guarayos*, *Guatos* e *Suberecas* (Saravecas em português).

A discussão sobre a composição do povo que foi genericamente chamado de *Chiquitos* é muita antiga. Não cabe em nossa análise. Ao longo do tempo e, principalmente, depois da publicação dos estudos do padre Lorenzo Hervás, os Chiquitos passaram a ser identificados a partir das línguas que falavam. Em síntese, foi decidido que os falantes da língua Chiquito poderiam ser agrupados a partir de quatro dialetos principais: Tao, Piñoco, Penoquí e Manasí³⁰⁰.

Analisando os dados apresentados é-nos difícil entender por que os espanhóis nominaram os grupos que viviam mais ou menos próximos ao local onde fundaram Santa Cruz de la Sierra de Chiquitos. À partida, parece não existir entre eles elementos que os identifiquem como uma unidade. Nem mesmo a língua que falavam era única. Ainda que se entendessem mutuamente, usavam vários dialetos cuja aproximação linguística nos parece que fosse difícil de ser percebida pelos europeus.

Os elementos são, portanto, de outro tipo, e encontramos uma ou outra pista na documentação. O primeiro elemento distintivo anotado pelos conquistadores foi a arquitetura, o que se traduz no estranhamento entre o tamanho das casas e a pequenez

300 Lourenço Hervás, *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas*, Vol., I, Madrid, 1800. Uma síntese bastante satisfatória sobre o tema e sobre os diversos povos indígenas que viveram nas reduções de Chiquitos pode ser encontrada em Roberto Tomichá Chapurá, “Los Chiquitanos I: Los Grupos Étnicos”, in *La Primera Evangelización en las Reducciones de Chiquitos...* cit., pp. 209 a 295.

das suas portas. Outro ponto importantíssimo de identificação está relacionado com a capacidade bélica e se verifica no fato de deterem o conhecimento de processar o veneno de plantas, usando-o nas pontas das flechas. Distinguia-os também o fato de não serem canoieiros, viverem de forma sedentária e dedicarem-se à agricultura ³⁰¹.

Da perspectiva jesuíta, foram, então, nominados de Chiquitos os grupos falantes de um dos quatro idiomas identificados como Tao, Piñoco, Penoquí e Manasí e que viviam na jurisdição da província de Santa Cruz de la Sierra. Os estudos contemporâneos não nos ajudam muito, uma vez que não conseguem explicitar, de modo claro, quais elementos identitários os informavam como povo antes da fundação das reduções. Desse modo, e ainda hoje, grupos que pertenciam a povos de língua Txapacura, Otuke e Arawak e que, com o passar dos anos, podem ter-se transformado, aparecem no espaço da missão referidos como Chiquitanos ³⁰².

Isso nos coloca outro problema a ser pensado. As experiências de distintos povos que viveram reduzidos levaram-nos a construir e a reordenar diferentes conjuntos de signos com os quais passaram a se identificar, o que não significa que tenham deixado de existir.

Ao tentarmos perceber ali grupos que povoavam o alto curso do rio Paraguai, queremos alertar para a possibilidade de que nem todos eles possam ter sido extintos fisicamente, mas terem se metamorfoseado, transformando-se em um povo distinto que passou a se autodenominar Chiquitano.

Um fato que deve chamar a atenção dos investigadores é que, na distribuição dos 36 grupos reconhecidos como integrantes do povo Chiquito, eles foram misturados pelos jesuítas e aparecem falantes do mesmo dialeto, espalhados em mais de uma redução. A aceitação pacífica de tais transferências são, provavelmente, indício de costumes e de práticas de deslocamentos anteriores à catequese, o que explicaria porque apesar dos quatro dialetos apontados, quase todos se entendiam quando falavam entre si.

É interessante ainda registrar como os jesuítas, aparentemente, foram capazes de entender muitas das relações de poder que existiam entre os povos que catequizaram e, ao organizarem as estruturas administrativas no interior das reduções, fizeram-no respeitando e concedendo autoridade dentro de cada redução aos caciques dos distintos grupos que a integravam.

301 As fontes indicam que as características arquitetônicas parecem ter sido as que mais impressionaram os conquistadores e foi elemento distintivo daquele povo, desde 1560 até o século XVIII. É bem verdade que tais documentos não estavam preocupados em apontar as especificidades dos costumes daquele povo. É pena que ainda hoje os investigadores se preocupem mais em discutir sobre o nome que sobre o conjunto de caracteres, o que levou tanto espanhóis quanto seus vizinhos também indígenas a reconhecê-los a partir de um só nome, apesar da diversidade de dialetos que falavam.

302 Alcides Parejas Moreno, e Virgilio Suárez Salas, *Chiquitos historia de una utopía*, cit..

Mas a missão abrigou muitos mais grupos que os Chiquito. Adentramos no tema da etnificação, que nos últimos anos tem sido tão caro à historiografia.

Desde 1690 até 1720, a vida entre os Chiquitos e os grupos que eram seus vizinhos não foi de grande estabilidade. A presença dos padres não afastou de imediato os colonos *cruceños* e nem os temíveis *mamalucos de San Pablo*. As fontes indicam que naquele tempo, os primeiros fizeram pelo menos 9 *malocas* em várias aldeias dos Chiquitos. Por sua vez, os sertanistas do Brasil, realizaram ali cerca de 10 entradas.

Se os índios que estariam sob a proteção dos jesuítas eram alvo de investidas de caçadores para escravizá-los, o que dizer dos demais povos? Assim, de forma muito hábil e política, os padres souberam se aproveitar de uma situação instável, fomentada pelos colonos ibero-americanos e, aos poucos, foram cooptando os índios. Nos primeiros anos (1691/1699), a estratégia foi juntar os Chiquitos, independentemente do dialeto que falavam. À medida que as reduções se afastaram de Santa Cruz de La Sierra e que os nativos perceberam que existiam ganhos quando se colocavam sob proteção dos religiosos, mais povos se agregavam à missão e novas reduções foram abertas.

As estratégias de aproximação que os indígenas estabeleceram com os padres foram, contudo, distintas, tal como nem todos viveram permanentemente reduzidos. De entre os Guarayos, por exemplo, havia uma circulação espontânea entre as suas aldeias nas matas e as reduções de San Rafael e San Miguel. Esse movimento, talvez, refletisse uma estratégia de entabular comércio de bens metálicos com os índios catequizados, sem correr riscos de serem cooptados e integrados nas missões.

Só depois de 1700, os padres começaram a fazer saídas anuais para *converter infieis* em novos cristãos. Ainda que as narrativas procurem mostrar tais eventos como amenos e revestidos de atos de fé, estes eram, na verdade, expedições militares. Tais *cruzadas* ocorriam no período do estio e mobilizavam contingentes superiores a 100 homens que, facilmente, transmutavam-se em guerreiros. Andavam armados de arco e flecha, facas e facões e, às vezes, com bocas de fogo. Não necessariamente eram comandados por um padre e isso nos coloca questões. Por exemplo, até que ponto, é que para os índios reduzidos, essas entradas com fito catequético não eram formas modificadas de perpetuar as antigas guerras intertribais? Considerando que os *infieis* conquistados para o grêmio da igreja dividiriam os mesmos espaços com seus *catequistas*, e que muitos desses povos, num passado recente, mantinham relações de dominação uns com os outros, como garantir que, embora de forma velada, as relações de subordinação anteriores não se mantivessem dentro da redução?

Os alvos preferenciais de tais expedições eram os prófugos, os evadidos que, na sua maioria, teriam retornado à vida em aldeias nas matas. Para eles, as ordens dos superiores jesuítas eram que fossem tratados com mais rigor *y que los trujesen*

por bien primero, ô sino por fuerza. Mas qualquer índio ou grupo encontrado era ‘convencido’, ou capturado, e levado para as reduções.

As entradas eram demoradas e podiam alcançar um raio de até 100 léguas distantes do ponto de saída. Como os índios a ser contatados encontravam-se espalhados em pequenas aldeias, num mesmo ano podiam ser constituídos vários grupos de entradistas que seguiam direções opostas. Ainda que o argumento que justificava tais incursões fosse o de que iam salvar almas, de fato, os padres tentavam defender seu projeto catequético. A explicação é simples: no interior das reduções, a mortalidade era bastante alta e, assim, as entradas, com o fito de conquistar novas almas para o grêmio da igreja, eram também uma forma de reposição dos contingentes indígenas que morriam vitimados pelas doenças ³⁰³.

Desse ponto de vista, os *descimentos de índios*, realizados pelos padres, tomam um sentido mais dramático, pois, sem a substituição dos que morriam, o existir da própria missão corria risco.

Cremos que também aos índios que haviam aceitado viver em redução não interessava o desaparecimento das missões, visto que, se isso acontecesse, ameaçaria o novo modo de vida que estavam construindo para si.

Tal reflexão sugere outro caminho para pensar as relações de poder, dentro da missão, de uma perspectiva distinta daquela em que os índios aparecem como se fossem um todo homogêneo, sem vontades, obedientes e comandados pelo padre. Forjada no exercício das conquistas, essa versão interessava tanto aos colonos como aos próprios religiosos. Entretanto, lembramos que os religiosos nem sempre entendiam a(s) língua(s) falada(s) na redução que administravam. Como havia apenas um padre por redução, isso o levava a escolher lideranças entre os representantes dos diversos grupos indígenas que ali viviam. As hipóteses mais aceitas são as de que o padre usasse tais relações em seu favor. Interessa-nos indagar se os jogos de poder anterior às conquistas não eram exercitados no interior das reduções sem que os padres se apercebessem? Isso aponta para a possibilidade de relativizarmos o poder dos jesuítas naquele espaço.

Cremos ser cada vez mais urgente e necessário repensar o lugar dos índios nas conquistas, mesmo naquelas levadas a cabo pelo poder da cruz. Se admitirmos que os índios reduzidos, ainda que ao serviço dos padres, saíam em busca de novos contingentes para manutenção daqueles espaços, e não eram

303 Esta consciência da necessidade de repor os contingentes humanos que morriam assolados por doenças no interior das reduções da missão de Chiquitos fomos encontrá-la, primeiramente, nos escritos do padre Martin Dobrizhoffer (1783). Segundo suas palavras: “Por mi parte, confieso sinceramente que no he visto ni los Chiquitos, ni su país. Pero he oído muchas veces que, si nuestros padres no hubieran traído anualmente una gran cantidad de bárbaros desde los bosques a las localidades, éstos hubieran quedado despobladas desde hace tiempo”. Martin Dobrizhoffer, *Historia de los Abipones*, vol, II, cit..

exclusivamente movidos pela fé, aos poucos, eles vão assumindo as rédeas de suas próprias existências e histórias. Abordagem que se torna cada vez mais comum na historiografia, mas que parece ainda não ter sido aplicada a os índios da missão jesuítica dos Chiquitos.

Para a nossa investigação, interessa ver as missões não como espaços, mediando as fronteiras entre as monarquias ibéricas, mas, fundamentalmente, como lugares de conquistas, que abrigaram meia centena de povos indígenas com experiências culturais próprias, que ali aprenderam a construir novas estratégias de negociações e de convivência com a sociedade colonial. E, ainda retomando uma questão anterior, da consideração e valorização dos espaços/territorialidades ameríndias como coexistentes com os territórios coloniais/nacionais. Assim, funcionaram também como núcleos de atração de nações que, após séculos, desde que a conquista europeia se iniciara, encontravam-se muito fragilizadas. Quando, em 1705, o padre Juan Patrício navegou pelo rio Paraguai, ele já denunciava quão reduzidas estavam as *nações* que viu ou soube situarem-se às margens daquele rio (ver capítulo 2). Ao compararmos as diversas narrativas dos anos iniciais do século XVIII com os dados disponibilizados pelo frei Roberto Tomichá Charupá para as reduções de San Rafael de los Chiquitos e San Miguel, é possível identificar ali muito dos povos que habitavam as terras banhadas pelos formadores, do Paraguai e do Guaporé, próximos à linha divisória das bacias platina e amazônica.

Dentre outros povos que aparecem nos relatos hispânicos destacamos: nas reduções situadas próximo aos rios afluentes do Paraguai os *xarayes*, *veripones*, *parisis*, *guarayos* e *otuquis*; já naquelas fundadas nas cabeceiras de formadores do Guaporé (San Xavier e Concepcion), encontramos *baures*, *guarayos* e *tapacuras*. Como já foi dito, enquanto os primeiros grupos sofreram expedições preadoras dos paulistas, os segundos eram acossados por *cruceños*.

As análises dos dados indicam que a presença de índios não Chiquitos em algumas reduções chegou a ser bem expressiva, como por exemplo, em San Rafael onde, entre 1720 e 1750, a relação era de 54,7% de Chiquitos para 46,3% de outros povos ³⁰⁴. Se considerarmos sua localização, aliada ao fato de que nessa temporalidade, os paulistas que viviam no Cuiabá diminuíram a pressão sobre os povos da margem direita do rio Paraguai, então podemos supor que aqueles grupos quando procuravam ou aceitavam o abrigo das reduções eram motivados por fatores internos e/ou vontade própria.

304 Roberto Tomichá Charupá, *La Primera Evangelización en las Reducciones de Chiquitos...* cit. pp. 278 e sgs.

Continuando no campo das estatísticas e das proporcionalidades, o período que vai de 1720 a 1750 é considerado como aquele em que o número de habitantes da missão de Chiquitos foi mais significativo. Foi também a fase em que se congregou o maior número de grupos de origens diversas, ao todo 67, espalhados por 7 reduções, dos quais 36 eram reconhecidos como falantes de um dos 4 dialetos que compõem a língua Chiquito, donde se conclui quão expressivos eram os demais grupos.

Frei Roberto Charupá, ao analisar, para o ano de 1745, as famílias linguísticas abrigadas no interior da missão, chegou aos seguintes dados: os falantes do Chiquito eram 65,45%, e apenas 34,55% pertenciam aos troncos Arawak, Txapakura, Guaraní, Otuke e Zamuco, distribuídos pelos demais 31 grupos. Em números de humanos, isso implicava que os Chiquitos perfaziam 9.625 pessoas, e os outros 5.081, o que dá um total de 14.706 habitantes naquela missão.

Esses números nos alertam sobre a riqueza da diversidade de culturas amalgamadas num espaço originariamente pensado para ser apenas cristão. De saída, não há mais como insistir em perceber as reduções como lugares culturalmente homogêneos. Contudo, não podemos fechar os olhos à grande mestiçagem de povos ameríndios que foi aquela experiência. Não se pode também desvalorizar a influência da cultura cristã para os índios. Devemos atentar para a necessidade de apreender aquele espaço à luz das novas abordagens que aproximam e recriam conceitos tanto da história como da antropologia.

Ao analisarmos um conjunto de fontes sobre a missão de Chiquitos, tivemos como referência a bibliografia recentes que propõe uma releitura sobre a temática indígena ³⁰⁵. Uma das vertentes atuais sobre as conquistas bráslicas privilegia e redimensiona o lugar dos índios coloniais, definidos como aqueles que viveram a experiência de serem aldeados, cristianizados e tornados súditos da coroa portuguesa.

No nosso caso, não podemos simplesmente comparar o índio colonial com o índio reduzido – a presença do padre coloca-se como intermediária entre estes, os colonos e agentes da coroa, tanto na América como na Espanha. Entretanto, os índios

305 Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos índios no Brasil*, cit.; Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, cit.; Maria Regina Celestino de Almeida, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, cit.; Elisa Fraúhauf Garcia, *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*, cit.; Ione Aparecida Martins Castilho Pereira, *Missão Jesuítica Colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo uma Missão num espaço de fronteira (1743-1769)*, cit.; e Beatriz Vitar, *Guerra y misiones en la frontera chaqueña del Tucumán (1700-1767)*, cit.; G. Boccara & S. Galindo, eds., “Etnogénesis mapuche: resistencia y restructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII)”, *Hispanic American Historical Review* 1999, 425-461; Giudicelli, Christophe, *Guerre, identités et métissages aux frontières de l’empire espagnol: le cas Tepehuan en Nouvelle Biscaye au début du XVIIème siècle*, Thèse, Université de Paris III, 2000. Elizabeth Burgos, Lavaud, Jean Pierre et Daillant; Guillaume Boccara, *Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo, Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2001, Puesto en línea el 08 février 2005. URL: <http://nuevomundo.revues.org/index426.html>.

reduzidos na missão de Chiquitos, assim como os índios coloniais, aprenderam as regras do jogo e foram capazes de participar da sociedade colonial espanhola e, por este motivo, puderam sobreviver como índios mesmo depois da expulsão dos jesuítas. A nova identidade instrumentalizou-os para enfrentarem o mundo colonial e, depois, ao nacional e neles sobreviverem como povo distinto do boliviano.

Interessa-nos ainda destacar que as missões jesuíticas foram fundadas onde tiveram aceitação dos povos indígenas e não onde os padres ou a coroa espanhola queriam. Não cremos que elas fizessem parte de nenhum plano para impedir avanços de luso-brasileiros, embora talvez, depois de estabelecidas, tenham servido a esse fim. Ao levantarmos tal discussão, questionamos a tese de que as missões foram postadas estrategicamente pelos jesuítas, para impedir os avanços portugueses às terras de Espanha ao longo da fronteira.

Esse argumento não leva em conta, por exemplo, que Mojos e Chiquitos começaram a ser fundadas, respectivamente, entre 40 e 30 anos antes da descoberta do ouro no vale do Cuiabá. Assim, a não ser que os padres e a coroa da Espanha tivessem poderes premonitórios, esse argumento não se sustenta. Se fosse verdade que as missões funcionariam como barreira protetora, então por que razão os jesuítas não as fundaram também ao longo do rio Paraguai? Do nosso ponto de vista, não foram os padres que decidiram onde a palavra de Deus seria implantada. Essa foi uma decisão, tomada em situações de pressões extremas, coube aos próprios índios.

Mas o que teria a missão de Chiquitos com as conquistas portuguesas do Cuiabá? Muita coisa! Antes de mais nada defendemos que aquele espaço foi o local de refúgio de muitos dos grupos indígenas que habitavam a territorialidade trafegada pelos sertanistas de São Paulo que descobriram as minas do Cuiabá e que caçavam índios para cativar. Ainda que vários desses grupos fossem tidos como extintos desde o século XVIII, eles, na verdade, se transmutaram em Chiquitanos.

Instalados nas reduções, em contato com culturas distintas e face uma nova realidade, reordenaram seus modos de viver. Isso significa que não podemos mais trabalhar com a premissa de que todos foram extintos por ações dos conquistadores civis. Interessa-nos ressaltar que parte daqueles povos, sob pressão ou voluntariamente, decidiu, antes de se extinguir, tentar outra forma de viver sob a proteção dos jesuítas.

Não se trata aqui de amenizar a culpa dos sertanistas e mineradores de ouro de São Paulo e do Cuiabá, mas de abrir possibilidades de incorporar novas perspectivas para compreendermos aquelas conquistas. Finalmente, queremos reforçar a ideia de que, se as ações desencadeadas pelos súditos das coroas ibéricas no espaço abrangido pela bacia do alto Paraguai influenciaram as escolhas dos povos indígenas ali radicados, foram eles os agentes ativos de sua própria história.

Como a missão de Chiquitos sobreviveu às vicissitudes da conquista, ela pode ser tomada como exemplo de sucesso da empreitada jesuíta e da capacidade adaptativa dos povos que abrigou. Colocamos como hipótese que, para este caso, a evolução da língua falada clarifica sua trajetória histórica. Vejamos.

Apesar do registro da existência de muitos povos entre as distintas reduções, em cada uma delas se identifica um grupo majoritário, falante de sua própria língua. Como os padres tinham dificuldades em entender e se comunicar em todas as línguas, a estratégia foi limitá-las a quatro em toda a missão, e cada redução adotava apenas uma. Por sua vez, os índios, independentemente da sua origem, tinham que aprender o idioma da redução para onde eram destinados.

Com o passar dos anos e, principalmente, depois da expulsão dos jesuítas, foi se instituindo o castelhano como língua oficial. Sob a vigência do estatuto nacional, ao aprender a língua geral da nação boliviana, os já Chiquitanos e não mais Chiquitos, apetrecharam-se de importante instrumento para garantir a subsistência de todos os remanescentes da missão. Acreditamos, assim, que, no caso dos Chiquitos, o exercício cristão da catequese foi também o da invenção de um povo com unidade linguística, territorial e de costumes que não existia e que só veio a se consolidar no século XIX. Por fim, concluímos que aquela experiência de catequese redundou na invenção de um povo.

A missão de Mojos

Tratemos de outro dos pontos que nos propusemos discutir neste capítulo. Passemos, então, à experiência desenvolvida pelos jesuítas da província do Peru, que abrigou índios que viviam na bacia dos rios Mamoré, Beni e Guaporé e que, a partir de 1740, passou a sofrer influências dos colonos luso-brasileiros oriundos do Cuiabá. Referimo-nos à missão de Mojos. Apesar de terem despertado menos interesse de historiadores e antropólogos, quando comparadas à missão de Chiquitos, algumas das reduções de Mojos tiveram contatos muito estreitos com os súditos e agentes da coroa portuguesa no vale do Guaporé ao longo do século XVIII.

Como no caso dos índios Chiquitos, os Mojos passaram a ter mais visibilidade em fins do século XVII, quando distintos povos Arawak que habitavam o curso do rio Mamoré aceitaram conviver com os padres da Companhia de Jesus da Província Jesuítica do Peru, o que não significa que fossem desconhecidos dos espanhóis. Na documentação referente à cidade de Santa Cruz de la Sierra, os Mojos, são citados desde pelos menos 1564 e 1572. Por exemplo, nos informes de 1572, os Chiquitos eram referidos como *muy necesario para hacer la guerra y castigo á los Chiriguanas y para el descubrimiento de la tierra rica que impropriamente*

llaman Mojos. Mais de dez anos se passaram, e outro governador continuava na expectativa de que *el principal aumento desta tierra, como dicho es, consiste en el descubrimiento de los Moxos* ³⁰⁶.

Com o passar do tempo, disseminou-se a ilusão de que o país dos Mojos era rico. Dada a dificuldade de acesso e a aura de mistério que envolvia o espaço desconhecido, o termo acabou por tomar uma conotação também geográfica, forjando-se a expressão *Los Llanos de Mojos* como um lugar com identidade. Assim, no imaginário do conquistador, *Los Llanos de Mojos* era um sítio onde...

...aparte de la riqueza de su suelo y densidad de poblacion eran alicientes poderosos de su conquista la noticia de comarcar con el Paititi y dominios del Rey Dorado y constar tradicionalmente que por esta ó otras causas la habían emprendido los Incas ³⁰⁷.

Ao longo da segunda metade do século XVI e pela centúria seguinte, os espanhóis radicados em Santa Cruz de la Sierra fizeram várias *malocas*, ou entradas, nos *Llanos de Mojos* com o fito de encomendar, pelo poder das armas, os índios que ali viviam à coroa de Espanha e os reduzir ao grêmio da igreja, o que resultou em guerras ³⁰⁸.

Segundo Alcides D'Orbigny, em meados dos seiscentos, os Mojos, como a maioria dos nativos da América, ansiavam por obter bens metálicos, em especial ferramentas. Teria sido essa necessidade que propiciou uma nova aproximação entre os Mojos e os moradores *cruceños*, desta feita com a iniciativa indígena. No ano de 1667, veio o contacto definitivo, mediado agora pelos soldados de Jesus. É voz corrente entre os historiadores jesuítas, que isso ocorreu graças à solicitação que um grupo de índios do povo Mojo fez ao governador de Santa Cruz para que o mesmo enviasse tropas até seus domínios e os ajudasse a fazer guerra a índios vizinhos, os Cañacures, que os atacavam ³⁰⁹.

Mas há controvérsias sobre essa versão dos moradores de Santa Cruz terem-se feitos tão prestativos do dia para a noite. Do que entendemos de uma carta escrita

306 "Relacion verdadera del asiento de Santa Cruz de la Sierra, Límites y Comarca della, Rio de la Plata y el de Yguapay ó Sierras del Pirú en las Provincias de los Charcas, para el Excmo. Señor Don Francisco de Toledo, Visorrey del Pirú, cerca de 1570", apud: Marcos Jiménez de la Espada, *Relaciones geográficas de Indias*, cit., tomo II, pp. 159 e 165.

307 "Entrada de Diego Aleman a los Mojos ó Mussus – 1564. Memoria de la jornada de los Mojos y descubrimiento de la tierra de Los Llanos", apud: Marcos Jiménez de la Espada, *Relaciones geográficas de Indias*, cit., tomo IV, pp. CXCVI a CCIII.

308 Segundo a narrativa dos historiográficos jesuítas, entre 1595 e 1671 ocorreram 10 entradas junto aos Llanos de Mojos, organizadas, ou autorizadas, pelos governadores de Santa Cruz de la Sierra e a Audiência de Charcas. Entre outros ver: Rubens Vargas Ugarte, SJ, *Historia de la Compañia de Jesus en el Peru*, cit., Tomo III, 1964, pp. 1 a 15.

309 Alcides Dessalines d' Orbigny, *Viaje a la América meridional: Brasil, República del Uruguay, República Argentina, La Patagonia*,..., cit, Tomo IV, pp.1437 e 1438.

pelo irmão Juan de Soto, o intento inicial era capturar índios fugitivos ³¹⁰. A entrada foi discutida com as autoridades civis e eclesiásticas, e autorizada e montada com o fito solicitado. Acontece que ocorreu uma dissensão entre os membros da *maloca*, os soldados se recusaram a partir porque não lhes asseguraram butim, e a eles não interessava resgatar índios fugidos para outrem. A expedição foi salva do malogro devido à chegada a Santa Cruz de índios prófugos que teriam pedido, em nome de dois caciques, que os espanhóis ali fossem para castigar os índios nomeados como Turucasies. Começava, assim, o longo período de aproximação que envolveria uma disputa entre os jesuítas e os civis *cruceños* pelo controle dos índios que viviam nos *Llanos de Mojos*.

É consenso que os primeiros pedidos para que os jesuítas se instalassem entre os Mojos datam de 1667. No ano seguinte, o recém nomeado *superior de la nueva mision de los indios gentiles de las dilatadas tierras de los Mohos*, o padre Julian de Aller, escreveu uma *Relação* em que informava a seu provincial dos resultados da viagem à província dos Mojos, por meio da qual sabemos, também, da chegada, em Santa Cruz de la Sierra, do irmão Juan de Soto que ali aportou acompanhado dos principais caciques e de muitos índios que viviam próximo à confluência dos rios Grande e Mamoré.

Para a nossa narrativa, interessa destacar que os índios trouxeram canoas carregadas de peças de tecidos que trocaram por bens diversos, o que denota não só o lugar do padre, como as intenções dos índios em estabelecer relações de comércio. Retomamos, assim, as questões já discutidas, ao tratarmos da catequese entre os Chiquitos, bem como as das formas de contato e os motivos que levaram os índios à aceitação dos jesuítas. Cremos que foram dinâmicas distintas. Para os Mojos, o que facilitou a aproximação inicial foi a necessidade de comércio ³¹¹.

As formas de contato entre os povos indígenas dos *Llanos de Mojos* e seus vizinhos hispânicos de Santa Cruz de la Sierra sofreram mudanças importantes a partir de 1667. Como indicado, a partir de então, alguns caciques passaram a solicitar do governador da província expedições para atacar grupos rivais, ocasiões em que também comerciavam. Tais alianças temporárias eram muito benéficas para ambas as partes. Os grupos indígenas

310 Ao lermos a carta escrita pelo irmão jesuíta Juan de Soto, fica evidente que o motivo alegado da entrada dos *cruceños* aos Mojos era buscar índios cristianizados que haviam fugido de Santa Cruz de la Sierra. Vejamos um breve trecho de sua narrativa: *El procurador de la ciudad General D. Gabriel Guevara, presentó una petición para que se concediese licencia para esta entrada, a fin de reducir a esos indios fugitivos, por cuya falta padecian los vecinos*. Este documento foi transcrito in “*Apendice nº 3 Relación de lo sucedido en la jornada de los Mojos el año de 1667, por ele hermano Juan de Soto*”, apud Rubens Vargas Ugarte SJ, *Historia de la Compañía de Jesus en el Peru*, cit., pp. 168 a 172. Sobre as práticas dos moradores de Santa Cruz de la Sierra de escravizar os povos nativos do rio Mamoré ver também: David Block, *La cultural reduccional de Los Llanos de Mojos*, cit., pp 65 a 68.

311 “*Relacion que el Padre / Julian de Aller de la Compañía de Jesus de la / Provincia del Peru y Superior de Nueva Mi / sion de los Mojos de los Indios Gentiles de las Dilatadas Tierras / de los Mohos (sic) que Confinan con las de Santa Cruz de la Sierra y se dio Principio por el Año de 1668 a Instancias de el Exmo. Señor con / de de Lemos Virrey de Dicho Reyno le Hace al / P. Luis Jacinto Contreras, Provincial / Reelecto de Dicha Provincia de el / Peru, su fecha a 9 de Setiembre / de 668*”, in Rubens Vargas Ugarte, SJ, *Historia de la Compañía de Jesus en el Peru*, Tomo III, cit., pp. 155 a 162.

apoiados pelos *cruceños* livravam-se de inimigos poderosos, reabasteciam seus estoques de cativos ou os trocavam por mercadorias, além de ampliarem suas áreas de caça, pesca e coleta. Quanto aos *cruceños*, podiam usufruir de guias e informações seguras, o que aumentava a certeza de saber onde encontrar os índios mais aglomerados, e isso tornava as *malocas* mais rentáveis dadas suas rapidez e eficácia.

Desde logo, os Mojos descobriram que os *cruceños* não eram muito fiáveis, pois, na *maloca* seguinte o grupo indígena que, meses antes, lhes fora aliado podia agora ser a presa. Assim, se deram conta do erro estratégico que haviam cometido. Foi nesse contexto que resolveram fazer alianças com os jesuítas.

A ideia que queremos ressaltar é a de que os Mojos parecem ter percebido que, com a proteção dos padres, podiam comerciar com os hispânicos sem correr riscos de serem cativados. Os padres, por sua vez, não quiseram entender que se tratava de uma aliança e construíram uma versão fantasiosa de tal contato. Ao longo dos séculos, de tanto repetirem a verdade em que quiseram acreditar, convenceram muitos historiadores, e o senso comum, de que os índios solicitaram suas presenças porque desejavam ser cristãos.

Chamamos aqui a atenção para a atenção que se deve ter ao tratarmos com os escritos jesuítas. Havia nos opúsculos e historiais que divulgavam uma clara intensão divulgar a catequese e de prestar conta a quem os financiava. Tais escritos era uma forma de mostrar, nomeadamente aos cristãos beneméritos quem estavam longe, (Lisboa, Madrid, Roma, mas também no Rio, Bahia, Lima, Assunção, etc) como seus trabalhos e abnegações eram reconhecidos até pelos próprios índios “selvagens e pagãos”, que os queriam como missionários e civilizadores. Colocavam-se assim como imprescindíveis aos poderes civis (às monarquias ibéricas e para a ocupação de territórios de fronteira), ao mesmo tempo, consolidavam suas áreas de ação junto a membros da sua própria ordem e demais ordens eclesiásticas na América do Sul e na Europa.

Entre os primeiros contatos dos jesuítas com os índios Mojos (1667) e a fundação da primeira redução (1682), passaram-se 15 anos de conhecimentos, avanços, recuos e negociações. Em Lima, por mais de uma vez, os superiores da Companhia de Jesus pensaram em desistir do intento. Por seu lado, os religiosos envolvidos no processo esforçavam-se para convencer tanto as autoridades eclesiásticas, como as civis, da importância de fundar a missão. Um dos argumentos usados foi o do elevado número de almas a serem convertidas. Os relatos se apresentavam muito otimistas e ainda que a maioria das aldeias tivesse entre trinta a quarenta habitantes, sempre destacavam uma ou outra com cem ou mais pessoas.

Mas a realidade de um território inundado seis meses por ano e onde a população possuía instrumentos de trabalhos precários e baixa capacidade de controle sobre a natureza não possibilitava aldeias populosas.

O otimismo dos jesuítas em indicar números imprecisos ou, às vezes, superestimar as populações indígenas que pretendiam catequizar tem levado a muitos equívocos. Vejamos como o primeiro superior da Missão de Mojos, o padre Pedro Marban, se refere à fundação da redução de Nuestra Señora de Loreto.

Se dió principio a la primera población y reducción de Nuestra Señora de Loreto, a 25 de marzo, día de la Encarnación del Hijo de Dios, **con el bautismo solemne de más de 600 almas; con tanto fervor en los indios**, que, guiados de los Padres, pegaban fuego a sus adoratorios y echaban al agua sus ídolos³¹² (grifos nossos).

A citação encerra um conjunto de estereótipos como: a falsa ideia de um grande contingente populacional, seiscentas almas batizadas num só dia; a fé indígena nos padres; a negação de sua própria fé com a queima de seus ídolos; enfim a ideia de uma grande transformação que levaria à aceitação de um novo modo de vida. Desconfiamos de que esta grande demonstração de otimismo pudesse ser, na verdade, um *erro* proposital e propagandístico. A abertura de uma missão era empresa muito dispendiosa, não só em recursos financeiros, mas também humanos. Quando um grupo de jesuítas empenhava-se em tal tarefa entregava-se a ela de alma e de corpo. Para além do contato, conhecimento da língua e costumes indígenas, da organização espiritual e material da missão, era preciso também convencer do sucesso daquele empreendimento aos superiores da ordem, às autoridades da coroa e aos benfeitores civis, que os proviam de largos recursos.

Assim, se foram capazes de obras que resultaram na publicação de gramáticas, dicionários, historiais e catecismos, também o foram de outras não tão louváveis como superestimar o número de almas a ser conquistadas, supervalorizar a fé demonstrada pelos neófitos, e acreditar que não os estavam comprando com brindes. Talvez, os exageros ressaltados fossem parte da estratégia de outro tipo de conquista: a divulgação, aceitação e respeito de seus trabalhos perante o mundo cristão. Acreditamos, assim, que a política dos jesuítas de escrever os relatos de seus sucessos e martírios e publicá-los na Europa ajudou-os a enfrentar os ataques que sofriam de colonos e agentes da coroa de Espanha.

Mas, não havia consenso sobre as estratégias de conquista nem mesmo entre os jesuítas. Pouco antes de ser instalada a redução de Nuestra Señora de Loreto, o padre Cipriano Barace escreveu uma *Relación sobre la Conversión de los Infieles de Santa Cruz*. A importância desse documento reside no fato de apresentar uma versão dissonante daquela de seus pares.

312 Pedro Marban, SJ, “Breve Noticia de las Misiones de Infieles, que tiene la Compañía de Jesús de esta Provincia del Perú en las Provincias de los Mojos, 1700”, in Josep M. Barnadas, y Plaza, Manuel, *Mojos Seis Relaciones Jesuíticas Geografía-Etnografía-Evangelización 1670-1763*, Cochabamba, 2005.

Barace, juntamente com o padre Marban e o irmão José de Castillo, viveram entre os Mojos desde 1675. Enquanto os dois últimos tinham uma leitura muito romantizada do trabalho realizado, Barace era muito cético, em relação à conversão dos Mojos. Quando expôs suas opiniões, fazia 5 anos que residia numa aldeia no Mamoré ³¹³.

Antes de tudo, ele questionava se a missão que se tentava fundar seria viável e se os esforços físicos e financeiros que estavam sendo despendidos não seriam vãos. Deixa claro que sua leitura, como a de seus companheiros, estava eivada de paixões. Começa sua análise indicando quão reduzida era a população dos Mojos, que *escasamente llega a 3.000 y 6.000 almas entre chicas y grandes... y en estos están inluidos los de diversas lenguas que son 4*. Na sequência, estabelece uma série de comparações com as conquistas do Paraguai para concluir que os Mojos tivessem *gente apenas bastante p.^a un razonable pueblo*. Ainda refletindo sobre a população, ele questionava o número de pessoas por casa ou família. Aos poucos, demonstra como as estimativas de dez e seis moradores por habitação podiam ser menores, chegando apenas a quatro habitantes por casa.

Ao tecer uma severa crítica às estimativas do irmão José Castillo, que teria informado ao provincial que nos *Llanos de Mojos* haveria como que *alrededor de 70.000 almas*, Barace desabafa: *Las cosas deste Hermano son p.^a perder el juicio y las arenas quisiera convertir en hombres para apoyo de su empeño*. Esclarece que já estava acostumado ao modo de falar dos índios e que, por isso, julgava que os povos vizinhos aos Mojos não chegariam a 10 mil habitantes.

O tempo mostrou que um e outro estavam errados em suas estatísticas. De qualquer modo, Barace, teve coragem de questionar a viabilidade de Mojos, seja pelo diminuto número de pessoas, seja pela diversidade das línguas que falavam seus habitantes. Propôs como alternativa investir esforços junto aos Chiriguanos e aos Chanés, cuja população era maior e a língua conhecida.

Apesar do ceticismo em relação à conversão dos Mojos e de discordar dos seus irmãos em Cristo, Barace não desanimava do trabalho catequético. Contudo, a sua leitura é de uma clareza ímpar. Chegamos assim à parte de sua *Relación* em que ele aborda dois pontos fulcrais para entender aspectos da conquista levada a cabo pelos jesuítas em Mojos, quais sejam: a resistência em se deixar reduzir e a fê dos indígenas.

Entre os argumentos comumente apresentados para explicar a resistência indígena em juntarem-se em *pueblos* maiores estava o da desconfiança e medo de que os jesuítas os fossem entregar aos *cruceños*. A estratégia mais usada para minar tal resistência foi criar nos indígenas uma dependência cada vez maior de produtos

313 Josep M. Barnadas, y Manuel Plaza, *Mojos Seis Relaciones Jesuíticas Geografía-Etnografía-Evangelización 1670-1763*, cit.

de ferro e estanho. Os padres, aos poucos, colocaram-se como uma ponte segura entre as ambições indígenas e a sociedade colonial *cruceña*, e ao se posicionarem nesse lugar, evitavam que os índios corressem riscos de serem escravizados quando negociavam com os moradores civis de Santa Cruz de la Sierra.

Em mais de uma passagem, o padre Barace deixa claro como sabe o seu papel nesse jogo de interesses, em que a fé se comprava com ferramentas e quinquilharias. Segundo ele, a primeira redução só foi fundada em 1682, porque os índios teriam entendido que, caso não cedessem, os padres seriam retirados de seu convívio, e isso significava ficarem expostos aos espanhóis. Reconhecia ainda que a resistência indígena era grande e ressalta que mais lhes atraíam “el mucho agasajo que se les hace, pagándoles las cosas, comprándoles canoas y dándoles herramientas p.^a hacer sus casas y sementeras (que será esta perpetua pensión)”, que necessariamente a fé³¹⁴.

O ápice da consciência que tinha do lugar que os jesuítas ocupavam junto aos Mojos nos anos iniciais daquela conquista, revela-se ao discorrer sobre a conversão desses indígenas. Para além de acusar seus companheiros de catequese de terem grandes ilusões e apregoar, de forma exagerada, acontecimentos comoventes que atestavam a fé e a vontade dos indígenas de ser cristãos, ele confessava não entender o significado do querer ser cristão para os índios.

Da sua percepção, os índios diriam tudo o que os padres quisessem ouvir, e isto não por serem tolos ou ingênuos, mas por estratégia política e/ou de sobrevivência. Em suas palavras: “claro está que a todo dicen que sí, porque bien saben que si dicen que no, les hemos de dexar y an de perder sus intereses y así procuran tenernos gratos”.

Ao recuperarmos a leitura que o padre Cipriano Barace fazia de sua ação e da de seus companheiros de fé na conversão dos índios Mojos, quisemos demonstrar que não havia unanimidade no modo como os jesuítas percebiam aqueles povos. Não notamos na narrativa do padre Barace julgamentos depreciativos sobre os indígenas com os quais convivia, ainda que ele preferisse atuar junto aos Chiriguano ou aos Chanés.

Suas críticas são endereçadas às informações manipuladas e às estratégias empregadas na conversão. Ao concluir sua *Relación*, ele agradece ao provincial o envio de *chaquira*, estanho, ferramentas e coisas miúdas e o adverte: “no debe gastarse tanta plata como se há gastado y si quieren ser cristianos (os índios), que lo sean pero non comprándolos con plata”.

Apesar das advertências de Barace, saíram vencedores do embate o padre Marban e o irmão José de Castillo, ainda que suas estratégias de convencimento

314 Cópia de la Relación que Envio el P. Cipriano Barace sobre la Conversion de los Infieles de Sta. Cruz, 10 Set. 1860. In: Rubens Vargas Ugarte, SJ, *Historia de la Compañía de Jesus en el Peru*, Tomo III, cit., pp. 162 a 168.

dos superiores não possam ser consideradas muito católicas. O que é interessante notar é que se tornaram as narrativas oficiais que referendam aquelas conquistas. Para melhor atuar e considerando a diversidade do meio natural e dos povos que ali viviam, os jesuítas dividiram os *Llanos de Mojos* em três áreas distintas de ação, como vem expresso no quadro abaixo.

Rio (Mamoré)		Pampas		Baure	
1682	Nuestra Señora de Loreto	1689	San Ignacio	1708	Concepción
1687	Trinidad	1691	San José	1709	San Joaquín
1691	San Francisco Javier	1693	San Francisco de Borja	1710	San Juan Bautista
1694 1723	S. José de Chiquitos / Desponsórios de Nª Sª	1698	San Luis	1717	San Martín
1696	San Miguel 1	1703	San Pablo	1720	Magdalena
1697	San Pedro	1710	Reys	1725/44	San Miguel 2
1705	Santa Rosa 1			1741	San Nicolás
1709	Exaltación			1743	Santa Rosa 2
1719	Santa Ana			1744	San Simón
1730	Patrocinio de Nª Sª				
Missões Abandonadas - Mamoré		Missões Abandonadas – Pampas		Missões Abandonadas – Baure	
?	San Miguel 1	1710	San Pablo	1718	San Juan Bautista
1740	Santa Rosa 1	1752	San José	1754 / 1762	Santa Rosa 2
1741	Patrocinio de Nª Sª	1758	San Luis	1763	San Miguel 2

Fonte: Josep M. Barnadas, “Introducción”, in Francisco Javier Eder, SJ, *Breve Descripción de las Reducciones de Mojos*, cit., pp. XLIV e XLV.

O quadro acima nos permite acompanhar a cronologia da abertura e fechamento do conjunto das 25 reduções que compuseram a missão chamada de *Mojos*. Já indicamos estudos que se dedicaram a explicar desde o seu surgimento ao seu fechamento.

Das temáticas que trataram destacamos: as dificuldades dos contatos; os enfrentamentos com os moradores de Santa Cruz de la Sierra; a diversidade e as dificuldades em precisar o número de povos e de línguas; os sucessos da conversão; aspectos da vida dos indígenas antes da conversão; a organização religiosa, política e social nas reduções; a fé e a devoção dos novos conversos; as expedições de conquista de novos fiéis; a vida dos mártires; as perseguições sofridas pelos sertanistas do Brasil;

as guerras com outras nações indígenas; as visitas dos superiores da ordem; o legado arquitetônico e artístico; e até as formas de resistência à catequese dos índios reduzidos.

Josep M. Barnadas, na introdução que escreveu à obra do padre Francisco Javier Eder, ao discorrer sobre a expansão dos jesuítas em Mojos, divide suas ações em três etapas. O primeiro momento circunscreve-se às duas últimas décadas dos seiscentos, quando então, a partir da calha do rio Mamoré se constituíram, à semelhança de uma coluna dorsal, as primeiras reduções. Dali se alcançaria o ocidente, até os afluentes do rio Beni. Uma segunda etapa dar-se-ia entre 1700 e 1720, quando, para além de concluir a expansão rumo ao ocidente, abriu-se uma nova frente rumo ao oriente, até alcançar o território ocupado pelos Baures. Na última fase, datada entre 1720 e 1750, consolidou-se a conquista dos Baures e estenderam-nos a oriente até as margens do rio *Iténez* ou Guaporé.

A missão abarcava uma grande planície alagável, com 13.750 léguas quadradas, e, grosso modo, pode ser circunscrita à sub-bacia de três grandes rios: no extremo ocidental o Beni, ao centro o Mamoré e a oriente o Itenez ou Guaporé, que, juntos, formam o rio Madeira ³¹⁵. Dessa gigantesca área territorial, interessa-nos, sobremaneira, investigar apenas uma parte. Aquela ocupada pelos povos indígenas que habitavam ao longo dos rios afluentes da margem esquerda do Guaporé. Em outras palavras, vamos focar nossa atenção em apenas nove das vinte e cinco reduções que compunham a missão de Mojos. ³¹⁶

As reduções dos Baures

Já fundamentamos a razão pela qual entendemos que a missão entre os Chiquito foi aceita num momento em que aqueles índios sofriam pressões externas (incursões de *cruceños* e mamelucos) e padeciam as agruras de uma epidemia. Por sua vez, a missão entre os Mojo foi motivada pela necessidade de aqueles índios estabelecerem relações comerciais com os vizinhos de Santa Cruz de la Sierra. Entretanto, tal missão foi estendida, entre outros, ao povo Baure. A pergunta que nos ocorre então é: que motivação tiveram para aceitar a presença dos jesuítas em seu meio? Queremos também discutir se os Baures foram unânimes em se submeterem aos ensinamentos cristãos, ou se houve grupos resistentes. Antes de tentar responder a tais questionamentos, julgamos importante apresentar alguns aspectos mais gerais daquela conquista.

Começamos, então, por definir melhor o espaço que foi chamado de Baures. Em linhas gerais referimo-nos a um lugar geográfico demarcado a partir

315 Gabriel René-Moreno, Catálogo del Archivo de Mojos y Chiquitos, cit.

316 Sobre a história das missões de Mojos ver: Southey, Robert, *História do Brasil*, cit., Tomo V, pp. 209 a 273; Rubens, Vargas Ugarte, SJ, *Historia de la Compañía de Jesus en el Peru*, Tomo III, cit.; David Block, *La Cultura Reduccionista de Los Llanos de Mojos...*, cit.

de alguns afluentes da margem esquerda do rio Guaporé, a saber: o Paraguá; o San Simón, o San Martín e o Blanco que formam o rio Baures – que emprestou seu nome a um conjunto de 5 reduções; o São Miguel (Aperé), o Itonomas, o Machupo; e o próprio rio Guaporé, até sua foz no Mamoré. À exceção do Guaporé, todos os demais nascem no planalto dos Chiquitos, um prolongamento do divisor de águas das bacias amazônica e platina, que se imiscui em várias direções, constituído-se em um divisor secundário desses vários rios.

A geografia não se colocava como um impedimento para os contatos entre os diversos povos que ali viviam e que já existiam antes da chegada dos europeus à América. Assim, as reduções de San Javier (cabeceiras do Aperé ou San Miguel), Concepción de Chiquitos (cabeceiras do Baures ou Blanco), San Ignacio (cabeceiras do Paragau) e Santa Ana foram fundadas próximo às nascentes de rios afluentes do Guaporé, o que colocava a possibilidade de contatos entre os índios reduzidos em Chiquitos e Mojos, ou mesmo, o trânsito e comércio dos índios reduzidos naquelas missões com outros povos que não aceitavam a catequese.

Não é errado supor a ocorrência de relações de trocas naquele espaço. Se já existiam práticas comerciais entre os diversos povos, antes de fixação dos jesuítas, porque elas seriam abandonadas naquela altura? Ainda que não tenhamos referências escritas, cremos ser importante colocar questões que nos parecem fundamentais para a compreensão deste panorama, tais como o que impediria os índios sob a proteção dos padres de negociarem com outros que estavam nas matas e dispersos em suas aldeias?

Mas é hora de indagarmos quais seriam então os grupos indígenas identificados pelos jesuítas de Mojos e Chiquitos no espaço nominado como Baures, entre a última década dos seiscentos e a primeira dos setecentos. Reportemo-nos à *Relación* do padre Pedro Eguiluz e aos anos 1693/95, época em que o padre Cipriano Barace, tendo como base a redução de Trinidad, teria conseguido contatos amistosos com os *Huarayus* (Guarayus?) *de lengua chiriguana, los Tapacura, los Baures* ³¹⁷. *En la provincia de los Guarayus visitó 76 pueblos; en la de los Tapacuras 52, y en la de los Baures 65; total 193*. Como já alertamos não se pode fazer uma relação direta do grande número de aldeias contabilizadas como indicativo de que aquela área fosse densamente povoada.

317 Parece-nos que aqui houve uma confusão na grafia do nome do povo indígena. Segundo Denise Maldí entre os grupos de língua Guaraní situado naquele espaço estavam os Guarayos ou Guarajus, os Pausernas e os Sirinós. Pela proximidade ou corrupção fonética é possível um erro de grafia e *Guarayus* tenha sido grafado como *Huarayus* que supomos sejam os mesmos Guarajus das fontes portuguesas.

Se tomarmos como referência a língua falada, os povos indígenas que, naquele momento, encontravam-se entre os divisores da bacia dos rios Paraguai/ Guaporé e dos afluentes da margem esquerda do Guaporé, podem ser agrupados do modo que se segue.

Língua	Povo	Localização
Arawak	Baure	Ao longo dos rios Blanco ou Baures, Itonomas ou San Miguel, e na faixa de terras entre este e o Guaporé.
Cajubaba	Cajubaba	Ao longo da margem ocidental do baixo Mamoré. Deste povo só os reduzidos em Exaltación manteriam algum contato com os colonos portugueses.
Itonoma	Itonoma	Tinham suas aldeias localizadas ao longo de ambas as margens do rio Machupo.
Tupi-Guarani	Guarayo	Ocupavam uma área entre o alto rio Itonomas (San Miguel) e o alto rio Blanco (Baures).
Tupi-Guarani	Guajaratas	Ocupavam o alto médio Guaporé.
Tupi-Guarani	Pauserna	Ocupavam uma área banhada pelo rio Paraguá ou Paragauá e depois no rio Verde.
Tupi-Guarani	Sirinó	Ocupavam áreas descontínuas de floresta entre os rios San Martín e San Miguel (afluentes do Guaporé) e entre os rios Grande e Piray (afluentes do Mamoré).
Txapakura	Tapacura	Alto e médio curso do rio Baures.
Txapakura	Kitemoka	Alto e médio curso do rio Baures.
Txapakura	Napeka	Alto e médio curso do rio Baures.
Txapakura	Sansimoniano	Entre o rio San Simón e Guaporé.
Txapakura	Moré / Itenes	Entre os rios Mamoré, Machupo e Guaporé.
Txapakura	Herisobocono	Rio Mamoré.
Txapakura	Rokorono	Rio Mamoré.
Txapakura	Aricoroni	Rio Guaporé – próximo à foz do Baures

Fontes: David Block, *La Cultura Reduccional de Los Llanos de Mojos...*, cit., p. 76; Josep M. Barnadas, "Introducción", in Francisco Javier Eder, SJ, *Breve Descripción de las Reducciones de Mojos*, cit., pp. XLIII a XLV e; Denise Maldi Meireles, *Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, séculos XVIII, cit.*

Mas, todos estes grupos indicados no quadro acima e que aceitaram a catequese não estavam, contudo, isolados e se avizinhavam com outros que foram genericamente chamados de Chiquitos. Destes, destacamos: os Paunakas, Paikonekas, Kuruminakas, Kurukanekas e Saravekas que, também, foram reduzidos pelos jesuítas, mas pertencentes à província do Paraguai. Além dos Parecis, que

viviam nas cabeceiras da margem direita do rio Guaporé e cabeceira do Jauru, subjugados e tornados cativos pelos colonos portugueses desde pelo menos o ano de 1728. E, ainda, sem computar os povos que viviam à margem direita do Guaporé – dos quais trataremos no capítulo 6. A localização aproximada dos grupos, por ocasião das conquistas pela cruz, torna-se necessária, pois nos permitem entender melhor suas deslocações pelas diversas reduções, ao mesmo tempo que nos indica com que povos os Baures poderiam interagir de modo mais direto.

Importa destacar que o termo Baure remete a um coletivo. Infelizmente não localizamos de entre as fontes deixadas pelos jesuítas indicações com nomes dos distintos grupos que genericamente foram denominados Baure em decorrência de falarem uma língua comum. Alcides D’Orbigny, em 1832, ao visitar a redução *de la Purísima Concepción* se encantou ao encontrar uma população de 2.721 índios Baures e informava:

Estos indios están divididos en gran número de secciones, que corresponden sin duda a los distintos caseríos de que hablan los antiguos escritores. Las secciones o parcialidades cuyo emplazamiento determiné son las siguientes: Gimoboconos, Hompacecobonos, Escriños, Tirajabanos, Nipocenos, Coriceboconos, Choyinobenos, Itapimuyiros, Taramuinos, Chaquionos, Muchogeonos, Choromonos, Cabiripoyapenos, Arayamanos, Abejanos, Abeabanos, Amoriboconos, Paresabanos, Poromoconos y Yoboconos³¹⁸.

Certamente todos esses grupos não viviam naquela redução. Parece-nos que Alcides D’Orbigny se refere aos índios Baures de uma perspectiva mais geral e distante do seu tempo, já que ele afirma ter consultado os antigos escritos jesuítas que ainda se encontravam na redução *de la Purísima Concepción*. Saber que os Baures eram constituídos por distintas *parcialidades* é importante, porque nos permite entender que não havia uma unidade Baure e que, possivelmente, nem todos eles aceitaram a catequese ou foram reduzidos.

Precisar quem eram os Baures é uma questão pouco colocada pelos estudiosos da missão de Mojos. Segundo a crítica de Josep M. Barnadas, mesmo autores do século XX, tão conceituados como Alfred Métraux, Alcides Parejas, William Denevan e David Block “tratan explicitamente de los Baure juntamente con los Mojo (Métraux) o se limitan a referir a los primeros cuanto han dicho

318 Alcides D. Orbigny, *Viaje a la América Meridional*, tomo III, cit., p. 1313. O que nos faz supor que Orbigny tenha usado fontes mais antigas é que duas outras fontes citadas por Robert Southey o *Almanach de Lima* e a obra do padre Francisco Hervas nos apresenta uma lista bastante distinta e geral para todo o *Llano de Mojos*, ainda que ali apareçam alguns dos nomes que Orbigny atribuiu apenas aos Baures.

de los segundos (Denevan, Parejas)”³¹⁹. Foi por este motivo que destacamos as informações coligidas por Alcides D. Orbigny.

Ainda que antropólogos e historiadores não tenham sido muito pródigos para com os Baures, os jesuítas deixaram deles seus registros. Referimo-nos a dois autores em especial, os padres Diego Francisco Altamirano e Francisco Javier Eder. O primeiro escreveu sua obra nos anos que coincidiram com a expansão da catequese desde os Mojos para aquele povo. Já o segundo desenvolveu toda a sua atividade missioneira, junto aos Baures com os quais conviveu na redução de San Martín de 1753 até 1768³²⁰. Foi com essas fontes que recuperamos alguns dos traços mais característicos dos Baures.

Falantes do tronco linguístico Arawak dividiam-se em dezenas de parcialidades, dispostas em aldeias que se interligavam por um complexo sistema de parentesco, e não se percebem traços de unidade política mais extenso que este. O poder político era exercido por um líder local (arama) e se limitava à sua aldeia. Os grupos que se reconheciam parentes tinham uma intensa vida social, em que se reforçavam os laços de pertença, evidenciados no calendário anual de festas que alternavam entre as aldeias. Não eram raras as guerras entre os próprios Baures, que tinham origem nas disputas por mulheres. Hábitos sedentários os levaram a práticas como: ampliação das áreas de cultivo através de formação de ilhas artificiais, construção de fossos e paliçadas como mecanismos de defesa e abertura de canais para facilitar as ligações fluviais entre as aldeias e as roças.

Exímios agricultores cultivavam milho e mandioca que eram a base de sua alimentação, complementada pela caça, pesca e coleta.

No âmbito da produção material, as atividades eram divididas por gênero. Aos homens cabia construir as casas, fabricar armas, derrubar e queimar as roças, organizar as caçadas e pescas coletivas, fazer guerras e cuidar da proteção da aldeia. A faina das mulheres não era menos fácil: plantavam e colhiam as roças, abasteciam as casas de água e de lenha para combustível, teciam roupas, redes e esteiras, educavam os filhos e preparavam os alimentos e bebidas não só no dia a dia, mas nas festas.

Os padres que os contataram, observando e comparando-os com outros povos, decidiram que eles possuíam qualidades intelectuais e manuais que os colocava quase

319 Josep M. Barnadas (ed.), “Introducción”, in Francisco Javier Eder SJ, *Breve descripción de las reducciones de Mojos*, cit., p. XXXVIII.

320 As duas obras às quais nos referimos foram publicadas mais de uma vez. Ver: Diogo Francisco Altamirano, *Historia de la misión de los Mojos*, La Paz, 1891 ou Diogo Francisco Altamirano, *Historia de la misión de los Mojos*, La Paz, Instituto Boliviano de Cultura, 1979; e Francisco Javier Eder SJ, *Breve descripción de las reducciones de Mojos*, cit.

como civilizados. Desse modo, a ideia recorrente no discurso da maioria dos historiadores é a de que os Baures seriam os índios mais *civilizados e cordatos* de quantos os jesuítas conviveram. Mas as fontes indicam que não eram assim tão passivos.

Vejamos, então, alguns aspectos da conquista dos Baures, apresentados da perspectiva dos jesuítas. A ideia que nos move é questionar a civilidade que, em última instância, refletiria a passividade Baure diante da catequese. Passados os primeiros contatos de 1693/95, o padre Cipriano Barace só voltaria ao país dos Baures em 1702. Nesse interregno aproximou-se dos Guarayos que lhes forneciam informes sobre seus inimigos vizinhos. Após sete anos de investigações, o padre Barace resolveu catequizá-los.

Não sabemos quais foram seus procedimentos, mas, segundo David Block, ele, em suas andanças, teria conquistado a inimizade de um poderoso *chamán*. Do perigo iminente, foi alertado pelos seus guias. Contudo, preferiu continuar suas incursões, menosprezando os conselhos recebidos e acabou sendo morto, à luz do dia, próximo a uma das muitas aldeias Baures que visitava. O episódio da sua morte foi narrado como uma emboscada e ato de covardia e fez dele mais um dos mártires daquelas conquistas ³²¹.

A morte de um jesuíta não poderia ficar impune, sob pena de comprometer o medo e o respeito que os índios deveriam nutrir pelos padres. Assim, urgia organizar uma expedição punitiva aos Baures. Quanto às ações encetadas após a morte do padre Barace, a versão dada ao episódio pelo, também jesuíta, Vargas Ugarte é a seguinte: em Santa Cruz de la Sierra, montou-se uma maloca composta por soldados *cruceños* e índios. Tiveram o cuidado de só atacar e fazer 250 reféns, junto à aldeia em que viviam os que martirizaram o padre, sendo enforcado o líder espiritual que se opôs a Barace³²². Possivelmente, os reféns serviram de paga aos soldados *cruceños* que participaram da ação.

Merece realce a presença no batalhão de um milhar de índios cristãos, bem como o cuidado com que o castigo não fosse excessivo – limitado a uma morte e à captura de 250 pessoas que o narrador chama, eufemisticamente, de reféns, mas que devem ter sido feitos cativos. Os jesuítas, ao assim procederem, mantinham a possibilidade de, num futuro próximo, catequizar os índios remanescentes nas selvas.

O sangue do padre Barace não poderia ser derramado sem a recompensa de novos frutos para a seara do Senhor. Segundo as palavras do jesuíta Antonio de

321 Podemos encontrar uma narrativa de como se teria dado o desfecho do martírio in: Pe Antonio de Orellana, *Relación Sumaria de la Vida y dichosa muerte del V.P. Cipriano Barace de la Compañía de Jesús*, Lima, 1704. Reimpresa en Madrid, 1711. Ver também: Ruben Vargas Ugarte, *Historia de la Compañía de Jesús en el Peru*, cit. pp. 58 e 59.

322 Ruben Vargas Ugarte, *Historia de la Compañía de Jesús en el Peru*, cit., p. 59.

Astrain, o padre Antonio de Orellana, superior de Mojos, *tenía fija la idea de que la sangre del P. Barace alcanzaría de Dios la conversión de los Baures*³²³. Assim, em 1708, os jesuítas retomariam a conquista dos Baures. Já se passara tempo suficiente para que os ódios e possíveis vinganças fossem aplacados, e o medo ainda se mantivesse vivo em suas mentes. Para levar a cabo tal empreendimento, foi destinado o padre Lorenzo Legarda que se fez acompanhar por um grupo de índios Mojos catequizados e, nos mês de agosto, por ser período das secas, saíram da redução de San Pedro montados a cavalo.

O trabalho se mostraria bastante difícil e perigoso. Logo com dois dias de marcha encontraram-se com um grupo de índios Itonomas, aos quais tiveram que agradar com presentes para poder conseguir autorização e passar por seus domínios. Chegaram a algumas aldeias Baures sem maiores percalços e escolheram um sítio para instalar a redução. A volta, porém, foi mais complicada e tiveram que enfrentar um grupo Baure que não os aceitava. Após uma batalha mais ou menos longa, lançaram os cavalos sobre os índios que fugiram. Mas conseguiram tomar um deles que levaram como prisioneiro para ajudar nas investidas futuras. Retornaram à redução de San Pedro.

Ainda em setembro daquele ano e antes de iniciar a temporada de chuvas, o padre Orellana se dispôs a ir fundar a redução. A estratégia era a seguinte: ele iria à frente com vinte índios a cavalo e três outros missioneiros, com outro grupo de Mojos, os seguiriam alguns dias depois, tocando uma manada de reses para a nova redução. Se foram bem recebidos em várias aldeias, em pelo menos uma sofreram hostilidades e outra vez usaram o estratagema de lançar com os cavalos sobre os Baures. Diz ainda que, nos três *pueblos* seguintes, perceberiam indícios de hostilidades. Por fim, alcançaram o grupo que havia recebido o padre Legarda em agosto e onde se acertara abriria a redução.

Em primeiro de outubro, foi levantada a cruz e batizadas as crianças Baures dando-se início aos ensinamentos cristãos. A 10 de outubro, chegou o grupo com o pequeno rebanho de 45 reses com as quais se daria início à pecuária entre os Baures.

Instigado pela boa recepção que acreditava ver entre os Baures, o padre Orellana pensou em fundar mais duas reduções. Uma se chamaria San Joaquín e a outra San Martín. Se é fato que a segunda redução fundou-se no ano seguinte (1709), a terceira só seria concretizada nove anos depois, em 1717. Talvez a disposição dos Baures em aceitar a catequese não fosse tão grande quanto o padre Orellana acreditou que seria.

323 P. Antonio Astrain, *Historia de la Compañía de Jesús en la Asistencia de España*, tomo VII, cit., p. 347. Os parágrafos sobre a conquista dos Baure foram escritos com base nas narrativas contidas nesta obra. Por sua vez a narrativa do padre Astrain segue a do padre Altamirano (1881).

A abertura daquelas reduções foi lenta. Parece ter enfrentado a resistência de vários grupos e teve dois momentos bem definidos. Um, em que os atores foram os índios e os jesuítas, e outro que se iniciou com presença dos súditos da coroa portuguesa que, das minas do Mato Grosso, saíam a cativar os índios que ali viviam, tanto os cristianizados, mas, principalmente, aqueles ditos *infieis*.

Destacamos no quadro abaixo, as reduções fundadas no vale do Guaporé. Com isto, esperamos diminuir o leque de generalizações e centrar nossas reflexões sobre os grupos indígenas que podem ter estabelecido algum tipo de contato com a frente de expansão portuguesa, a partir das minas de ouro do Mato Grosso.

Reduções da Missão de Mojos que Contataram com as Conquistas Portuguesas no Guaporé

Fundação	Redução	Localização	Povos Reduzidos
1708	Concepción	Río Blanco ó río Baures.	Baure, Tapacura, Kitemoka, Napeka
1709	Exaltación	Bajo río Mamoré	Cajubaba
1709	San Joaquín	Río Baures	Baure
1710	San Juan Bautista (Abandonada en 1718)	Río Ubai (afluente do San Miguel / Itonomas)	Tapacura y Guarayo
1717	San Martín	Río San Martín/Baure	Baure
1720	Santa María Magdalena	Río Itonomas	Itonoma
1725/44	San Miguel 2 (Abandonada en 1762)	Río Guaporé	Moré/Itenes, Bauré
1740	San Nicolás	Río Baures	Baure
1743	Santa Rosa 2 (Abandonada en 1751)	Río Guaporé	Moré/Itenes
1746	Santos Simón y Judas	Río San Martín/Baures	Moré/Itenes, Aricoroni

Fonte: David Block, *La Cultura Reduccional de Los Llanos de Mojos...*, cit., p. 76; Josep M. Barnadas, "Introducción", in Francisco Javier Eder, SJ, *Breve Descripción de las Reducciones de Mojos*, cit., pp. XLIII a XLV e; Denise Maldi Meireles, *Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, séculos XVIII, cit., pp.79/79*.

Ao atentarmos para o quadro, um dado que salta aos olhos é a pequena diversidade de povos que as reduções dos Baures abrigavam se comparada à missão de Chiquitos. Se tomarmos como padrão a filiação linguística, teremos falantes Arawak, Itonoma, Guarani e Txapakura. Teoricamente, os padres não teriam dificuldades em se comunicar e, portanto, exerceriam maior controle sobre os índios reduzidos.

Ao verificarmos o modo como os distintos povos foram agrupados no interior das reduções, notamos que apenas os Txapacuras foram dispostos em mais de uma redução e misturaram-se com Guarayos e Baures. Estes dois últimos,

inimigos declarados, jamais viveram juntos numa mesma redução. Por seu turno, os Itonomas que aceitaram a catequese permaneceram no espaço originário onde foram encontrados sem se misturar.

Como interpretar tais fatos? Teriam os jesuítas menor poder de negociação entre aqueles povos? Sentir-se-iam aqueles grupos pouco expostos aos colonos espanhóis e portugueses e assim se fizeram mais resistentes em abandonar seus territórios e suas referências identitárias? Se os padres sequer conseguiam reagrupá-los, teriam, de fato, chegado a dominar aqueles povos? Se a catequese dos Chiquitos e de seus vizinhos transmutou-os em Chiquitanos, qual teria sido o sentido da experiência catequética vivenciada pelas nações indígenas reunidas nas reduções chamadas de Baures? Não temos as respostas, mas isso não invalida a importância dos questionamentos. É a inquietude do vazio das respostas que nos fará refletir sobre o processo de catequese como único e singular para cada povo e cada redução em particular, e isso afastará historiadores e antropólogos das generalizações ainda hoje tão frequentes.

Analisando outros dados, como as datas de fundação das reduções entre os Baures, a sua localização e a relação entre o número de aldeias e de população, que os padres diziam existir, e a quantidade efetiva de índios baures reduzidos, podemos dizer que a aceitação dos jesuítas entre estes índios não foi tão intensa e grandiosa quanto se quer fazer crer. Tomemos um exemplo. Por volta de 1710, o padre Altamirano teria estimado a população baure em 40.000 pessoas, distribuídas em 124 aldeias. Esta estimativa nos dá um número médio de 322.5 habitantes por aldeia. Em 1715, havia apenas duas reduções entre os Baures: a de San Joaquín com 2.310 e a de Concepción com 2.151 almas. Ou seja, de um universo estimado de 40 mil pessoas, pouco mais de 10% estariam reduzidos. Se avançarmos no tempo até 1748 e ampliarmos o número de reduções, entre os Baures, de duas para cinco, alcançaremos a cifra de 11.397 índios. Em 30 anos, a população Baure catequizada foi aumentada em 6.375 indivíduos.

Do mesmo modo, se compararmos os intervalos de tempo entre a abertura das reduções junto aos Baures, é possível considerar que um número significativo daquele povo relutasse em viver reduzido. As duas primeiras reduções foram abertas em 1708/09. A terceira só ocorreria em 1717, e a quarta em 1725. Finalmente, uma quinta, em 1740. Resta-nos perguntar o que teria levado parte dos Baures a aceitar, e outra a rejeitar, a proteção dos jesuítas? Vimos que entre os Mojos e os Chiquitos existiram fatores de ordem interna e externa que possibilitaram a entrada dos jesuítas. No caso dos Baures, não há registro de pressões fosse por parte dos moradores de Santa Cruz de la Sierra, fosse dos temidos *mamaluco*s de *San Pablo del Brasil*. Tampouco, temos notícia de alguma peste que os afligisse, quando foram catequizados. Uma hipótese pode ser aventada a partir da leitura dos relatos do padre Francisco Javier Eder: o medo que sentiam dos índios Guarayos e, depois de 1740, dos “portugueses” do Mato Grosso.

Apesar de o padre Eder mostrar-se avesso à cronologia, percebemos na sua narrativa momentos, em que, nitidamente, refere-se a um tempo anterior ao da conquista encetada pelos jesuítas. Isso fica evidente, ao tratar do medo que os Baures sentiam dos Guarayos por estes praticarem a antropofagia ritual, o que nos faz supor que ele compilou e incorporou à sua narrativa informes de relatos que ouviu dos Baures. Vejamos:

Habiendo aterrorizado los Guarayo toda la región, consiguieron que los Baure se comprometieran a entregarles anualmente cierto número de muchachos y muchachas: pero ni siquiera así estaban a salvo de sus frecuentes e inesperados asaltos. Así pues, para solucionar sus problemas de otra forma, decidieron rodear sus islas con fosos.³²⁴

Considerando aceita a hipótese de que os Guarayos eram de origem tupi-guarani, a informação de que eram antropófagos é totalmente plausível. É verossímil também que, apesar da cota anual de jovens que os Baures lhes ofereciam, eles continuassem a faina de assaltos e capturas humanas. Se for verdade, como afirmava Alfred Métraux, que os Guarayos praticavam os mesmos ritos que seus ascendentes, os Tupinambás, então os jovens doados talvez não servissem para o sacrifício, que eram destinados aos inimigos, com quem estivessem em guerra ou que fossem aprisionados em situação que denotasse luta ou embate. Isso explicaria primeiro que os Baures não compreendiam o sentido da antropofagia de seus vizinhos e, segundo, justificaria a existência dos fossos de proteção que rodeavam as aldeias³²⁵. Finalmente, o jesuíta afirmava que os Guarayos haviam assolado toda a região, o que pode indicar que não só os Baures estavam sujeitos a ataques.

Em outro momento de sua narrativa, o padre Eder diz que os Baures catequizados jamais foram atacados pelos Guarayos nas reduções. Ao mesmo tempo em que deixa evidente que o medo e a insegurança causados pelos Guarayos “hizo que al llegar los misioneros, se mostraran dispuestos y allanos, pues esperaban de ellos la anhelada seguridad”. Da perspectiva do padre Eder, teríamos, para o caso dos Baures, uma experiência de catequese cuja demanda foi gerada pelo medo de outro povo indígena e não do europeu. Ao verificarmos a posição das duas primeiras reduções, percebemos que foram instaladas, junto aos grupos Baures que estavam mais vizinhos dos Guarayos, e, logo depois, os jesuítas abriram San Juan de los Guarayo, que teve breve duração.

324 Francisco Javier Eder, SJ, *Breve descripción de las reducciones de Mojos*, op.cit. p. 106.

325 Sobre as migrações dos Guarayos ver: Alfred Métraux, *The native tribes of Eastern Bolivia and Western Mato Grosso*, Bureau, of American Ethnology, Bulletin 134, Washington, 1942, que de forma pioneira decifrou aspectos essenciais da mitologia tupi-guarani que se ordenava a partir antropofagia ritual e da busca da *Terra sem Males*.

Se também dermos crédito ao autor anônimo da *Descripción de los Moxos que están a cargo de la Compañía de Jesús en la Provincia del Perú (1754)*, não é difícil entender porque os Guarayos não atacavam as reduções. Existia uma espécie de milícia nas reduções que nos parece, em alguns casos, agiam com bastante eficiência. Vejamos:

Varias veces han prevenido armas para reprimir la insolencia de los **Itenes**, que cometían hostilidades en pueblos de cristianos. Así, aprisionaron [a] los **Ibocos**, desalojaron a los **Heriseboconos** de nuestras fronteras, forzándolos a retirarse a lo más remoto de los bosques. **Casi han acabado con los Guarayos, gente inhumana y cruel, que sale a caza de hombres como de ciervos, buscando los hombres para comerlos**, que tiene por regalo el mantenerse de ellos³²⁶ (grifos nossos).

Duas observações. Primeiro, nem todos os grupos falantes da língua Txapacura aceitaram a catequese e sofreram perseguições dos Baures comandados pelos jesuítas. Mais uma vez, temos exemplo de manutenção de guerras no espaço onde se apregoa que foi conquistado pela palavra de Deus. Segundo, a justificativa usada para o quase extermínio Guarayo foi a sua antropofagia. Entretanto, ao contrário do que acreditava o padre, a guerra e o canibalismo para os tupi-guaranis não era um ato predatório. Para eles, o complemento do seu ser está no outro, no inimigo. Para os Guarayos, os Baures eram parte indispensável do seu ser. Dessa perspectiva, podemos dizer que a vida social dos Guarayos era determinada e complementava-se a partir do seu mundo exterior, ou seja, o seu ser era construído, em grande medida, pela apropriação de identidades e qualidades metafísicas de seus oponentes. Então, na medida em que os jesuítas fizeram guerras e quase destruíram os Guarayos em defesa dos Baures que estavam reduzidos e impediram o sacrifício ritual, eles estavam, mesmo sem saber, desorganizando toda a estrutura que cimentava a sociedade dos Guarayos composta de aldeias independentes (76 em 1695)³²⁷.

A citação também indica quem eram os outros inimigos dos Baures e quais povos, entre seus vizinhos, opuseram-se à presença jesuítica naquele espaço. Isso nos permite entender os interregnos de tantos anos na abertura das reduções. Finalmente, o padre deixa claro que aqueles que resistiam à catequese eram combatidos. Parece que os jesuítas só seriam aceitos pelos grupos que, por mais de quatro décadas, rechaçaram-nos, depois de 1740, quando, em face da presença portuguesa cativando índios no

326 Anónimo, “Descripción de los Moxos que están a cargo de la Compañía de Jesús en la Provincia del Perú (1754)”, in Josep M. Barnadas y Manuel Plaza (ed.), *Mojos: Seis Relaciones Jesuíticas, Geografía – Etnografía – Evangelización 1670 – 1763*, cit., p. 120.

327 Sobre o sentido da antropofagia para o povo tupi ver: Eduardo Viveiros de Castro, *Araweté: os deuses canibais*, Rio de Janeiro, Zahar/Anpocs, 1986.

Guaporé, povos como os Morés/Itenes concordaram em se reduzir em Santa Rosa (1743) e San Simon (1746), mas já vivenciavam outro contexto daquelas conquistas.

Não por coincidência, alguns dos nomes desses grupos indígenas (Itenes/Morés, Herisoboconos e Guarayos) surgiriam na documentação portuguesa pós-1740, como informantes ou perseguidos. Com esses dados, aos poucos, desmontam-se as leituras que enaltecem a catequese e informam que a colheita de almas entre os indígenas para o grêmio da Igreja só não foi maior pela carência de religiosos e devido à presença luso-brasileira.

Mas, se antes da chegada dos portugueses ao Guaporé, já havia resistência aos jesuítas, patrocinada por grupos constitutivos dos povos Moré, Herisobocono, Guarayo e mesmo Baure, como seria a aceitação da vida cristã pelos grupos que concordaram em ser reduzidos? Parece-nos que o domínio dos padres sobre aqueles índios precisa ser repensado, pois é certo que havia muita resistência. O relato do padre Francisco Eder, que viveu na redução de San Martín, está repleto de exemplos. Recuperar esses dados é importante, pois rompe com a ideia de que a conquista pela cruz foi pacífica e que os índios aceitavam a autoridade do padre de forma passiva. Segundo ainda seu relato, ele e outros padres foram *vítimas* em várias situações da inconstância dos índios. Vejamos:

Muchos otros, **padres e indios**, han conocido cosas semejantes: **murieron por haberle propinado secretamente veneno** por una palabrita un poco más punzante o por haberles negado algo. **La reducción que estuvo a mi cargo, además de haber perdido muchos de sus habitantes fugitivos, por tres veces fue incendiada**; otra vez, una noche un indio íntimo mío arrastró al monte a toda población, simplemente porque no lo había nombrado para cierto cargo (para el que carecía de toda aptitud). Por fin, otra vez el mismo me suministró veneno, que pude eludir fácilmente por haberlo descubierto ³²⁸ (grifos nossos).

Apesar de um pouco longa, a citação é lapidar. Primeiro, o padre Eder estende as experiências que ele viveu às outras reduções. Na sequência, lista algumas das possibilidades de resistência mais visíveis: a fuga, envenenar os desafetos e incendiar a redução. Também era comum a prática de rituais, evocando espíritos para vingá-los de agravos que seus desafetos podiam lhes ter infringido.

Se abstrairmos o lugar de vítima assumido pelo narrador, veremos quão complexas e repletas de regras deveriam ser as relações no espaço de uma redução, já que abrigava novos e velhos costumes. Por um lado, se os jesuítas buscavam

328 Francisco Javier Eder SJ, *Breve descripción de las reducciones de Mojos*, cit., p. 102/103.

entender as diversas línguas para se comunicar com os indígenas, não parece que foram capazes de perceber o conjunto de normas sociais e de comportamento que informavam a organização dos distintos povos antes de serem catequizados.

Tal como os outros europeus, também os religiosos, por não encontrarem formas de organização política, de governo e judiciária que conheci- am vaticinaram que os índios eram *povos sem rei nem lei*. Finalmente, do que depreendemos das palavras do padre Eder é que, apesar da aparente aceitação de uma nova ordem, os índios ainda mantinham códigos de convivência anteriores às conquistas.

Em mais de um momento da sua narrativa, o padre Eder deixa entrever como os índios, apesar de terem entregue seus objetos de culto quando da abertura da redução, os haviam refeito e realizavam vários de seus antigos rituais às escondidas. A esses *pecados* ele chama de *otro tipo de veneno*.

Sua administração em San Martín corria muito bem até o dia em que soube que o próprio índio que ele criara em sua casa praticava bruxarias, houvera envenenado desafetos e feito outras coisas consideradas banidas entre os Baures. Para além de sentir-se aterrorizado, o episódio lhe colocou o problema moral e político de ter que enfrentar a maioria dos moradores da redução que comandava. Sem a habilidade necessária, isso poderia lhe custar a vida. Em suas palavras:

Desde el primer momento me di cuenta de cuán difícil asunto me planteaba, **pues no quedaba en toda la reducción nadie libre de los mencionados pecados** y, no obstante, después había de hacérselos abandonar, logrando que me entregaran todo lo que utilizaban para la superstición (...) **en una palabra: habiendo de levantar de nuevo toda la reducción como desde sus cimientos y ellos, habiendo de ser hombres nuevos**³²⁹ (grifos nossos).

Invocando São José, a quem atribuiu o milagre da revelação de que os índios mantinham seus antigos ritos religiosos, ele teve que enfrentar a verdade de seu fracasso. Se sua narrativa for credível, apesar do medo, ele encarou as dificuldades e saiu vitorioso, no sentido de que foi capaz de manter os índios de sua redução. É bem verdade que, de início, fugiram e só ficaram sete, mas, dias depois retornaram todos y, *entregándome todos sus objetos maléficos, prometieron para el futuro un género de vida diferente*. Promessa que, duvidamos, tenham cumprido.

À nossa investigação, contudo, interessa mais o fato de os índios terem perseverado muitos de seus costumes, por cerca de trinta anos depois do início da catequese, do que propriamente o sucesso ou fracasso do padre Francisco Eder. Ou

329 Francisco Javier Eder SJ, *Breve descripción de las reducciones de Mojos*, cit., p. 265.

seja, apesar das predicações a que estiveram expostos, mesmo a geração de índios que havia nascido no interior da redução, da qual é exemplo o jovem que ele havia criado dentro da sua casa, mantinha parte das crenças de seus antepassados.

Mas não só o padre Francisco Eder sofria as vicissitudes da resistência dos índios reduzidos no Guaporé. As fontes portuguesas informam do modo como vivia o padre Gaspar do Prado que era o encarregado de San Miguel, redução vizinha à de San Martín (comandada pelo padre Eder). San Miguel havia sido fundada em 1725 e abrigava grupos de índios dos povos Baure e Moré.

Robert Southey, ao reproduzir partes de um manuscrito relatando a viagem de Felix de Lima, de 1742, afirmava que o padre Gaspar não teria autoridade sobre os índios e que tinha muito medo deles, chegando a dormir na igreja por crer que ali estaria a salvo. Informava também que os índios, mais de uma vez, o espancaram. Segundo conta, o jesuíta aproveitou que os portugueses teriam dado algumas salvas de tiro em honra dos santos da igreja para, do púlpito, infundir medo e respeito aos índios. Acompanhemos seu sermão.

“Louvado seja Deus, disse, que por todo mundo derramou christãos para a glória de Seu nome! Vede como este D. Francisco se confessou a mim, disse ele aos índios, e vede os presentes que me fez o tenente general (e mostrava-os do púlpito); sabeis pois que por toda parte ha christãos, e que se me fizerdes algum mal, voltará este capitão e com balas de fogo matará quantos tiverem concorrido para a minha morte.”³³⁰

O sermão do padre Gaspar pode nos revelar algumas pistas sobre os modos de viver naquela redução. Ao invocar Deus e a cristandade em sua defesa, notamos a ausência dos agentes civis da coroa espanhola naquele espaço. Ao invocar Deus e a cristandade em sua defesa, notamos a ausência dos agentes civis da coroa espanhola naquele espaço. Para incutir medo nos índios, o padre recorre aos portugueses – que estavam visíveis – e não aos súditos de sua monarquia de quem os índios seriam vassalos. Ou seja, é possível que os agentes da coroa espanhola jamais tivessem sido presentes em San Miguel e, assim, os índios ali reduzidos ainda não conheciam na pele o poder destrutivo das armas de fogo.

Não sabemos o alcance do discurso do padre, nem quanto tempo durou o efeito do medo das armas de fogo sobre os supostos 4.000 índios de San Miguel. Mas não há dúvida de que o padre Gaspar tentou capitalizar a seu favor a expedição de Manuel Félix de Lima. Para o padre Eder, San Miguel era a redução de pior fama. Isso se devia aos *Mures* ou Morés e sua má reputação era tanta que, quando

330 Robert Southey, *Historia do Brazil*, vol. V, cit., p. 216.

os portugueses, em 1763, a queimaram e aprisionaram seus moradores, os índios das demais reduções atribuíram tal episódio a um castigo divino. Parece-nos que a reunião de distintos grupos inimigos (Morés e Baures) fazia de San Miguel um espaço onde disputas antigas eram realimentadas e onde a prática de envenenamentos era uma constante. Sequer os padres escaparam de tais ardis ³³¹.

Dessa perspectiva, talvez não seja exagero entender aquelas conquistas como uma prática cotidiana. O fato de determinados grupos de um povo aceitarem ser reduzidos não garantia ao jesuíta a sua conquista. Havia que se negociar e estar atento aos sinais de insatisfação. Nas palavras do padre Eder: *hay que tratarlos con precaución, como a los espejos, apagando al momento los pequeños incendios del espíritu, para poder evitar la propagación del fuego*.

Apesar de se mostrar tão sabido sobre os cuidados que deveria ter para controlar seus índios, os valores cristãos do padre Eder limitavam sua capacidade de compreensão do outro. Talvez por isto, não conseguiu impedir que, na redução de San Martín, os espelhos se partissem e o fogo, literalmente, ali ardesse por três vezes.

Mas o viver dos padres nas reduções dos Baures se tornaria muito mais difícil depois de 1740. Então, houve um período em que enfrentaram os portugueses e encetaram um conjunto de ações, no sentido de preservar e ampliar suas conquistas. Ao atentarmos para a expansão dos jesuítas junto aos Baures vemos que esta estava estagnada desde 1725. A presença luso-brasileira veio alterar esse quadro e três novas reduções foram abertas entre 1740 e 1746 – San Nicolás, Santa Rosa e San Simón y Judas. Foram também sentidos os reflexos dessa proximidade nas reduções já existentes, de San Martín, San Joaquín, Santa Maria Magdalena e Exaltación – que ficavam no Mamoré. Mas a este tema voltaremos no capítulo 6. Por hora, acompanhemos como se deu a chegada dos luso-brasileiros no vale do rio Guaporé.

O Termo do Mato Grosso: distrito do Cuiabá, capitania de São Paulo

Os anos de 1718 a 1750 foram os de maior mobilidade dos súditos da coroa de Portugal no reconhecimento e descobrimento de lavras auríferas nos rios Cuiabá e Paraguai (bacia do rio da Prata), no Guaporé e no Arinos (bacia Amazônica). Daquela primeira ocupação, tratamos nos capítulos anteriores. A partir deste ponto, debruçaremos sobre os acontecimentos protagonizados pelos portugueses no vale do rio Guaporé.

331 Francisco Javier Eder SJ, *Breve descripción de las reducciones de Mojos*, cit., pp. 260 a 264.

Para entendermos a dispersão das populações de origem luso-paulista, desde os descobertos dos rios Coxipó/Cuiabá, é crucial a informação de que o ouro ali encontrado era, em sua quase totalidade, de aluvião. Isso determinava o tempo mais ou menos breve da exploração dos achados e a busca constante de novas áreas para minerar.

Dessa perspectiva, podemos dizer que as minas do Cuiabá viveram o auge de suas produções entre 1722 e 1732, pouco mais ou menos. A partir de então, acentuaram-se os investimentos seja de comerciantes, seja dos próprios mineiros ou de sertanistas mais abastados, em bandeiras de prospecção que, de passagem, também cativavam índios. É nesse contexto que entendemos os descobertos das minas do Mato Grosso, oficiados em 1734, como tributários do Cuiabá.

Seguimos a mesma linha de raciocínio para compreendermos a expansão ocorrida, desde 1740, das minas do Mato Grosso pelo rio Guaporé abaixo e depois para o alto curso dos rios Paraguai e cabeceiras e Arinos ³³². Essas duas últimas iniciativas redundaram em malogro devido à descoberta de diamantes. Mas, nossa investigação privilegiará o conjunto de descobertos a que se chamou de Mato Grosso e as conquistas no rio Guaporé, dado sua vizinhança com os jesuítas de Castela.

Na primeira metade do século XVIII, chamava-se o Mato Grosso à porção de terras para além das cabeceiras do rio Guaporé onde, em 1734, alguns moradores do Cuiabá haviam encontrado e iniciado a exploração de novas lavras auríferas. Os vinte primeiros anos da história daquelas minas têm sido negligenciados pela historiografia escrita em Mato Grosso.

A maioria dos estudiosos elege a criação da capitania (1748) e a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) como os marcos mais significantes da ocupação portuguesa do vale do Guaporé. Talvez até o sejam, mas não são os únicos. Quando os súditos da coroa portuguesa chegaram, finalmente, ao alto Guaporé e ocuparam os afluentes de sua margem direita, fazia quase 30 anos que os jesuítas das Índias de Castela haviam iniciado a abertura de reduções nos rios tributários da sua margem esquerda e vinham, lentamente, catequizando os índios que ali viviam.

Se os primeiros anos da abertura das minas do Mato Grosso não receberam maiores atenções dos historiadores, também são poucos os registros escritos que ficaram de tal evento ³³³. O pequeno conjunto de documentos que conseguimos

332 Para chegar a estas conclusões utilizamos de forma bastante livre das reflexões levadas a cabo por Otávio Canavarros, *O poder metropolitano em Cuiabá (1722-1752)*, cit., pp. 185 a 211.

333 Entre as fontes mais conhecidas e que foram publicadas destacamos: Janaína Amado e Leny Caselli Anzai (org.), *Anais de Vila Bela 1734-1789*, cit.; Francisco Caetano Borges, *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade*, Cuiabá, IHGMT, Coleção Publicações Avulsas, nº 28, 2001; José Barbosa de Sá, *Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso...* cit.; Augusto Leverger, *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*, cit.; Henrique de Beaurepaire-Rohan, *Anais de Mato Grosso*, Cuiabá, IHGMT, Coleção Publicações Avulsas, nº 20, 2001; e José Gonçalves da Fonseca, *Notícia da Situação de Mato Grosso*, Cuiabá, IHGMT, Publicações Avulsas, nº 22, 2001.

elencar, com uma ou outra divergência, relata como se teriam dado aqueles descobertos e informam sobre o surgimento dos arraiais ali fundados. Além de explicar o nome geral dado ao lugar – Mato Grosso –, descrevem os modos de minerar, as dificuldades encontradas como a carestia, a fome, as doenças e as mortes, as relações com vizinhos – jesuítas espanhóis e indígenas –, as rotas de abastecimento e comércio, as lavras e as roças. Como no caso dos primeiros tempos no Cuiabá, também ali os narradores privilegiaram dar destaque às mazelas e agruras que seus moradores teriam vivenciado.

A partir das fontes indicadas, podemos sintetizar parte dos fatos ali desenrolados do modo como se segue.

Contam os *Anais de Vila Bela* que, no ano de 1734, os sertanistas Fernando Paes de Barros e seu irmão Artur Paes, naturais de Sorocaba, largaram-se da vila do Cuiabá em busca do gentio Pareci. Já por aqueles tempos, estavam escassos e fugidios e, era cada vez mais difícil capturá-los. Por esse motivo, adentraram pelos sertões dos divisores de águas das bacias do Paraguai, do Guaporé e do Juruena, onde encontraram ouro. Como era de praxe, despachou-se um grupo para levar a notícia ao Cuiabá. Os que ficaram plantaram as roças, enquanto esperavam por socorros de munições ³³⁴.

Naquele mesmo ano de 1734, as autoridades constituídas no Cuiabá tomariam as providências necessárias para mandar averiguar a procedência e a viabilidade dos novos achados. A expedição verificadora foi comandada pelo sargento-mor Antônio Fernandes de Abreu, e foi guiada por João Martins Claro, sobrinho dos irmãos Paes de Barros. Chegando aos descobertos, o sargento-mor Abreu logo constatou que Artur Paes Barros havia encontrado novas pintas em vários outros locais e já os nomeara: ribeirão Maquabaré, ribeirão Santana, ribeirão Brumado. De todos eles, recolheu significativas amostras de ouro e voltou ao Cuiabá. Corria já a era de 1735.

Naquele mesmo ano de 1735, o povo começou a se alvoroçar para ir tentar a sorte nas novas minas. Todavia, antes que fossem abertas à exploração dos civis, foram tomadas várias medidas. Entre elas, plantaram-se roças para que o sustento dos mineiros estivesse minimamente assegurado e tentou-se controlar o fluxo desordenado de pessoas que queriam partir para aqueles descobertos. Percebemos assim, nas narrativas dos cronistas, que a exploração de uma área mineradora não era feita de forma irracional.

Outro episódio que denota esforços no sentido de se controlar a ocupação do novo espaço e de manter povoada a vila do Cuiabá encontra-se nas medidas, datadas de

334 Janaina Amado e Leny Caselli Anzai (org.), *Anais de Vila Bela 1734-1789*, cit., p. 39.

1735, proibindo que seus moradores não a abandonassem em detrimento daqueles novos descobertos³³⁵. Concluímos que, também em espaços muito distantes das instâncias de poder, os moradores da colônia não possuíam autonomia absoluta para ir e vir.

Apesar das proibições, muitos dos moradores conseguiram partir em busca dos novos veios auríferos. À medida que as pessoas migravam, os caminhos iam sendo abertos. De início, preferiam seguir pelos rios. Desciam o Cuiabá, entravam pelo São Lourenço e, deste, alcançavam o Paraguai. Fazendo o caminho inverso das monções, subiam por este até a boca que nele faz o Jauru, pelo qual se navegava até topar com as cachoeiras. Abandonavam as canoas e, por caminhos de terra, contornavam as cabeceiras dos divisores de água Juruena/Guaporé, por onde continuavam sempre a caminhar, até chegarem ao sopé de uma chapada, donde nasciam e vertiam os pequenos regatos com cascalhos auríferos, todos afluentes da margem direita do Guaporé³³⁶.

A coroa portuguesa, através de seus agentes, continuava atenta ao movimento de seus súditos no extremo ocidental da colônia Brasil. Em maio de 1736, partiu o então regente das minas do Cuiabá, Antônio de Almeida Lara, para os novos descobertos a cumprir suas funções. E, entre outras, deveria proceder à distribuição das datas minerais. Fez-se acompanhar de homens que haviam participado, desde a primeira hora, dos descobertos do Cuiabá, alguns já nossos conhecidos, entre os mais: Tomé de Lara Falcão (filho de Fernando Dias Falcão), Antônio Boralho, Antônio Antunes Maciel com dois filhos, e seu irmão Felipe Maciel (presentes no Cuiabá desde 1718). Enquanto seguiu pelo caminho fluvial praticado, Antônio de Almeida Lara mandou organizar a abertura de um caminho por terra mais seguro, pois evitava navegar o rio Paraguai e os confrontos com os Payaguás.

Com tais medidas, o volume de pessoas minerando nos novos descobertos, que então já se chamavam do Mato Grosso, aumentou de modo considerável. Pela primeira vez, registrou-se que os homens *bons* se fizeram acompanhar por suas mulheres e famílias para aquelas minas. Já em agosto de 1736, as dificuldades de viver naquelas minas começaram a ser relatadas. As agruras se fizeram presentes também ali, como já tinha ocorrido no Cuiabá, e foi “no mês de agosto do dito ano começou a picar a peste e morreram logo: Tomé de Lara Falcão, Pedro Rodrigues Neves e muitos outros, assim brancos como carijós e negros”.

Somente em setembro se pode subir, socavar e encontrar ouro no alto da serra, que, depois, veio a ser conhecida como *Chapada de São Francisco Xavier*. As datas com as lavras foram distribuídas em outubro e, já em novembro do ano

335 José Barbosa de Sá, *Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso...* cit., p. 35.

336 Janaína Amado e Leny Caselli Anzai (org.), *Anais de Vila Bela 1734-1789*, cit., p. 40.

seguinte, o nascente arraial assumia lugar de destaque: foi ali que, no mês de outubro o ouvidor do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, se fixou para recolher os quintos e os dízimos, e foi ali que, na saída, deixou por superintendente das minas do Mato Grosso, *com jurisdição civil e crime a Antonio Fernandes dos Reis* ³³⁷.

Em suas *Noticias da Situação do Mato Grosso*, José Gonçalves da Fonseca nos oferece um retrospecto da ocupação inicial daquelas minas. De sua narrativa sobressaem três pontos: a minuciosa descrição topográfica dos lugares em que esteve ou dos quais ouviu falar; o cuidado em delimitar as áreas de ocorrência aurífera e a preocupação com a produtividade das lavras; e, finalmente, a denúncia dos preços ali praticados – *exorbitantes pelo excesso de taxas* que pagavam por virem da Praça do Rio de Janeiro.

Esse narrador elencava ainda várias das áreas ocupadas: o sítio chamado Membeca, o sítio chamado Monjolo, a leste da Chapada, e o descobrimento chamado de Gengibre, *por imitarem as raízes desta planta as folhetas de ouro*. Vários outros pontos, identificados a partir de acidentes geográficos, como cursos d'água e morros, são indicados como áreas de ocorrência aurífera e onde viviam pessoas trabalhando. Ao descrever os locais onde se encontrou ouro, o estado de produção dessas minas e onde se esperava encontrar mais, ele nos confirma que, em 1750, havia apenas três núcleos de povoamento com o *status* de arraial no, já então, Termo do Mato Grosso ³³⁸.

A Lista dos moradores do Matto Grosso que se achavão até 16 de Julho de 1.751 nos apresenta o povoamento local dividido em sete bairros distintos: Chapada de São Francisco Xavier, com 31 fogos, dos quais 24 eram de brancos e 07 de mulatos e pretos forros; bairro do Ouro Fino, com 08 fogos; bairro de Sant'Anna, com 14 fogos; Nossa S^{ra}. do Pilar, com 10 fogos; Corrigo de Mombeca, com 06 fogos; Bairro da Conceição, com 08 fogos; e Pantanal e margem do Guaporé, com 12 fogos. É quase

337 Os parágrafos narrando os primeiros anos das minas do Mato foram escritos a partir da obra organizada por: Janaína Amado e Leny Caselli Anzai (org.), *Anais de Vila Bela 1734-1789*, cit., pp. 39 a 43.

338 José Gonçalves da Fonseca participou da expedição oficial que saiu de Belém para fazer o reconhecimento da navegação do rio da Madeira. Partiram de Belém, em 14 de julho de 1749, e chegaram ao Arraial de São Francisco Xavier, nas minas do Mato Grosso, em 16 de abril de 1750. Esse personagem nos legou dois escritos. José Gonçalves da Fonseca, *navegação feita cidade do Gram Pará até à bocca do Rio Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749*, escripta por José Gonçalves da Fonseca no mesmo anno [1749]. Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos domínios portuguezes, ou lhe são vizinhas, Lisboa, v. 4, n. 1, 1826 [Academia Real das Sciêncas]; Este mesmo diário foi publicado no Brasil com o seguinte indicação: *Navegação feita da Cidade do Grão Pará até a boca do rio Rio Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749*, escripta por José Gonsalves da Fonseca no mesmo anno, in *Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piahy, Grão Pará e Amazonas, Colligidas e annotadas por Candido Mendes de Almeida*, Tomo Segundo, Rio de Janeiro, Nova Typographia de J. Paulo Hildebrandt, 1874; ver também: José Gonçalves da Fonseca, *Notícia da Situação de Mato Grosso*, cit.

certo que esse último núcleo fosse área de produção agrícola e pastoril. Apesar de todos estes *bairros*, as demais fontes consultadas, nos confirmam como arraiais apenas os de: Nossa Senhora do Pilar, Sant'Anna, e Chapada de São Francisco Xavier ³³⁹.

Até 1752, essas eram as localidades referenciadas pelas fontes como arraiais, ainda que houvesse vários outros ajuntamentos de pessoas em fazendas, engenhos, roças, lavras ou faisqueiras. Muitos desses lugares tiveram uma vida bastante animada e longa, e outros nem tanto. A primeira fase de ocupação do vale do Guaporé pode ser caracterizada por certa mobilidade, em busca de achados que demandassem menores investimentos de trabalho e capital, ou seja, do ouro de aluvião.

Talvez se possa falar em várias fases na extração de ouro nas minas do Mato Grosso.

Um primeiro momento pode ser identificado entre os anos de 1734 a 1740 – o período de coleta mais ou menos fácil do ouro de aluvião. Foi nessa etapa que se registrou o maior volume de ouro recolhido. De acordo com as fontes “do dito descobrimento teriam sahido desde o ano de 1736 ate o dito de trinta e oito, cem arrobas de ouro”. Foi também o período das maiores dificuldades, fosse de reconhecimento do meio ambiente, de organização de uma estrutura de produção dos meios de subsistência, de abertura de caminhos e de crises de abastecimento, fosse de muitos padecimentos em decorrência das doenças. Nessa fase predominaram os serviços de faisqueiras.

A década de 1740 inaugurou um novo momento para aqueles descobertos, quando se sobressaem a busca de novas rotas comerciais, a retomada de caça aos índios que eram depois vendidos, as tentativas de aproximação com os jesuítas das províncias de Chiquitos e Mojos e a extração das lavras que requeriam maior investimento de capital – escravos, ferramentas, construção de tanques e aquedutos.

Alguns historiadores chegam a identificar aquela década como a do início da crise da mineração do Mato Grosso, cujo golpe de misericórdia teria sido dado pelas descobertas das minas do Arinos e depois do Alto Paraguai. É melhor relativizar. É muito provável que tenha havido uma diminuição no volume de ouro coletado. Além disso, existe a hipótese de que tenha passado a haver maior constância na produção e, uma vez que os serviços de minerar requeriam mais investimentos, isto tenha limitado o número de pessoas minerando, o que não significa necessariamente uma crise de produção ³⁴⁰.

339 “Lista dos moradores do Matto Grosso que se achavão até 16 de Julho de 1751”, ver: Arquivo do IHGB, Códice Arq. 1.2.9, ff. 74/92.

340 Essa ideia de crise da mineração nos descobertos do Mato Grosso ter se iniciado na década de 1740 pode ser encontrada em autores como: Virgílio Correa Filho, *História de Mato Grosso*, cit.; Luiza Rios Ricci Volpato, *A conquista da terra no universo da pobreza*, São Paulo, Hucitec, 1987; Therezinha de Jesus Arruda, “Mato Grosso Colonial: pistas para uma abordagem alternativa”, in *Revista Universidade*, Cuiabá, ano III, n. 1, jan./abr., 1983; Otávio Canavarros, *O poder metropolitano em Cuiabá (1722-1752)*, cit., pp. 185 e sgs.

Esse tempo, 1734 a 1752, entremeando as descobertas das minas, a fundação dos arraiais, a instalação de pequeno aparato burocrático e administrativo, o reconhecimento do espaço físico de parte do vale do Guaporé, a criação do Termo do Mato Grosso e, finalmente, a criação da capitania de Mato Grosso e a fundação de Vila Bela, permitiram que a coroa portuguesa elaborasse estratégias e argumentos que justificassem, perante as outras monarquias europeias, reivindicar para si a faixa de terras desde as cabeceiras do Jauru/Paraguai e Guaporé e toda a margem direita do rio Guaporé até sua foz no rio Madeira e continuando por este até ao rio Amazonas.

A presença de agentes da coroa, que viviam no Cuiabá, como reguladores das relações sociais, econômicas e políticas nas minas do Mato Grosso foi registrada desde 1736. Nos dois anos seguintes, o ouvidor-geral do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, fez viagens de *correição* àquelas minas e deixou relatório, através do qual identificamos algumas das preocupações correntes, dentre outras: o número de pessoas nas minas, a quantidade de ouro extraída, os sinais de declínio da produção, os investimentos na busca de novos descobertos, e a insalubridade da região. O ponto mais ressaltado pelo ouvidor foi, porém, a petição dos moradores “solicitando a nomeação de um superintendente... que lhes administrasse justiça..., além de escrivão e tabelião de notas para fazer testamentos, contractos e procurações”, no que foram atendidos ³⁴¹.

À medida que o tempo passava e a ocupação do espaço ia se consolidando, a coroa portuguesa implementava medidas que refletiam sobre a vida política, econômica e administrativa das minas novas do Mato Grosso e assim “veyo no seguinte anno (1743) decreto do dicto senhor (rei de Portugal) em como fazia o Matto Grosso cabeça de Capitania com Governo e Juizo de Fora e privilegios a todos seus moradores e pessoas que nelle se fossem estabelecer” ³⁴².

Tornava-se o Mato Grosso menos dependente do Cuiabá; o que pode ser um indicativo seguro de que o povoamento daquele Termo era visto como de muito interesse e que os governantes em Lisboa investiam politicamente em sua consolidação. Ao conceder privilégios, criava também incentivos para fixar em definitivo a população naquelas minas e firmar e reivindicar, como suas, terras que pelos tratados europeus se entendiam como *pertencentes* à Espanha.

341 “Sobre a conta que dá a El rei o ouvidor da comarca do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, Villa Real do Snr. Bom Jesus do Cuyabã de 7bro. 6 de 1738”, in Eliane Maria Oliveira Morgado... [et al.], *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*, 4 volumes, Cuiabá, Entrelinhas: EdUFMT, 2007, Volume II, pp. 100-101.

342 Augusto Leverger, *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*, cit., p. 30; e Barbosa de Sá, *Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso...* cit., p. 42. Ainda sobre este tema escreveu o provedor da Fazenda Real, Felipe José Nogueira Coelho em suas *Memórias Chronológicas da Capitania de Mato-Grosso*, cit., p. 160 “Teve Mato-Grosso no anno de 1743 a percussora da sua villa na provisão de 1742... pela qual manda Sua Majestade que nas ditas minas houvessem dois juizes ordinarios com um tabelião e meirinho, dando appelação para o ouvidor, na mesma forma que mandara praticar nas minas de Goyaz... Este anno foi o da separação da freguesia d’estas minas das do Cuyabá”.

Mas os colonos ali radicados tinham planos de ampliação de seus negócios. Não tardaram a fazerem-se visíveis aos vizinhos hispânicos e aos índios da província de Santa Cruz de la Sierra. Assim, apesar das proibições emanadas de Lisboa, muitas das ações que encetaram punham em risco os cuidados tomados pela monarquia portuguesa na Europa, frente à delicada questão das fronteiras na América.

Aos poucos, foram expandindo seus raios de ações e passaram a reconhecer o entorno e o “ao longe” das minas. Primeiro diziam ir pescar e caçar e descobriram o rio Guaporé (1737/38). Depois, deram continuidade às práticas de solucionar o problema da falta de mão de obra, cativando, ou como se dizia, descendo índios para o bem da coroa e grêmio da igreja. Finalmente, ao abrir a década de 1740, decidiram comerciar com as missões dos jesuítas de Castela e com o mais longínquo Estado do Maranhão e Grão Pará.

Sobre as conquistas portuguesas no rio Guaporé, interessa, neste ponto de nossa investigação, apresentar apenas um de seus aspectos e restringe-se aos jogos de interesses dos colonos e da coroa na apropriação daquele espaço. Das disputas com índios e jesuítas trataremos de modo mais detido no capítulo 6.

Vejamos, então, se houve conflitos entre os colonos e a política levada a cabo pela monarquia portuguesa naquela área de fronteira. Outro ponto a ser questionado diz respeito à clareza política que alguns historiadores, nomeadamente Jaime Cortesão, atribuem à coroa lusitana naquelas conquistas. Queremos também, destacar a importância das ligações com o Estado do Maranhão e Grão-Pará.

De acordo com as fontes disponíveis e com as conclusões a que chegou Otávio Canavarros, desde o segundo semestre de 1740, é que se percebe uma diminuição na arrecadação dos quintos pagos à coroa. Tal fato refletiria uma diminuição do ouro de aluvião garimpado nos altos afluentes da margem direita do Guaporé. Então, a partir daquela data, ter-se-ia dado início à expansão luso-brasileira no Guaporé.

Os moradores das minas do Cuiabá e Mato Grosso, apesar das proibições, ameaças e prisões, puseram-se em busca de novas oportunidades de fazer negócios. Aprenderam a navegar e rodar rio Guaporé abaixo e alguns alcançaram não só várias das reduções da missão de Mojos, como o rio Madeira, descobriram como transpor suas 18 cachoeiras, e entraram no rio das Amazonas, chegando até a cidade de Santa Maria do Belém do Pará.

Vejamos algumas dessas expedições de longa distância: 1742 (Manoel Félix de Lima desceu pelo Guaporé/Madeira e Leonardo Oliveira pelo Jurueña/

Tapajós); 1744 (Miguel da Silva e Matias Correia pelo Guaporé); 1746 (João de Souza Azevedo pelo Arinos, Juruena/Tapajós); 1747 (José Leme do Prado pelo Guaporé). Houve outras que apenas alcançaram a missão de Mojos ³⁴³.

O conjunto de viagens acima elencado nos permite aventar que as determinações da coroa para evitar contato com súditos de Espanha nas Índias Ocidentais de Castela não eram obedecidas. Em 1749, a própria coroa, face ao contexto das negociações de fronteira com os espanhóis, resolveu mandar fazer o reconhecimento da rota fluvial entre as minas do Mato Grosso e a cidade de Belém do Pará. Demorariam ainda três anos, para que se revogasse a proibição de navegar pelo rio Madeira (datada de 1733), mas, desde 1747 as monções por aquele rio passaram a ser frequentes e toleradas.

Do que depreendemos das fontes, há dois momentos que caracterizam o comportamento da coroa portuguesa em relação ao espaço Guaporé/Madeira. Um antes e um depois da abertura das negociações (1746) que redundaram na assinatura do tratado de Madrid (1750).

É fato que, desde 1742, alguns dos mineiros que viviam nos descobertos do Mato Grosso encetaram uma série de viagens pelo rio Guaporé abaixo, sob os argumentos de que buscavam estabelecer comércio com os padres da Companhia de Jesus das Índias de Castela. Dessas ações, ficaram alguns relatos.

A mais divulgada daquelas expedições foi a efetuada e relatada por Manuel Félix de Lima que deu aos agentes da coroa portuguesa a certeza da ligação entre as ditas minas e a cidade de Belém do Pará. Como desdobramento dessa empreitada, ficaram também os relatos de Francisco Leme do Prado. Esse personagem ainda participaria de outra expedição no ano de 1743, da qual também deixou registro. Há ainda que mencionar o inquérito mandado tirar pelo ouvidor João Gonçalves Pereira ³⁴⁴.

343 Desde Robert Southey, Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães, Arthur Cezar Ferreira Reis, Virgílio Corrêa Filho, Jaime Cortesão, até historiadores contemporâneos como Otávio Canavaros e Mario Clemente Ferreira, estas expedições têm recebido merecido destaque e a maioria dos diários e diligências que delas ficaram foi publicado. Ver nas referências bibliográficas, ao fim deste trabalho.

344 Esses relatos foram publicados por: Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Parte III, tomo II. Antecedentes do Tratado, cit., pp. 64 a 80; também nos *ANAEs da Biblioteca Nacional*, vol. 107, pp. 49 a 55. A edição mais recente é: João Gonçalves Pereira, *Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos*, IHGMT, Cuiabá, 2001. No Arquivo Histórico Ultramarino encontramos cópias manuscritas dos mesmos documentos sob a cota: A.H.U., Mato Grosso, cx. 3; doc. 175. Quanto ao relato de Manuel Félix de Lima, apenas se conhece uma espécie de resumo apresentado por Robert Southey *História do Brasil*, Tomo 5 da edição de 1861, pp. 398 e sgs. As únicas informações manuscritas que localizamos sobre as repercussões da expedição de Félix de Lima foram: “Carta do Governador e Capitão-General do Grão-Pará e Maranhão, João de Abreu Castelo Branco ao Rei D. João V sobre a prisão de Manuel Félix de Lima e Manuel de Freitas Machado, depois de chegarem a Belém, vindos das minas do Mato Grosso, por terem saído destas minas por outro caminho para o qual não havia autorização... Anexo: carta, auto de perguntas e lista (cópias)” in A.H.U., Pará, cx. 25, doc. 2387.

A historiografia que trata das conquistas portuguesas atribuiu grande importância a tais expedições. Robert Southey as entendeu como resultado da expansão paulista. Basílio de Magalhães aprofundou-as como um feito da epopeia paulista. Capistrano de Abreu foi mais comedido e situou-as como movimentos de reconhecimento do espaço. Seguindo os passos de Capistrano, Arthur Ferreira Reis, quis relativizar o lugar dos paulistas nas conquistas amazônicas e viu-as como instrumentos de ligação entre o oeste e o norte. Por sua vez, Jaime Cortesão as compreendeu como frutos da astúcia política de um Alexandre de Gusmão e, por conseguinte, da coroa portuguesa, nas discussões que antecederam ao Tratado de Madrid. Na atualidade, Otávio Canavarros não deixa de ser simpático à tese de que Alexandre de Gusmão, desde a sua posse no Conselho Ultramarino, em 1743, “acompanhou com especial interesse os acontecimentos no Extremo Oeste”. Esse autor formulou também a hipótese da coincidência de, na mesma época, a “História de Mato Grosso ter deslocado seu eixo para Belém do Pará”.

Antes de tudo, não acreditamos que tenha havido um deslocamento do eixo de interesses para o Pará. O que entendemos ter ocorrido foi que, desde Robert Southey até Canavarros, os historiadores fizeram escolhas. Assim, decidiram dar mais relevo aos acontecimentos protagonizados a partir dos descobertos do Mato Grosso rumo ao Pará, porque isso vinha ao encontro das teses que formularam e que apreendiam a fronteira apenas da perspectiva geopolítica. Preferimos sustentar a tese de que o eixo Cuiabá/São Paulo/Rio de Janeiro continuava sendo, do ponto de vista populacional, da produção de ouro, de bens de subsistência e do comércio mais relevante que o do Guaporé/Madeira.

Ao analisarmos tais expedições, entendemos, sobretudo, que houve um movimento protagonizado pelos colonos do Cuiabá e Mato Grosso, à revelia dos interesses da sua coroa. Tal movimento foi direcionado para o Pará, por uma série de circunstâncias, entre as quais, destacamos: o endividamento dos mineiros e a consequente fuga aos credores radicados no eixo São Paulo/Rio de Janeiro; a busca de novos mercados e mercadorias; a abertura de uma rota alternativa de abastecimento que poderia diminuir custos; a caça ao índio; a busca de novos veios auríferos; etc.

Essas expedições, ao mesmo tempo que infringiam determinações régias e podiam colocar em risco a segurança de toda a colônia e até do reino, possibilitavam conhecimentos que, a curto prazo, dariam a Portugal maior poder de negociação com a Espanha. Desse modo, a posição da coroa para com os colonos que estiveram à frente daquelas incursões seria, mais uma, vez dúbia. Ora punia, ora ignorava, ora agraciava os súditos infratores com mercês.

Obviamente que as autoridades em Lisboa agiam de acordo com seus interesses e não com os dos súditos. Por exemplo: no ano de 1742, foram duas as expedições que saíram do Mato Grosso. Uma seguiu pelo Guaporé e outra pelo Juruena. Ambas chegaram a seu destino: a cidade de Belém do Pará. Ambas desrespeitaram o Alvará Régio de 22 de outubro de 1733 que proibia as ligações do Estado do Maranhão e Grão-Pará com quaisquer zonas mineradoras. Mas, apenas Manuel Félix de Lima, que desceu pelo Madeira e manteve contato com os jesuítas das Índias de Castela, foi preso, respondeu a um inquérito e foi enviado a Lisboa. Da viagem pelo Juruena, só ficaríamos sabendo por um relato colhido cerca de oito anos após a chegada dos sertanistas a Belém³⁴⁵.

Do nosso ponto de vista, o que determinava o comportamento da coroa em proibir ou fazer vistas grossas aos atos de seus súditos, tanto no Estado do Brasil, como no do Maranhão e Grão Pará, era a conjuntura política na Europa, em especial as relações com Espanha. Mesmo Félix de Lima tendo mais informações sobre os vizinhos hispânicos, ele foi punido. Em vida, jamais conseguiu o reconhecimento de ter descoberto e inaugurado uma das mais importantes ligações entre os Estados do Brasil, e do Maranhão e Grão Pará, bem como de ter contribuído para que sua coroa reivindicasse a posse daquele espaço.

Quatro anos se passaram, e as relações entre os litigantes ibéricos na América foram alteradas. A morte de Felipe V da Espanha possibilitou a abertura de negociações sobre as fronteiras entre o Vice-reino do Peru e os Estados do Brasil e Grão Pará. Nesse novo contexto, em 1747, chegou a Belém do Pará, navegando pelos rios Arinos/Tapajós o comerciante e sertanista João de Souza Azevedo. No mesmo ano, José Leme do Prado, que havia descido pelo Guaporé, ali aportou. Ambos foram retidos, mas não presos, pelos governantes daquela cidade, enquanto se esperava a consulta que se fizera a Lisboa.

Um ano depois, temos notícia do pronunciamento real através do Conselho Ultramarino. Nele se reiterava “sempre se vos recomenda a inviolável observancia das minhas ordens a respeito de Minas e seus caminhos”. Apesar

345 “Breve noticia do Rio Topajoz, cujas cabeceiras ultimo se descobrirão no anno de 1742 por huns certanejos ou Mineiros do Matto Grosso, dos quaes era Cabo Leonardo de Oliveira, homem bem conhecido, e dos mais experimentados nos certões das Minas. Autographo do mesmo P^o. Manoel Ferreira, remettido ao P^o. Bento da Fonseca, em carta escripta de Topajoz a 14 de Agosto de 1751. Diversa da antecedente, e traz um mappa do Rio Topajoz. Juntei a este Papel uma folha em 4^o, que falla de algumas acções do P^o. Luiz Alvres nos Topajoz em 1735 e 1742” in Biblioteca Pública de Évora, Cod. CXV/2-15 a n^o 7.

disso, far-se-iam vistas grossas a suas viagens e ambos os sertanistas subiriam pelo Amazonas/Madeira/Guaporé até os descobertos do Mato Grosso, carregados de mercadorias no ano de 1749.

No caso de João de Souza, foram tantas infrações quantos perdões. Seus vastos cabedais, conhecimentos do sertão e amizades certas lhe valeram defesas como a do governador Francisco Xavier de Mendonça de Furtado que, ao elencar ao rei 4 motivos por que não o punia dada sua desobediência em insistir trafegar pelo Madeira/Guaporé, afirmava que, para além de necessitar de seus serviços na demarcação das fronteiras, concluía: “porque do mal da desobediencia deste homem tiramos o bem de sabermos que em seis meses de tempo se pode ir e vir das minas do Mato Grosso”³⁴⁶. Ou seja, considerando a importância que aquele súdito tinha para os propósitos da coroa é que se avaliava a gravidade, sempre perdoável, de seus atos, do que se depreende que, também no Guaporé, a partir dessa altura os interesses da coroa e dos colonos foram convergentes.

Mesmo que as autoridades de Lisboa ou do Pará, antes de 1750, não pudessem, oficialmente, incentivar o tráfego de pessoas e mercadorias por aquela via, faziam vistas grossas a tais “desmandos”. cremos que, assim, que as ações dos homens que saíram das minas do Mato Grosso e traficaram desde Guaporé até o Pará, podem ser entendidas também a partir das conjunturas europeia.

Do que vimos expondo ao longo deste tópico, fica evidente que o movimento de pessoas que deu origem à ocupação portuguesa do vale do Guaporé não pode ser explicado, ou compreendido apenas a partir das determinações oriundas de Lisboa. Tampouco podem ser relacionados com os lances da inteligência política de uns poucos iluminados cuja antevisão política permitiu a Portugal ludibriar a Espanha nas negociações que culminaram com o Tratado de Madrid de 1750.

Do nosso ponto de vista, a coroa lusitana só aos poucos, após os conhecimentos gerados pelos sertanistas, começou a ter mais clareza quanto à importância política daquele espaço. Entretanto, o medo das reações hispânicas fê-la agir com muita cautela, como de costume. No âmbito das ações desencadeadas localmente, a expansão rumo ao Guaporé pode ser entendida como reflexão da busca de novas áreas de ocorrência aurífera. A novidade desta fase é que, se no vale do Paraguai se evitou o contato com os jesuítas, aqui ele seria inevitável.

346 “Carta de Francisco Mendonça de Furtado a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, Belém do Pará, 9 de março de 1754”, in *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, tomo 3, Belém, 1902, p. 211.

Ao longo deste capítulo, procuramos levantar alguns temas que permitem visualizar aspectos da ocupação dos súditos das coroas ibéricas no vale do Guaporé. Começamos pela missão de Chiquitos que, dada sua localização, podia relacionar-se com o Cuiabá e com o Mato Grosso. Interessou-nos apresentar aquele espaço como aglutinador de dezenas de nações indígenas que viviam no alto vale dos rios Paraguai e Guaporé, que estiveram suscetíveis tanto à ação dos colonos hispânicos, quanto lusitanos.

Na sequência tratamos da missão dos Mojos. A preocupação que nos moveu foi destacar a conquista do povo Baure e seus vizinhos pelos jesuítas do Peru.

Finalmente, abordamos como os moradores do Cuiabá expandiram suas conquistas iniciais, transpuseram-se para a bacia amazônica, fundaram arraiais, navegaram até à cidade de Santa Maria do Belém do Pará e inauguraram uma nova rota interligando o Estado do Brasil com o do Grão Pará, as duas colônias da coroa portuguesa na América. Para melhor clarificar essas questões, no próximo capítulo, discutiremos o modo como as notícias sobre estas conquistas ibéricas chegavam e eram debatidas pelos súditos das monarquias portuguesa e espanhola.

CAPÍTULO 05

AS MONARQUIAS IBÉRICAS E SUAS CONQUISTAS NA FRONTEIRA OCIDENTAL DO BRASIL

Pensar as ações das coroas portuguesa e espanhola seja no alto rio Paraguai, seja no Guaporé, na primeira metade do setecentos é tarefa complexa, porém imprescindível. Antes de mais nada, as disputas entre os súditos civis das duas monarquias ibéricas naquele espaço só foram concomitantes depois de 1740. É fato também que historiadores ibero-americanos atribuem importância distinta àquelas conquistas, tal como analisaremos.

Os historiadores hispano-americanos centraram o foco das suas análises fundamentalmente nas ações dos jesuítas. Já os luso-brasileiros preferiram estudar as conquistas da perspectiva da expansão territorial. Não restam dúvidas de que os jesuítas hispânicos e os sertanistas de São Paulo foram protagonistas naquelas conquistas. Defendemos, porém, a necessidade de incluirmos às reflexões sobre o tema os modos como os distintos povos indígenas, partícipes daquela experiência, construíram para si estratégias de encontros e sobrevivências frente aos conquistadores.

Neste capítulo, interessa-nos, sobretudo, destacar aspectos que foram privilegiados na historiografia sobre as conquistas ibéricas, tanto no vale do Paraguai como do Guaporé, entre 1680 e 1750. Da perspectiva luso-brasileira, uma das questões que se sublinha é o fato de os súditos da coroa espanhola não terem barrado os avanços dos sertanistas naqueles espaços. A procura de explicativas a esta indagação gerou muitas hipóteses que serão aqui apresentadas.

De igual modo, também queremos chamar a atenção para o fato de que as respostas a este e outros questionamentos estão mais no âmbito das colônias e menos nas instâncias governativas das monarquias na Europa. Não é nosso propósito discutir os argumentos construídos pelos representantes das coroas ibéricas nos reinos para justificar os seus respectivos direitos de posse nos rios Paraguai e Guaporé. Do ponto de vista das relações diplomáticas o tema só seria abordado durante e depois das negociações que levaram ao Tratado de Madrid, e isso foge aos propósitos desta investigação.

Numa postura distinta à da maioria dos historiadores, entendemos as conquistas no espaço em análise não apenas enquanto área de litígio e fronteira entre duas monarquias europeias. Da nossa perspectiva, a resposta para a ausência dos civis hispano-americanos, tanto no alto Paraguai como no Guaporé, passa por considerar também os seguintes pontos: os interesses econômicos e a capacidade político-militar dos colonos, e as estratégias de aceitação e/ou resistência levadas a cabo pelos povos indígenas que, mesmo contra as suas vontades, participaram daquelas conquistas.

Rejeitamos as explicativas que ressaltam a esperteza e o oportunismo de luso-brasileiros, as crises políticas e convulsões sociais na província do Paraguai e a má fé dos jesuítas das missões de Chiquitos e de Mojos.

Finalmente, queremos destacar que nas disputas fronteiriças na América, as ações mais ou menos efetivas de uma coroa sobre a outra, passavam por ter, ou não, interesses comuns com os colonos. Parece-nos que, neste aspecto e naqueles espaços, a monarquia portuguesa levava mais vantagens que a espanhola.

Avanços paulistas e segredos de Assunção: o ouro do Cuiabá

No dia 22 de dezembro de 1717, o ouvidor-geral da comarca de São Paulo, Rafael Pires Pardinho, deu conta à Sua Majestade, alertando para a presença dos “Padres da Companhia Castelhanos nos certos que aquellos moradores sempre frequentaraõ como da demarcação desta Coroa”. Acompanhada de um mapa a notícia denotava certo tom de alarme. Em 29 de abril de 1719, o Conselho Ultramarino discutiu e entendeu o assunto como muito grave, podendo, inclusive envolver uma guerra com Castela. As denúncias, porém, não continham elementos informativos suficientes para que os conselheiros agissem com a ponderação que o caso exigia ³⁴⁷.

A decisão do Conselho Ultramarino foi que se remetesse ao governador de São Paulo e Minas do Ouro cópia da referida carta onde rezava que ele deveria tomar sobre a matéria todas as notícias que pudesse; e mandar um engenheiro, acompanhado de pessoas práticas no sertão, a fazer “Mapa muito distincto sinalando nelle os Ryos, e cordilheyas que houver em todo aquelle districto, e apontando o Ryo ou Serrania que lhe parecer servir de divisa, e separação por aquella parte entre os domínios de huma, e outra Coroa”. A determinação não foi levada a cabo por faltar engenheiro na capitania ³⁴⁸.

Ainda no ano de 1719 e no subsequente, o ouvidor Pires Pardinho continuava a se deixar atormentar e a atormentar as instâncias governativas da sua coroa com idêntica preocupação: a presença dos vizinhos de Espanha na nebulosa fronteira com os sertões da capitania de São Paulo e Minas do Ouro. É o que se vê na conta que o conde de Assumar, D. Pedro de Almeida Portugal, enviou ao Conselho Ultramarino, na ocasião em que reivindicava *separarse o governo de S. Paullo do*

347 “Sobre a conta que deu o Ouvidor Geral da Cappitania de São Paullo, Raphael Pires Pardinho de se hirem avezinhandos as nossas Terras os Padres da Companhia Castelhanos, e hiaõ povoando os certos que os Paulistas sempre frequentaraõ; e vay o Mapa e papel que se acuzo. Lisboa, 29 de Abril de 1719”, in A.H.U., *Conselho Ultramarino*, cód. 233, fs. 165-165 v.

348 Idem. Ver também: Mário Clemente Ferreira, “O conhecimento da área de fronteira entre o Mato Grosso e a América espanhola no século XVIII: a procura de informações geográficas e cartográficas por portugueses e castelhanos”, cit., pp. 267 a 297.

das minas geraes. Interessa-nos destacar dois dos argumentos ali apresentados, que serão discutidos adiante. O primeiro diz respeito à ameaça castelhana e o segundo aos novos descobertos de minas de ouro ³⁴⁹.

A sequência da narrativa rememorava que, no ano de 1717, sertanistas da Vila de Itu ao navegarem pelo rio Paraguai acima, encontraram-se com padres da Companhia de Jesus radicados na missão de Chiquitos, que ali andavam, em busca de índios para a catequese ³⁵⁰. A repetição da mesma notícia denota a importância que a ela se atribuía. Se, por um lado, a coroa portuguesa foi informada por seus súditos de tal sucedido, o mesmo não ocorreu do lado espanhol. Não sabemos o motivo, mas é certo que só depois de 1735 a monarquia de Espanha passou a exigir de seus governantes na América explicações sobre os ricos *labaderos* de ouro do Cuiabá, Goiás e Mato Grosso. Mais de 15 anos, separariam as ações das duas coroas sobre o mesmo evento – a presença portuguesa no rio Paraguai.

Ao refletirmos sobre tais acontecimentos, uma questão que nos ocorre é o fato de os súditos das coroas ibéricas terem se comportado de modo tão distinto frente a um episódio aparentemente revestido de tanta importância. A incerteza quanto às fronteiras, a desconfiança de que os paulistas estavam usurpando territórios de Espanha e extraindo ouro seriam motivos suficientes para se informar aos governantes em Madrid. Como há evidências que isto não aconteceu, queremos investigar porque os colonos, as autoridades civis e eclesiásticas, primeiro da província do Paraguai e depois de Santa Cruz de la Sierra, não comunicaram à sua coroa e nem procuraram barrar os avanços dos luso-paulistas.

O tema do aparente desinteresse dos súditos de Espanha na América, frente ao avanço lusitano para além do acordado no tratado de Tordesilhas não é novo na historiografia de língua portuguesa. Nas décadas de 1940/50, investigadores como Arthur Ferreira Reis para a Amazônia e Jaime Cortesão para o centro-sul, ao discutirem a expansão territorial do Brasil, desenvolveram o argumento de que as missões jesuíticas funcionaram como um cordão de isolamento entre os colonos das coroas ibéricas desde os altos afluentes dos rios Solimões/Amazonas até à foz do rio da Prata. Ao longo do tempo essa explicativa recebeu aval e foi redimensionada por historiadores como Caio Prado Júnior, Eulália Lahmeyer Lobo, Uacury Ribeiro Bastos e chegou aos contemporâneos como Regina Maria

349 “Sobre a conta que deo o Conde de Assumar Dom Pedro de Almeida da que taõ bem lhe dera o ouvidor geral de S. Paulo do descubrimento de ouro que fizeraõ os Certanistas em hum Cítio muy perto do de Paraguay e taõ vezinho donde asistem os Castelhanos que tiverão á falla com elles os ditos Certanistas. Lisboa, 31 de Outubro de 1719”, in A.H.U., *Conselho Ultramarino*, cód. 233, fs. 167v e 168.

350 Do lado espanhol existe uma referência a esse encontro do ano de 1717 ver: “Suplica del P. Superior de estas Misiones de los Chiquitos sobre la Dicha Provision”, in: Jaime Cortesão, *Antecedentes do Tratado de Madri, (1703-1751)*, *Manuscritos da Coleção de Angelis VI*, cit., pp. 135 a 140.

A. F. Gadelha, Denise Maldi Meireles, Otávio Canavarros e Mário Clemente Ferreira, entre outros ³⁵¹. Em suas abordagens, a maioria dos historiadores citados preferiu explicar a ocupação portuguesa do vale do Paraguai, realçando mais a desinformação dos súditos civis espanhóis e o oportunismo português do que acentuando uma possível ação indígena frente aos conquistadores.

Estudando a expansão territorial do Brasil no vale do rio Paraguai, Uacury Bastos, foi quem mais hipóteses aventou para explicar a ausência dos hispano-americanos e uma suposta vantagem luso-brasileira naquelas conquistas, dentre as hipóteses formuladas as que mais se sobressaem são: a proibição pela coroa espanhola de uma ligação entre Assunção e as minas de prata de Postosí, através do rio Paraguai, passando por Santa Cruz de la Sierra; as limitações das condições naturais; uma maior oferta de mão de obra indígena, nas proximidades de Assunção, além da guerra travada pelos colonos *asunceños* com os índios do Chaco, em especial os Mbayá. Por sua vez, Otávio Canavarros, amparado em Jaime Cortesão, confere grande significado à *Revolução dos Comuneros* para explicar o povoamento das minas do Cuiabá – que, na primeira metade dos setecentos, era o marco mais visível do sucesso das conquistas portuguesas no vale do rio Paraguai.

Nossa perspectiva está mais próxima da última das hipóteses, apresentada por Uacury Bastos. Tal como esse historiador, cremos na possibilidade de os moradores de Assunção terem interesses distintos dos de sua coroa. Desconfiamos de que tanto os colonos do Paraguai e de Santa Cruz de la Sierra, como os paulistas, não viviam para realizar os desígnios e ambições de seus soberanos. Assim, sustentamos que eles não estavam preocupados em conquistar territórios para suas respectivas monarquias, o que significa dizer que nos afastamos das interpretações que associam as ações dos bandeirantes com a expansão territorial do Brasil colonial. O movimento dos paulistas pode ser entendido de outra chave: foi a caça ao índio que levou aos descobertos de ouro. Só a partir de então, pensou-se a posse do território. Há que se ressaltar ainda que não perceberemos os índios como agentes passivos dessas conquistas.

351 Arthur Ferreira Reis, *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: A fronteira com as colônias espanholas*, tomo II, cit.; Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1950/1956, 9 volumes; Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1979; Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *Caminho de Chiquitos às missões guaranis de 1690 a 1718*, cit.; Uacury Ribeiro de Assis Bastos, *Expansão territorial do Brasil no vale do Paraguai*, cit.; Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha, *As Missões Jesuíticas do Itaim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai (séculos XVI e XVII)*, cit.; Denise Maldi Meireles, *Os Guardiões da Fronteira. Rio Guaporé – Século XVII*, cit.; Otávio Canavarros, *O Poder Metropolitano em Cuiabá (1727 – 1752)*, cit.. Mesmo abordagens muito atuais insistem em tal tese, ver: Mário Clemente Ferreira, “O conhecimento da área de fronteira entre o Mato Grosso e a América espanhola no século XVIII: a procura de informações geográficas e cartográficas por portugueses e castelhanos”, cit., pp. 267 a 297; Francismar Alex Lopes de Carvalho, *Lealdades Negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 2012.

Muito se tem escrito sobre o “cordão de isolamento” que os jesuítas de Castela formaram entre os súditos das coroas ibéricas, desde o Alto Amazonas até o rio da Prata. Segundo alguns defensores dessa interpretação, as missões impediram, ou dificultaram, que os colonos hispânicos se apercebessem da presença luso-brasileira na fronteira ainda indefinida. Os jesuítas teriam agido em defesa de interesses próprios e temendo que, ao relatar possíveis encontros com os sertanistas, trariam os colonos hispânicos para dentro das missões, omitiram dos agentes da sua coroa tão grave ocorrido. Segundo ainda esta interpretação, a relativa autoridade da Companhia de Jesus seria referendada pela coroa espanhola que via nas ações jesuíticas uma forma de economizar gastos na pacificação e redução dos índios, bem como no patrulhamento e guarda de suas fronteiras ³⁵².

Para o caso específico dos descobertos do Cuiabá, temos receio em atribuir apenas aos jesuítas a *culpa* por não notificar à sua coroa a presença de portugueses em espaços que se acreditavam de espanhóis. Ao atentarmos para as localizações geográficas de Assunção, da missão de Chiquitos e das minas de ouro do Cuiabá, veremos que, fisicamente, é impossível sustentar que os jesuítas do Paraguai tivessem postado suas reduções entre Assunção e Cuiabá ou entre Cuiabá e Potosi. Mas, se os jesuítas não eram os únicos que sabiam das explorações auríferas em algum lugar do rio Paraguai acima, quem mais possuía tais informações e não se pronunciou? Sem sombras de dúvidas, as autoridades civis e os colonos da cidade de Assunção do Paraguai.

Em artigo recente, Mário Clemente Ferreira nos apresenta uma bem elaborada síntese, em que discute o “reconhecimento da zona de fronteira pelos espanhóis do Paraguai”. Amparado nas reflexões de Jaime Cortesão e em documentos publicados na coletânea intitulada *Bandeirantes no Paraguai*, este historiador recupera como as autoridades e moradores de Assunção tomaram conhecimento das minas de ouro do Cuiabá desde 1723. Entre os méritos de seu artigo, está o da necessidade de explicar “a evidente passividade e demora da coroa espanhola em reagir perante o avanço português”. Todavia, ele pouco avançou para além das explicativas propostas por Jaime Cortesão ³⁵³. Vejamos como tais notícias chegaram a Assunção.

352 A perspectiva dos autores de língua hispânica que escreveram num tempo mais recuado não é distinta. Ver, entre outros, Enrique Gandia, *Historia del Gran Chaco*, Buenos Aires, Juan Roldan y Compañía Editores, 1929. Para ele, as missões teriam sido solicitadas e incentivadas pelos governadores de Santa Cruz de la Sierra como uma tentativa de impedir as entradas dos bandeirantes, dado o medo de que se apoderassem da sua província e dali alcançassem e as minas de Chuquisaca e Potosi. Há, também, historiadores que insistem na hipótese de que a coroa espanhola não dispunha de recursos financeiros para conter os paulistas e, assim, os índios Chiquitos teriam sido seus aliados para conter tais invasores, ver: Brigit Krekeler, *Historia de los Chiquitanos: pueblos indígenas de las tierras bajas de Bolivia*, Santa Cruz de la Sierra, Industrias Graficas Sorena Color, 1996.

353 Mário Clemente Ferreira, “O conhecimento da área de fronteira entre o Mato Grosso e a América espanhola no século XVIII: a procura de informações geográficas e cartográficas por portugueses e castelhanos” cit., pp. 176 a 281.

Entre 1723 e 1730, foram quatro os episódios de que se tem registro, em que os Payaguás levaram prisioneiros de origem luso-brasileira até Assunção, para serem negociados. Uma vez adquiridos, os resgatados eram ouvidos pelas autoridades locais. No primeiro grupo (1723), encontravam-se dois índios tupis, evadidos das minas do Cuiabá e que, durante a fuga, foram capturados. Três anos depois (1726), os Payaguás começaram a trazer as primeiras levadas de cativos não-índios. Nessa fase, predominavam os butins que realizavam, junto às embarcações que navegavam pelo rio Paraguai, oriundas de São Paulo ou do Cuiabá. Para além de pessoas, intercambiavam mercadorias saqueadas e, não tardou, também o ouro subtraído aos mineiros. Conforme consta dos autos em que aparecem as declarações de vários prisioneiros reinóis, paulistas e índios, fica evidente que os moradores e as autoridades de Assunção sabiam que os sertanistas de São Paulo *trabajavan poderosos minerales de oro* no rio Paraguai acima.

Em 1723, governava o Paraguai D. José de Antequera y Castro. Nessa ocasião, inquiriram-se os índios Miguel e Vitorino, fugidos do Cuiabá. Talvez pareça novidade o modo como foram adquiridos: resgatados por compra junto aos Payaguás, fato que, entretanto, aponta apenas para a ambiguidade nas relações entre os *asunceños* e seus antigos inimigos *infieis*. Apesar da guerra secular que faziam, de tempos em tempos, comerciavam e pessoas cativas dos Payaguás eram trocadas por bens metálicos, o que demonstra que os hispânicos haviam se adequado ao modo Payaguá de comerciar. Outro ponto a ser destacado é que os Payaguás passavam, desde aquele momento, a desempenhar o papel de intermediários, não autorizados, entre os súditos das coroas ibéricas no rio Paraguai, posição que ocupariam por quase cinquenta anos.

A leitura dos autos deixa entrever que não eram poucas as informações que os índios detinham e repassavam sobre as minas de ouro do Cuiabá. Dessas, interessamos destacar que os *asunceños* sabiam desde logo: quem eram os descobridores e os homens principais daquelas minas; a sua localização aproximada, o tempo de viagem e os caminhos a seguir para se chegar até *los labaderos de oro*. Por fim, teriam declarado os dois índios, que “es muchisima la jente que ay poblada en alojam^{to}. q. el maior numero es de yndios tupis, negros y mulatos, y el menor de Portugueses quienes y los tupis son de tomar armas”³⁵⁴. De tudo que foi levantado, ficava evidente que os portugueses não possuíam defesas militares e nem dispunham de muita gente para seu socorro. Talvez, se tivessem querido, não seria difícil aos hispano-paraguaios desalojá-los.

354 “Autos sobre el viaje que hizo a los Campos de Jesrez el Mestre de Campo Don Alonso Benitez de Portugal”, in *Bandeirantes no Paraguai...* cit., p. 383.

Para os *asunceños*, a maior novidade em relação às minas do Cuiabá só ocorreria no ano de 1730, data em que os Payaguás passaram a trazer ouro para comerciar. Segundo o português João Pereira, foi ele quem alertou os índios sobre o valor que o ouro teria para os espanhóis. Dizia que fizera parte e fora aprisionado da monção em que foi morto o ouvidor Lanhás Peixoto³⁵⁵. Sua narrativa se aproxima daquela veiculada pelas fontes portuguesas. A diferença básica é em relação ao ouro. Afirma que “el oro que traían estas canoas botaron al agua, y en tierra, hasta que el declarante les dijo a dh^{os}. barbaros no lo echasen que era cosa de estima que lo recogiesen, y trajesen a vender a los Castellanos entonces cogieron alguna parte”³⁵⁶. Não sabemos que verdade há em sua fala. Mas, revela que os índios descobriram como atribuir valor de troca ao ouro que, até então, nada significava para eles. Ou seja, os Payaguás iam aprendendo a negociar, a partir do interesse que os hispano-americanos demonstravam por determinados objetos.

Com relação ainda a esse tema, apuramos, por outra fonte, que em 15 de setembro de 1730, Assunção teria sido inundada, uns dizem, com sessenta, outros com cem arrobas de ouro. Segundo Don Carlos de los Rios Valsemeda...

...que nos han traído a vender dichos indios, muy ricos vestidos, y alhajas de oro, todo de mucho precio: **en oro en polvo creo, que avran traído mas de cien arrobas,**... Aseguro a V. M. **que estamos por acá ricos de oro, ya que no tenemos plata**... Hoy se compran ya los géneros de Castilla por oro, y no por yerba, ni tabaco: es verdad, que con ganancia un 150 por ciento de los precios de Buenos Ayres³⁵⁷ (grifos nossos).

A citação ressalta a euforia dos moradores de Assunção diante de tanto ouro. Considerando que a correspondência citada foi endereçada a um morador da Colônia de Sacramento, é fato que a notícia do ouro espalhou-se por outros domínios hispânicos na América, e tal episódio ainda seria referenciado muito tempo após seu ocorrido. Por

355 O episódio do ataque dos Paiaguás à monção, em que viajava o ex-ouvidor Antônio Álvares Lanhás Peixoto é um dos mais narrados pelos autores que estudaram as conquistas do Cuiabá. Desta feita, preferimos usar as fontes de origem hispânicas para nos referirmos a tal ocorrido.

356 Autos do Governador D. Martín de Barua, in *Bandeirantes no Paraguai...*, cit., pp, 431 a 433.

357 “Notícia 4ª Prática Vinda da Cidade do Paraguai à Nova Colônia do Sacramento com Aviso da Venda, que Fizeram os Paiaguás dos Cativos Portugueses naquela mesma Cidade, e Escrita por D. Carlos de los Rios Valsemeda”, in Affonso de Taunay, *Relatos Sertanistas*, São Paulo, EdUSP/Itatiaia, 1981, pp. 147/48. Se fizermos a conversão das unidades de peso onças para gramas veremos que uma *cuchara* (colher) foi trocada por 114.8g de ouro. É bom ter em conta que, para os Payaguás, os metais que tinham valor era o ferro, cobre, estanho e a prata. Era a capacidade de conseguir e possuir tais objetos metálicos seja por troca ou butim, que lhes conferia respeito e autoridade, junto aos demais povos seus vizinhos, os que lhe rendiam algumas obrigações. A valoração de um determinado objeto estava vinculada ao entendimento que tinham de quão importante era para os espanhóis. Nesse mesmo episódio supervalorizaram a quantidade de prata pedida por uma mulher branca grávida, em detrimento dos negros e do ouro. Tinham consciência dos esforços que os moradores de Assunção fariam por libertá-la. E estavam certos em sua avaliação.

exemplo, em cartas datadas de 1741 e 1744, o superior da missão de Chiquitos lembrava ao governador do Paraguai que seus irmãos de fé daquela província, cerca de doze anos passados, lhes haviam informado do ataque dos Payaguás à monção em que pereceu o ex-ouvidor do Cuiabá Antônio Álvares Lanhas Peixoto e do ouro que os moradores de Assunção haviam comprado àqueles índios³⁵⁸. Isso significa que não era segredo para os moradores e autoridades de Assunção e daquela província que os portugueses do Brasil mineravam e viviam em algum lugar do mesmo rio Paraguai que banhava a sua cidade.

Vale ressaltar que, para o período que investigamos, jamais houve qualquer encontro amigável ou conflituoso entre os moradores do Cuiabá e de Assunção. As fontes sugerem que os colonos de ambas as coroas sabiam uns dos outros pelos índios. São frequentes nos documentos portugueses as acusações de que os *asunceños* eram aliados dos Payaguás.

O que se supõe da leitura das fontes é que os sertanistas chegaram a tal conclusão, por encontrarem com os Payaguás, que aprisionavam, alguns bens metálicos e enfeites corporais de prata. É bom que se diga que os Payaguás não declararam guerra aos luso-brasileiros. Suas ações eram apenas de assalto às embarcações que navegavam nos afluentes do Paraguai, prática, aliás, feita com os hispano-paraguaios que trafegavam pelo mesmo rio, tanto acima como abaixo de Assunção, desde o século XVI e por todo o XVII.

Mas as notícias de paulistas e reinóis minerando em territórios das Índias de Castela não parecem ter chegado até Madrid. O conjunto de informações arroladas não deixa sombra de dúvidas. Os homens ligados à governação da província do Paraguai tinham plena e total clareza sobre as minas de ouro exploradas por paulistas e portugueses no rio Paraguai acima, desde 1723.

Se for verdade, como se afirma, que a coroa espanhola não sabia das minas antes de 1735, então cremos que a *culpa* não seja apenas dos jesuítas. As perguntas nos vêm de imediato: sendo tão pública a existência das minas de ouro, como as autoridades constituídas em Assunção mantiveram segredo da coroa de Espanha? Que interesses guardariam para cometer tão a grave desobediência de não comunicar à sua coroa a invasão portuguesa em seus domínios?

A leitura de um auto mandado tirar em 1741, pelo governador D. Rafael de la Moneda, confirma que seus antecessores D. Joseph de Antequera e D. Martín de Barua sabiam e não informaram a sua coroa sobre a presença de portugueses do Brasil nos

358 “Carta dirigida ao Governador [D. Rafael de la Moneda] pelo Padre Agostinho Castañares, Assunção, 16 de Setembro de 1741”, In: Cortesão, Jaime, *Antecedentes do Tratado de Madri, (1703-1751), Manuscritos da Coleção de Angelis VI*, cit., pp. 48 a 50; ver também: Carta del Padre Esteban Palozzi, Superior de las Misiones de Chiquitos, al Gobernador y Capitán General Don Rafael de la Moneda, A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 384.

labaderos de ouro do Cuiabá. Ao ser notificado sobre os autos anteriores, D. Rafael mandou buscá-los nos arquivos. Contudo, esses não foram localizados. Ou seja, muitos anos depois, os membros do Cabildo de Assunção ainda queriam ocultar das autoridades constituídas que os seus moradores negociavam com os Payaguás produtos de butim das monções que trafegavam entre São Paulo e Cuiabá desde 1726 ³⁵⁹.

Considerado que, no século XX, tais documentos foram encontrados nos arquivos de Assunção e publicados em São Paulo, aventamos, como hipótese, que a atitude de impedir que o governador tivesse acesso aos autos pode indicar que aos *asunceños* interessava incriminar os jesuítas e, ao mesmo tempo, salvar suas reputações por terem omitido de sua coroa fatos tão importantes.

Resta ainda discutirmos a hipótese de que os jesuítas impediam os hispano-americanos de entrar nas reduções, e que isto teria facilitado a penetração luso-brasileira para muito além do tratado de Tordesilhas. Que os jesuítas dificultavam a entrada de laicos, fossem eles os *criollos* ou espanhóis, em suas missões é um fato bastante comprovado pelas fontes. Agora que isto tenha favorecido as ações dos súditos portugueses naquele espaço, já não temos certeza. Contrários a essa posição, defendemos que os jesuítas espanhóis tinham poucas informações sobre as minas no Cuiabá. As fontes também apontam para um afastamento das incursões sertanistas de luso-brasileiros no vale do alto Paraguai no século XVIII.

A documentação exarada pelos primeiros homens que governaram as minas do Cuiabá indica que, em consonância com as recomendações de Lisboa, houve um afastamento proposital dos vizinhos hispânicos. Desconfiamos que isso ocorresse por uma estratégia dos mineiros, cujos interesses, naquela conjuntura, coincidiam com os da coroa portuguesa. Por outro lado, se, até fins do século XVII, os jesuítas do Paraguai viviam o pânico justificado de ataques dos *mamalucos* ou *sertanistas de San Pablo*, porque é que, em 1720/30, ao perceberem-nos tão vizinhos, não pediram socorro às autoridades espanholas? Já o haviam feito, por exemplo, em 1694. Não pediram socorro porque não foram ameaçados. Não foram ameaçados porque aos luso-brasileiros não era viável ir à captura dos índios reduzidos em Chiquitos e, assim, fizeram-se o mais invisíveis que puderam para aqueles missionários.

No que toca às acusações que se imputam aos jesuítas, são vários os aspectos a ponderar. Não há sombra de dúvidas de que as autoridades civis de Santa Cruz de la Sierra muitas vezes denunciaram os padres da Companhia, por impedi-los de entrar nas

359 Os mesmos documentos que os membros do Cabildo disseram ao governador não encontrar, foram depois publicados no Brasil. Isso atesta que os descaminhos que tais documentos sofreram foram temporários. Ver: Diligencias ejecutadas por el señor Coronel Rafael de la Moneda gobernador y Capitan General de esta Provincia del Paraguay y de orden de S.M. sobre si con efecto los Portugueses ocupan varias minas en los territorios del Paraguay. Año 1741, in *Bandeirantes no Paraguai...*, cit., p.441.

missões de Chiquitos e de Mojos. Acusaram-nos, também, de sonegar informações sobre a presença de portugueses do Brasil, navegando no rio Paraguai, próximo à San Rafael.

A juntar a essas acusações, Jaime Cortesão, ressaltou mais dois pontos: que os superiores instruíam os índios para, no caso de os espanhóis irem às reduções procurar minas de prata, deveriam ser levados por caminhos escabrosos até desistirem; evoca, ainda, que apenas os padres, e não os índios, podiam comerciar os produtos das missões.

Os jesuítas, contudo, defenderam-se de tais acusações nas cartas que enviaram aos agentes de sua coroa na América e na Espanha ³⁶⁰. Parece-nos, todavia, que, ainda hoje, muitos historiadores insistem em não dar conhecimento desse conjunto de fontes. É com base nessa documentação que fundamentamos nossas críticas aos historiadores e às interpretações tendenciosas que fazem.

Com objetivo de procurarmos uma posição mais esclarecida e menos tendenciosa sobre este tema de os jesuítas sonegarem informações, faz-se necessário entender como ditas informações circulavam entre Madrid, Roma e os mais recônditos lugares ocupados pelos soldados de Jesus nas Índias Ocidentais de Castela. Antes, é preciso considerar a hierarquia do governo e da administração da monarquia espanhola para suas Índias.

Era dever dos jesuítas responsáveis pelas distintas reduções notificar ao seu superior qualquer novidade que ali surgisse. Por sua vez, os respectivos superiores das missões reportavam a seu provincial, ao governador e à Audiência de Charcas. Caberia ao provincial informar ao seu Geral, ao vice-rei do Peru e à Audiência de Charcas. Dirigir-se diretamente ao Conselho de Índias ou a um Secretário de Estado e ao rei cabia apenas ao vice-rei e à Audiência de Charcas. Eventualmente, os governadores das províncias quebravam o protocolo, mas não cremos que os disciplinados jesuítas assim procedessem.

O trâmite das correspondências levava meses. Todavia, dependendo dos interesses, do “jogo de empurra” entre as instâncias de poder e das vaidades dos agentes da coroa, poderiam se passar anos até que as autoridades na Espanha fossem notificadas de fatos denunciados por quem quer que fosse ³⁶¹.

360 “Carta del superior de la misiones de jesuíticas de Chiquitos al gobernador de Santa Cruz de la Sierra d. Antonio Francisco de Argamosa Zevallos, San Xavier en 12 de diciembre de 1738”, A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 302; e A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 207. Ver também: “Carta del Padre Esteban Polozzi, superior de las misiones de Chiquitos, al gobernador y capitán general don Rafael de la Moneda, San Rafael de Chiquitos y enero 8 de 1744”, A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 384.

361 Sobre o trâmite e hierarquia das correspondências trocadas entre os governantes civis e religiosos nas Índias de Castela ver: João Antonio Botelho Lucidio, “A Fronteira Ocidental do Brasil Setecentista nas Fontes do Archivo de Índias, Sevilha”, in Diva do Couto Gontijo Muniz e Ernesto Cerveira de Sena (orgs.), *Nação, civilização e história: leituras sertanejas*, Goiânia, Ed. da PUC Goiás, 2011, pp. 159 a 172.

Ao verificarmos a correspondência dos jesuítas de Chiquitos entre os anos de 1717 e 1740, localizamos apenas seis momentos de aproximação desses com luso-brasileiros, quais sejam: 1717, no rio Paraguai; 1723, na redução de Exaltación; 1728, também na redução de Exaltación; 1733, próximo à redução San Rafael de los Chiquitos; 1738, entre o rio Paraguai e Jauru; e 1740, novamente em San Rafael ³⁶².

Vale ressaltar que de todas as vezes que se avistaram, há contraprova na documentação portuguesa. A grande novidade desse período é que os contatos foram pacíficos, ao contrário do que ocorrera no século XVII. À exceção de 1717 e 1733, os demais encontros foram notificados com riqueza de detalhes aos agentes da coroa de Espanha na América, uma vez que a documentação referida encontra-se depositadas no Archivo de Índias em Sevilha.

Para o caso específico dos jesuítas que trafegaram pela bacia do alto Paraguai e na missão de Chiquitos, sobre os quais pesam acusações diretas, as informações que constam das fontes apontam para um afastamento paulatino daquele rio Paraguai, local onde se poderiam esbarrar com os sertanistas do Cuiabá. Nas saídas anuais que os padres faziam para a catequese de índios infiéis, preferiam tomar outro rumo, como bem fundamentou Roberto Tomichá em seus estudos ³⁶³.

Dada a posição geográfica da missão, ligavam-se mais a Santa Cruz de la Sierra que a Assunção. Suspeitamos que evitassem trafegar pelo rio Paraguai exatamente por saberem do perigo de se encontrar com os Payaguás e os *mamalucos de San Pablo*. Há que lembrar ainda que, desde 1717, a Audiência de Charcas os havia proibido de navegar naquele rio e os obrigara a fechar a rota fluvial que acabara de se abrir e que ligava Chiquitos a Assunção e às reduções do Paraná.

Ao analisarmos os argumentos evocados por Jaime Cortesão sobre a resistência dos jesuítas em relação à presença de europeus ou *criollos* em suas reduções, verificamos que esta era uma prática em todas as missões, inclusive nas dos jesuítas portugueses. O mesmo se aplica à alusão de que centralizavam e impediam os índios de comercializar seus produtos. Não percebemos uma relação direta entre as hipóteses defendidas por Cortesão e a possível falta de informação dos jesuítas sobre os descobertos de ouro do Cuiabá.

Não conseguimos localizar nas fontes elementos que dêem solidez a essas assertivas. A favor dos jesuítas de Chiquitos pesa o fato de que os moradores de Santa Cruz, ao adentrarem em território da missão, sempre o fizeram com o intuito de cativar índios e não necessariamente de defender ou patrulhar terras para sua coroa.

362 Depois de 1740, os contatos entre jesuítas e luso-brasileiros tornaram-se corriqueiros, mas aí já no rio Guaporé e num contexto distinto e que voltará a ser abordado no capítulo 6.

363 Roberto Tomichá Charupá, *La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos, en Bolivia (1691-1767)*, cit.

Portanto, considerando que os *cruceños* punham em risco seus trabalhos de catequese, é compreensível que os jesuítas não os quisessem próximos de *seus indios*.

É sabido que foi sempre difícil a convivência entre os padres da Companhia e uma parcela significativa dos colonos das províncias do Paraguai e de Santa Cruz de la Sierra. Em jogo estavam: a exploração dos ervais; as disputas por mercado de gado *vacum* e cavalos, couros e bens de subsistência; mão de obra indígena; pagamento e isenções de impostos sobre os indígenas, etc.

É bom que se tenha claro que não havia ilegalidades nas ações dos jesuítas. O que os colonos reclamavam era que, em relação ao uso da mão de obra indígena, a coroa de Espanha havia-lhes conferido maiores privilégios. Só nas missões do Paraná e Uruguai, a Companhia controlava mais de 120 mil almas, na de Chiquitos mais de 12 mil e a de Mojos chegou a abrigar mais de 35 mil. Ter poder sobre tão vasto contingente de trabalhadores barateava os custos de produção e tornava os produtos dos colonos pouco competitivos se comparados aos dos jesuítas. Foi isto que gerou uma grave crise econômica e os ódios direcionados aos soldados de Jesus.

Ao longo do tempo, os padres foram acusados pelos colonos de práticas como: ocultação de tributos dos índios; não admitir trato comercial de hispano-americanos com os índios reduzidos, o que lhes permitiriam tornarem-se mais civilizados; fazer comércio e a preços abaixo de mercado; desrespeitar as ordens emanadas da coroa e querer constituir-se como unidades políticas independentes; fabricar armas e extrair secretamente ouro; e de serem sempre potenciais aliados dos portugueses do Brasil, daí quererem os hispânicos longe das missões.

De todas as acusações, os jesuítas sempre se safaram, ainda que não das humilhações e vexações a que foram expostos muitas e muitas vezes. Todavia, não se comprovaram atos de desobediências para com a coroa de Espanha, nem tampouco alianças com súditos da coroa de Portugal.

Ao pontuarmos as dissensões entre jesuítas e colonos, queremos chamar a atenção para o fato de que a luta política travada entre ambas as forças interferiu na imagem que os segundos construíram e veicularam sobre os primeiros. Um documento bastante usado para comprovar a culpa dos jesuítas em não notificar a presença luso-brasileira na bacia do rio Paraguai é uma carta do governador Argamosa Ceballos (1739). É preciso que estejamos atentos para o fato de que se é verdade que o governador de Santa Cruz de la Sierra se dirigiu ao superior de Chiquitos de forma bastante dura e acusatória, também pode ser que ele estivesse se eximindo de vir a ser apontado como negligente por sua coroa.

De igual forma, é também possível que o fato de o padre superior ter sido tão minucioso em sua resposta reflita o medo das acusações a que os jesuítas eram

frequentemente expostos e denunciados pelos colonos³⁶⁴. Não foram poucos os momentos de tensão, e alguns dos governadores do Paraguai e, até mesmo um bispo, colocaram-se a favor dos *assunceños* descontentes e várias vezes expulsaram os jesuítas de Assunção.

Não podemos também crer nos discursos de vitimados, criados pelos jesuítas e por seus porta-vozes. A força política da Companhia de Jesus nos parece que se originava de instâncias políticas mais distantes e poderosas, já que muitos deles ocuparam lugares de destaque na corte espanhola e alguns chegaram a confessores de reis e rainhas. Mantinham seus procuradores em Espanha que, devidamente instruídos, formulavam suas petições diretamente ao Conselho de Índias e/ou aos Secretários de Estado. Acompanhavam os trâmites das solicitações de seus irmãos em América e, quando solicitados, ofereciam as explicativas a quem de direito, conseguindo celeridade na aprovação de seus pleitos.

Na América, a força dos jesuítas revelava-se não só na capacidade que tinham de se aproximar de vice-reis, presidentes e ouvidores da Audiência de Charcas, como também de governadores e homens ricos. Por exemplo, nas conquistas platinas, os soldados de Jesus ofereceram mais que conforto espiritual na catequese indígena. Desde 1640, mediante autorização real, possuíam uma milícia que, por dezenas de vezes, esteve a serviço dos agentes da sua monarquia, seja assegurando a manutenção da ordem nas províncias, seja no combate aos índios infieis ou, ainda, na defesa da cidade de Buenos Aires, contra invasões externas. Foram também usados nos vários cercos à Colônia de Sacramento³⁶⁵. Contra as assertivas de que

364 “Carta do governador de Santa Cruz de la Sierra (Dom Francisco Antonio de Argamosa Zevallos) ao rei em que informava sobre a presença dos portugueses em território de sua jurisdição”. Acompanha cópia de três cartas. 1 – “Cópia da carta de dom Francisco Antonio de Argamosa Zevallos – datada de 8 de enero de 1739”; 2 – “Copia da carta que dom Francisco Antonio de Argamosa Zevallos RECEBEU de Buenos Aires com as informações prestadas pelo português Manoel Martinez” – que por cinco anos fora prisioneiro dos Paiaguas e depois foi comprado aos ditos índios; 3 – “Cópia da carta que dom Francisco Antonio de Argamosa Zevallos ESCRVEU ao R.P. Superior das Missões de Chiquitos “pidiendo y exortandole me diese las [noticias] que tubiese de dicha Población de Cuyaba, respecto de considerarla en aquellas zercanias”; 4 – “Cópia da carta RECEBIDA por Francisco Antonio de Argamosa Zevallos e ENVIADA pelo Superior da Missões de Chiquitos Agustin de Castañares, San Lorenzo de la Barranca, 8 de Diciembre, 1739”, declarando ser cierta la Poblacion de Cuyaba, y otras de que estan vista, y reconozidas algunas de ellas. Esta resposta é muito extensa e o padre Superior tenta, de todas as formas, justificar que os jesuítas não escondiam informações e que eles sabiam apenas o mesmo que os governadores e moradores de Assunção. Ele historia todas as entradas que os jesuítas fizeram ao longo das três primeiras décadas do século XVIII no vale do rio Paraguai e quer provar como não viram ali portugueses. Ambas em, A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo, 302.

365 Uma abordagem inicial sobre essas milícias é feita por Mercedes Avellaneda y Lía Quarleri, “Las milicias guaraníes en el Paraguay y el Rio de la Plata: alcances y limitaciones (1649-1756)”, in, *Estudios Iberoamericanos*, PUC/RS, volume XXXIII, n.1, Junho de 2007, pp. 109-136. Um importante registro que revela o quanto os jesuítas tinham consciência do poder de suas milícias e de como eles conseguiam benesses através delas encontra-se no “Memorial del P. Francisco Burgés, Procurador general de la provincia del Paraguay, presentado al Rey y á su Real y Supremo Consejo de las Indias, se refieren, justificados por los autos ó informes, sumariamente, los especiales servicios hechos por los indios guaraníes a S. M. en los gobiernos de Buenos Aires y Paraguay”, apud Pablo Pastells, *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay...*, Tomo VI, cit., pp. 473-481.

os jesuítas jogavam apenas em favor próprio e em detrimento dos interesses de sua coroa, pesa o fato de que, em todos os episódios em que se envolveram, suas milícias defendiam a reposição da legalidade, portanto a favor de seu rei.

É chegado o ponto de apresentar a perspectiva que defendemos para discutir a ausência de hispano-americanos na bacia do alto Paraguai. Entendemos necessário incluir, entre as explicativas correntes, o papel desempenhado pela forte presença indígena e a limitada força militar dos moradores de Assunção. Parte desta argumentação remonta à década de 1970, e fomos encontrá-la nos escritos de Uacury Ribeiro de Assis Bastos.

Ao investigarmos as ações desenroladas na bacia do alto Paraguai, na primeira metade do século XVIII, não cremos que os portugueses tenham sido mais hábeis que os espanhóis. Efetivamente aquele espaço foi local de resistência indígena, desde o século XVI, e só começou a ser reconfigurado pró-colonização europeia depois de 1760/70. A presença de luso-brasileiros só se tornou ali mais efetiva após 1790, quando a coroa portuguesa conseguiu um acordo de paz com alguns grupos Guaykurus ³⁶⁶.

A defesa de que os paulistas, ou, na melhor das hipóteses, os luso-brasileiros, tinham sido mais hábeis que os espanhóis na conquista de boa parte do rio Paraguai remonta ao século XIX e aos que cultuavam a ideia de que o Brasil teria uma dívida com São Paulo por terem sido os bandeirantes a conquistar aqueles vastos sertões. Uacury Bastos quer se afastar dessas interpretações que, *ressaltam os aspectos épicos da expansão territorial*. Contudo, não consegue se desvencilhar de sua brasilidade. Seu trabalho tem o mérito de procurar entender a ocupação do vale do rio Paraguai, tanto da perspectiva espanhola, quanto da portuguesa. Mais que tudo ele quer dar maior relevo à presença indígena e chega mesmo a afirmar que, no século XVII, “o estabelecimento dos mbaiás em Itatins acarretou a formação de uma segunda fronteira indígena a bloquear a expansão assuceña em direção ao norte, ocasionando um recuo da colonização” ³⁶⁷.

Os argumentos que escolheu não o afastam muito das teses que quer combater. Por exemplo, ao discordar de Taunay que atribui a posse do território às ações de Pascoal Moreira Cabral e de seu campo entrincheirado no rio Mbotetey, Uacury Bastos desloca a explicativa sobre a mesma posse para a presença Mbayá no espaço.

³⁶⁶ É preciso não esquecer de que os súditos da coroa de Espanha já vinham aumentando a pressão sobre vários outros grupos Guaykurus e ampliando suas conquistas ao norte de Assunção desde 1760. Sobre este tema ver: Branislava Susnik, *Los aborígenes del Paraguay*, tomo I, Etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI a XVIII), Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, Asunción, 1978.

³⁶⁷ Uacury Ribeiro de Assis Bastos, “A Terra Mbaianica”, in *Expansão territorial do Brasil no vale do Paraguai*, cit., pp. 124 a 135.

Importa fazer algumas considerações sobre as teses que ele defende. Antes de tudo, os “mbaiás não eram uma segunda fronteira”, mas a primeira fronteira dos *asunceños* tanto no tempo, como no espaço. O autor esquece ainda a existência dos demais povos indígenas. Minimiza os ataques que os Payaguás, e não os Mbayá/Guaykurus travaram contra os luso-brasileiros. Dá pouca importância às ações dos hispano-paraguaios na região depois de 1740, em especial a aliança parcial com os Payaguás. Finalmente, informa que o sucesso dos portugueses se explicaria pelo emprego do escravo negro nas minas de ouro o que teria permitido relações mais brandas desses com os índios. Ou seja, teria sido a habilidade de cooptar o índio e ter dado um melhor tratamento aos mesmos que garantiu aos luso-brasileiros a posse do território. Ao assim proceder, ele esvaziou o sentido da resistência e as distintas estratégias de luta dos vários povos indígenas que, por mais de dois séculos, rechaçaram primeiro os súditos espanhóis e, no século XVIII, também às investidas dos conquistadores do Cuiabá.

Tal como outros autores, Bastos defende a idéia que os luso-brasileiros tiveram vantagem sobre os hispano-paraguaios na ocupação do vale do rio Paraguai desde a foz do rio Apa até a boca do Taquari. Mas, na nossa opinião, também se equivoca. Antes de tudo há que lembrar que os espaços percorridos por Payaguás e Guaykurus, para mencionar os dois povos mais referidos, era maior que o acima indicado. Em segundo lugar estabelecer o rio Apa como limite da territorialidade Guaykuru é, no mínimo, a confundir com as fronteiras nacionais entre o Paraguai e o Brasil. Do nosso ponto de vista, insistimos, foi a presença indígena o impeditivo para que aquele espaço não fosse conquistado pelos súditos das coroas ibéricas por quase cem anos. Também não havia ali atrativos econômicos (riquezas minerais) que aguçassem a cobiça tanto dos colonos de origem portuguesa, quanto espanhola.

Para o caso dos moradores da província do Paraguai não nos parece que houvesse disponibilidade financeira, nem contingentes humanos para pensar a ocupação das terras ao norte de Assunção. Os poucos recursos existentes estavam concentrados em assegurar a produção de erva-mate e a pecuária bovina e cavalar, bem como em manter as vias de escoamento da mesma produção.

Como já foi dito, no capítulo 2, a luta dos *asunceños* contra os povos do Chaco foi longa e dispendiosa. Desde 1640 e até o fim dos seiscentos, ocorreu um refluxo na ocupação de várias áreas. Ao norte, destacamos a missão de Itatins, e os *pueblos* de Atirá, Ypané e Guarambaré – aquela por invasões Guaykurus e esses pelos bandeirantes. Isso ocasionou o abandono dos ervais entre os rios Monduvirá e Jejui. No sul, muitas propriedades e *pueblos* de índios encomendados, foram abandonados devido às ações, ora conjuntas, ora isoladas, de povos como Lengua, Tobas, Payaguás e Frentones. Esse conjunto de investidas indígenas levou a uma concentração da população do Paraguai ao sul de Assunção e ao longo dos fortes ou

castillos sobre o rio e nas proximidades das reduções jesuíticas.

Para entendermos os limites de ação das forças militares existentes no Paraguai, é preciso destacar que essas eram compostas e mantidas quase que exclusivamente pelos *vecinos*. Entre suas obrigações, constava prestar serviço militar, organizar e armar, em situações de conflitos, os índios e demais moradores pobres, além de zelar, com recursos próprios, pela defesa das cidades, fazendas, *pueblos* de índios e do abastecimento e manutenção dos fortes ou *castillos*. Em troca recebiam o direito de encomendar índios e um conjunto de outras benesses concedidas por sua coroa. Todavia, se não cumprissem suas obrigações de preservar as conquistas podiam sofrer sansões. Ao menos assim rezavam as leis e as práticas consuetudinárias desde a segunda metade dos seiscentos ³⁶⁸.

Considerando que as guerras de conquista das chamadas *nações* do Chaco eram uma constante e que, ao longo de dois séculos, os colonos hispano-paraguaios tiveram que lutar em diversas frentes e com distintas *nações*, eram eles muito exigidos em suas tarefas de preservar a fronteira contra os ditos *infieis*.

Ao que as fontes indicam, na primeira metade dos setecentos, os colonos de Assunção e dos demais *pueblos* do Paraguai mal conseguiam se defender dos ataques indígenas. Desse modo, parece-nos que notificar a sua coroa sobre a presença de portugueses extraindo ouro no rio Cuiabá, poderia significar abrir uma nova frente de combate, onerando-os ainda mais. Conforme foi também demonstrado no capítulo 3, a ocupação e a luta pela manutenção daquele espaço por vários povos indígenas foram muito intensas. Ao longo do século XVIII, apesar da presença esporádica de jesuítas e luso-brasileiros, que apenas trafegavam pelo rio Paraguai, a pertinácia de Payaguás e Guaykurus conseguiu evitar a sua ocupação efetiva por não-índios.

Ao procurarmos responder a uma indagação aparentemente simples, qual seja a demora da corte espanhola em se pronunciar sobre a ocupação luso-brasileira do vale do Cuiabá, acabamos enveredando por diversas discussões. Isso ocorreu porque discordamos das explicativas apresentadas por aqueles historiadores que, invariavelmente, associam as conquistas do Cuiabá com as demonstrações de crises econômicas e político-sociais vivenciadas pelos hispano-paraguaios, ou com a má fé dos jesuítas, nomeadamente os da missão de Chiquitos. Suas leituras são eurocêntricas e não conseguem perceber as estratégias levadas a cabo pelos distintos povos indígenas que, mesmo contra as suas vontades, participaram daquelas conquistas.

Já demonstramos como as autoridades constituídas, os jesuítas e os colonos da província do Paraguai evitaram notificar a coroa de Espanha sobre os descobertos

368 Para uma acurada reflexão sobre as distintas formas de organização das forças de defesa das conquistas hispânicas na América ver: Juan Fernández Marchena, *Ejército y Milicias en el Mundo Colonial Americano*, Editorial MAPFRE, Madrid, 1992.

de ouro do Cuiabá. Se for verdade que, até 1737, a monarquia hispânica interessava-se mais pelas questões atinentes ao rio da Prata e menos pelo interior do continente, há indícios de que isso começava a mudar. Ainda nas primeiras décadas do século XVIII, é evidente uma maior preocupação com aquele espaço, ao constataremos que Montevideu foi fundada em 1724 e a Colônia de Sacramento foi ocupada por duas vezes entre 1703/15 e 1735/37.

Haveria alguma relação entre a devolução de Sacramento, em 1737, e um súbito interesse da coroa espanhola pelos avanços portugueses nos rios Cuiabá e Guaporé? Ou seja, a Espanha resolvera patrulhar e estender uma soberania efetiva por domínios que acreditava seus na nebulosa fronteira com os portugueses em todo o sul das Índias Ocidentais de Castela? A esta altura da pesquisa, não sabemos responder a questão de forma cabal. Mas é certo que a fronteira ocidental do Brasil e oriental do vice-reinado do Peru passariam, em breve, a fazer parte das negociações entre as coroas ibéricas na Europa.

Mas, como em tudo há mais de uma versão, vejamos como tais acontecimentos podem ser lidos da perspectiva da coroa portuguesa. De saída, uma constatação. Desde 1717, as instâncias governativas daquela monarquia, seja na América, seja em Portugal, foram cientes dos descobertos de ouro no rio Cuiabá e dispuseram-se traçar estratégias para assegurar sua posse e ocupação. Primeiro, deveriam proceder ao reconhecimento daqueles sertões e verificarem a que distância ficava dos espanhóis e evitar contatos; e depois, aos poucos, transpor para ali seu complexo aparato de governo e administração.

Lisboa: uma corte bem informada por súditos com *El Rey na barriga*

Retomemos a narrativa sobre os descobertos do Cuiabá que nos oferece o ouvidor da cidade de São Paulo, depois membro do Conselho Ultramarino, Rafael Pires Pardini. Segundo consta, em dezembro de 1717, ao chegarem as notícias em Povoado (São Paulo) sobre *hum descobrimento no Certão que davão esperanças de grandezas de ouro*, ele tratou de informar não só o rei, mas o governador da capitania (o conde de Assumar) tão alvissareira nova. Entretanto, havia preocupações por terem os sertanistas também se encontrado com padres da Companhia de Jesus das Índias de Castela. A notificação do governador, transmitindo o que lhe relatara o ouvidor, só chegaria ao Conselho Ultramarino em 3 de abril de 1719. Por sua vez, o Conselho analisou a matéria, despachou carta orientando-o e fez subir seu Parecer ao rei já a 31 de outubro do mesmo ano.

Enquanto corriam tais trâmites na corte, na capitania de São Paulo e Minas do Ouro, as autoridades locais tomavam as providências que entenderam necessárias e urgentes. O governador D. Pedro de Almeida, uma vez notificado pelo ouvidor, entre as

mais preocupações que demonstrou sobre a matéria, fazia constar que tais descobertos estavam muito próximos dos castelhanos. Ciente que as relações entre as coroas ibéricas estavam abaladas pela guerra de Sucessão em Espanha e pelo recente tratado de Utrecht, temeu que a novidade pudesse trazer desassossego a seu reino e...

...ponderando elle a gravidade deste negocio e o que delle podia rezultar ordenara logo ao dito ouvidor que mandace com toda brevidade alguma pessoa de grande satisfação a fazer retirar os ditos Certanistas daquella paragem sob pena rigoroso e de confiscação de benz aquelles que nella se detivecem, e de serem reputados como dezobedientes,...³⁶⁹

Entretanto, bem sabia ele, sua coroa não poderia abrir mão de minas de ouro. Desta feita, na sequência de sua carta, considerava que era necessário ter informações exatas sobre tais povoações castelhanas. Constatando-se que não fosse cidade populosa, seria oportuno mandar continuar os novos descobertos auríferos, mesmo porque ele acreditava (e supomos que, por conveniência, e não por convicção) que aqueles domínios pertenciam ao reino de Portugal.

Ao fim e ao cabo, todas as preocupações do governador chegaram tarde ao seu destino, pois em outra carta, datada de 3 de março de 1719, o ouvidor lhe informava e explicava que não mandara retirar os sertanistas dos ditos descobertos de ouro. Justificava sua decisão com os seguintes argumentos: primeiro, os sertanistas já haviam plantado ali suas roças, o que indicava que tinham como se autoabastecer, e isso o impedia de controlá-los; segundo, a dificuldade em exercer vigilância sobre o que se passava e quem ia ao sertão, percebe-se no fato de o ouvidor admitir que muitos homens partiam sem seu conhecimento; finalmente, como que, para se eximir da sua falta de autoridade sobre os colonos, ele mostrava-se tranquilo porque, de acordo com os novos informes chegados do sertão, “a gente castelhana que se encontrara não era de Cidade, ou villa... mas si de huma nova Aldeya que os Padres da Companhia tinham cituado havia poucos annos em hum citio chamado Lagoa grande”.

Parece-nos que o fato dos castelhanos contatados pelos sertanistas serem jesuítas significava para eles a possibilidade de um início de conquistas sem enfrentamentos armados com os súditos de Espanha. Revelavam-se nessa preocupação fortes indícios de que se sabiam usurpando territórios da coroa de Castela, ainda que dissessem que aqueles sertões eram patrulhados pelos paulistas havia muitos anos.

369 “Sobre a conta que deo o Conde de Assumar Dom Pedro de Almeida da que taõ bem lhe dera o ouvidor geral de S. Paulo do descubrimento de ouro que fizeraõ os Certanistas em hum Citio muy perto do de Paraguay e taõ vezinho donde asistem os Castelhanos que tiveraõ á falla com elles os ditos Certanistas. Lisboa, 31 de Outubro de 1719”, in A.H.U., *Conselho Ultramarino*, cód. 233, fs. 167v e 168.

Mas, voltemos aos trâmites burocráticos em Lisboa. Havíamos parado no ponto em que o Conselho Ultramarino relatou o caso ao rei e emitiu o seu parecer sobre o assunto em 31 de outubro de 1719. O monarca, por sua vez, só se pronunciaria em 24 de janeiro de 1720. No despacho respondia a dois pleitos. Autorizava separarem-se os governos de São Paulo do das Minas do Ouro e resolvia ainda, “pelo que pertence as novas minas, devesse no districto dellas fazer huma povoação para que estabellecida ella se possa embarassar aos Castelhanos ocupar aquellle districto”. Por aquele tempo, as novas minas a que o rei se referia eram então chamadas do Coxipó e ali a vida transcorria já com alguma organização política, como mostramos no capítulo terceiro.

O rei tomava uma importante decisão sobre as demandas abertas pelo ouvidor Pires Pardinho em dezembro de 1717, e isso em pouco mais de dois anos. Dada a gravidade e as ponderações que o assunto exigia, pode-se dizer que foi tratado com extrema celeridade. A decisão real, mesmo sabendo dos riscos que corria frente à Espanha, assumia, oficialmente, como suas as conquistas do Cuiabá.

A tomada da posição do monarca acima descrita ocorreu numa conjuntura política que requeria extremo cuidado. Os dois reinos ibéricos vinham de uma guerra que se arrastara desde 1703 até a assinatura do Tratado de Utrecht, em 1715, e que se refletiu nas conquistas americanas com a tomada da Colônia de Sacramento pelos espanhóis (1704/15).

O ouro descoberto estava em terras, cuja posse a coroa portuguesa entendia como indefinida, mas com fortes indícios de que pertenceriam à Espanha. Havia a dificuldade em controlar os sertanistas que, desde 1680, adotaram a prática de subir até ao alto curso do rio Paraguai para cativar índios não só nas matas, mas também os reduzidos em Chiquitos.

No âmbito do espaço colonial, a coroa vivenciara intensas disputas pelo controle econômico e político das Minas do Ouro, cujos episódios mais evidentes se materializaram na Guerra dos Emboabas³⁷⁰. Considerando que muitos dos homens que se trasladaram para o Cuiabá foram partícipes dos acontecimentos nas Minas do Ouro e dada a proximidade castelhana dos novos descobertos, a coroa devia agir com algumas precauções, evitando conflitos na divisão e administração dos poderes, bem como dos terrenos auríferos.

370 Sobre as dificuldades que a monarquia portuguesa enfrentou no âmbito do espaço colonial brasileiro naquela primeira metade do século XVIII, ver entre outros: Maria Verônica Campos, “Goiás na década de 1730: pioneiros, elites locais, motins e fronteira” In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia do Amaral Ferlini, *Modos de Governar: Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*, São Paulo: Alameda, 2005; Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, “O Império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português, séculos XVII e XVIII.” In: Júnia Ferreira Furtado, *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

De certa forma, o Cuiabá, era um dos espaços mais instáveis das conquistas portuguesas na América e isso requereu da monarquia uma presença mais efetiva ou visível junto daqueles súditos.

Em face da conjuntura europeia, a coroa portuguesa pregava como estratégia para as conquistas do Cuiabá que, frente aos hispânicos, devia-se manter segredo da existência das minas de ouro ou, caso estas fossem descobertas, atalhar o confronto. Isso requereria mudanças de comportamento dos homens que haviam encontrado as minas. Antes, quando apenas apresavam índios, não temos registros de que evitassem os vizinhos. Agora, esses encontros eram desaconselháveis, pois podiam despertar cobiças.

Como fazer com que homens com práticas tão autônomas de vivências no sertão adotassem posturas de obediência às ordens da coroa? Se até então os sertanistas caçavam índios junto às missões de Chiquitos e sustentavam-se desta prática, como dissuadi-los a afastarem-se dos castelhanos? São muitas as possibilidades a ponderar. Antes de mais nada os trabalhos na mineração requeriam muita mão de obra, e os preços das peças de negros da terra, provavelmente, subiriam. Ou talvez, naquela altura, a exploração aurífera se mostrasse mais rentável e menos arriscada que cativar índios nos sertões?

Outro dado a ser considerado é que ir até a missão de Chiquitos tornou-se empresa arriscada desde 1696, quando os paulistas foram derrotados por uma força de soldados de Santa Cruz de la Sierra, constituída por índios e jesuítas. É certo, contudo, que a coroa jamais conseguiria vigiar os colonos e, menos ainda, impedi-los de trafegar pelo sertão. Todavia, se é verdade que os paulistas tinham uma propensão para agir de mote próprio e em defesa de seus empenhos e negócios, não consta que fossem destituídos da capacidade de entender o momento político em que viviam. Em tal conjuntura, parece-nos que os interesses dos paulistas convergiam com os da monarquia portuguesa. Assim, apesar das reduções de Chiquitos se apresentarem como áreas de concentração de indígenas, foram evitadas.

Sobre as mudanças de comportamento dos paulistas nos anos iniciais do século XVIII, há distintas explicações. Segundo o entendimento de Laura de Mello e Souza, a historiografia produzida a partir de membros destacados de sua elite atribuiu as alterações comportamentais dos sertanistas às ações de violência desencadeadas pela administração de Rodrigo César de Menezes. Para a historiadora supracitada, entretanto, aquele governante apenas implantou na capitania as engrenagens do aparato de governo, “desmontando com a paciência e a habilidade possíveis os arranjos locais entre poderosos havia muito habituados à soltura”³⁷¹.

371 Laura de Mello e Souza, “Morrer em colônias: Rodrigo César de Menezes, entre o mar e o sertão”, in *O Sol e a Sombra...* cit., pp. 284 a 286.

Não temos como mensurar até que ponto a mão disciplinadora do capitão general alcançaria as *solturas* dos homens radicados nas lonjuras dos sertões do Paraguai, mesmo porque, parece-nos que a conduta, em relação a deixar de aprisionar índios, que estariam supostamente em terras das Índias de Castela, seria anterior à chegada do governador Rodrigo César de Menezes.

As fontes, tanto jesuíticas como portuguesas, apontam para o afastamento dos sertanistas de São Paulo da margem ocidental do rio Paraguai desde 1718. Se for verdade que os padres de Chiquitos evitavam dar notícias às suas autoridades civis, não cremos que se arvorassem a desobedecer à hierarquia da Ordem. Ou seja, saberíamos da presença de portugueses naqueles sertões pela correspondência interna da Companhia de Jesus. Ora, as cartas ânuas que conhecemos para o período apontam uma ausência de confrontos, entre índios e sertanistas naquele espaço. Os agentes da coroa espanhola também deixam entrever o afastamento dos sertanistas cativando índios em seus domínios.

Quando o governador de Santa Cruz de la Sierra acusava os jesuítas de sonegar informações, esclarecia que a última penetração de que se tinha notícia de paulistas nas missões datava do ano de 1696. Como ele escrevia no ano de 1738, tal episódio ocorrera há 42 anos passados. Reforçando essa ausência, o padre Augustin Castañares, ao contestar as acusações do governador, dizia, “y como en casi 22 años que ha que estoy en estas Misiones no se hayan dichos portugueses acercado a ellas de ahí es que mis antecesores no han dado parte a V.S.”³⁷².

Assim, por fontes distintas, sabemos que houve um arrefecimento das pressões dos sertanistas paulistas sobre os índios da margem ocidental do rio Paraguai. Entretanto, isso não significou que pararam de cativar índios. O que defendemos é que os paulistas tinham consciência de que exploravam ouro em terras de Castela, e deixar de cativar índios reduzidos em Chiquitos pode ter sido uma estratégia para evitar confrontos diretos com os hispano-americanos.

É certo que, uma vez iniciada a ocupação das minas do Cuiabá, os agentes da coroa portuguesa não descuidaram em tentar impedir encontros dos colonos *luso-brasileiros* com os *hispanocriollos*. Orientado por sua coroa e inteirado das questões políticas entre os reinos ibéricos, o governador Rodrigo César de Menezes tomou, tão logo que chegou a São Paulo, um conjunto de medidas, das quais muitas diziam respeito ao controle de passo para o Cuiabá.

Quanto à presença dos vizinhos hispânicos, sua preocupação era patente. Em várias das cartas que escreveu a seu irmão, o vice-rei do Brasil, Vasco

372 “Carta del superior de la misiones de jesuíticas de Chiquitos al gobernador de Santa Cruz de la Sierra D. Antonio Francisco de Argamosa Zevallos, San Xavier en 12 de diciembre de 1738”, in A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 302; e A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 207.

Fernandes César de Menezes, percebe-se como ele, a todo o custo, queria evitar que os castelhanos soubessem das minas do Cuiabá. É fato também que ele discutia tal tema através de correspondência com o Conselho Ultramarino e com os governadores do Rio de Janeiro e da Colônia de Sacramento, o que denota que havia preocupação de conjunto dos agentes da coroa portuguesa em atalhar confrontos nas *fronteiras* e ao mesmo tempo indica que todos sabiam que estavam usurpando territórios de Castela na América³⁷³.

No âmbito das medidas que visavam ainda impedir o contato e denotavam preocupação com os vizinhos hispânicos, Rodrigo César de Menezes escreveu, em 1721, a Pascoal Moreira Cabral, regente dos descobertos do Cuiabá, solicitando esclarecimentos sobre “se os castelhanos ou gentios intentaram embaraçar a diligência, advertindo a v.m. se não deve de fazer hostilidade alguma aos castelhanos que como temos com esta Nação hoje paz, devemos conservar com eles boas amizades, porque assim o ordena Sua Majestade”. Determinou, através de bando, a proibição de abertura de qualquer caminho novo para as ditas minas e, também, que os sertanistas não fossem abater gado *vacum* ou mesmo trafegassem pelos campos da Vacaria ³⁷⁴.

Segundo afirmava em outra carta a seu irmão, teria convocado os sertanistas mais práticos dos sertões para indagar sobre “a distancia em q’ ficam as novas Minas do Cuyabá, a primeyra povoação dos Castelhanos”. A resposta foi que distariam cerca de três meses de viagem. Na sequência da narrativa, percebem-se sentimentos de alívio e orgulho.

O alívio seria em decorrência da distância e por acreditar ser dificultoso o caminho – parece que os portugueses sabiam que os espanhóis evitavam navegar pelo rio Paraguai acima. Quanto ao orgulho, aparece expresso no comentário de que aos castelhanos “basta ouvir o nome de Paulistas, a quem elles intetulaó por feras, p^a naó intentarem nenhum projecto e a experiencia bem têm mostrado foraó estes sempre o seu fragello” ³⁷⁵.

373 “Registro de outra Carta para o dito S^r. Sam Paulo, 2 de Mayo de 1722”, in APEMT, Manuscrito, Livro C – 02. Este documento foi publicado em Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, São Paulo: Tipografia Aurora/Arquivo do Estado de São Paulo, 1895, Vol. XX, p. 26.

374 “Carta a Pascoal Moreira Cabral escrita pelo governador da capitania de São Paulo Rodrigo César de Menezes, São Paulo, 04 de Outubro de 1721”, in: Documentos Interessantes para a História de São Paulo, São Paulo: Tipografia Aurora/Arquivo do Estado de São Paulo, 1895, Vol. XX, pp. 6/7.; e “Registro de um Bando para ninguém abrir caminho novo para as Minas do Cuiabá nem ir a Vacaria, São Paulo, 27 de Março de 1722”, in: Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, São Paulo, Tipografia Aurora/Arquivo do Estado de São Paulo, 1895, Vol. XII, pp., 26/27.

375 “Registro de outra Carta para o dito S^r. Sam Paulo, 2 de Mayo de 1722”, in APEMT, Manuscrito, Livro C – 02.

Na sua avaliação, dada a fama negativa dos paulistas, as minas do Cuiabá estariam protegidas dos avanços espanhóis³⁷⁶. Mas o perigo não estaria apenas nos civis de origem hispânica. Em outra carta que escreveu aos homens principais das minas do Cuiabá, o governador também alertava para os cuidados que se deveria ter com religiosos e estrangeiros e também com índios. Para combatê-los, havia já expedido quatro bandeiras.

As fontes consultadas nos permitem afirmar que, entre 1720 e 1740, pouco mais ou menos, tanto os agentes da coroa portuguesa, como os colonos das minas do Cuiabá evitaram maiores aproximações com os moradores de Assunção do Paraguai e com as missões dos jesuítas de Chiquitos. Entretanto, é preciso alertar que a existência de um interesse comum não esvaziou aquelas conquistas das lutas entre as distintas facções pelo poder econômico e pelo mando local.

Nas últimas décadas, seguindo as tendências da historiografia brasileira, as teses de Otávio Canavarros e Nauk Maria de Jesus repensaram aspectos das dimensões do poder no âmbito do espaço em que se constituiu a capitania de Mato Grosso. Ainda que discordemos de algumas conclusões a que chegaram ambos os historiadores, seus estudos são pontos de partida para pensar a administração e a governabilidade das minas do Cuiabá e Mato Grosso.

Assim, depois de refletir sobre seus trabalhos, chegamos à seguinte compreensão sobre o tema.

Para aclarar nosso entendimento sobre as relações de poder e mando nas minas do Cuiabá, vamos recuperar um episódio, amplamente discutido pelos autores referidos, que foi a tentativa do ouvidor, de membros do senado da Câmara e de comerciantes do Cuiabá de entabularem negócios com os padres da Companhia de Jesus da redução da *San Rafael de los Chiquitos*, em 1740. Contra tais desmandos, posicionou-se o provedor da Fazenda Real.

Na luta de denúncias e acusações travadas, o provedor dizia que o ouvidor o acusava de “ter chegado as minas com o El Rey na barriga”. Ainda hoje a expressão, corrompida com o passar dos séculos para “estar com o rei na barriga”, é de uso corrente em diversas áreas do Mato Grosso. Na acepção atual, é indicativo de pessoa intransigente, autoritária, prepotente e egoísta. Refere-se também a alguém não predisposto a perceber e respeitar a opinião do outro, constituindo-se no dono absoluto da verdade.

Quando, em 1738, o ouvidor João Gonçalves Pereira acusava de forma pejorativa, o provedor de ter chegado *com El Rey na barriga*, talvez estivesse nos oferecendo uma pista para pensarmos as formas e limites de exercício do poder e de mando nas

376 Uma síntese bastante satisfatória com indicação de outras leituras sobre as representações que se produziram das ações dos paulistas ao longo do tempo encontra-se em Laura de Mello e Souza, “São Paulo dos vícios e das virtudes” in: *O Sol e a Sombra...* cit., pp. 109 a 147.

conquistas do Cuiabá. Na profusão de cartas que o evento gerou, nos personagens que foram surgindo e posicionado-se frente às distintas facções, e nos argumentos que construíram, foi possível perceber algumas características do modo como os principais daquelas minas e os oficiais régios teciam suas tramas de relacionamentos.

De saída, é preciso esquecer as explicativas reducionistas que limitam as disputas locais entre paulistas e reinóis. No Cuiabá, como em várias partes do Brasil, as dicotomias paulistas/reinóis e poder local/poder metropolitano não dão conta de explicar como se estruturavam as alianças que permitiam a governabilidade das gentes daqueles sertões ³⁷⁷.

Governar naquelas lonjuras era a arte de saber fazer e desfazer alianças com as pessoas e os momentos certos. Não importava se fosse paulista, reinol, do senado da câmara ou oficial régio. As alianças eram circunstanciais e não respeitavam as origens europeia ou brasílica de quem as faziam. Parece-nos também que sua lógica e o seu sentido obedeciam a regras muito peculiares que passavam por interesses econômicos, paixões políticas, lugar de precedência nas conquistas, disputas por mercês e reconhecimento na corte, honras e compromissos de famílias, compadrios, rixas ancestrais, enfim uma gama enorme de possibilidades.

Como o provedor da Fazenda Real não foi capaz de compreender o espaço político em que vivia e como não deu conta de formar sua rede de relações pessoais, ele foi isolado e acusado pelos locais de ter *El Rey na barriga*. Parece-nos, também, que a sua chegada ao Cuiabá coincide com o momento de viragem do acordo tácito que se houvera firmado entre os colonos daquelas minas e o governador Rodrigo César de Menezes e, por conseguinte, com a coroa portuguesa desde 1722.

Como explicar que, depois de 20 anos, agindo em consonância com as orientações da coroa e mantendo-se longe dos núcleos de povoamentos hispano-americanos no vale do rio Paraguai, os homens que estavam à frente da administração e do governo das minas do Cuiabá optassem, de forma refletida e consciente, por desrespeitar determinações régias?

Já defendemos que o deixar de cativar os índios reduzidos pelos jesuítas de Castela no vale do rio Paraguai não foi um acaso, nem tampouco refletiu o controle da coroa sobre os sertanistas da capitania de São Paulo que se tornaram os mineradores e homens de negócios no Cuiabá, mas uma coincidência de interesses. Acreditamos

377 Maria Verônica Campos, *Governo de mineiros. “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado” 1693 a 1737*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 2002; Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, *Revoltas, fiscalidade e identidade na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1641-1761*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 1996; e Evaldo Cabral de Mello, *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco, 1666-1715*, São Paulo: Cia das Letras, 1995.

que os jogos de interesses são passíveis de muitos arranjos e rearranjos. Porque seria diferente com as conquistas do Cuiabá? Não foi.

Assim, ao raiar a década de 1740, alguns dos homens bons do Cuiabá romperam o acordo tácito que haviam firmado com sua coroa nos anos iniciais daquelas conquistas. Três partidos marcaram posições naquela ocasião. De um lado o ouvidor e o senado da câmara, do outro o provedor da Fazenda Real e, finalmente, os mineiros da primeira hora das conquistas do Cuiabá representados pelo brigadeiro-regente Antônio de Almeida Lara e por Fernão Dias Falcão.

Intermediando o conflito estavam o governador da capitania de São Paulo e o Conselho Ultramarino na muito longínqua Lisboa. A face mais visível desse confronto foi a tentativa de aproximação dos comerciantes do Cuiabá e do Mato Grosso aos jesuítas da redução de *San Rafael de los Chiquitos*, em 1740. Este foi, talvez, o mais afrontoso ato de desobediência à coroa que moradores das minas do Cuiabá praticaram.

De saída, descartamos a hipótese de entender tal episódio como uma luta entre paulistas (oficiais da câmara) e reinóis (oficiais régios). Os arranjos locais serão aqui analisados como constituídos por interesses momentâneos que tanto poderiam guardar ambições políticas, como desejos de projeção econômica ou ambos.

Nas releituras contemporâneas, tal episódio tem sido apresentado como um dos momentos em que se pode comprovar, de fato, a existência de contrabando e do descaminho de ouro nas conquistas do Cuiabá. Afinal, faz já ao menos duas décadas, assiste-se a alguma insistência entre os historiadores brasileiros em atribuir sentido a uma área de fronteira geopolítica pelas atividades ilícitas de seus moradores.

Deste modo, o Mato Grosso como espaço de linha de fronteira geopolítica, só teria importância se ali se confirmassem atividades de contrabando e/ou descaminho de ouro ³⁷⁸. Ora, se há tanto contrabando na banda oriental do Brasil, porque não haveria também na sua fronteira ocidental? Então, desde a década de 1980, iniciou-se, entre os historiadores dos estudos regionais, a busca incessante

378 Sobre o tema para diversas capitanias do Brasil ver, entre outros: Romyr Conde Garcia, *Nos descaminhos dos Reais Direitos. O contrabando na capitania do Rio de Janeiro*, dissertação de mestrado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 1995; e _____, “O Contrabando Colonial Brasileiro numa perspectiva histórica”, in *Revista de Economia Política e História Econômica*, número 08, julho de 2007; Helen Osório, *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737- 1822*, tese de doutorado apresentada ao PPGHIS, UFF, Niterói, 1999; Paulo Cavalcante Oliveira Júnior, *Negócios e Trapaças: caminho e descaminhos na América Portuguesa (1700 – 1750)*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, 2002; Fábio Kuhn, *Gente da Fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*, tese de doutorado apresentada ao PPGHIS, UFF, Niterói, 2006; Tiago Luís Gil, *Infieis transgressores: os contrabandistas na fronteira (1760-1810)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002; Suelme Evangelista Fernandes, *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS, UFMT, Cuiabá, 2003; Ernest Pijning, “Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII”, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/ Humanitas Publicações, vol. 21, nº 42.

por documentos que denotassem a existência de contrabando e descaminho de ouro no Mato Grosso colonial. Mais recentemente, dois historiadores trataram o tema a partir desta possibilidade, Mario Clemente Ferreira e Nauk Maria de Jesus³⁷⁹.

Mas recuemos no tempo até alcançarmos os estudos pioneiros de Jaime Cortesão. Mais uma vez, é ele a referência para as reflexões dos autores atuais. Da sua perspectiva, a expedição a *San Rafael dos Chiquitos* marcaria um ponto de viragem na geopolítica portuguesa para a fronteira ocidental do Brasil. Cortesão associa a esta mais duas expedições ocorridas no vale do Guaporé, com destino à missão de Mojos. Atribuindo a Alexandre de Gusmão documentos apócrifos, este historiador apresenta o secretário de D. João V como dono de uma ampla visão política e em busca de informações sobre o território fronteiriço que denotavam uma clareza geoestratégica bastante aguda³⁸⁰.

Da perspectiva dos autores atuais, a reflexão e leitura melhor fundamentada sobre o tema ainda permanece a de Otávio Canavarros – que compartilha da tese dos descaminhos. Após apresentar as hipóteses de Jaime Cortesão de que o ouvidor do Cuiabá seguiria orientações do conselheiro Alexandre de Gusmão, Canavarros as discute criticamente.

Aos poucos ele contesta as teses de Cortesão e, primeiramente, aponta elementos, tais como a falta de provas da participação de altos funcionários da corte em Lisboa em tal iniciativa. Depois, nos faz perceber o fato de que a nomeação de Alexandre de Gusmão para o Conselho deu-se em 1743, e as tentativas de comércio com os jesuítas de Chiquitos remontam a 1738 e foram efetivadas em 1740. Finalmente, defende ser o episódio uma iniciativa de homens *audazes por força de seus negócios*³⁸¹.

379 Efetivamente quem teve o mérito de chamar a atenção para a importância de estudar não apenas o contrabando, mas também os descaminhos do ouro no Cuiabá foi Nauk Maria de Jesus. Entretanto, a autora não é muito feliz ao tentar comprovar onde, de que forma e quem praticava os descaminhos do ouro, de tal modo que todas as vezes que tenta fundamentar suas assertivas ela, segundo suas próprias palavras: *recorre ao estratagema das conjecturas*. Isto fica muito evidente no capítulo 5 de sua tese, já referenciada nesta investigação. Resta-nos torcer para que o próximo a investigar tal tema tenha mais sorte, ou seja, mais perspicaz na leitura da documentação disponível. Não daremos crédito também às conclusões a que chegou ao tratar da expedição de 1740 a San Rafael de los Chiquitos. Usando basicamente as reflexões propostas num artigo publicado por David Michel Davidson, “How the brazilian west was won: freelance & state on the Mato Grosso frontier, 1737-1752. In: Dauril Alden, *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, University of Califórnia, 1973 e o livro *O poder metropolitano em Cuiabá (1722-1752)* de Otávio Canavarros, Nauk M. de Jesus, sem citar uma única obra de Jaime Cortesão, discorda de Canavarros e assume a perspectiva de Cortesão. Como sua leitura pouco acrescenta ao debate, optamos por dialogar com os outros autores.

380 Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750), Antecedentes do Tratado*, Tomo II, Parte III, cit.. Este autor reproduziu neste tomo um conjunto de documentos narrando as expedições saídas do Guaporé com destino à missão de Mojos e à cidade de Santa Maria de Belém do Pará.

381 Otávio Canavarros, *O poder metropolitano em Cuiabá (1722-1752)*, cit., p. 222.

Não negamos que os moradores do Cuiabá, comerciantes ou sertanistas, fossem homens *audazes por força de seus negócios*. Mas entendemos a ida daqueles moradores até *San Rafael de los Chiquitos* de modo mais político. A chegada do ouvidor João Gonçalves Pereira coincidiu com o momento em que um grupo de comerciantes do Cuiabá que havia financiado as expedições que propiciaram os descobertos de ouro no Mato Grosso, logo, donos do poder econômico, assumiram também o senado da câmara.

A aliança com o ouvidor foi circunstancial já que esse funcionário régio, em defesa de seus próprios interesses, encorajava os comerciantes a enfrentarem outro funcionário régio – o provedor da Fazenda Real – que, teoricamente, defendia as finanças da coroa –, bem como os mineiros recém-alijados da câmara e representados pelo brigadeiro-regente Antônio de Almeida Lara. Parece-nos que os motivos que levaram a tal desobediência não podem ser vistos apenas da perspectiva das atividades ilícitas de contrabando ou descaminho.

Se percebermos as ações desse grupo de comerciantes em conjunto e num tempo mais alargado que 1740, veremos que a aliança com o ouvidor João Gonçalves Pereira é anterior à chegada do provedor da Fazenda Real. Um dos eventos que denota uma possível aliança foi o da abertura do caminho por terra para Goiás, em 1736/37. Iniciativa aprovada pelo senado da câmara, financiada pelos comerciantes e pelo próprio ouvidor. Entretanto, tal caminho era proibido pela coroa.

O ouvidor, contudo, soube se aproveitar da situação política em que sua coroa se encontrava frente à Espanha e, invocando o cerco e tomada da Colônia de Sacramento, justificou sua desobediência como um ato de cuidado pelos interesses de seu rei. Segundo afirmava, os moradores do Cuiabá temiam uma invasão dos castelhanos vindos de Assunção pelo rio Paraguai. Deste modo, o caminho por terra poderia se converter na salvação dos moradores e daquelas minas.

Como já demonstram outros historiadores, a expedição a Chiquitos não alcançou seus propósitos. Mas os comerciantes não esmoreceram diante da negativa. Se aqueles padres não queriam negociar, quem sabe se os da missão de Mojos não topariam em fazer comércio? Assim, entre 1742 e 1743, foram organizadas novas incursões, só que partiram do Guaporé e não do Cuiabá. Como hábil político que era, é possível que o ouvidor tenha usado a mesma estratégia de 1736, ou seja, procurou revestir seus atos como sendo de “interesse da coroa”.

Assim, as expedições até as reduções geraram circunstanciados relatórios com informações sobre a missão de Mojos e o vice-reinado do Peru, inclusive um mapa desenhado por ele próprio. Talvez por ter lido seus informes como peças documentais isoladas, Jaime Cortesão tenha aventado que João Gonçalves Pereira

fosse orientado por Alexandre de Gusmão e daí atribuído um caráter meramente geopolítico às suas ações, na linha dos interesses científicos que Cortesão pretendia estudar e que estavam relacionados com as explicativas sobre a formação territorial do Brasil e a geoestratégia³⁸².

Retomemos uma questão inicial: as repercussões dos acontecimentos ocorridos nos descobertos do Cuiabá em Lisboa. Resta indagar como a coroa se posicionou frente a essa desobediência que envolvia não apenas os colonos, mas também seus mais graduados agentes naquelas minas. A aproximação entre os súditos das duas monarquias seja no Paraguai, ou no Guaporé, poderia ter tido consequências desastrosas frente à Espanha.

Apenas três anos após a assinatura do armistício de Paris de 1737, e de se efetuar a devolução da Colônia de Sacramento, os moradores do Cuiabá resolveram dar o ar de sua graça aos jesuítas das Índias de Castela. Naquela conjuntura, a monarquia espanhola exigia de seus súditos explicações face à falta de atitudes deles para com as explorações de minas de ouro pelos portugueses no alto Paraguai e em território que lhes pertenceriam.

Dada a demora no trâmite das correspondências entre o Cuiabá, as cidades de São Paulo e Lisboa, a reação a tal desmando só ali chegou em 1742, ainda que o provedor da Fazenda Real tivesse alertado as autoridades competentes para as intenções dos comerciantes que visitaram as aldeias dos domínios de Castela, desde 20 de fevereiro de 1740³⁸³. Como era muito astuto, o ouvidor João Gonçalves Pereira escreveu ao rei, em nome dos comerciantes, e encaminhou uma petição pedindo autorização para realizar tal empresa. O curioso é que só o fez depois do fato consumado.

A sequência da documentação permite verificar como a coroa foi mantida bem informada fosse pelas denúncias do provedor, ou pelas justificativas do ouvidor que notificava seus atos não só ao rei, mas igualmente a Secretaria de Estado de Negócios do Ultramar e aos governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Colônia de Sacramento³⁸⁴.

382 Assim como o historiador Mario Clemente Ferreira, acreditamos que tais informações, uma vez chegadas em Lisboa, foram utilizadas por Alexandre de Gusmão e pelos negociadores portugueses que conduziram as conversações que levaram ao Tratado de Madrid de 1750. Ou seja, as informações não foram tomadas com o fito de servir às pretensões dos negociadores. Como já existiam foram usadas. Ver: Mario Clemente Ferreira, “Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no século XVIII: notas de uma investigação”, Comunicação apresentada ao Congresso Internacional *O Espaço Atlântico do Antigo: Poderes e Sociedades*, Universidade Nova de Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.

383 “Cópia da carta de Manuel Rodrigues Torres, Intendente e Provedor da Fazenda de Cuiabá, a D. Luís de Mascarenhas, Governador de São Paulo, Cuiabá, 20-2-1740” in A.H.U., Mato Grosso, cx. 2, doc. 106.

384 Um dos documentos mais detalhados em que expõem suas estratégias e justifica suas ações é a “Cópia da carta do Ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V sobre dois índios Pareci das aldeias de Castela. Informa que mandou uma bandeira sertaneja para averiguar a distancia a que ficam as aldeias das minas de Cuiabá e Mato Grosso. Cuiabá, 30 de Março de 1743”, in A.H.U., Mato Grosso, cx., 3, doc. 170.

Se o Conselho Ultramarino foi titubeante, o governador da capitania de São Paulo, que visitava as minas de Goiás, foi mais célere e contundente diante de tal ousadia³⁸⁵.

Num primeiro momento, a resposta da coroa foi menos direta e mais evasiva. Um parecer, datado de 4 de dezembro de 1740, apontava para uma solução que, ao mesmo tempo que proibia uma aproximação, acenava com a possibilidade de futuramente, talvez, se vir a “descobrir meio mais seguro com que se possa introduzir com os Castelhanos o negócio que os moradores daquelle certão tanto apetece, e desejo”³⁸⁶. Meses depois, o Conselho Ultramarino voltava a deliberar sobre o tema e ratificava a decisão anterior de proibir toda a comunicação com os vassallos da coroa de Castela e solicitava maiores informações a Gomes Freire de Andrada e D. Luiz de Mascarenhas³⁸⁷. Por sua vez, o governador de São Paulo achou absolutamente descabida a iniciativa do ouvidor e, sempre que pode, expôs-lhe suas críticas. À nossa investigação interessa saber que os vassallos da coroa portuguesa, mesmo quando desobedientes, sempre notificaram as autoridades em Lisboa dos ocorridos nas minas do Cuiabá e Mato Grosso.

Ao fim e ao cabo, defendemos que o tão estudado episódio das viagens dos comerciantes do Cuiabá e Mato Grosso às reduções das missões de Chiquitos e de Mojos, iniciado em 1740, pode ser lido noutras perspectivas. Ao longo de vinte anos, as relações instituídas se desgastaram e novos grupos quiseram fazer valer suas prerrogativas, interesses políticos e econômicos. O embate configurou-se e formaram-se outras alianças.

Estariam os grupos em contenta, negando o poder centralizador da coroa sobre as minas do Cuiabá? Não cremos. A aliança entre o ouvidor, o senado da câmara e os comerciantes marcou uma viragem nas relações de poder nas minas do Cuiabá. Momento em que os representantes dos sertanistas descobridores das minas do Cuiabá, entre eles Fernão Dia Falcão e o brigadeiro-regente Antônio de Almeida Lara, foram cada vez mais afastados das instâncias do poder local.

É bom lembrar que esse partido havia ascendido ao poder, apadrinhado, pelo governador Rodrigo César de Menezes, como apontamos no segundo capítulo. O

385 No arquivo Publico de Mato Grosso, encontramos alguns documentos sobre as repercussões desta expedição que historiadores locais vem nominando de “bandeirinha”, ver: APEMT, Manuscrito, Livro C – 02, “Capitania de São Paulo (1722/1747) – Registro de cartas expedidas, ff. 6, 6v, 7, 7v, 8, 8v e 9.

386 “Carta do Ouvidor Geral da Comarca de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, ao rei D. João V sobre as entradas em terras de Castela, com vista do Procurador da Fazenda, Lisboa, 04 de Dezembro de 1740”, in A.H.U., Mato Grosso, cx. 03, doc. 146.

387 “Anexo: consulta do Conselho Ultramarino, 5 de abril de 1742, in: Carta do Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, ao rei D. João V sobre a pretensão dos comerciantes de Cuiabá de estabelecerem feitorias nas margens do rio Paraguai Grande e estabelecer relações comerciais com os castelhanos do reino do Peru e Província do Paraguai, Cuiabá, 20 de Setembro de 1740”, in A.H.U., Mato Grosso, cx. 03, doc. 140.

episódio envolvendo o ouvidor e provedor é apenas a ponta do *iceberg*. Contrariamente ao que dizia o ouvidor, na verdade, temos dúvidas sobre quais dos súditos que viviam no Cuiabá e no Mato Grosso não se comportavam frente à coroa como se estivessem com *El Rey na barriga*. Com certeza, não foi apenas o provedor da Fazenda Real.

Madrid toma ciência dos descobertos de ouro do Cuiabá e Mato Grosso

A inação dos súditos da coroa da Espanha da província do Paraguai, frente aos descobertos de ouro do Cuiabá é um fato. Dentre as explicativas que a historiografia de língua portuguesa construiu para justificar tal inação destacam-se as questões políticas vivenciadas no Paraguai na primeira metade do século XVIII. Essa hipótese, cara, entre outros historiadores, a Otávio Canavarros, considera a instabilidade advinda da Revolução dos Comuneros (1721/1735) como fundamental para se entender porque os hispano-paraguaios não invadiram as minas ou *labaderos de oro* do Cuiabá.

Consideramos tal assertiva plausível, mas não a cremos suficiente. É preciso ter em conta que o conflito, gerado pela Revolução dos Comuneros, não foi constante, e foram três os momentos em que as tensões foram mais acirradas. A situação política ocorreu ao nível das disputas entre frações da elite e perseguição aos jesuítas. A documentação nos mostra que, mesmo nos períodos críticos como nos governos de Joseph de Antequera e de Martin Barua, foram organizadas expedições para patrulhar os campos de Jerez. Portanto, as crises não chegaram a paralisar a província. Efetivamente nos parece que faltou vontade política, estímulos econômicos, ou quem sabe, forças militares para enfrentar o problema e, não apenas, impedimentos causados por convulsões internas ³⁸⁸.

Coincidência ou não, finda a Revolução do Comuneros em 1735, e devolvida a Colônia de Sacramento, em 1737, a coroa da Espanha parece, finalmente, ter resolvido tomar conhecimento dos avanços portugueses em terras na parte mais central da América do Sul e que, pelos tratados então vigentes, pertenceriam às Índias Ocidentais de Castela. Acompanhemos, a partir de agora, como se deu tal ocorrido, através das denúncias apresentadas por Francisco Esteves de Cerveira, pelo capitão de Fragata de

388 Para uma leitura da Revolução dos Comuneros da perspectiva dos jesuítas ver: Pedro Lozano, *Historia de la conquista del Paraguay: Río de la Plata y Tucumán*, Buenos Aires, cit.; Pedro Francisco Javier de Charlevoix, *Historia del Paraguay / con las anotaciones y correcciones del P. Muriel*, traducida al castellano por el P. Pablo Hernández, Madrid: Suarez, 1910/16, 8 volumen; P. Antonio Astrain, *Historia de la Compañía de Jesús en la Asistencia de España (1705-1758)*, Tomo VII, cit., pp. 506 a 603. Para uma análise mais contemporânea ver: Maria Lúcia Brazil Priolli, *Confronto do poder civil e religioso. O Paraguai colonial – eclosão do movimento comunero (1721-1735)*, tese de doutorado em História, apresentada a FFLCH/USP São Paulo, 1999; Alicia Juliana Pioli, *El Colegio Jesuita de Corrientes*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS, UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2002; Mercedes Avellaneda, “La Alianza defensiva jesuita guaraní y los conflictos suscitados en la primera parte de la Revolución de los Comuneros”, *Historia Paraguaya – Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia*, vol. XLIV, 2004, pp. 337-400.

la Real Armada Don Juan Antonio de la Colina e por um anônimo, *persona de todo credito morador en la ciudad de Buenos Aires*. Interessa-nos ainda destacar como os agentes daquela coroa justificariam perante seu rei as suas faltas e omissões.

No dia 28 de agosto de 1735, o governador da província espanhola de *Tuy*, Don Carlos de los Rios, escreveu uma carta ao titular *de la Secretaría del Despacho de Marina e Indias o Exmo. Señor Joseh Patiño*. Acompanhava-a um projeto da lavra de Francisco Esteves de Cervera. Constava de uma proposta para invadir e devolver ao rei de Espanha as jazidas auríferas exploradas por paulistas e reinóis nas minas do Cuiabá e Goiás, ambas pertencentes à capitania de São Paulo. Francisco Cervera era português, vivera em Goiás e naquele ano voltara a Portugal, indo residir na cidade do Porto.

Segundo D. Carlos, Francisco Cervera era homem muito fiável e sábio nos assuntos de América e as informações que possuía seriam de extremo interesse do Rei Católico³⁸⁹. Ao que tudo indica, esse é o documento mais antigo que informaria à coroa da Espanha sobre as minas de ouro do Cuiabá e dos Goiás. Esta aparente novidade poderia causar estranhamento, pois, como já demonstrado, tanto os jesuítas de Chiquitos quanto os governadores do Paraguai sabiam, desde 1720, da existência de arraiais de paulistas extraindo ouro no rio Paraguai acima de Assunção e omitiram tal fato de sua coroa.

Francisco Esteves de Cervera conseguiu de Madrid o que não fora possível em Lisboa: ser ouvido. Dizia-se muito magoado com a pouca atenção recebida na corte lisboeta e isto motivara sua denúncia. Na Espanha tudo se fez em absoluto sigilo e não sabemos se a coroa portuguesa teve ciência da *traição* desse seu súdito. Em Madrid, para onde ele foi convidado e ouvido pelo ministro Joseph Patiño, suas denúncias foram levadas a sério. Uma viagem sua de retorno a América foi planeada. Francisco Cervera, entretanto não embarcaria para Buenos Aires para colocar em prática seu projeto de conquistar para a coroa de Espanha as terras a ela usurpadas pelos súditos da coroa portuguesa. A última carta que escreveu data de 5 de dezembro de 1736 e nela informava a Don Joseph Patiño que, apesar de todos os seus esforços, não conseguira chegar a tempo para embarcar na Fragata Xavier como estava acertado. O motivo de seu atraso justificava-se por ter ido buscar a família que o acompanharia a Buenos Aires.

389 “El Gobernador Don Carlos de los Ríos escribí una carta [al Excmo. Señor Joseh Patiño], que Acompaña un Proyecto, hecho por Francisco Estevez de [Zervera] tocante a la restauración de las Tierras que los Portugueses han usurpado a V.M. en los Dominios confinantes al Brasil, Tuy, 25 de Agosto de 1735”, in A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 302. Seu projeto intitulava-se: “Observaciones y modos para restaurar las tierras usurpadas por los portugueses en los dominios de S.M. (que Dios guarde) en la América, ala parte del Brasil, assi mismo aumentar la fê Catholica, en la conquista de muchos pueblos de gentiles, y aumentar copiosamente el real herario de S.M. en el descubrimiento de infinita minas de Oro de que abunda aquel Pais, y de diamantes”.

Agora, cientes de assunto tão grave, tanto o rei como o Conselho de Índias exigiram explicações do vice-rei do Peru, do presidente da Audiência de Charcas e dos governadores de Santa Cruz de la Sierra e do Paraguai. Aqueles, por sua vez, culpavam os jesuítas das missões de Chiquitos pela falta de informações e pressionavam –nos a usarem seus índios para obter novas e mais seguras notícias sobre os *labaderos de oro del Cuyava*. Diante das pressões, os mapas desenhados por Francisco Cervera foram objeto de reflexões de homens que haviam desempenhado cargos de mando nas Índias de Castela. Do projeto que ele elaborou foram enviadas cópias também, para as autoridades constituídas na América hispânica, e o mesmo foi veementemente contestado.

Para entendermos as reações e encaminhamentos dados pela coroa espanhola à questão da denunciada usurpação de seus territórios, faz-se necessário compreender o que ocorria entre Espanha e Portugal na Europa. Entre 1735 e 1737, recebeu-se um novo enfrentamento das monarquias ibéricas. Um incidente que culminou com a invasão do espaço da embaixada portuguesa em Madrid levou D. João V a tomar medidas de retaliação à embaixada espanhola em Lisboa ³⁹⁰.

Reavivou-se a tensão latente, e os espanhóis despacharam tropas para a fronteira. Por seu lado, os portugueses mais uma vez recorreram aos ingleses. Segundo Ana Leal de Faria, aportou em Lisboa “uma armada de 26 navios, sob o comando de John Norris, chegou ao Tejo a 9 de Junho. O almirante trazia poderes para, juntamente com embaixador inglês, Lord Tirawley, iniciar as negociações” entre os países litigantes ³⁹¹. Os ânimos só foram arrefecidos em 1737, quando se assinou o acordo de paz de Paris, no qual participaram Holanda e França.

As tensões europeias alcançaram as fronteiras das monarquias ibéricas na América e tomaram ali maior dramaticidade. Segundo Juan Marchena Fernández,

El ministro español José Patiño, utilizando un incidente diplomático sucedido en Madrid en 1735, ordenó al gobernador de Bueno Aires Miguel de Salcedo que atacara y sitiara la plaza [Colônia de Sacramento], lo que efectuó con una poderosa fuerza de 4000 combatientes entre indígenas y soldados porteños más varios buques de combate. Tras varios meses de combates, se suspendieron las hostilidades por el convenio de París de 1737, que obligaba las dos

390 Jaime Cortesão, ao tratar desse conflito, afirma que “o primeiro documento desta série, as Instruções de D. José Patinho ao governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo, passadas em outubro de 1733, e que reputamos inéditas, mostram que o incidente de Madrid não foi mais do que pretexto para tornar aguda uma crise, que já, antes e adrede, se agravava”, in Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750), Antecedentes do Tratado*, Tomo I, Parte III, cit., p. 5. Ver ainda o tópico “Conflito Diplomático de Madrid e suas Repercussões no Prata e na Política Portuguesa (1733- 1739)”, pp. 291 a 499.

391 Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008, p. 143.

partes a conservar las posiciones «en el actual estado»,... La situación entre las dos Coronas siguió manteniéndose en una tensa espera³⁹².

Em outras palavras, o fantasma da guerra por um estratagema político alcançou as colônias americanas. Se ela foi efetiva apenas na foz do rio da Prata, não deixou de ser uma ameaça para os moradores das minas do Cuiabá. Encontramos dados do ano de 1736, muito evidentes do receio que aqueles moradores demonstravam dos vizinhos hispânicos, em função do estado de guerra que vivia a Península Ibérica, como se comprova tanto no *Auto de Junta que se fes nesta Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá*, como no *Auto de Junta que se fes no Senado da Camara desta Villa*.

O medo dos governantes constituídos nas minas do Cuiabá justificava-se por algo que tanto as autoridades civis de Assunção, como os jesuítas de Chiquitos, fingiam não perceber: a vizinhança de núcleos de povoamento entre os súditos das coroas ibéricas, primeiro no vale do rio Paraguai e, depois, no rio Itenes, que seria nominado Guaporé. Por essas fontes, ficamos sabendo desses encontros ocasionais, ocorridos na mesma altura em que os jesuítas argumentavam desconhecer a presença dos súditos de Portugal naquele espaço. O que os moradores do Cuiabá sequer desconfiavam é de que, apesar do grande número de informações que sobre eles eram detidas pelos *asunceños*, estas não haviam subido a Madrid. Portanto, não corriam riscos de sofrer invasão e de expulsão. Para os governantes da Espanha, tais minas de ouro não existiam.

No caso dos portugueses, a consciência e a localização mais ou menos precisa dos súditos da Espanha e a certeza de que ocupavam supostos territórios da coroa hispânica é que justificariam tantas preocupações e precauções. Desse medo de uma possível invasão de castelhanos, aproveitar-se-ia o ouvidor João Gonçalves Pereira. Para tanto, foi convocada pelo Senado da Câmara uma junta, da qual participaram, para além do ouvidor-geral, o comandante da armada Manoel Rodrigues de Carvalho e o provedor da Fazenda Real Thome de Gouveia Sá e Queiroga, que, juntamente com o povo, deliberaram abrir caminho por terra do Cuiabá para Goiás, contrariando as ordens da coroa portuguesa³⁹³.

392 Juan Marchena Fernández, «De Espanha, nem bom vento nem bom casamento». La Guerra como determinante de las difíciles relaciones entre las dos coronas ibéricas en la península y en América. 1640-1808, in *Anais de História de Além-Mar*, Vol. X, 2009, p. 29-111.

393 “Carta do Ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] em que remete a cópia dos autos de Junta acerca da conservação ou demolição dos engenhos, o comércio com o gentio Paiaçuá, a guerra com o gentio, a abertura do caminho para Goiás, investida contra os Paiaçuá e o ajuste que fez com o capitão Antônio Pinho de Azevedo para ir abrir o caminho para Goiás. Anexo 3 “Auto de Junta que se fes nesta Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, 06 de Março de 1736”; este documento foi publicado in: Eliane Maria Oliveira Morgado, Níleide Souza Dourado, Otávio CanavarroS, & Vera Lúcia Duarte Macedo, *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*, Volume II, cit., p. 86. Sobre a proibição da abertura de caminhos para as minas do Cuiabá ver: “Registro de um Bando para ninguém abrir caminho novo para as Minas do Cuiabá nem ir a Vacaria, São Paulo, 27 de Março de 1722”, in *Documentos Interessantes para História e Costumes...*, cit., pp., 26/27.

Acreditamos que a instabilidade política entre as duas coroas ibéricas e as relações de parentesco entre os reis foi o que levou os governantes espanhóis a agirem com cuidado na análise das denúncias e notícias sobre a América. Talvez seja também por este motivo que o plano, elaborado em 1735, por Francisco Cervera, para invadir e restituir as terras usurpadas por Portugal nas minas ditas do Cuiabá e Goiás à Espanha, tenham caído em esquecimento. Entretanto, encontramos ainda documentos de 1738, com pareceres contrários ao mapa e às considerações tecidas por Francisco Cervera ³⁹⁴.

Somente em 1737 novas notícias chegariam a Madrid. Dessa vez, os emissários seriam agentes da coroa espanhola. Foram os já mencionados relatos do governador de Buenos Aires, Don Miguel Salcedo, do capitão de Fragata de la Real Armada, Don Juan Antonio de la Colina e de um anônimo, *persona de todo credito morador en la ciudad de Buenos Aires*. Don Miguel comandou o cerco à Colônia de Sacramento (1735/37) e, após o fim do embate, continuava, de forma alarmante, mas não fantasiosa, a defender a necessidade de...

...desalojar a los portugueses de la Colonia y de su fortificación en el Río Grande y de las minas nombradas de Cuyabá que han poblado en territorio del Paraguay, pues de lo contrario se harán dueños de todas las campañas septentrionales, y se puede recelar que por las minas referidas en corto tiempo se vayan poblando por aquellos parajes con el designio de comunicarse hacia Santa Cruz de la Sierra, que consiguiéndolo es factible se pierda el reino del Perú por la inmediateción que tiene con la cercanía a Potosí³⁹⁵.

Fica evidente que o governador de Buenos Aires tinha noção de conjunto da ocupação portuguesa em três pontos distintos e distantes e temia que, de Cuiabá, se chegassem às minas de prata de Potosi e à Colônia de Sacramento. Por seu turno, os governantes do Paraguai continuavam a ignorar a presença de luso-paulistas no vale do rio Paraguai, ou seja, em domínios teoricamente sob sua jurisdição. Ainda que os súditos e a monarquia lusitana não tivessem efetivos em homens para realizar a façanha de tomar o reino do Peru, é digno de nota a percepção daquele governador. Precavida, a coroa espanhola, entretanto, preferiria tomar conhecimento de mais fatos antes de se pronunciar.

394 “Carta de Don Sebastian de la Quadra respondiendo al Marqués de Torrenueva, y remitiéndole todos los Documentos y noticias que se recibieron de Buenos Aires, sobre infracciones de Portugueses, Madrid 9 de septiembre de 1738. Anexo a este documento encontramos o que segue: Reparos, y objeciones que se hallan en el Mapa dispuesto por Francisco Esteves de Nación Portugués a los fines que recuerda su representación, Madrid, 3 de septiembre de 1738”, A.G.I. Sección V, Buenos Aires, Legajo 302.

395 “Carta de don Miguel de Salcedo ao Excmo. señor don José Patiño, Buenos Aires, 23 de Agosto de 1737”, A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 161. Ver um resumo deste documento in R. P. Pablo Pastells, S.J. y Francisco Mateos, S.J., *Historia de la Compañía de Jesús de la Provincia del Paraguay...* cit., Tomo VII (1731 a 1751), pp. 289/90.

De Buenos Aires, o governador Salcedo não se descuidava de suas funções e encaminharia ainda à sua corte os relatos do capitão de Fragata Juan Antonio de la Colina. La Colina era oficial da marinha espanhola e, em 1736, durante um combate naval no rio da Prata, caiu prisioneiro da armada portuguesa. Foi levado para o Rio de Janeiro onde viveu por um ano. Quando ali esteve, aproveitou para recolher informações sobre o Brasil e, depois que se selou a paz, foi libertado e reconduzido para Buenos Aires onde escreveu uma série de cartas para as autoridades constituídas em Madrid, Lima e Santa Cruz de la Sierra. Seus informes, por serem apanhados esparsos de relatos, traziam notícias pouco precisas e não foram tidos como muito fiáveis. Serviram, entretanto, para alertar sobre a proximidade das minas do Cuiabá com Santa Cruz de la Sierra ³⁹⁶.

Finalmente, chegamos ao informante identificado como *persona de todo credito*, oriundo também de Buenos Aires. Este escrito anônimo endereçava-se ao governador de Santa Cruz de la Sierra e, na realidade, reproduzia uma espécie de depoimento do português *Manuel Martinez*. A carta, cuja cópia subiu até Madrid e ao conhecimento do rei, apontava o descaso dos hispano-paraguaios para com tal questão e solicitava a Dom Francisco Antonio de Argamosa Zevallos que “*embiando VS. una correría hacia el Leste, hasta el Rio que vaya al Paraguay, pudiera por suerte... y hallan más cierto derrotero que embiar a España, pues los Paraguayos que con dos, ó más Chalupas armadas lo pudieran hacer mejor se descuidan demasiado*” ³⁹⁷.

O português Manoel Martinez era morador das minas do Cuiabá e foi capturado e feito cativo dos índios Payaguás em data incerta. Ao que tudo indica, no ano de 1737, o governador do Paraguai o resgatou, por meio de compra, daqueles índios. Não sabemos onde foi inquirido, mas é fato que seus relatos foram divulgados por pessoa anônima, de Buenos Aires, em 1738 ³⁹⁸. Entretanto, seus informes sobre as distâncias, o número de

396 “Extracto de carta del Capⁿ de Fragata de la R^a armada d^{na} Juan Antonio de la Colina escrita en Buenos Aires a 14 de Diz^{te} de 1737”, in A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 302 e “Carta de don Juan Antonio de la Colina a don Mateo Pablo Díaz escrita en Buenos Aires a 14 de Diz^{te} de 1737”, in A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 534. Uma crítica aos informes de don Juan Antonio de la Colina encontra-se na carta escrita por don Sebastian de la Quadra “Respondiendo al Marqués de Torrenueva, y remitiéndole todos los documentos y noticias que se recibieron de Buenos Aires, sobre infracciones de portugueses”, in A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 302.

397 “Copia de un capítulo de carta que persona de todo crédito escribió de Buenos Aires con fecha de 20 de Julio de 1738 por persona de todo crédito con noticia de lo que declara un Portugués que asistió en los poderosos Minales de oro que se trabajan por los de esta Nacion en la Poblaz^{on}. de Cuyaba”, in A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 302.

398 De acordo com uma carta do padre Agustin Castañares, na qual ele afirma *que segun la relacion de Manuel Martinez Portugues, a quien cautivaron los Payaguas cuando mataron a sus compañeros, y les quitaron noventa arrobas de oro, coligo que se...* podemos supor então que Manuel Martinez foi um dos prisioneiros da monção do ex-ouvidor Lanhás Peixoto, atacada pelos Payaguás, em 1730. “Carta com informes, dirigida ao Governador [D. Rafael de la Moneda] pelo Padre Agostinho Castañares”, Assunção, 16 de Setembro de 1741, in: Cortesão, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750), Antecedentes do Tratado*, cit., pp. 48 a 50. Todavia, em carta datada de 11 de janeiro de 1739 o governador de Santa Cruz de la Sierra dizia textualmente: *según la relacion de un portugues llamado Manuel Martinez que zinco años há, ó poco mas lo cautivaran zerca de Cuyaba los Yndios Payaguas...* Ou seja, por volta de 1732/33. Assim, ele não teria feito parte da monção acima referida, ver: “Carta do governador de Santa Cruz de la Sierra (Dom Francisco Antonio de Argamosa Zevallos) ao rei em que informa da presença dos portugueses em território de sua jurisdição, San Lorenzo de la Barranca, y 11 Enero, 1739”, in A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 302.

peessoas radicadas nas minas e as forças de defesa ali instaladas foram superestimados. Assim, talvez querendo impressionar os súditos de Espanha, ele alertava que nas minas viviam cinco mil brancos e os que tinham menos escravos possuíam seis; por ambas as margens do rio Cuiabá, a dezesseis léguas, existiam incontáveis chácaras; Cuiabá era cidade mais populosa que São Paulo e Bahia; havia um ponto em que o rio Cuiabá se estreitava, onde se construíram dois pequenos fortes guarnecidos com dez peças de artilharia. Enfim, as minas do Cuiabá eram um lugar abastecido de víveres, bastantes gentes e muito bem armado³⁹⁹. Claro deve estar que absolutamente nenhuma das suas informações condizia com a mais tênue realidade do Cuiabá.

Na Espanha, diante das notícias chegadas de Buenos Aires, o marquês de Torrenuaba procedeu a uma série de análises, consultas e ponderações com outros secretários de estado e conselheiros e, após despachar com sua real alteza católica, escreveu uma série de cartas para as instâncias governativas a ele subordinadas em suas conquistas no vice-reinado do Peru. Assim, em 8 de outubro de 1738, despachou-se a correspondência para o vice-rei do Peru, o governador de Santa Cruz de la Sierra e o governador do Paraguai. Todas as missivas se fizeram acompanhadas das cópias recebidas de Buenos Aires. Entre as mais deliberações, constava:

Que prevenga al gobernador de Santa Cruz de la Sierra haga las entradas correspondientes a la averiguación de si en aquella jurisdicción no solo ocupan portugueses las referidas minas de Cuyabá y Guayaces, sino también las nombradas del Marañón y de los Pílonos, y que en tal caso procure desalojarlos de unas y de otras, ... y para que el gobernador de Paraguay cuide de recuperar las minas ... que son las nombradas Sabara, Pitangui, Goyaces, Media Puente, Pernaiba, Pernampanema, facilitando y disponiendo Su Excelencia se le envíe para ello desde Buenos Aires la tropa necesaria en caso de no poder por sí conseguirlo⁴⁰⁰.

Quando a coroa escreveu as cartas, exigindo as providências acima ressaltadas, o governador de Santa Cruz de la Sierra já buscava informações sobre a presença de *portugueses paulistas travajando poderosos minerales de oro* em terras que estariam sob jurisdição da coroa espanhola.

399 Idem.

400 “Real Cédula al Maqués de Villagarcía, Virrey del Perú”, in A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 534; as demais cartas são: “Carta del Marqués de Torrenueva al Virrey del Perú, Marqués de Villagarcía”, in A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 302; “Carta escrita por el Marqués de Torrenueva al Gobernador Capitán de Santa Cruz de la Sierra”, in A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 161; e “Carta del Marqués de Torrenueva al Gobernador don Rafael de la Moneda”, in A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 302. Todas as cartas foram datadas em Madrid, 08 de Outubro de 1738.

Dom Francisco Antonio de Argamosa Zevallos exerceu o mais longo governo daquela província, de 1724 a 1744. No seu exercício de mando, ocorreram entradas de súditos da coroa portuguesa em sua província desde os rios Madeira (Belém do Para), Paraguai (Cuiabá) e Guaporé (Mato Grosso). Apesar de pobre, Santa Cruz de la Sierra era vista como um antemural que deveria proteger as minas de prata de Potosí de possíveis investidas portuguesas. Dada a inércia do governo do Paraguai e a desconfiança da maior proximidade daquela província em relação às minas do Cuiabá e Mato Grosso, o volume de documentos que aquele governador gerou é enorme, porém muitas vezes repetitivo.

Pela documentação portuguesa, ficamos sabendo que, desde 1736, quando se acentuou o tráfego de pessoas entre a vila do Cuiabá e os novos descobertos de ouro chamados de Mato Grosso, voltaram a ocorrer encontros ocasionais entre os mineiros e os padres e seus índios da missão de Chiquitos, como consta das cópias de alguns Autos de Juntas que o ouvidor João Gonçalves Pereira mandou fazer nos anos de 1736 e 1738. Entretanto, foi naquele último ano que os moradores do Cuiabá se assustariam com uma expedição de índios cristãos patrulhando as águas do alto rio Paraguai e seus afluentes⁴⁰¹.

Ao que as fontes indicam, em dezembro de 1738, o padre Agustín Castañares, superior das missões de Chiquitos, teria, com base nos dados adquiridos na expedição indicada, informado ao governador de Santa Cruz de la Sierra da *internación y cercanía de los portugueses a la capital de aquella província*. A carta trazia indicativos sobre a localização dos povoados, as riquezas que tiravam da terra, o número de habitantes e suas capacidades para o manejo de armas, além do fato de poderem entrar por vários rios e alcançar diversas cidades daquela jurisdição. O governador se apressou em notificar o vice-rei e os membros da Audiência de Charcas desse acontecimento.

Uma vez todas as instâncias governativas do vice-reinado do Peru, desde Lima a Buenos Aires, estando cientes *del peligro y amenaza presentada por los portugueses del Brasil*, começou um jogo de empurra entre aquelas autoridades para definir onde exatamente ficariam as tais minas ou *labaderos de oro* e a quem caberia a responsabilidade de reconquistar o território e as riquezas usurpados, para a coroa de Espanha. Foram anos de troca de documentos e de acusações. Mas ações concretas não existiram. O caso mais emblemático de como as autoridades ali constituídas não estavam dispostas a se envolver num possível conflito com os súditos da coroa portuguesa na América foi o de vários governadores do Paraguai e do cabildo da cidade de Assunção.

401 “Copia da carta que a Camera da Villa do Bom Jesus do Cuyabâ escreveo A S. Mag^{de}. que D^s. g.^{de} em 4 de 7.bro de 1738”, in: Eliane Maria O. Morgado [et al.], *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*, vol. II, cit., p. 86.

Dom Francisco Antonio de Argamosa Zevallos e Dom Rafael de la Moneda foram intimados pela coroa espanhola a tomar providências sobre a presença portuguesa nas jurisdições sob suas responsabilidades pelo mesmo correio que saiu de Madrid a 8 de outubro de 1738. Enquanto que o governador de Santa Cruz já se demonstrava empenhado em tal propósito, antes mesmo de receber a determinação real, o do Paraguai só veio a se manifestar sobre o assunto em 1741, ou seja, três anos depois de ser solicitado. É bem verdade que ambos jamais tomaram ações concretas sobre as ordens recebidas para expulsar os luso-brasileiros daquelas minas de ouro. Acompanhemos o desenrolar dos fatos, com o objetivo de explicar por que não cumpriram o que lhes foi mandado executar.

No dia 4 de setembro de 1741, Dom Rafael de la Moneda, governador da província do Paraguai, dava início a um *Auto* para averiguar se as minas ocupadas pelos portugueses na bacia do alto rio Paraguai estavam situadas em domínios de sua coroa. Para se preservar de acusações e demora na resposta/execução do que lhe foi solicitado, fez questão de deixar registro que só recebera a missiva real naquela data e que esta chegara sem as cartas anexas que deveria conter: “la carta escripta por el Capitán de Fragata Don Juan Antonio de la Colina, como tambien copia de la escripta por el Gobernador del presidio de Buenos Aires, Don Miguel de Salcedo”.

Para demonstrar obediência à sua corte, ainda a 9 daquele mês, Don Rafael convocou os membros do Cabildo de Assunção e os notificou da abertura de um *Auto* cujos trabalhos de oitiva de *algunos vecinos de Assunción* e dos portugueses que ali se encontravam, resgatados dos Payaguás, ocorreu entre os dias 13 e 18 ⁴⁰². Vejamos o que o governador averiguou em tal procedimento.

Ao todo, ele inquiriu 4 pessoas. Um era *criollo* de Assunção que, em 1709 e 1723, participara de duas incursões para desalojar portugueses paulistas instalados próximos da antiga cidade de *Jerez*. Ouviram-se depois três indivíduos que haviam morado nas minas do Cuiabá e tinham sido capturados pelos índios Payaguás. Finalmente, foram consultados os membros do *Cavildo Justicia, y Rejimiento de Asunción del Paraguay*. Eram três as perguntas: “[1] sobre si las minas del Cuyabá, Guayases y otras minas se hallan en el territorio de la provincia del Paraguay, [2] y hasta que paraje se extiende dicho territorio, [3] y que distancia ai ó abra de esta ciudad”. Segundo o governador, só após saber a extensão, limites e distâncias do território da província, é que poderia formar uma opinião e executar as ordens recebidas de sua coroa.

⁴⁰² As citações do parágrafo anterior e dos próximos têm como referência o seguinte documento: “Diligencias ejecutadas por el señor Coronel Don Rafael de la Moneda gobernador y Capitan General en esta Provincia del Paraguay de orden de S.M. sobre son efecto los portugueses ocupan varias minas en los territorios del Paraguay”, in, *Bandeirantes no Paraguai*, cit., pp., 434 a 444; e Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, *Antecedentes do Tratado*, Tomo II, Parte III, cit., pp. 36 a 51.

As respostas foram controversas e nada conclusivas. Os de origem hispano-americana afirmaram jamais terem visto tais minas. Entretanto, considerando o que ouviram de índios prisioneiros dos Payaguás, estavam persuadidos de que os portugueses trabalhavam *los poderosos minerales de oro* em terras e domínios de Castela. Quanto aos inquiridos de origem portuguesa, os relatos mais detalhados, mas nem por isto isentos, foram os de Antônio Antunes Lobo e Bernardo Moreira Votello [Botelho] ⁴⁰³. Como Bernardo havia sido capturado em 1735, privilegiamos a sua narrativa ⁴⁰⁴.

Bernardo Moreira Botelho nasceu na cidade do Porto, por volta de 1702/03 e, aos sete anos, embarcou com seu pai para o Brasil. Desde a idade de onze anos, acompanhava-o pelas minas de Pitangui, Sabará, Ouro Preto e Rio das Mortes. Depois, ainda muito jovem, o seguiria até as novas minas do Cuiabá. Ali viveram por dezessete ou dezoito anos, quando, então, foi feito prisioneiro dos Payaguás. Na ocasião em que foi inquirido, setembro de 1741, dizia ter 38 anos de idade. É bastante impressionante seu conhecimento geográfico. Ao delimitar o espaço, fortalecia o argumento de que tanto as minas do Cuiabá como as de Goiás pertenciam a Portugal, defendendo os supostos direitos de seu reino. Já dissemos como as fontes indicam que os moradores ali radicados sabiam ou temiam que o Cuiabá estivesse dentro da jurisdição das Índias de Castela. Vale registrar também que os índios Tupis, administrados por sertanistas e que fugiam para Assunção, afirmaram ouvir de seus senhores que aquelas minas estavam dentro das terras de Castela⁴⁰⁵. Era nesses depoimentos que se fiavam as autoridades do Paraguai.

A última oitiva foi a dos membros do *Cavildo Justicia, y Rejimiento de Asunción del Paraguay* ⁴⁰⁶. Apesar de afirmar que não sabiam onde encontrar notícias certas sobre a extensão da província, seus membros informaram sobre diligências de outros governadores e de *Autos de inquirição* de índios fugidos dos paulistas e de cativos portugueses, resgatados de Payaguás. Dom Rafael de la Moneda mandou

403 Antonio Antunes é um personagem que aparece em mais de uma fonte. No primeiro auto em que foi inquirido, em 1729, seu nome foi traduzido como Antonio Antunes Silva. Ele é o jovem que foi capturado pelos Payaguás, em 1728, e resgatado em Assunção, no ano seguinte. Ao encontrá-lo depondo nesse segundo Auto concluímos que, 14 anos depois de ter sido feito prisioneiro, e aos 25 anos de idade, ele ainda não fora devolvido pelas autoridades da província do Paraguai aos seus parentes em São Paulo.

404 Em sua *Relação das povoações do Cuyabá* Barabosa de Sá afirma que “vindo neste mesmo anno (de 1728) do Sertão dos Paresis bastante gente embarcadas em canoas rodando Paragoai abaixo com muito gentio que daquele sertam traziao foraó accometidos do gentio Payagoa... De brancos que tive noticia foraó o alferes Antonio Moreira da Costa seo filho Bernardo Moreira Botelho, seo sobrinho...”. Acontece que a narrativa de Bernardo informa sobre dois eventos que só ocorreram depois de 1734: o encontro com as canoas dos padres da Companhia de Jesus, e os descobertos de ouro do Mato Grosso, de que se suspeita que, muito possivelmente, Barbosa de Sá teria feito confusão com as datas.

405 “Informe prestado pelo português Bernardo Moreira Botelho, Assunção, 15 de setembro de 1741”, in Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750), Antecedentes do Tratado*, Tomo II, Parte III, cit., pp. 43/44.

406 “Declarações prestadas pelo Cabildo, Justiça e Regimento da Cidade de Assunção, Assunção, 13 de setembro de 1741”, in Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750), Antecedentes do Tratado*, Tomo II, Parte III, cit., p. 46.

seu escrivão vasculhar os arquivos do governo em busca de tais *Autos*. O resultado da investigação foi que o escrivão não localizou os documentos deixado pelos governadores antecedentes sobre tal tema ⁴⁰⁷.

A leitura dos autos, não localizados à época, e mandados tirar por Dom José de Antequera y Castro e Dom Martin de Barua, antecessores de Dom Rafael, nos permitem aventar hipóteses sobre o sumiço dos papéis. Primeiro, aqueles governadores omitiram da sua coroa informações sobre a existência das minas do Cuiabá e isso, talvez, ainda implicasse pessoas ligadas aos membros do Cabildo. Segundo, evidenciava uma prática, proibida pela monarquia espanhola, de muitos moradores de Assunção comerciarem prata e outros metais com os Payaguás, em troca do ouro tomado aos portugueses. Por último, comprovava que as autoridades constituídas, tanto da cidade de Assunção como alguns governadores da Província, haviam cometido graves infrações e, ao se beneficiarem, lesaram a Real Fazenda e os interesses de seu reino. Puseram também em risco o domínio espanhol sobre vastos territórios que foram *ocupados* e que, depois, tiveram a posse reivindicada e conseguida pelos portugueses ⁴⁰⁸.

Em 1741, as autoridades espanholas ainda estavam preocupadas em obter informações sobre o Cuiabá, o que pode ser um indicativo de que não sabiam da maior proximidade do Mato Grosso, tanto em relação a Chiquitos, quanto a Mojos.

No sentido de obter informação atualizada sobre a região, Dom Rafael de la Moneda enviou carta ao superior de Chiquitos para que este atendesse as solicitações de informes demandadas da coroa. Dois anos depois, em 1743, continuava com os mesmos argumentos e escrevia ao seu rei que não havia tomado providências sobre o tema, porque esperava mais notícias *sobre los progresos que hacen los portugueses en los paragens de los indios Chiquitos*.

A carta escrita por Dom Rafael só chegaria a Madrid em junho de 1744. Por um despacho que nela consta, ficamos sabendo que a mesma *Cédula* de 8 de março de 1741, da qual tinham ido cópias para o vice rei do Peru, Audiencia de Charcas, e para os governadores de Tucumán e Santa Cruz de la Sierra ainda não tinha sido respondidas por nenhum deles ⁴⁰⁹.

407 “Declaração do escrivão Blas Poveda, de nada haver encontrado no Arquivo referido, sobre o assunto em questão”, in Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, *Antecedentes do Tratado*, Tomo II, Parte III, cit., p. 47. Felizmente os Autos que ele tanto buscou não foram destruídos. Em 1948 os mesmos foram publicados por iniciativa do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo que mandara copiar no Arquivo Nacional de Assunção documentos referentes à expansão bandeirante no vale do rio Paraguai, ver *Bandeirantes no Paraguai...*, cit.

408 Autos sobre el viaje que hizo a los Campos de Jerez el Mestre de Campo Don Alonzo Benitez de Portugal; Varios Autos del Gobernador Don Josef de Antequera y Castro y varias declaraciones tomadas a los Cautivos Portugueses. Año 1723, in *Bandeirantes no Paraguai...*, cit., pp. 378 a 433.

409 “Carta del Gobernador del Paraguay, don Rafael de la Moneda, a Su Majestad. Asunción, y julio 16 de 1743”, in A.G.I., Sección V, Gobierno, Charcas, Legajo 217.

Finalmente, nos primeiros meses de 1744, os superiores das missões de Chiquitos e de Mojos responderam às demandas da carta de Dom Rafael de la Moneda, datada de 8 de março do ano anterior. O padre Estaban Palozzi, superior de Chiquitos, inicia historiando todas as notícias que dizia ter naquela missão sobre os portugueses. E são apenas três. O episódio do ataque dos Payaguás à monção, em que estava o ex-ouvidor Lanhas Peixoto e a venda das noventa arrobas de ouro em Assunção – no entanto, ele confunde as datas. O encontro entre um padre da redução de San Rafael com uns moradores do Cuiabá no rio Jauru, em 1737, – confirmado pelas fontes portuguesas. E, por último, as três tentativas dos moradores do Cuiabá e Mato Grosso de proporem negócios aos padres de San Rafael, uma no mês de agosto e, duas, em dezembro de 1740.

Na sequência, ele elencava os pontos que não sabia informar: as forças de defesa, o comércio e os meios de comunicação daquelas minas. Entretanto, desconfiava de que as distâncias que medeavam entre o Cuiabá e San Rafael fossem de 40 dias de marcha, sendo 10 de Cuiabá ao Juaru e 30 deste ponto a San Rafael. Faz questão de destacar “que para llegar a este pueblo de San Rafael han de caminar, por lo menos, cuarenta días por despoblado, montañas, pantanos atolladeros y ríos invadeables”⁴¹⁰.

Ao final da carta, ele opina sobre o que consideramos mais relevante em sua missiva: por onde se deveriam atacar os portugueses. Após reforçar as dificuldades de se proceder a tal ação por Santa Cruz de la Sierra conclui:

Y caso de pretender su expulsión sería menos dificultosa por la del Paraguay, así por ser más populosa como por la conveniencia del río por donde se podrían conducir por embarcaciones así la gente como los bastimentos y demás pertrechos de guerra, distando tan poco de dicho río Cuyabá. Mas el intento por Santa Cruz, ya sea a pie ya con cabalgaduras, es imposible, porque los Cruceños deberían caminar por lo menos 53 jornadas antes de llegar a Cuyabá. Y, ¿cómo llevar bagajes y bastimentos por despoblados tan grandes, pantanos y atolladeros tan dilatados y con qué embarcaciones se podría hacer el transporte de la otra banda del Jaurí [Jauru] y del Paraguay?⁴¹¹

O excerto destacado pode levar a pensar que o padre Palozzi estava a fugir de suas responsabilidades de fornecer víveres e índios para um possível enfrentamento. Mas,

410 “Carta del Padre Estaban Palozzi, Superior de las Misiones de Chiquitos, al Gobernador y Capitán General, del Paraguay don Rafael de la Moneda, San Rafael de Chiquitos y enero 8 de 1744” e “Carta del Padre Nicolás Altogradi, Superior de las Misiones de Mojos, al Gobernador y Capitán General del Paraguay, don Rafael de la Moneda, Misiones de Mojos y abril 2 de 1744”, ambas as cartas in A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 384.

411 “Carta del Padre Estaban Palozzi, Superior de las Misiones de Chiquitos, al Gobernador y Capitán General, del Paraguay don Rafael de la Moneda, San Rafael de Chiquitos y enero 8 de 1744”, in A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 384.

também, podemos levantar outra questão: se é verdade que, de Assunção, chegava-se mais rápido ao Cuiabá – e isto pode ser de fato confirmado – porque, então, os governadores do Paraguai não o fizeram? O que os impediria de expulsar os portugueses e se assenhorear dos *poderosos labaderos de oro* explorados por luso-brasileiros em seus domínios?

Voltemos a Dom Rafael de la Moneda e ao que ele pensava a respeito de desalojar dos portugueses das minas de ouro. Corria o ano de 1745, e naquela data o governador já dispunha de informações mais precisas. Segundo consta, havia resgatado, por compra, aos Payaguás um natural da cidade de São Paulo, morador no Cuiabá, por nome Juan de Acosta [João da Costa?] ⁴¹². Uma vez inquirido, Juan de Acosta teria lhe aclarado alguns pontos sobre *los labaderos de oro del Cuyabá*: sabia agora a sua localização; possuía uma estimativa menos exagerada sobre o número de seus *vecinos* (500 entre naturais do Brasil e de Portugal e 1500 entre negros, mestiços e mulatos), os tipos de armas que usavam, quais deles estavam aptos a lutar, que não existiam fortificações e a certeza de que havia uma cidade desguarnecida; sabia ainda sobre o tempo de marcha desde Assunção até Cuiabá, bem como que, de Cuiabá a São Paulo, gastava-se em média seis meses e, assim, os socorros daqueles moradores seriam sempre demorados.

Por que então não se apossaram do que, por direito de tratados seculares, pertencia a sua coroa? Importa avaliar algumas possibilidades. No plano externo, o período de tomada de consciência e de averiguações sobre os descobertos de ouro no Cuiabá e Mato Grosso, de 1738 a 1744, foi um tempo, em que as negociações diplomáticas entre as duas coroas ibéricas caminharam a passos lentos, nas questões referentes aos impasses fronteiriços na América. No âmbito interno também há pontos a serem ponderados. É bem verdade que não havia mais convulsões políticas como as que ocorreram no Paraguai nos 10 anos antecedentes. Contudo, a pobreza dos seus moradores, bem como a dos de Santa Cruz de La Sierra se acentuara. Há que se considerar também a falta de interesse dos grupos dominantes locais que não viam naquele espaço possibilidade de ganhos financeiros. Finalmente, existiam dificuldades de reconhecimento do espaço físico, bem como as limitações impostas pelos ataques dos povos indígenas.

Já demonstramos, em capítulos anteriores, como o espaço que mediava entre Assunção e Cuiabá era povoado por vasta gama de povos e que, entre eles, sobressaíam-se Payaguás e Guaykurus. Vejamos, rapidamente, como esses dois povos indígenas se comportavam em relação aos moradores de Assunção naquela década de 1740.

Em 1743, Dom Rafael de la Moneda, já quase cego, em carta ao rei, pedia sucessor e informava sobre o estado em que se encontrava a província por ele governada. Para

412 “Carta del Gobernador del Paraguay, don Rafael de la Moneda, a Su Majestad, dando noticias de los portugueses que se encuentran en la región de Cuyabá, Assumpción, 1 y Marzo 1745”; in A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 217.

além da questão das invasões portuguesas, gabava-se da paz que ali reinava ⁴¹³. Não era pouco poder celebrar um tempo mais alargado de paz com os Payaguás. Afinal, a guerra e o ódio contra os espanhóis arrastava-se desde o século XVI. Não vamos discorrer sobre este tema, mas lembrar apenas que naquele momento outros grupos Payaguás, radicados ao norte de Assunção, investiam sobre os moradores do Cuiabá que trafegavam pelo rio Paraguai. Não cremos também que a paz tenha sido selada com todos os povos indígenas do Paraguai. Por exemplo, e os Mbaya/Guaykuru? Talvez naquela ocasião tivessem arrefecido um pouco seus ataques, mas voltariam, era assim desde o século XVI.

Em 1748, o novo governador do Paraguai, Dom Marcos José de Larrazábal, dava notícias de mais uma “saída a cavalo” que havia feito ao norte daquela província. Segundo suas palavras: “esta campaña la hizo no solo con el motivo de reprimir las repetidas yncursiones de la numerosa Nacion de Yndios Bayas jentte de âcavallo sino tambien con segura noticias de tener dthos infieles que havitan la costa de este Rio âsentado pax con los portugueses”⁴¹⁴. Ainda de acordo com esta carta, ficamos sabendo que os Payaguás eram agora considerados súditos e informantes da coroa espanhola.

Há alguns dados a serem ponderados. Primeiro, não podemos esquecer de que grupos payaguás continuavam seus ataques e butim aos viajantes que trafegavam entre Cuiabá e São Paulo. Segundo, que não havia aliança entre Payaguás e Guaykurus. Terceiro, que não existe evidências de uma aliança entre índios *Bayas* [Mbaya] e portugueses. O que sabemos ao certo é que, por volta de 1740, o senado da câmara do Cuiabá autorizou uma expedição para se entabularem negócios de compra de cavalos aos Guaykurus, que redundou em fracasso. Tal fato passou-se numa ilha e às margens do rio Paraguai, local ao qual os *asunceños* não tinham acesso⁴¹⁵. Finalmente, pelo seu discurso, ficamos sabendo que o governador não se dispunha a desalojar os moradores do Cuiabá.

Naquele ano de 1748, correra notícia na Colônia de Sacramento, de que haviam chegado à ilha de Santa Catarina mais de “400 y tantas famílias de Portugal, y esperan otras tantas para ir formar población en el Monte Grande, como 100 leguas arriba de La Asunción”. Ou seja, um grupo de colonos dos quais não sabemos a origem, mas que podiam bem ser açorianos, se internariam terras adentro formando uma colônia. O medo que se abateu sobre o governador do Paraguai foi o de que essa nova povoação portuguesa facilitaria a ligação Colônia de Sacramento – Cuiabá – Mato Grosso. A expedição comandada por Dom Marcos José de Larrazábal seria para impedir a instalação

413 “Carta del Gobernador del Paraguay, don Rafael de la Moneda, a Su Majestad, dando noticias de la presencia portuguesa en Chiquitos, Assumpción, 16 y Julio 1743”; in A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 217.

414 “Carta del Gobernador del Paraguay, Marcos José de Larrazábal, al Marqués de la Ensenada, Asunción, 04 de Octubre, 1748”, in A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 534.

415 Jose Barbosa de Sá, *Relação das povoaçoens do Cuyabá e Mato Grosso de seos principios thé os presentes tempos...* cit., p.41.

dessa colônia chamada de Monte Grande. Projeto fantasioso ou não, há significativa documentação sobre este episódio no Archivo de Índias ⁴¹⁶.

A outra novidade da carta diz respeito à situação política vivida na Península Ibérica, ao invocar a origem portuguesa da rainha de Espanha, D. Maria Bárbara de Bragança. O governador expressava sua preocupação sobre não desagradar seu rei ao combater o que ele chamava de invasões portuguesas aos domínios de Espanha. Invocava outros argumentos que não permitiriam hostilidades entre as duas nações como, por exemplo, a reabertura das negociações para demarcar as fronteiras. Entretanto, considera que, como os súditos da coroa portuguesa não respeitavam tais convenções, era sua obrigação zelar pelos interesses de seu rei.

Talvez nesta carta esteja mais uma pista para entendermos por que a coroa de Espanha não aconselhou ou exigiu de seus governantes na América a invasão e retomada de territórios que, pelos tratados europeus, pertenciam-lhes. Após 1746, a configuração política entre Portugal e Espanha era de paz. Mas, enquanto a coroa da Espanha investigava sobre a proximidade dos portugueses radicados nas minas do Cuiabá, os moradores daquela vila já haviam ampliado em muito suas conquistas. Ao descobrir ouro em alguns dos afluentes do rio Guaporé, num sítio que nomearam de Mato Grosso, os súditos portugueses na América aproximaram-se, de modo definitivo, dos jesuítas da missão de Mojos, tal como demonstramos no capítulo anterior.

Começamos este capítulo, indicando como a historiografia de língua portuguesa tem procurado respostas para o fato de a coroa espanhola e seus súditos não terem sido capazes de barrar o avanço de luso-brasileiros tanto no alto curso do rio Paraguai como no rio Guaporé. Partimos, ainda, da constatação de que este era um tema pouco afeito aos historiadores hispânicos. Afirmamos também que existiu uma ausência tanto de civis, quanto de agentes da coroa espanhola, atuando no espaço-tempo que recortamos.

Para desenvolver nossos argumentos, travamos discussões e fomos questionando as teses que privilegiaram o entendimento, de acadêmicos, que enfocam aquelas conquistas apenas da perspectiva geopolítica. Ao mesmo tempo, apontamos a importância de se considerar a questão, levando em conta as alianças e interesses entre colonos e coroa(s), bem como a necessidade de repensar as relações entre índios e jesuítas. E reafirmamos quão significativo é entender como os povos indígenas que ali viviam foram determinantes no processo das conquistas. Este último ponto retomaremos no próximo capítulo.

416 “Declaración de un vecino del Paraguay, sem local, 23 y Julio, 1748”, in A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 534. Cópia deste documento foi publicada por Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750), Antecedentes do Tratado*, Parte III, Tomo II, cit., pp. 499/500; “Carta del Gobernador del Paraguay, Marcos José de Larrazábal, al Marqués de la Ensenada, Asunción, y 04, Octubre, 1748”, A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 534.

CAPÍTULO 06

VESTÍGIOS DE DESAPARECIMENTOS NA NOITE DOS TEMPOS: OS POVOS INDÍGENAS DO GUAPORÉ ORIENTAL

Os povos indígenas do Guaporé Oriental: leituras contemporâneas

Retomamos as conquistas portuguesas no vale do Guaporé. Demonstramos no capítulo 4 que, naquele espaço, os jesuítas de Castela abriram as missões de Mojos e Chiquitos. Indicamos também que os homens que participaram das conquistas do Cuiabá aos poucos redirecionaram suas ações de aprisionar índios do vale do rio Paraguai para os sertões a leste e norte daquela vila. Depois, seguiram pelo divisor de águas das bacias platina e amazônica e inflectiram o rumo de noroeste até alcançar os pequenos tributários do alto Guaporé. Esse movimento começou no governo de Rodrigo César de Menezes (1727), intensificou-se a partir de 1730 e culminou com os descobertos de ouro onde fundaram um conjunto de arraiais conhecidos como o Mato Grosso (1734).

A procura por novas áreas de ocorrência de ouro e por indígenas para cativar teriam sido os motivos que levaram os luso-brasileiros às conquistas do rio Guaporé. Assim como para o caso do Cuiabá, pouco se sabe sobre os povos indígenas que habitavam aqueles espaços. Quer dizer, pouco se sabe sobre os ameríndios que estiveram sob influência direta dos súditos da coroa portuguesa. Já demonstramos que os jesuítas de Castela das missões de Chiquitos e Mojos deixaram muitos registros dos povos nativos que habitavam as terras do alto curso do rio Paraguai e de toda a margem ocidental do Guaporé até o Mamoré.

Uma característica comum aos investigadores com os quais vimos debatendo é a preferência por estudar os povos radicados entre o alto Paraguai e a margem ocidental do Guaporé. Outra é a falta de interesse sobre a sua margem oriental. Já dissemos que discordamos das afirmativas de que a margem direita do rio fosse um vazio e a esquerda densamente povoada. Ambas as margens eram muito habitadas. A leitura de documentos produzidos numa fase tardia ao nosso recorte aponta o espaço, definido no capítulo 1 como Guaporé Oriental, como um enclave de povos que foram classificados, apenas no século XX, como sendo dos troncos linguísticos Txapakura, Jabuti e Tupi⁴¹⁷.

417 Para entender quais eram tais povos, bem como a distribuição atual dos grupos indígenas que habitavam a margem direita do rio Guaporé e o divisor das bacias dos rios Guaporé e Ji-Paraná ver, entre outros: Alain Fabre, *Diccionario etnolingüístico y guía bibliográfica de los pueblos indígenas sudamericanos*, disponível em: <http://butler.cc.tut.fi/>

A abundância das fontes jesuíticas e a escassez das luso-brasileiras, talvez, ajude a explicar por que os investigadores têm privilegiado estudar o Guaporé ocidental e pouco a sua margem oriental. Mais uma vez, nos defrontamos com o desafio de tentar dar visibilidade a povos cuja falta de referências nas fontes luso-brasileiras e hispânicas fê-los invisíveis. Da perspectiva dos investigadores brasileiros esta tarefa foi iniciada por Denise Maldí. Entretanto, há autores pioneiros como: Alfred Métraux, David M. Davidson, William M. Denevan e David Block, dentre outros menos referidos ⁴¹⁸.

Nas últimas décadas, o cenário da falta de investigações sobre aquele espaço vem mudando. Desde meados dos anos de 1990, um grupo de professores da Universidade Federal de Rondônia, campus de Guajará-Mirim, desenvolve pesquisas com vistas a classificar e salvaguardar as línguas faladas pelo conjunto de povos que ainda hoje vivem em 11 Áreas Indígenas (A.I.) demarcadas. Antes, na década de 1980, frente à grande migração que o estado experimentou e a consequente invasão das terras onde viviam os índios remanescentes dos séculos XVIII e XIX, os antropólogos saíram em sua defesa. Para tanto, tiveram que demonstrar suas localizações “imemorais” e comprovar a ocupação das áreas que pleiteavam para que fossem demarcadas. Os arqueólogos também se fizeram presentes, o que facilita entendermos aspectos das distintas ocupações e migrações humanas ali ocorridas em tempos mais remotos.⁴¹⁹

418 Ver também: Curt Nimuendajú, “As tribus do alto Madeira”, in *Journal de la Société des Américanistes de Paris* n° 17, Paris, 1925, pp. 137-172; Alfred Métraux, The native tribes of Eastern Bolivia and Western Mato Grosso, cit.; Claude Lévi-Strauss, Tribes of the tight bank of the Guaporé river, Handbook of South American Indians, v. III, Smithsonian Institution, Washington, 1948; Franz Caspar, *Tupari, Entre os índios, nas florestas brasileiras*, São Paulo: Melhoramentos, 1958; Davidson, David Michael, *Rivers and Empire: The Madeira route and the incorporation of the Brazilian far-west – 1737-1808*, University of Yale, 1970, [These Doctored]; William M. Denevan, *La Geografía cultural aborigen de los llanos de Mojos*, cit.; Denise Maldí Meireles, *Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, séculos XVIII*, cit.; e Denise Maldí “O complexo cultural do marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do médio Guaporé”, in: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia*, vol. 7(2): 209-269, 1991; David Block, *La cultura reduccional en los llanos de Mojos: tradición autóctona, empresa jesuítica & política civil, 1670-1763*, cit.

419 Sobre este mesmo espaço há um conjunto de investigações realizadas no âmbito de programas de pós-graduação em antropologia e arqueologia, dentre os quais destacamos: Laura Prates, *O artesanato das tribos Pakaá Novos, Makurap e Tupari*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/USP, São Paulo, 1983; Betty Mindlin, *Os Suruí da Rondônia*, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PUC-SP, São Paulo, 1984; Denise Maldí Meireles, *Os Pakaas-Novos*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UNB, Brasília, 1985; João Dal Poz Neto, *No país dos Cinta Larga: uma etnografia do ritual*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/USP, São Paulo, 1991; Nicole Soares Pinto, *Do poder do sangue e da chicha: os Wajuru do Guaporé (Rondônia)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGHIS, UFPR, Curitiba, 2009. Outra fonte de informações sobre os povos indígenas de que vimos tratando são os Laudos Periciais como, por exemplo, Denise Maldí (org.), *Direitos Indígenas e antropologia: Laudos Periciais em Mato Grosso*, Cuiabá, Ed. da UFMT, 1994; dentre os trabalhos de arqueologia ver: Eurico Teophilo Miller, *História da cultura indígena do alto-médio Guaporé*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia PUC/RS, Porto Alegre, 1983; Daniel Gabriel Cruz, *Lar, doce lar? Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO)*, cit.; Luis Fernando Erig Lima, *A ocupação Pré-Colonial na Fronteira Ocidental – Adaptabilidade Humana, Territorialidade e Aspectos Geomorfológicos na Microrregião do Alto Guaporé, Mato Grosso*, cit..

Antes de tratarmos das abordagens de etnógrafos e antropólogos faz-se necessária uma reflexão sobre as fontes, deixadas pelos conquistadores ibéricos, de suas ações. Por mais de uma vez apontamos quão precários eram, em termos de volume e de informações, os conjuntos documentais deixados por luso-brasileiros. Assim, não raras vezes, nos valem dos dados legados por jesuítas, funcionários régios, autoridades coloniais e civis hispânicos em nossas reflexões. Se para o estudo do vale do Paraguai e da margem ocidental do rio Guaporé utilizamos as fontes dos jesuítas de Castela, para a sua banda oriental elas são exíguas. Isso significa dizer que não localizamos nos arquivos hispânicos dados sobre os povos indígenas radicados na orla direita do rio Guaporé, ao menos para a temporalidade que elegemos, é bom esclarecermos.

O que explicaria isto? Seriam os padres da Província Jesuítica do Paraguai mais zelosos e os do Peru menos? O fato de os moradores de Santa Cruz de la Sierra estarem distantes os faziam sentirem-se livres das obrigações para com sua coroa? Por exemplo, na década de 1740, aqueles jesuítas fundaram quatro reduções no Guaporé, sendo uma do lado esquerdo e três na margem direita, entretanto, são exíguas as informações sobre como ali agiram. Lembramos que, por essa data, os mineiros do Cuiabá traficavam por todo o rio Guaporé aprisionando seus moradores ameríndios. Então, seria de esperar que os jesuítas dessem as partes e as reclamações, bem como fizessem as denúncias costumeiras, junto às autoridades civis e eclesiásticas do vice-reinado do Peru, aos Conselhos, Secretarias de Estado e ao rei em Madrid, mas não nos parece que isto ocorreu.

A hipótese que nos advém é a de que os padres das reduções de Concepción (1708), San Joaquín (1709), San Martín (1717), Santa Magdalena (1720), San Miguel (1725/1746), San Nicolás (1741), Santa Rosa (1743) e San Simón (1744), fundadas no vale do Guaporé, tenham optado por não notificar as autoridades civis, às quais deviam obediência, sobre a presença dos sertanistas do Brasil no Guaporé (1740). A análise de alguns relatos oriundos de missão de Mojos, escritos pelos partícipes daquela epopéia, pouco antes ou depois da sua expulsão (1767), apontam para esse entendimento ⁴²⁰. Há três episódios semelhantes, ocorridos em temporalidades distintas, que podem nos ajudar e clarificar este ponto.

Trata-se de expedições de luso-brasileiros junto à missão de Mojos. O primeiro data de 1723, altura em que uma bandeira saiu da cidade de Santa Maria do Belém do Pará e alcançou a redução de Exaltación de la Santa Cruz no rio Mamoré. Vinte anos depois (1742 e 1743), os moradores das minas do Mato Grosso rodaram rio Guaporé abaixo e foram propor negócios aos padres e índios nas reduções de San Miguel e Santa Magdalena, chegando até Exaltación. O terceiro episódio ocorrera dois anos

420 Josep M. Barnadas y Manuel Plaza (editores), *Mojos seis Relaciones Jesuíticas: Geografía – Etnografía – Evangelización (1670-1763)*, cit.; e Francisco Javier Eder, SJ, *Breve descripción de las reducciones de Mojos*, ca. 1772, cit..

antes (1740), quando os moradores do Cuiabá alcançaram a redução de San Rafael dos Chiquitos. Enquanto o primeiro e o terceiro eventos foram exaustivamente debatidos pelas autoridades hispânicas, sobre o segundo há um completo silêncio, o que pode ser indício de seu desconhecimento.

O que explicaria tal mudança de comportamento? Se os próprios jesuítas de Mojos comunicaram seus superiores, em 1723, e os de Chiquitos tiveram a mesma atitude em 1740 porque as bandeiras de 1742 e 1743 foram silenciadas? Não sabemos os motivos, mas não localizamos no Archivo General de Indias documentos sobre tais incursões. Também não há registros sobre as ações dos jesuítas na margem direita do Guaporé, das quais são evidentes: a transferência da redução de San Miguel e a abertura das de Santa Rosa, San Simon e San Nicolás. De acordo com os entendimentos oriundos dos governantes portugueses, a fundação de reduções naquele espaço ocorreu após as referidas expedições sertanistas e seriam uma estratégia política dos jesuítas de Castela ⁴²¹.

Mas, se os jesuítas de Mojos não informaram aos espanhóis sobre a presença luso-brasileira no rio Guaporé, debateram intensamente com as autoridades constituídas na capitania do Mato Grosso. Desde 1752, temos os registros da correspondência entre os padres das reduções dos Baures/Guaporé e o governador da capitania do Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura. E esta documentação encontra-se mais nos arquivos de Portugal e do Brasil. Insistimos que, no Archivo de Indias – Sevilha –, existe um hiato dos registros sobre as ações dos jesuítas no vale do Guaporé para os anos entre 1730 a 1760.

É curioso como, mesmo no bojo das tensões posteriores à assinatura do Tratado de Madrid, os jesuítas, que deveriam desocupar a margem direita do rio Guaporé, preferiam se reportar diretamente ao governador litigante e não às autoridades de Santa Cruz de la Sierra, como seria o correto. Era a D. Antônio Rolim de Moura que se destinavam os pleitos sobre temas como a (in)definição das raias fronteiriças e as disputas com os colonos do Mato Grosso sobre o controle dos índios missionados e infieis, por exemplo. Ao assim proceder, os jesuítas de Mojos, omitiram informações de sua coroa e se sobrepuseram à hierarquia das instituições que legitimavam e cimentavam o antigo regime.

421 “Verdadeira noticia que deo Francisco Leme do Prado do que passou, vio, e experimentou na Viagem que fez destas Minas do Matto groço pelo Rio abaixo as Missoens dos Padrez da Companhia do Reyno de Castela, a que chamão Moxos, cujas pertencem a Provincia da cidade de Lima, hindo por companheiros Manoel Feliz de Lima, Joaquim Ferreira Chaves, Vicente Pereira da Assupçam, Manoel de Freitas Machado, Matheos Correa Leme, Joam dos Santos Berneque: paragens por onde não Consta andasse pessoa Portuguesa”, in: *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 107:49-53; e João Gonçalves Pereira, Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos, in: Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750). Antecedentes do Tratado*, Parte III, Tomo II, cit., pp. 66/68. Um exemplo de que a coroa portuguesa relacionava as expedições dos sertanistas de Mato Grosso com a abertura de reduções dos jesuítas de Espanha na margem oriental do Guaporé pode ser visto na “Instrução da Rainha [D. Mariana de Áustria] para D. Antonio Rolim de Moura, Lisboa, 19 de janeiro de 1749”, in: *Instruções aos Capitães Gerais*, Cuiabá, IHGMT, 2001, pp. 13/14.

Constatada a ausência de fontes da parte dos jesuítas de Castela e demais súditos da coroa de Espanha, utilizaremos como aporte documental, para discutir questões sobre o Guaporé oriental, os relatos dos moradores do Mato Grosso, de funcionários da coroa portuguesa, dentre os quais se destacam os “Anais de Vila Bela”. Faremos também uso da correspondência entre D. Antônio Rolim de Moura e os padres das reduções dos Baures, espaço fronteiro ao Mato Grosso. Apesar de posteriores ao tempo que investigamos, esse conjunto de fontes é importante, dadas as práticas dos jesuítas de “historiar” os problemas, apresentarem pontos de situação e, só depois, exporem seus pleitos.

Trataremos, primeiro, do modo como o espaço constituído pela margem direita do rio Guaporé foi apreendido por investigadores ao longo do século XX. Uma característica é entenderem os contatos entre “civilizados” e indígenas daquela margem oriental como datados de fins do século XIX – com a exploração dos seringais. Outro ponto é que não usam a documentação produzida e arrolada pela Comissão Rondon entre 1907 e 1930 sobre aquele espaço⁴²². Para nós, o conjunto de informações sistematizadas pelos oficiais da Comissão é importante para entendermos aspectos como: o antes, o durante e o depois da apropriação daquele território por não-índios; o modo como as várias territorialidades indígenas foram suprimidas e/ou redimensionadas; e sobre a existência, extinção e/ou recomposição dos diversos grupos ou *nações* indígenas que ali viviam.

Tomemos como exemplo o caso dos índios Urupás. Sigamos os escritos do coronel Rondon. O episódio que selecionamos ocorreu em 1919, quando se fez o reconhecimento do rio São Miguel, afluente da margem direita do Guaporé. Segundo consta, por aquela época, parte do povo Urupá já aceitara o contato e outra ainda resistia, inclusive atacando as Estações Telegráficas. O coronel Rondon os encontrou na bacia do alto Ji-Paraná, à margem de um rio que passou a carregar o nome daquele povo. Empenhado em recolher dados etnográficos, o militar resolveu ir a um sítio que os Urupás haviam abandonado fazia 50 anos. Dos entraves citados, o maior foi que os próprios índios não mais se lembravam como lá chegar. A sequência narrativa indica

422 Ver: Cândido Mariano da Silva Rondon, *Índios do Brasil: do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso*, cit., v. I; COMISSÃO de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, *Explorações dos Campos de Comemoração de Floriano ao Rio Guaporé (1912) – Relatórios da Zona Compreendida entre os Rios da Comemoração de Floriano e Pimenta Bueno (1913)*; Mato Grosso, s/ed., 1916; Manoel Theophilo da Costa Pinheiro, *Exploração do Rio Cautario*, Typographia Leuzinger, 1920; COMISSÃO de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso, *Relatórios Apresentados pelo Cel. Cândido Mariano da Silva Rondon*. Publicação nº 31, anexo nº 2, s/l, s/ed., 1916; COMISSÃO Rondon, *Exploração e Levantamento dos Rios Anari e Machadinho*, 2ª edição, Publicação nº 48, anexo nº 2, Rio de Janeiro, s. ed., 1945; COMISSÃO Rondon, *História Natural: Etnografia*, Rio Janeiro, Papellaria Luiz Macedo, s/d.; COMISSÃO Rondon, *Glossário Geral das Tribos Indígenas de Mato Grosso: Etnografia*. Tomo I, Publicação nº 76, anexo nº 5, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948; COMISSÃO Rondon, *Índio e Explorações Geográficas*, Rio de Janeiro, s/ed., 1955; entre muitos outros trabalhos.

que tal lugar situava-se no divisor de águas do Guaporé/Jamari/Ji-Paraná – afluentes da margem direita do rio Madeira ⁴²³.

Quando encontraram o sítio, fica evidente a sua importância já que ali, numa gruta, jaziam os ossos “de seus mais valorosos guerreiros”. Rondon pondera ainda sobre o presente e o futuro dos índios: “As caveiras estavam cuidadosamente depositadas dentro de igaçabas e trouxeram-me reminiscência do Brasil antigo, **cujos vestígios iam desaparecendo pouco a pouco, na noite dos tempos**” ⁴²⁴. Provavelmente, Cândido Rondon coletou os primeiro registros etnográficos sobre o existir dos Urupás, hoje classificados como parte da família linguística Txapakura, e que, ao longo do século XX, foram declarados extintos, o que felizmente não ocorreu ⁴²⁵.

Diante do exposto, causa-nos estranhamento que a documentação coligida não só por Rondon, mas também por seus oficiais, ainda hoje seja tão pouco usada por antropólogos e historiadores, revelando um preconceito incompatível com os dias que correm. Mesmo a documentação gerada pelo Serviço de Proteção ao Índio, que foi o órgão que primeiro demarcou territórios para aqueles povos, é pouco referida.

Dentre os primeiros estudos etnográficos sobre a margem direita do rio Guaporé, estão os do major inglês Percy H. Fawcett, de 1914. Numa época em que começavam a proliferar os barracões de seringueiros, Fawcett visitou o povo que denominou de Maxubi no alto curso do rio Colorado ⁴²⁶. Numa área próxima, Cândido Rondon já iniciara sua

423 Se tomarmos como referência um mapa da Capitania de Mato Grosso (1770) mandado tirar durante o governo de Luis Pinto de Souza Coutinho veremos um símbolo que nos remete à existência de uma aldeia “dos Oropás” postada entre um rio que fora nominado no “Diário da Expedição Encarregada da Abertura de uma Estrada do Forte de Bragança até Vila Bela” como rio Canastra e um dos braços formadores do rio Cautariós, portanto na bacia do rio Guaporé. Por motivos que desconhecemos estes Oropás não foram referidos nas páginas do citado Diário. Quando Rondon encontrou os Urupás em 1919 eles estavam situados na bacia do rio Ji-Paraná. João Carlos Garcia (coord.), *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Insua*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses p. 406/407, 2001.

424 Esther de Viveiros, *Rondon Conta sua Vida*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958, p. 437.

425 Sobre os Urupás ver: “Os povos Txapakura”, in: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/wari/860>. Da expedição do já então coronel Cândido Rondon aos chamados “Campos dos Urupa” ficaram 04 registros fotográficos dos índios Urupás que o acompanharam na coleta dos ossos enviados ao Museu Nacional. Ver: Cândido Mariano da Silva Rondon, *Índios do Brasil: do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso*, v. I, cit, pp. 161 e 162 e João Antonio Botelho Lucidio (coord.), *Catálogo Digital: Comissão Rondon – Serviço de Proteção ao Índio (1890 a 1940)*, Cuiabá, 2007.

426 Franz Caspar, “A expedição de P. H. Fawcett a tribo dos Maxubis em 1914”, in *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, São Paulo, Anhembi, V. 1, 1955. O indivíduo Fawcett acabou por virar uma lenda. Este personagem desde 1906 até 1914 viveu ininterruptamente na América do Sul. Suas primeiras expedições foram patrocinadas pela Royal Geographical Society, depois seria contratado para cartografar a fronteira entre Bolívia e Brasil. Finalmente, por volta de 1910, fez um acordo com periódicos ingleses que financiavam suas expedições em troca de fotos e narrativas exclusivas em que ele deveria ressaltar os perigos e os mistérios das selvas sul-americanas. Foi ao final desta fase que esteve nos seringais dos afluentes da margem direita do rio Guaporé e chegou até aos índios que ele chamou de Maxubi, mas após 1950, tal povo seria identificado como Arikapo do tronco linguístico Jabuti. Entre 1914 e 1918 fez parte do exército inglês durante a I Guerra Mundial. Na década de 1920 voltou a América do Sul, agora já Coronel, e organizou uma viagem ao Xingu onde desapareceu. A última notícia que deixou data do dia 29 de maio de 1925. Com destino ignorado e dado seu reconhecimento como explorador, logo as buscas pelo seu paradeiro e o fracasso de todas as expedições que tentaram localizá-lo o transformariam numa lenda.

ação entre de 1911/12 em expedições pelo divisor de águas Juruena/Guaporé/Ji-Paraná. Após a conclusão da Linha Telegráfica Cuiabá/Porto Velho/Guajará Mirim (1915), ele empreendeu um conjunto de explorações com vistas à elaboração da Carta de Mato Grosso, quando então realizou novos reconhecimentos dos rios: Ji-Paraná (1916); Cautário, Guaporé e Mamoré (1916/1917); e, novamente, em 1919 do rio Cautário ao Guaporé e, ao longo das quais procedia a rigorosas observações etnográficas ⁴²⁷.

Para além de Rondon, que contava com uma grande equipe de auxiliares altamente qualificados, os demais etnógrafos da primeira metade do século XX trabalharam de modo solitário e raramente estudaram mais de uma aldeia ou de um grupo, dos quais nos legaram publicadas suas reflexões ⁴²⁸. Etnólogos contemporâneos já fizeram várias leituras de tais escritos. No geral, eles registraram vocabulários, aspectos da vida material, relações de parentesco e casamentos, situações de contato, mitos e crenças. Quase não há investigações sobre o passado de tais grupos indígenas e se os mesmos, em outros tempos, mantiveram contatos com não-índios. Um dado final é que tais povos foram visitados por etnógrafos em fases muito tardias da convivência a que foram forçados com seringueiros ⁴²⁹.

Apesar de reconhecerem os etnógrafos supraindicados, os investigadores da atualidade preferem eleger como marco referencial de informações sobre aquele espaço uma constatação, que consideramos pouco acertada, do antropólogo C. Lévi-Strauss, para quem “diferentemente da maioria dos rios sul-americanos, o rio Guaporé não constitui um eixo de uma cultura homogênea, é antes uma fronteira do que um elo”. Antes de tudo, esta é apenas uma frase de efeito que não clarifica muito e podemos facilmente aplicar o mesmo raciocínio para os povos indígenas do alto Paraguai, por exemplo. Nas fontes não há evidências de que existiram espaços ameríndios de “cultura homogênea” e tampouco que os grandes rios da América do Sul fossem aglutinadores e/ou divisores de povos com a mesma identidade cultural.

427 COMISSÃO Rondon, “Linhas Telegráficas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas: photographias da construcção, expedições e explorações desde 1900 a 1922”, 2 v., Rio de Janeiro: [s.n.], 1922; e Cândido M. da Silva Rondon, *Índios do Brasil: do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso*, v. I, cit.

428 Georges de Créqui-Monfort & Paul Rivet, “Linguistique bolivienne. La famille linguistique Capakura”, in *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, tome 10, nº 1, 1913, pp. 119-171; Stig Rydén, “Notes on the Moré Indians, rio Guaporé, Bolívia”, *Ethnos*, Estocolmo, s.ed, 7 (2-3), 1942, pp. 84-124; Wanda Hanke, “Breves notas sobre os índios Mondé e seu idioma”, Curitiba, Dusenía, v. I, 1950, pp. 215-228; Harald Schultz, «Vocábulos Urukú e Digüt», *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, n. 5, vol. XLIV, 1955, pp. 81-97; Franz Caspar, “A aculturação dos Tuparis”, in Egon Shaden (org.), *Leituras de Etnologia Brasileira*, São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1976 [1957]; Luis Leigue Castedo, *El Iténez Salvaje*, La Paz, Ministerio de Educación, Departamento de arqueología, etnografía y folklore, 1957; Claude Lévi-Strauss, *Tristes Trópicos*, cit..

429 Ver: Denise Maldí “O complexo cultural do marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do médio Guaporé”, cit. pp. 215 e sgs; e Nicole Soares Pinto, *Do poder do sangue e da chicha: os Wajuru do Guaporé (Rondônia)*, cit., pp. 23 a 43.

Depois, Lévi-Strauss ainda afirma que os povos de cultura amazônica estariam à margem direita do rio Guaporé e que os seus tributários do lado esquerdo abrigariam uma área cultural Mojo-Chiquitana, portanto, Arawak. Outro problema sobre o qual já vimos alertando: que é o de perceber as fronteiras das territorialidades ameríndias circunscritas às fronteiras dos Estados nacionais sul-americanos. As fontes analisadas para a temporalidade século XVIII não nos permitem enxergar no rio Guaporé um divisor de povos e de áreas culturais distintas. Mesmo porque, como se dizia à época, uma mesma *nação* poderia estar tanto numa como na outra margem do rio.

A ideia do rio Guaporé como “fronteira entre distintas culturas ameríndias” ainda está presente em Denise Maldí, por exemplo. Esta autora mesmo reconhecendo que a margem oriental do rio Guaporé abrigava povos dos troncos linguísticos Tupi (Guarani, Tupari e Mondé), Txapakura e Jabuti, entende-a como uma área cultural distinta, mas aceita a tese de que a margem ocidental do Guaporé era enclave Arawak. Ao assim proceder, ela acaba por minimizar as capacidades dos povos indígenas se relacionarem sem a presença dos conquistadores. Ao fim e ao cabo, parece-nos que, ao aceitar tal tese, a autora reforça, mesmo que esta não fosse sua intenção, o entendimento das territorialidades ameríndias limitadas a partir das divisões político-administrativas dos colonizadores.

Para o caso dos estudos atuais sobre as sociedades indígenas que viviam na margem direita do rio Guaporé, o traço mais característico nos parece ser o de reduzir as investigações sobre o passado daqueles povos à primeira metade do século XX. Tal vício de olhar pode estar relacionado aos limites de entender o espaço a partir de sua inserção na economia mundial através da exploração dos seus seringais. Deste modo, segundo esses estudos, o número de povos indígenas radicados, seja nos tributários da margem direita do médio curso do rio Guaporé, seja ao longo da Serra dos Parecis – no ponto do divisor de águas das bacias Ji-Paraná, Guaporé e Juruena – oscilaria entre 09 e 17. Hoje seus remanescentes vivem, preferencialmente, em 05 Áreas Indígenas (A. I.), a saber: Pacaas Novos, Rio Branco, Rio Guaporé, Rio Mequens e Sagarana.⁴³⁰

As diferenças do número de remanescentes de povos indígenas no Guaporé oriental se deve a um maior ou menor recuo no tempo. Etnólogos, como Denise Maldí, que retrocedem as investigações ao século XVIII, identificaram um número maior de povos ou, como ela prefere dizer, de sociedades. Já os autores que limitaram suas reflexões ao século XX, encontraram-nos em menor número. Em voz corrente,

430 Ver: Denise Maldí “O complexo cultural do marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do médio Guaporé”, cit. e Nicole Soares Pinto, *Do poder do sangue e da chicha: os Wajuru do Guaporé (Rondônia)*, cit.. Conforme dados do Instituto Sócio Ambiental no território do estado de Rondônia, cujas terras estão compreendidas dentro das bacias do Guaporé, Jaci-Paraná, Jamari e Ji-Paraná, afluentes da margem direita do rio Madeira, vivem 20 etnias pertencentes a 10 famílias linguísticas, perfazendo cerca de 8.550 indivíduos. Ver: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>

isso se deveria aos extermínios após os contatos com seringueiros. O problema fulcral dessas abordagens é o da falta de aprofundamento sobre os contatos que datam do século XVIII e que, apesar de terem arrefecido ao longo dos novecentos, jamais cessariam de todo. Assim, para entendermos os séculos XIX e XX e até os dias atuais, é necessário voltarmos aos setecentos.

“Hua malsinada falsidade”

Em 1º de setembro de 1737, o ouvidor do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, em viagem para os novos descobertos auríferos do Mato Grosso, foi alcançado por portador com notícia que o capitão Antônio de Pinho Azevedo retornara das “Minas dos Goyazes”. Tal nova, que deveria ser alvissareira, foi recebida com frieza. O que causa espanto. Afinal, um ano antes, o próprio ouvidor havia convocado uma junta com os “homens bons” e senado da câmara daquela vila e, contrariando ordens régias, encarregou Antônio de Pinho Azevedo e Ângelo Preto Nobre para “abrir caminho destas Minas para as dos goiazes”. Ao que tudo indica o motivo do desapeço da citada autoridade régia seria o fato dos sertanistas terem “prisionado bastante gentio Bororô”⁴³¹.

Na carta que escreveu a Sua Majestade, o ouvidor, denunciava os paulistas como homens que ainda tinham por hábito cativar índios no sertão para vendê-los. Entretanto, vai além disto e afirma que, entre as práticas usuais, estava a de mentir sobre os motivos do cativo como uma forma de justificá-lo e legalizá-lo. “Tradição” que ele classificava como um “pestífero costume”. Já narramos, no capítulo 2, as artimanhas do capitão Antônio de Pinho Azevedo, junto ao governador da capitania de São Paulo, para regulamentar como escravos esses índios Bororos que ele havia capturado.

Com os argumentos utilizados, Antônio de P. Azevedo, conseguiu do governador a emissão de um bando que o autorizava a fazer guerra e cativar todas as nações ditas confederadas com os Kayapós. O ouvidor, furioso com o “aliado” de outras empreitadas, muitas das quais contrárias aos interesses da coroa, declarava então que tudo não passava de artimanhas do sertanista já que, todos sabiam, naqueles sertões apenas os Payaguás e Kayapós mereciam ser cativados. Para atalhar tal leviandade “obrigado de grande escrupulo, e encargo de consciencia” ele decidiu mandar “fazer hum edital, que modere o dº. Bando, porq. com a publicação delle se porâ este captiveiro no mayor auge”.

431 Todas as referências entre aspas que aparecem neste e nos próximos três parágrafos pertencem à carta escrita pelo Ouvidor do Cuiabá, João Gonçalves Pereira ao rei de Portugal Dom João V. Ver: “MF. 16, Doc. 204, AHU, 1737, setembro, 01, Cbá”, in: Eliane Maria Oliveira Morgado [et al.], *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*, Volume II, cit., p. 97.

Ao ouvidor não cabia poder de revogar atos do governador. Todavia, justificando que os argumentos apresentados pelos paulistas, para transformar os Bororos e demais “nações” que quisessem em confederados de Payaguás ou Kayapós, não passavam de “huma mal sinada falsidade”, emitiu outro bando que visava colocar termos às ações dos sertanistas. Dentre as limitações impostas destacamos: “que todas as pessoas que prizionaráo o dº gentio se sirváo delle, e não possáo vender, trocar, alhear nem escambar a troco de ouro, nem de outra couza que valha, sem que primrº preceda expressa resolução de V. Magª.”. Em seguida, diz que aguardava resposta da consulta que fizera ao rei e ao Conselho Ultramarino sobre se devia recolher capitação sobre os índios cativos da sua jurisdição, ou seja, os Termos do Cuiabá e do Mato Grosso.

O zelo por parte de Joao Gonçalves Pereira na defesa dos Bororos era novidade. O seu antecessor, poucos anos antes, tinha uma postura bem distinta em relação aos índios. Numa das cartas escritas pelo provedor da Fazenda Real encontramos informações sobre o modo como o ouvidor José de Burgos Vila Lobos, era na verdade possuidor de índios administrados e, contrariando ordens régias, se recusava a fazer a matrícula dos mesmos e a recolher o imposto sobre eles devido ⁴³². Consta também que não os batizava e nem os praticava na fé cristã como seria de seu dever e obrigação.

Os fatos arrolados nos parágrafos anteriores o foram com intuito de ilustrar a forma ambígua e circunstancial com que sertanistas e funcionários régios construíam argumentos e se aliavam ou se inimizavam quando se tratava da posse dos índios.

Antes de tudo é preciso termos claro que para a maioria daqueles homens do século XVIII os índios eram a mão de obra que dispunham. Portanto, dependendo do que estava em jogo, os argumentos que criavam para referendar suas ações podiam ser fantasiosos e as narrativas, por vezes, carregadas de muito sangue. Do mesmo modo que desconfiamos das justificativas dos sertanistas, não cremos nas boas intenções dos funcionários da coroa.

O que interessa clarificar é que, para os homens dos setecentos, independentemente do lugar ocupado, a hipótese mais viável para efetuar as conquistas era com e através dos índios, fossem “aliados” ou “inimigos”. Não percebemos os povos indígenas envolvidos em tramas que os colocavam como “guardiões das fronteiras” entre as monarquias ibéricas. Entender as relações entre conquistadores e conquistados apenas da perspectiva geopolítica limita em muito os olhares possíveis que o investigador pode lançar sobre aquele espaço.

432 “Cópia da Carta escrita ao Excelentissimo Senhor Conde e General pelo Provedor da Fazenda Real das minas do Cuyabá, Thomé de Gouvea e Saâ Queiroga, Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, 7 de Junho de 1734”, in Eliane Maria Oliveira Morgado [et al.], *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*, v. 1, cit. p. 58.

Vejamos, portanto, de outros vieses, como os povos indígenas foram incorporados às conquistas do Guaporé a partir dos descobertos auríferos nomeados como Mato Grosso.

Conforme reza a tradição no ano de 1734, os irmãos Fernando Pais de Barros e Artur Pais partiram do Cuiabá em demanda do *país* dos Parecis e fizeram nele presas. Por aquela época, eram tão caçados que estava difícil localizá-los, e os sertanistas, aproveitando o tempo entre um e outro ataque às aldeias, realizaram prospecções e encontram ouro. Então, os Parecis, juntamente com outros índios que acompanhavam seus administradores, foram os primeiros a trabalhar nos ribeiros auríferos das novas minas.

A presença indígena associada aos descobertos de ouro do Mato Grosso aparece nos *Anais de Vila Bela* desde 1734, nas palavras de seu narrador, a partir de quando oficiaram às autoridades do Cuiabá sobre as novas minas: “Ficou Artur Pais na dita **com o gentio que havia conquistado**. No mesmo ano de 1734... e **deu ao Abreu carijós** para que servissem de guia” (grifos nossos).⁴³³ Ou seja, a presença indígena esteve ligada àquelas conquistas já na primeira hora. Um fato que faz necessário reafirmar é que os novos descobertos ocorreram num espaço em que a presença indígena (Pareci) havia sido esvaziada em função de intensas ações preadoras.

Mas os Parecis não foram os únicos índios administrados a trabalharem nas minas novas do Mato Grosso. Uma carta do provedor da Fazenda Real do Cuiabá, Manoel Rodrigues Torres, datada de 1738, ao informar sobre a matrícula dos índios administrados naquelas minas dizia: “... que a capitação dos índios que se acham nestas minas como são Parecis, Cabexys, Mambarés Waccayris e outros da mesma condição”⁴³⁴. Ficamos assim sabendo de mais povos que eram descidos e que, possivelmente, vivessem na faixa de terras entre as nascentes dos rios Cuiabá, Arinos, Juruena e Guaporé.

Ao analisarmos as fontes portuguesas, veremos que, para os anos 1734 até 1742, as informações sobre indígenas no caminho próximo às minas e no rio Guaporé e seus afluentes são escassas. É preciso lembrar que os súditos da coroa de Portugal iniciaram as conquistas do Mato Grosso e, depois do Guaporé, pela sua margem oriental. Não podemos também esquecer que os afluentes da margem ocidental do mesmo rio eram ocupados pelos jesuítas do Peru desde 1708. Isto significa que, quando os sertanistas do Cuiabá chegaram àquela espacialidade, os povos indígenas que ali viviam já haviam mantido algum contato com não índios e que a maioria deles fugia às aproximações.

433 Janaina Amado e Leny Caselli Anzai (Org.), *Anais de Vila Bela 1734-1789*, cit., pp. 39/40.

434 “Carta de Manoel Rodrigues Torres, Intendente e Provedor da Fazenda Real de Cuiabá à Sua Magestade, D. João V, datada de Cuiabá, 30 de junho de 1738”, Microficha 17, documento 212, Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional – UFMT.

Em 1734, a missão de Mojos, cujo início data de 1682, já era composta por 22 reduções localizadas entre a margem oriental do rio Beni, ambas as margens do Mamoré e alguns afluentes da margem ocidental do Guaporé – que mais diretamente interessa a esta investigação. Dessas 22 reduções, 6 ficavam no raio de ação dos luso-brasileiros. Na década de 1740, mais 3 reduções foram abertas naquele espaço. As reduções postadas às margens oriental do Guaporé seriam transferidas por força do Tratado de Madrid (1750).

Mas, voltemos aos anos iniciais daquelas conquistas e tratemos do reconhecimento do rio Guaporé, ocorrido no ano de 1737, bem como das notícias surgidas no ano seguinte sobre grupos indígenas que ali viviam. Se de início aqueles mineiros frequentaram o rio Guaporé para realizar pescarias e não ousavam passar além “da barra do rio Verde, por haver notícias que daí para adiante tinha muito gentio”, esse tempo foi breve.

Ainda em 1738, o brigadeiro regente das minas do Cuiabá, Antônio de Almeida Lara, mandou a Antônio Almeida de Moraes examinar serem verdadeiras, ou não, as notícias sobre a proximidade das aldeias dos jesuítas de Castela. Caso se comprovasse a expedição verificadora deveria retornar sem manter qualquer contato com os religiosos ou com seus índios reduzidos. Segundo o narrador dos *Anais de Vila Bela*, “daqui seguiu abrir essa conquista ao gentio, que depois seguiram outros muitos”⁴³⁵. Ou seja, em fins daquele ano, deu-se início à caça aos gentios que viviam nas proximidades do rio Guaporé abaixo e, pouco depois, por seus afluentes da margem oriental. Assim, associado à caça ao índio, foi que descobriram pintas de ouro no rio Corumbiara (1741/42).

Sobre o reconhecimento do espaço dito Guaporé oriental, as notícias são de que, em dezembro de 1741, saiu do arraial de São Francisco Xavier uma bandeira comandada por Antônio de Almeida Moraes que se estabeleceu na barra que faz o rio Candeias no Guaporé a conquistar gentios e descobrir ouro. Nessa localização era provável encontrar índios Guarayos o que, nos parece, ocorreu. Nas palavras do ouvidor do Cuiabá, que segue em seu relato o que ouviu do próprio cabo daquela bandeira, ele havia conversado com um índio que lhe dera informações sobre outros grupos indígenas. Vejamos:

Pelo nosso rio Guaporé abaixo achara um índio velho que andava na sua montaria ao qual **por falar a língua geral da terra, perguntara** se havia por aquelas partes muito gentio e lhes dissera: que se rodasse para baixo acharia tantos e tão guerreiros que o poria em grande aperto e consternação, e se navegasse pelo dito ribeirão acima acharia também bastantes, mas menos

435 Janaina Amado e Leny Caselli Anzai (Org.), *Anais de Vila Bela 1734-1789*, cit., 44.

guerreiros e inimigos dos que habitavam rio abaixo, à vista **se resolvera não passar adiante e mandar suas bandeiras terra adentro...**⁴³⁶ (grifos nossos).

As fontes, aos poucos, vão nos permitindo entender aspectos das conquistas no Guaporé. Uma bandeira de prear índios. Um informante natural daquelas paragens que falava língua conhecida dos sertanistas. O fato de encontrar um falante da língua geral significava a proximidade de grupo da família linguística tupi-guarani que poderia ser Guarayos ou Pausernas que habitava entre os rios Verde e Paraguá. Passava-se a saber onde viviam os índios mais fáceis e os mais difíceis de serem cativados. Ficava-se ciente das guerras interpovos e abria-se a possibilidade de jogar com tais informações. Assim, aqueles sertanistas optaram por não descer o rio Guaporé, tomaram um seu afluente da margem direita e buscaram conquistar povos que estavam terra adentro. Deste modo, acabaram retardando o encontro com índios catequizados e com os jesuítas de Mojos.

Dos resultados do “aprendizado” que se procedeu sobre os índios locais, ficamos sabendo pelo ouvidor do Cuiabá quando o mesmo relata que “nos fins de fevereiro (1743) chegaram ao Mato Grosso Antônio de Almeida com suas tropas com bastante gentio de várias nações que conquistaram”⁴³⁷. Essa bandeira, que se iniciara em dezembro de 1741, durou cerca de um ano e dois meses. Denise Maldí, que não especifica onde conseguiu a informação, diz que, “Antonio Almeida de Moraes foi o primeiro a manter contato com os tupi *Guajaratas* do alto médio Guaporé: como não se submeteram, foram arrasados”⁴³⁸. Desconfiamos que esses “Guajaratas” referidos por Denise Maldí sejam os *Guaraiutá* que, segundo José G. da Fonseca, teriam enfrentado a citada bandeira em 1741, ou podem ainda ser os *Guarayutuz* referidos por aquele ouvidor em 1742.

Um documento que ajuda a clarificar sobre quais povos indígenas viviam no rio Guaporé abaixo foi o inquérito mandado tirar pelo ouvidor do Cuiabá, João Gonçalves Pereira. Por ele sabemos, por exemplo, que da parte do ocidente “após se passar uma grande penedia, semelhante a um palácio (lugar conhecido como “as Torres”), se

436 Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750), Antecedentes do Tratado*, Parte III, Tomo II, cit., pp. 52 a 80; Este documento já foi publicado em várias ocasiões, das quais destacamos as seguintes: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, vol. 107: 49-55, 1987 e João Gonçalves Pereira, Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos, Cuiabá, IHGMT, Coleção Publicações Avulsas nº 39, 2011, p. 12. Uma cópia manuscrita encontra-se no A.H.U., Mato Grosso, cx. 3; doc. 175.

437 “Relação summaria da prem^a. viagem que fizerão Tristão da Cunha Gago, Francisco Leme do Prado, e outros pello rio Guaporé abaixo, encaminhada pelo Ouvidor Geral da Comarca do Cuyabá, João Gonçalves Pereira, Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá de Setembro 20 de 1743 an^s.”, in: Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750), Antecedentes do Tratado*, Parte III, Tomo II, cit., pp. 52 a 56.

438 Meireles, Denise Maldí, *Guardiães da Fronteira: rio Guaporé, século XVIII*, cit., pp. 114/115

comunica o gentio Guaraiú com os índios das missões de Chiquitos”. Logo depois, ele nomina outros índios como os Aricoronis, os quais, elucida Denise Maldi, “falavam uma língua que foi considerada semelhante ao rokorono, devendo ser, portanto, txapakura”. Isto significa que não eram Tupi como os seus vizinhos os Guarayos e os “Guajaratas”, respectivamente, das famílias Tupi-Guarani e Tupi-Tupari.

Aos poucos vão aparecendo notícias, e é possível formar algum conhecimento sobre o espaço Guaporé e a configuração de sua ocupação pelas distintas “nações” indígenas. O ouvidor informava também sobre a missão de Mojos que já havia sido visitada pelos moradores do Mato Grosso no ano antecedente e fornece detalhes sobre a localização e as distâncias de algumas de suas reduções, bem como sobre os índios missionados, seus costumes e meios de produção.

Todavia, é o item 3º do inquérito, mandado tirar pelo ouvidor, que permite formar uma ideia mais consistente sobre quais eram os índios bravos encontrados naquele sertão. As respostas dadas permitem averiguar os conhecimentos que já se detinha sobre os distintos povos e dos quais se tinham notícias ou com os quais já haviam mantido contatos. Apresentamos a seguir quais foram os primeiros grupos a serem nominados pelos sertanistas no Guaporé.

Povo	Localização	Características
Guarayu	Rio Paraguá – até a barra que faz no Guaporé. Da parte Ocidental	Revellados das miçoins dos Chiquitos e andão muitos espalhados por todas as miçoins, e pellos sertoins circumvizinhos fazendo guerra a todas as naçoins... e tragadores de carne humana, fallam a lingoa Geral em parte Corruta.
Urumu	Da boca do Paraguá para baixo. Habitão por Sangradouros e reductos, e por toda aquella gr ^{de} . distancia de vargens.	Gente Barbara, são vallentes e guerreiros, e todos os temem tem poucas feitorias pella p ^{te} . do Poente, e muitas da p ^{te} . do Oriente.
Guarayutuz	Habitão nas vizinhanças da Serrania, no centro da terra, e pella parte do rio abaixo, ou do norte.	Viviam todos da parte do oriente do rio Guaporé.
More	Dous dias antes de chegar a barra de cima do braço do S. Migl. confinão os Mores, pella parte do rio acima com Urumus; pella parte do Ocçidente e centro da terra com as miçoins e pella p ^{te} . de baixo com as miçoins de Baures; pella parte Oriental com o gentio Aricoroni.	São estes inumeráveis de hua, e outra p ^{te} . do rio, entre elles está fundada a d ^a . mição de S. Miguel, muitos são domésticos, e baptizados, outros já forão à mição mas não obedecem, e outros são barbaros.
Aricoroni	Descendo o rio abaixo antes de chegar a barra, debaixo do braço do São Migl. se vé da parte Oriental huá Serra baixa que principia pouco acima da d ^{ta} . barra e vay findar tres dias e meyo de viagem, rio abaixo e pellas vizinhanças da d ^{ta} . Serra viu o d ^{no} . Gentio Aricoroni.	O d ^{no} . Gentio Aricoroni, que hé innumeravel, hé gente barbara çem uzo algum de navegação. Com os Aricoroni não tiverão encontro por não usarem Canoa, e somente os virão na terra firme.

Fonte: João Gonçalves Pereira, *Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos*, cit., pp. 66/68.

Esta fonte possibilita outras informações sobre os povos “bárbaros” que viviam ao longo das margens do rio Guaporé, muitos dos quais foram missionados, descidos ou escravizados. Tal processo fez com que vários grupos se embrenhassem cada vez mais para as cabeceiras dos tributários da margem direita do citado rio, já que fugir para sua margem ocidental significava ir ao encontro das reduções jesuítas dos Baures. Outro dado é que, dos povos reduzidos entre os Baures como os Guarayos, Morés e Aricoronis, muitos grupos ainda se encontravam vivendo longe da influência cristã. Isto nos coloca outra questão: a de que as migrações da margem ocidental para a oriental do Guaporé podem ter se iniciado desde que os jesuítas fundaram as reduções dos Baures (1709 a 1725) e se acentuado depois de 1740, seja devido aos sertanistas, seja pela abertura de novas reduções. Sobre os povos indígenas das reduções dos Baures tratamos no capítulo 4.

A sequência da narrativa permite ir descortinando algumas das ações dos sertanistas para com os ameríndios que encontravam. Por exemplo, na entrada de 1742, cujo cabo foi Francisco Leme do Prado, consta que tiveram dois encontros com o gentio que eles nominaram Urumu ou Orumus que não descambou para o confronto porque os nativos aceitaram as prendas oferecidas. Ainda naquele ano, Antônio de Almeida Moraes teria assaltado duas aldeias ou, como se dizia, “alojamentos” dos Aricoroni onde “matarão alguns e fizerão preza em outros”. A leitura que o ouvidor João Gonçalves Pereira faz indica este como o motivo pelo qual, na segunda descida que se fez pelo Guaporé (1743), “não virão Orumus, mas antes os alojamentos que estavam junto do rio, os acharão despovoados, as Cazas queimadas... q çem duvida se retirou com medo dos Brancos”. Tal sítio veio a ser designado pelos sertanistas como “Caza Redonda”.

O lugar chamado “Caza Redonda” foi reivindicado por luso-brasileiros desde pelo menos 1746⁴³⁹. Para descrevê-lo recorreremos à narrativa de José Gonçalves da Fonseca:

Depois de passar duas ilhetas próximas **se chegou ao Citio chamado Caza redonda. Onde haviaõ no anno de 1743 doze aldeãs de Gentio, quando os moradores de Matto Grosso exploraraõ a primeira vez o Guaporê**, e logo Se mudou p.^a

439 Segundo o Barão de Melgaço era um “Sitio da margem esquerda do Guaporé, quasi defronte da foz do rio Corumbiára. Annos antes da fundação de Villa Bella (1752) ahi se acharão estabelecidos Domingos Alves da Cruz e Domingos Ribeiro com grande numero de índios. Em 1754, de ordem do governador Rolim de Moura, foi para esse logar o missionário jesuíta padre Agostinho Lourenço, afim de reunir, disciplinar e cathechizar os índios com os quaes tinha-se de fundar, e com effeito fundou, a missão de São José, que mudou-se em 1756 para o rio Mequens.” Augusto Leverger, *Apontamentos para o Diccionário Chorographico da Provincia de Matto-grosso*, cit., p. 353.

a Serra: a principal Aldeia era formada em circulo, e no meyo huma Caza a modo de Anfiteatro, e por isso se apelidou Caza Redonda ⁴⁴⁰ (grifos nossos).

Ainda que ele não indique que “nação de gentio” vivia nas doze aldeias, a sequência da narrativa permite aventar possibilidades. Primeiro, há que se corrigir a data indicada na citação de 1743 para 1742. Um dado a ser ponderado é que o lugar que nominaram “Caza Redonda” ficava próximo à boca que no Guaporé faz o rio Cavalleiro – que depois veio a ser o Corumbiara. Segundo J. Gonçalves da Fonseca, por este rio “sahirão Antonio de Almeida e Tristão da Cunha Gago, primeiros descobridores das terras do gentio chamado Corumbyara”. Então, este dito gentio habitava um lugar rio acima. Ao nos reportarmos ao ouvidor João Gonçalves Pereira e à Carta de Mato Grosso de Rondon, entendemos que habitava a “Caza Redonda” a nação dita Urumu que foi vista da boca do rio Paraguá para baixo até a altura do Corumbiara. Depois se mudaram para a “serra” – nas fontes, esta expressão genérica, era usada para se referir à extensa Serra dos Parecis.

A ocupação daquele sítio por sertanistas teve grande impacto sobre os indígenas não missionados e os padres das reduções dos Baures. Desde 1752 a coroa portuguesa, através do governador Rolim de Moura, reconheceu a importância do local. Uma Portaria passada a Domingos Alves, pelo citado governante, determinava-lhe que “se conserve no mesmo sítio, conservando também os Indios que estão debaixo de sua administração... e outrossim intimará o dito Domingos Alves a mesma ordem aos que se achão na Ilha Comprida” ⁴⁴¹. Fica evidente que o governador queria manter a posse de tais sítios como forma de assegurar direitos de sua monarquia, conforme rezava o Tratado de 1750.

Segundo os *Anais de Vila Bela*, Domingos [Oliveira?] da Cruz e seus comandados viveram na “Caza Redonda” entre meados dos anos de 1740 até 1753, ⁴⁴². Esse homem foi morador das minas do Mato Grosso e era caçador de índios. Do que consta, uma vez ali radicado estabeleceu convivência pacífica com “vários caciques com seus lotes de gentios de duas nações, Guajurutãs e Mequéns”, que o auxiliavam na captura de outros “lotes” de índios⁴⁴³. Esse

440 Primeira Exploração dos Rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749 por Ordem do Governo, in: *Memorias para a História do Extincto Estado do Maranhão...*, cit., p. 397 e sgs. Ver também: “Diário Abreviado da Navegação do Rio Madeira”, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, vol. 107, 1987, p. 86.

441 “Portaria que se passou p^a. Dom^{os}. Alz, e os maiz companhr^{os}. q’ com elle assitem na Caza Redonda”, Chapada [de São Francisco Xavier], 10 de Jan^o de 1752, APMT, Manuscrito, Livro C - 06; f. 2v.

442 Ainda que nos *Anais de Vila Bela* o nome deste morador da “Caza Redonda” apareça grafado Domingos Oliveira, outras fontes lhe dão nome de Domingos Álvares da Cruz, conforme se pode perceber na citação anterior. Ver: “Portaria que se passou p^a. Dom^{os}. Alz, e os maiz companhr^{os}. q’ com elle assitem na Caza Redonda”, cit.

443 Janaina Amado e Leny Caselli Anzai (Org.), *Anais de Vila Bela 1734-1789*, cit., 74.

sertanista e “seus” índios associados espalharam terror pela margem oriental do rio Guaporé. A escolha por essas duas nações como “aliadas” não foi fortuita e deveu-se ao fato de conquistadores e conquistados falarem a língua geral. Talvez, essa associação e por conviverem os índios em arraial na “Caza Redonda”, leve os investigadores atuais a apontarem tal espaço como ocupado por grupos indígenas de origem Tupi.

Mas nem todas as ações dos sertanistas das minas do Mato Grosso ocorreram ao longo da madre e das margens do rio Guaporé. Quando os moradores daquelas minas, capitaneados por Francisco Leme do Prado, alcançaram as primeiras reduções da missão de Mojos, em 1742, o já referido sertanista, Antônio Almeida de Moraes, desde 1741, havia navegado uma parte do rio Guaporé, subido por um seu afluente da margem direita e penetrado os sertões em busca dos gentios da terra. Essa epopéia, em parte, nos é narrada por José Gonçalves da Fonseca (1750). Essa bandeira, pouco referida, permite redirecionar o foco das ações apenas das margens do rio. Ao mesmo tempo nos faculta ampliar o leque de povos indígenas encontrados pelos conquistadores no Guaporé oriental.

Devemos informar que o único registro que sabemos existir sobre a expedição (1741/42) e o arraial (1743) comandados por Antônio de Almeida foi aquele deixado por José Gonçalves da Fonseca. Esse narrador fez questão de esclarecer que “o que fica escripto destes descobrimentos foi ouvido referir aos dous descobridores Antonio de Almeida e Tristão da Cunha e também à Rodrigo Francisco, homens de toda verdade”⁴⁴⁴.

O trajeto e a localização dos terrenos batidos por Antônio de Almeida de Moraes e seus comandados são difíceis de precisar. Ao considerarmos a “Notícia” de Francisco Leme do Prado, ficamos sabendo que uns moradores do Mato Grosso, desde 1741, rodaram pelo Guaporé até a altura da boca do rio Verde e, após sua barra, entraram no segundo sangradouro que deságua no mesmo Guaporé pela margem direita, que subiram e, depois, por terra, chegaram a uns braços da Serra dos Parecis e alcançaram as nascentes de vários rios. Entre outros, o Cavalleiro, e por encontrar em seu alto curso índios com o nome de *Corumbyara*, renomearam o dito rio.

Segundo as narrativas colhidas por José Gonçalves da Fonseca cinco anos após o início oficial das prospecções, os descobertos do Mato Grosso já apresentavam sinais de esgotamento do ouro de aluvião. Do mesmo modo que

444 José Gonçalves da Fonseca, “Primeira Exploração dos Rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749 por Ordem do Governo...”, cit., p. 407.

no Cuiabá, havia falta de água e os trabalhos de desmontes das lavras auríferas passaram a requerer investimentos de capital na construção de tanques para armazenar água e de canais para seu transporte até o local onde os veios eram perenes e mais abundantes ⁴⁴⁵. Então, alguns de seus moradores se voltaram para as atividades de cativar índios. De tais atividades, temos notícias apenas da citada bandeira de Antônio de Almeida que foi composta por “hum corpo de 50 homens, no qual se incluíam 15 brancos Portuguezes e Paulistas”.

O narrador, à medida que elenca as dificuldades, exalta sua superação pelos membros da bandeira e vai indicando os “gentios” por eles encontrados. É preciso que estejamos alerta sobre a miríade de povos que em geral são referidos. Antes de tudo, não sabemos como os sertanistas procediam para nomear os grupos indígenas que iam contatando. É bom estarmos atentos para não apregoarmos o desaparecimento de povos que simplesmente podem ter sido renomeados em distintas situações de contato. Quando tratamos deste tema para os povos das bacias dos rios Paraguai e do Guaporé ocidental (capítulos 2 e 4), verificamos que os súditos da coroa de Espanha usavam a língua como critério para distinguir as nações indígenas. Todavia, as fontes portuguesas não nos fornecem dados seguros sobre como os sertanistas procediam.

A pista que seguimos nos foi fornecida por José Gonçalves da Fonseca. Ao tratar do modo como os índios viviam na redução de São Miguel, ele ressalta que uma das dificuldades encontradas pelos padres era a inexistência de “um *idioma geral*, para estes índios, como sucede no Brasil”. Segundo suas observações havia em São Miguel “uma multidão de indivíduos” que eram agrupados em grandes casas que abrigavam de três a quatro famílias de cada nação, sendo que o cuidado principal do padre era não misturar na mesma casa nações de línguas diferentes. Ou seja, também no Guaporé, a experiência dos jesuítas estabeleceu como critério para definir um grupo como nação a língua.

Voltemos à narrativa e aos povos encontrados pela bandeira de Antônio de Almeida Moraes. Subindo por um sangradouro da margem direita do rio “e a poucas jornadas acharão a opposição do gentio chamado *Guaraiutá* de espírito tão guerreiro, que com desprezo da invasão em que se vião surpreendidos por aquelles Sertanistas, chegarão a atacar-lhe a sua mesma bagagem”. O desfecho acabou desfavorável aos *Guaraiutás*, por terem dentre os seus muitos mortos e

⁴⁴⁵ Para uma primeira abordagem sobre a importância da água e os investimentos de capital para seu armazenamento e transporte nas minas do Mato Grosso ver: João Antonio Botelho Lucidio, “O Arraial da Chapada de São Francisco Xavier: Termo do Matto Grosso, Capitanias de São Paulo e do Mato Grosso e Cuiabá (1736 – 1830)”, in: Paulo Zanettini (Coord.), *Projeto Fronteira Ocidental – Fase 2, Processo de Tombamento do Arraial da Chapada de São Francisco Xavier – Termo do Mato Grosso, Relatório Parcial – História*, Cuiabá, 2004.

outros aprisionados, tomados como despojo de guerra, e, por isso, sua escravidão dita justa. Tal bandeira, ao transitar pelo rio Cavalleiro ou Corumbiara, achou mostras de ouro. Em fevereiro de 1743, voltaram aos arraiais do Mato Grosso onde deram miúdas notícias das pintas de ouro encontradas.

Naquele ano ainda, muitos moradores do Mato Grosso, inclusive seu guarda-mor, em acordo com os descobridores do Corumbiara, deliberaram subir o citado rio até seus mais altos formadores, onde fundaram um Arraial. Tal aventura demoraria três meses até que se convenceram de que o ouro encontrado era de pouca monta. Circularam ainda boatos de que nas “serras gerais” (Serra dos Parecis), havia ribeiros com mais possibilidades, entretanto, “era preciso debellar ou metter de paz as nações de gentio bravo que mediavão até as Serras”. Como não dispunham de armas e homens suficientes abandonaram o Arraial e retrocederam para as minas de origem ⁴⁴⁶.

Experimentados que eram daqueles sertões, Antônio de Almeida Moraes e Tristão da Cunha resolveram compensar o fracasso da mineração com a captura de gentios. Essa expedição foi realizada pelas fraldas da “serras gerais” e através do divisor de águas dos rios Guaporé e Ji-Paraná. Outro ponto que destacamos foi que tal iniciativa possibilitou um primeiro reconhecimento do espaço que mediava entre uma parte da Serra dos Parecis e o rio Guaporé. Assim, por exemplo, ao contar que os índios das nações “Guatarós, Maurés, Taquaras e Causinos são de fácil genio para se reduzirem”, eles não só informavam que tais índios viviam nas reduções jesuíticas de São Miguel e São Simão, como indicavam que eram de 10 a 11 dias a jornada, a pé, entre as altas cabeceiras do rio Corumbiara e a última das reduções referidas.

Não sabemos precisar o que aconteceu com os povos indígenas situados do lado oriental do Guaporé, quando dos descobertos das minas do Mato Grosso e das conquistas em seus afluentes daquela margem. Todavia, as narrativas que acompanhamos permitiram elaborar o quadro abaixo com referência aos seus possíveis habitantes entre 1741/49.

⁴⁴⁶ Esta informação tem seu contraditório. Segundo consta da narrativa dos Anais de Vila Bela, os descobertos de ouro do Corumbiara não foram abandonados naquele ano de 1743, e sim no ano de 1746. Vejamos: “Com essa notícia do Arinos, deixaram-se os sertanistas da conquista do Corumbiara que, para vencer a que faziam de exame de ouro, era preciso vencer primeiro, o muito gentio que aquela campanha tem”. Ver: Janaina Amado e Leny Caselli Anzai (Org.), *Anais de Vila Bela 1734-1789*, cit., 47.

Povo	Localização	Observações
Aricoroni	Aldeia Santa Rosa. Acima da foz do Guaporé no Mamoré e antes da foz do Itonomas no Guaporé.	Cita sem nominar, “outra nação” que vivia na mesma margem oriental.
Morés	Aldeia de São Miguel – esteve na margem esquerda do Guaporé, mas desde 1744 havia sido transferida para o rio São Miguel que era um braço da margem direita do Guaporé.	Também há indicação de grupos desta nação, que “viviam na margem oriental até a chapada da Cordilheira geral”.
Causinos Cagecerês Morés	Aldeia de São Simão (1746) – rio do mesmo nome.	Desde antes de serem reduzidos viviam da margem direita do Guaporé até as “serras gerais”.
Jaguarotás Mequens Guatarós Cagecerês Morés	Que todos são habitantes da margem oriental do Guaporé desde esta aldeia (de S. Simão) até o sitio chamado Corumbiara.	Muitos destes ainda estavam vivendo nas matas desde as margens do Guaporé até as cordilheiras gerais em 1769.
Mequens Ababás Paivajaes Urupunás	Ilha Comprida ou Ilha Grande – o rio Mequens deságua no Guaporé na sua altura.	“Nações que habitão o continente da parte oriental do rio, e em que os moradores tem feito o destroço mencionado...”
Travessões Pataquins	Nações distintas, mas confinantes,... povoão as chapadas das serras geraes da parte que olhão para o poente.	O dado “da parte que olhão para o poente” pode indicar que viviam na bacia do Ji-Paraná.
Ameões Guaiorotás	Quase vizinhos dos Pataquis.	Tal vizinhança pode indicar proximidade com divisor de águas Guaporé/Ji-Paraná.
Guaraiutá Corumbyara	No rio Cavalleiro.	Parece-nos que os Corumbyara estavam nas suas cabeceiras e os Guaraiutá mais próximos da foz.
Amiós	Das cabeceiras do Corumbiara buscando o campo ao norte e já perto das serranias que cobrem as aldeias de S. Simão e S. Miguel.	Foram escravizados por Antonio de Almeida em 1743.
Guazaités	As cabeceiras do Corumbiara e serra geral.	Mais atrevidos – venceram os sertanistas em 1743.
Membarés Guiuiás	Seus confinantes (dos Guazaités). Portanto nas cabeceiras dos rios que nascem na Serra dos Parecis.	Não são ferozes, o gentio he dócil, e de boa disposição para serem praticados.
Ababás Urupunás	Nas cabeceiras dos rios que nascem na Serra dos Parecis.	Tragadores de carne humana, são de alguma rebeldia para negociação de paz.
Guatarós Maurés Taquaras	Nas cabeceiras dos rios que nascem na Serra dos Parecis. Delles se tem recolhido muitos as aldeias de São Miguel e São Simão.	São de fácil gênio.

“Primeira Exploração dos Rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749”, cit. pp. 373, 388, 392, 394, 397, 398 e 405 a 407.

Para além do ponto onde Antônio de Almeida se arraialou e saía a cativar índios, os sertanistas do Mato Grosso fundaram mais duas “bases” na margem do rio Guaporé com os mesmos propósitos. Referimo-nos aos sítios da Caza Redonda, do

qual já tratamos, e da Ilha Comprida, do qual falaremos a seguir. Tal ocupação, desde logo, gerou conflitos com os padres das reduções dos Baures que também iam àquele rio catequizar índios para o grêmio da igreja e súditos para a coroa de Espanha.

A chamada Ilha Comprida, situada no Guaporé, a muita distância dos arraiais do Mato Grosso, foi um lugar de fama duvidosa. Segundo os *Anais de Vila Bela* 1746, “foi este o primeiro ano que se foram situar em arraial na Ilha Comprida de onde uns saíam à pescaria, que seca ou salgada, traziam a estas minas, e outros tomavam os sertões a conquista do gentio”. Três anos depois, em 1749, era uma espécie de arraial de homens especializados em capturar indígenas. José Gonçalves da Fonseca assim a descreve:

Chama-se a esta Ilha grande, ou comprida, por Ser a mais dilatada das m.^{tas} que tem este rio Rio, hê alagadissa nas Cheas e sô no principio tem hum pequeno reducto de terra arienta, em que estavaõ nove ranchos cobertos de palha, em que estavaõ seis brancos e Seis mestiços dezertores de mato grosso, que viviaõ de apanhar Indios, que vendem ⁴⁴⁷.

Se for verdadeira a informação de que, da outra parte do rio, habitavam tantas nações de índios, então a ocupação daquele espaço se justificava pela sua caça. Não entram nesta conta os índios cristãos que estavam reduzidos na missão de Mojos e que, por essa época, segundo os jesuítas de Castela, também passaram a ser capturados pelos sertanistas. Esses, por sua vez, argumentavam que os índios reduzidos vinham até eles de vontade própria, pois os padres não possuíam os bens metálicos que tanto os atraíam. Sabemos, por várias fontes, das alianças de sertanistas daquela Ilha com caciques que compunham “as bandeiras” e que serviam de *linguará* na captura de índios inimigos para cativar.

Apesar de alagadiço, o que limitava bastante suas possibilidades de ocupação, o lugar da Ilha Comprida era estratégico. Tanto que o governador Antônio Rolim de Moura, que deveria zelar pela liberdade dos índios, permitiu e incentivou que seus moradores ali se mantivessem com seus administrados. Entre os fatos que as fontes nos revelam, um que chama a atenção é o dos padres terem utilizado os serviços dos moradores daquele local para capturar índios no sertão, que deveriam ser encaminhados para as suas reduções. Mas, como os sertanistas nem sempre cumpriam o que fora acordado, em pouco tempo os jesuítas passaram a referir-se àquele lugar como esconderijo de facínoras da pior espécie e tentaram expulsá-los dali.

447 “DIÁRIO Abreviado da Navegação do Rio Madeira”, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, vol. 107, 1987, p. 85.

Esta pecha de lugar maldito em grande medida foi construída depois de 1753 e divulgada a partir da narrativa do jesuíta português Agostinho Lourenço – na verdade aquele padre defendia a extinção do arraial, pois era da sua obrigação fundar uma missão no Guaporé. A seguir, destacamos alguns trechos da narrativa do padre Lourenço. Não se pode precisar quanto há ali de exageros.

Não era outra coisa, esta povoação, mais do que um covil de salteadores de vidas, honras e fazendas dos índios a quem declararam guerra sem outro motivo, e sem mais autoridade do que a cobiça. Armavam-se de 50 a 100 homens, e, deixando guarda no arraial, se lançavam ao sertão, e investindo com a primeira aldeia de índios que encontravam, matavam a todos os que pegavam nos arcos para a sua justa defesa, e aos mais que não escapavam fugindo metiam em correntes e gargalheiras, destruíam ou queimavam as casas, arrasavam as searas, matavam as criações e voltavam triunfantes para a sua Ilha Comprida, onde se repartiam os vencidos pelos vencedores e destes passavam em contrato de venda a Cuiabá e Mato Grosso,...⁴⁴⁸.

Exageros à parte, a citação permite estender aos sertanistas que participaram das conquistas do Guaporé práticas ancestrais de cativar índios. Ou seja, passados mais de 20 anos, os paulistas que descobriram as minas do Cuiabá e depois do Mato Grosso, insistiam em fazer dos descimentos de índios um lucrativo negócio, ainda que todos soubessem que, ao atentar contra a liberdade dos índios, infringiam as determinações da coroa.

Assim como já ocorrera nas conquistas do Cuiabá, em relação à missão de Chiquitos, não consta que os moradores do Mato Grosso, radicados na Ilha Comprida, atacassem as reduções da missão de Mojos, mesmo aquelas que lhes eram vizinhas. Se levarmos em conta que o número de partícipes nas expedições variava entre 50 a 100 homens, então é possível que muitos deles fossem indígenas oriundos do próprio Guaporé, uma vez que a população de “brancos” do Mato Grosso era reduzida. Ficamos também sabendo o destino dos cativos: abastecer de mão de obra o mercado da distante vila do Cuiabá e dos mais próximos arraiais e minas do Mato Grosso.

A citação nos alerta sobre a necessidade de entendermos como sertanistas, agentes da coroa portuguesa e jesuítas de Castela conviveram no vale do rio Guaporé. Já indicamos a suspeita de que os padres omitiram informações às instâncias governamentais da coroa espanhola. Assim, na sequência, destacaremos episódios que permitam entender aspectos das disputas entre jesuítas e sertanistas

448 “Extratos do Diário do padre Agostinho Lourenço” in: *Augusto Leverger, Apontamentos para o Dicionário Chorographico da Provincia de Matto-grosso*, cit., p. 359.

pelos ameríndios nas conquistas do Guaporé. Partimos do pressuposto de que, para além da definição das fronteiras, eles reivindicavam a primazia sobre o controle dos distintos povos indígenas ali radicados. Uns os queriam para o grêmio da igreja, e outros os viam como forma de sobrevivência.

As relações entre os jesuítas de Castela e os súditos da coroa portuguesa no Guaporé podem ser percebidas em três temporalidades: 1740/50 – quando sertanistas e jesuítas estabeleceram relações ora amistosas, ora de conflitos pela posse dos índios; 1750/60 – fase em que os agentes da coroa portuguesa pressionaram os jesuítas a se afastarem da margem direita do Guaporé; e 1760/67 foi marcada por confrontos bélicos entre os agentes das duas monarquias ibéricas no Forte de Nossa Senhora da Conceição e pela expulsão dos jesuítas dos domínios hispânicos. Para nossa investigação interessa a primeira fase e, eventualmente, faremos referências à segunda.

A primeira fase (1740/50) pode ser caracterizada também como de ocupação não indígena das margens do Guaporé. Foi o momento em que as ações dos jesuítas de Castela e dos sertanistas das minas do Mato Grosso incidiram sobre o mesmo espaço e sobre o mesmo objeto: a margem direita do rio Guaporé e os índios “bárbaros” ou “infiéis”. Como já demonstramos, os sertanistas fixaram-se na Casa Redonda e na Ilha Comprida. Passemos então às ações comandadas pelos jesuítas.

San Miguel foi a primeira redução a ser aberta no rio Guaporé – situava-se num de seus braços da margem esquerda, “costeando uma ilha”, e que acabou por levar o mesmo nome da redução. Esteve naquele sítio de 1725 até 1746, ano em que foi transferida para o braço da margem direita – a madre do rio. Como para esta investigação interessam mais aspectos relativos ao universo indígena, isto faz pouca diferença. Suas instalações nunca foram *suntuosas* e “tem hua Igreja piquena, mal feita e mal asentada coberta de Teilha, as cazas dos Indios são aruadas cobertas de palma e capim”⁴⁴⁹. Ao compararmos as informações das expedições de 1742, 1743 e 1749, veremos que, apesar das mudanças de local, o contingente de índios naquela redução sempre foi significativo.

San Miguel, que abrigaria 4.000 índios, estava a cargo do padre de Gaspar do Prado – da difícil relação dele com seus reduzidos, tratamos no capítulo 04. Sobre o modo como se organizaram naquele espaço, consta que plantavam roças, criavam galinhas e gado vacum, muares e cavalares, usavam armas de antes das conquistas, e, dada a escassez de bens metálicos, teciam panos de algodão, caçavam e pescavam com as técnicas ancestrais. Os excedentes comerciados em Santa Cruz de la Sierra, de onde importavam ferramentas, tecidos e sal – quase sempre em

449 Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750), Antecedentes do Tratado, Parte III, Tomo II*, cit., p. 70.

quantidades insuficientes para prover as demandas. Por este motivo, os índios procurariam comércio com os sertanistas. Tal aproximação, não raras vezes, foi dramática para os índios e gerou conflitos entre jesuítas e sertanistas.

Através do relato de 1750, sabemos que, naquele ano e na redução mudada para a margem direita do Guaporé, prevalecia entre os índios reduzidos uma maioria do povo *Moré*. Entretanto, era costume do padre montar expedições que saíam à captura das novas *nações* que viviam entre a margem oriental do rio e a “Chapada da Cordilheira Geral” – Serra dos Parecis. Isto significa que ali conviviam povos outrora inimigos e que se falava mais de uma língua. Estes dois fatos influíam na organização espacial da redução “por que cada casa era espécie de senzala, em que vivião trez e quatro famílias de cada nação sem haver mixto de humas com outras”. O traço distintivo que os diferenciava dos índios “infiéis” era andarem vestidos e “todos trazem ao pescoço roزاری, e algua medalha, veronica, Cruz, ou Santo Christo, e as femias trazem feixes de contas”⁴⁵⁰.

Outro dado a ser destacado refere-se às fugas de índios “catequizados”, que não se adaptavam à vida na redução, e ao modo como se convertiam os novos fiéis: através do uso da captura forçada. Isto explicaria o fato de o padre Gaspar do Prado ter abrigado em San Miguel dois homens pardos evadidos das minas do Mato Grosso que eram responsáveis pela montagem das “entradas” que iam aos sertões caçar não só os índios “prófugos” como “catequizar” novos pelo argumento das armas. Conforme demonstramos no capítulo 04 esta prática foi muito usada pelos jesuítas tanto na missão de Chiquitos, como de Mojos.

A redução nominada de Santa Roza também foi postada em três sítios. Sua fundação data de janeiro de 1743. Pela escrita da “Relação da 2ª viagem no Anno de 1743” sabemos que se situava “a mão direita da nossa parte quazi defronte de S. Miguel”, portanto, na margem oriental do rio Guaporé. Estava a cargo dos padres Athanazio Theodoro e João Brand, e os primeiros índios que aceitaram viver naquela redução foram os Aricoronis, um número reduzido com cerca de 150 indivíduos. É certo que outros grupos os visitavam, mas não haviam ainda aceitado a catequese.

Mesmo que as fontes luso-brasileiras e historiógrafos, como Jaime Cortesão, tenham atribuído a abertura de Santa Roza às estratégias premeditadas dos padres da Companhia de Jesus, entendemos seu existir como possível devido aos ataques desferidos por Antonio de Almeida Moraes a várias aldeias dos Aricoronis em 1742. Quanto à mudança da redução de local, ainda que o

450 José Gonçalves da Fonseca, “Primeira Exploração dos Rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749 por Ordem do Governo...”, cit., p. 383, e Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750), Antecedentes do Tratado*, Tomo II, cit. pp. 52 a 80.

argumento arrolado pelas fontes apontem como causa “as muitas formigas que devoravam as plantas”, inferimos que tal episódio ocorreu devido à presença e ao medo dos sertanistas caçadores de índios ⁴⁵¹.

Conforme a narrativa de José Gonçalves da Fonseca (1750), o segundo sítio onde se postou a aldeia ou redução de Santa Roza localizava-se à margem direita do Guaporé, acima da foz que aquele rio faz no Mamoré e quase defronte à foz que o rio Itonomas faz no dito Guaporé. Por aquela ocasião, a redução era muito simples e compunha-se de uma igreja de uma só nave, construída de madeira, barro e cobertura de palhas...

“Na mesma altura da Igreja corre a sacristia, e dahi no mesmo ponto a casa do missionário, (...). Segue-se hum casarão, que sómente tem telhado e esteios que o sustentão, em que estava officina de carpintaria, também havia na mesma casa hum tear em que estava tecendo fio de algodão, cujo o panno não era inferior no fino e tapado ao melhor de linho de Guimarães. Erão artificies de hum e outra fábrica Índios da mesma aldêa. A aldêa he de figura longa com duas ruas de casas lançadas em linha, e estão edificadas á parte opposta da Igreja, mediando entre esta e aquellas hum terceiro plano sufficientemente espaçoso ⁴⁵².

Santa Roza já abrigava então cerca de 500 índios, sendo a sua maioria da *nação* Aricoroni, além de outra que não nominou. As condições materiais de vida na redução pareciam bem modestas. Suas casas eram de barro e coberta de palhas, plantavam roças de milho, teciam em teares rudimentares, apascentavam um pequeno rebanho de gado vacuum e cavalar, caçavam e pescavam com suas armas. Segundo o narrador, estariam mal satisfeitos com o padre por não lhes proporcionar ferramentas metálicas e anzóis.

A terceira redução dos jesuítas de Castela à margem do rio Guaporé foi a de San Simon. Sua localização era do lado oriental, embora pelos mapas espanhóis apareça postada em um pequeno braço da sua margem esquerda ⁴⁵³. Iniciada em 1746, sobre ela temos poucas informações, sequer foi visitada por José Gonçalves da Fonseca. Foi postada às margens do rio homônimo, três dias de viagem águas acima, que entra no Guaporé pela margem direita, a 10 léguas abaixo do Sítio das Pedras. Seu fundador foi o padre Felipe que, primeiramente, reduziu os índios das

451 Entre outros autores que seguem a mesma linha explicativa proposta por Jaime Cortesão ver: Virgílio Corrêa Filho, *História de Mato Grosso*, cit. p 255 e sgs.; e Ione Aparecida Martins C. Pereira, *Missão Jesuítica Colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo...* cit.

452 José Gonçalves da Fonseca, “Primeira Exploração dos Rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749 por Ordem do Governo...”, cit., pp. 372 e 374.

453 Recorte do Mapa das missões da Companhia de Jesus no território de Mojos e Chiquitos de 27 de julho de 1764. Dn. Antonio Aymerich y Villajuana. Fonte: Adonias, 1993.

nações *Causinos*, *Cagecerês* e *Morés*, e que todos eram habitantes das serras gerais – ou seja, da margem oriental do rio Guaporé.

Em 1749, San Simon estava a cargo do padre Raymundo Laynés que reduzia cerca de 300 índios. Dentre as poucas notícias sobre aquela redução, a mais significativa foi a de que, naquele ano, o padre encontrava-se embrenhado pelos sertões entre a redução e as cabeceiras do rio Corumbiara na “conversão” de gentios das nações *Jaguarotás*, *Mequens*, *Guatarós*, e de mais tribos dos *Cagecerês* e *Morés*. Esse missionário teve grandes embates com os moradores da chamada Ilha Comprida por causa dos índios.

Ainda que José Gonçalves da Fonseca não tenha visitado a redução de San Simon, ele legou informações sobre aquele espaço. Dentre outras, da intensa comunicação dessa redução com a de San Miguel e ressaltou que entre ambas existiam roças e áreas de criação de gado em comum. Outro dado indicava que a localização de San Simon facilitava o acesso aos indígenas radicados na Serra dos Parecis, entre os quais, os Amiós, Guatarós, Taquaras e Cavalleros – que os sertanistas chamavam de Corumbyaras. Naquele ano de 1749, o padre Raymundo Laynés andava “nas serras gerais” a catequizar os Mequens. Informava ainda que seriam de 10 dias a pé a jornada entre a San Simon e o arraial no rio Corumbiara de onde os sertanistas do Mato Grosso saíam a cativar índios.

É certo que a existência dessas três reduções era um problema no intrincado jogo de disputas entre as monarquias ibéricas pelas terras e demarcação das fronteiras na América Meridional. Após a assinatura do Tratado de Madrid (1750), ficou definido que a coroa portuguesa teria a posse da margem direita do rio Guaporé. Em 1756, o governador da capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura, em carta enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informava-o sobre o número, a localização e as distâncias das reduções dos jesuítas de Castela, postadas à margem daquele rio Guaporé...

...três eram as aldeias que se acham situadas de nossa banda, a de S. Simão, por um rio acima, que desemboca pouco abaixo das Pedras, último sítio dos portugueses, para quem vai desta Vila, e distante dela doze dias de Viagem ordinária, para baixo, estando o rio com pouca correnteza. Nas mesmas circunstancias se vai do sitio das Pedras, em três dias, à aldeia de São Miguel, que é a segunda, que se achava da nossa banda, situada à borda do Guaporé, mas não totalmente sobre o barranco. Em outros três dias, se vai dela a Santa Rosa, que é a terceira e última das missões que estavam da nossa parte ⁴⁵⁴.

454 “Carta de D. Antonio Rolin de Moura ao governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila Bela da Santíssima Trindade, 16 de Junho de 1756”, in Marcos Carneiro de Mendonça, *Rios Guaporé e Paraguai primeiras fronteiras definitivas do Brasil*, Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 1985, p. 11.

Entre 1750 e 1755 as três reduções de San Simon (1752), San Miguel (1753) e Santa Roza (1754) foram transferidas para locais em afluentes da margem esquerda do rio Guaporé, enquanto os agentes da coroa portuguesa urdiam tramas para ocupar os sítios abandonados, mas desse conjunto de eventos não trataremos nesta investigação.

Sobre esta primeira fase, queremos ainda ressaltar alguns aspectos das relações entre os jesuítas e os sertanistas. Essa preocupação já se encontrava no inquérito datado, de 1743, mandado tirar pelo ouvidor João Gonçalves Pereira. Do que depreendemos da sua leitura, a discórdia iniciou-se com as ações encetadas por Antônio de Almeida Moraes. A darmos crédito às narrativas portuguesas, verificamos que os jesuítas visitados pelos sertanistas, em 1742 e 1743, mudaram a forma de tratar seus vizinhos num curto espaço de tempo.

Os argumentos sobre tal mudança de humor dependem do ponto de vista de quem os formulou. Os padres alegam que fugiam à violência dos sertanistas. Esses, por seu lado, atribuem tais atitudes a estratégias políticas dos jesuítas. A historiografia luso-brasileira ampara-se na tese formulada pelos seus patrícios do século XVIII. No inquérito tomado pelo ouvidor do Cuiabá, em seu item 8º, se indaga sobre “Se os Padres das Miçoins, receberão os q lá foram do Matto Grosso, tanto na pr.^a, como na segunda viagem, com bom agrado...”. As respostas dadas nos permitem vislumbrar algumas questões.

A viagem de 1742 pode ser entendida como de sondagem de ambas as partes. Os luso-brasileiros diziam que foram bem recebidos e fizeram perguntas sobre diversos temas dentre os quais: as possibilidades de trato comercial por haver proibições emanadas de Espanha; de os índios usarem como armas arcos e flechas por lhes serem proibidas bocas de fogo; com quais cidades as reduções se comunicavam e a que distância ficavam; quantas reduções existiam, o número de índios que abrigavam, o que produziam e quantos dias distavam do Mato Grosso, e, finalmente, sobre aspectos geográficos da missão.

Uma vez aceitos no interior das reduções, os sertanistas puderam circular livremente – o que possibilitou detalhadas descrições daqueles espaços físicos –, foram alimentados e os índios fizeram demonstração das suas aptidões. A única restrição imposta foi quanto à entrada dos visitantes para além das reduções. Uma observação é que os padres temiam invasões dos sertanistas e diziam considerar “a cada hum Portugues por hum lião, e a cada negro por hum tigre”. Assim, a presença física daqueles sertanistas, junto às reduções do Guaporé, deve ter causado grande impacto. Portanto, acreditamos que o medo influenciou a boa recepção no contato inicial dispensado pelos jesuítas aos sertanistas.

A expedição de 1743 encontrou os jesuítas com outro ânimo. Os argumentos

que apresentaram foram vários. O principal foi o medo – segundo os padres, os sertanistas tinham ido até eles para sondá-los e depois atacá-los como fizeram no passado no rio Paraná. Alegaram também que tinham recebido orientações de seus superiores e das autoridades civis do Peru de não mais estabelecer com eles quaisquer contatos. Dizendo-se obedientes a seus superiores, os jesuítas passaram a tratá-los com civilidade, porém com frieza.

Por exemplo, o cura da redução de Santa Roza, pe. Athanasio Theodoro, ao receber Jozep Barboza de Sá tratou os portugueses de “ladroins, corsarios, bandoleiros e fogidos”. Alegando que cumpria ordem do governador de Santa Cruz de la Sierra, fez ameaças várias e declarou que estava autorizado a impedir não só a passagem dos portugueses pelo Guaporé, como a usar os índios reduzidos e lhes fazer guerra, caso eles tentassem estabelecer fortificações no mesmo rio, e que era intenção do governador mandar destruir os arraiais do Mato Grosso. Para demonstrar a verdade do que dizia, passou logo a fazer perguntas:

“que distancia havia do Matto grosso athé aquella mição, a que rumo ficava, que pessoas tinha, quantos negros, se estes sabião atirar com armas de fogo, se fabricavão na dita povoação armas, polvora e chumbos; que distancia havia ao Cuyabá, se hera caminho de terra, ou por navegação de rios, e muitaz outras cousas”⁴⁵⁵.

Parece-nos, todavia, que tal obediência e cuidados não seriam seguidos tão à risca. A ausência de forças militares da coroa de Espanha e de bocas de fogo no Guaporé pode ter levado os padres da Companhia de Jesus a agir de modo ambíguo frente aos sertanistas. Dois episódios envolvendo as relações dos padres Raymundo Laynés (San Simon) e Gaspar do Prado (San Miguel) com os sertanistas podem clarificar tal ambiguidade.

Já falamos, no capítulo 04, do medo que o padre Gaspar do Prado, homem sexagenário, sentia dos índios que reduzia e de como, em 1742, ele usou o terror causado por uma salva de tiros, durante a celebração de uma missa, para impressionar e ameaçá-los caso lhe fizessem algum mal. Sete anos depois, José Gonçalves da Fonseca, informava que aquele padre dera abrigo a dois homens pardos fugitivos das minas do Mato Grosso que, por possuírem armas de fogo, foram empregados tanto na captura de índios prófugos, como na “conversão” de novos. Esses pardos fugidos viviam também na Ilha Comprida – um deles se chamava João de Souza. Essa proximidade indica que o padre tinha que fazer vistas grossas às suas atividades de cativar índios para vender.

455 Jaime Cortesão, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750), Antecedentes do Tratado, Parte III, Tomo II, cit. p. 74.

Possivelmente, o medo que sentia dos índios e a ausência dos súditos civis e militares da coroa de Espanha no Guaporé é que explicam a “tolerância” do padre Gaspar do Prado para com os dois sertanistas fugidos. Um fato digno de nota é que esse padre parece que gozava de boas relações com os luso-brasileiros que traficavam pelo rio Guaporé. Em janeiro 1752, um mês após chegar às minas do Mato Grosso, o governador Antônio Rolim de Moura escrevia ao pe. Francisco Xavier Pozoboneli, cura da aldeia de San Miguel, para agradecer a ele e ao pe. Gaspar do Prado os favores que haviam dispensado aos portugueses ⁴⁵⁶.

Mais ousado, o padre Raymundo Laynés enfrentava e angariava antipatias de civis e autoridades da capitania de Mato Grosso, tanto que a carta a ele escrita pelo governador D. Antônio Rolim de Moura tinha um teor distinto daquela enviada ao pe. Francisco Xavier Pozoboneli. Desde o ano de 1749, constam notícias de como as relações entre o pe. Raymundo Laynes, cura de San Simão, e os sertanistas que viviam na Ilha Comprida estavam tensas por causa das disputas pelos índios.

Até aquele ano, os sertanistas viviam em relativa paz com os padres das reduções de San Miguel e San Simão – dos quais recebiam “confissão e comunhão annual”. Consta que as relações azedaram após uma “visita” do pe. Raymundo Laynés à referida Ilha, onde pretendeu não apenas celebrar missa, mas erguer nela uma cruz. O padre seria impedido não fosse a presença do comerciante João de Souza Azevedo que, vindo do Pará em direção às minas do Mato Grosso, ali aportara com sua comitiva. Segundo nosso narrador, os moradores daquele sítio entenderam a atitude do padre como uma tomada de posse e, assim, derrubaram a cruz tão logo terminou a celebração litúrgica.

Das mágoas que os padres dispensavam aos moradores da Ilha Comprida constaria ainda os relatos de outros sertanistas que com eles tinham trato como, José Leme do Prado, o cirurgião Francisco Rodrigues da Costa e Tristão da Cunha Gago, para os quais os jesuítas teriam dito que: “aquelles homens lhes erão summamente prejudiciaes, e que de Santa Cruz de la Sierra lhes viria castigo, que dalli os desalojasse”.

Mas o pe. Raymundo Laynés não esperaria castigo vindo de tão longe e, em 1751, armou seus índios e foi à Ilha Comprida desalojar seus moradores. Desse episódio nos informa D. Antônio Rolim de Moura. Os argumentos do jesuíta eram que os sertanistas estavam roubando índios da sua redução, inclusive mulheres casadas, e, também, estorvando seu trabalho junto aos Mequens e demais povos infieis. Já o governador Rolim de Moura queixava-se de que o padre teria insultado Bento de Oliveira e o queria obrigar a mudar-se daquele sítio “queimandolhe a

456 “Carta [de D. Antonio Rolim de Moura] p^a. o P^e. Fra^{co}. X^{er}. [Pozoboneli] da Aldeya de S. Miguel, Chapada [de São Francisco Xavier], 10 de Jan^{ro}. de 1752”, in APEMT, Manuscrito, Livro C - 06, Doc. 3 [f. 2v].

rancharia, e tirando a cruz que, servia de Padrão, e signal da posse em que aquelles moradores estavam naquella Ilha por El Rey Meu Amo”, desrespeitando com tal atitude os tratados firmados entre Portugal e Espanha ⁴⁵⁷.

Diante dos luso-brasileiros, os jesuítas das Índias de Castela no Guaporé assumiram atitudes distintas. O padre Gaspar do Prado, debilitado fisicamente, e que reduzia 4.000 índios, procurou uma espécie de convivência pacífica e, ao mesmo tempo, tomava as armas de alguns sertanistas de préstimos. Administrando cerca de 300 índios, o padre Raimundo Laynés tinha que ser mais contundente em suas ações. Tendo que ir aos sertões inóspitos e colocando sua vida em risco em tais expedições, ele via seus esforços sendo minados pelas bocas de fogo dos sertanistas que desciam os índios para escravizar.

Numa das cartas que escreveu ao governador Rolim de Moura, o padre Raimundo Laynés queixava-se da “esperteza” de Antônio de Almeida que seduzira com presentes os “capitães” dos Mequens e dos Cavaleros, com os quais ele havia firmado amizade após anos de esforços ⁴⁵⁸. Como os padres não possuíam bens metálicos, como facas, anzóis e machados, por exemplo, ficava fácil para os sertanistas atraírem os chefes indígenas e com eles fazer alianças. Foi para afastar tal perigo que o padre teria tomado a decisão extrema de invadir, queimar a rancharia e expulsar os moradores da Ilha Comprida.

Para entendermos como luso-brasileiros agiam no Guaporé, é preciso ter em conta algumas de suas práticas no Cuiabá. Talvez assim, percebamos se ocorreu alguma mudança de atitude, seja dos colonos, seja da coroa, em relação à legislação e às práticas para com os povos indígenas ali radicados. A análise das fontes aponta que a administração do primeiro governador e capitão general da capitania do Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura (1751/64), seja o ponto mais significativo de inflexão para refletirmos sobre o lugar destinado aos índios naquelas conquistas.

“Hum mal de tão dificultosa cura”

No capítulo 03, elencamos muitos dos povos indígenas envolvidos e partícipes nas conquistas do Cuiabá. Indicamos como os agentes da coroa, em especial o governador Rodrigo César de Menezes, incentivavam a “limpeza” das minas com a guerra e cativo aos índios que não aceitavam “viver de paz”. No início, as capturas ocorreram junto aos grupos que, no século XIX, foram reconhecidos

457 “Resposta do Il^{mo}. e Ex^{mo}. Snr. Gen^l. [de D. Antonio Rolim de Moura] ao P^e. Ramon Laynes, Chapada [de São Francisco Xavier], 10 de Jan^o. de 1752”, in APEMT, Manuscrito, Livro C - 06, Doc. 6 [f. 3v e 4].

458 “Carta do Padre Ramon [Laynes] Missionario da Aldeya de S. Simão, p^a o Il^{mo} e Ex^{mo} S^r Gen^{al}., S^m Simon Y Julio 22 de 1751”, in APEMT, Manuscrito, Livro C - 06; Doc. 5 [f.3 e 3v].

como da *nação* Bororo. Em 1728, os sertanistas alcançaram as nascentes do rio Paraguai e contataram vários povos ameríndios, incluindo os Parecis que, exímios agricultores, eram preferidos aos demais.

Por mais de dez anos, os descobridores do Cuiabá puderam dispor da mão de obra indígena, sem que desta atividade prestassem grandes contas à coroa. Todos os grupos de ameríndios que existiam no caminho e nas proximidades das minas, estavam sujeitos ao cativeiro. Se, por um lado, os moradores das Minas do Coxipó e Cuiabá tiveram o cuidado de, em 1720, deliberar em assembleia sobre “os mecanismos de captura, devolução e recompensas sobre os índios administrados que fugiam”, por outro, faziam vistas grossas à legislação real sobre a liberdade e escravidão dos índios do Brasil.

As denúncias sobre os excessos cometidos pelos sertanistas das minas do Cuiabá contra os índios daquelas conquistas datam de 1731 – doze anos após se oficiarem à coroa aqueles descobertos. O primeiro governador da capitania trouxe “Instruções”, nas quais a situação dos índios ocupava lugar destacado e, em 1751, deu início à sua implementação. Neste tópico vamos ressaltar as tensões entre os moradores do Cuiabá e Mato Grosso e os agentes da coroa nos vinte anos que medeiam entre as primeiras denúncias e as ações do citado governante quanto ao uso e regulamentação da mão de obra indígena.

Em 10 de abril de 1731, os oficiais da câmara da Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá escreveram ao rei, D. João V, relatando as despesas decorrentes da guerra contra os Payaguás e, também, sobre “a perseguição que fazem os sertanistas aos Pareci, a quem escravizam e matam”⁴⁵⁹. Tal denuncia seria, aparentemente, um ato de nobreza, não fossem aqueles oficiais, quando não preadores, administradores de numerosos plantéis de índios descidos por aqueles mesmos sertanistas que acusavam. Essa carta teve repercussão e bastantes desdobramentos a partir de Lisboa.

Tratemos primeiramente do plano local e tentemos entender o sentido de tais acusações entre homens que, aparentemente, comungavam dos mesmos ideais. O que levaria os vereadores do Cuiabá a denunciar uma prática tão corriqueira na sociedade em que viviam? Estariam abdicando do uso da mão de obra indígena e defendendo a sua liberdade tal como rezava expresso na legislação vigente? Na mesma carta que defendiam os Parecis, justificavam a guerra contra os Payaguás e não tocavam na situação dos milhares de Bororos, Bakairis, Guatós, etc., empregados e negociados como cativos por todos eles naquelas minas. Então, talvez, devêssemos entender essa denúncia de uma perspectiva mais política e menos humanitária.

459 “Carta dos oficiais da Câmara ao rei [D. João V] sobre as despesas que fez para a guerra com o gentio Paiaгуá e a perseguição que fazem os sertanistas aos Pareci, a quem escravizam e matam, Vila de Cuiabá, 10 de Abril de 1731. Anexo: 3 doc”, in A.H.U., Mato Grosso, cx. 1, doc. 42.

Ao consultarmos a documentação sobre aquele ano de 1731, encontramos uma carta datada de 07 de abril, da lavra do ouvidor-geral da Vila do Senhor Boa Jesus do Cuiabá, José de Burgos Villalobos, ao rei, D. João V, “sobre as mortes causadas pelo gentio Pareci, que impedia a continuação dos descobrimentos do ouro”⁴⁶⁰. Evocando representar alguns sertanistas, ele recuperava um episódio que teria ocorrido em 1727, para sustentar sua acusação e justificar o cativeiro daqueles índios e de outros seus vizinhos. Está posto um problema. Duas instâncias de poder daquelas minas divergindo sobre as ações e comportamentos dos índios Parecis frente aos conquistadores.

Para entender de que modo os descobridores e moradores das minas do Cuiabá e os representantes da coroa se posicionaram frente ao espinhoso problema do uso da mão de obra indígena, é preciso estar atento às tramas políticas que informavam as alianças dos homens de mando daquela sociedade. No caso, é importante recuperar quem era o ouvidor-geral do Cuiabá e o que ele poderia representar para os potentados locais.

José de Burgos Villalobos foi o primeiro ouvidor nomeado por Sua Majestade para a vila do Cuiabá, o que significa que ele implantou o cargo, e isso levou a uma redução dos poderes exercidos no âmbito local. Para além disso, recebeu precatória de provedor da Fazenda Real e, portanto, deveria “fazer arrecadar por conta da mesma fazenda os dízimos da nova villa desde 1728 a 1731”⁴⁶¹. A cobrança dos dízimos gerava conflitos com os colonos e, no caso, o ouvidor confrontou Thomé Ferreira de Moraes Sarmiento que era “superintendente dos quintos, entradas e mais direitos da fazenda real” – de fato provedor da fazenda real⁴⁶². É importante lembrar que durante a sua gestão ocorreu uma diminuição da produção aurífera, e isso foi argumento para justificar o cativeiro dos Parecis.

Em 1732 surgiram outras denúncias, estas da lavra do Juiz Ordinário Domingos Gomes Beliago, ao rei D. João V⁴⁶³. A primeira tratava das ingerências do ouvidor nos assuntos referentes à “arrecadação das Fazendas dos defunctos e auzentes” – para qual competência ele alegava ter autorização

460 “Carta do ouvidor da Vila de Cuiabá José de Burgos Vila Lobos ao rei [D. João V] sobre as mortes que faz o gentio Pareci, que é antropófago e impede a continuação dos descobrimentos do ouro, Vila de Cuiabá, 7 de Abril de 1731”, in A.H.U., Mato Grosso, cx. 1, doc. 40.

461 Felipe José Nogueira Coelho, *Memórias Chronologicas da Capitania de Matto-Grosso*, cit., p. 150. Do que depreendemos dessa narrativa desde a partida do governador Rodrigo Cesar de Menezes em 1727 tais impostos deixaram de ser cobrados nas minas do Cuiabá – a dita “nova vila” na citação.

462 “Carta do ex-superintendente da Fazenda Real da Vila de Cuiabá Tomé Francisco de Moraes Sarmiento ao rei [D. João V] em que se queixa do ouvidor José de Burgos Vila Lobos. Anexo: 8 doc, São Paulo, 20 de Julho de 1731”, in A.H.U., Mato Grosso, cx. 1, doc. 44, 56, 57 e 59-A.

463 “Carta do juiz ordinário da Vila de Cuiabá Domingos Gomes Beliaga ao rei [D. João V] sobre a atuação do ouvidor José de Burgos Vila Lobos em relação à arrecadação das fazendas dos defunctos, a perseguição aos índios Pareci e a reforma do regimento dos oficiais da Câmara. Pede também a diminuição do direito dos quintos do ouro, Vila de Cuiabá, Junho de 1732”, in A.H.U., Mato Grosso, cx. 1, doc. 50-A.

da Mesa de Consciência e Ordens. A segunda reclamação ligava-se à elaboração do regimento que instalava a ouvidoria do Cuiabá e o choque de competências desse órgão com aquelas atribuídas ao Senado da Câmara. Finalmente, ele tratava do cativo dos índios Parecis. Ao abordar esse tema, Domingos Beliago, deixa claro que o ouvidor fizera aliança com aqueles sertanistas que, em 1728, haviam entrado a devassar o sertão dos Parecis. Portanto, aos poucos, as evidências apontam que, no meio das denúncias sobre os excessos daqueles sertanistas e do ouvidor para com os índios, havia disputas políticas que precisam ser consideradas.

Mas o que ganharia o ouvidor, ao permitir que um grupo de sertanistas saísse a cativar índios? Porque os denunciante defendiam apenas os Parecis? A resposta à última indagação ampara-se na “docilidade e aptidão dos Parecis para aprenderem os princípios da fé católica”, apesar de tal argumento não ser convincente. Quanto à primeira pergunta, a resposta pode ser encontrada na capacidade que teve o ouvidor para entender o jogo político que permeava as relações dos “homens bons” daquelas minas. Ao se aliar a uma das facções e semear a discórdia entre os moradores do Cuiabá, o ouvidor fortalecia o poder da sua coroa naquela distante fronteira com os súditos da Espanha na América ⁴⁶⁴.

No capítulo 5 fizemos uma discussão sobre as diferentes “facções” e alianças que informavam as disputas por poder econômico e de mando entre os conquistadores do Cuiabá. Parece-nos que a aliança que vimos analisando insere-se na mesma lógica. O ouvidor aproveitou-se das dissensões locais e, se por um lado, apoiava os mais antigos descobridores de ouro no Cuiabá, por outro, confrontou o grupo ligado ao universo urbano e que, fazia pouco tempo, assumira o Senado da Câmara da vila.

Ao analisarmos os escritos de 1783, de Felipe José Nogueira Coelho, provedor da Fazenda Real e Intendência do Ouro, percebemos como se firmou tal aliança, e os “ganhos” que o ouvidor ofereceu aos sertanistas. Como tudo indica, desde 1728, alguns descobridores do Cuiabá se estabeleceram no sertão dos Parecis. Esses homens, experimentados no sertão, descendiam ou eram da nobreza da terra e viviam de cativar e vender índios aos moradores do Cuiabá, onde mantinham suas famílias e negócios. Para contar com seu apoio político,

⁴⁶⁴ O ouvidor José de Burgos Vila Lobos tinha seus ganhos pessoais e, apesar de ter sido nomeado por Lisboa, não obedecia à legislação real no que toca à administração dos índios. Segundo as denúncias do provedor da Fazenda Real quando da primeira matrícula dos índios do Cuiabá em 1734, o ouvidor e seu irmão se recusaram a matricular os muitos índios que administravam. Ver: “Cópia de hua Carta escripta ao Ex.^{mo} Sr. Cond. e Gn.^{al} pello Prov.^{or} da faz.^{da} Real das minas do Cuyabá”, in Eliane Maria Oliveira Morgado [et al.], *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-1746)*, v. 1, cit. p. 56.

o ouvidor, incentivaria e justificaria, perante o rei, a necessidade do cativo dos índios, bem como não lhes cobraria os impostos que eles deviam à coroa ⁴⁶⁵.

Mas se o ouvidor apoiava os sertanistas que viviam de cativar índios, a coroa mandou apurar os fatos delatados, dando, assim, resposta à carta escrita, em 10 de abril de 1731, pelos vereadores do Cuiabá. Através do Conselho Ultramarino, o rei solicitou parecer sobre a matéria ao ex-governador da capitania de São Paulo, que visitara aquelas minas e fundara a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Rodrigo César de Meneses.

A resposta de Rodrigo César de Meneses data de 8 de janeiro de 1732. O parecer emitido confirmava a tese da “docilidade dos Parecis” e explicava que, por este motivo, “os tem muitos entre os moradores de São Paulo e por esta razão alguns sertanistas os vão buscar e trazem por forças”. O remédio que ele então propôs para atalhar esses males foi que a coroa devia proibir os descimentos, e que se pusessem os índios já descidos em liberdade. Finalmente, defendia que se mandasse abrir entre os Parecis uma missão que os instruísem na fé católica ⁴⁶⁶.

Sobre a liberdade dos índios do Cuiabá, a coroa já se pronunciara durante a gestão de Rodrigo César de Meneses. A Provisão Régia, de 10 de junho de 1726, indicava preocupação para com a situação dos índios que habitavam os sertões da capitania de São Paulo e áreas contíguas às novas minas do Cuiabá e determinava ao seu governador e capitão-general que “fizesse inviolavelmente ali o que se havia passado em 10 de setembro de 1611 sobre os índios do Estado do Brasil serem conservados na sua liberdade e postos nas aldeias e que só fossem cativos os que se sentenciassem em guerra justa” ⁴⁶⁷.

Face às denúncias dos vereadores da vila do Cuiabá e considerando o parecer de Rodrigo César de Meneses, o Conselho Ultramarino, em 29 de janeiro

465 Felipe José Nogueira Coelho, *Memórias Chronologicas da Capitania de Matto-Grosso*, cit., p. 151. Segundo essa narrativa em 1734, depois da saída de vila do Cuiabá do ouvidor José de Burgos Villalobos, o provedor da Fazenda Real mandou “se arrecadarem os dizimos d’aquelle anno e dos passados, que estavam devendo os moradores ou assitentes na Sepetuva, Jaurú e mais sertões dos Parecis”. Vale registrar que o provedor da Fazenda Real, Thomé deGouvêa Sá e Queiroga era ligado ao Senado da Câmara.

466 “Carta de Rodrigo César de Menezes a S.M. dando seu parecer sobre a exposição feita pelos oficiais da Câmara de Cuiabá a respeito do gentio Paiaguás e Parecis, Lisboa, 8 de Janeiro de 1732”, in Eliane Maria de Oliveira Morgado [et al.], *Coletânea de documentos raros do período colonial (1727-1746)*, v. 1, cit. p. 56.

467 Não localizamos a cita Provisão Régia, entretanto a mesma é referida no “Registro de uma Portaria sobre a lei e ordem de Sua Majestade sobre a liberdade do gentio, e bandos que se lançarão e também sobre os índios Parecizes”, São Paulo 27 de maio de 1733, in APMT, Manuscrito, Livro C – 02. Conforme demonstramos no capítulo 3, Rodrigo Cesar de Meneses fez bem ao contrário do que mandava Sua Magestade e, em 1727, autorizou os moradores do Cuiabá a fazer entradas e “descer” os Bororos dos Morros e depois junto aos Parecis, no sertão que levava seu nome.

de 1732, deliberou: “que o governador (o conde de Sarzedas) aplique todo o cuidado a evitar os injustos cativeiros que se tem feito aos gentios Paracys. Contando proibir que se continue a hostilizar esta nação e fazendo proceder contra os agressores”⁴⁶⁸.

Ouvidos o ex-governador Rodrigo César de Meneses e o Conselho Ultramarino, o rei se pronunciou sobre a matéria em 11 de março de 1732. Após exaltar as qualidades dos Parecis, o rei, decidiu que o governador de São Paulo deveria: zelar e impedir “os injustos cativeiros”, emitir bando, ameaçando de punições aqueles que continuassem a hostilizar os Parecis e, finalmente, era Sua Majestade servida determinar que “se ponhão em liberdade os mesmos gentios Paracy que se acharem cativos”.

O trâmite de tal correspondência foi célere, pois, a 20 de agosto de 1732 o governador da capitania, Antônio Luiz da Távora – o conde de Sarzedas –, informava que, naquele ano e no antecedente, não chegara nem saíra monção das minas do Cuiabá e que tão logo isso ocorresse faria “publicar bando, tanto nas referidas minas, como nesta cidade e mais que for do meu governo para que se não continuassem as hostilidades cometidas ao gentio Pareci”. A 20 de setembro, o Bando e a Provisão Régia, determinando a liberdade dos índios Parecis que se encontravam espalhados pelas muitas vilas da capitania e nas minas do Cuiabá, foram proclamados, mas não seriam acatados sob pena de desorganizar todo o funcionamento daquela sociedade⁴⁶⁹.

No Conselho Ultramarino, o tema da liberdade e cativo dos Parecis foi alvo de debates até 1734. Para além de mandar restituir a liberdade aos descidos, a coroa mandou abrir, junto àquele povo, uma missão. Cada uma das partes consultadas (governador de São Paulo, governador e bispo do Rio de Janeiro) elencou um conjunto de dificuldades para viabilizar tal intento, e a missão não foi aberta. Assim, não só os Parecis, como todos os índios ao alcance dos sertanistas do Cuiabá e Mato Grosso, continuariam a ser descidos naquela e nas décadas seguintes. De sua parte, os vereadores do Cuiabá continuaram a usar tal mão de obra e jamais voltariam a apresentar denúncia sobre esse tema.

Entretanto, parece-nos que a denúncia apresentada pelos vereadores do Cuiabá teve consequências. Em primeiro lugar, a coroa aproveitou tal demanda para se imiscuir nos negócios daquelas minas, com a nomeação de funcionários vindos

468 “Parecer do Conselho Ultramarino para que se evite o injusto cativo do gentio Parecis, castigando os transgressores, Lisboa, 29 de Janeiro de 1732”, in NDIHR, Microficha 6, Doc. 82, A.H.U., Avulsos, Cx. 1, nº 33.

469 Ambos os documentos encontram-se no “Bando do governador de São Paulo, Conde de Sarzedas (Antônio Luis Tavares) sobre a guerra que Sua Magestade mandara ao gentio Paiaguá e aos mais que ficam no caminho do Cuyabá”, São Paulo, 20 de Setembro de 1732, in APEMT, Manuscrito, L – C 02 fls 15 e 15v.

de Lisboa para cargos até então ocupados pela nobreza da terra. Aproveitou ainda para, em 1734, determinar a novidade de os moradores daquelas minas fazerem a matrícula dos índios descidos e com isso abria-se a possibilidade da coroa ter maior controle sobre o uso de tal mão de obra. Desse modo, a coroa, aproveitou o episódio da denúncia para começar a governar aqueles sertões, mas ainda se passariam duas décadas de tensões até que isso fosse um fato.

Tendo passado seis anos após tal denúncia, parece-nos que, a exigência de se fazer a matrícula dos índios e a prerrogativa do provedor da Fazenda Real de proceder a (re)distribuição dos descidos, foi o estopim de uma nova contenda que envolveu: o ouvidor, o Senado da Câmara, o brigadeiro-regente, Antônio de Almeida Lara, e o provedor da Fazenda Real, Manoel Rodrigues Torres. Nesse episódio ficam evidentes dois partidos: o provedor contra os demais. Para entender a contenda e as alianças firmadas é preciso voltar a 1736.

João Gonçalves Pereira foi o segundo ouvidor, vindo de Lisboa, a governar as minas do Cuiabá. Tomou posse na vila de Santos em 1735 e em dezembro do mesmo ano chegou ao seu destino. Sua gestão, de fato, começou em 1736 e, para sua sorte, ano em que foram declarados abertos os descobertos de ouro do Mato Grosso. Foi também em fevereiro de 1736 que Sua Majestade nomeou o Dr. Manoel Rodrigues Torres como intendente e provedor da Fazenda Real, o primeiro nesse cargo que, por alvará régio, alcançou as minas do Cuiabá – quando já corria a era de 1738.

João Gonçalves Pereira, ao contrário do seu antecessor, foi mais inclusivo nas alianças que propôs aos homens bons do Cuiabá. Ouviu deles as alegações que, por investir seus capitais nos serviços de canalização do rio Motuca e Campanhas do Jacé, tinham dificuldades para pagar a capitação. Como o ouvidor era também o intendente, foi possível um acordo com o então provedor, Thomé de Gouvêa Sá e Queiroga, para aliviar a carga tributária que incidia sobre os moradores. O estratagema que elaboraram para “enganar” a coroa e não reduzir os impostos coletados foi assentar as matrículas oriundas das novas minas do Mato Grosso no mesmo livro que usavam para o Cuiabá ⁴⁷⁰.

Tal acordo seria mantido até o início de 1738, quando chegou ao Cuiabá e tomou posse o Dr. Manoel Rodrigues Torres. No exercício de seu cargo e em defesa da Fazenda de Sua Majestade, ele: separou as matrículas das minas do Mato Grosso e do Cuiabá; pressionou os moradores a pagar impostos atrasados; e publicou Edital para se fazer nova matrícula dos índios administrados no Cuiabá e sua comarca. Esses três atos e as suspeitas que sobre ele lançaram o ouvidor, o

470 Felipe José Nogueira Coelho, *Memórias Chronologicas da Capitania de Matto-Grosso*, cit., pp. 154 e 155.

ex-provedor e o Senado da Câmara, foram suficientes para indispor-lo com todos os moradores que o hostilizaram e acusavam-no de ter chegado aquelas Minas com “El Rey na barriga” – tema abordado no capítulo 5.

Neste ponto da investigação interessa-nos destacar o impacto de uma nova matrícula dos índios administrados do Cuiabá e Mato Grosso. Enquanto o provedor exercia seu cargo, o ouvidor, aliado aos oficiais do Senado Câmara e à nobreza da terra, tramou, denunciou e conseguiu o apoio do governador da capitania, D. Luís de Mascarenhas, contra o provedor. Assim, as tensões geradas por Manuel Rodrigues Torres levaram a uma “assuada com quantos Juizes, Escrivaens, Alcaydes e Meyrinhos tinha a terra e com mayor parte dos moradores da Villa huns de pé, outros de Cavallo todos armados”, cujos desdobramentos culminaram com sua prisão em 25 de novembro de 1739 ⁴⁷¹.

Muito crédulo na legislação reinol e na defesa dos interesses de seu monarca, Manuel Rodrigues Torres jamais entendeu muito bem o que se passou com ele na vila do Cuiabá ⁴⁷². A profusão de cartas que escreveu ao governador, a quem estava subordinado, ao Conselho Ultramarino e ao rei, permite entender as disputas pela mão de obra indígena e a cobrança de impostos como determinantes da perseguição e violências que sofreu tanto na enxovia do Cuiabá, quanto na prisão do Limoeiro, em Lisboa.

As pistas sobre os motivos da sua prisão surgem à medida que ele elenca os desvios de conduta do ouvidor e seus aliados. A questão da mão de obra indígena se nos afigura como central quando o provedor demonstra não entender porque o brigadeiro-regente, Antonio de Almeida Lara, em 1 de janeiro de 1740, lançou bando, revogando a matrícula dos índios que ele havia feito entre julho e agosto de 1736. Ao consultarmos o Edital publicado pelo provedor, aos poucos, clarifica-se que sua aplicação interferia nas relações de poder e de organização da produção naquelas minas.

471 “Carta do Intendente e Provedor da Fazenda de Cuiabá, Manuel Rodrigues Torres, ao rei D. João V sobre as injustiças cometidas pelo Ouvidor Geral de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, e a forma ilegal em como foi preso sem culpa formada, Cuiabá, 20 de fevereiro de 1740. Anexo: 14 docs”, in A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 02, doc. 131. Existe a versão dos moradores do Cuiabá, que acusam o provedor de ter causado “grande estrondo pellos excessos com que arrecadava a Fazenda de Sua Magestade,... mandando alistar quantos índios haviam em humas e outras Minas tirando os de uns e dando os a outroz, amotinando os moradores... com que foi logo de todoz mal visto”, in *Anais do Senado da Câmara do Cuiabá*, cit., p. 70.

472 Analisando a documentação percebemos que as denúncias contra o provedor e intendente Manoel Rodrigues Torres se iniciaram em setembro do ano de 1738 e, em carta datada de 25 de março de 1739, o governador da capitania as acatava e mandava averiguar. Entre as mais acusações constava que havia desviado ouro para comprar um sítio que encheria com índios tirados a seus administradores. Tal carta chegou ao Cuiabá em fins setembro, mas o provedor só seria preso em 25 de novembro. Tudo leva a crer que sobre ele se abateu uma trama bem urdida e encabeçada pelo ouvidor João Gonçalves Pereira.

Creemos que essa novidade da matrícula dos índios livres veio distinguir cativos de administrados. Parece-nos que, na prática, aos moradores do Cuiabá, era tudo a mesma coisa. O entendimento que temos do Edital publicado pelo provedor Manoel Rodrigues Torres é que ele queria fazer cumprir a lei e mandava os administradores tratarem os índios como administrados e não como cativos. Mas, como estabelecer tal distinção? Quem tinha o direito a ser administrador de índios? É preciso também ter em conta quais eram os direitos e deveres de um administrador.

Segundo rezava a legislação que se mandava obedecer nas minas do Cuiabá, poderiam ser considerados escravos sujeitos ao cativo, os índios a quem a coroa havia autorizado “Guerra Justa”, portanto, apenas os Payaguás e Kayapós e seus confederados. Já o “estatuto” de índio administrado era menos claro. Essa categoria contemplava todos os índios que haviam sido apanhados ou “descidos” do sertão. Não se especifica, se à força ou por vontade própria, entretanto, na maioria das vezes, se usou de violências. Na letra da lei, eram considerados livres e súditos da coroa, como tais, pertenceriam à administração real. Desde que eram “trazidos” do sertão, passavam a ser responsabilidade de seu apanhador – no caso, os cabos das bandeiras. A esses indivíduos era facultado “que trespassem a outrem a administração do ditto gentio”, desde que notificassem a provedoria.

O exercício da administração de índios era considerado uma forma de recompensa do rei aos sertanistas pelos serviços de “*hir desinfestar o Certão delle bravo, e o trazer onde se domestique, ensine, e crie na Nossa Sancta feé Catholica*”. Os administrados poderiam fazer serviços domésticos, de lavoura e ofícios mecânicos sem que sobre eles incidissem impostos. Uma vez empregados nas lavras minerais, o administrador pagaria as taxas vigentes da capitação. Em contrapartida, caberia ao administrador alimentá-los, vesti-los com decência, batizá-los e ensinar-lhes a viver como bons católicos.

A lei ainda prescrevia que os administrados não poderiam ser usados para atividades consideradas ilícitas, maltratados ou sofrer torturas. Tampouco poderiam ser declarados posse universal, dados como parte em negociações, transferidos por heranças, vendidos a particulares ou em praça pública. Aos administradores que incorressem em “qualquer das sobreditas circunstancias lhe serão tirados (os administrados), prezos, e castigados com as penas por Sua Magestade declaradas”. Não consta que tais prescrições fossem respeitadas pelos moradores do Cuiabá.

Ao invocar a aplicação da lei entre os administradores de índios do Cuiabá e Mato Grosso, Manoel Rodrigues Torres enquadraria muitos deles como passíveis de perder a tutela de “seus índios”. Segundo a narrativa dos administradores, o intendente e provedor daquelas minas, usando do poder que o cargo lhe conferia,

tirou “os dittos Índios tanto machos como femeas das pessoas sem reparar e sem razão com o que fazia”. Foi por esse motivo que, após a sua prisão, o brigadeiro-regente revogou o Edital de 1738 e determinou que tudo voltasse a ser como era no tempo da primeira matrícula (1734).

É preciso reforçar que, até 1734, os moradores do Cuiabá dispunham sobre os índios trazidos do sertão, ditos administrados, sem prestar contas à coroa. A partir daquele ano, foi instituída a sua matrícula e tal função foi atribuída ao provedor Thomé de Gouvêa Sá e Queiroga, integrante da nobreza da terra. Portanto, alguém que conhecia seus moradores e os lugares de poder de cada um deles e deve ter realizado tal matrícula sem maiores “escândalos”. A nomeação de um provedor que não pertencia àquelas minas pode ter soado como uma interferência que resultaria em perda de poder local.

Apesar das tentativas da coroa de, através da matrícula sobre a mão de obra indígena, tentar maior controle sobre as minas do Cuiabá, as bandeiras de apresamento, que culminavam com os descimentos de milhares de indivíduos de distintas nações, não arrefeceram. Conforme demonstramos no tópico segundo deste capítulo, os descobertos de ouro do Mato Grosso abriram novas frentes de captura dos índios que viviam ao longo das Serra dos Parecis e da margem direita do rio Guaporé. Tal como os Parecis e Bororos, eles estiveram suscetíveis às mesmas práticas e legislação.

Do mesmo modo que os índios que viviam nas minas do Cuiabá tiveram sua situação denunciada junto à coroa, os do Termo do Mato Grosso também. Tal como fizera para com os índios do Cuiabá, a coroa se manifestou frente às denúncias dali recebidas. A diferença básica é que, no caso do Mato Grosso, a denúncia partiu de um religioso. Para o caso em análise, interessa ressaltar como, apesar do debate ocorrido em Lisboa sobre o tema, os índios continuavam a ser descidos e ser tratados como cativos em fins de 1740.

Sigamos, então, a trajetória e narrativa do padre José dos Anjos, religioso da reforma de São Francisco da província da Conceição do Rio de Janeiro. Em 13 de maio de 1750, ele estava em Lisboa e apresentou ao rei, D. João V, um requerimento solicitando “licença para fundar uma missão no campo dos Pareci ou no rio Aporê”. A partir desse documento podemos reconstituir momentos de sua trajetória. Ele havia saído da vila de Santos, no ano de 1748, e dali passou a cidade de São Paulo até chegar à vila de Porto Feliz, onde embarcou numa monção rumo ao Cuiabá e Mato Grosso.

Em 1749, o padre José dos Anjos já estava naquelas minas onde foi pedir esmolas e tendo se impressionado com o...

...destrago e mortande que os certanejos daquelles destrictos, fazem aos índios; porque entrando a conquistallos, matão aos velhos, trazendo incorrentados aos moços, para os venderem,

como captivos, e com effeito o fazem, vendendo-os aos mulatos, e pretos, e estes os comprão, e se servem delles, sem lhes insignarem os dogmas da Santa Feé, nem os mandão baptizar...⁴⁷³

Alegando que possuía algum entendimento do idioma falado por aqueles índios, meteu-se pelo sertão da Chapada dos Parecis adentro e, em poucos meses, teria reduzido à fé católica mais de duzentos índios de quatro nações, a saber: Mabarês, Paritacãs, Mataracês e Cabexis. À excessão dos últimos, não temos mais informes se as demais nações existiram. Quanto à citação, fica evidente que, passados mais de trinta anos, desde os descobertos de ouro do Cuiabá, e quase vinte desde os do Mato Grosso, os índios continuavam a ser descidos de modo quase idêntico e que as tentivas da coroa de regular tal matéria pouco alterara as práticas de séculos daqueles sertanistas e seus descendentes.

Após ter “aldeado” as nações citadas, o padre José dos Anjos, desceu pelo rio Guaporé, passando pelas reduções dos jesuítas de Castela, postadas à sua margem, alcançou o rio Madeira, entrou pelo Amazonas que navegou até chegar à Santa Maria do Belem do Pará, já na era de outubro ou novembro de 1749. Como ele havia desrespeitado o Alvará Régio de 22 de outubro de 1733 – que proibia a ligação entre o Grão-Pará para as minas do Cuiabá e Goiás – foi detido pelo governador daquele Estado e remetido a Lisboa.

Em maio de 1750, já em Lisboa, formulou seu pleito ao Conselho Ultramarino que delegou a tarefa de apreciá-lo ao procurador da Fazenda Real que, após juntar documentos sobre a matéria, exarou parecer contrário ao pleito do solicitante, no que foi seguido pelos demais Conselheiros, conforme resoluções datadas de Lisboa a 5 e 9 de junho deste ano. Interessa-nos o motivo da negativa. Desde maio de 1746, vigia uma resolução de Sua Majestade, segundo a qual, no âmbito do governo religioso, as comarcas de Goiás e Cuiabá seriam encarregadas “aos PP da Companhia de Jezus sem mistura de outros religiosos; e não há motivo algum para que se altere esta resolução”⁴⁷⁴.

Em novembro de 1750, uma ordem real determinava ao Conselho Ultramarino que apreciasse uma representação da lavra do padre Fernando Álvares Baptista, vigário da Vara e Igreja das Minas do Cuiabá. Constava de sua denúncia

473 “Requerimento do padre José dos Anjos, religioso da reforma de São Francisco da província da Conceição do Rio de Janeiro, ao rei [D. João V] em que pede licença para fundar uma missão no campo dos Pareci ou no rio Aporê. Anexo: requerimento”, in A.H.U., Mato Grosso, Caixa 5, doc. n.º 320.

474 “Parecer do Procurador da Fazenda Real, Lisboa, 9 de Junho de 1750 [Anexo]”, in Requerimento do padre José dos Anjos, religioso da reforma de São Francisco da província da Conceição do Rio de Janeiro, ao rei [D. João V] em que pede licença para fundar uma missão no campo dos Pareci ou no rio Aporê, cit.

que, na sua vasta comarca, era ainda comum que muitas pessoas fossem ao sertão “apanhar gentios”. Relata ainda que...

...com as repetidas apreensões que deles fazem se achão muitas pessoas com mais de duzentos gentios debaixo de seu domínio com pretexto, e título de seus administradores para lhes ensinarem a doutrina christam, educarem na fê e Ley de Deos, e os catequizarem para receber o baptismo que hé o unico motivo justo e licito porque se lhes permite aos ditos administradores o dominio nos taes gentios...⁴⁷⁵

Posto o problema, caberia aos Conselheiros tomar as providências para averiguar as denúncias. Assim, por Provisão de 26 de janeiro de 1751, o Procurador da Coroa, Manoel Gomes de Carvalho, ordenou ao governador da capitania do Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, que informasse sobre a matéria das denúncias da dita representação.

Designado para o “Cargo de Governador e Cap^{am} General da Cap^{nia} do Matto” em novembro de 1748, D. Antônio Rolim de Moura, tomou posse em Cuiabá, em janeiro de 1751. Todo o primeiro ano ficou naquela vila inteirando-se da situação da capitania e em diligências para as quais recebera “Instruções” da rainha D. Maria Ana de Áustria⁴⁷⁶. Os anos de 1752 e 1753 gastou em: fundar a capital Vila Bela da Santíssima Trindade, administrar querelas com os potentados locais, reconhecer o rio Guaporé, comunicar-se com os jesuítas de Castela e tratar das questões atinentes à demarcação das fronteiras.

Assim, só a 27 de janeiro de 1754, o governador pode responder às indagações que constavam da Provisão de 26 de janeiro de 1751, exarada em Lisboa, pelo Procurador da Coroa. Para levar a contento a tarefa de relatar a situação dos índios administrados, contou com o parecer do jesuíta Agostinho Lourenço. Esse padre, que ele trouxera do Rio de Janeiro, estava incumbido de abrir uma missão com os índios descidos no distrito do Mato Grosso e os “infiéis” que viviam à margem direita do Guaporé. Portanto, passados três anos desde que ali chegara, e enfrentando a resistência dos sertanistas e administradores de índios, o missionário, encontrava-se capacitado para se pronunciar sobre a matéria.

475 “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a representação do padre Fernando Alvares Batista, vigário que foi da vara e da igreja das Minas da Vila de Cuiabá, sobre as escandalosas barbaridades que os portugueses têm praticado com os índios. Anexo: cópia de carta”, in A.H.U., Mato Grosso, caixa 8, doc. n.º 501.

476 “Carta Patente nomeando D. Antonio Rolim de Moura no Cargo de Governador e Cap^{am} General da Cap^{nia} do Matto Grosso por tempo de três ann^s, e o maiz emqt^o lhe naó mandar sucessor e outras Cartas Patente expedidas por D Antonio Rolim de Moura. Lx^a 20 de 9br^o de 1748, Regd^a no L^o 1^o. do registo das Patentes dos Governadores desta Cap^{nia} neste Senado a fs.2v, V^a Real do Cuyabá de Janr^o. de 1751”; e “Instrução da Rainha [D. Mariana de Áustria] para D. Antonio Rolim de Moura. Lisboa, 19 de janeiro de 1749”, in APEMT, Manuscrito, Livro C – 04; Doc. 01, f.5 a 6 e Livro C – 03; Doc. 01, fls. 3 a 8.

Ao analisarmos as poderações, tanto do padre quanto do governador, percebemos quão complexa era a questão dos descimentos e administração dos índios da capitania. São, ao menos, quatro perspectivas distintas: a dos conquistadores, a dos jesuítas, a da coroa e a dos índios administrados – essa, visível nas críticas que sofriam por, muitas vezes, preferirem viver com os administradores a aceitar a tutela dos padres. No plano legal e moral, o que se confrontava eram as práticas sertanejas versus a legislação civil da coroa portuguesa e os preceitos cristãos propugnados pela Companhia de Jesus.

Constatamos que, passados mais de vinte anos entre as denúncias do Senado da Câmara do Cuiabá (1731) e as propostas de soluções apresentadas pelos governadores Rodrigo Cesar de Menezes (1732) e Rolim de Moura (1754), a situação dos índios pouco se alterara. Apesar do empenho da coroa, para através da nomeação de funcionários reinóis, fazer valer a legislação que obrigava os moradores das minas do Cuiabá e Mato Grosso a regular os descimentos, tratarem de modo distinto os índios cativos dos índios administrados isto não acontecia.

Os pareceres do governador D. Antônio Rolim de Moura e do padre Agostinho Lourenço, datados de 1754, denotam dois homens vencidos no que toca à questão dos índios administrados. Para entender essa afirmativa, é preciso retorceder nos anos, até 1749, e recuperar o que rezavam os parágrafos 16 a 23 da “Instrução da Rainha [D. Mariana de Áustria] para D. Antonio Rolim de Moura”. Ali fica claro que a “Guerra Justa” era autorizada apenas aos Payaguás e Kayapós. Quanto aos índios administrados tomar-se-iam aos administradores e seriam conservados em aldeias, nas mesmas terras donde foram tirados, sob a tutela dos padres da Companhia, tanto no espiritual como no econômico. Deveriam ser impedidos novos descimentos e qualquer forma de sujeição imposta aos índios pelos sertanistas, que seriam severamente punidos em caso de desobediência.

Em 1751, ao tomar posse na vila do Cuiabá, D. Antônio Rolim de Moura tratou de implementar as Instruções recebidas de sua rainha. Assim, lançou um bando, proibindo os descimentos dos índios e negou várias solicitações de sertanistas que pretendiam formar bandeiras para conquistar novas nações de gentios e recuperar índios fugidos de seus administradores ⁴⁷⁷. Reuniu-se com o Senado da Câmara, o ouvidor e vários homens da nobreza da terra e, assim, todos deliberaram sobre a abertura de uma missão ou aldeia de Sua Majestade que abrigasse os índios

477 Ver: “Bando que se mandou deitar para que ninguém vá fazer guerra aos gentios sem licença do governo, nem saiam para gora desta Capitania índio algum, Cuiabá, 27 de Janeiro de 1751”, APEMT, Manuscrito, Livro C – 5, fl. 3; e “Carta de Francisco de Lemos ao Capitão General D. Antonio Rolim de Moura”, in Revista do Arquivo Público de Mato Grosso de Mato Grosso, v.1, n.1, março/agosto de 1982, p. 46.

administrados da comarca do Cuiabá ⁴⁷⁸. Para justificar essas medidas, alegava que os índios eram vendidos e maltrados e os administradores não os instruíam na religião católica, como constava de seus deveres.

Em 1754, apesar das medidas tomadas, a avaliação do governador frente à questão dos índios administrados era pessimista. Em primeiro lugar, constatava que, apesar das proibições, os moradores do Cuiabá continuavam a ir aos sertões a descer e a distribuir índios entre si como sempre fizeram. Em segundo lugar, tinha clareza de que a experiência do aldeamento dos índios administrados da vila do Cuiabá em uma missão comandada por um jesuíta não obtiver o resultado esperado ⁴⁷⁹.

Dentre os argumentos que o governador arrolou para explicar os insucessos das medidas tomadas para normatizar as relações entre índios administrados e administradores, destacamos: que os colonos alegavam dificuldades para doutrinar os índios adultos por não entenderem a profusão de línguas que falavam, nem os “vícios” trazidos e adquiridos; finalmente, não batizavam nem mesmo as crianças, pois uma vez feitos cristãos, seria necessário pagar os custos de seus enterros – os vigários cobravam seis oitavas de ouro pelos serviços de encomendar uma alma indígena cristã e nada se pagava por quem morria pagão. Ou seja, o governador transferia para os índios adultos, que para ele “careciam da faculdade da razão”, e para os vigários a culpa de serem mal administrados.

Entretanto, quando o governador tenta explicar os motivos pelos quais “se não tem procedido com mayor rigor contra os culpados assim nesta injustiça como nas mais insolencias”, é que se nos apresentam os motivos plausíveis para entendermos as relações entre índios administrados e administradores como “hum mal de tão dificultosa cura”. Na primeira metade do século XVIII, apesar da utilização da força de trabalho do negro como escravo, tanto as minas do Cuiabá como as do Mato Grosso sustentavam-se a partir da força de trabalho dos indígenas descidos dos sertões.

Segundo as palavras de D. Antônio Rolim de Moura, desde antes de sua chegada, quase todos os homens radicados naquelas minas, de uma forma ou de outra, participavam dos descimentos e “possuíam” seus índios administrados. Desta forma, puni-los das culpas das quais eram passíveis tornava-se uma tarefa quase impossível...

478 “Termo da Junta, que se fêz, p^a a detriminaçáo do Sitio em que se devia fazer a Aldeya dos P.P^{es} da Missam, Vila do Bom Jesus do Cuiabá, 09 de Maio de 1751”, in APEMT, Manuscrito, Livro C – 08; f.6v a 14; “Portaria por onde S.Ex^a manda estabelacer huá Aldea aos P^{es} da Missaó, Cuyabá 23 de mayo de 1751”, in APMT, Manuscrito, Livro C – 05; Doc. 37; f.16v; “Consta a resp^a de formar Aldeya p^a se recolherem os Índios, Cuiabá 11 de Julho de 1751”, in APEMT, Manuscrito, Livro C – 04; f.13 e 13v; “Portaria por onde S.Ex^a manda estabelacer huá Aldea aos P^{es} da Missaó, Cuyabá 23 de mayo de 1751”, in APEMT, Manuscrito, Livro C – 05; Doc.37, f.16v;

479 Para uma abordagem inicial sobre a missão fundada pelo primeiro governador da capitania de Mato Grosso ver: Loiva Canova, “Missão de Santana no Governo de Antônio Rolim de Moura”, in *Revista Ultramares*, nº 1, Vol. 1, Jan-Jul, 2012, pp. 173 a 196.

...porque até agora os incursos nelas assentavão, não se sabia, se inteiramente de boa fê que este procedimento lhes era lícito, e principal.^{te} pela multiação dos culpados que são a mayor parte dos moradores daquela Cap.^{nia}, pois ainda dos que não entravão ao Certão hê raro aquele que ao menos não tinha concurrido para as d.^{as} entradas com a persuasão, com a polvora, com o chumbo, com o mantimento, ou comfiarem a fazenda debaixo da promessa de lhe trazarem do Certão tantas pesas, como eles se explicão ⁴⁸⁰.

Em 15 de agosto de 1755, o rei, após apreciar as cartas de D. Antônio Rolim de Moura e do padre Agostinho Lourenço, bem como os pareceres dos Procuradores da Coroa, da Fazenda Real e do Conselho Ultramarino, teve elementos para se pronunciar sobre a representação do padre Fernando Álvares Baptista, vigário da Vara e Igreja das Minas do Cuiabá, datada de novembro de 1750. Seu despacho determinava três providências sobre a matéria, entre as quais, que se “observasse com estes Índios o mesmo que tenho mandado praticar com os do Maranhão” ⁴⁸¹. Ao que tudo indica, pelas datas, o rei mandava aplicar aos índios da capitania do Mato Grosso a “Lei da liberdade dos índios do Norte do Brasil”, aprovada em 6 de junho de 1755, e que só seria aplicada em 1758 ⁴⁸².

Todavia, como vaticinou o pe. Agostinho Lourenço a Sua Magestade: “para se por remedio ao grave prejuízo, que os índios do sertão padecem em poder dos administradores e seculares, respondo que este he hum mal de tão dificultosa Cura, q’ quazi passa a ser erremediavel” ⁴⁸³. As tensões entre “civilizados” e índios se perpetuariam pelas centúrias seguintes e demonstraria que o padre tinha razão. Hoje, 269 anos passados, a situação dos remanescentes dos povos indígenas envolvidos no processo das conquistas que analisamos, leva-nos a aceitar como proféticas as palavras daquele jesuíta, mesmo porque, o mal, de tão dificultosa Cura, causador de todas as “doenças” que afligiu e continua a afligir as populações indígenas das Américas, somos nós: a civilização ocidental.

480 “Carta do Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso ao Rei D. José, Vila Bela da Santissima Trindade, 27 de Janeiro de 1754” [Anexo: cópia de carta], in “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a representação do padre Fernando Alvares Batista...”. Cit. Essa carta foi publicada na Revista do Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá, V.1, n.2, Set./1982 – Fev./1983, p. 69.

481 “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a representação do padre Fernando Alvares Batista...”, cit.

482 Instrução do Rei de Portugal ao capitão-general da província de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, sobre os direitos dos índios de todas as colônias portuguesas, especialmente o Brasil, Lisboa, 8 de Agosto de 1758, in ACBM – IPDAC, Acesso – Pasta 23 – n.º1452 – 4fls.

483 “Carta do Padre Agostinho Lourenço ao Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santissima Trindade, 26 de Janeiro de 1754” [Anexo: cópia de carta], in “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a representação do padre Fernando Alvares Batista...”, cit.

Conclusões

Retomamos aqui as reflexões apresentadas no capítulo 1 e desenvolvidas ao longo dos demais capítulos que compõem esta tese de doutorado. Desde meados do século XIX, um conjunto de intelectuais, em diferentes países da América do Sul, buscou, junto à história, fatos e argumentos que justificariam o construto da ideia de nação em territórios desmembrados das antigas colônias que as monarquias portuguesa e espanhola haviam fundado no cone sul do continente americano.

Entre as preocupações evidentes que fundamentavam suas investigações estavam: a necessidade de demarcar o território de cada país; encontrar um “lugar” na hierarquia social para os distintos grupos humanos que habitavam os territórios desses países; e, finalmente, definir e incutir naquelas pessoas sentimentos de pertença e as noções de “civilização”, tendo como base preceitos e (pré) conceitos propugnados pela Europa Ocidental. Essa tarefa foi realizada ao longo dos oitocentos e seus executores divergiam, em muito, dos princípios basilares implícitos a estes objetivos.

Dessa perspectiva de análise, a conquista da América é explicada apenas pelas ações dos conquistadores. Os conquistados, no máximo, seriam um entrave a ser removido. O que se queria era demonstrar qual coroa, ou quais súditos, haviam sido mais hábeis e ativos naquelas conquistas. Assim, os índios, os nativos, os ameríndios, os habitantes originários do continente, nos são apresentados como coadjuvantes de sua própria história.

Consequentemente, nesta investigação partimos do pressuposto, tal como procuramos demonstrar ao longo desta tese, que o lugar dos índios na história do Brasil foi definido nos oitocentos. Divergindo da maioria dos historiadores contemporâneos, sustentamos que os historiógrafos do século XIX não tiraram os índios da história. Para nós, o que eles fizeram foi “classificar” e “ordenar” distintos povos indígenas como se fossem “nações” – tendo como parâmetro o pensamento ilustrado e não o positivista. Ao assim proceder, determinaram seus lugares históricos no passado, presente e futuro da nação brasileira.

Ao longo das últimas centúrias, o que nós, historiadores, fizemos foi reiterar a existência ou a ausência dos índios que os nossos antecessores decidiram que iam existir ou desaparecer da história. Transformamos a proposição formulada por Adolfo Varnhagen - “para os índios [...] povos na infância não há história, há só etnografia”-, em vaticínio. É verdade que houve um momento em que essa historiografia oitocentista foi questionada e procurou-se dar visibilidade aos índios que enfrentaram os conquistadores. No entanto, só foram incluídas nesta “história crítica” as “nações”, cujo passado foi

negativado, em razão de terem resistido e que apareciam, referidas nos textos dos historiógrafos do século XIX.

No caminho que traçamos, consideramos que, para entender e refletir sobre o lugar destinado aos índios no construto da nação brasileira, foi necessária uma imersão nos distintos modelos explicativos de interpretação da história do Brasil e de Mato Grosso, das duas últimas centúrias, formulados em suas linhas essenciais por autores como: Robert Southey, Adolfo Varnhagen, Basílio de Magalhães, Virgílio Correa Filho, Arthur Ferreira Reis, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Uacury Bastos, Otávio Canavarros, Carlos Alberto Rosa, Laura de Melo e Souza, Ângela Domingues, Mario Clemente Ferreira, Maria Regina Celestino de Almeida, entre outros.

Na escrita da história pátria, gestada desde a segunda metade do século XIX, o lugar destinado à então província de Mato Grosso foi o de “antemural”, de espaço fronteiro às províncias hispânicas. Essa perspectiva de análise coadunava-se com a proposição mais geral em voga, segundo a qual, a história do Brasil explicar-se-ia a partir de sua expansão territorial. Ao negar a colonização portuguesa e atribuir o protagonismo das conquistas aos bandeirantes paulistas, essa vertente historiográfica definia o lugar das províncias e de suas respectivas elites na história e na política nacional.

Desde então, construiu-se uma “História de Mato Grosso”, cuja significação relacionava-se com a capacidade que seus moradores tiveram para barrar o avanço hispano-americano “no coração da América do Sul”. Acontece que, no século XVIII, efetivamente, jamais se concretizou qualquer ameaça de invasão, pelos “paraguaios”, das terras reivindicadas pelo Brasil no vale do rio Paraguai.

Diante do fato consumado, mas não assumido pela historiografia, da ausência de conflitos entre os súditos das coroas ibéricas e da não ocupação efetiva daquelas terras por “brasileiros” ou “paraguaios”, até os anos finais dos setecentos, o estudo dessa fronteira corria o risco de ser esvaziado de significado. “Felizmente”, na segunda metade dos oitocentos, aquele espaço era área de litígio entre a República do Paraguai e o Império do Brasil. Tornavam-se, assim, necessários encontrar e elaborar fontes e argumentos históricos que justificassem a sua conquista e posse tardias.

Num primeiro momento, os historiógrafos “recuperaram” e valorizaram as grandes expedições exploratórias e as bandeiras que perlustraram tal espaço desde os séculos XVI e XVII. Mas, tais iniciativas foram efêmeras e não propiciaram a ocupação daquele vasto território. Assim, os diferentes autores optaram centrar seu foco de análise nos setecentos e elegeram como marcos de

seus estudos os descobertos de ouro do Cuiabá. Foi por esse paradigma que o Mato Grosso “conquistou” um lugar na história do Brasil colonial.

Constatada a demora de ibero-americanos em ocupar a alta bacia do rio Paraguai, fez-se necessário explicar os motivos de tal atraso. Um dos cuidados a se tomar era o de descaracterizar a presença “paraguaia” naquele espaço. Foi assim que duas “nações” indígenas, Payaguás e Guaykurus, entraram na história de Mato Grosso e do Brasil. Para tanto, os estudiosos elaboraram a tese da existência de uma poderosa aliança, que perdurou cerca de 60 anos, entre aqueles índios, que impediu que tanto luso-brasileiros, quanto hispano-paraguaios, ocupassem o espaço em consideração.

A tese que ora defendemos não nega que o espaço geográfico conhecido como vale dos rios Paraguai e Guaporé – áreas ocupadas por conquistadores ibero-americanos desde os séculos XVI e XVII – fosse de fronteira e, portanto, disputada pelos súditos das coroas de Portugal e Espanha, tanto nos gabinetes europeus, como nos territórios americanos.

O que procuramos demonstrar foi que apreender o espaço supracitado apenas como área de litígio e tensão decorrentes das disputas dos conquistadores é um objeto de estudo muito desgastado e limitativo.

Nossa proposta é mais inclusiva. Do nosso entendimento, aquelas conquistas precisavam ser apreendidas, levando também em conta a imensa diversidade de povos indígenas que, por mote próprio ou por vicissitudes alheias às suas vontades, foram partícipes e tiveram o curso de suas vidas privadas e de seu existir, como povo, alterados, de modo indelével, pela presença e contatos com os conquistadores.

Incluir e aceitar os povos indígenas como um terceiro agente histórico atuando nas conquistas dos rios Paraguai e Guaporé levaram-nos a discutir e redimensionar muitas das verdades defendidas pela historiografia pátria e mato-grossense desde os oitocentos. Para melhor clarificar nossos argumentos, ao longo dos capítulos que constituem esta dissertação, fomos questionando várias das teses que fundamentavam tais “verdades”.

No capítulo 2, discutimos a tese da passividade ameríndia nas conquistas do alto Paraguai. Defendemos que, em face da ação de bandeirantes e das guerras já existentes, muitos dos povos que ali viviam, ao se sentirem fragilizados, fizeram escolhas e alianças fosse com vizinhos, mediante oferecimento de alguma compensação, com jesuítas ou fugindo para locais de difícil acesso. Negamos ainda a aliança entre Payaguás e Guaykurus e discordamos das ideias de “nação” e “unidade” atribuídas a esses dois povos.

Ao retermos as fontes usuais, reavaliamos o impacto dos confrontos entre os conquistadores do Cuiabá e os índios Payaguás e Guaykurus. Após dimensionarmos o sentido da guerra para os Payaguás, sustentamos que moradores daquela vila e agentes da coroa portuguesa supervalorizaram os ataques que sofreram de tais índios para fundamentar interesses materiais privados e de grupo, de justificativas para o cativeiro de índios e de outras desobediências a determinações régias, pretensões de ascensão social e de projeção política.

No capítulo 3, discutimos a tese sobre os bandeirantes e a “expansão territorial do Brasil colonial”. Interessou-nos mais averiguar os impactos de tais eventos sobre as populações indígenas do alto Paraguai e as inquietações que tal presença suscitou entre os jesuítas e os governantes da província do Paraguai e, por fim, apontamos como as ações dos paulistas, ao longo de 40 anos, levaram aos descobertos de ouro do Cuiabá.

Propusemos uma releitura sobre o Cuiabá que privilegia menos as agruras e mais as estratégias políticas dos homens que ali viviam. Sustentamos que seus “homens bons” estavam mais ligados à coroa, que defendiam interesses próprios e menos os de um grupo de paulistas descontentes da guerra dos Emboabas. Destacamos, ainda, que se os historiadores ressaltaram as associações entre os sertanistas do Cuiabá e nações de índios “amigas”, jamais trataram do tema dos descimentos e da situação do cativeiro indígena.

No capítulo 4, propusemos entender como as missões jesuíticas de Chiquitos e de Mojos atuaram junto aos índios que habitavam o vale dos rios Paraguai e Guaporé, bem como se relacionaram com os moradores do Cuiabá e Mato Grosso. De saída, repudiamos a tese de que os jesuítas fundaram suas missões, estrategicamente postadas, para combater o avanço da expansão luso-brasileira desde o rio da Prata até ao alto Amazonas.

Em nossa investigação, tratamos as reduções não como espaços mediando as fronteiras entre as monarquias ibéricas, mas, fundamentalmente, como lugares de conquistas que abrigaram mais de meia centena de povos indígenas com experiências culturais próprias, que ali aprenderam a construir novas estratégias de negociação e de convivência. Ao negarmos a tese da submissão dos índios aos padres, apresentamos as missões de Chiquitos e de Mojos como lugares onde o exercício da conquista era uma prática que necessitava ser (re) alimentada cotidianamente através de concessões e menos pelo uso da força. No Guaporé, não foram poucos os padres que temiam seus reduzidos.

No capítulo 5, discutimos uma questão formulada desde os oitocentos: porque os súditos da coroa espanhola não barraram o avanço dos sertanistas de São Paulo nos rios Paraná e Paraguai? Discordamos da assertiva formulada por Jaime Cortesão, ainda hoje bem aceita sem contestação por alguma produção historiográfica, que se vangloria da esperteza e oportunismo de luso-brasileiros. Comungando da tese que propugna valorizar mais as ações políticas ocorridas no âmbito das colônias, analisamos aspectos como: os interesses econômicos e a capacidade político-militar dos colonos, as disputas entre colonos e os padres da Companhia de Jesus, e as estratégias de aceitação e/ou resistência, levadas a cabo pelos povos indígenas que participaram daquelas conquistas. Isto não significou deixar em segundo plano as tensões, estratégias e negociações ocorridas em Lisboa e Madrid, as quais inegavelmente se refletiam nas colônias sul-americanas e nas relações entre os súditos.

O capítulo 6 apresenta a novidade de estudar os povos indígenas que viviam na margem oriental do rio Guaporé, já que a maioria dos historiadores fixa seus interesses sobre a missão de Mojos e, conseqüentemente, sobre sua margem ocidental. Reforçamos aqui nossa recusa em entender os povos indígenas que viviam no espaço recortado, fosse como agentes passivos ou como “guardiões das fronteiras”.

Ao retomarmos a discussão sobre os descimentos dos índios que viviam no vale do rio Guaporé quisemos demonstrar que, para os homens dos setecentos, as conquistas só se efetivariam com e pelos próprios índios, “aliados” ou “inimigos”. Para a maioria daqueles homens, os índios eram a única mão de obra disponível. Portanto, dependendo do que estava em jogo, os argumentos que criavam para referendar suas ações podiam ser fantasiosos. Do mesmo modo, duvidamos das boas intenções dos funcionários da coroa, propondo, portanto, uma leitura menos crédula e mais crítica das fontes.

Finalmente, queremos esclarecer que, desde os oitocentos, os olhares que se construíram, sobre o espaço conhecido como Mato Grosso, foram embaçados simultaneamente pela sua posição geográfica e por interesses políticos. Defendemos ao longo desta tese que entender as relações entre conquistadores e conquistados, apenas da perspectiva geopolítica ou geoestratégica, limitou em muito os olhares que os investigadores lançaram sobre aquela realidade e as interpretações que dela fizeram. Quando nos propusemos uma leitura distinta das conquistas encetadas por ibero-americanos nos rios Paraguai e Guaporé através das fontes ibero-americanas visamos não só apresentar uma crítica bem fundamentada e respeitosa às investigações que nos precederam, como pretendemos também abrir novas possibilidades de investigação.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa

A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 04; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 08, A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 23; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 1, doc. 40; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 1, doc. 42; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 1, doc. 44, 56, 57 e 59-A ; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 1, doc. 50-A; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 52; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 1, doc. 63; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 1, doc. 70; A.H.U., *Avulsos*, Cx. 1, nº 33; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 84; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 89; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 01, doc. 93; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 2, doc. 106; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 02, doc. 131; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 3; doc. 175; A.H.U., *Mato Grosso*, cx., 3, doc. 170; A.H.U., *Mato Grosso*, cx. 3; doc. 175; A.H.U., *Mato Grosso*, caixa 4, doc 2; A.H.U., *Mato Grosso*, Caixa 5, doc. n.º 320; A.H.U., *Mato Grosso*, caixa 8, doc. n.º 501;

A.H.U., Pará, cx.32, doc. 2992; A.H.U., Pará, cx. 25, doc. 2387

A.H.U., São Paulo, Cx 03. Doc. 247;

A.H.U., São Paulo, Projeto Resgate, CD 1.7/003/001, fotogramas 152 a 154

A.H.U., Conselho Ultramarino, cód. 233, fs. 205-206

A.H.U., *Conselho Ultramarino*, cód. 233, fs. 165-165 v

A.H.U., *Conselho Ultramarino*, cód. 233, fs. 167v e 168

Academia das Ciências – Lisboa

Coleção Livros Vermelhos, Arquivo Histórico Colonial, Ministério das Colônias, Livro II, Documento 856

Biblioteca Pública de Évora - Évora

Cod. CXV/2-15 a nº 7

Archivo General de Indias – Sevilla

A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 9; A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 161; A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 207; A.G.I., Sección V, Gobierno, Charcas, Legajo 217; A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 265; A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo, 279; AGI, Seccion V, Charcas, Legajo 283; A.G.I., Sección V, Charcas, Legajo 384; A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 302; A.G.I., Sección V, Buenos Aires, Legajo 534.

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

“Visitas Pastorais, Livro 2, Devassas, Ano: 1785”, Cuiabá, Visitador: Bruno Pina,

Arquivo do IHGB, Códice Conselho Ultramarino, 1-2-2, fls. 8 a 9v; Arquivo do IHGB, Códice Arq. 1.2.9, ff. 74/92.

Arquivo da Casa Barão de Melgaço – Cuiabá

ACBM – IPDAC, Acesso Pasta 114, nº. 787; ACBM – IPDAC, Acesso – Pasta 23 – n.º1452.

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – Cuiabá

APEMT, Manuscrito – Livro – C – 02; APEMT, Livro C – 03; APEMT, Livro C – 04; APMT, Manuscrito, Livro C – 5, APEMT, Manuscrito, Livro C - 06

Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional – Cuiabá

Documentos Ibéricos: Documentos sobre a História de São Paulo – Doc. 24; microficha 17, documento 212, NDIHR, Microficha 6, Doc. 82.

Catálogos, Fontes Publicadas, Relatos e Historiais

ADONIAS, Isa, Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial: 1500-1822, Brasília, Ministérios das Relações Exteriores, 1960, 2v.

ALMEIDA, Candido Mendes de, “Primeira Exploração dos Rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749 por Ordem do Governo, in: Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas”, Tomo Segundo, Rio de Janeiro, Nova Typographia de J. Paulo Hildebrand, 1874.

ALTAMIRANO, Diogo Francisco, *Historia de la misión de los Mojos*, La Paz, Instituto Boliviano de Cultura, 1979, [1891].

AMADO, Janaina e ANZAI, Leny Caselli (Org.), *Anais de Vila Bela 1734-1789*, Cuiabá, Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.

ANAIIS do Museu Paulista: História e Cultura Material, Universidade de São Paulo, Museu Paulista, Nova Série, Vol. 17, Nº 2, Jul.-Dez., 2009.

ANNAES do Museu Paulista, ‘Documentos Bandeirantes no Archivo de Sevilla, Tomos I, II, V e XIII, São Paulo, Imprensa Oficial, 1931 / 1949.

ANNAES do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830 [transcrição e organização Yumiko Takamoto Suzuki], Cuiabá, Entrelinhas/Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

ARCHIVO General de Indias, *Catálogo descriptivo del material del Archivo de Indias referente a la historia de Bolivia*: Sevilla, 1933 / José Vázquez-Machicado, La Paz: Ministerio de Educación y Cultura Instituto Boliviano de Cultura, 1989;

AUDIBERT, Alejandro, *Los Límites de la Antigua Provincia del Paraguay*, Buenos Aires, Imprenta “La Económica”, 1892.

AZARA, D. Félix de, *Viajes por la América Meridional*, Madrid, Espasa-Calpe, 1941, tomo II.

AZARA, Felix de, *Descripción y Historia del Paraguay y del río de la Plata*, Buenos Aires, 1943.

AZARA, Félix de, “Diário de Azara, ano de 1785”, in Pedro De Angelis, *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Rio de la Plata*, Buenos Aires, Vol. 6, Buenos Aires, Editorial Plus Ultra, 1836, p.183 – 449.

BALDUS, Herbert, *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*, Comissão do IV Centenário de São Paulo, São Paulo, 1954.

BANDEIRANTES no Paraguai - Século XVII (Documentos Inéditos), Prefeitura

do Município de São Paulo, Departamento de Cultura, volume XXXV, São Paulo, Publicação da Divisão de Arquivo Histórico, 1949.

BARNADAS, Josep M. y PLAZA, Manuel (ed.), *Mojos seis Relaciones Jesuíticas: Geografía – Etnografía – Evangelización (1670-1763)*, Cochabamba, Historia Boliviana, 2005.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de, *Anais de Mato Grosso*. Cuiabá, IHGMT, Coleção Publicações Avulsas, nº 20, 2001.

BORGES, Francisco Caetano, *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade*, Cuiabá, IHGMT, Coleção Publicações Avulsas, nº 28, 2001.

BURGUÉS, Pe. Francisco, “Memorial al Rey nuestro señor en su Real, y Supremo Consejo de las Indias, sobre las noticias de las Misiones de los Indios llamados Chiquitos, y del estado que hoy tienen estas, y las de los Ríos Paraná, y Uruguay, que están à cargo de los Padres de la Compañía de Jesús, de la Provincia del Paraguay”, in *Colección Jesuitas*, tomo 55, n. 33, Madrid, Biblioteca da Real Academia de la Historia, impreso de un manuscrito de 1703.

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez, *Naufragio y Comentarios*, Ed. Espasa – Calpe, 3ª ed. Buenos Aires, 1947.

CALDAS, João Augusto, *Memoria histórica sobre os indígenas da Província de Matto-Grosso pelo Capitão João Augusto Caldas*, Rio de Janeiro, Typ. Polytechnica de Moraes & Filhos Editores, 1887.

CARDIEL, José, *Compendio de la historia del Paraguay: 1780*, Buenos Aires, Fundación para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 1984.

CARDIM, Pe. Fernão, *Tratado da Terra e gente do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980 [1625].

CASTELNAU, Francis, *Expedição às regiões centrais da América do Sul*, São Paulo, Brasiliana, 1949.

CATÁLOGO dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto [1938], Porto, 1988;

CHARLEVOIX, Pedro Francisco Javier de, *Historia del Paraguay* / con las anotaciones y correcciones del P. Muriel, traducida al castellano por el P. Pablo Hernández, Madrid: Suarez, 1910/16, 8 volumen.

CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*, parte III, Os Antecedentes do Tratado, Tomo II, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1951.

CORTESÃO, Jaime, *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1649-1640)*, Manuscritos da Coleção de Angelis, Tomo I, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1951.

CORTESÃO, Jaime, *Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*, Manuscritos da Coleção de Angelis, Tomo II, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1952.

CORTESÃO, Jaime, *Jesuítas e bandeirantes no Tape (1615-1641)*, Manuscritos da Coleção de Angelis, Tomo III, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1969.

CORTESÃO, Jaime, *Antecedentes do tratado de Madrid. Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751)*, Manuscritos da Coleção de Angelis, Tomo VI, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1955.

“CRIAÇÃO de Villas no Período Colonial: Villa do Pytanguí”, in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol. 02, fas. 01, 1897.

D’ABBEVILLE, Frei Claude, *História da Missão dos Padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975 [1614].

DE ANGELIS, Pedro, *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Rio de la Plata*, Buenos Aires, Vol. 6, Buenos Aires, Editorial Plus Ultra, 1836.

DOBRIZHOFFER, Martin, *Historia de los Abipones*, Resistencia, Facultad de Humanidades, Universidad Nacional del Nordeste, 1967/70, Tomos I-III.

DOCUMENTOS Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, São Paulo, Arquivo do Estado, vols. IV-X (1895-1902).

ESCHWEGE, W. L., *Pluto Brasiliensis*, Vol. 1 e 2, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

FABRE, Alain, *Diccionario etnolingüístico y guía bibliográfica de los pueblos indígenas sudamericanos*, disponível em: <http://butler.cc.tut.fi/>.

FERREIRA, Joaquim A., “Noticia sobre os indios de Matto-Grosso dada em officio de 2 de dezembro de 1848 ao ministro e secretário d’Estado dos Negócios do Imperio, pelo director geral dos indios da então Provincia”, in *O Archivo: Revista destinada à vulgarização de documentos geographicos e historicos do Estado de Matto-Grosso*, Cuiabá: [s. n.], a. 3, v. 2, 1905. pp. 79-96.

FONSECA, João Severiano da, *Viagem ao Redor do Brasil (1875-1878)*, 2 Vol., Rio de Janeiro, Typographia de Pinheiro & C, 1881.

FONSECA, José Gonçalves da, *Notícia da Situação de Mato Grosso*, Cuiabá, IHGMT, Publicações Avulsas, nº 22, 2001.

FONSECA, José Gonçalves da, “Primeira Exploração dos Rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749 por Ordem do Governo, in: *Memorias para a História do Extincto Estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as províncias do Maranhão, Piahy, Grão-Pará e Amazonas*”, colligidas e annotadas por Candido Mendes de Almeida, Tomo Segundo, Rio de Janeiro, Nova Typographia de J. Paulo Hildebrand, 1874.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil: século XVI, XVII, XVIII*, Comissão do IV Centenário da Cidade, São Paulo, 1954.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda E., *Guía de fuentes manuscritas para la historia de Brasil conservadas en España*, Fundación Mapfre Tavera, Ministério da Cultura do Brasil, Projeto Resgate – Barão do Rio Branco, Madrid, 2002.

HERVÁS, Lourenço, *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas*, Vol., I, Madrid, 1800.

ÍNDICE Geral dos Números de 1 a 399, in *Revista do IHGB*, ano 159, nº 400, jul./set., 1998, pp. 643-1563;

JAVIER EDER, Francisco, SJ, *Breve Descripción de las Reducciones de Mojos*, Cochabamba, 1985.

JIMÉNEZ DE LA ESPADA, Marcos, *Relaciones geográficas de Indias: Perú; Edición y estudio preliminar por José Urbano Martínez Carreras*, Madrid: Atlas, 1965, tomo II.

LEVERGER, Augusto (Barão de Melgaço), *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*, Cuiabá, IHGMT, Coleção Publicações Avulsas, nº 19, 2001.

LÉRY, Jean de, *Viagem à Terra do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1980 [1578].

LOZANO, Pedro S.J., *Historia de la Compañía de Jesús de la Provincia del Paraguay*, Tomo Segundo, Madrid, Imprenta de la Viuda de Manuel Fernandez, M.DCC.LV.

LUCIDIO, João Antonio Botelho (coord.), *Catálogo Digital: Comissão Rondon – Serviço de Proteção ao Índio (1890 a 1940)*, Cuiabá, 2007.

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo, *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*, Vol. II, 2ª Edição, São Paulo, Livraria Martins, 1950.

MELO NETO, João Cabral de, *O arquivo das Índias e o Brasil: Documentos para a História do Brasil existentes no Arquivo das Índias de Sevilha*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1966.

MORGADO, Eliane Maria Oliveira [et al.], *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial (1727-176)*, 5 volumes, Entrelinhas/Edufm, Cuiabá, 2007.

MORENO, Alcides Parejas, *Documentos para la historia del oriente boliviano: siglos XVI y XVII: Catálogo de documentos de la Sección V (Audiencia de Charcas) del Archivo General de Indias*, Santa Cruz, 1981

O ARCHIVO: Revista destinada á vulgarização de documentos geographicos e históricos do Estado de Matto-Grosso, editada entre novembro de 1904 e abril de 1906.

ORELLANA, Pe Antonio de, *Relación Sumaria de la Vida y dichosa muerte del V.P. Cipriano Barace de la Compañía de Jesús*, Lima, 1704. Reimpresa en Madrid, 1711.

PAIVA, Ana Mesquita (et al.), *D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; Correspondências*, Cuiabá, Imprensa Universitária, 1983, (04 volumes).

PALACIO, Francisco, “Roteiro da Viagem para as Minas do Cuiabá que fez Francisco Palácio no ano de 1726”, in *Revista Eletrônica Documento Monumento: Edição Especial Rios e História*, NDIHR, UFMT, Cuiabá, 2010.

PASTELLS, Pablo, e [MATEOS, Francisco], *História de la Compania de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Peru, Bolivia, y Brasil) segun los documentos originales del Archivo General de Indias extractados y anotados por el R.P. Pablo Pastells*, vol. I-V (Madrid 1912-1933), obra continuada por F. Mateo: vol. VI-VIII/2, Librería General de Victorino Suárez y Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, Madrid 1912-1949, 8 tomos.

PATRICIO FERNANDEZ, Juan, S. J., *Relación Historial de las Misiones de Indios Chiquitos que en el Paraguay tienen los Padres de la Compañía de Jesús*, Madrid, Librería de Victoriano Suárez, editor, 1895.

PEREIRA, João Gonçalves, *Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as Missões Jesuíticas de Moxos*, Cuiabá, IHGMT, Col. Publicações Avulsas nº 39, 2011.

PINHEIRO, Manoel Theophilo da Costa, *Exploração do Rio Cautario*, Typographia Leuzinger, 1920.

ORBIGNY, Alcide Dessalines d', *Viage a la América meridional: Brasil, República del Uruguay, República Argentina, La Patagonia, República de Chile, República de Bolivia, República del Perú*, Buenos Aires, Futuro, 1945, 4 volumes.

RANDAZZO, Vera, *Catálogo de Documentos Históricos de Mato Grosso*, São Paulo/Cuiabá, Vaner Bicego/Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977, (4 volumes).

RENÉ-MORENO, Gabriel, *Catálogo del Archivo de Mojos y Chiquitos*; 2ª ed., con estudios preliminar y notas de adicionales de Hernando Sanabria Fernández, La Paz, 1973.

RONDON, Cândido Mariano da Silva, *Conferências Realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo*, Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1922, p. 88.

RUIZ DE MONTROYA, Antonio, *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús, en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay, y Tape*, Imprenta del Reyno, Madrid, 1639.

SÁ, José Barbosa de, “Relação das povoações do Cuyabá e Mato grosso de seus princípios até os presentes tempos”, in *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Vol. XXIII (ano/1901), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904, pp. 5 a 58.

SÁNCHEZ LABRADOR, José, *El Paraguay Católico*, Tomos I e II, Buenos Aires, Imprenta de Coni Hermanos, 1910.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (Org.), *Catálogos da Casa Barão de Melgaço: Coleção de Documentos do Instituto de Pesquisa D. Aquino Corrêa*, Cuiabá, IHGMT, 2000, (Col. Publicações Avulsas, nºs. 30 e 31).

STADEN, Hans, *Duas Viagens ao Brasil*, Belo Horizonte/Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1974.

TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Monçoeiros*, São Paulo, Livraria Martins, 1976.

TAUNAY, Afonso de, *Relatos Sertanistas*, Belo Horizonte/Ed. Itatiaia; São Paulo/Edusp, 1981.

THÉVET, Fr. André, *As singularidades da França Antártica*, Belo Horizonte/Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1978.

Livros

ABREU, João Capistrano de, *Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio Janeiro*, Rio Janeiro, 2003.

ALMEIDA, Rita Heloísa de, *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*, Brasília, Ed. da UNB, 1997.

ASTRAIN, Pe. Antonio, *Historia da la Compañía de Jesús en la Asistencia de España*, Tomo VI (1652-1705), Madrid, Administración de Razón y Fe, 1920.

AZEVEDO, João Lúcio de, *Os jesuítas no Grão Pará. Suas missões e a colonização*, Coimbra, Imprensa Universidade, 1930.

BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis, *Expansão Territorial do Brasil Colonial no vale do Paraguai (1767 – 1801)*, São Paulo, Gráfica da FFLCH / USP, 1978.

BLAG, Ilana, *Na trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*, São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

BLOCK, David, *La cultura reduccional en los llanos de Mojos: tradición autóctona, empresa jesuítica & política civil, 1670-1763*, La Paz, Tupac Katari, 1997.

CABALLERO, Augusto Ocampos, *La conquista científica de Azara en el Paraguay su fascinación y respeto hacia la naturaleza*, Huesca: Instituto de Estudios Altoaragoneses, 1999.

CANAVARROS, Otávio, *O poder metropolitano em Cuiabá (1722-1752)*, Cuiabá, EdUFMT, 2004.

CARDIM, Pedro, *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Cosmos, 1999.

CASPAR, Franz, *Tuparí, Entre os índios, nas florestas brasileiras*, São Paulo: Melhoramentos, 1958.

CASTEDO, Luis Leigue, *El Itênez Salvaje*, La Paz, Ministerio de Educación, Departamento de arqueologia, etnografia y folklore, 1957.

CASTRO, Eduardo Viveiros de, *Araweté: os deuses canibais*, Rio de Janeiro, Zahar/Anpocs, 1986.

CHARUPÁ, Roberto Tomichá, *La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos, en Bolívia (1691-1767)*, Cochabamba/Bolivia, Editorial Verbo Divino, Universidad Católica Boliviana y Ordo Fratrum Minorum Conv, 2002.

CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1950/1956, (9 volumes).

CORTESÃO, Jaime, *História do Brasil nos Velhos Mapas*, Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, Vol I e II, 1971.

CORRÊA FILHO, Virgílio, *As Raias de Matto Grosso*, 4 vols., São Paulo, Secção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1924-1926.

CORRÊA FILHO, Virgílio, *História de Mato Grosso*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORRÊA FILHO, Virgílio, *Pantanaís Matogrossenses (Devassamento e Ocupação)*, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1946.

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da, *O homem algodão: uma etno-história Nambiquara*, Cuiabá, Carlini & Caniato/EdUFMT, 2009

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da, *Senhores da Memória: uma história dos Nambiquara do Cerrado*, Cuiabá, UNICEN Publicações, 2002, (Col. Tibanaré).

COSTA, José Eduardo F. M. da, *A Coroa do Mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano*, Cuiabá, EdUFMT/Carlini & Caniato, 2006.

COSTA, Maria de Fátima, *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos*

- XVI e XVIII, São Paulo, Estação Liberdade, Kosmos, 1999.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.), *Historia dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992.
- DELUMEAU, Jean, *Uma história do Paraíso*, Lisboa, Terramar, 1995.
- DENEVAN, William M., *La geografía cultural aborigen de los Llanos de Mojos*, La Paz, Juventud, 1980.
- DIAS, Maria Odila Leita da Silva, *O fardo do homem branco: Robert Southey, historiador do Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional, 1974 (Coleção Brasileira, 344).
- DOMINGUES, Ângela, *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, CNCDP, 2002.
- ELIS JUNIOR, Alfredo, *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*, São Paulo, Companhia e Editora Nacional, 1934.
- ENAWURÉU, Mario B., *Os Bororos na história do Centro Oeste Brasileiro 1716 – 1986*, Campo Grande, Missão Salesiana de Mato Grosso, CIMI, 1987.
- FARAGE, Nádia, *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas e a colonização do Rio Branco*, Rio de Janeiro: Paz & Terra/ANPOCS, 1991.
- FARIA, Ana Leal de, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.
- FERNANDES, Florestan, *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*, São Paulo, Ed. Anhambi, 1958.
- FERNANDES, Florestan, *A organização social dos Tupinambá*, São Paulo, Difel, 1963.
- FERNÁNDEZ MARCHENA, Juan, *Ejército y Milicias en el Mundo Colonial Americano*, Editorial MAPFRE, Madrid, 1992.
- FINOT FRANCO, Enrique, *Historia de la conquista del Oriente boliviano*, La Paz, Editorial Juventud, 1978 (1ª ed. 1946).
- FINOT FRANCO, Enrique, *Historia de la conquista del Oriente boliviano*, La Paz, Editorial Juventud, 1978 (1ª ed. 1946).
- GANDIA, Enrique de, *Historia de Santa Cruz de la Sierra una Nueva Republica en Sud América*, Buenos Aires, Tallares Gráficos Argentinos de L.J. Rosso, 1935.
- GANDIA, Enrique, *História crítica de los mitos de la conquista americana*, Buenos Aires, Juan Roldan, 1929.
- GANDIA, Enrique, *Historia del Gran Chaco*, Buenos Aires, Juan Roldan y Compañía Editores, 1929.
- GARCIA, João Carlos, (coord.), *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Insua*, CNCDP, 2001.
- GARCÍA RECIO, José María, *Análisis de una sociedad de frontera: Santa Cruz de la Sierra en los siglos XVI y XVII*, Sevilla, Diputación Provincial de Sevilla, 1988.
- HOBBSAWM, Eric J. , *Nações e nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Extremo Oeste*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 59.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Monções*, 2ª Ed, São Paulo, Alfa-ômega, 1976 [1944].
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.
- KERSTEN, Ludwik, *Las tribus Indígenas del Gran Chaco Hasta Fines del Siglo XVIII, Una Contribución a la Etnografía Histórica de Sudamérica*, Resistencia, Facultad de Humanidades, Universidad Nacional del Nordeste, 1968.
- KLEIN, Herbert S., *Historia general de Bolivia*, La Paz: Juventud, 1988.
- KREKELER, Brigit, *Historia de los Chiquitanos: pueblos indígenas de las tierras bajas de Bolivia*, Santa Cruz de la Sierra, Industrias Graficas Sorena Color, 1996.
- LEÓN-PORTILLA, Miguel, *A visão dos vencidos: a tragédia da conquista narrada pelos astecas*, Porto Alegre: L&PM, 1985.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, *Tristes Trópicos*, São Paulo, Cia. das Letras, 1996 [1957].
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *Caminho de Chiquitos às Missões Guaranis de 1690 a 1718*, São Paulo, Coleção da Revista de História XX, 1960.
- LUIS ROCA, José, *Economía y Sociedad en el Oriente Boliviano. (Siglos XVI e XX)*, La Paz, Cotas Ltda. 2001.
- LUÍS, Washington, *Capitania de São Paulo – Governo de Rodrigo César de Meneses*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- MAGALHÃES, Basílio de, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Epasa, 1944.
- MALDI, Denise (org.), *Direitos Indígenas e antropologia: Laudos Periciais em Mato Grosso*, Cuiabá, Ed. da UFMT, 1994.
- MANDRINI, Raúl y PAZ, Carlos D. (compiladores), *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX un estudio comparativo*, Neuquén, Instituto de Estudios Históricos Regionales, Universidad Nacional del Sur, 2003.
- MEIRELES, Denise Maldí, *Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, séculos XVIII, Petrópolis, Vozes, 1989.*
- MÉLIA, Bartomeu, *El Guaraní conquistado y reducido – ensayos de etnohistoria*, Biblioteca Paraguaya, vol. 5, Asunción, Universidad Católica, 1993.
- MELLO, Evaldo Cabral de, *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco, 1666-1715*, São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- MENDONÇA, Estevão de, *Datas mato-grossenses*, Typ. Salesianas, Nitheroi, 1919.
- MÉTRUAX, Alfred, *The native tribes of Eastern Bolivia and Western Mato Grosso, Bureau, of American Ethnology*, Bulletin 134, Washington, 1942.
- MICELI, Paulo, *O desenho do Brasil no teatro do mundo*, Campinas, Editora da Unicamp, 2012.
- MIRANDA NETO, José Manoel, *A utopia possível: missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767*, Brasília: FUNAG, 2012.

- MONES, Alvaro, & KLAPPENBACH, Miguel A., *Un ilustrado aragonés en el virreinato del Río de la Plata, Félix de Azara (1742-1821): estudios sobre su vida, su obra y su pensamiento*, Museo Nacional de Historia Natural, Montevideo, vol. VI, 1997.
- MONTEIRO, John Manuel, *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.), *Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- MORENO, Alcides Pareja y SALAS, Virgilio Suárez, *Chiquitos: historia de una utopía*, La Paz, Bolivia, Sirena, 1992.
- O’GORMAN, Edmundo, *A invenção da América*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- OLIVEIRA, João Pacheco de, *Ensaio em Antropologia Histórica*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, [1960], 1976.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de, *O índio e o mundo dos brancos: uma interpretação sociológica da situação dos Tukúna*, São Paulo, Livraria Pioneira, [1964], 1972.
- PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1979.
- PUNTONI, Pedro, *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Hucitec, EdUSP, Fapesp, 2002.
- RAMINELLI, Ronald, *Imagens da colonização: representação do índio de Caminha a Vieira*, São Paulo, Zahar, 1996.
- RATZEL, Friedrich, *Géographie Politique*, Paris, Editions Régionales Européennes, 1988.
- RECIO, José María García, *Análisis de una sociedad de frontera: Santa Cruz de la Sierra en los siglos XVI y XVII*, Sevilla, Diputación Provincial de Sevilla, 1988, [2ª ed.] 1990.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira, *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: A fronteira com as Colônias Espanholas*, 2º Tomo, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.
- ROCA, José Luis, *Economía y Sociedad en el Oriente Boliviano. (Siglos XVI e XX)*, La Paz, Cotas Ltda. 2001.
- ROMEIRO, Adriana, *Paulistas e Emboabas no coração das Minas. Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- RONDON, Cândido Mariano da Silva, *Índios do Brasil: do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso*, Volume I, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Proteção ao Índio, 1946.
- ROQUÉ, Julio Rafael Contreras, *Félix de Azara su vida y su época*, Tomo I “La Forja de un ilustrado altoaragonés (1742-1781)”, Diputación de Huesca, Zaragoza, 2011.

SAIGNES, Thierry, *Los Andes Orientales: Historia de un olvido*, La Paz, CERES/ IFEA, 1985.

SANTOS, Milton, *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo, EdUSP, 2002.

SILVEIRA, Sirlei, *Em busca do país do ouro: sonhos & itinerários*, Cuiabá, MT, Carlini & Caniato/EdUFMT, 2009.

SMANIOTTO, Elaine, *Relações de Gênero entre Populações Indígenas Nômades do Chaco: Abipón, Mocovi, Toba, Payaguá e Mbayá século XVIII*, UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2003.

SOUTHEY, Robert, *História do Brasil*, Tomo quinto, tradução do Dr. Luis J. de O. Castro e anotações do cônego J.C.F. Pinheiro, Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier, 1862.

SOUZA, Laura de Mello e, *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e, *Inferno Atlântico: Demonologia e colonização séculos XVI – XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e, *O diabo e a terra de Santa Cruz*, São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

SUSNIK, Branislava, *Los Aborígenes del Paraguay I: etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)*, Asunción, Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1978.

SUSNIK, Branislava, “*Los Aborígenes del Paraguay*” II: *Etnohistoria de los Guaraníes – época colonial*, Asuncion, Museo Etnografico Andres Barbero, 1979-1980.

SUSNIK, Branislava, *Apuntes de etnografía paraguaya*, Asunción, Manuales del Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1961.

SUSNIK, Branislava, *Los aborígenas del Paraguay III/1 – Etnohistória de los chaqueños 1650–1910*, Asunción, Museo Etnográfico “Andres Barbero”, 1981.

TAUNAY, Afonso de, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1920/40, 11 volumes.

TAUNAY, Alfredo de Escagnolle de, *Entre os nossos índios: Chanés, Terena, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurús, Caingangs*, São Paulo, Editora Cia Melhoramentos, Rio de Janeiro, Editora Cayeiras, 1931.

TODOROV, Tzvetan, *A conquista da América: a questão do outro*, 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

TRINDADE, Vilma Eliza, *Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho, 1887-1973*, Campo Grande, UFMS, 2001.

VARGAS UGARTE, Rubens, SJ, *Historia de la Compañia de Jesus en el Peru*, Tomo III, Burgos, Imprenta de Aldeoca, 1964. Nota 290, pag. 165.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo, *História Geral do Brasil*, tomo IV, São Paulo, Companhia Melhoramentos, s.d..

VITAR, Beatriz, *Guerra y misiones en la frontera chaqueña del Tucumán (1700-1767)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997.

VIVEIROS, Esther de, *Rondon Conta sua Vida*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci, *A conquista da terra no universo da pobreza*, São Paulo, Hucitec, 1987.

Artigos

AGUIRRE, Juan Francisco, “Diario del Capitán de Fragata”, in *Revista da Biblioteca Nacional de Buenos Aires*, T. XVIII, 1º e 2º trimestre de 1948, n.ºs 45 e 46, p. 256.

ALMEIDA, Luís Castanho de, “Bandeirantes no Ocidente”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XL, 1942, pp. 357/358.

ANZAI, Leny Caselli e LUCIDIO, João Antonio Botelho, “Missões jesuíticas nas fronteiras luso-espanholas do Alto Guaporé”, in Leny Caselli ANZAI e Maria Cristina Bonh MARTINS (org.), *Pescadores de almas. Jesuítas no Ocidente e Oriente*. São Leopoldo: Ed. Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2012.

AVELLANEDA, Mercedes y QUARLERI, Lía, “Las milicias guaraníes en el Paraguay y el Río de la Plata: alcances y limitaciones (1649-1756)”, in, *Estudios Iberoamericanos*, PUC/RS, volume XXXIII, n.1, Junho de 2007, pp. 109-136.

AVELLANEDA, Mercedes, “La Alianza defensiva jesuita guaraní y los conflictos suscitados en la primera parte de la Revolución de los Comuneros”, *Historia Paraguaya – Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia*, vol. XLIV, pp. 337-400, 2004.

BALDUS, Herbert, “Introdução”, in Guido Boggiani, *Os Caduveos*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1945, pp. 11 a 46.

BARROS, Edir Pina de, “Laudo histórico-antropológico: ação de desapropriação indireta - Processo n.17.624/86-V”, in Denise Maldí et al. (eds.), *Direitos indígenas e antropologia: laudos periciais em Mato Grosso*, Cuiabá: EdUFMT, 1994, pp. 96 a 174.

BLAJ, Ilana, “Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial”, in *Revista de História da USP*, n.º. 142-143, 2000, pp. 239-259.

BOCCARA, G. & GALINDO, S., eds., “Etnogénesis mapuche: resistencia y restructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII)”, in *Hispanic American Historical Review* 1999, pp. 425-461.

BURGOS, Elizabeth, LAVAUD, Jean Pierre et DAILLANT, Guillaume Boccara, “Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo”, in *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Debates, 2001, URL: <http://nuevomundo.revues.org/index426.html>.

BOSI, Alfredo, “O tempo e os tempos”, in NOVAIS, Adauto, (org.), *Tempo e História*, São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

BUENO, Eduardo, “Genocídio de ontem e hoje”, in *Bartolomé de Las Casas, O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias*, Porto Alegre: L&PM, 1996, pp. 09-23.

CAMPOS, Maria Verônica, “Goiás na década de 1730: pioneiros, elites locais, motins e fronteira”, in BICALHO, Maria F. e FERLINI, Vera L. do A., *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*, São Paulo: Alameda, 2005.

CANOVA, Loiva, “Missão de Santana no Governo de Antônio Rolim de Moura”, in *Revista Ultramares*, nº 1, Vol. 1, Jan-Jul, 2012, pp. 173 a 196.

CARDIM, Pedro, “O quadro constitucional. Os grandes paradigmas de organização política: A coroa e a representação do reino. As Cortes” in, MATTOSO, José (Dir.); e HESPAÑA, Antonio Manuel (org.), *História de Portugal. O Antigo Regime (1620.1807)*, Vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

CARDIM, Pedro, “‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”, in BICALHO, Maria F. e FERLINI, Vera L. do A., *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX*, São Paulo: Alameda, 2005.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de, “Etnogênese Mbayá-Guaykuru: notas sobre emergência identitária, expansão territorial e resistência de um grupo étnico no vale do rio Paraguai (c. 1650-1800)”, in *Fenix: Revista de História e Estudos Culturais*, vol., 3, ano, III, n.º 4, (UFU), 2006, disponível em: www.revistafenix.pro.br.

CARVALHO, Sá, “O grande bandeirante Antonio Pires de Campos (1716-1756)”, in *RIHMT*, Tomos LIII a LVI, 1946, pp. 89 a 96.

CASPAR, Franz, “A aculturação dos Tuparis”, in: SHADEN, Egon (org.), *Leituras de Etnologia Brasileira*, São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1976 [1957].

CASPAR, Franz, “A expedição de P. H. Fawcett a tribo dos Maxubi em 1914”, in *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, São Paulo, Anhembi, V. 1, 1955.

COMBÈS, Isabelle, “Planchas, brazaletes y hachuelas: las rutas prehispánicas del metal andino desde el Guapay hasta el Pantanal”, in *Revista Andina* 47, Cuzco, 2010, p. 53-82.

COMBÈS, Isabelle, *El Candire de Condori. El Saypurú inca y la “tierra sin mal”*, in *Arqueologia, etnologia e etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia, antropologia em aplicação*, in Rodrigo Luiz Simas de Aguiar, Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira, (Orgs.), Dourados/MS, Editora da UFGD, 2010.

COSTA, Maria de Fátima, “Los Guaikurú y la Guerra de la Triple Alianza”, 2006, disponível em: <http://nuevomundo.org/documento1667.html/>.

CREQUI-MONFORT, Georges de & RIVET, Paul, “Linguistique bolivienne. La famille linguistique Capakura”, in *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, tome 10, nº 1, 1913, pp. 119-171.

DAVIDSON, David Michel, “How the brazilian west was won: freelance & state on the Mato Grosso frontier, 1737-1752”. In: Dauril Alden, *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, University of Califórnia, 1973.

DOMINGUES, Ângela, “‘Régulos e absolutos’: episódios de multiculturalismo e intermediação no norte do Brasil (meados do século XVIII)”, in MONTEIRO, Rodrigo Bentes e VAINFAS, Ronaldo, *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*, São Paulo, Alameda, 2009, pp.119 a 138.

DOMINGUES, Ângela, “Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do norte do Brasil”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.), *Brasil: colonização e escravidão*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2000, pp. 45-56.

EHRENREICH, Paul, “A Ethnographia da América do Sul ao começar o século

XX”, in *RIHGSP*, Volume XI, 1906, São Paulo, Typ. do Diário Oficial, 1907, pp. 280 a 305.

ERICKSON, Clark L., “Sistemas agrícolas prehispánicos en los Llanos de Mojos”, in *América Indígena*, México, XL/4, 1980.

FABRE, Alain, “Tupi”, in *Diccionario etnolingüístico y guía bibliográfica de los pueblos indígenas sudamericanos*, 2005. Disponível em: <http://butler.cc.tut.fi/>.

FAUSTO, Carlos, “Se Deus Fosse Jaguar: canibalismo e cristianismo entre os guarani (séculos XVI-XX)”, in *MANA* 11(2): 385 - 418, 2005.

FERNANDES, Luiz Henrique Menezes, “Rodrigo Cesar de Menezes e o papel da Metrópole na incorporação das minas do Cuiabá à América Portuguesa (1721-728)”, in *Ideias*, Campinas (SP), n. 2, Nova Serie, 1ª Semestre, 2011.

FERREIRA, Andrey Cordeiro, “Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX”, in *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2009, v. 52 nº 1, pp. 97 a 136.

FERREIRA, Mário Clemente, “Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no século XVIII: notas de uma investigação”, in *Territórios e Fronteiras – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso*, vol. 7, nº 1, Janeiro/Junho de 2006, pp. 37-56.

FERREIRA, Mário Clemente, “O conhecimento da área de fronteira entre o Mato Grosso e a América espanhola no século XVIII: a procura de informações geográficas e cartográficas por portugueses e castelhanos”, in OLIVEIRA, Francisco R. de e VARGAS, Héctor M., *Mapas de metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX*. Lisboa/Ciudad de México, 2010, pp. 267 a 297.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida, “O Império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português, séculos XVII e XVIII.” In: FURTADO, Júnia Ferreira, *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

GALVÃO, Eduardo, “Estudos sobre a Aculturação dos Grupos Indígenas do Brasil”, in *Revista de Antropologia*, vol. 5, nº 1, São Paulo, junho, 1957.

GARCIA, Romyr Conde, “O Contrabando Colonial Brasileiro numa perspectiva histórica”, in *Revista de Economia Política e História Econômica*, número 08, julho de 2007.

GUILLAUME, Boccara, “Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo”, in *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, n.1, 2001. Disponível: «<http://nuevomundo.revues.org/document426.html>» [on-line desde 2005].

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado, “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. I (1), 1988.

HANKE, Wanda, “Breves notas sobre os índios Mondé e seu idioma”, Curitiba, *Dusenía V. I*, 1950, pp. 215-228.

HESPANHA, Antônio Manoel, “A Constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”, in BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João

Luis, et al. O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, Antonio Manuel, *Por que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos*, in SOUZA, Laura de Mello e, FURTADO, Júnia Ferreira e BICALHO, Maria Fernanda (org.). O governo dos povos, São Paulo, Alameda, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, “Expansão Paulista em fins do século XVI e princípios do século XVII”, in *Seminário de estudos das fontes primárias para a História de São Paulo no século XVI*, Publicações do Instituto de Administração, São Paulo, 1948.

LANGER, Johnni, “O mito do eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI)”, in *Revista de História*, São Paulo, FFLCH/USP, n.º. 136, 1997, pp. 25-40.

LÉVI-STRAUSS, Claude, *Tribes of the tight bank of the Guaporé river, Handbook of South American Indians*, v. III, Smithsonian Institution, Washington, 1948.

LUCIDIO, João Antonio Botelho, “O Arraial da Chapada de São Francisco Xavier: Termo do Matto Grosso, Capitanias de São Paulo e do Mato Grosso e Cuiabá (1736 – 1830)”, in:

ZANETTINI, Paulo (Coord.), *Projeto Fronteira Ocidental – Fase 2*, Cuiabá, 2004.

LUCIDIO, João Antonio Botelho, “A Fronteira Ocidental do Brasil Setecentista nas Fontes do Archivo de Índias, Sevilha”, in, *Nação, civilização e história: leituras sertanejas*, Diva do Couto Gontijo Muniz e Ernesto Cerveira de Sena (orgs.), Goiânia, Ed. da PUC Goiás, 2011, pp. 159 a 172.

MACHICADO, Humberto Vázquez, “Santa Cruz de la Sierra en los siglos XVI y XVII”, in *Obras completas de Humberto Vázquez Machicado*, Vol. II, La Paz, Don Bosco, 1988.

MALDI, Denise, “O complexo cultural do marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do médio Guaporé”, in: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Série Antropologia, vol. 7(2): 209-269, 1991.

MANDRINI, Raúl, “Hacer Historia Indígena: el desafío a los historiadores”, in MANDRINI, Raúl y PAZ, Carlos, *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII y XIX*, Neuquén, Instituto de Estudios Históricos Regionales, Universidad Nacional del Sur, 2003.

MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan, “«De Espanha, nem bom vento nem bom casamento». La Guerra como determinante de las difíciles relaciones entre las dos coronas ibéricas en la península y en América. 1640-1808”, in *Anais de História de Além-Mar*, Vol. X, 2009, pp. 29-111.

MOURA, Pedro de, “Bacia do Alto Paraguai”, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano V, n.º 1, janeiro/março de 1943, pp. 19 e 20.

NIMUENDAJÚ, Curt, “As tribus do alto Madeira”, in: *Journal de la Société des Américanistes de Paris n.º 17*, Paris, 1925, pp. 137-172.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de, “Da pré-história à história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal”, in *Revista de Arqueologia*, 16, 2003.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz, “Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”, in CUNHA, Manuela Carneiro da (org.), *Historia dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992, pp. 115 a 132.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz, “Inventário da Legislação Indigenista (1500-1800)”, in Manuela Carneiro da Cunha (org.), *Historia dos Índios no Brasil*, cit., pp. 529 a 566.

PIJNING, Ernest, “Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII”, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/ Humanitas Publicações, vol. 21, n° 42.

RIBEIRO, Darcy, “Convívio e Contaminação”, in *Sociologia*, vol. XVIII, n.º 1, São Paulo, março, 1956.

ROMEIRO, Adriana, Guerra dos Emboabas: balanço histórico, Belo Horizonte, *Revista Arquivo Público Mineiro*, Ano 45, vol. 1, jan/jun, 2009, pp. 106-117.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna, “A classificação do tronco lingüístico Tupi”, in *Revista de Antropologia*, (12), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1964, pp. 99-104.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna, “Relações internas na família lingüística Tupi-Guarani”, in *Revista de Antropologia*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1985, pp. 33-53.

RYDEN, Stig, “Notes on the Moré Indians, rio Guaporé, Bolívia”, in: *Ethnos*, Estocolmo, s.ed, 7 (2-3), 1942, pp. 84-124.

SAITO, Akira, “Las misiones y la administración del documento: El caso de Mojos, siglos XVIII-XX”, in Clara López Beltrán y Akira Saito (eds.), *Usos del documento y cambios sociales en la historia de Bolivia*, Osaka, National of Ethnology, 2005.

SAMPAIO, Teodoro, “O tupi na geografia nacional”, in *RIHGSP*, São Paulo, v. 6, 1902.

SCHULTZ, Harald, «Vocábulos Urukú e Digüt», in : *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, n. 5, vol. XLIV, 1955, pp. 81-97.

SCHMIDT, Max, “Los Payaguá”, in *Revista do Museu Paulista* (Nova Série), volume III, São Paulo, 1949, pp. 129 a 269.

SOUZA, Laura de Mello e, “Morrer em colônias: Rodrigo César de Menezes, entre o mar e o sertão”, in *O sol e sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 284 a 326.

SOUZA, Marcelo José Lopes de, “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”, in Elias de Castro, Paulo C. da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa (Org.), *Geografia: conceitos e temas*, Rio de Janeiro, Bertrand Russel, 2001, pp. 77-116.

SUTERMEISTER, Paul, “Ratzel contra os economistas: acesso a mercados, destruição criadora e teoria social darwiniana na obra *geografia política*”, in *1º SIMPGEO/SP*, Rio Claro, SP, 2008.

VANGELISTA, Chiara, “Confini e frontiere: conflitti e alleanze inter-ethniche”, in *America Meridionale, Séc. XVIII*, Torino, II Segnalibro, 2001.

VANGELISTA, Chiara, “Los Guaikurú, Españoles y Portugueses en una Región de

Frontera: Mato Grosso, 1770-1830”, in *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Tercera serie, num. 8, 2^{do} semestre de 1993.

VANGELISTA, Chiara, “Os Payaguá e o rio Paraguai: uma fronteira étnica aos limites dos impérios ibéricos”, in *Revista Eletrônica Documento Monumento: Edição Especial Rios e História*, NDIHR, UFMT, Cuiabá, 2010, pp. 136 a 149.

REVISTAS de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo Primeiro, 1^o trimestre, 1839, pp. 25-57; Tomo Sexto, 1973 [1844], pp. 156 a 196; Tomo Sétimo, 1862, [1845], pp. 204-213; Tomo IX, 3^o trimestre de 1869 [1847], pp. 376-397 e 548-554; Tomo X, 2^o trimestre, 1870 [1848], pp. 153-177; Tomo XII, 1973 [1849], pp. 377-399; Tomo XII, 1973 [1849], pp. 429-510; Tomo XIII, 1^o e 3^o trimestre, 1872 [1850], pp. 5-124 e 137-199; Tomo XIII, 3^o trimestre, 1872 [1850], pp. 315-335; Tomo XIII, 1^o trimestre, 1863, pp. 348-395; Tomo XX, 1973 [1857], pp. 360-365; Tomo XX, 4^o trimestre, 1973 [1857], pp. 293-329; Tomo XXI, 1930 [1858], pp. 389/398; Tomo XXV, 1^o trimestre, 1973[1862], pp. 211-284; Tomo XXV, 1973[1862], pp. 437-449; Tomo XXVI, 1^o trimestre, n^o. 26, 1863, pp. 213-218; Tomo XXVII, P. Segunda, 1864, pp.5-186 e 229-349; Tomo XXVIII, 1^o trimestre, 1865, pp. 70-88; Tomo XLVII, Parte II, 1884, pp. 307-504; Tomo LVI, Parte I, 1893, pp. 190-344; Tomo 175, 1940, pp. 217- 338;

Dissertações e teses

ANZAI, Leny Caselli, Doenças e práticas de cura na Capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira, tese de doutorado apresentada ao PPGH/UNB, Brasília, 2004.

BARROS, Edir Pina de, *História e cosmologia na organização social de um povo Karíb: os Bakairí*, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, FFLCH/USP, São Paulo, 1992.

BARROS, Edir Pina de, *Kura Bakairi/ Kura Karaiwa: dois mundos em confronto*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ UNB, Brasília, 1977.

BLAU, Alessandra R. Dias, *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798*, dissertação de mestrado PPGH/UFMT, Cuiabá, 2007.

CAMPOS, Maria Verônica, *Governo de mineiros. “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado” 1693 a 1737*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

CANOVA, Loiva, Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia Portuguesa na América (1751-1764), tese de doutorado apresentada ao PPGH/UFPR, 2011.

CANOVA, Loiva, *Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGH/ UFMT, Cuiabá, 2003.

CARDIM, Pedro António de Almeida, *O Poder dos Afectos: Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas, Lisboa, 2000.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de, *Lealdades Negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 2012.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz, *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)*, tese de doutorado apresentada ao PPGH/UNICAMP, Campinas, SP, 2005.

COELHO, Mauro Cesar, *Do Sertão para o Mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

COSTA, Romana Maria Ramos, *Cultura e Contato: um estudo da sociedade Paresi no contexto das relações interétnicas*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985.

CRUZ, Daniel Gabriel da, *Lar doce lar? Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO)*, dissertação de mestrado apresentada ao Museu de Arqueologia/USP, São Paulo, 2008.

DAVIDSON, David Michael, *Rivers and Empire: The Madeira route and the incorporation of the brazilian far-west – 1737-1808*, University of Yale, 1970, [These Doctored].

DORIGUELLO JÚNIOR, César Augusto, *Os indígenas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1888-1873)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGH/UNESP, Assis/SP, 2008.

FERNANDES, Suelme Evangelista, *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGH/UFMT, Cuiabá, 2003.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida, *Revoltas, fiscalidade e identidade na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1641-1761*, tese de doutorado apresentada a FFLCH, USP, São Paulo, 1996.

FRANCO, Gilmar H. e, *A construção da identidade mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho (1920-1940)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGH/UFMS/Grande Dourados, Dourados, 2007.

GALETTI, Lylia de S. Guedes, *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre o Mato Grosso*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

GARCIA, Elisa Fraühauf, *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*, Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

GARCIA, Romyr Conde, *Nos descaminhos dos Reais Direitos. O contrabando na capitania do Rio de Janeiro*, dissertação de mestrado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

GIL, Tiago Luís, *Infiéis transgressores: os contrabandistas na fronteira (1760-1810)*, Dissertação de Mestrado em História, PPGHS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

GIUDICELLI, Christophe, *Guerre, identités et métissages aux frontières de l'empire espagnol: le cas Tepehuan en Nouvelle Biscaye au début du XVIIème siècle*, Thèse, Université de Paris III, 2000.

HERBERTS, Ana Lucia, *Os Mbayá Guaicuru: área, assentamento e cultura material*, dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Anchietano de Pesquisas, UNISINOS, São Leopoldo/RS, 1998.

JESUS, Nauk M., *Na trama dos conflitos a administração na fronteira oeste da América Portuguesa (1719-1778)*, tese de doutorado apresentada ao PPGH/UFF, Niterói, 2006.

KUHN, Fábio, *Gente da Fronteira: Família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*, tese de doutorado apresentada ao PPGH/UFF, Niterói, 2006.

LIMA, Luis Fernando Erig, *A ocupação Pré-Colonial na Fronteira Ocidental – Adaptabilidade Humana, Territorialidade e Aspectos Geomorfológicos na Microrregião do Alto Guaporé*, Mato Grosso, tese de doutorado apresentada ao Museu de Arqueologia/USP, São Paulo, 2010.

LIMA, Luiz Gustavo de Souza, *Por uma geodésia dos acontecimentos: a operação cartográfica na obra de Candido Rondon 1910-1952*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGH/UFMT, Cuiabá, 2010.

LUCIDIO, João Antonio Botelho, *Nos confins do império um deserto de homens, povoados por bois (a ocupação do planalto sul Mato Grosso 1830-1870)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGH/UFF, Niterói, 1993.

MACHADO, Maria Fátima Roberto, *Índios de Rondon: Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Waimaré e Kaxiniti, grupos Paresi*, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.

MAGALHÃES, Magna Lima, *Payaguá: os senhores do rio Paraguai*, dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Anchietano de Pesquisas, UNISINOS, São Leopoldo/RS, 1999.

MEIRELES, Denise Maldi, *Os Pakaas-Novos*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UNB, Brasília, 1985.

MIGLIACCIO, Maria Clara, *O doméstico e o ritual: cotidiano Xaray no Alto Paraguai até o século XVI*, tese de doutorado apresentada ao Museu de Arqueologia/USP, São Paulo, 2006.

MILLER, Eurico Teophilo, *História da cultura indígena do alto-médio Guaporé*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1983.

MINDLIN, Betty, *Os Suruí da Rondônia*, tese de doutoramento apresentada ao PPGH/PUC-SP, São Paulo, 1984.

MONTEIRO, John Manuel, *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*, tese ao concurso de Livre Docência, apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

NETO, João Dal Poz, *No país dos Cinta Larga: uma etnografia do ritual*, dissertação de mestrado ao Museu de Arqueologia/USP, São Paulo, 1991.

NOVAIS, Sandra Nara da Silva, *Ruínas de Xerez: marco histórico do colapso do projeto colonial castelhano em Mato Grosso (1593 – 1632)*, dissertação apresentada ao PPGH/UFMS/Grande Dourados, Dourados, 2004.

OLIVEIRA JÚNIOR, Paulo Cavalcante, *Negócios e Trapaças: caminho e descaminhos na América Portuguesa (1700 – 1750)*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

OSÓRIO, Helen, *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América*. Rio Grande de São Pedro, 1737- 1822, tese de doutorado apresentada ao PPGH/UFF, Niterói, 1999.

PACHECO, Ana Cláudia Marques, *As Representações sobre o Bandeirante: heroísmo e civilização na tentativa de formação da identidade mato-grossense (1922 – 1946)*, dissertação de mestrado apresentada PPGH/ UFMS/Grande Dourados, Dourados, 2008.

PACINI, Aloir, *Identidade étnica e Território Chiquitano na fronteira (Brasil-Bolívia)*, tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFRGS, Porto Alegre, 2012.

PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho, *Missão Jesuítica Colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo uma Missão num espaço de fronteira (1743-1769)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 2008.

PINTO, Nicole Soares, *Do poder do sangue e da chicha: os Wajuru do Guaporé (Rondônia)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGH/UFPR, Curitiba, 2009.

PIOLI, Alicia Juliana, *El Colegio Jesuita de Corrientes*, dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Anchietano de Pesquisas, UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2002.

PRATES, Laura, *O artesanato das tribos Pakaá Novos, Makurap e Tupari*, dissertação de mestrado apresentada ao Museu de Arqueologia/USP, São Paulo, 1983.

PRESOTTI, Thereza Martha B., *Na Trilha das Águas: Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII)*, tese de doutorado apresentada ao PPGH/UNB, 2008.

PRESSOTTI, Thereza M. Borges, *O novo descobrimento dos sertões e Minas do Cuiabá. A mentalidade da conquista*, dissertação de mestrado apresentada PPGH/UNB, 1996.

PRIOLLI, Maria Lúcia Brazil, *Confronto do poder civil e religioso. O Paraguai colonial – eclosão do movimento comunero (1721-1735)*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 1999.

REZENDE, Maria Leônia Chaves de, *Gentis Brasilícos. Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*, tese de doutorado apresentada ao PPGH/UNICAMP, Campinas/SP, 2003.

REZENDE, Maria Leônia Chaves de, *Visões da Conquista: Verso e reverso (as missões jesuíticas nos séculos XVI e XVII)*, dissertação de mestrado, apresentada ao PPGH/ UNICAMP, Campinas/SP, 1993.

RIBEIRO, Renilson Rosa, “Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade”: *Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil Colônia no Brasil Império*, tese de doutorado apresentada ao PPGH/UNICAMP, Campinas/SP, 2009.

RODRIGUES, Valéria Nogueira, *Os índios Kadiwéu no século XIX: alteridade, identidade e transculturação*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGH/UFMT, Cuiabá, 2009.

ROSA, Carlos A., *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808*, tese de doutorado apresentada à FFLCH/USP, 1996.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo, *Espelhos Partidos: Etnia, Legislação e Desigualdade na Colônia. Sertões do Grão-Pará, c. 1755 – c. 1823*, tese de doutorado apresentada ao PPGH/ UFF, Niterói, 2001.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos, *Uma cosmologia do novo mundo: Os dialogos geograficos de Joseph Barbosa de Sáa no anno de 1769*, tese de doutorado apresentada à Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Verone Cristina da, *Missão, aldeamento e cidade: os guanã entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*, dissertação de mestrado apresentada ao PPGH/ UFMT, Cuiabá, 2001.

VASCONCELOS, Cláudio, *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

VILARDAGA, José Carlos, *São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

ZORZATO, Oswaldo, *Conciliação e Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*, tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

ERRATA

Pág.	Onde se Le	Leia-se
32	“Do mesmo modo os Chiquito”	“Do mesmo modo os Chiquitos”
47	“Na segunda metade centúria”	“Na segunda metade da mesma centúria”
73	Início último parágrafo frase repetida	
90	“Navegaram mais alguns dias....	Frase repetida
93	“Em primeiro lugar, importa definir as... das espacialidades”	“Em primeiro lugar, importa definir as... das parcialidades”
94	“A partir dos registros...os Payaguá...”	“A partir dos registros...os Payaguás...”
97	Falta fechar com aspas a citação da Última linha da página.	
148	No quadro o nome André Zuninga vem grafado de dois modos.	Usei fontes distintas. Para compor o quadro.
177	Faltam as aspas da nota 295	
186	“Abordagem que se torna cada vez... nao ter sido aplicada a os índios...”	“Abordagem que se torna cada vez... nao ter sido aplicada aos índios...”
188	“Essa foi uma decisão,... de pressões Externas, coube aos próprios índios”	“Essa foi uma decisão,... de pressões Externas, e coube aos próprios índios”
192	“Chamamos aqui a atenção para a atenção que se deve ter...”	“Chamamos aqui a atenção que se deve ter...”
210	“Ao invocar a Deus e a cristandade...”	Frase repetida.
222	“Cremos que, assim, que as relações...”	“Cremos, assim, que as relações...”
270	“A análise de alguns relatos... oriundos de missão Mojos,...”	“A análise de alguns relatos... oriundos da missão Mojos,...”
286	“Essa expedição foi... pelas fraldas da...”	“Essa expedição foi... pelas fraldas das...”
292	Nota 453 com citação incompleta	
299	“Vila do Senhor Boa Jesus do Cuiabá...”	“Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá...”
307	“Quanto à citação...idêntico e que as tentativas...”	“Quanto à citação...idêntico e que as tentativas...”
308	“Designado...Capnia do Mato”	“Designado...Capnia do Mato Grosso”
309	Nota 477 “nem saiam para gora...”	Nota 477 “nem saiam para fora...”